TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
Estado do Amazonas

Diário da Justiça
Eletrônico

Caderno 2
JUDICIÁRIO - CAPITAL

Presidente:
Desembargador
Yedo Simões de Oliveira

Ano XII • Edição 2720 • Manaus, quinta-feira, 17 de outubro de 2019 dje.tjam.jus.br

TRIBUNAL DE JUSTIÇA

SEÇÃO I

PRESIDÊNCIA

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0000231-78.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: J. G. Rodrigues & Cia. Ltda. - Recorrido: Fazenda Pública Estadual do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 117/119. - Advs: Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Cid da Veiga Soares Junior (OAB: 2374/AM) - Edgard Angelim de Alencar Ferreira (OAB: 3995/AM) - Solon Angelim Alencar Ferreira (OAB: 3338/AM) - Alexandre Nicoletti (OAB: 267044/SP) - Olimpio José Ferreira Rodrigues (OAB: 261118/SP) - Rogério Hideaki Nomura (OAB: 211961/SP) - Matheus de Abreu Chagas (OAB: 273171/SP) - Claudine B. Klenke (OAB: 4099/AM) - Vitor Hugo Mota de Menezes - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004030-32.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Admilson Ferreira Nascimento - Agravante: Antônio Leonardo Garcia Dabela - Agravante: Cláudio José da Silva Menezes - Agravante: Edmilson da Silva Brasil - Agravante: Fernando Antônio Pereira - Agravante: Paulo Souza dos Santos - Agravante: Pedro Ferreira Glória - Agravante: Raimundo Paulo Alfaia Corrêa - Agravante: Raimundo Socorro Paulain da Costa - Agravante: Ronaldo da Silva Hatta - Agravado: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 403/406. - Advs: Martha Mafra Gonzalez (OAB: 4103/AM) - Carlos Alexandre M. C. M. de Matos (OAB: 2364/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004089-20.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Masa da Amazônia Ltda - Recorrido: O Município de Manaus - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 49/52. - Advs: Nínive Lopes do Nascimento (OAB: 7444/AM) - Claúdia Alves Lopes Bernardino (OAB: 2601/AM) - Ivson Coêlho (OAB: 550A/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0004169-81.2019.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Aaa Reis Import Comercio de Equipamentos e Informática Ltda - Loja Hitec) - Recorrido: Condomínio Civil do Shopping Ponta Negra - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 70/72.Não admito o recurso especial, - Advs: Priscila Lima Monteiro (OAB: 5901/AM) - Igor de Mendonça Campos (OAB: 766A/AM) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - José Rodrigues Terceiro Filho (OAB: 6341/AM) - Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB: 4544/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005200-10.2017.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: O Estado do Amazonas - Recorrido: Aldenor Rocha Oliveira - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 155/156. - Advs: Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB: 4566/AM) - Maria Suely Muniz da Silva (OAB: 1474/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0005609-15.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Auto Posto Master Ltda. - Embargado: Moises David Bicharra - Embargado: Mario Jorge Medeiros Moraes Neto - Embargado: Yasmim Raad Salim Bader - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 22/24. - Advs: Absalão Gonzales Júnior (OAB: 3278/AM) - Maria José da Silva Nazaré - Carlen Kryislen Kawamura Felipe (OAB: 7929/AM) - Délcio Luis Santos (OAB: 2729/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006074-24.2019.8.04.0000 - Agravo Interno Cível - Manaus - Agravante: Edilson Rufino de Jesus - Agravante: Rufino Comércio de Alimentos Ltda. (Baratão da Carne) - Agravado: C. Borges do Nascimento - Agravado: C. Borges do Nascimento Llc - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 17/20. - Advs: Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 2250/AM) - Lucas de Castro Rivas (OAB: 46431/DF) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 1633/AM) - Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB: 51830/DF) - Laureano Cezar Elias Muller (OAB: 367109/SP) - Fabio Lindoso e Lima (OAB: 7417/AM) - Henrique Barcelos Buchdid (OAB: 5913/AM) - Gustavo de Araújo Sampaio (OAB: 10694/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006169-54.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível - Manaus - Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda - Embargado: Alex Alves de Lima - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 06. - Advs: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM) - Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) - Adriano Alves de Lima (OAB: 7398/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006501-55.2018.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Daniel Piccolotto Carvalho - Recorrido: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 55/57. - Advs: Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 0006502-40.2018.8.04.0000 - Petição Cível - Manaus - Recorrente: Daniel Piccolotto Carvalho - Recorrido: O Estado do Amazonas - Ficam INTIMADOS, no prazo legal, do(a) despacho/decisão de fls. 51/53. - Advs: Gilvan Simões Pires da Mota (OAB: 1662/AM) - Antonina Maria de Castro do Couto Valle - Luciana Barroso de Freitas (OAB: 5144/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

SEÇÃO II

TRIBUNAL PLENO

Intimações

INTIMAÇÃO: Ficam os representantes legais. Drs. **CIRO GOLÇALVES BOTELHO (OAB/bA nº 39.395) e LEONARDO ANASTÁCIO MASCARANHAS (OAB/AB nº 27.975).** Advogados do Impetrante: **ASSOCIAÇÃO DOS PRAÇAS DO ESTADO DO AMAZONAS**. Intimado da Decisão de fls. 334/335, exarada pela Dra. **MIRZA TELMA DE OLIVEIRA CUNHA, Juíza de Direito Convocada**-Relatra nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004960-50.2017.8.04.0000.** Impetrante Associação dos Praças do Estado do Amazonas. Impetrado: Governador do Estado do Amazonas. **Decisão.** (..) Diante do exposto, julgo extinto o processo sem resolução de mérito com base no art. 485, VI do CPC diante da perda superveniente do objeto, mormente do interesse de agir. Intimem-se as partes e, transcorrido o prazo legal sem interposição de qualquer recurso, arquivem-se. Manaus 16 de outubro de 2019.

NTIMAÇÃO: Ficam os representantes legais, Drs. **NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OABAM nº 5.103) e JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB/AM Nº 7.763).** Advogados do Impetrante: **EDUARDO ROBERTO NASCIMENTO DA SILVA.** Intimado do Despacho de fl. 79, para que promova a citação das partes Maria Augusta Simas Moavero e Ricardo Abboud Bianco, a fim de que passem a figurar no polo passivo da demanda, exarado pelo Desdor. **WELLINGTON JOSÉ DE ARAÚJO**-Relator nos autos de **MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004458-77.2018.8.04.0000.** Impetrante: Eduardo Roberto Nascimento da Silva. e Impetrado Exmo. Sr. Desdor. Ari Jorge Moutinho da Costa. **Decisão.** Defiro o pedido de fls. 67/69, colimado pelo Graduado Órgão Ministerial, e determino seja intimado o Impetrante para que promova a citação das partes Maria Augusta Simas Moavero e Ricardo Abboud Bianco, a fim de que passem a figurar no polo passivo da demanda. Manaus 16 de outubro de 2019.

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4004598-77.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Lilian Mendes da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADA a Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. André de Souza Oliveira (5219/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), da DECISÃO de fl. 29, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Intime-se a autora para que, no prazo de 5 (cinco) dias, recolha as respectivas custas, pena de indeferimento inicial. À Secretaria para providências". - Advs: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Nº 4004598-77.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: Lilian Mendes da Silva - Impetrado: Governador do Estado do Estado do Amazonas - Impetrado: O Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de seus representantes legais, Advogados: Drs. André de Souza Oliveira (5219/AM) e Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), da DECISÃO de fl. 45, proferida pelo Exmo. Senhor Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, mantenho o indeferimento do pedido de assistência judiciária gratuita. À Secretaria para certificar o decurso do prazo para o recolhimento das custas. À Secretaria para providências". - Advs: André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 4005201-53.2019.8.04.0000 - Mandado de Segurança Cível - Manaus - Impetrante: José Brandão de Moura - Impetrado: Governo do Estado do Amazonas - Impetrado: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - FICA INTIMADO o Impetrante, por meio de sua representante legal, Advogada: Dra. Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (8065/AM), da DECISÃO de fl. 50, proferido pelo Exmo. Senhor Desembargador Domingos Jorge Chalub Pereira, Relator destes autos, cujo teor final é o seguinte: "Isto posto, indefiro o pedido de assistência judiciária gratuita. Intime-se o autor para que, no prazo de 5 (cinco) dias, recolha as respectivas custas, pena de indeferimento inicial. À Secretaria para providências". - Advs: Adriana Moutinho Magalhães Iannuzzi (OAB: 8065/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 1º Andar

Decisões

DECISÃO: exarada pelo Exmo. Sr. Desdor. **SABINO DA SILVA MARQUES**-Relator do **(PROCESSO DIGITAL) MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL Nº 4004801-39.2019.8.04.0000**. Impetrante: **J L COMÉRCIO MANUTENÇÃO DE ELETROELETRÔNICOS LTDA.** Advogado: Dr. Raylander da Costa Fialho (OAB/AM nº 14.768). Impetrado: **EGRÉGIO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**. **Decisão** (..) 01.15. Notifique-se o Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, na pessoa de seu Presidente a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, preste as informações necessárias. 01.16. Dê-se ciência també, à Comissão Geral de Licitação sobre a suspensão do pregão eletrônico n. 330/2019. 01.17. Dê-se ciência ainda à Procuradoria Geral do Estado do Amazonas, para que, querendo, ingresse no feito, no prazo em dobro de 15 dias. 01.18. Dê-se ciência à empresa VIA DIRETA TELECOMUNICAÇÕES POR SATÉLITE E INTERNET LTDA (VIA DIRETA), pessoa jurídica de direito privado, CNPJ n. 34.549.659/0001-13, com endereço na rua m-n , 361, quadra 1601 conj. morada do sol, CEP 69.060-067, para que, querendo, ingresse no feito, no prazo de 15 dias. 01.19 Manaus, 16 de outubro de 2019.

Pauta de Julgamento Designado

REPUBLICAÇÃO – POR TER PUBLICADO COM ERRO MATERIAL

De ordem do Exmo. Sr. Desdor. Yedo Simões de Oliveira, Presidente do Tribunal Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, torno público para conhecimento de todos os interessados que, de acordo com o artigo 934 do Código do Processo Civil, após cumpridas as formalidades legais, serão julgados nas próximas sessões, os seguintes processos:

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0005217-75.2019.8.04.0000 em Apelação Cível Nº 0633296-46.2018.8.04.0000

Suscitante: Des. João de Jesus Abdala Simões
Interessado (Apelado): **Gledson de Souza Bastos**
Advogado: **Rodrigo José Rodrigues Alves Brasileiro OAB/DF 35.720 OAB/AM 902-A OAB/AM 13.558**
Interessado (Apelante): **Banco BMG S/A**
Advogado: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE)
Advogado: Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB: 17700/PE)
Advogado: Bruno Ribeiro de Souza (OAB: 30169/PE)
Advogado: Ricardo Andreassa (OAB: 195865/SP)
Advogada: Evelin de Souza Lima (OAB: 226823/SP)
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos.

Mandado de Segurança Cível nº 4003740-46.2019.8.04.0000
Impetrante: Max Aurimar da Costa Junior
Advogado: Félix de Melo Ferreira (OAB: 3032/AM)
Advogada: Kardinallenn dos Santos Ferreira (OAB: 12003/AM)
Impetrado: Governo do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Mandado de Segurança Cível nº 4003776-88.2019.8.04.0000
Impetrante: Josilane Rodrigues dos Santos
Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)
Soc. Advogados: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)
Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Impetrado: O Estado do Amazonas
Intssado: Procurador Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: Nélia Caminha Jorge.

Mandado de Segurança Cível nº 4003801-04.2019.8.04.0000
Impetrante: Angela da Silva Ramos
Advogado: Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB: 11691/AM)
Advogado: Frederico Santos Paiva (OAB: 6569/AM)
Advogado: Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB: 6236/AM)
Impetrado: Governador do Estado do Amazonas
Procuradoria Ge: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Presidente: Yedo Simões de Oliveira. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos.

Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

De ordem do Presidente do Egrégio Tribunal Pleno, Exmo. Des Yêdo Simões de Oliveira, faço público que, de acordo com o artigo 934 do Novo Código do Processo Civil, serão julgados nas próximas sessões, após cumpridas as formalidades legais, os seguintes processos:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE Nº 4004729-23.2017.8.04.0000
Requerente: Ministério Público do Estado do Amazonas
Procurador: Carlos Fabio Braga Monteiro
MPAM: Ministério Público do Estado do Amazonas - Segundo Grau Cível
Procuradoria Ge: PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE MANAUS – PGM
Terceiro I: Manaus Previdência – MANAUSPREV
Terceiro I: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas – Pge
Procuradoria Ge: PROCURADORIA DA CAMARA MUNICIPAL DE MANAUS
Terceiro I: Câmara Municipal de Manaus – CMM
Presidente: Des. Yedo Simões de Oliveira. Relator: Des. Anselmo Chíxaro.

Secretaria do Tribunal Pleno, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA

Intimações

Processo nº 0216196-46.2019.8.04.0022 – Pedido de Providências. Requerente/**advogado, Dr. Marcus Vinicius Bergo Coelho (OAB-138.958/MG)**. Requerido, M. M. da C. V.. **DECISÃO-CGJ/AM** – Exma. Sra. Corregedora-Geral de Justiça em Substituição, **Desembargadora NÉLIA CAMINHA JORGE:** "(...) Ante o exposto, acolho o parecer de fls. 25/33 para determinar o **ARQUIVAMENTO** da presente reclamação disciplinar. Na forma do art. 9.°, § 3.°, da Resolução n.° 135/11-CNJ, comunique-se o Conselho Nacional de Justiça. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargadora **Nélia Caminha Jorge**, Corregedora-Geral de Justiça em Substituição. Fica a parte requerente intimada, por meio de seu representante, do inteiro teor da presente decisão, a contar da publicação desta. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

SEÇÃO III

CÂMARAS REUNIDAS

Intimações

Câmaras Reunidas

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **0001080-26.2016.8.04.4601,** Manaus/Am em que é Impetrante **José Augusto de Lima,** advogado Dr. Alan Kardex Pinheiro (6392/AM) e Impetrado **Prefeitura Municipal de Iranduba (AM).** Fica a parte **Impetrante** intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Alan Kardex Pinheiro (6392/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fl. 29, com o seguinte conteúdo: "(...) Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito (CPC, art. 485, I c/c 330). Em 15 de outubro de 2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo**, Relatora nos autos de **Agravo Interno Cível** nº **0006142-71.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Nilton Oliveira Rocha,** advogado Dr. Thiago Allende Silva de Lima (8668/AM) e Agravada **Luzia Moreira Braga,** advogada Drª. Marcia Braga da Silva (13508/AM). Fica a parte **Agravante** intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Thiago Allende Silva de Lima (8668/AM),** para, em cinco dias, se manifestar a respeito, bem como acerca do pleito de aplicação da multa a que alude o artigo 1.021, § 4º, do CPC . Em 14 de outubro de 2019. Desembargadora **Maria das Graças Pessoa Figueiredo - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos**, Relator nos autos de **Agravo Regimental Cível** nº **0006188-60.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Agravante **Elisa Maria Ribeiro Barroso,** advogados: Dr. Daniel Coutinho da Silva (9122/AM), Drª. Marcela Nunes Ferreira (10243/AM) e Agravado **Governador do Estado do Amazonas,** Procurador Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM). Fica a parte **Agravante** intimada, na pessoa de seus advogados **Dr. Daniel Coutinho da Silva (9122/AM), Drª. Marcela Nunes Ferreira (10243/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do Despacho de fl. 8, com o seguinte conteúdo: "(...) INTIMEM-SE as partes acerca do Julgamento Virtual, à luz do disposto no art. 144-A, § 2.º, do Regimento Interno deste egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, incluído pela Emenda Regimental n.º 001, de 27 de fevereiro de 2018.". Em 14 de outubro de 2019. Desembargador **José Hamilton Saraiva dos Santos - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Embargos de Declaração Cível** nº **0005978-09.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Embargante **O Estado do Amazonas,** Procurador Dr. Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM) e Embargado **Jaidson Nandi Becker,** advogado Dr. Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM). Fica a parte **Embargada** intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Joenilson dos Santos Rodrigues (3178/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do Despacho de fl. 19, com o seguinte conteúdo: "(...) Publique-se o julgamento virtual destes autos, conforme Emenda Regimental n° 001, de 27 de fevereiro de 2018.". Em 15 de outubro de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4004908-83.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Augusto Magno Soares,** advogados: Drª. Nieli Nascimento Araujo Fernandes, Dr. Otávio Araújo Neto (10189/AM), Dr. Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM) e Réu **O Estado do Amazonas.** Fica a parte **Autora** intimada, na pessoa de seus advogados **Drª. Nieli Nascimento Araujo Fernandes, Dr. Otávio Araújo Neto (10189/AM) e Dr. Jammes Bezerra de Oliveira (10038/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 110/112, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto e pelo que demais dos autos consta, indefere-se a petição inicial e extingue-se o processo sem resolução do mérito, com fundamento no art. 485, incisos I e IV, do CPC.". Em 16 de outubro de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Djalma Martins da Costa**, Relator nos autos de **Reclamação** nº **4005120-07.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Reclamante **Santa Beatriz Empreendimentos Imobiliários Ltda SPE,** advogado Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) e Reclamado **Segunda Turma Recursal do Juizado Especial.** Fica a parte **Reclamante** intimada, na pessoa de seu advogado **Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM)** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão de fls. 209/210, com o seguinte conteúdo: "(...) Ante o exposto, indefiro o pedido liminar, admitindo, todavia, o processamento da Reclamação.". Em 15 de outubro de 2019. Desembargadora **Djalma Martins da Costa - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis**, Relatora nos autos de **Agravo de Instrumento** nº **4004238-45.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que são Agravantes **Breitener Jaraqui S.A. e Tambaqui S.A.,** advogado Dr. Arthur Miguel Ferreira Lawand (212895/SP) e Agravado **Oficina Via Alvorada - Adauto do Carmo Santos - ME,** advogada Drª. Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM). Ficam as partes **Agravante e Agravado** intimados, na pessoa de seus advogados **Dr. Arthur Miguel Ferreira Lawand (212895/SP) e Drª. Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 109/115, dos autos acima referidos. Em 16 de outubro de 2019. Desembargadora **Carla Maria Santos dos Reis - Relatora.**

De ordem da Exma. Srª. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles**, Relatora nos autos de **Ação Rescisória** nº **4004249-74.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Autor **Viviane Bentes dos Santos,** advogada Drª. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM) e Réu **O Estado do Amazonas.** Fica a parte **Autora** intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Janiete da Silva Monteiro (10084/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fls. 586/588, com o seguinte conteúdo: "(...) Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 932 c/c art. 487, II, do CPC, DECLARO a ocorrência da decadência do direito de interpor a presente ação rescisória, ante o decurso de lapso temporal superior há 02 (dois) anos. Concedo, na forma do art. 98, §3º, do CPC, os benefícios da justiça gratuita.". Em 15 de outubro de 2019. Desembargadora **Joana dos Santos Meirelles - Relatora.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator nos autos de **Mandado de Segurança Cível** nº **4005162-56.2019.8.04.0000,** Manaus/Am em que é Impetrante **José Alberto Taveira de Souza,** advogada Drª. Suellen Akiko Kohashi da Costa (9879/AM) e Impetrado **Secretário de Segurança Pública do Estado do Amazonas.** Fica a parte **Impetrante** intimada, na pessoa de sua advogada **Drª. Suellen Akiko Kohashi da Costa (9879/AM),** para tomar ciência do inteiro teor da Decisão Monocrática de fl. 47, com o seguinte conteúdo: "(...) Feitas tais considerações, tendo em conta o que dispõe o artigo 485, VIII do CPC, homologo a desistência do Mandado de Segurança manejado às fls. 01/15." . Em 15 de outubro de 2019. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões - Relator.**

De ordem do Exmo. Sr. Desembargador **Anselmo Chíxaro**, Relator nos autos de **Revisão Criminal N.º 4000926-61.2019.8.04.0000 Manaus(AM)**, em que é Requerente **Jenderson Alves Pequeno,** Advogado: Dr. Emerson Paxá Pinto Oliveira (9435/AM), Defensores Publico: Dr. Rafael Vinheiro Monteiro Barbosa e Dr. Maurílio Casas Maia, e Requerido **Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau**, fica a parte Requerente intimada, na pessoa de seu Advogado, **Dr. Emerson Paxá Pinto Oliveira (9435/AM),** para tomar ciência do inteiro teor do despacho de fl. 1056, dos presentes autos. Em 15.10.2019. Desembargador **Anselmo Chíxaro – Relator.**

--

Secretaria das Câmaras Reunidas, em Manaus, 16 de outubro de 2019. Maria Goreth de Souza Ruiz

SEÇÃO IV

CÂMARAS ISOLADAS

PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4004299-03.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Banco do Brasil S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Joany Sillas Pereira(9646/AM). **Agravado: Agropecuária Mendonça Ltda..** (Advogado(a): Dr(a). Graco Diniz Fregapani, (2357/AM). **DECISÃO: "Ante o exposto,** considerando a existência de preclusão pro judicato, CHAMO O PROCESSO A ORDEM, para REVOGAR a Decisão proferida às fls. 73-79 e 87, com o retorno ao status quo ante, comunicando-se o juízo de piso acerca da presente decisão, via malote digital, e, ao fim, colocando os numerários depositados perante a Conta Judicial n. 3205.040.01715421-0 à sua disposição para prosseguimento do feito executivo. Intime-se os interessados para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem eventual oposição ao julgamento virtual, nos termos do art. 144-A, §3º e §4º do Regimento Interno do TJAM (redação modificada pela Emenda Regimental n. 01/2018). O transcurso do prazo in albis será interpretado como anuência." **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0006350-55.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Erick da Silva Alves e Silvia Cristina Carvalho Alves**. (Advogado:Sandro Abreu Torres, João Bosco A. Toledano4078/AM, 1456/AM e **Embargado: Santa Giana Empreendimentos Imobiliários Ltda**. (Advogado: [Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Paloma Tavares Feitoza Vieira, Raphaela Batista de Oliveira 128341/SP, 8759/AM, 9169/AM**]. Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Nelson Wilians Fratoni Rodrigues, Paloma Tavares Feitoza Vieira, Raphaela Batista de Oliveira (128341/SP, 8759/AM, 9169/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Paulo César Caminha e Lima, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0242601-03.2010.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: Denise Borges Stopatto** (Advogado(a): Dr(a). José Manoel Biatto

de MenezesA432/AM e **Apelado: Jucea - Junta Comercial do Estado do Amazonas** (Advogado(a): Dr(a). Edinho Gomes da Cruz11273/AM **ficam INTIMADAS AMBAS AS PARTES**, na pessoa de seus Advogados Dr(a). José Manoel Biatto de Menezes A432/AM/Edinho Gomes da Cruz 11273/AM. "Em virtude da proibição de decisão surpresa consagrada no art. 10 do Código de Processo Civil, determino a intimação de ambas as partes, por intermédio de seus advogados constituídos, para que se manifestem, no prazo de 03 (três) dias úteis (arts. 218 e 219 do CPC), considerando o prazo em dobro para o município, art. 183 do CPC, a respeito do cumprimento, por parte do Apelante, do requisito extrínseco da regularidade formal, mais especificamente, o ônus da impugnação específica das razões expostas pelo juízo a quo na sentença recorrida (regra da dialeticidade), por aparentemente não impugnar os fundamentos aí adotados quanto à inexistência de danos morais indenizáveis, haja vista se resignar em somente remeter a análise das razões de seu recurso à réplica de fls. 84/98, não articulando, pelo que consta, argumentos capazes de contrastar com a decisão que se recorre. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0001536-22.2014.8.04.3800** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Município de Coari**. (Advogado(a): Dr(a). Laura Macedo Coelho, Luciana Caxeixa Alfaia(11723/AM, 7226/AM). **Apelado: J. C. M. Teixeira.** (Advogado(a): Dr(a).Adriana Caxeixa Alfaia(6599/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo Interno Cível nº 0005782-39.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Sangário Empreendimentos Imobiliários LTDA. (**Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina(3467/AM). **Embargado: Gesso e Serviço LTDA - EPP**. (Advogado(a): Dr(a). Rubens Ferreira Sudart Filho, Wilson de Norões Milfort Neto, Jorge André Fortaleza Sampaio, André Luiz Nepomuceno(16081/CE, 15248/CE, 15286/CE, 32604/CE). **DECISÃO: "**Diante destas razões, na forma do art. 1.021, §2º, do CPC, exerço JUÍZO DE RETRATAÇÃO, para o fim de REVOGAR a Decisão que indeferiu efeito suspensivo às fls. 32-36, para DETERMINAR o sobrestamento dos atos constritivos e de levantamento do cumprimento de sentença, exclusivamente em razão das quantias controvertidas, ou seja, R$ 48.798,88 (quarenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) e para determinar a remessa dos autos originários ao contador do juízo, para elaboração da conta geral, conforme disposto em sentença. Intime-se as partes. Oportunamente, não havendo recurso, certifique-se o transito em julgado e proceda-se a baixa da presente lide**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0006333-19.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Jorge Roberto DiTomasio Leão e Marianna Frachinetti Brock**. (Advogado:Ivena Marina Leite Guimarães14030/AM e **Embargado: Mjp Construções e Projetos Ltda**.. (Advogado: [Raphael Heinrich B. de Oliveira, Priscila Lima Monteiro, Silvyane Parente de Araújo Castro, Igor de Mendonça Campos 5885/AM, 5901/AM, 7237/AM, 766A/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Raphael Heinrich B. de Oliveira, Priscila Lima Monteiro, Silvyane Parente de Araújo Castro, Igor de Mendonça Campos (5885/AM, 5901/AM, 7237/AM, 766A/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0639471-61.2015.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Sulamérica Plano de Saúde**. (Advogado(a): Dr(a). Carlos Antonio Harten Filho, Thiago Pessoa Rocha, Manuela Motta Moura da Fonte, Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti(19357/PE, 29650/PE, 20397/PE, 19353/PE). **Apelado: Alejandro Molina Valeiko**. (Advogado(a): Dr(a).Katia Regina Reis de Oliveira, Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque, (3703/AM, 4345/AM**). DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4005108-90.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Philipe de Lana Foureaux (104147/MG**)). Agravado: Jêbes Oleion Caldas**. (Advogado(a): Dr(a). Zacarias Santos de Souza (7531/AM)). **DECISÃO**: (....) "Diante destas razões, considerando a presença dos requisitos, DEFIRO o pedido de antecipação de tutela recursal, a fim de LIMITAR a decisão agravada, estritamente ao débito debatido em juízo". **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Zacarias Santos de Souza (7531/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0606751-36.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Paulo Artur Gomes dos Anjos**. (Advogado(a): Dr(a). Nairo Aguiar Cordeiro(7058/AM). **Apelado: O Estado do Amazonas. DECISÃO: "**Assim sendo, considerando que a condenação em astreintes possui relação direta, mas interdependente da tutela concedida, entendo que por cautela é necessário o recebimento do recurso, neste tocante, no seu duplo efeito, permanecendo o efeito suspensivo tão somente quanto à obrigação decorrente da ordem expedida. Diante do exposto, RECEBO o Recurso de Apelação no seu efeito meramente devolutivo quanto à confirmação da ordem liminar concedida, recebendo no duplo efeito nos demais capítulos do julgado. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0340112-06.2007.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Karina Ferreira Sussuarana**. (Advogado(a): Dr(a). Amilcar Augusto Cesar de Carvalho, representante legal de "Ceasar Participações Ltda".(OAB/AM 1450). **Apelado: Mario Jonas Thaumaturgo de Souza**. (Advogado(a): Dr(a).Andrea Caldeira do Couto(3601/AM**). DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0615810-14.2019.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bmg S/A.** (Advogado(a): Dr(a). Vanessa Vieira Camargo, Luis Felipe Procopio de Carvalho(10163/AM, 303905/SP). **Apelado:**

Wilson Rodrigues Duarte Junior. (Advogado(a): Dr(a).Alana Magalhães Santana(12335/AM). **DECISÃO:** "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0623079-46.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é **Apelante: Direcional Engenharia Sa**. (Advogado(a): Dr(a). Leonardo Braz de Carvalho, Humberto Rossetti Portela, Marcelo Carvalho da Silva Mayo, Keyth Yara Pontes Pina, Rodrigo Banayon Pontes Serudo(76653/MG, 91263/MG, 14300/AM, 3467/AM, 11132/AM). **Apelado: MDV de Araújo - ME**. (Advogado(a): Dr(a).Jhena Christiane Cunha dos Santos(8805/AM). **DECISÃO**: "Analiso, inicialmente, os efeitos de recebimento do recurso, a teor do art. 1.012, caput, do CPC. Conforme sabido, a regra geral é que os recurso de apelação serão recebidos no duplo efeito. Entretanto, a teor do §1º, do art. 1.012, do CPC, indica que começa a produzir efeitos imediatamente após a sua publicação a sentença que: I - homologa divisão ou demarcação de terras; I - condena a pagar alimentos; II - extingue sem resolução do mérito ou julga improcedentes os embargos do executado; IV - julga procedente o pedido de instituição de arbitragem; V - confirma, concede ou revoga tutela provisória; VI - decreta a interdição. Assim sendo, considerando que o caso em epígrafe amolda-se a hipótese do inciso II do mencionado art. 1012, recebo o presente recurso em seu efeito meramente devolutivo. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0612317-34.2016.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Maria de Fatima Rodrigues**. (Advogado(a): Dr(a). Thiago Vinícius Mendonça Moreira, Thiago Vinicius Mendonça Moreira(A1087AM, 43191A/GO). **Apelado: Banco Bmg S/A.** (Advogado(a): Dr(a).Antonio de Moraes Dourado Neto(30142A/CE). **DECISÃO**: "Conforme disposto no art. 1.012, do CPC/2015, salvo nas exceções elencadas no parágrafo primeiro, o Recurso de Apelação será recebido em ambos os efeitos. Desta forma, não se enquadrando em nenhuma das hipóteses de exceção ao recebimento no recurso com efeito suspensivo, recebo o presente apelo em seus ambos efeitos. Intime-se as partes, após, vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências.". **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4005126-14.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a).** (Advogado(a): Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM)). **Agravado: Demesio Medeiros**. (Advogado(a): Dr(a). Pedro Antonio de Oliveira (9678/AM**)). DECISÃO: (....)** "Diante destas razões, considerando a ausência de demonstração requisitos, INDEFIRO o pedido de efeito suspensivo. " **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Pedro Antonio de Oliveira (9678/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Agravo de Instrumento nº 4005130-51.2019.8.04.0000 -** Manaus em que é **Agravante: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda**. (Advogado(a): Dr(a). Roberta Beatriz do Nascimento, José Lidio Alves dos Santos192649/SP, 156187/SP e **Agravado: Jose Milton Sousa da Fonseca fica INTIMADO o APELANTE**, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Roberta Beatriz do Nascimento, José Lidio Alves dos Santos 192649/SP, 156187/SP. "Intime-se os Agravantes para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestarem-se acerca do não cabimento do recurso, ante o rol taxativo do art. 1.015, do CPC, na forma do art. 9º e 10, do CPC, máxime efetivação do contraditório substancial e a incidência do princípio da não surpresa. À Secretaria para cumprimento." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação Cível nº 0633255-79.2018.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Banco Bmg S/A**. (Advogado(a): Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto(30142A/CE**). Apelado: Karla Christiane Barboza Veloso.** (Advogado(a): Dr(a).Marcos Fabio Oliveira de Lima, Dyogo Rodrigues de Oliveira(11070/AM, 19941/PB). **DECISÃO: "**Diante do exposto, RECEBO o Recurso de Apelação no seu efeito meramente devolutivo quanto à confirmação da ordem liminar concedida, recebendo no duplo efeito nos demais capítulos do julgado. Intime-se e dê-se vista ao Graduado Órgão Ministerial. À Secretaria, para providências**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Apelação Cível nº 0364919-90.2007.8.04.0001** - Manaus em que é **Apelante: D. M. de O. e L. R. C. de O**. (Advogado(a): Dr(a). Thereza Christina Caxeixa de Oliveira Nogueira6097/AM e **Apelado: Yanna Thaís Freire Hipólito Representada Por Sua Genitora Maria Ivânia Freire Hipólito** (Advogado(a): Dr(a). José Eldair de Souza Martins, Amanda Lima Martins1822/AM, 2487/**AM ficam INTIMADOS OS APELANTES**, na pessoa de seus Advogados Dr(a). Thereza Christina Caxeixa de Oliveira Nogueira 6097/AM. "Diante do exposto, uma vez que a suspensão do feito foi determinada no acórdão proferido nos autos de Embargos de Declaração n.º 0008090-82.2018.8.04.0000 (p. 473/476), determino a intimação da autora Lécia Rodrigues Caxeixa de Oliveira e do espólio de Dermógenes Martins de Oliveira, por mandado a ser cumprido por Oficial de Justiça, para que procedam a habilitação dos sucessores de Dermógenes Martins de Oliveira nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção do feito sem resolução de mérito, na forma do artigo 313, §2.º, II, do CPC/2015. Publique-se e intimem-se**." PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0006402-51.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: Fundação de Vigilância Em Saúde - Fvs. (**Advogado:Tibiriçá Valério de Holanda Filho, Wellington Filgueira Sampaio, José Alexandre Serrão Rodrigues7159/AM, 5308/AM, 10257/AM e **Embargado: Silvania Teixeira da Costa.** (Advogado: [Karen Bezerra Rosa Braga, Juarez Camelo Rosa 6617/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado** na pessoa de seu Advogado Dr. Karen Bezerra Rosa Braga, Juarez Camelo Rosa (6617/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal**. PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Apelação / Remessa Necessária nº 0633573-04.2014.8.04.0001** - Manaus/Am, em que é **Apelante: Estado do Amazonas e Apelado: Francinara de Azevedo Machado**. (Advogado(a): Dr(a).Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa, Ricardo Pinheiro da Costa(7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM, 7952/AM). **DECISÃO: "**Salvo as exceções legais expressamente previstas no parágrafo primeiro do art. 1.012, do CPC/2015, o recurso de apelação deverá ser recebido nos efeitos devolutivo e

suspensivo. Uma vez que o caso ora em exame não se enquadra a nenhuma das hipóteses legais que autorizam a aplicação da exceção, recebo o presente apelo em ambos efeitos. Publique-se. À Secretaria, para providências**." PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Anselmo Chíxaro, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4005194-61.2019.8.04.0000** - Anori/Am, em que é **Agravante: Carlos Alexandre Moura Freitas.** (Advogado(a): Dr(a). Jose Felix de Oliveira Brandao (11862/AM) e Zenaide de Oliveira Brandão (13164/AM)). **Agravado: Marinaldo Nazaré da Costa**. (Advogado(a): Dr(a). Nayandra Kramer Leite (12858/AM)). **DECISÃO: (....)** "Acautelo-me quanto à concessão do pedido de liminar pleiteado, reservando-me a apreciá-lo somente após a apresentação de contrarrazões pela parte Agravada." **Fica INTIMADO o agravado**, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Nayandra Kramer Leite (12858/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. **PT**

De ordem do(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, Relator(a) dos autos dos autos eletrônico **Embargos de Declaração Cível nº 0006398-14.2019.8.04.0000** - Manaus em que é **Embargante: O Estado do Amazonas.** (Advogado:Glícia Pereira Braga e Silva2269/AM e **Embargado: Gabriela Penha da Silveira**. (Advogado: [Sóstenes Adiel Pereira Batista 10131/AM]. **Fica INTIMADO, o embargado na** pessoa de seu Advogado Dr. Sóstenes Adiel Pereira Batista (10131/AM) para apresentação das contrarrazões aos Embargos de Declaração no prazo legal. **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais de **Agravo de Instrumento nº 4005139-13.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Jair Alberto Ricardi**. (Advogado(a): Dr(a). Silvio Benedicto Abibe Aranha Filho(11956/AM**). Agravado: Mpar Participações S.a.. DECISÃO**: "Ex positis, diante do efeito suspensivo recursal ope legis, SUSPENDO a decisão recorrida e determino o retorno ao status quo ante. Dê-se ciência desta decisão ao MM. Juízo da Vara Única de Rio Preto da Eva, na forma do art. 1.019, do CPC. Desnecessária a intimação da parte Agravada, tendo em vista que a r. Decisão impugnada, segundo consta dos autos principais, fora proferida antes da sua citação. Após, dê-se vista ao graduado órgão do Ministério Público." **PT**

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Des(a). Joana dos Santos Meirelles, relator(a) dos autos virtuais **de Agravo de Instrumento nº 4001625-52.2019.8.04.0000** - Manaus/Am, em que é **Agravante: Nelson Golçalves de Azevedo.** (Advogado(a): Dr(a). Wilisvan Moura Strege(11453/AM). **Agravado: Municipio de Humaitá**. (Advogado(a): Dr(a).Camila Malta Soares(7787/RO**). DECISÃO:** "Defiro o pedido de fls. 202-203. Suspendo a tramitação do feito pelo prazo de 01 (um) ano, ou até ulterior manifestação das partes. À Secretaria para providências**." PT**

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos

Processo: 0000365-14.2016.8.04.7501 - Apelação Cível, 1ª Vara de Tefé

Apelante: O Município de Tefé/am
Advogado: Emer de Senna Gomes (OAB: 7602/AM)
Apelada: Patrícia Gomes de Abreu
Advogada: Patricia Gomes de Abreu (OAB: 4447/AM)

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. SERVIDORA CONTRATADA A TÍTULO PRECÁRIO. CARGO COMISSIONADO. DISPENSA DURANTE A GESTAÇÃO DA SERVIDORA. GARANTIA À ESTABILIDADE PROVISÓRIA PREVISTA NO ARTIGO 10, II, B, DO ADCT. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0000365-14.2016.8.04.7501, de Manaus/AM, em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer do recurso para negar-lhe provimento.".

Processo: 0025762-28.2003.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco do Brasil S/A
Advogado: Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737A/AM)
Apelada: Sammy Myckaelle Maia Pereira

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (CC , ART. 206 , § 5º , I). AÇÃO PROPOSTA NO PRAZO LEGAL. CITAÇÃO, TODAVIA, NÃO EFETIVADA ATÉ ESTE MOMENTO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE SÓ RETROAGE À PROPOSITURA DA AÇÃO QUANDO REALIZADA CITAÇÃO VÁLIDA (ART. 219, § 4º, DO CPC/1973). ALEGADA AUSÊNCIA DE CULPA PELA DEMORA DA REALIZAÇÃO DO ATO CITATÓRIO. INSUBSISTÊNCIA. FORNECIMENTO DE SUCESSIVOS ENDEREÇOS INCORRETOS PARA LOCALIZAÇÃO DA PARTE RÉ. FEITO EM TRÂMITE HÁ MAIS DE 16 (DEZESSEIS ANOS). AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 150 DA SÚMULA DO C.STJ. MOROSIDADE NÃO IMPUTÁVEL AO PODER JUDICIÁRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.Da análise escorreita do art. 202, inciso I, do Código Civil de 2002 e do art. 219 do Código de Processo Civil, extrai-se que o despacho que ordena a citação somente interrompe a prescrição e retroagirá à data da propositura da ação se o ato citatório for promovido dentro do prazo previsto nos parágrafos do art. 219 do diploma processualista, qual seja, 10 (dez) dias, prorrogável até o limite de 90 (noventa) dias. Caso a citação seja realizada depois do máximo fixado, haverá interrupção apenas no momento da sua realização, sem se operar o efeito retroativo. Conclui-se, pois, que a interrupção da prescrição não se opera pelo mero ajuizamento da ação, pois deve haver citação válida. Caso ela não ocorra no prazo previsto nos parágrafos do art. 219 do Código de Processo Civil e se consuma no curso do processo o prazo prescricional, correta a sentença em pronunciá-lo de ofício.Não há falar em morosidade do mecanismo do judiciário e, em consequência, em aplicação do enunciado sumular nº 106 do Superior Tribunal de Justiça, se a demora na citação configurou-se pela dificuldade do autor em encontrar o devedor, a despeito das diversas diligências empreendidas.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO. AÇÃO DE EXECUÇÃO. PRAZO QUINQUENAL (CC , ART. 206 , § 5º , I). AÇÃO PROPOSTA NO PRAZO LEGAL. CITAÇÃO, TODAVIA, NÃO EFETIVADA ATÉ ESTE MOMENTO. INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO QUE SÓ RETROAGE À PROPOSITURA DA AÇÃO QUANDO REALIZADA CITAÇÃO VÁLIDA (ART. 219, § 4º, DO CPC/1973). ALEGADA AUSÊNCIA DE CULPA PELA DEMORA DA REALIZAÇÃO DO ATO CITATÓRIO. INSUBSISTÊNCIA. FORNECIMENTO DE SUCESSIVOS ENDEREÇOS INCORRETOS PARA LOCALIZAÇÃO DA PARTE RÉ. FEITO EM TRÂMITE HÁ MAIS DE 16 (DEZESSEIS ANOS). AUSÊNCIA DE INTERRUPÇÃO DA PRESCRIÇÃO. INTELIGÊNCIA DO ENUNCIADO N. 150 DA SÚMULA DO C.STJ. MOROSIDADE NÃO IMPUTÁVEL AO PODER JUDICIÁRIO. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. Da análise escorreita do art. 202, inciso I, do Código Civil de 2002 e do art. 219 do Código de Processo Civil, extrai-se que o despacho que ordena a citação

somente interrompe a prescrição e retroagirá à data da propositura da ação se o ato citatório for promovido dentro do prazo previsto nos parágrafos do art. 219 do diploma processualista, qual seja, 10 (dez) dias, prorrogável até o limite de 90 (noventa) dias. Caso a citação seja realizada depois do máximo fixado, haverá interrupção apenas no momento da sua realização, sem se operar o efeito retroativo. Conclui-se, pois, que a interrupção da prescrição não se opera pelo mero ajuizamento da ação, pois deve haver citação válida. Caso ela não ocorra no prazo previsto nos parágrafos do art. 219 do Código de Processo Civil e se consuma no curso do processo o prazo prescricional, correta a sentença em pronunciá-lo de ofício. Não há falar em morosidade do mecanismo do judiciário e, em consequência, em aplicação do enunciado sumular nº 106 do Superior Tribunal de Justiça, se a demora na citação configurou-se pela dificuldade do autor em encontrar o devedor, a despeito das diversas diligências empreendidas. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0025762-28.2003.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Criminal do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos, em NEGAR PROVIMENTO ao recurso, nos termos do voto da relatora.".

Processo: 0222762-16.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família

Apelante: C. de S. dos S. M. I.
Representa: GABRIELA DE SOUZA SANTOS
Defensor: Antônio Cavalcante de Albuquerque Júnior (OAB: 2992/AM)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: H. S. S.
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Revisor do processo Não informado

DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO PELO CORREIO FRUSTRADA DIANTE DA INSUFICIÊNCIA DE DADOS. PARTE ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS, NOS TERMOS DO ART. 5º, §5º, DA LEI Nº. 1.060/50, ARTIGOS 4º, V E 128, I, DA LC Nº. 80/94 E ART. 186, §1º, DO CPC. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1. Em regra, a teor do art. 485, III, § 1º, do CPC, para que seja extinto o processo por abandono de causa é necessária a intimação pessoal da parte, não sendo necessária a intimação do advogado que a representa. 2. No caso, a parte apelante é assistida pela Defensoria Pública, que detém algumas prerrogativas processuais para bem desempenhar suas atividades, de modo que os membros desta instituição não poderiam se igualar irrestritamente aos causídicos particulares.3. É necessária a prévia intimação da Defensoria Pública sobre os atos processuais, nos termos do que determinam o artigo 5º, § 5º da Lei nº. 1.060/50, os artigos 4º, V, e 128, I, da LC nº. 80/94 e o artigo 186, §1º, do CPC, que devem ser interpretados de forma sistemática com o art. 485, III, §1º, do CPC, que dispõe acerca da necessidade de intimação pessoal da parte autora para dar seguimento ao processo sob pena de restar configurado o abandono de causa.4. Recurso conhecido e provido para anular a sentença.. DECISÃO: "DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO POR ABANDONO. INTIMAÇÃO PELO CORREIO FRUSTRADA DIANTE DA INSUFICIÊNCIA DE DADOS. PARTE ASSISTIDA PELA DEFENSORIA PÚBLICA. NECESSIDADE DE INTIMAÇÃO PESSOAL DO DEFENSOR DE TODOS OS ATOS PROCESSUAIS, NOS TERMOS DO ART. 5º, §5º, DA LEI Nº. 1.060/50, ARTIGOS 4º, V E 128, I, DA LC Nº. 80/94 E ART. 186, §1º, DO CPC. SENTENÇA ANULADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1. Em regra, a teor do art. 485, III, § 1º, do CPC, para que seja extinto o processo por abandono de causa é necessária a intimação pessoal da parte, não sendo necessária a intimação do advogado que a representa. 2. No caso, a parte apelante é assistida pela Defensoria Pública, que detém algumas prerrogativas processuais para bem desempenhar suas atividades, de modo que os membros desta instituição não poderiam se igualar irrestritamente aos causídicos particulares. 3. É necessária a prévia intimação da Defensoria Pública sobre os atos processuais, nos termos do que determinam o artigo 5º, § 5º da Lei nº. 1.060/50, os artigos 4º, V, e 128, I, da LC nº. 80/94 e o artigo 186, §1º, do CPC, que devem ser interpretados de forma sistemática com o art. 485, III, §1º, do CPC, que dispõe acerca da necessidade de intimação pessoal da parte autora para dar seguimento ao processo sob pena de restar configurado o abandono de causa. 4. Recurso conhecido e provido para anular a sentença. A C Ó R D Ã O ACORDAM os Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por maioria de votos, a dar provimento à Apelação Cível, nos termos do voto que acompanha a presente decisão, dela fazendo parte integrante.".

Processo: 0234812-40.2016.8.04.0001 - Apelação Cível, 3ª Vara de Família

Apelante: D. A. da S.
Defensora: Valéria Araújo Neves (OAB: 120303/MG)
Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Apelado: W. L. R.
Procuradora: Dra. Maria José da Silva Nazaré

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0607026-19.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Adailson Magalhães Monteiro
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPERIOSO QUE O BENEFICIÁRIO PASSE POR PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ANTES DA CONVERSÃO POR INVALIDEZ.ARTIGO 62 DA LEI N.º 8.213/91. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. CONVERSÃO DE AUXÍLIO-DOENÇA EM APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. IMPERIOSO QUE O BENEFICIÁRIO PASSE POR PROGRAMA DE REABILITAÇÃO ANTES DA CONVERSÃO POR INVALIDEZ. ARTIGO 62 DA LEI N.º 8.213/91. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de n.º 0607026-19.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, em consonância com o Parquet, negar-lhe provimento.".

Processo: 0608044-46.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Itaucard S/A
Advogado: Antônio Braz da Silva (OAB: 10026A/PB)
Apelado: Elias Rodrigues dos Santos

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Anselmo Chíxaro

APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE PRESSUPOSTO DE DESENVOLVIMENTO REGULAR DO PROCESSO. DESNECESSIDADE DE PRÉVIA INTIMAÇÃO PESSOAL DO AUTOR. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. . DECISÃO: "Pelo exposto, conheço a apelação para negar-lhe provimento, mantendo incólume a sentença. É como voto.".

Processo: 0619425-22.2013.8.04.0001 - Apelação Cível, 19ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Direcional Engenharia (Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda)

Advogada: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM)

Soc. Advogados: Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM)

Advogada: Carolina Ribeiro Botelho (OAB: 5963/AM)

Advogado: Rodrigo Banayon Pontes Serudo (OAB: 11132/AM)

Advogado: Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB: 14300/AM)

Apelado: Clóvis de Souza Duarte

Advogada: Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB: 6651/AM)

Advogado: Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB: 5035/AM)

Advogado: André Rodrigues de Almeida (OAB: 5016/AM)

Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. CULPA EXCLUSIVA DO COMPRADOR. COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS ANTES DA IMISSÃO NA POSSE. SUPOSTA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA COMPROMISSÁRIA VENDEDORA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DA COMISSÃO DE CORRETAGEM. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA DEVOLUÇÃO. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO EQUITATIVA AO CENÁRIO FÁTICO DA VENDA DO IMÓVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. COTA CONDOMINIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO OU MÁ-FÉ. PRECEDENTES. DATA DE INÍCIO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. TRANSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. ÍNDICE DE CORREÇÃO. SELIC. OBSERVÂNCIA DA PORTARIA N. 1.855/2017-PTJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA.Para lograr êxito no conhecimento do mérito do litígio deve o proponente demonstrar o concurso das condições para tanto, vale dizer, deve emergir da inicial, ainda que em caráter superficial, a legitimidade ad causam, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir.A legitimidade de partes, embora admita conceito eminentemente processual (aquele que pede e em face de quem se pede) deve guardar, não raras as vezes, intrínseca relação com o direito material, é dizer, para que a prestação jurisdicional realize os propósitos visados pelo demandante, necessário que tanto este quanto o demandado possam ser identificados como sujeitos da relação substancial posta em juízo, ressalvados os casos em que há legitimação extraordinária.Exige-se, pois, mesmo num exame cognitivo prévio, in status assertionis, seja possível extrair da narrativa inicial, em cotejo com as provas constantes dos autos, pertencer à parte autora a titularidade (ou haja legitimação legal) do direito substancial cuja proteção se busca e que o sujeito indicado como réu seja o legitimado a suportar os efeitos da sentença. Se assim se verificar, diz-se legítimas as partes.No caso, tratando-se de pedido de devolução de taxa condominial, reputo que embora a cobrança tenha sido efetivada pelo condomínio – fls. 49 e ss – o STJ já sedimentou o entendimento de que é legítimo para figurar na lide o promitente vendedor, quando ausente a comprovação da posse efetiva pelo comprador ou de ciência do condomínio acerca da alienação do imóvel.Com efeito, o e.STJ firmou entendimento, em regime de recursos repetitivos (REsp 1599511/SP – Tema 938), pela validade da transferência ao consumidor do pagamento da comissão de corretagem nas promessas de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que, pela forma em que o negócio foi firmado, fique claro que a verba estava sendo paga a esse título.O STJ e diversos Tribunais de Justiça também já manifestaram o entendimento de que a comissão de corretagem é devida se a desistência do negócio se dá após a assinatura da promessa de compra e venda, uma vez que os trabalhos de aproximação realizados pelo corretor resultaram no consenso das partes quanto aos elementos essenciais do negócio. Assim sendo, tendo o encargo sido transferido ao Apelado e verificado que o negócio não foi concluído pela sua desistência, o mesmo deve arcar com os custos de corretagem, não se admitindo a devolução. Quanto ao perdimento de percentagem do valor adimplido em virtude dos encargos de venda do imóvel, cumpre mencionar que este tema tem sido constantemente analisado. Assim, tendo incidido o Comprador em inadimplência, não há como se esquivar da responsabilização pelas perdas e danos, representadas, estas, pela restituição dos valores já pagos abatidos valores a título de administração.É verdade que não pode ser admitir que a Apelante retenha o valor máximo indicado em contrato, uma vez que os compradores nem sequer chegaram a usufruir do imóvel, devendo ser ressarcidos de forma parcial, sob pena de configurar enriquecimento ilícito da construtora. A perda de valores em percentuais elevados pelos adquirentes do imóvel, sem que este tenha sofrido qualquer depreciação, afronta o princípio da boa-fé e da equidade que devem vigorar nos contratos.Ademais, o imóvel esta à disposição da Requerida para nova venda, livre e desembaraçado, havendo, inclusive, a possibilidade que o mesmo já tenha sido vendido. Vale ressaltar, que não houve desgaste da unidade imobiliária. Ao que consta, o Apelado sequer havia ingressado no imóvel, ou seja, os prejuízos que a construtora teria são muito inferiores ao valor que a mesma cobra a título de cláusula penal.Como é cediço, para que o pagamento em dobro do valor cobrado indevidamente pela Apelante seja efetivado, necessária a comprovação de sua má-fé por parte do Credor.No caso dos autos, verifico que a cobrança foi efetivada em decorrência de norma contratual, ainda que eivada de vício. Não vislumbro qualquer ato praticado pela Apelante que possa ser servil à clandestineidade ou a sua má-fé. Não há, portanto, a configuração dos requisitos necessários para repetição de indébito, em dobro, mas tão somente simples.A jurisprudência do c.STJ firmou no sentido de que o termo inicial dos juros de mora na hipótese de devolução de valores decorrente de resolução de compromisso de compra e venda por iniciativa do promitente comprador é a data do trânsito em julgado da decisão.Alterado o termo inicial de incidência de juros e sendo os mesmos calculados pela SELIC, entendo que a correção monetária deve incidir desde a data dos pagamentos, obedecida a formula de cálculo estabelecida pela Portaria n. 1855/2016-PTJ, ou seja, pelo INPC-IBGE (art. 3º, IX) até a data do transito em julgado, a partir de quando o débito sofrerá juros e correção pela SELIC.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. RECURSO DE APELAÇÃO. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER C/C INDENIZATÓRIA POR DANOS MORAIS E MATERIAIS. RESCISÃO DE CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE UNIDADE IMOBILIÁRIA. CULPA EXCLUSIVA DO COMPRADOR. COBRANÇA DAS COTAS CONDOMINIAIS ANTES DA IMISSÃO NA POSSE. SUPOSTA ILEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM DA COMPROMISSÁRIA VENDEDORA. INOCORRÊNCIA. PRETENSÃO DE DEVOLUÇÃO DA COMISSÃO DE CORRETAGEM. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO DEVER DE INFORMAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE DA DEVOLUÇÃO. PERCENTUAL DE RETENÇÃO. MAJORAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. FIXAÇÃO EQUITATIVA AO CENÁRIO FÁTICO DA VENDA DO IMÓVEL. REPETIÇÃO DE INDÉBITO EM DOBRO. COTA CONDOMINIAL. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE DOLO OU MÁ-FÉ. PRECEDENTES. DATA DE INÍCIO DA INCIDÊNCIA DOS JUROS DE MORA. TRANSITO EM JULGADO. PRECEDENTES. ÍNDICE DE CORREÇÃO. SELIC. OBSERVÂNCIA DA PORTARIA N. 1.855/2017-PTJ. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO. SENTENÇA REFORMADA. Para lograr êxito no conhecimento do mérito do litígio deve o proponente demonstrar o concurso das condições para tanto, vale dizer, deve emergir da inicial, ainda que em caráter superficial, a legitimidade ad causam, possibilidade jurídica do pedido e interesse de agir. A legitimidade de partes, embora admita conceito eminentemente processual (aquele que pede e em face de quem se pede) deve guardar, não raras as vezes, intrínseca relação com o direito material, é dizer, para que a prestação jurisdicional realize os propósitos visados pelo demandante, necessário que tanto este quanto o demandado possam ser identificados como sujeitos da relação substancial posta em juízo, ressalvados os casos em que há legitimação extraordinária. Exige-se, pois, mesmo num exame

cognitivo prévio, in status assertionis, seja possível extrair da narrativa inicial, em cotejo com as provas constantes dos autos, pertencer à parte autora a titularidade (ou haja legitimação legal) do direito substancial cuja proteção se busca e que o sujeito indicado como réu seja o legitimado a suportar os efeitos da sentença. Se assim se verificar, diz-se legítimas as partes. No caso, tratando-se de pedido de devolução de taxa condominial, reputo que embora a cobrança tenha sido efetivada pelo condomínio - fls. 49 e ss - o STJ já sedimentou o entendimento de que é legítimo para figurar na lide o promitente vendedor, quando ausente a comprovação da posse efetiva pelo comprador ou de ciência do condomínio acerca da alienação do imóvel. Com efeito, o e.STJ firmou entendimento, em regime de recursos repetitivos (REsp 1599511/SP - Tema 938), pela validade da transferência ao consumidor do pagamento da comissão de corretagem nas promessas de compra e venda de unidade autônoma em regime de incorporação imobiliária, desde que, pela forma em que o negócio foi firmado, fique claro que a verba estava sendo paga a esse título. O STJ e diversos Tribunais de Justiça também já manifestaram o entendimento de que a comissão de corretagem é devida se a desistência do negócio se dá após a assinatura da promessa de compra e venda, uma vez que os trabalhos de aproximação realizados pelo corretor resultaram no consenso das partes quanto aos elementos essenciais do negócio. Assim sendo, tendo o encargo sido transferido ao Apelado e verificado que o negócio não foi concluído pela sua desistência, o mesmo deve arcar com os custos de corretagem, não se admitindo a devolução. Quanto ao perdimento de percentagem do valor adimplido em virtude dos encargos de venda do imóvel, cumpre mencionar que este tema tem sido constantemente analisado. Assim, tendo incidido o Comprador em inadimplência, não há como se esquivar da responsabilização pelas perdas e danos, representadas, estas, pela restituição dos valores já pagos abatidos valores a título de administração. É verdade que não pode ser admitir que a Apelante retenha o valor máximo indicado em contrato, uma vez que os compradores nem sequer chegaram a usufruir do imóvel, devendo ser ressarcidos de forma parcial, sob pena de configurar enriquecime".

Processo: 0619733-48.2019.8.04.0001 - Apelação Cível, 20ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Antonio Braz da Silva
Advogado: Antonio Braz da Silva (OAB: 1026A/AM)
Apelado: Derick Daniel Cruz de Almeida
Advogado: Fabio Pontes Garcia (OAB: 14234/AM)

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Maria das Graças Pessoa Figueiredo

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PLANILHA DE DÉBITOS. ORDEM DE EMENDA NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONTROLE JUDICIAL PRÉVIO DO CONTEÚDO DOS CÁLCULOS. INADEQUAÇÃO. EMENDA DESNECESSÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA.1. Não se justifica o indeferimento da petição inicial pela inércia da parte em juntar planilha atualizada do débito, inclusive descontando juros.2. Os documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, são unicamente o contrato celebrado entre as partes, comprobatório do negócio jurídico pactuado, bem como a notificação extrajudicial caracterizadora da mora do devedor, de acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/69.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE BUSCA E APREENSÃO. PLANILHA DE DÉBITOS. ORDEM DE EMENDA NÃO ATENDIDA. INDEFERIMENTO DA PETIÇÃO INICIAL. CONTROLE JUDICIAL PRÉVIO DO CONTEÚDO DOS CÁLCULOS. INADEQUAÇÃO. EMENDA DESNECESSÁRIA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. SENTENÇA ANULADA. 1. Não se justifica o indeferimento da petição inicial pela inércia da parte em juntar planilha atualizada do débito, inclusive descontando juros. 2. Os documentos indispensáveis ao ajuizamento da ação de busca e apreensão de bem alienado fiduciariamente, são unicamente o contrato celebrado entre as partes, comprobatório do negócio jurídico pactuado, bem como a notificação extrajudicial caracterizadora da mora do devedor, de acordo com o artigo 3º do Decreto-Lei n. 911/69. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Apelação Cível nº 0619733-48.2019.8.04.0001, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Primeira Câmara Cível do Egrégio do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, conhecer e dar provimento ao presente Recurso, nos termos do voto da Relatora.".

Processo: 0624562-48.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB: 566/AM)
Apelado: Ramiro Rosa Mendonca
Advogado: Luciano Menezes Gadelha (OAB: 8648/AM)
Apelante: Ramiro Rosa Mendonca
Advogado: Luciano Menezes Gadelha (OAB: 8648/AM)
Apelado: Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogado: Celso Marcon (OAB: 566/AM)

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

Processo sem Acórdão, ou Acórdão não está vinculado em uma sessão de julgamento com a situação julgado. DECISÃO: "Decisão do julgamento na sessão Não informado".

Processo: 0626397-32.2018.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Washington Alexandre Santos da Silva
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procuradora: Fernanda Meyge de Brito (OAB: 35105/BA)
Procuradora: Dra. Noeme Tobias de Souza

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL PARA ENQUADRAR O BENEFICIÁRIO EM ATIVIDADE QUE COMPATÍVEL COM SUAS LIMITAÇÕES. ARTIGO 86 DA LEI N.º 8.213/91. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA.. DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. REABILITAÇÃO PROFISSIONAL PARA ENQUADRAR O BENEFICIÁRIO EM ATIVIDADE QUE COMPATÍVEL COM SUAS LIMITAÇÕES. ARTIGO 86 DA LEI N.º 8.213/91. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. SENTENÇA MANTIDA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento.".

Processo: 0632291-28.2014.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogado: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG)
Advogado: Luis Philipe de Lana Foureaux (OAB: 104147/MG)
Apelado: Cleonia de Oliveira Vasconcelos

Relator: Joana dos Santos Meirelles. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES VÁLIDAS DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO PROVIDO. A demora para a realização da citação não enseja a extinção da causa sem resolução mérito, nos termos do Art. 485, IV do CPC, podendo vir a ser configurado no inciso

III, ou seja, abandono da causa, no entanto, é necessário a intimação pessoal da parte anteriormente.. DECISÃO: "EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. APELAÇÃO CÍVEL. EXTINÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. AUSÊNCIA DE CONDIÇÕES VÁLIDAS DA AÇÃO. NÃO CONFIGURAÇÃO. SENTENÇA PARCIALMENTE REFORMADA. RECURSO PROVIDO. A demora para a realização da citação não enseja a extinção da causa sem resolução mérito, nos termos do Art. 485, IV do CPC, podendo vir a ser configurado no inciso III, ou seja, abandono da causa, no entanto, é necessário a intimação pessoal da parte anteriormente. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº , de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por _____ de votos, em DAR PROVIMENTO ao recurso, para REFORMAR PARCIALMENTE a sentença recorrida.".

Processo: 0635547-71.2017.8.04.0001 - Apelação Cível, 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Sóstenes Alves da Silva
Advogado: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM)
Apelado: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS
Procurador: Rodrigo Medeiros Lócio (OAB: 39972/PE)
Procurador: Dra. Sandra Cal Oliveira

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. DIREITO AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42 DA LEI N.º 8.213/91. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DA INCAPACIDADE. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. . DECISÃO: "APELAÇÃO CÍVEL. MATÉRIA PREVIDENCIÁRIA. INSS. DIREITO AO RECEBIMENTO DO BENEFÍCIO DE APOSENTADORIA POR INVALIDEZ. ARTIGO 42 DA LEI N.º 8.213/91. ANÁLISE DOS ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, PROFISSIONAIS E CULTURAIS DO SEGURADO. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DA INTERRUPÇÃO DA INCAPACIDADE. PRECEDENTE DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de nº 0635547-71.2017.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e, em dissonância com o Parquet, dar-lhe provimento.".

Processo: 0636450-77.2015.8.04.0001 - Apelação Cível, 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho

Apelante: Industria de Embalagens Plasticas da Amazonia LTDA
Advogado: Carlos Alberto de Carvalho (OAB: 109094/SP)
Apelado: Banco Bradesco S.a.
Advogado: Mauro Paulo Galera Mari (OAB: 877A/AM)

Relator: Cláudio César Ramalheira Roessing. Revisor: Revisor do processo Não informado

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO CAUTELAR DE SUSTAÇÃO DE PROTESTO ANTES DO CPC/15. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL QUANTO À ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. PREVALÊNCIA DA INSTRUMENTALIDADE DAS FORMAS E DA PRIMAZIA DE JULGAMENTO DO MÉRITO. APLICAÇÃO DA TEORIA DA CAUSA MADURA. ARTIGO 1.013, §3º, I, DO CPC/15. IMPROCEDÊNCIA DO PEDIDO PRINCIPAL. INEXISTÊNCIA DE CERCEAMENTO DO DIREITO DE AÇÃO POR INDEFERIMENTO DA MEDIDA CAUTELAR. NORMA DO ARTIGO 806 DO CPC/73 CUJA FINALIDADE É PROTETIVA DO DEMANDANDO E NÃO LIMITADORA DO DIREITO DE AÇÃO DO DEMANDANTE. RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO.. DECISÃO: "ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Cível nº 0627805-63.2015.8.04.0001, de Manaus (AM), em que são partes as acima indicadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso para dar-lhe parcial provimento,nos termos do voto do relator. Sala das Sessões, em Manaus, 03 de outubro de 2019.".

Processo: 1012376-33.2011.8.04.0000 - Embargos de Declaração Cível, 6ª Vara de Família

Embargante: H. D.
Advogado: Kon Tsih Wang (OAB: 4646/AM)
Embargada: H. M. O.
Advogada: Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB: 116/AM)
Advogado: José Alfredo Ferreira de Andrade (OAB: 29A/AM)

Relator: Mirza Telma de Oliveira Cunha. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO CONHECIDO POR DETERMINAÇÃO CONTIDA EM ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES COM A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO MAGISTRADO, AINDA QUE NÃO HOMOLOGADO É PERFEITAMENTE VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.1) Embargos de declaração conhecidos em decorrência de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça;2) Ao conhecer dos Embargos, impõe-se a necessidade de adentrar à matéria de mérito do agravo de instrumento que, anteriormente, não havia sido conhecido.3) Ao analisar o mérito, os efeitos infringentes são legítimos e inevitáveis.4) Recurso conhecido e provido. . DECISÃO: "EMENTA DIREITO PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EFEITOS INFRINGENTES. RECURSO CONHECIDO POR DETERMINAÇÃO CONTIDA EM ACÓRDÃO DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. ACORDO FIRMADO ENTRE AS PARTES COM A INTERVENÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO E DO MAGISTRADO, AINDA QUE NÃO HOMOLOGADO É PERFEITAMENTE VÁLIDO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1) Embargos de declaração conhecidos em decorrência de acórdão proferido pelo Superior Tribunal de Justiça; 2) Ao conhecer dos Embargos, impõe-se a necessidade de adentrar à matéria de mérito do agravo de instrumento que, anteriormente, não havia sido conhecido. 3) Ao analisar o mérito, os efeitos infringentes são legítimos e inevitáveis. 4) Recurso conhecido e provido.".

Processo: 4005661-74.2018.8.04.0000 - Agravo de Instrumento, Vara de Órfãos e Sucessões

Agravante: Silvestre Benevides Silvestre
Agravante: Wallace Leal Silvestre
Advogado: Pedro Lucas Portugal Al- Behy Kanan (OAB: 8587/AM)
Agravado: Procuradoria Geral do Estado do Amazonas - PGE
Procurador: Paulo José Gomes de Carvalho (OAB: 1124/AM)
Agravado: Estado do Amazonas
Procurador: Paulo José Gomes de Carvalho (OAB: 1124/AM)

Relator: Anselmo Chíxaro. Revisor: Revisor do processo Não informado

EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE ITCMD – CAUSA MORTIS. DEVIDO APENAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DO DIREITO DOS SUCESSORES. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.O STJ entende que, considerando a forma de apuração do ITCMD, deve-se levar em conta o disposto no art. 35, parágrafo único, do CTN, segundo o qual, nas transmissões causa mortis, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários.- Pela forma que ocorre a transmissão causa mortis, não há como

cobrar o ITCMD antes do reconhecimento judicial do direito dos sucessores, seja mediante Arrolamento Sumário, seja na forma de Inventário.- Decisão reformada.- Recurso conhecido e provido.. DECISÃO: "EMENTA: AGRAVO DE INSTRUMENTO. INVENTÁRIO. COMPROVAÇÃO DE PAGAMENTO DE ITCMD - CAUSA MORTIS. DEVIDO APENAS A PARTIR DO RECONHECIMENTO JUDICIAL DO DIREITO DOS SUCESSORES. DECISÃO REFORMADA. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. O STJ entende que, considerando a forma de apuração do ITCMD, deve-se levar em conta o disposto no art. 35, parágrafo único, do CTN, segundo o qual, nas transmissões causa mortis, ocorrem tantos fatos geradores distintos quantos sejam os herdeiros ou legatários. - Pela forma que ocorre a transmissão causa mortis, não há como cobrar o ITCMD antes do reconhecimento judicial do direito dos sucessores, seja mediante Arrolamento Sumário, seja na forma de Inventário. - Decisão reformada. - Recurso conhecido e provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento n.º 4005661-74.2018.8.04.0000, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que integram a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, à unanimidade de votos, em conhecer do presente recurso e, no mérito, dar provimento, nos termos do voto do relator, que acompanha o presente julgado, dele fazendo parte integrante.".

Secretaria do(a) Primeira Câmara Cível , em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Intimações

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0006092-45.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Advogado(a): Dr(a). Rennalt Lessa de Freitas, Denizom Moreira de Oliveira, Raphaela Batista de Oliveira, Ana Beatriz da Silva Oliveira, Luma Vieira Marquez, Carlos Murilo Laredo Souza, Rodrigo Benayon Serudo, Paulo Augusto Luz de Araújo, Guilherme Carvalho Melo, Carolina Ribeiro Botelho, Ingryd dos Santos Mousse1722E/AM, 9040/AM, 9169/AM, 9372/AM, 10959/AM, 7356/AM, 1880E/AM, 11146/AM, 11086/AM, 5963/AM, 8304/AM e Embargado: Felipe Carlos Don (Advogado(a): Dr(a). Daniel de Lima Albuquerque, Daniel de Lima Albuquerque6548/AM, 6548/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Daniel de Lima Albuquerque, Daniel de Lima Albuquerque 6548/AM, 6548/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0006080-31.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Patri Onze Empreendimentos Imobiliarios LTDA. (Advogado(a): Dr(a). Germano Costa Andrade, Keyth Yara Pontes Pina, Carolina Ribeiro Botelho, Ingryd dos Santos Mousse, Angélica Ortiz Ribeiro, Armando Cláudio Dias do Santos Junior, Lucianna de Souza Silva, Mauro Couto da Cunha, Carlos Murilo Laredo Souza, Fábio Loureiro Guerreiro2835/AM, 3467/AM, 5963/AM, 8304/AM, 2847/AM, 3194/AM, 3624/AM, 4200/AM, 7356/AM, 7505/AM e Embargado: Marcele Assunção da Silva (Advogado(a): Dr(a). Ulysses Faias de Magalhães Neto7166/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Ulysses Faias de Magalhães Neto 7166/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0006119-28.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Direcional Engenharia S/A e Jonasa Emprendimentos Imobiliários LTDA. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina3467/AM e Embargado: Márcia Lasmar Martins (Advogado(a): Dr(a). Anelson Brito de Souza, Kassio Almeida Faye das Chagas5342/AM, 10208/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina 3467/AM/Anelson Brito de Souza, Kassio Almeida Faye das Chagas 5342/AM, 10208/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Anselmo Chíxaro, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004888-92.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Armênio José da Paz. (Advogado(a): Dr(a). Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão(4333/AM). Agravado: Simone de Matos Almeida. (Advogado(a): Dr(a).Pollyana Gabrielle Souza Vieira(274381/SP). DECISÃO: "Diante do exposto, da sumária análise dos fundamentos recursais e pelas razões delineadas, ex vi dos arts. 1.019, I, 932, II e 995, parágrafo único, todos do CPC/2015, CONFIRO EFEITO SUSPENSIVO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, ficando suspensa a decisão agravada que fixou alimentos provisórios no valor de 30% (trinta por cento) do salário mínimo, proferida nos autos de n.º 0218521-57.2019.8.04.0001, da Ação Declaratória de Reconhecimento e Dissolução de União Estável e Partilha de Bens c/c Ação de Guarda c/c Fixação de Alimentos Comunique-se do inteiro teor desta decisão ao Juízo da causa, por força do que ordena a parte final do inciso I, do art. 1.019, do Código de Processo Civil de 2015. Intime-se a parte agravada, na pessoa de seus advogados, nos termos do que determina o inciso II, do art. 1.019, do Novo CPC, a fim de que respondam ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, ressalvando-se a faculdade de juntada da documentação que se fizer necessária ao julgamento do Recurso. Após, dê-se vista ao graduado Órgão Ministerial, tendo em vista que a decisão envolve discussão que atinge interesse de menor de idade. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004674-04.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Alpha Extração de Areia Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (3749/AM)). Agravado: Luiz Wilson Barroso. (Advogado(a): Dr(a). Daniel Silva Barroso (2965/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Daniel Silva Barroso (2965/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004079-05.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Condomínio Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM)). Agravado: Rio Negro Locações de Imóveis Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004738-14.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Laércio de Castro Dourado Júnior (13184/AM)). Agravado: Rui Reategui de Goes. (Advogado(a): Dr(a). José Paiva de Souza Filho (363/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, indefiro o pedido de atribuição do efeito suspensivo em caráter liminar.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) José Paiva de Souza Filho (363/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0006211-06.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Mongeral Aegon Seguros e Previdência (Advogado(a): Dr(a). Luana Pereira Regis, Bruna das Chagas de Mendonca9340/AM, 10474/AM e Embargado: Guilherme de Souza (Advogado(a): Dr(a). Jerônimo José Sá Peixoto Pinheiro5575/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Jerônimo José Sá Peixoto Pinheiro 5575/AM. "Considerando os efeitos infringentes que se pretende dar aos aclaratórios, intime-se a parte adversa para apresentar suas contrarrazões. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Apelação Cível nº 0635655-08.2014.8.04.0001 - Manaus em que é Apelante: Paulo Roberto Silva dos Santos (Advogado(a): Dr(a). Christiano Pinheiro da Costa3542/AM e Apelado: Banco Itaucard S/A (Advogado(a): Dr(a). Antonio Braz da Silva, Pryscila Duarte Nunes34198/PE fica INTIMADO o APELADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Antonio Braz da Silva, Pryscila Duarte Nunes 34198/PE. "Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida refere-se à purgação da mora em ação de busca e apreensão em alienação fiduciária mediante o pagamento integral das parcelas vencidas e vincendas, correspondente à tese fixada pelo STJ no REsp Repetitivo n. 1.418.593/MS. No entanto, antes de aplicar o referido precedente, observo que a instituição financeira não demonstrou, na planilha com os valores indicados na inicial, a redução dos juros remuneratórios e demais acréscimos decorrentes do financiamento incidentes sobre as parcelas vincendas que serão totalmente liquidadas com antecipação, deixando de observar o previsto no artigo 52, § 2.º, do CDC c/c súmula n.º 297 do STJ. Diante disso, com base nos artigos 10 e 927, § 1.º, do CPC, determino a intimação do banco Apelado para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias, sobre a questão ora apresentada. Cumpra-se.". LA

De ordem do Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, Relator dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004902-76.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Amazonas Energia S/A (Advogado(a): Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire697A/AM e Agravado: Eletro Instalações Ltda (Advogado(a): Dr(a). Jonny Cleuter Simões Mendonça, Fued Cavalcante Sêmen Neto8340/AM, 10435/AM fica INTIMADO o AGRAVANTE, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Décio Flávio Goçalves Torres Freire 697A/AM. "De todo modo, considerando a imposição prevista no artigo 10 do CPC, entendo necessário intimar o Agravante para que se manifeste acerca da referida matéria. Pelo exposto, intime-se o Agravante para que se manifeste acerca do cabimento de seu recurso. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Pedido de Efeito Suspensivo À Apelação nº 4004554-58.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Requerente: Vitória Araújo Oliveira. (Advogado(a): Dr(a). Caroline Pereira de Souza(9052/AM). Requerido: Manaus Previdência - MANAUSPREV. DECISÃO: "Pelo exposto, em caráter liminar, defiro o pedido de atribuição de efeito ativo ao recurso de apelação nos autos de n. 0621909-34.2018.8.04.0001, devendo o pagamento do benefício de pensão por morte da Requerente ser mantido, pelo menos, até os 21 (vinte e um) anos de idade, até o final julgamento do recurso de apelação. Intime-se a Defensoria Pública para que tome ciência da presente decisão. Intime-se o Requerido para que exerça o contraditório quanto ao pedido ora analisado. Cumpra-se.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0607598-43.2015.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Mikacio Pereira Xavier. (Advogado(a): Dr(a). João Batista Andrade de Queiroz, Deize da Silva Vasconcelos(2372/AM, 3058/AM). Apelado: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a). Luciana Barroso de Freitas(5144/AM). DECISÃO: "Pelo exposto, monocraticamente, nego provimento ao recurso de apelação interposto, com base no artigo 932, IV, "b", do CPC, tendo em vista que a sentença proferida está em consonância ao entendimento firmado pelo STF no julgamento do RE nº 630.733 - tema de Repercussão Geral n. 335.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004639-44.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Construtora Capital S/A. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Condominio Residencial Islamorada. (Advogado(a): Dr(a). Edilson Batiste de Menezes Junior (26464/BA) e Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, indefiro a atribuição do efeito suspensivo ao agravo.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Edilson Batiste de Menezes Junior (26464/BA) e Fabíola Maria Carvalho Vasques (4167/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004867-19.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Francisco Silva de Oliveira. (Advogado(a): Dr(a). Deize da Silva Vasconcelos (3058/AM), Débora Araújo de Queiroz (10157/AM) e João Batista Andrade de Queiroz (2372/AM)). Agravado: Fabíola Carolina Fonseca. (Advogado(a): Dr(a). João Paulo Reis Garzon (9542/AM)). DECISÃO: (....) "Pelo exposto, com fulcro no art. 1019, II do Código de Processo Civil, indefiro a liminar requerida.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) João Paulo Reis Garzon (9542/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Des. Cláudio César Ramalheira Roessing, relator dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4005099-31.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Vivo S.a.. (Advogado(a): Dr(a). Leonardo Faria Schenk, Wingler Alves Pereira, Paulo Cezar Pinheiro Carneiro(123888/RJ, 180860/RJ, 20200/RJ). Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau. DECISÃO: "Pelo exposto, indefiro a atribuição do efeito suspensivo ao agravo. Intime-se a parte Agravada, nos termos do artigo 1019, inciso II, do Código de Processo Civil, para responder ao recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4005058-64.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Vision Clínica de Olhos Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Alessandra Gomes dos Santos (6938/AM) e Icaroty José da Silva (6010/AM)). Agravado: Wanderley Sousa Chaves. (Advogado(a): Dr(a). Eric Pires Benigno (9944/AM) e Natan Costa Teixeira (10656/AM)). DECISÃO: (....) "Por todo o exposto e fundamentado alhures, indefiro o pedido de concessão de efeito ativo.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Eric Pires Benigno (9944/AM) e Natan Costa Teixeira (10656/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4004643-81.2019.8.04.0000 - Manicoré em que é Agravante: Kellem Souza da Costa (Advogado(a): Dr(a). Syrslane Ferreira Navegante Santos5154/AM e Agravado: Leyna Souza da Costa (Advogado(a): Dr(a). Robson Wilkens Farias Melgarejo,

Wictor Flavio de S. Paulo Aguiar, Ericon Modesto Correa Junior7431/RO, 8907/AM, 7373/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Robson Wilkens Farias Melgarejo, Wictor Flavio de S. Paulo Aguiar, Ericon Modesto Correa Junior 7431/RO, 8907/AM, 7373/AM. "Notando preliminarmente a regularidade formal do recurso, bem como a ausência de fundamentação sobre o pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de qualquer outro pleito que merecesse a apreciação imediata desta relatora, determino a intimação dos agravados, por publicação no órgão da imprensa oficial, para apresentarem contraminuta ao recurso.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0004978-71.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: H. K. Comércio e Representação Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Fausto Mendonça Ventura, Ricardo Aquino Ventura2503/AM, 6305/AM e Embargado: Distribuidora Dinâmica Ltda (Advogado(a): Dr(a). André de Souza Oliveira5219/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). André de Souza Oliveira 5219/AM. "Intime-se a Embargada para apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias, a teor do disposto no artigo 1.023, § 2º do CPC.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Embargos de Declaração Cível nº 0004989-03.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Embargante: Auto Posto Master Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Absalão Gonzales Júnior3278/AM e Embargado: Rudi Roberto Osowski (Advogado(a): Dr(a). Charles Ribeiro da Silva, Edson Pereira Duarte, Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo, Waldelina Pereira Duarte Correa5694/AM, 3702/AM, 2819/AM, 1293/AM fica INTIMADO o EMBARGADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Charles Ribeiro da Silva, Edson Pereira Duarte, Luciana Pedrosa de Moraes Rego Figueiredo, Waldelina Pereira Duarte Correa 5694/AM, 3702/AM, 2819/AM, 1293/AM. "Intime-se o Embargado para apresentar contrarrazões no prazo de 5 (cinco) dias, a teor do disposto no artigo 1.023, § 2º do CPC.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo Interno Cível nº 0006183-38.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: Banco Santander S/A (Advogado(a): Dr(a). Neildes Araujo Aguiar Di Gesu217897/SP e Agravado: Sidney Barroso Wanderley (Advogado(a): Dr(a). Simone Patricia Wanderley da Silva5353/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Simone Patricia Wanderley da Silva 5353/AM. "Intime-se o Agravado para, em 15 (quinze) dias, apresentar suas contrarrazões, nos termos do artigo 1.021, § 2º, do CPC. Intimem-se. Cumpra-se. À Secretaria para providências.". LA

De ordem da Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, Relatora dos autos dos autos eletrônico Agravo de Instrumento nº 4005070-78.2019.8.04.0000 - Manaus em que é Agravante: O Estado do Amazonas e Agravado: Ana Cristina Alves de Menezes (Advogado(a): Dr(a). Alex Lelis da Costa11888/AM fica INTIMADO o AGRAVADO, na pessoa de seu Advogado Dr(a). Alex Lelis da Costa 11888/AM. "Notando preliminarmente a regularidade formal do recurso, bem como a inexistência de pedido de atribuição de efeito suspensivo ou de qualquer outro pleito que merecesse a apreciação imediata desta relatora, determino a intimação da agravada, por publicação no órgão da imprensa oficial, para que apresente contraminuta ao recurso no prazo legal.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Apelação Cível nº 0616928-59.2018.8.04.0001 - Manaus/Am, em que é Apelante: Claudio Batista de Aguiar. e Apelado: O Estado do Amazonas. (Advogado(a): Dr(a).Luciana Araújo Paes(4678/AM). DECISÃO: "Observados os requisitos exigidos pelo artigo 1.010 do CPC, o prazo legal de 15 (quinze) dias e dispensado o preparo, recebo a apelação apenas no efeito devolutivo, por força do disposto no artigo 1.012, § 1.º, V, do CPC. Ao Ministério Público para manifestar-se sobre a causa.". LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004909-68.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Banco Bradesco S.a.. (Advogado(a): Dr(a). Karina de Almeida Batistuci (685A/AM)). Agravado: José Jocy Nunes Monteiro. (Advogado(a): Dr(a). José Eldair de Souza Martins (1822/AM)). DECISÃO: (....) "Frente a estes argumentos, indefiro o pedido de efeito suspensivo.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) José Eldair de Souza Martins (1822/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4005096-76.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Vila de Sevilha Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Advogado(a): Dr(a). Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM)). Agravado: Condominio Residencial Villa de Sevilha. (Advogado(a): Dr(a). Débora Salgueiro de Menezes (12200/AM)). DECISÃO: (....) "Diante disso, indefiro o pedido de efeito suspensivo.".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Débora Salgueiro de Menezes (12200/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

Ficam as partes intimadas da Decisão proferida pela Exma. Sra. Desa. Maria das Graças Pessoa Figueiredo, relatora dos autos virtuais de Agravo de Instrumento nº 4004610-91.2019.8.04.0000 - Manaus/Am, em que é Agravante: Marcos Antonio Nunes da Silva. (Advogado(a): Dr(a). Marcos Antonio Nunes da Silva (39390/PR)). Agravado: Banco da Amazônia S/A. (Advogado(a): Dr(a). Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (1141A/AM)). DECISÃO: (....) "Portanto, em relação a esse capítulo da decisão guerreada entendo presentes os requisitos do artigo 995, parágrafo único, do CPC, razão pela qual defiro o pedido de atribuição de efeito suspensivo para determinar a manutenção em conta judicial do valor de R$ 146.262,74 (cento e quarenta e seis mil, duzentos e sessenta e dois reais e setenta e quatro centavos).".

Fica INTIMADO o agravado, na pessoa de seu advogado Dr. (a) Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (1141A/AM), para apresentação das contrarrazões ao Agravo de Instrumento no prazo legal. LA

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

Intimações

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4005095-91.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Banco Bmg S/A.** (Advogado: Dr. Rodrigo Scopel (OAB/SP 40.004 e outros)). Agravado: **Marcus Aurélio Macedo Pinage**. (Advogados: Dr. Kelson Girão de Souza (OAB/AM 7.670) e Dr. Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB/AM 7.396)). Fica **o Agravado intimado**, na pessoa de seus advogados para, querendo, **apresentar contrarrazões ao presente recurso**, bem como **o Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 167/169,** exarada nos autos acima mencionados na qual,"..... Com o apoio das razões acima fincadas**, concedo o efeito suspensivo (CPC/2015, art. 1.019, I). Comunique-se ao juízo a quo. Intime-se o agravado para que ofereça resposta,**

querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, facultando-lhe juntar a documentação que entender necessária (CPC/2015, art. 1.019, II). Intime-se o Agravante". Manaus/AM 11 de outubro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 14 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4000542-98.2019.8.04.0000,** em que é Agravante: **Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. (**Advogados: Dr. Caio Patrick Coelho Silva Andrade (OAB/AM 13.408), Dra. Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB/AM 11.737), Dra. Elaise Moss Portela (OAB/AM 7.689 e outros)). Agravado: **Bartolomeu Ferreira de Azevedo Junior.** (Advogado: Dr. Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB/AM 4.334)). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 209/211**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Sob o pálio dos fundamentos acima fincados, ao considerá-lo manifestamente inadmissível**, não conheço do recurso (CPC/2015, art. 932, III; RITJAM, art. 61, X), esclarecendo não ser cabível aplicar o art. 932, parágrafo único, do CPC/2015, pois a inadmissibilidade resulta de vício insanável. Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 27 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 15 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4003403-57.2019.8.04.0000**, em que é Agravante: **Murad Mohd Abdel Karim Ahmad**. (Advogados: Dra. Ana Lúcia Salazar de Souza - OAB/AM 7.173, Dr. Alex da Silva Almeida - OAB/AM 10.706 e Dr. Francisco Rodrigo de Menezes e Silva - OAB/AM 9.771). Agravados: **Murad Mohd Ahmad e Sophie Mohd Souto Ahmad - representados por sua genitora Mayara Teles Souto.** (Advogados: Dr. Felipe Braga de Oliveira - OAB/AM 9.663, Dra. Alessandra Seriacopi Vila - OAB/AM - OAB/AM 9.881 e Dra. Lívia Oliveira e Silva - OAB/AM 12.851). Ficam **às partes intimadas da DECISÃO de fls. 89/90**, exarada nos autos acima referidos na qual, "..... Sob o pálio dos fundamentos acima fincados, **não conheço do agravo de instrumento (CPC/2015, art. 932, III). Comunique-se ao juízo a quo. Intimem-se".** Manaus/AM, 30 de setembro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, Eletronicamente.

Manaus, 15 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos Eletrônicos de **Apelação Cível nº 0212359-80.2018.8.04.0001**, em que é Apelante: **Eneida Araújo de Paiva**. (Advogadas: Dra. Eliza Paes Araújo (OAB/AM 5.162) e Dra. Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB/AM 4.776)). Apelada: **Hapvida Assistência Medica Ltda**. Fica **a advogada da Apelada, Dra. Fabianne Ribeiro Halinski(OAB/AM 7.059**), **INTIMADA do DESPACHO de fls. 129,** exarado nos autos acima referidos, cujo teor é seguinte: " A resposta da apelada recebeu a assinatura digital da advogada Fabianne Ribeiro Halinski, a qual não apresentou instrumento de mandato. **Aliás, o que se depreende dos autos é que a recorrida não constituiu advogado. Assim, determino a intimação pessoal da parte e, da advogada Fabianne Ribeiro Halinski, via Diário da Justiça, para que regularizem a representação postulatória no processo, fixo o prazo de 15 dias".** Manaus/AM, 1º de outubro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 15 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0005995-45.2019.8.04.0000**, em que é Embargante**: Ministério Público do Estado do Amazonas.** (Procuradora: Dra. Karla Fregapani Leite). Embargado: **Elias Emanoel R. de Lima**. (Advogado: Dr. Marcelo Augusto Jansen Sodré (OAB/AM 11.282)). Fica **o Embargado intimado** na pessoa de seu advogado Dr. Marcelo Augusto Jansen Sodré à **apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pelo Embargante Ministério Público do Estado do Amazonas, no prazo da Lei. Manaus/AM, 16 de outubro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 16 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

De ordem do Exmo. Sr. **Des. Ari Jorge Moutinho da Costa** nos autos eletrônicos de **Embargos de Declaração Cível nº 0006068-17.2019.8.04.0000**, em que é Embargante: **Universidade do Estado do Amazonas - UEA**. (Advogado: Dr. Aly Nasser Abrahim Ballut Filho (OAB/AM 6.002)). Embargado: **Marconde Carvalho Noronha**. (Advogados: Dra. Isabela Farias Neves (OAB/AM 7.950) e Dr. Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB/AM 3.444)). Fica **o Embargado intimado** na pessoa de seus advogados Dra. Isabela Farias Neves e Dr. Flávio Simões da Silva Sobrinho à **apresentar CONTRARRAZÕES aos Embargos de Declaração**, opostos pela Embargante Universidade do Estado do Amazonas - UEA, no prazo da Lei. Manaus/AM, 01 de outubro de 2019. (as) Des. Ari Jorge Moutinho da Costa - Relator.

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados, eletronicamente.

Manaus, 16 de outubro de 2019. (as) Dra. Pollyana de Souza Bastos Lisciotto - Secretária.

mcl.

SEGUNDA CÂMARA CÍVEL

INTIMAÇÃO

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo de Instrumento nº 4004821-30.2019.8.04.0000**, em que é **Agravante: Direcional Zircone Empreendimentos Imobiliários Ltda.** (Advogada: Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB 3.467/AM e Escritório Andrade GC Advogados OAB/AM 57/97). **Agravada: Sidlene Pinheiro e Silva** (Advogada: Dra. Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque OAB 4.345/AM). **Fica a Agravada intimada**, na pessoa de sua advogada para, querendo, apresentar contrarrazões ao presente recurso, **bem como a Agravante para conhecimento da Decisão de fls. 606/607**, cujo teor final é o seguinte: ".... Ante o exposto, presente os requisitos legais autorizadores, **DEFIRO** o efeito suspensivo vindicado. Ato contínuo, na forma do artigo 1.019, inciso II do CPC/15, intime-se o Agravado para contrarrazoar no prazo legal. À Secretaria da Segunda Câmara Cível para as providências necessárias. Manaus, 10 de outubro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

De ordem da Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura** - Relatora nos autos Eletrônicos de **Agravo Regimental Cível nº 0002446-32.2016.8.04.0000**, em que são **Agravantes: Santo Idalecio Empreendimentos Imobiliarios, São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda., Capital Rossi Empreendimentos S/A** (Advogados: Escritório Andrade GC Advogados OAB/AM 57/97, Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB 3.467/AM, Dra. Luma Vieira Marquez OAB 10.959/AM, Dra. Raphaela Batista de Oliveira OAB 9.169/AM, Dr. Rennalt Lessa de Freitas OAB 8.020/AM e outros). **Agravado: Jorge Luiz Nunes Mendonça** (Advogado: Dr. Michel Monteiro Gioia OAB 5.288/AM). **Ficam os patronos da Agravante São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda., Dra. Keyth Yara Pontes Pina OAB 3.467/AM, Dra. Luma Vieira Marquez OAB 10.959/AM, Dra. Raphaela Batista de Oliveira OAB 9.169/AM e Dr. Rennalt Lessa de Freitas OAB 8.020/AM intimados do Despacho de fls. 84**, proferido nos autos acima referidos, no qual: "..... Em acurada análise dos autos, observei que na petição de fls. 66/67, os então advogados da recorrente São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda, renunciaram ao Mandato, não fazendo menção, porém, à Capital Rossi e à Santo Idalecio Empreendimentos Imobiliários. Assim, determino a intimação daqueles patronos para esclarecerem se ainda patrocinam as demais Recorrentes. Na hipótese de não mais as patrocinarem, solicita-se a retificação em juízo o pleito, bem como informações sobre a devida comunicação àquelas sociedades que representavam. Assinalo o prazo de 10 (dez) dias para seu cumprimento. Cumpra-se. Manaus, 12 de setembro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

acima, na qual: "... Uma vez que o caso ora em exame se amolda à previsão do artigo 1.012, V, do CPC, porquanto foi concedida tutela de urgência na sentença (vide fls. 237), **recebo o presente apelo apenas no efeito devolutivo**. Publique-se. À Secretaria para as providências subsequentes. Manaus, 17 de setembro de 2019. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura - Relatora".

Os autos acima citados encontram-se à disposição dos interessados Eletronicamente.

::::::

Julgamento Virtual

Segunda Câmara Cível
Julgamento Virtual

De ordem da Presidente da Egrégia Segunda Câmara Cível, Exma. Sra. **Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura**, faço público que, após cumpridas as formalidades legais os seguintes processos serão julgados virtualmente.

Intimo as partes, na pessoa de seus advogados, para que se manifestem, no prazo de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, sobre eventual interesse no julgamento presencial do recurso. Não havendo manifestação os autos serão incluidos automaticamente para Julgamento Virtual.

Exmo. Sr. Des. Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0605663-36.2013.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:TNL PCS S.A.
Advogado:Dr. Eladio Miranda Lima (86235/RJ)
Apelado:Luciano Lima Uchoa
Advogada:Dra. Denise Moura Macedo da Silva (4464/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0612074-95.2013.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Josefa Bezerra Lima
Advogados:Drs. Diego Humbelino Duarte (9071/AM), Léa Fernandes Amazonas (8612/AM) e outros
Apelado:Banco do Brasil S/A
Advogados:Drs. Rafael Sganzerla Durand (737A/AM e 211648/SP), Nelson Wilisnd Fratoni Rodrigues (OAB/AM 598A/AM) e outros.
Apelados:ABF Comércio e Transportes Ltda, Sebastião Carlos Fonseca e Alair Barone Fonseca
Defensor:Dr. José Ivan Benaion Cardoso (1657/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619405-31.2013.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante:Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)
Advogados:Drs. Guilherme Vilela de Paula (69306/MG e 1010A/AM), Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) e outros.
Apelado:Alan Douglas Gomes da Silva
Defensor:Dr. Wilson Oliveira Melo Júnior (3220/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0619538-39.2014.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues.
Apelante:Banco Bradesco S.A.
Advogados:Drs. Amandio Ferreira Tereso Júnior (A739/AM) e Maria Lucília Gomes (313A/AM).
Apelado:Galeno Construção Civil Ltda - Me
Advogado:Dr. Maximiliano Carlos da Silva Barboza (8547/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação / Remessa Necessária nº 0623224-73.2013.8.04.0001
Origem: 5ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Igor de Carvalho Leal Campagnolli
Apelante:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Élida de Lima Reis Corrêa (7458/AM)
Apelado:Evane Silva e Silva
Advogado:Dr. Juarez Barbosa de Lima Neto (8819/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0625102-28.2016.8.04.0001
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Francisco Carlos G. de queiroz
Apelante:Neutemar do Nascimento Queiroz
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Apelado:Banco Bonsucesso Consignado S.A
Advogada:Dra. Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (96864/MG) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0626718-67.2018.8.04.0001
Origem: 13ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Victor André Liuzzi Gomes
Apelante:Francisco Barbosa
Advogados:Drs. Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM)
Apelado:Banco Bmg S/A
Advogado:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0626840-17.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Maria do Socorro Maia Bezerra
Advogado:Dr. Nelson dos Santos Ale Júnior (8507/AM)
Apelado:Banco Bmg S/A
Advogada:Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0627870-87.2017.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina Raposo da Câmara Chaves do Carmo
Apelante:Banco Santander S.a.
Advogados:Drs. Acácio Fernandes Roboredo (13904A/PA e 89774/SP), Alberto Alves de Moraes (17578/PA), Andrea Conceição Silva da Costa (9924/AM) e Michelle de Oliveira Ferreira (20399/PA)
Apelado:Delane Farias de Souza Filho.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0637024-66.2016.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Aptec Tecnologia Administração e Pagamentos.
Advogados:Dra. Carolina Augusta Martins (9989/AM) e Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM).
Apelado:Auto Posto Bons Amigos Ltda.
Advogado:Dra. Mayra de Castro Maia. F. Cavalcante (1157A/AM) e outro.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0639107-21.2017.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogada:Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE) e outros.
Apelado:Lana Freitas do Nascimento
Advogado:Dra. Fernanda Prestes de Lima (8776/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0643564-67.2015.8.04.0001
Origem: 11ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Lia Maria Guedes de Freitas
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogado:Dr. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Apelado:Jaime Dias Filho
Advogados:Drs. Francisco Carlos Ramos da Silva (8136/AM), Irlane Lima de Oliveira Araújo (7784/AM) e outra.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0648082-95.2018.8.04.0001
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Simone Laurent de Figueiredo
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogado:Dr. Antonio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e outros.
Apelado:Hélio Rodrigues de Almeida
Advogado:Dr. Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0659136-58.2018.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogada:Dra. Marina Bastos da Porciuncula Benghi (933A/PE) e outros.
Apelado:João Ricardo Guedelha e Silva
Advogado:Dr. Francisco Carlos Nunes de Oliveira (10057/AM) e outro.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Apelação Cível nº 0702406-45.2012.8.04.0001
Origem: 7ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Rosselberto Himenes
Apelantes:Lorena Araújo de Oliveira e Aldemar de Oliveira Araújo
Advogado:Dr. Evanildo Carneiro da Silva (5746/PA) e outros
Apelado:Universidade Nilton Lins - Uniniltonlins
Advogada:Dra. Glaucy Araujo Lima de Oliveira (OAB/AM 5802) e outro.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Elci Simões de Oliveira

Exma. Sra. Desa. Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

Apelação / Remessa Necessária nº 0609830-57.2017.8.04.0001
Origem: 1ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Dr. Ronnie Frank T. Stone
Apelante:Daniel Daltevir de Souza
Defensora:Dra. Caroline Pereira de Souza (9052/AM)
Apelado:Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - Detran/AM
Advogados:Drs. Ike Kennedy Veiga da Silva (4519/AM), Marita Santos de Oliveira Corrêa (5391/AM), Sérgio Augusto G. Cavalcante (4895/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0620087-44.2017.8.04.0001
Origem: 8ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Apelante:Aparecida Santos Melo
Advogado:Dr. Mario Jorge Cardoso Melo (10894/AM)
Apelado:Banco Bradesco S.A.
Advogados:Drs. Albert Bastos Andrade (5042/AM), Felipe Gazola Vieira Marques (A995/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0635787-60.2017.8.04.0001
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Juiz Prolator: Etelvina Lobo Braga
Apelante/Apelado:João de Nazare Batista
Advogado:Dr. Nelson dos Santos Ale Júnior (8507/AM) e outros.
Apelante/Apelada:Fundação Hospitalar de Hematologia e Hemoterapia do Amazonas - Hemoam
Advogadas:Dras. Adriana Mírian de Miranda Trindade (5300/AM) e Thaís Lorena Nunes da Cunha (8602/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Apelação Cível nº 0635940-35.2013.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina R. da Câmara C. do Carmo
Apelante:Cataratas Poços Artesianos Ltda
Advogados:Drs. Georgenberg Oliveira da Silva (2103/RR), Henrique Eduardo Figueiredo. (270-B/RR), Luiz Geraldo Tavora Araujo (557/RR) e outros.
Apelada:Sondasper Equipamentos Hidráulicos Ltda.
Advogados:Drs. Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (7432/AM), Mauricio Benedito Gomes Bissoli (13845/AM) e Michel Monteiro Gioia (5288/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4001106-14.2018.8.04.0000
Origem: Vara de Registros Públicos e Usucapião
Agravante:Humana Comercio de Madeira Ltda
Advogados:Drs. Fued Cavalcante Sêmen Neto (10435/AM) e Jonny Cleuter Simões Mendonça (8340/AM)
Agravados:São Sinfrônio Empreendimentos Imobiliários Ltda e Eridano Empreendimentos Imobiliarios Ltda.
Advogados:Drs. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Germano Costa Andrade (2835/AM), Andrade Gc Advogados (5797/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM) e outros.
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4001348-36.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Petros Fundação Petrobras de Seguridade Social
Advogado:Dr. Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM)
Agravado:Maria Queiroz Xavier
Advogados:Drs. Ezelaide Viegas da Costa Almeida (1339/AM), Jane Silva da Silveira (6783/AM), João Mendes de Almeida (1552/AM) e Rylene Álvares Bastos Rodrigues (10145/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4003166-23.2019.8.04.0000
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco Bradesco Financiamentos S/A
Advogada:Dra. Karina de Almeida Batistuci (9558/AL e 685A/AM)
Agravado:Francirlene Munhoz Franca
Advogados:Drs. Kelson Girão de Souza (7670/AM) e Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4003433-92.2019.8.04.0000
Origem: 18ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Agravante:Banco Bmg S/A
Advogados:Drs. Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) e Urbano Vitalino Advogados (313/PE)
Agravado:Manuel Joaquim da Silva Santos
Advogado:Dra. Rosa Evaneide Mendes Pinto (7291/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Agravo de Instrumento nº 4003649-24.2017.8.04.0000
Origem: 3ª Vara da Fazenda Pública
Agravante:Bioplus Comércio e Representações de Medicamentos e Serviços de Equipamentos Médico-hospitalares Ltda.
Advogados:Drs. Lourenço de Almeida Prado (760A/AM) e Pedro Neves Marx (464/AM).
Agravado:Fundação Hospital Adriano Jorge
Advogado:Dr. Washington Alves dos Santos (3129/AM)
Agravado:O Estado do Amazonas
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0003704-72.2019.8.04.0000
Origem: 7ª Vara de Família
Embargante:Abraham Nissim Benoliel
Advogados:Drs. Elci Carvalho dos Santos (8337/AM) e Eliezer Leão Gonzales (212A/AM)
Embargada:Joyce Carvalho Benoliel
Advogados:Drs. Fabrizia de Sena Carvalho (10170/AM), Hanna Tavares Cunha (10417/AM) e Rafael Carvalho Fernandes (7099/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0004694-63.2019.8.04.0000
Origem: 17ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Senso Engenharia e Comércio Ltda
Advogado:Dr. Wilson Peçanha Neto (4630/AM)
Embargado:Sandro Lopes Tavares
Advogado:Dr. Diogo Ristoff dos Anjos (8724/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0005205-61.2019.8.04.0000
Origem: 14ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Embargante:Sihabam - Sociedade de Investimentos Habitacionais do Amazonas
Advogados:Drs. Vitor de Souza Vieira (6843/AM) e Wagner de Oliveira Vieira (2786/AM)
Embargado:Ernandes Queiroz Vieira
Advogado:Drs. Francisco Frutuoso Lima (9748/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Embargos de Declaração Cível nº 0005511-30.2019.8.04.0000
Origem: 2ª Vara da Fazenda Pública
Embargante:Defensoria Pública do Estado do Amazonas
Defensor:Dr. Nairo Aguiar Cordeiro (7058/AM)
Embargada:O Estado do Amazonas
Procuradora:Dra. Ivania Lucia Silva Costa (7530/AM)
Relatora:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Maria do Perpétuo Socorro Guedes Moura

---

Exmo. Sr. Des. Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0000002-70.2013.8.04.6001
Origem: Vara Única de Nova Olinda do Norte
Juiz Prolator: Suzi Irlanda Araújo Granj da Silva
Apelante:Bv Financeira S/A C.f.i
Advogado:Dr. Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (21678/PE)
Apelado:Aleson Rodrigues da Costa
Advogado:Dr. Alyssonn Antonio Karrer de Melo Monteiro (6310/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0208960-92.2008.8.04.0001
Origem: 12ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Márcio Rothier Pinheiro Torres
Apelante:Foxcon do Brasil Indústria e Comércio de Eletrônicos Ltda
Advogados:Drs. Andrade Gc Advogados (5797/AM), Carolina Ribeiro Botelho (5963/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e outros.
Apelado:Luciano Medeiros Auditores Independentes E.I
Advogado:Dr. Juliano Luis Cerqueira Mendes (3940/AM) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0604491-88.2015.8.04.0001
Origem: 15ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Ida Maria Costa de Andrade
Apelante:Api Spe 22 Planejamento e Desenvolvimento de Empreendimentos Imobiliários Ltda
Advogados:Drs. André Gonçalves de Arruda (200777/SP), Juliana Fernandes dos Santos (292422/SP) e outros.
Apelada:Maria Ozilete Pereira dos Santos
Advogados:Drs. Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (8948/AM), Noeli de Almeida Lorenzoni (2197/AM) e Suzana Pinto Lorenzoni (9155/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0606089-43.2016.8.04.0001
Origem: 9ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Maria Eunice Torres do Nascimento
Apelante:Suzane Adart de Souza Carmo
Advogado:Dr. Rosquild Azêdo Omena (A605/AM)
Apelado:Banco Bmg S/A
AdvogadA:Dra. Marina Bastos da Porciúncula Benghi (983A/PE) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0615006-17.2017.8.04.0001
Origem: 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Diógenes Vidal Pessoa Neto
Apelante:Banco Bmg S/A
Advogada:Dra. Marina Bastos da Porciúncula Benghi (983A/PE) e outros.
Apelado:Natalino Corrêa de Almeida
Advogados:Drs. Jobson dos Santos Mascarenhas (10564/AM) e Lorena Rosa Andrade da Silva Chain (11752/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0623448-11.2013.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro de Lima
Apelante:Vision Clínica de Olhos Ltda
Advogados:Drs. Alexandre Gomes Ribeiro (6199/AM), Kasser Jorge Chamy Dib (5551/AM), Marcos Paulo Coelho de Souza (4395/AM) e Pablo de Paula Lima (9482/AM)
Apelado:Claro S/A.

Advogado:Dr. José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) e outros.
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0642547-93.2015.8.04.0001
Origem: 10ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Mônica Cristina Raposo Câmara Chaves do Carmo
Apelante:Banco Industrial do Brasil S/A
Advogado:Dr. Wilson Sales Belchior (1037A/AM e 17314/CE)
Apelada:Maria Oneide da Costa
Advogado:Dr. Jean Carlos de Araujo Assante (9215/AM)
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

Apelação Cível nº 0658115-47.2018.8.04.0001
Origem: 3ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho
Juiz Prolator: Manuel Amaro Lima
Apelante:Julia Graziela Bernardino de Araujo Queiroz
Advogado:Dr. Melquisedec Freitas Pantoja (10412/AM)
Apelado:Mantenedora Educacional Acadêmico Ltda – Me Faculdade do Norte do Paraná
Relator:Exmo(a). Sr(a). Des(a). Wellington José de Araújo

TERCEIRA CÂMARA CÍVEL

Despachos

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0006363-54.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura como **Agravante, Walewska Telles de Souza Pinheiro Coelho**, advogados, Drs. Juliane Elizabete de Souza Maia (12643/AM), Luna de Souza Fernandes (12663/AM), Rafael Cândido da Silva (6499/AM), Rafael Raposo da Câmara Auler (8000/AM) e Roosevelt Jobim Filho (3920/AM) e como **Agravado, Condominio do Edificio Adrianopolis Apart Service**, advogado, Hts Servicos de Hotelaria e Turismo Ltda e Solon Angelim de Alencar Ferreira (3338/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se a parte agravada para, querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1021, §2.º, do CPC. Após, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006365-24.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Kss Empreendimentos S/s Ltda**, advogado, Adriane Cristine Cabral Magalhães (5373/AM) e Liege de Abreu Carvalho (2309/AM) e como **Embargado, Condomínio Edifício Tropical Executive & Residence Hotel**, advogado, Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. Walquer Moraes dos Reis (8804/AM) e Wilson Peçanha Neto (4630/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006387-82.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargantes, AP Industria de Bebidas e Serviços de Administração de Cartão de Crédito LTDA-ME**, advogados, Drs. Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merrill York Júnior (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) e como **Embargado, Banco do Brasil S/A**, advogados, Drs. Érika Seffair Riker (7735/AM), Joany Sillas Pereira (9646/AM), José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM), Rui de Jesus Soares Júnior (7253/AM), Sandro Domenich Barradas (115559/SP) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. Érika Seffair Riker (7735/AM), Joany Sillas Pereira (9646/AM), José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM), Rui de Jesus Soares Júnior (7253/AM), Sandro Domenich Barradas (115559/SP) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator do Processo Eletrônico de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006386-97.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, AP Industria de Bebidas e Serviços de Administração de Cartão de Crédito LTDA-ME**, advogado, Carolina Augusta Martins (9989/AM), Hugo Fernandes Levy Neto (4366/AM), Robert Merrill York Júnior (4416/AM) e Victor Hugo Trindade Simões (9286/AM) e como **Embargado, Banco do Brasil S/A**, advogado, Érika Seffair Riker (7735/AM), Joany Sillas Pereira (9646/AM), Rui de Jesus Soares Junior (7253/AM) e Sandro Domenich Barradas (115559/SP). **Despacho: "(...)** Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Fica intimada a parte embargada, por meio de seus advogados, **Drs. Érika Seffair Riker (7735/AM), Joany Sillas Pereira (9646/AM), Rui de Jesus Soares Junior (7253/AM) e Sandro Domenich Barradas (115559/SP)**, para apresenta r manifestação ao recurso em epígrafe, no prazo legal, contados da publicação deste. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0006391-22.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figura

como **Agravante, RC Recebíveis Ltda**, advogado, Dr. Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM) e como **Agravados, Francisco de Ávila Costa, Francisco de Ávila Costa - ME e Maria Amelia Xavier Padilha**. **Despacho:** "(...) Intime-se a parte agravada para, querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1021, §2.º, do NCPC. Após, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator." ept

Ficam as partes intimadas do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Intimações

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Apelação Cível nº. 0600449-93.2015.8.04.0001**/Manaus – AM, em que figuram como **Apelante, Mário Souza da Silva**, advogado, Caio Augusto Mascarenhas Dias (4100/AM) e como **Apelado, Amazonas Distribuidora de Energia S/A**, advogado, Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (1069/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM). **Despacho:** "(...) Sabe-se que é necessária a capacidade postulatória para pleitear em juízo em nome de outrem, no entanto isso não se verifica no recurso sob análise, inexistindo procuração em favor do Dr. Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB/AM 4100), tanto nos embargos à monitória (fls. 201/203, quanto no recurso de apelação (fls. 222/230). Diante disso, nos termos do art. 104, §1.º, do CPC, intime-se o citado patrono para exibir a procuração no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de inexistência do recurso. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Caio Augusto Mascarenhas Dias (4100/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo Interno Cível nº. 0006281-23.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, Via Verde Transportes Coletivos Ltda**, advogado, Adelaide Maria de Freitas Camargos Ribeiro (92554MG), Francisco Afonso dos Santos Junior (872A/AM) e José Luiz Leite (622A/AM) e como **Agravado, Aldemir Silva Frutuoso**, advogado, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM). **Despacho:** "(...) Intime-se a parte agravada para, querendo, responder no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1021, §2.º, do Código de Processo Civil. Após, com ou sem manifestação, retornem-me os autos conclusos para apreciação. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Yara Fonseca de Alburquerque (4264/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006325-42.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Francisco de Mendonça Taveira**, advogado, Guilherme Ribeiro de Castro Neto (9871/AM) e como **Embargado, Braga Veículos Ltda. e General Motors do Brasil Ltda**, advogado, Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (19353/PE), Diogo Dantas de Moraes Furtado (33668/PE), João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am), José Luiz Oliveira da Silva (34627/PE), Paula Marinho Nunes (38344/PE) e Sandro Abreu Torres (4078/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Bruno Novaes Bezerra Cavalcanti (19353/PE), Diogo Dantas de Moraes Furtado (33668/PE), João Bosco de Albuquerque Toledano (1456/Am), José Luiz Oliveira da Silva (34627/PE), Paula Marinho Nunes (38344/PE) e Sandro Abreu Torres (4078/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006332-34.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Banco Bradesco S.a**, advogado, Fernando A. Rodrigues (132932/SP), Laísa Dário Faustino de Moura (212281/SP) e Patricia Schoeps da Silva (256753/SP) e como **Embargado, MAC Empreendimento Imobiliários Ltda**, advogado, César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) e Patricia Schoeps da Silva (256753/SP). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, César Augusto Gomes Monteiro (9696/AM), José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (3597/AM) e Patricia Schoeps da Silva (256753/SP) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Airton Luís Corrêa Gentil** Relator dos Autos Virtuais de **Embargos de Declaração Cível nº. 0006337-56.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Embargante, Banco Pan S/A**, advogado, Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM), Feliciano Lyra Moura (21714/PE), Hugo Neves de Morães Andrade (23798/PE) e Luiz Ricardo da Silva Santos (9360/AM)

e como **Embargado, Michelle Soares Cruz**, advogado, Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM). **Despacho:** "(...) Ante a possibilidade do efeito modificativo do julgado, intime-se a parte embargada para, no prazo legal, manifestar-se acerca do teor dos Embargos de Declaração, nos termos do art. 1023, § 2º, do Código de Processo Civil. À Secretaria para providências necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Desembargador Airton Luís Corrêa Gentil-Relator

Ficam as partes intimadas, Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Desembargador **Nélia Caminha Jorge** Relator dos Autos Virtuais de **Agravo de Instrumento nº. 4005197-16.2019.8.04.0000**/Manaus – AM, em que figuram como **Agravante, N. M. A.** , advogado, Daniel Marcelo Benvenutti de sales (7949/AM) e como **Agravado, E. C. M. de O.** , advogado, Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM). **Despacho:** "(...) Feitas tais considerações, acautelo-me quanto à concessão de efeito suspensivo ao presente agravo de instrumento e determino a intimação do recorrido para que apresente contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias úteis, tudo nos termos do artigo 1019 do CPC. À Secretaria para as providências. Manaus, 16 de outubro de 2019. Desembargadora Nélia Caminha Jorge-Relatora

Ficam as partes intimadas, Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (799A/AM) do inteiro teor do presente despacho . Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Tânia Mara Garcia Mafra. Secretária. M. 1104.

Decisões

Decisão Monocrática proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4005181-62.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a)**, advogados, Drs. Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e como **Agravado, Amacio Florencio Sales Filho**. **DECISÃO MONOCRÁTICA: "(...)** Fincado nessas razões, tendo em conta a superveniência de decisão modificando os efeitos da tutela antecipada, julgo prejudicado o Agravo de Instrumento, conforme prevê o art. 932. III do CPC. 05. Dê-se conhecimento desta decisão ao Magistrado prolator da decisão agravada ou a quem estiver na direção da ação principal. 06. Intimem-se as partes. Transcorrido o prazo recursal, sem irresignação, remetam-se os autos à Vara de origem. 07. À secretaria para as providências. Manaus/AM, 15 de outubro de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus representantes, do inteiro teor da presente Decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Decisão proferida pelo Exmo. Sr. Desembargador **João de Jesus Abdala Simões**, Relator do Processo Eletrônico de **Agravo de Instrumento nº. 4004788-40.2019.8.04.0000**/Manaus - AM, em que figura como **Agravante, Morar Mais Empreendimentos Imobiliários Ltda**, advogada, Dra. Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e como **Agravada, Zuleika Ozorio Nunes**, advogados, Drs. Andre Luiz Silva Pinto (7736/AM) e Phelipe Ernesto Silva Pinto (7725/AM). **DECISÃO: "(...)** Fincado nessas razões, indefiro o efeito suspensivo pretendido, mantendo a decisão fustigada. Ato contínuo, determino a intimação da parte Agravada para apresentar contraminuta, no prazo legal (CPC, art. 1.019, II). À secretaria para as providências necessárias. Manaus/AM, 15 de outubro de 2019. Desembargador JOÃO DE JESUS ABDALA SIMÕES-Relator." ept

Ficam as partes intimadas, por meio de seus advogados, do inteiro teor da presente decisão. Os autos poderão ser acessados por meio do Portal de serviços e-SAJ, do Tribunal de Justiça.

Secretaria da Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.
Tânia Mara Garcia Mafra. Assistente da Secretária. M. 1104.

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Terceira Câmara Cível, Exmo(a). Des(a) Nélia Caminha Jorge, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (11441/AM), Luis Felipe Avelino Medina (6100/AM) e Pedro de Araújo Ribeiro (6935/AM) e Bruno Sena Pereira (9555/AM) - Processo 0603624-61.2016.8.04.0001 - Apelação Cível - Liminar - Apelante : Rio Negro Construções e Empreendimentos S/A - Apelado : Ramy Mamoun Yousef Yacub Amwas - Relator: João de Jesus Abdala Simões

Secretaria do(a) Terceira Câmara Cível, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL

Conclusão de Acórdãos

CONCLUSÕES E ACÓRDÃOS: Foram lidos e assinados em conferência da egrégia 1ª Câmara Criminal, os acórdãos dos seguintes feitos.

Conclusão de Acórdãos

1) Processo: 0228373-47.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª Vara Criminal. Apelante: Ozana Diniz Oliveira
Advogados: Dr. Ademario do Rosario Azevedo OAB/AM nº 2.926, Dr. Wiston Feitosa de Sousa OAB/AM nº 6.596, Dra. Gersica Barbosa da Cunha OAB/AM nº 14.051. Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP: Rita Augusta Vasconcelos Dias. Presidente/Relator: Sabino da Silva Marques. Revisor: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. FURTO. MATERIALIDADE E AUTORIA DELITIVA COMPROVADA. DESCLASSIFICAÇÃO DO DELITO PARA APROPRIAÇÃO INDÉBITA. NÃO ACOLHIMENTO. RECURSO CONHECIDO E IMPROVIDO.A condenação da apelante se deu por meio de sentença legitimamente fundamentada no conjunto fático-probatório que instrui os autos, onde se verifica a configuração da

materialidade e autoria delitiva. Recurso conhecido e parcialmente provido. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação nº 0228373-47.2015.8.04.0001, em epígrafe, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores que compõem a Primeira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade, conhecer e negar provimento ao recurso, nos termos do voto do relator que passa a integrar o presente.Publique-se.". Sessão: 14 de outubro de 2019.

2) Processo: 0602699-37.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: J. R. de A. Defensor Público: Dr. Danilo Germano Ribeiro Penha. Apelado: Mninistério Público do Estado do Amazonas. Procuradora MP : Rita Augusta Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos. **EMENTA**: PENAL E PROCESSO PENAL. APELAÇÃO CRIMINAL. ART. 129, § 9.º, DO CÓDIGO PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. NULIDADE PROCESSUAL RELATIVA À NOMEAÇÃO DE ADVOGADO DATIVO, PARA ATUAR NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. AUSÊNCIA DE DEMONSTRAÇÃO DO EFETIVO PREJUÍZO À DEFESA, NOS TERMOS DO ART. 563 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL. APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO PAS DE NULITTÉ SANS GRIEF. PRECEDENTES. REJEIÇÃO DA NULIDADE PROCESSUAL. AUTORIA E MATERIALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADAS. DOSIMETRIA. FUNDAMENTAÇÃO INIDÔNEA DA CIRCUNSTÂNCIA JUDICIAL DA CULPABILIDADE. IMPOSSIBILIDADE. NECESSÁRIA REFORMA DA DOSIMETRIA. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E, PARCIALMENTE, PROVIDA.1. Prima facie, não se olvida que, existindo Órgão da Defensoria Pública, estruturado e habilitado à defesa técnica da pessoa hipossuficiente na Comarca, não se legitima a nomeação de advogado dativo, quando não for verificada qualquer circunstância que impossibilite a atuação da Defensoria Pública, sob pena de violação ao Princípio do Defensor Natural.2. Todavia, é imperioso consignar que os atos processuais somente serão considerados nulos, quando houver a efetiva comprovação do prejuízo sofrido por uma das partes, em observância ao que preceitua o princípio pas de nullité sans grief e ao que dispõe o art. 563 do Código de Processo Penal. Precedentes do colendo Superior Tribunal de Justiça.3. No caso vertente, não restou demonstrado o efetivo prejuízo causado à defesa do Réu, em razão da atuação, supostamente, inepta do advogado dativo, tendo em vista que a condenação do Acusado, ora, Apelante, pela prática do crime de Lesão Corporal, ocorrido no âmbito doméstico, previsto no art. 129, § 9.º, do Código Penal, não revela, por si só, prejuízo processual.4. Com efeito, a materialidade está comprovada no Laudo de Exame de Corpo de Delito, que atesta que houve ofensa à integridade corporal da Vítima, praticada por meio de ação contundente. Por sua vez, a autoria restou comprovada pelas declarações prestadas pela Ofendida e pelo próprio Acusado, perante a Autoridade Policial, posteriormente corroboradas pelos depoimentos colhidos perante o douto Juízo a quo.5. Nada obstante, da análise do registro de audiovisual, é possível verificar que, tanto o Órgão de Acusação, como o Advogado Dativo, ofereceram suas alegações finais, de forma oral, no bojo da Audiência de Instrução e Julgamento, momento em que pugnaram, respectivamente, pela procedência da Exordial Acusatória e pela aplicação do princípio do in dubio pro reo, a fim de que o Acusado fosse absolvido, nos termos do art. 386 do Código de Processo Penal.6. Dessarte, não há que se falar na comprovação do efetivo prejuízo à defesa do Réu, ora, Apelante, em razão da escorreita atuação do Advogado Dativo, não tendo ocorrido cerceamento de defesa, tampouco, ofensa aos princípios do contraditório e da ampla defesa, sobretudo, porque o Apelante não demonstrou que a sua situação processual teria outro desfecho, em caso de eventual atuação da Defensoria Pública.7. Sendo assim, impõe-se a rejeição da tese de nulidade da Audiência de Instrução e Julgamento, devendo-se, por via de consequência, manter a condenação do Recorrente, pela prática do crime de Lesão Corporal, ocorrida no âmbito doméstico, nos termos do art. 129, § 9.º, da Lei Substantiva Penal.8. No que diz respeito à dosimetria, a circunstância judicial, relativa à culpabilidade do Agente, deve ser compreendida como juízo de reprovabilidade da conduta, apontando maior ou menor censurabilidade do comportamento do réu, uma vez que se trata da circunstância que reúne um pouco de cada uma das demais circunstâncias judiciais, insculpidas no art. 59 do Código Penal. Precedentes do Tribunal da Cidadania.9. In casu, verifica-se que a circunstância judicial da culpabilidade foi fundamentada, de modo inidôneo, uma vez que restou consignado, tão somente, que a culpabilidade era indiscutível, uma vez que o Réu possuía plena consciência da ilicitude dos seus atos. Dessa forma, a pena-base deve ser fixada no mínimo legal previsto, adequando-se as etapas seguintes da dosimetria.10. APELAÇÃO CRIMINAL CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos estes autos de Apelação Criminal em epígrafe, DECIDE a colenda Primeira Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em dissonância ao Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER DO PRESENTE RECURSO DE APELAÇÃO E DAR-LHE PARCIAL PROVIMENTO, para, tão somente, reformar a dosimetria da pena aplicada ao Apelante, nos termos do voto do Relator, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.". Sessão: 14 de outubro de 2019.

3) Processo: 0654965-58.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E. Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Apelado: Josiney Rodrigues Maia. Defensora Pública: Dra. Suyanne Soares Loiola . Procuradora MP: Rita Augusta Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA:** CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. PENAL. TRÁFICO DE DROGAS. AUSÊNCIA DE PROVAS SEGURAS QUANTO À TRAFICÂNCIA. DESCLASSIFICAÇÃO PARA A CONDUTA PREVISTA NO ARTIGO 28, DA LEI DE DROGAS. AUTORIA E MATERIALIDADE DELITIVAS CONFIGURADAS. JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES QUE, EM SEDE DE CONTROLE DIFUSO DE CONSTITUCIONALIDADE, DECLAROU A INCONSTITUCIONALIDADE DO DISPOSITIVO. IRRESIGNAÇÃO RECURSAL EXCLUSIVA DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO AMAZONAS. PEDIDO DE REFORMA DA DECISÃO DE PISO PARA AFASTAR A SUSOMENCIONADA DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE COM O CONSEQUENTE ENVIO DO CADERNO PROCESSUAL AO JUIZADO ESPECIAL CRIMINAL, COMPETENTE PARA O SEU REGULAR PROCESSAMENTO E JULGAMENTO. PRESUNÇÃO DE CONSTITUCIONALIDADE DAS NORMAS INFRACONSTITUCIONAIS. AUSÊNCIA DE PRONUNCIAMENTO DEFINITIVO SOBRE A MATÉRIA PELO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO JULGAMENTO DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO Nº 635.659/SP. DIVERGÊNCIA EXISTENTE ENTRE OS SUPREMOS MINISTROS ATÉ AQUI VOTANTES. NEGATIVA DE SUSPENSÃO DE TODAS AS AÇÕES QUE TRATAM DO TEMA. PLAUSIBILIDADE DAS ALEGAÇÕES RECURSAIS. COCAÍNA APREENDIDA. SUBSTÂNCIA ESTUPEFACIENTENTE SABIDAMENTE DE MAIOR LESIVIDADE. ARTIGO 28, DA LEI DE DROGAS, COM NATUREZA DE CRIME ABSTRATO, QUE TUTELA A SAÚDE PÚBLICA. DELITO DESPENALIZADO, MAS NÃO DESCRIMINALIZADO. RECURSO CONHECIDO E PROVIDO. 1- O efeito devolutivo do recurso de apelação criminal encontra limites nas razões expostas pelo recorrente, em respeito ao princípio da dialeticidade que rege os recursos no âmbito processual penal pátrio, por meio do qual se permite o exercício do contraditório pela parte que defende os interesses adversos, garantindo-se, assim, o respeito à cláusula constitucional do devido processo legal.2- Em matéria processual é o recurso delimita a competência do tribunal para rever a matéria. A parte recorrente fixa a extensão da matéria a ser apreciada pelo juízo ad quem. Do mesmo modo que o juízo a quo não pode julgar ultra, extra ou citra petitum (princípio da correlação), também o juízo recursal não pode fazê-lo. Nesse contorno, só será conhecido pelo Tribunal aquilo que for devolvido (impugnado) pelo apelante, em homenagem ao princípio do tantum devolutum quantum appellatum, previsto no artigo 599 do Código de Processo Penal.3- O perscrutar dos autos revela que o recorrente interpôs apelo criminal limitado (também denominado pela doutrina de restrito), na exata medida em que se irresignou tão somente quanto a declaração difusa de inconstitucionalidade do artigo 28, da Lei de Drogas. 4- A materialidade delitiva se encontra comprovada nos

autos, consoante Laudo Definitivo de fls. 12/15, que restou positivo para 12,48 gramas de cocaína, acondicionadas em dezessete microtubos de centrifugação do tipo "Eppendorf". A autoria é igualmente inconteste quando considerados os depoimentos contidos nos autos, à luz do devido processo legal, sob os pálios da ampla defesa e do contraditório. Nesse ponto, há prova segura de que era o recorrido quem portava, por ocasião de sua prisão, a substância ilícita apreendida. 5- A despeito de a magistrada de piso, por ocasião da sentença de mérito, em sede de controle difuso de constitucionalidade, haver seguido o entendimento de Sua Excelência, o Ministro Gilmar Mendes, relator do Recurso Extraordinário nº 635.659 e ter declarado, incidentalmente, a inconstitucionalidade do artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tem-se que, neste caso, sua decisão merece reforma. 6- O referido dispositivo normativo, incluído na Lei de Drogas para atender evidente política de descarceramento de usuários de drogas, tem como ratio distinguir os usuários de drogas dos traficantes. 7- Ao revés disso, a decisão vergastada entendeu, em suma, que o susomencionado dispositivo 28, da Lei nº 11.343/2006, descreve, ao menos em tese, conduta idêntica entre o usuário de drogas e o traficante, e que portanto malferiria o princípio da proporcionalidade, deveNdo, por isso, ser declarado contrário a algumas garantia constitucionais, entre elas as destacadas no voto do Relator do Recurso Extraordinário nº 635.659/SP, a exemplo da garantia da intimidade, da vida privada e da autodeterminação, sobretudo ao reprimirem condutas que, no máximo, provocam auto-lesão. 8- Embora o recurso esteja sob o manto da Repercussão Geral no Supremo Tribunal Federal, o certo é que, até agora, foram proferidos apenas três votos. O primeiro, do relator, Ministro Gilmar Mendes, com o entendimento de que há inconstitucionalidade da criminalização do porte de drogas para uso, sem qualquer restrição quanto à natureza da droga. Já o Ministro Luiz Edson Fachin acompanhou parcialmente o entendimento do relator, para admitir a inconstitucionalidade do inquinado artigo apenas quando o usuário estiver portando maconha, sabidamente de menor potencialidade lesiva, entendimento este que restou seguido pelo Ministro Luís Roberto Barroso.9- Inobstante isso, à luz da presunção de constitucionalidade das normas jurídicas, derivado do princípio da separação dos poderes, todo ato normativo oriundo do Poder Legislativo presume-se constitucional, até prova em contrário. De mais a mais, dessume-se que o Recurso Extraordinário nº 635.659/SP, cuja suspensão dos feitos que tratam sobre a matéria foi negada pelo ilustre Relator, ainda se encontra pendente de julgamento definitivo de mérito, de modo que a conduta de portar drogas para uso próprio, continua sendo típica, ilícita e culpável. 10- Some-se a isso que a droga apreendida com o recorrido – cocaína -, é daquelas sabidamente de maior potencial lesivo, havendo, inclusive, sido objeto de ressalva nos votos dos Ministros Luís Roberto Barroso e Luiz Edson Fachin.11- Ao menos no caso sob voga, tem-se que o recorrido encontrava-se, por ocasião de sua prisão, com 12,48 gramas de cocaína, acondicionadas em dezessete microtubos de centrifugação do tipo "Eppendorf", de maior potencialidade lesiva à saúde pública. 12- O artigo 28, da lei de regência, é constitucional, pois embora tenha como elemento subjetivo do injusto o consumo pessoal de drogas, tutela interesse coletivo (saúde pública), não ofendendo aos princípios da igualdade, intimidade e vida privada. Nesse ponto, não se filia ao entendimento de que o portar drogas, para uso próprio, violaria o princípio da alteridade, também conhecido como da transcendência. 13- Além disso, infere-se a partir da literalidade do propalado dispositivo que a Lei de Drogas apenas afastou a previsão contida no artigo 16, da revogada Lei nº 6.368/76, de imposição de pena privativa de liberdade à conduta de portar drogas para consumo pessoal, para permitir que o Estado imponha ao usuário tratamento terapêutico e/ou preventivo, acompanhando, assim, as mais modernas legislações internacionais sobre o assunto. Preferiu o legislador trilhar o caminho educativo ao repressivo, sem que isso signifique ausência de incidência de regras penais.14- Até que haja decisão plenária definitiva do Supremo Tribunal Federal, filia-se à inteligência de que o artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, continua sendo crime, embora tenha havido a sua despenalização, tanto que inserido no Capítulo III, da Lei de Drogas, sob a epígrafe "dos Crimes e das Penas".16- O tipo penal do artigo 28, da Lei nº 11.343/2006, tutela a saúde pública e não a saúde do usuário, sobretudo por punir não o consumo da substância entorpecente em si, mas a sua posse para uso próprio. Nesse cenário, importante consignar que os simples atos de adquirir, guardar, ter em depósito, transportar ou trazer consigo, para consumo pessoal, drogas sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, gera perigo abstrato à coletividade, ante o evidente risco de sua difusão, o que, por certo, o legislador quis evitar. Não bastasse isso, o consumo incentiva, inexoravelmente, o tráfico de drogas, como também a prática de outros crimes para a manutenção do vício, o que igualmente não pode ser descurado quando do julgamento deste recurso.17- Uma vez que o delito do artigo 28, da Lei de Drogas, não exige a demonstração efetiva de que o ofendido ficou exposto a qualquer situação de risco, bastando, apenas, a perpetração da conduta, somado ao fato da presunção de constitucionalidade das normas jurídicas, tem-se que o recurso da acusação merece provimento, especialmente diante da natureza e quantidade de drogas apreendidas, devendo os autos serem encaminhados ao Juizado Especial Criminal para o seu regular processamento e julgamento. 18- Apelo criminal conhecido e provido. . **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Parecer do Graduado Órgão do Ministério Público, em conhecer e prover o apelo criminal interposto pelo Ministério Público do Estado do Amazonas, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.". Sessão: 14 de outubro de 2019.

4) Processo: 4004349-29.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, Vara Única Fórum de Itapiranga. Impetrante: Dr. Oswaldo Machado Neto. Paciente: Efrain Paes Machado. Impetrado: Juizo de Direito da Vara Única da Comarca de Itapiranga/AM. Procuradora MP: Rita Augusta de Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. INÉPCIA DA DENÚNCIA. NÃO OCORRÊNCIA. REQUISITOS DO ART. 41 DO CPP ATENDIDOS. TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL. IMPOSSIBILIDADE. REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA. PACIENTE EM LIBERDADE. PERDA DO OBJETO. PEDIDO JULGADO PREJUDICADO.1.O trancamento da ação penal em habeas corpus, por ser medida excepcionalíssima, somente é cabível quando, de plano, forem demonstradas a inequívoca atipicidade da conduta, a absoluta falta de provas da materialidade do crime e de indícios de autoria ou a existência de causa extintiva da punibilidade.2.Havendo informações de que o paciente encontra-se em liberdade, julga-se prejudicado o pedido de revogação da prisão preventiva. Ordem de Habeas Corpus conhecida e denegada.. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, CONHECER PARCIALMENTE DA ORDEM IMPETRADA E NESSA EXTENSÃO, denegá-la nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.". Sessão: 14 de outubro de 2019.

5) Processo: 4004669-79.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E. Impetrante: Dra. Diana Carolina Gallegos Armas OAB/AM nº 13.874. Paciente: BRUNO SILVA MIRANDA. Impetrado: Juízo de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes de Manaus (4ª VECUTE). Procuradora MP: Rita Augusta Vasconcelos Dias. Presidente: Sabino da Silva Marques. Relatora: Carla Maria Santos dos Reis. **EMENTA**: HABEAS CORPUS. CONSTITUCIONAL. PROCESSUAL PENAL. TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PROVAS DA MATERIALIDADE. INDÍCIOS DE AUTORIA. ALEGADA AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA. INOCORRÊNCIA. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA NO CASO CONCRETO COM FULCRO NO ART. 312 DO CPP. EXCESSO DE PRAZO NÃO CONFIGURADO. PROCESSO QUE TRAMITA EM TEMPO RAZOÁVEL EM CONFORMIDADE COM AS NUANCES DO CASO CONCRETO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO. ORDEM DENEGADA.1. Não ocorre constrangimento ilegal quando, além da prova da existência do crime e suficientes indícios de autoria, resta caracterizado, na

espécie, algum dos requisitos previstos no artigo 312 do Código de Processo Penal, devidamente fundamentado no decreto de prisão.2. Além de versar os presentes autos de tráfico de entorpecentes, delito equiparado a hediondo cuja gravidade e repercussão social são inerentes ao próprio tipo, o agente já havia sido condenado anteriormente pela prática do mesmo crime, o que demonstra a contumácia e a periculosidade do acusado.3. Não há que se falar em excesso de prazo, quando a demora para formação da culpa é decorrente do trâmite natural do processo, não podendo ser imputada ao Juízo ou Ministério Público.4. Os prazos processuais não podem ser computados como uma soma aritmética simples, devendo-se, do contrário, ser analisado com certo temperamento, aplicando-se a razoabilidade.5. No caso sob análise, verifica-se que o feito apresenta processamento normal e em tempo razoável, já tendo sido apresentada a defesa prévia, recebida a denúncia e iniciada a audiência de instrução e julgamento. 6. Ordem de Habeas Corpus conhecida e denegada.. **DECISÃO**: "Vistos, relatados e discutidos os autos de Habeas Corpus em epígrafe, DECIDE a Egrégia 1ª Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em harmonia com o Graduado Órgão do Ministério Público, DENEGAR a ordem impetrada, nos termos do voto da Relatora, que integra esta decisão para todos os fins de direito.". Sessão: 14 de outubro de 2019.

Secretaria da Primeira Câmara Criminal , em Manaus, 14 de outubro de 2019.

Mastewenwer Abreu Nery
Secretário da 1ª Câmara Criminal

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0203574-13.2010.8.04.0001 (001.10.203574-2) - Recurso em Sentido Estrito - Manaus - Recorrente: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Recorrido: José Geraldo Bizonhin - Recorrido: José Danilo Rosas de Lima - A Excelentíssima Senhora Desembargadora Carla Maria Santos dos Reis, Relatora dos autos de Recurso Em Sentido Estrito nº 0203574-13.2010.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Recorrente Ministério Público do Estado do Amazonas e Recorrido José Danilo Rosas de Lima e José Geraldo Bizonhin, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOS os Recorridos José Danilo Rosas de Lima e José Geraldo Bizonhin, na pessoa de seu Advogado Dr.Paulo Sérgio Lima dos Santos, (OAB/AM nº 5.337), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Marcelo Pinto Ribeiro (OAB: 1111A/AM) - Paulo Sérgio Lima dos Santos (OAB: 5337/AM) - - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (001.09.250255-6) - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Carlos Alberto Cavalcante de Souza - Apelante: Elizeu de Souza Gomes - Apelante: Allan Rego da Mata - Apelante: Luiz Maia de Oliveira - Apelante: Fausto de Souza Neto - Apelante: Wathila Silva da Costa - Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Apelado: Whatila da Silva Costa - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Apelação Criminal nº 0250255-75.2009.8.04.0001 (Processo Digital). Manaus/AM, em que são Apelantes e Apelados Ministério Público do Estado do Amazonas, Allan Rego da Mata, Luiz Maia de Oliveira, Fausto de Souza Neto, Carlos Alberto Cavalcante de Souza, Elizeu de Souza Gomes e Whatila da Silva Costa, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem por meio deste, ficam INTIMADOS os Apelados Allan Rego da Mata, Luiz Maia de Oliveira, Fausto de Souza Neto, Carlos Alberto Cavalcante de Souza e Elizeu de Souza Gomes, nas pessoas de seus Advogados Drs. Carlos Henrique Costa de Souza, (OAB/AM nº 5712), Antonio Carlos de Almeida Castro, (OAB/DF nº 4107), Evander Elias de Queiroz, (OAB/AM nº 7015), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer Contrarrazões ao recurso, nos termos do art. 600 do CPP. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de outubro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Antonio Carlos de Almeida Castro (OAB: 4107/DF) - Roberta Cristina Ribeiro de Castro Queiroz (OAB: 11305/DF) - Hortensia M. V. Medina (OAB: 40353/DF) - Marcelo Turbay Freiria (OAB: 22956/DF) - Liliane de Carvalho Gabriel (OAB: 31335/DF) - Evander Elias de Queiroz (OAB: 7015/AM) - Carlos Henrique Costa de Souza (OAB: 5712/AM) - Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Andre Alecrim Marinho (OAB: 2870/AM) - André Alecrim Marinho - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 4003944-90.2019.8.04.0000 - Notificação para Explicações - Manaus - Requerente: Adail José Figueiredo Pinheiro - Requerido: Weslei Machado - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Notificação para Explicações nº 4003944-90.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manaus/AM, em que é Requerente Adail José Figueiredo Pinheiro e Requerido Weslei Machado, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Requerente Adail José Figueiredo Pinheiro, na pessoa de seu Advogado Dr. Fabrício de Melo Parente (OAB nº 5772/AM), para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "Ante o exposto, em razão da ausência de manifestação do requerente sobre o Despacho de fls.10/11, bem como sob égide do art. 3°, do Código de Processo Penal, c/c os arts. 321, Parágrafo único e 485, I, ambos do Código de Processo Civil, indefiro a Petição Inicial que visa Explicações em Juízo, e declaro extinto este procedimento, sem resolução de mérito.." Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, em Manaus, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Fabricio de Melo Parente (OAB: 5772/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Nº 4005074-18.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Manacapuru - Impetrante: Mauricio de Matos Vieira - Paciente: Marivaldo de Lira Costa - Impetrado: 1ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru do Tribunal de Justiça do Amazonas - O Excelentíssimo Senhor Desembargador Sabino da Silva Marques, Relator dos autos de Habeas Corpus Criminal nº 4005074-18.2019.8.04.0000 (Processo Digital). Manacapuru/AM, em que é Impetrante e Advogado Dr. Mauricio de Matos Vieira OAB/AM n° 8.325, Paciente Marivaldo de Lira Costa e Impetrado 1ª Vara Criminal da Comarca de Manacapuru do Tribunal de Justiça do Amazonas, usando de suas atribuições legais, etc... FAZ SABER a todos, que o presente edital virem ou dele conhecimento tiverem que, por meio deste, fica INTIMADO o Paciente Marivaldo de Lira Costa, na pessoa de seu Advogado Dr. Mauricio de Matos Vieira OAB/AM n° 8.325, para tomar conhecimento da DECISÃO MONOCRÁTICA: "01.16. Ante o exposto, com espeque no art. 659 do Código de Processo Penal, julgo prejudicado o presente Habeas Corpus.". Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Secretaria da colenda Primeira Câmara Criminal, Exmo. Sr. Des. Sabino da Silva Marques, Relator, Mastewener Abreu Nery. Secretário - M33901. - Advs: Mauricio de Matos Vieira (OAB: 8325/AM) - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Pauta de Julgamento Designado

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Primeira Câmara Criminal, Exmo(a). Des(a) Sabino da Silva Marques, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo para manifestação de cinco (05) dias úteis, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018, os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

ADV/REP.: Efigênia Generoso de Araújo (4508/AM) e João Evangelista Generoso de Araujo (12394/AM) e Aurely Pereira de Freitas - Processo 0234008-09.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Paulo Sérgio de Souza Pereira - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Newton Ramon Cordeiro de Lucena (9020/AM) e Laís Rejane de Carvalho Freitas (M/PE) - Processo 0234449-24.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Apelante : Erik Ademir de Moraes da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Laiane Tammy Abati (172066/SP) e Francisco Campos - Processo 0247375-03.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal - Quesitos - Apelante : Átila dos Santos Nascimento - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Francisco Lázaro de M. Campos - Processo 0602624-89.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Prisão Decorrente de Sentença Condenatória - Apelante : Gabriel Ramos da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: João Mauro Bessa

ADV/REP.: Arthur Sant anna Ferreira Macedo (9054/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Drª Cristianne Corrêa - Processo 0608712-75.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Prisão Decorrente de Sentença Condenatória - Agravante : Laerce da Silva Noberto - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (O/AM) e Monique Cruz Castellani (4292/AM) e Jefferson Neves de Carvalho (2076/AM) - Processo 0622950-36.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Substituição da Pena - Apelante : Darlan Martins Santana

Apelante : Hildo Alcântara da Silva - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: André Ricardo Antonovicz Munhoz (3/AM) e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 0643030-84.2019.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Prisão Decorrente de Sentença Condenatória - Agravante : Maria Elicleude Marques de Alcântara - Agravado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Hilton Serra Viana e Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Priscila Ferreira de Lima (9477/RN) - Processo 0649054-65.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Roubo Majorado - Agravante : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Agravado : Sidney Silva de Oliveira - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Luiz Castro Silva (6402/TO) e Elis Helena de Souza Nobile - Processo 0661731-30.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal - Violência Doméstica Contra A Mulher - Apelante : M. S. J. - Apelado : M. P. do E. do A. - P. G. - Relator: Sabino da Silva Marques

ADV/REP.: Antônio José Pinto Barros (6587/AM) e Carlos Antônio Tavares Júnior (5704/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004774-56.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Homicídio Qualificado - Impetrante : Carlos Antonio Tavares Junior

Impetrante : Antônio José Pinto Barros

Paciente : Anderes William Braga do Nascimento - Impetrado : Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Jullie Anne Rodrigues da Cunha (9243/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004833-44.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Subtração de Incapazes - Impetrante : Jullie Anne Rodrigues da Cunha

Paciente : Maxmiller Jackson Fermin de Moraes - Impetrado : Juízo de Direito de de São Paulo de Olivença/am - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004844-73.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Defensoria Pública do Estado do Amazonas

Paciente : Lázaro Silvino Albuquerque Adiala - Impetrado : Juízo de Direito da 9ª Vara Criminal da Comarca da Capital/am - Relator: Carla Maria Santos dos Reis

ADV/REP.: Glaucia Moreno Pereira Maia (405037/SP) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4004864-64.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Liberdade Provisória - Impetrante : Glaucia Moreno Pereira Maia

Paciente : José Odney Farias Fernandes - Impetrado : Juizo de Direito da 10ª Vara Criminal de Manaus-am - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

ADV/REP.: Francisco de Souza Santana Junior (9856/AM) e Todos os representantes das partes passivas Não informado - Processo 4005080-25.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - Impetrante : Paulo Junio Leandro de Oliveira

Paciente : Pedro Vaz Barroso Filho

Impetrante : Francisco de Souza Santana Junior - Impetrado : MM Juiz de Direito da 4ª Vara Especializada em Crimes de Uso e Tráfico de Entorpecentes - Relator: José Hamilton Saraiva dos Santos

Secretaria do(a) Primeira Câmara Criminal, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL

Conclusões de Acórdãos

Conclusão de Acórdãos. JULGAMENTO VIRTUAL da 2ªCCRIM.

1. Processo: 0005368-41.2019.8.04.0000 - Agravo Regimental Criminal, 2ª Vara de Coari. Agravante: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Flavia Lopes de Oliveira (OAB: 4382/AM). **Agravado: Ministério Público do Estado do Amazonas**. Procurador: José Roque Nunes Marques. Relatora: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "EMENTA: PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO INTERNO. DECISÃO MONOCRÁTICA QUE INDEFERIU, IN LIMINE, A ORDEM DE HABEAS CORPUS. AUSÊNCIA DE PROVA PRÉ- CONSTITUÍDA. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOCUMENTOS CAPAZES DE COMPROVAR AS ALEGAÇÕES. RISCO DE SUPRESSÃO

DE INSTÂNCIA. PRECEDENTES. IMPOSSIBILIDADE DE CONCESSÃO, DE OFÍCIO, DA ORDEM. INEXISTÊNCIA DE PATENTE ILEGALIDADE, DEVIDAMENTE, COMPROVADA. FUNDAMENTOS DO AGRAVO INTERNO INCAPAZES DE ALTERAR A DECISÃO IMPUGNADA. AGRAVO INTERNO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. A natureza urgente da Ação Constitucional de Habeas Corpus não comporta dilação probatória e, por via de consequência, exige prova pré-constituída das suas alegações, que devem subsidiar, de pronto, a pretensão aduzida. Precedentes. 2. Da detida análise do caderno processual, depreende-se que a Defensoria Pública, nos Autos da Ação Constitucional, não promoveu a juntada de quaisquer documentos que possibilitassem a apreciação de suas afirmações. 3. De igual sorte, por não haver qualquer comprovação do ajuizamento dos pedidos de relaxamento da prisão e, ainda, de revogação da prisão preventiva, perante o douto Juízo de origem, configura-se a possibilidade de ocorrência da supressão de instância, uma vez que este Órgão Julgador não pode conhecer, diretamente, de pedidos, em tese, não apreciados pela Autoridade, dita, Coatora. Precedentes. 4. Noutro giro, muito embora seja possível de concessão de ordem, de ofício, para preservar a utilidade e eficácia do writ, que, inegavelmente, é o meio mais importante de proteção à liberdade individual do cidadão que se considera ameaçado por ato ilegal ou por abuso de poder, nos termos do § 2.º, do art. 654, da Lei Adjetiva Penal, esta somente é admitida diante de flagrante ilegalidade na segregação do, ora, Agravante. 5. Entretanto, no caso sub examine, não há a demonstração de patente ilegalidade a ensejar a concessão, de ofício, da ordem vindicada, para relaxar a segregação cautelar do, ora, Recorrente, por excesso de prazo, tampouco, revogar a sua prisão preventiva, em razão do não preenchimento dos requisitos previstos no art. 312 do Código de Processo Penal. 6. Dessa feita, conclui-se que permanecem incólumes as razões que lastrearam o indeferimento, in limine, do Habeas Corpus, impetrado pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas, nos moldes da decisão monocrática guerreada. 7. Agravo Interno conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos do Agravo Interno em epígrafe, DECIDE a colenda Segunda Câmara Criminal do egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas por unanimidade de votos, CONHECER DO PRESENTE RECURSO E NEGAR-LHE PROVIMENTO, nos termos do voto da Relatora, que integra esta Decisão para todos os fins de direito.”.

2. Processo: 0200441-90.2016.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha) Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Davi Santana da Câmara. **Apelado: J. C. L..** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM). Procurador: José Roque Nunes Marques. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. PENAL. PROCESSO PENAL. LESÃO CORPORAL. VIOLÊNCIA DOMESTICA. CONTRADIÇÃO NO DEPOIMENTO DA VÍTIMA. ELEMENTOS DE PROVA INSUFICIENTES A ESTABELECER CERTEZA. ABSOLVIÇÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1. Embora a palavra da vítima revista-se de especial relevância nos casos de crimes envolvendo violência doméstica, é imprescindível que o depoimento dado pela ofendida na fase de inquérito policial seja ratificado em juízo ou, no mínimo, corroborado por outros elementos de prova colhidos sob o crivo do contraditório; 2. Nos termos do art. 155 do Código de Processo Penal, “o juiz formará sua convicção pela livre apreciação da prova produzida em contraditório judicial, não podendo fundamentar sua decisão exclusivamente nos elementos informativos colhidos na investigação, ressalvadas as provas cautelares, não repetíveis e antecipadas.” 3. Aplicação do princípio in dúbio pro reo, sempre na linha que deve ser considerada a impressão do juiz que colheu a prova e esteve mais próximo dos fatos; 4. Apelação criminal CONHECIDA e NÃO PROVIDA. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos em CONHECER do presente recurso de Apelação e, no mérito, voto pelo NÃO PROVIMENTO, em dissonância da promoção ministerial, nos termos do voto da Relatora. “.

3. Processo: 0201193-56.2015.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Alvino Barbosa de Amorim. Advogado: Marcos Osamo Basto Takeda (OAB: 3739/AM). Advogado: Marco Antônio da Silva Kisiolar (OAB: 357A/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Reinaldo Alberto Nery de Lima (OAB: 2583/AM). Procurador: Públio Caio Bessa Cyrino. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa**.** DECISÃO: “EMENTA: PORTE ILEGAL DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. CONDUTA ATÍPICA. ARMA DESMUNICIADA. VIOLAÇÃO AO DIREITO FUNDAMENTAL AO DEVIDO PROCESSO LEGAL, CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA. PEDIDO ALTERNATIVO PARA CUMPRIMENTO DA PENA POR MEIO DE MULTA. IMPOSSIBILIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1- Apesar das alegações da defesa, cumpre destacar que o Juízo a quo valorou as provas produzidas neste processo com extrema prudência e, ante o contexto probatório sólido, firmou a conclusão acerca da comprovação da materialidade do delito e da autoria, visto que as provas são mais que claras a ensejar a condenação. Afirmar que o acusado quis defender terceiro é ir de encontro ao produzido na instrução. O acusado portava arma de fogo, e este crime é de perigo abstrato,devendo ser condenado, como foi. 2- No que se refere a atipicidade do delito, pelo motivo da arma estar desmuniciada, esta alegação também não deve prosperar, pois conforme posicionamento dos Tribunais Superiores, o fato de a arma encontrar-se desmuniciada não descaracteriza o delito previsto no artigo 14, da Lei n.º 10826/03, dada a sua natureza de crime de perigo abstrato ou de mera conduta, bastando a probabilidade de dano e não a sua efetiva ocorrência. 3- O porte ilegal de arma de uso permitido desmuniciada é crime de perigo abstrato. Vislumbra-se conduta perigosa para a segurança pública. 4- Quanto ao pedido alternativo, para que a pena imposta seja cumprida, ante ao suposto adimplemento de multa, este não deve prosperar, visto que a pena imposta, foi composta de pena privativa de liberdade, substituída por duas restritivas de direito, acrescida da pena pecuniária de pagamento de 10 (dez) dias-multa, nesse sentido, não há que se falar em cumprimento efetivo da pena, apenas com o pagamento da pena pecuniária. 5- Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.”.

4. Processo: 0202225-34.2018.8.04.0020 - Apelação Criminal, 1º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Apelante: Ministério Público do Estado do Amazonas. Promotor: Davi Santana da Câmara. **Apelado: K. da C. P..** Defensor: Danilo Germano Ribeiro Penha (OAB: 6077/AM). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa**.** DECISÃO: “EMENTA: APELAÇÃO. VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. NULIDADE. CONTRAVENÇÃO PENAL EM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA. AÇÃO PENAL PÚBLICA INCONDICIONADA À REPRESENTAÇÃO, DESNECESSIDADE DA PRESENÇA DA VÍTIMA NA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO. NULIDADE. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1- O crime de contravenção penal deve ser processado via ação condicionada à representação. Entretanto, pela análise literal da legislação, há um descompasso. O art. 17 da Lei de contravenções penais, afirma que a ação penal é pública. Destarte, as vias de fato seriam apuradas por ação penal pública incondicionada. 2- Quanto à lesão corporal, o Código Penal não especifica a natureza de sua ação penal, o que faria com que

também fosse pública incondicionada. Entrementes, o art.88 da Lei nº 9.099/95 prevê que dependerá de representação a ação penal relativa aos crimes de lesões corporais leves e lesões culposas. Noutros termos, haveria uma desproporcionalidade: a ação penal referente à contravenção de vias de fato seria pública incondicionada, mas a ação pena da lesão corporal, infração penal mais grave, dependeria de representação. Diante dessa desproporcionalidade legal, o enunciado 76 do FONAJE dispõe "A ação penal relativa à contravenção de vias de fato dependerá de representação". 3- Há controvérsias quanto à necessidade de representação da vítima tratando-se de contravenção penal, em violência doméstica, porém como trata-se de crime de ação penal pública incondicionada à representação, a presença da vítima na audiência de instrução e julgamento não é necessária. 4- Vale salientar que a palavra da vítima, em delitos envolvendo violência doméstica, reveste-se de especial importância. No caso concreto, porém, a vítima não foi encontrada no endereço constante da inicial, deixando assim, de ratificar as informações prestadas na fase policial, fato que não gera nulidade, por tratar-se de ação pública incondicionada à representação. 5- Portanto, a simples possibilidade de que tenha ele praticado o fato delituoso não é suficiente para um decreto condenatório, e diante da dúvida intransponível sobre a autoria, o mais seguro é a absolvição. 6- Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em dissonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

5. Processo: 0209389-73.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito, 2ª Vara do Tribunal do Júri. Recorrente: Rafael Pessoa Simões. Advogado: Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB: 9157/AM). **Recorrente: Joney Digilnivaldo Pessoa Simões**. Advogado: Leiry Maria Padilha de Araújo (OAB: 9157/AM). **Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas**. Promotor: Luiz do Rego Lobão Filho. Procurador: Carlos Antônio Ferreira Coêlho. Relatora: Onilza Abreu Gerth. DECISÃO: "RECURSO EM SENTIDO ESTRITO. NULIDADE . LESÃO AO PRINCÍPIO DA PLENITUDE DE DEFESA. IMPRONÚNCIA. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE AUTORIA E MATERIALIDADE. IMPOSSIBILIDADE. 1- Da analise detida dos autos, constatou-se ter a defesa ingressado com pedido de disponibilização de mídia fora do prazo para apresentar alegações finais, assim, alegar que as mídias estavam corrompidas, não pode restabelecer o prazo perdido. Ressalta-se que a defesa foi intimada em 27.03.2018 e apenas em 11.05.2018 alegou o ocorrido, portanto, matéria preclusa. Dessa maneira, afastam-se as possibilidades de nulidade. 2- A sentença de pronúncia caracteriza-se como mero juízo de admissibilidade da acusação, exigindo-se do julgador apenas a verificação de prova da materialidade delitiva e de indícios suficientes de autoria, ainda que inquisitoriais. Nessa fase processual, a dúvida deve ser interpretada em favor da sociedade (in dubio pro societate), de modo a preservar a competência constitucional do Tribunal do Júri. 3- Consoante entendimento firmado no âmbito do Superior Tribunal de Justiça é perfeitamente possível que a decisão de pronúncia do acusado pela prática de crimes dolosos contra a vida seja baseada em elementos colhidos na fase de inquérito, na medida em que esta decisão não possui conteúdo condenatório, sendo mero juízo de admissibilidade, competindo ao Júri Popular a análise do mérito da demanda. 4- Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso em Sentido Estrito, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em consonância com o parecer do Ministério Público e nos termos do voto da Relatora.".

6. Processo: 0261668-12.2014.8.04.0001 - Apelação Criminal, 4ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Jerônimo Magno da Silva e Silva. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB: O/AM). Defensor: Larissa Vianez Santanna Figueira Macedo (OAB: 20/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas**. Promotor: Álvaro Granja Pereira de Souza. Procurador: Liani Mônica Guedes de Freitas Rodrigues. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. DECISÃO: "APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. NULIDADE. INTERROGATÓRIO NO INÍCIO DA AUDIÊNCIA. ILICITUDE DAS PROVAS. VIOLAÇÃO DE DOMICÍLIO. COAÇÃO MORAL E IRRESISTÍVEL. IMPOSSIBILIDADE. REFORMA DA SENTENÇA. REDUÇÃO DA PENA-BASE. POSSIBILIDADE. AFASTAMENTO DA AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA, COM A CONSEQUENTE ATENUAÇÃO DA PENA PELA CONFISSÃO. APLICAÇÃO DA DIMINUIÇÃO PREVISTA NO ART.33, §4º, DA LEI 11.343/06. FIXAÇÃO DE REGIME INICIAL MENOS GRAVOSO. SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE POR RESTRITIVA DE DIREITOS. DETRAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. 1- O Pretório Excelso possui entendimento firmado no sentido de que se o réu, devidamente assistido por advogado, deixar de demonstrar seu inconformismo durante a audiência de interrogatório, bem como não indicar concretamente o prejuízo experimentado pela antecipação da prova, inexiste nulidade a ser declarada, operando-se a preclusão, nos moldes do art. 571, inciso II c/c art. 572, inciso I, ambos do CPP. 2- Quanto à alegação de violação de domicílio e de ilicitude da prova, este não deve prosperar, pois a tese defensiva encontra-se dissociada dos demais elementos colhidos no procedimento investigativo e durante a instrução processual, visto que depreende-se das narrativas das testemunhas policiais que a diligência se iniciou com fundamento não só na denúncia anônima, mas também em informações de que o réu era foragido do sistema penitenciário e que foi preso anteriormente por tráfico de drogas, o que corrobora a verosimilhança dos fatos objeto da notícia-crime. 3- Quanto à suposta coação moral e irresistível, não merece acolhimento este pedido, pois é baseado em suposições e meras alegações. 4- No tocante a possibilidade de redução da pena-base, esta resta possível, pois, o juízo desfavorável das consequências exige fundamentação idônea, que não se ampare em considerações genéricas e inerentes aos tipos penais, razão pela qual os danos à saúde pública em consideração abstrata, não consiste em justificativa apta para o aumento da pena do tráfico. 5- O juízo de origem registrou que há condenação definitiva e com trânsito em julgado em data anterior à do fato objeto destes autos, o que se comprova pela folha de antecedentes. Por consistir em documento hábil e suficiente à comprovação da reincidência, não há como proceder ao afastamento da agravante em questão, tampouco à atenuação da pena pela confissão. 6- Quanto ao pedido da defesa para fixação do regime inicial semiaberto de cumprimento de pena, nos termos do art. 33, §2º, "b", do Código Penal, este resta impossibilitado, visto que o réu é reincidente, além de inexistir razões fáticas e/ ou jurídicas capazes de aplicar regime inicial menos gravoso. 7- No tocante ao pedido de substituição da pena privativa de liberdade por restritivas de direitos, verifica-se ser impossível prosperar, visto ter a condenação ultrapassado o limite previsto no art.44, I, do CPB, pois o Apelante foi condenado à pena de 06 (seis) anos de reclusão. 8- Quanto à aplicação da detração, não há alteração a se promover na sentença condenatória, visto inexistir certidão carcerária nos autos, impossibilitando a comprovação do período em que o recorrente permaneceu preso preventivamente, inviabilizando a aplicação do art. 387, § 2º, do CPP. 9- Recurso conhecido e provido parcialmente. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e prover-lhe parcialmente, em consonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

7. Processo: 0615143-62.2018.8.04.0001 - Apelação Criminal, 2ª V.E.C.U.T.E.. Apelante: Francisco Wanderson Reis Gomes. Apelante: Edinaldo Souza dos Santos. Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. Defensora: Suyanne Soares Loiola (OAB: 9050/AM). **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas**. Promotor: Mário Ypiranga Monteiro Neto (OAB: 2814/AM). Procurador: Francisco Cruz. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. DECISÃO: "APELAÇÃO. TRÁFICO DE DROGAS. REFORMA DA SENTENÇA. ABSOLVIÇÃO. INSUFICIÊNCIA DE PROVAS. AUSÊNCIA DE LAUDO TOXICOLÓGICO DEFINITIVO. DESCLASSIFICAÇÃO DO CRIME. IMPOSSIBILIDADE. JUSTIÇA GRATUITA. RECURSO CONHECIDO E NÃO PROVIDO. 1- Apesar das alegações da defesa, cumpre destacar que a materialidade do crime restou comprovada durante a instrução processual, sob o crivo do contraditório, pois conforme o Laudo Preliminar de Constatação de Drogas (fls. 21/24), constatou-se que o material encontrado, acondicionado em 44 (quarenta e quatro) embalagens confeccionadas em plástico transparente; 44 (quarenta e quatro) embalagens confeccionadas em material plástico azul; e 03 (três) embalagens confeccionadas em plástico transparente, após análises efetuadas nas substâncias, resultaram positivas para o alcalóide cocaína. 2- Quanto as provas colhidas durante a instrução processual, pelo depoimento dos policiais militares e pelo Inquérito Policial, essas demostram-se suficientes para embasar a sentença recorrida, restando comprovado, mesmo diante do contraditório e da ampla defesa, terem sido os Apelantes os autores do crime a eles atribuídos, no caso, tráfico de entorpecentes. 3- Quanto à alegação de nulidade pela ausência de Laudo Definitivo da Droga, Apesar das alegações da defesa, cumpre destacar que a materialidade do crime restou comprovada por meio do laudo de constatação provisório (às fls. 21/23), o que é admitido em situações excepcionais, conforme entendimento do STJ, em que admite a comprovação da materialidade por meio de laudo de constatação provisório, em situações excepcionais. 4- Quanto à desclassificação para o crime previsto no art.28, da Lei 11.343/06, esta não é possível, visto que todas as provas carreadas nos autos evidenciam a prática do crime previsto no art.33, caput, da Lei 11.343/06. 5- O exame do referido pedido de justiça gratuita será melhor avaliado pelo Juízo da Execução, razão pela qual deixo de apreciar tal postulação. 6- Recurso conhecido e não provido. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Recurso de Apelação, em que são partes as acima nominadas, ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em conhecer do recurso e negar-lhe provimento, em dissonância com o parecer do Graduado Órgão Ministerial e nos termos do voto da Relatora.".

8. Processo: 0634419-16.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal, 3º Vara do Tribunal do Júri. Apelante: P. T. da R. S.. Defensora: Ana Karoline dos Santos Pinto (OAB: 23762/CE). Defensoria: Defensoria Pública do Estado do Amazonas. **Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas.** Promotor: Rogerio Marques Santos. Procurador: Nicolau Libório dos Santos Filhos. Relatora: Onilza Abreu Gerth. Revisor: Djalma Martins da Costa. DECISÃO: "EMENTA: APELAÇÃO CRIMINAL. HOMICÍDIO QUALIFICADO. DOSIMETRIA DA PENA. ERRO IN JUDICANDO NA ANÁLISE DA PRIMEIRA FASE. INOCORRÊNCIA. MATERIALIDADE E AUTORIA DEVIDAMENTE COMPROVADAS. QUALIFICADORA MOTIVADA. CULPABILIDADE E MOTIVOS DO CRIME. PENA-BASE DEVIDAMENTE APLICADA. PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. DISCRICIONARIEDADE DO JULGADOR. RECURSO NÃO PROVIDO. 1.A irresignação da defesa diz respeito tão somente aos critérios adotados na análise das circunstâncias judiciais "culpabilidade" e "motivos do crime", na primeira fase da dosimetria da pena; 2. No caso em voga, sobressai-se da dinâmica dos fatos produzida nos Autos, que o modus operandi exercido pelo Apelante contra a vítima apresentou excessiva reprovabilidade social da conduta do Réu, sendo fator determinante na avaliação negativa da culpabilidade, uma vez que este, mesmo sem autorização e já tendo sido condenado anteriormente, portava arma de fogo; 3. Não assiste razão à tese defensiva para considerar neutra a circunstância judicial "culpabilidade", vez que a fundamentação apresentada de modo algum incorre em bis in idem, mas sim, converge em um juízo de censurabilidade na medida da conduta exercida pelo Apelante em razão da intensidade do dolo empregada contra a vítima; 4. Pena-base que, diante das peculiaridades do caso concreto, foi corretamente aplicada, tendo em vista que respeitados os limites estabelecidos na lei, bem como os critérios da razoabilidade e proporcionalidade, cujos motivos do crime foram considerados apenas para qualificar o delito como fútil; 5. Reprimenda do Apelante fixada em quantum necessário e suficiente para reprovação e prevenção do crime praticado, em harmonia com o art. 59, do Código Penal, bem como, respeitado o critério trifásico estabelecido pelo art. 68, da Lei Substantiva Penal, havendo sido adequadamente analisadas e fundamentadas as circunstâncias judiciais; as circunstâncias agravantes e atenuantes; e as causas de aumento e diminuição de pena; 6. Recurso não provido, em consonância com o Parecer Ministerial. ACÓRDÃO Vistos, relatados e discutidos os Autos em epígrafe, em que são partes acima indicadas, ACORDAM, os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, por unanimidade de votos, em CONHECER e NEGAR PROVIMENTO ao Recurso de Apelação Criminal, em consonância com o Parecer Ministerial, nos termos do voto da Relatora.".

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

Intimações

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0201055-21.2017.8.04.0001 - Apelação Criminal - Manaus - Apelante: Breno da Silva Oliveira - Apelante: Matheus Serudo Gomes Pinheiro - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTIME o Apelante Matheus Serudo Gomes Pinheiro, na pessoa de seu advogado Rodrigo Rodrigues Campos (12150/AM), para, no prazo de 8 (oito) dias, oferecer as razões de recurso nos termos do art. 600 § 4º do CPP. Relator Des. Djalma Martins da Costa. - Advs: Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (OAB: 7593/AM) - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Rodrigo Rodrigues Campos (OAB: 12150/AM) - Darlan Benvides de Queiroz - Ed. Des. Arnoldo Péres, 2º Andar

Decisões

EDITAL DE INTIMAÇÃO
DECISÃO MONOCRÁTICA

A Excelentíssima Senhora Doutora Onilza Abreu Gerth, Relatora dos autos de **Habeas Corpus Criminal nº 4000064-90.2019.8.04.0000 Manaus/AM**, em que é Impetrante **Defensoria Pública do Estado do Amazonas**, Defensor Público **Maurílio Casas Maia (6056/AM),** é Paciente **Joselito Pessoa Anselmo, é** Impetrado **Juízo de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri,** usando de suas atribuições legais, etc,... FAZ SABER a todos, que o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, por meio deste: Fica **INTIMADO** o Paciente **Joselito Pessoa Anselmo,** na pessoa de seu Defensor **Maurílio Casas Maia (6056/AM),** para tomar conhecimento da seguinte **DECISÃO MONOCRÁTICA,** da lavra do **Doutora Onilza Abreu Gerth,** cujo teor final é o seguinte: "*Ante o exposto, JULGO PREJUDICADO o presente habeas corpus, razão pela qual, deixo de conhecê-lo, nos termos do artigo 659, do Código de Processo Penal. Intimem-se as partes do teor desta decisão e, após o decurso do prazo, sem irresignação, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe*".

Secretaria da Egrégia 2ª. Câmara Criminal, em Manaus, 15 de outubro de 2019.

(Assinatura digital)
Geysa Marjory P. Ramirez
Secretária
M27863

Julgamento Virtual

Pauta de Julgamento Virtual

De ordem do Presidente da Egrégia Segunda Câmara Criminal, Exmo. Des Jomar Ricardo Saunders Fernandes, faço público que, após cumpridas as formalidades legais e prazo **para manifestação de cinco (05) dias, de acordo com a Emenda Regimental Nº 001/2018,** os seguintes processos serão julgados virtualmente (sem sessão de julgamento presencial):

01. ADV/REP.: Jose Wagner Nepomuceno de Lima (35272/CE) e Fabricio Santos Almeida - Processo 0002002-91.2019.8.04.0000 - Apelação Criminal - Apelante: Matheus Ferreira Leão - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - Relatora: Onilza Abreu Gerth

02. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Flavia Lopes de Oliveira (4382/AM) e Álvaro Granja Pereira de Souza - Processo 0005809-22.2019.8.04.0000 - Embargos de Declaração Criminal - Embargante : Davi Martins da Silva - Embargado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

03. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Diego Américo Costa Silva (5819/AM) e Marcelo de Salles Martins - Processo 0200294-24.2016.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: Ramon da Silva Ferreira - Apelado : Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

04. ADV/REP.: Defensoria Pública do Estado do Amazonas e Fernando Figueiredo Serejo Mestrinho (7593/AM) e Lilian Nara Pinheiro de Almeida - Processo 0234116-09.2013.8.04.0001 - Apelação Criminal - Apelante: João Francisco Bezerra Gonçalves Junior - Apelado: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

05. ADV/REP.: Diego Américo Costa Silva (5819/AM) e Vitor Moreira da Fonsêca - Processo 0234836-63.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Cassio Dourado Batista - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relatora: Onilza Abreu Gerth

06. ADV/REP.: Maria da Conceição Pinheiro Monteiro Engel (4700/AM) e Alesandro Samartin de Gouveia - Processo 0235185-66.2019.8.04.0001 - Recurso Em Sentido Estrito - Recorrente: Ageu da Mota Nogueira - Recorrido: Ministério Público do Estado do Amazonas - Relator: Djalma Martins da Costa

07. ADV/REP.: Cristianne Corrêa e Eliane Gonçalves do Nascimento (11107/AM) - Processo 0649410-60.2018.8.04.0001 - Agravo de Execução Penal - Agravante: Ministério Público do Estado do Amazonas - Agravado: Jorge Maycon Lopes Batista - Relator: Djalma Martins da Costa

08. ADV/REP.: Claudomilton Roberto da Silva (10291/AM) e Marcelo Nobre de Souza (7089/AM) - Processo 4004690-55.2019.8.04.0000 - Habeas Corpus Criminal - Impetrante: Marcelo Nobre de Souza - Impetrante: Claudomilton Roberto da Silva - Paciente: Gustavo Pavão de Souza - Impetrado: Juízo de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital - Relator: Djalma Martins da Costa

Secretaria da Segunda Câmara Criminal, em Manaus, 16 de outubro de 2019.

SEÇÃO VI

VARAS - COMARCA DA CAPITAL

1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO SHEILLA JORDANA DE SALES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA FRANCISCA GARCIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0327/2019

ADV: VITOR ADRIANO CORRÊA (OAB 88681/PR) - Processo 0605862-48.2019.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: Tokan Industria e Comercio de Confeccoes Ltda - REQUERIDO: José Isvaldo Felipe Carlos - Me - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Determina: Que seja deferido o pedido de dilação do prazo, por 15 dias, nos termos dos arts. 222 e 227, ambos do NCPC. Sem nova intimação. Prossiga.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM), ADV: REGINA VERA NOGUEIRA LEMOS (OAB 249492/SP), ADV: CRISTIANE FURLIN CAVALCANTE (OAB 6970/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: PAULO ROBERTO BRAGA BARBOSA JÚNIOR (OAB 2356/AM), ADV: ROBERT FERREIRA BARBOZA (OAB 71304/RJ) - Processo 0607545-62.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: GENRENT DO BRASIL LTDA - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Cumpra-se a decisão da instância superior (fls. 778/779).

ADV: CELERINO LEITE JÚNIOR (OAB 6481/AM) - Processo 0608231-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Waldete Ferreira da Silva - REQUERIDO: Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda - Spe - DISPOSITIVO: Diante do exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA INICIAL, conforme fundamentação supra, para EXTINGUIR processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: CONDENAR a requerida ao pagamento em favor do autor da ação a importância equivalente a R$ 5.000,00 (cinco mil) reais a título de danos morais, com atualização monetária a partir da data de arbitramento, conforme disposto na Súmula 362, do STJ, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios, a contar da data do evento danoso (Súmula 54, do STJ), conforme a taxa SELIC. Por fim, CONDENO a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 8º e art. 87 §2º do CPC. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Não havendo requerimentos, arquivem-se os autos. Cumpra-se e Intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS) - Processo 0608494-47.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Cláudia Fátima do Nascimento - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0608958-08.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Luiz Candido de Souza - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0609923-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ricardo Maciel de Almeida - EXECUTADO: Daniel Oliveira Lima - Dd Comercio de Produtos Alimenticios Ltda - Setor de Rh - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM), ADV: DENY FRANCY ARAÚJO DA ROCHA (OAB 12136/AM), ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0616557-32.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0627113-25.2019.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisca Guimarães do Nascimento - REQUERIDO: S do N de Lima Comercio - Primeiramente, foi requerido a integração do Sr. JOSÉ DE MATOS NETO e da Sra. ARTENI DE SOUZA MATOS ao polo passivo da lide. Com efeito, é necessário que os pedidos de integração de terceiro à lide ou formação de litisconsórcio indiquem os fundamentos jurídicos que os embasam. Contudo, o réu ao narrar os fatos que justificariam o pedido de integração não os correlacionou com nenhum dos institutos jurídicos de intervenção de terceiro ou de litisconsórcio previstos no CPC. Ademais, não identifico narrativa jurídica que se amolde às hipóteses previstas pelo CPC para que ocorra mencionada integração. Dessarte, INDEFIRO o pedido de integração do Sr. JOSÉ DE MATOS NETO e da Sra. ARTENI DE SOUZA MATOS ao polo passivo da lide. Noutro giro, quanto ao pedido de concessão da gratuidade da justiça para a ré, deve ser aplicada a Súmula nº 481 do STJ, em razão de se tratar de pessoa jurídica. Referida Súmula aduz que "faz jus ao benefício da justiça gratuita a pessoa jurídica com ou sem fins lucrativos que demonstrar sua impossibilidade de arcar com os encargos processuais."(grifos nossos). Nessa senda, entendo que os documentos colacionados às fls. 74/81 encontram-se desatualizado, vez que se refere ao ano calendário de 2017. Assim, determino que a parte requerida comprove ser hipossuficiente economicamente, em 15 dias, a fim de que lhe sejam deferidos os benefícios da gratuidade da justiça, nos moldes do art. 98, do NCPC. Para tanto, a parte requerente deverá apresentar, alternativamente ou cumulativamente, sob pena de indeferimento do benefício: a) livro de lançamento de balanço patrimonial e de resultado econômico, dos últimos 3 anos; b) balanços mensais, dos últimos 3 meses; c) extrato de contas bancárias, dos últimos 3 meses; e, d) declaração de Imposto de Renda, dos últimos 3 anos; No mais, consigno que deixo para analisar as questões preliminares por ocasião da sentença. Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, devendo renovar o pedido feito em suas peças postulatórias, caso haja. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer e apresentar rol de testemunhas com a respectiva qualificação de cada testemunha, no prazo improrrogável de 05 dias. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Após, paute-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE) - Processo 0619113-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Funcef - Fundação dos Economiários Federais - REQUERIDA: Elizabeth Borges da Silva - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: III - Intimação da parte para se manifestar sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos; Prazo: 10 dias.

ADV: SIDNEY RICARDO CARVALHO DA SILVA (OAB 7780/AM), ADV: BRUNO SARAIVA CARNEIRO (OAB 9829/AM) - Processo 0621314-69.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Anderson Pereira Ribeiro - REQUERIDA: Luciana Lima da Silva - Primeiramente, INDEFIRO a juntada de documentos às fls. 113/114, eis que não se trata de documentos novos, tampouco foi alegado fato que teria impedido sua juntada na mesma oportunidade do protocolamento da contestação, consoante norma exposta no art. 435, parágrafo único do NCPC. Assim, entendo que houve preclusão consumativa. Nesse sentido, é a jurisprudência pátria, conforme colaciono: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. PROVA DOCUMENTAL. PRODUÇÃO EXTEMPORÂNEA. EXCEÇÕES LEGAIS. INAPLICABILIDADE. REEXAME DO CONTEXTO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA 7/STJ. 1. A regra prevista no art. 396 do Código de Processo Civil, segundo a qual incumbe à parte instruir a inicial ou a contestação com os documentos necessários para provar o direito alegado, somente pode ser excepcionada se, após o ajuizamento da ação, surgirem documentos novos, ou seja, decorrentes de fatos supervenientes ou que somente tenham sido conhecidos pela parte em momento posterior (CPC, art. 397), o que não ocorreu, conforme relatado pelo Tribunal a quo. Precedentes do STJ. 2. A Corte Local afirmou "ser fato incontroverso nestes autos que tais elementos sempre estiveram na posse dos prepostos do apelante, de sorte que o pedido de juntada documental apenas quando da apresentação de alegações finais orais momento em que já configurada a preclusão consumativa da fase processual instrutória - não se deu em razão de força maior, mas sim de óbvia deficiência da defesa por aquele apresentada." (fl. 199, e-STJ). 3. Assim, é inviável analisar a tese defendida no Recurso Especial, a qual busca afastar as premissas fáticas estabelecidas pelo acórdão recorrido, pois inarredável a revisão do conjunto probatório dos autos. Aplica-se o óbice da Súmula 7/STJ. 4. Recurso Especial não conhecido.(STJ - REsp: 1618161 AC 2016/0204864-5, Relator: Ministro HERMAN BENJAMIN, Data de Julgamento: 13/12/2016, T2 - SEGUNDA TURMA, Data de Publicação: DJe 06/03/2017) APELAÇÃO CÍVEL - DIREITO CIVIL - CONTRATO DE MÚTUO - PRESCRIÇÃO - JUNTADA DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL EM FASE RECURSAL - AUSÊNCIA DE DOCUMENTO NOVO - INÉRCIA DA PARTE EXEQUENTE - PRECLUSÃO CONSUMATIVA - AUSÊNCIA DE MOTIVO QUE JUSTIFIQUE SUA JUNTADA EXTEMPORÂNEA - SENTENÇA CORRETA COM O CARREADO NOS AUTOS. 1. Cabe à parte autora demonstrar os fatos constitutivos de seu direito, de forma que documentos essenciais devem ser apresentados ainda na inicial. 2. O documento juntado às razões recursais não é novo, inclusive, foi mencionado ainda na peça inicial. 3. CPC, art. 435, parágrafo único - "Admite-se também a juntada posterior de documentos formados após a petição inicial ou a contestação, bem como dos que se tornaram conhecidos, acessíveis ou disponíveis após esses atos, cabendo à parte que os produzir comprovar o motivo que a impediu de juntá-los anteriormente e incumbindo ao juiz, em qualquer caso, avaliar a conduta da parte de acordo com o art. 5º".4. Admitir a juntada da alteração contratual sem uma justificativa suficiente da apelante seria premiar sua falta de diligência.5. Sentença de piso que reconheceu a prescrição dos créditos com base no título que instruiu os autos.(TJ-PE - APL: 5122436 PE, Relator: Antônio Fernando de Araújo Martins, Data de Julgamento: 04/12/2018, 6ª Câmara Cível, Data de Publicação: 17/12/2018) Outrossim, caso haja interesse em composição entre as partes, determino que essas se manifestem em 05 dias, para que seja designada audiência junto ao CEJUSC-Cível. Ademais, no mesmo prazo de 05 dias, determino que as partes digam as provas que pretendem produzir, devendo renovar o pedido feito em suas peças postulatórias, caso haja. Nesse sentido, determino que: I- Caso haja solicitação de oitiva das partes ou de testemunhas, devem as partes declinar os fatos que com ela pretendem esclarecer e apresentar rol de testemunhas com a respectiva qualificação de

cada testemunha, no prazo improrrogável de 05 dias. Consigno que é dever de cada parte intimar suas testemunhas sobre o dia da audiência, conforme art. 455, "caput", do NCPC. Após, pautе-se audiência de instrução e julgamento para que sejam colhidos os depoimentos; II - Caso haja pedido de prova pericial, devem as partes declinar a sua finalidade e indicar a especialidade do perito. Ultimadas tais diligência movam-se os autos conclusos para despacho; III- Apresentada prova documental, vista à parte adversa para manifestação no prazo de cinco dias. IV - Caso não haja pedido de produção de novas provas, movam-se os autos conclusos para sentença.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0622865-21.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: A de C Venturelli - Dispositivo: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido formulados na inicial, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, para CONDENAR a requerida ao pagamento da quantia de R$ 46.931,60 (quarenta e seis mil, novecentos e trinta e um reais e sessenta centavos), incidindo juros de mora a partir da citação, a teor do art. 240 do CPC, e correção monetária a partir do vencimento de cada prêmio, por se tratar de mero instrumento de recomposição do valor da moeda, a teor do art. 397, do CC, ambos pela taxa SELIC. Por fim, CONDENO a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 8º e art. 87 §2º do CPC. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Não havendo requerimentos, arquivem-se os autos. Cumpra-se e Intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: CHRISTINA CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 7896/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM) - Processo 0624660-62.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: MLF Materiais de Construção Ltda - Francisca Lopes da Silva - Manuel Lopes da Silva - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para recolher as diligências do Sr. Oficial de Justiça necessárias à prática do ato processual, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 15 de outubro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: BRENDA DE JESUS MONTENEGRO (OAB 12868/AM), ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 666A/AM), ADV: PAULINO FERREIRA DOS SANTOS (OAB 8153/AM) - Processo 0627269-86.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Homero Antonio da Silva Neves Lacerda - REQUERIDO: Kleber Santos de Figueiredo - Maria da Conceicao Ferreira da Silva - Mantenho a decisão por seus próprios fundamentos. Á parte para manejar a medida judicial junto ao juízo ad quem.

ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0629848-65.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidão - REQUERENTE: Rayson Santos Braga - REQUERIDO: Antonio Portilho da Silva - DISPOSITIVO: Diante do exposto, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados por Rayson Santos Braga em desfavor de Antonio Portilho da Silva, resolvendo o mérito nos termos do art. 487, I, do CPC, para DECLARAR extinta a servidão de passagem, e consequentemente, DETERMINAR ao requerido que proceda a retirada do portão e contador de energia localizados na área em questão. Por fim, CONDENO a requerida ao pagamento das custas e despesas processuais, bem como honorários advocatícios em 10% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 8º e art. 87 §2º do CPC. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Cumpra-se e Intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GEYSILA FERNANDA MENDES DE MELO (OAB 6594/AM) - Processo 0633068-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Cleonice Mendes dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Vistos, etc.. HOMOLOGO o pedido de desistência formulado às fls. 67, nos termos do artigo 200, parágrafo único, do Novo Código de Processo Civil, para que surta seus jurídicos e legais efeitos. Em consequência, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, inciso VIII, do Novo Código de Processo Civil. Honorários advocatícios e custas já distribuídos pelas partes. Após o trânsito em julgado desta, arquivem-se os autos e dê-se baixa. P. R. I.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0634270-83.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Rudson Duarte do Vale - Art. 4°. O Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisórios não relacionados nesta Portaria, em conformidade com o art. 93, XIV, da Constituição Federal; De ordem da MMª. Juíza: Por todos seus fundamentos MANTENHO o despacho de fls. 91/93. Prossiga o Requerente, atendendo para o regular andamento do feito, no prazo de cinco (05) dias, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, III, do CPC/2015.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: THAYLA GALATE GOMES (OAB 7954/AM) - Processo 0637814-16.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE: Frank Alberto Alves Franco - REQUERIDO: Manoel de Jesus Fernandes de Souza - LITSPASSIV: Gaudencio Rodrigues Ramos - Art. 1º. Delegar aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais abaixo especificados: De ordem da MMª. Juíza: Trata-se de Recurso de Apelação (NCPC, art. 1.009). Intime-se o apelado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões (NCPC, art. 1.010, § 1º). Caso o apelado apresente com suas contrarrazões recurso adesivo e/ou questões de mérito em sede de preliminar na hipótese do § 1º do art. 1.009, sem nova conclusão, devera o apelante ser intimado para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contrarrazões ao recurso adesivo e/ou a preliminar, nos termos dos §§ 1º e 2º dos arts. 1.009 e 1.010, respectivamente. Após as formalidades previstas nos §§ 1º e 2º do art.1.010 do NCPC, os autos deverão ser remetidos ao Tribunal ad quem independentemente do juízo de admissibilidade. Intime-se e cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0641033-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Joel Vieira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993) Manaus, 15 de outubro de 2019. Maria Francisca Garcia Escrivã

ADV: WALLISON DANIEL DIAS OLIVEIRA (OAB 8932/AM) - Processo 0644005-48.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: MELINA AUXILIADORA DUTRA BARBOSA - REQUERIDO: BELA VISTA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SPE (NV Construtora Incorporadora) - LITSPASSIV: NV Industria Comércio e Construção Ltda - DISPOSITIVO: Diante do exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS DA INICIAL, conforme fundamentação supra, para EXTINGUIR processo COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: CONCEDER a tutela antecipada para determinar à requerida Bela Vista Empreendimentos que dê a devida baixa no protesto de fls. 43, caso não tenha feito, no prazo de 48 horas, a partir da ciência desta decisão, sob pena de multa de R$ 2.000,00, até o limite de 10 (dez) repetições. CONDENAR a requerida ao pagamento em favor do autor da ação a importância equivalente a R$ 18.000,00 (dezoito mil) reais a título de danos morais, com atualização monetária a partir da data de arbitramento, conforme disposto na Súmula 362, do STJ, sem prejuízo da incidência dos juros moratórios, a contar da data do evento danoso (Súmula 54, do STJ), conforme a taxa SELIC. Por fim, CONDENO as requeridas ao ressarcimento do pagamento das custas e despesas processuais,

bem como honorários advocatícios em 20% do valor da causa, nos termos do art. 85, § 8º e art. 87 §2º do CPC. Após, o trânsito em julgado, independentemente de nova intimação, deverá o credor, na pessoa de seu advogado, providenciar o cumprimento de sentença adequado a sua pretensão. Não havendo requerimentos, arquivem-se os autos. Cumpra-se e Intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Sheilla Jordana de Sales Juíza de Direito

André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Brenda de Jesus Montenegro (OAB 12868/AM)
Bruno Saraiva Carneiro (OAB 9829/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Celerino Leite Júnior (OAB 6481/AM)
Christina Cunha e Silva Meirelles (OAB 7896/AM)
Cristiane Furlin Cavalcante (OAB 6970/AM)
Deny Francy Araújo da Rocha (OAB 12136/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Geysila Fernanda Mendes de Melo (OAB 6594/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Paulino Ferreira dos Santos (OAB 8153/AM)
Paulo Roberto Braga Barbosa Júnior (OAB 2356/AM)
Regina Vera Nogueira Lemos (OAB 249492/SP)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Robert Ferreira Barboza (OAB 71304/RJ)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sidney Ricardo Carvalho da Silva (OAB 7780/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 666A/AM)
Thayla Galate Gomes (OAB 7954/AM)
Vitor Adriano Corrêa (OAB 88681/PR)
Wallison Daniel Dias Oliveira (OAB 8932/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)

2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0406/2019

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0601328-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Dasônia Maria Pereira Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0603794-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Leonardo Chaves de Souza - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0618168-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carlos José de Lima Serra - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0618635-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Admilson Ferreira Luz - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/12/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 156187/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0624439-79.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CARLOS JOSÉ VEIGA CRESPO (OAB 5177/AM), ADV: LYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 9208/AM), ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM) - Processo 0636494-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Indústria e Comércio de Colchões e Espuma Ltda. - REQUERIDO: E. E. Comércio de Colchões e Artigos de Colchoaria e outros - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: GABRIELA SCHMIDT LIRA (OAB 338877/SP) - Processo 0637631-45.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Policom SP Comercial Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido

e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0637706-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Helen Cristina Moraes Libório - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ISABELLE SAENZ DE MEDEIROS (OAB 14447/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: CAMILA RODRIGUES DA SILVA (OAB 8847/AM) - Processo 0639852-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Madson dos Santos Correia - REQUERIDO: Plural Gestão Em Planos de Saúde Ltda. - Unimed Fama - Federação das Unimeds da Amazônia - FED. DAS SOC\> COOP. DE TRAB. MED. - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0640247-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tarifas - REQUERENTE: Irailton Holanda de Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0644278-85.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDO: Ricardo Alvarez Miranda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0644754-26.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0645840-66.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650270-27.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Francisco Pereira da Silva - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0653875-78.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a consulta almejada (Renajud), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0655878-06.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Ciex Laghi Engenharia SPE Ltda. - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0655962-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Itália Breda - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0656134-46.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Walcinei Ferreira do Nascimento - Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700, do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º, do artigo 701, CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701, do CPC até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art.702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º, c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-

se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I, do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0656598-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco RCI Brasil S/A - REQUERIDA: Laíse do Socorro de Barros Mafra - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º, do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º, do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º, do art. 3º, do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§ 6º e 7º, da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0658346-74.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Camila Rodrigues da Silva (OAB 8847/AM)
Carlos José Veiga Crespo (OAB 5177/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Gabriela Schmidt Lira (OAB 338877/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Saenz de Medeiros (OAB 14447/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 156187/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Lysson Alcântara Barroso (OAB 9208/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROBERTO SANTOS TAKETOMI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0407/2019

ADV: JÚLIO ALBERTO NEVES DE CARVALHO (OAB 9011/AM), ADV: EMERSON PAXÁ PINTO OLIVEIRA (OAB 9435/AM), ADV: ROBINSON EUTEMIO SELESKI FILHO (OAB 9973/AM) - Processo 0210565-24.2018.8.04.0001 (processo principal 0605064-92.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Neves de Carvalho - REQUERIDO: Simóis Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Considerando a impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 49 e seguintes, vista à exequente para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0611467-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Walda de Oliveira Rocha - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Isto exposto, dou por extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência da autora, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 85, §8º, c/c 86, parágrafo único, ambos do CPC. Contudo, suspendo a cobrança, face ao deferimento da gratuidade. Intime-se.

ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC) - Processo 0613933-44.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Transvia Organização Logística do Transporte de Cargas Ltda. - ME - Reginei Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0621047-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Francisca do Rosário Viriato Viana - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Isto exposto, dou por extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência da autora, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 85, §8º, c/c 86, parágrafo único, ambos do CPC. Contudo, suspendo a cobrança, face ao deferimento da gratuidade. Intime-se.

ADV: CAMILA CORDEIRO BATISTA (OAB 10930/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0627356-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Maria Cleonice Félix Santana - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Do exposto, JULGO IMPROCEDENTE os pedidos. Isto exposto, dou por extinto o feito, com resolução de mérito, nos termos do artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Diante da sucumbência da autora, condeno-a ao pagamento de custas processuais e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 3.000,00 (três mil reais), conforme art. 85, §8º, c/c 86, parágrafo único, ambos do CPC. Contudo, suspendo a cobrança, face ao deferimento da gratuidade. Intime-se.

Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Camila Cordeiro Batista (OAB 10930/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Emerson Paxá Pinto Oliveira (OAB 9435/AM)
Júlio Alberto Neves de Carvalho (OAB 9011/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Robinson Eutemio Seleski Filho (OAB 9973/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0362/2019

ADV: RICARDO YANO BARROS FREITAS (OAB 1248/AM), ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0243916-32.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Luciane Schneider Vendrame - REQUERIDO: José Expedito de Paiva - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA (OAB 8569/AM), ADV: LUCAS CEZAR JOSÉ FIGUEIREDO BANDIERA (OAB 8798/AM), ADV: JORGE RICARDO CASTRO DA SILVA (OAB 6584/AM), ADV: ANDRÉ LIMA DE LIMA (OAB 6672/AM) - Processo 0620033-83.2014.8.04.0001 - Monitória - Compra e Venda - REQUERENTE: LUIZ G.G DE SOUZA (IMPORTADORA SÃO LUIZ) - REQUERIDO: ASSOCIAÇÃO FOLCLÓRICA CULTURAL BOI BUMBÁ CORRE CAMPO - Ante o exposto,julgo improcedentes os embargos monitórios e procedente a monitória, dando por constituído o título executivo judicial no valor de R$ 25.250,00 a ser atualizado a partir do ajuizamento da ação, acrescido de juros de 1% o mês a partir da citação. A parte requerida suportará as custas, despesas processuais e honorários advocatícios de 10% sobre o total do débito. P.R.I.

André Lima de Lima (OAB 6672/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Jorge Ricardo Castro da Silva (OAB 6584/AM)
Lucas Cezar José Figueiredo Bandiera (OAB 8798/AM)
Ricardo Yano Barros Freitas (OAB 1248/AM)
Vicente Emanuel Almeida de Paula (OAB 8569/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO MANUEL AMARO DE LIMA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL EDNA MOUZINHO BARRETO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0363/2019

ADV: REINALDO TADEU LUÍS RONDINA MANDALITI (OAB 919A/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM), ADV: LUIZ OTAVIO DE VERCOSA CHÃ (OAB 002.278/AM), ADV: KARINA CORDEIRO DE MAGALHÃES CHACON (OAB 4543AM) - Processo 0040033-76.2002.8.04.0001 (001.02.040033-1) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nathan Salim Tayah - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Indefiro pedido de prosseguimento da lide com consequente bloqueio via sistema BACENJUD, tendo em vista que o trânsito em julgado da sentença ocorreu em março de 2012, e o autor pugna pelo prosseguimento da lide em 10 de maio de 2019, tempo bem superior ao previsto na legislação vigente. Nos termos do art. 98, § 3º: " Vencido o beneficiário, as obrigações decorrentes de sua sucumbência ficarão sob condição suspensiva de exigibilidade e somente poderão ser executadas se, nos 5 (cinco) anos subsequentes ao trânsito em julgado da decisão que as certificou, o credor demonstrar que deixou de existir a situação de insuficiência de recursos que justificou a concessão de gratuidade, extinguindo-se, passado esse prazo, tais obrigações do beneficiário. " (grifo) Assim no caso em tela, verifico que a pretensão da parte autora encontra-se prescrita, razão pela qual mantenho a decisão retro Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis, conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P.R.I.C.

ADV: CLÁUDIA MORAES NADAF DA COSTA VAL (OAB 2523/AM) - Processo 0201484-61.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: RC Recebíveis Ltda - REQUERIDO: A. J. Mar do Nascimento ME - Indefiro pedido de fl. (267/268), posto que não houve comprovação nos autos que houve fraude à execução. Portanto, intimo a parte para requerer o que entender de direito, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de suspensão dos autos, conforme art. 921 do CPC. P.R.I.C.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 11990/MA) - Processo 0218530-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidor Público Civil - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - Velando pelo Princípio da Razoável Duração do Processo, que fora inserido pela Emenda Constitucional nº 45/2004 dentro das garantias fundamentais assegurados a cada indivíduo, no inciso LXXVIII do art. 5º da CF de 1988, o qual visa a celeridade na efetiva prestação jurisdicional, entrevejo a possibilidade de se adotar o Procedimento de Execução Invertida. Nessa esteira, intime-se a autarquia ré (intimação eletrônica), para que informe o cumprimento de acordo homologado me sentença, bem como apresente a planilha de cálculo, vez que detentora dos dados necessários (DID e RMI) a elaboração das planilhas, no prazo de 15 (quinze) dias. Com a juntada da planilha, intime-se o requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, manifeste-se sobre os referidos cálculos apresentados pelo INSS. Após, conclusos os autos. P.R.I.C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0238953-49.2009.8.04.0001 (001.09.238953-9) - Cumprimento de sentença - Licitações - REQUERENTE: Transglobal Servicos Ltda - REQUERIDO: Gerente do Departamento de Licitação e Contrato da Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, remeto os autos ao Tribunal de Justiça para julgamento do recurso.

ADV: CHARDSON DE SOUZA MORAES (OAB 828/RR) - Processo 0240381-17.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo do Médicos e Demais Profissionais da Saúde de Boa Vista - REQUERIDO: Romulo dos Santos Mangabeira - De ordem, recebo à Carta Precatória de folhas antecedentes. Dê-se imediato cumprimento, após, nada mais havendo, devolva-se por meio de Malote Digital ao cartório de origem, com baixa na distribuição. Conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se o requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o recolhimento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado conforme solicitado.

ADV: CARLOS DANIEL RANGEL BARRETTO SEGUNDO (OAB 5035/AM) - Processo 0242460-66.2019.8.04.0001 (processo principal 0606520-48.2014.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Duplicata - REQUERENTE: TUITIO ARANEA COMÉRCIO E CONFECÇÕES LTDA-ME - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais: I - Analisando os autos verifica-se que houve um equivoco no peticionamento gerando um novo numero de processo, razão pela qual, translado as fls. 01 - 04 para os autos de nº 0606520-48.2014.8.04.0001. Remetam-se os autos para distribuição para cancelamento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: MATHEUS DE SOUZA DEMASI (OAB 11327/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM) - Processo 0600392-07.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Sony Brasil Ltda - EXECUTADO: Cristal Indústria de Plásticos da Amazônia Ltda - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Fora concedida citação por edital do requerido, ante as consultas infrutíferas dos sistemas eletrônicos judicias à fl. (206). Às fls. (209) fora devidamente expedido e publicado edital na rede mundial de computadores, com prazo de 20 dias, com certidão de transcrição à fl. (210). Verifico que a parte executada, representada pela Defensoria Pública, apresentou contestação às fls. (238/240), porém o processo em epígrafe trata-se de uma ação de execução. No teor da manifestação, o executado impugnou a ocorrência de citação válida, sob a alegação de que os requisitos do art. 257 não foram devidamente cumpridos pelo juízo, e requerem que seja decretada a nulidade do ato citatório. Às fls. (244/246) houve impugnação aos embargos à execução, no qual requer sejam julgados integralmente improcedentes. É o breve relatório. Decido. Inicialmente, cabe ressaltar que os embargos têm natureza de ação autônoma de defesa. Com efeito, sua utilização gera uma nova relação processual, paralela à execução, devendo a petição inicial atender os requisitos genéricos elencados no art. 319 c/c 320 do NCPC/2015. CONTRATO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL - APRESENTAÇÃO DE CONTESTAÇÃO AO INVÉS DE EMBARGOS À EXECUÇÃO, QUE NÃO FORAM DISTRIBUÍDOS POR DEPENDÊNCIA À EXECUÇÃO - NÃO APRECIAÇÃO PELA DECISÃO RECORRIDA - NATUREZA INTERLOCUTÓRIA - INSURGÊNCIA POR AGRAVO - ERRO GROSSEIRO - APELO NÃO CONHECIDO. Apelação não conhecida.(TJ-SP - APL: 10041979020158260604 SP 1004197-90.2015.8.26.0604, Relator: Jayme Queiroz Lopes, Data de Julgamento: 25/10/2018, 36ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 31/10/2018) Neste contexto, verifico que a embargante incorreu em erro procedimental crucial para o recebimento e desenvolvimento regular dos embargos, haja vista existir no mundo jurídico forma correta para opor embargos à execução. Ademais, manejou os embargos por meio de petição simples, nos autos da execução, e não como ação autônoma, conforme preconiza o art. 914, §1º do NCPC/2015, com teor a saber: O executado, independentemente de penhora, depósito ou caução, poderá se opor à execução por meio de embargos. § 1º Os embargos à execução serão distribuídos por dependência, autuados em apartado e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, que poderão ser declaradas autênticas pelo próprio advogado, sob sua responsabilidade pessoal. (grifo nosso) Noutro giro, cumpre aduzir que a citação é o ato pelo qual se chama a juízo a parte requerida para oferecer defesa nos termos da pretensão perseguida pelo autor na ação por este aforada. Nos termos do art. 257 do CPC/15, existem requisitos cumulativos que ordenam os termos de execução desse meio de citação.São estes: Art. 257. São requisitos da citação por edital: I - a afirmação do autor ou a certidão do oficial informando a presença das circunstâncias autorizadoras; II - a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos; III - a determinação, pelo juiz, do prazo, que variará entre 20 (vinte) e 60 (sessenta) dias, fluindo da data da publicação única ou, havendo mais de uma, da primeira; IV - a advertência de que será nomeado curador especial em caso de revelia. Parágrafo único. O juiz poderá determinar que a publicação do edital seja feita também em jornal local de ampla circulação ou por outros meios, considerando as peculiaridades da comarca, da seção ou da subseção judiciárias. Pela análise dos autos, verifico que foram satisfeitos os pressupostos do referido artigo, com a publicação na plataforma do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, bem como prazo de determinado de vinte dias para ciência do ato. Não há que se reputar necessária a publicação por meio plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça - CNJ, isso porque desde da entrada em vigor do Código Processual Civil, até a presente data, este meio ainda não fora disponibilizado pelo órgão, sendo, portanto, contraditório cobrar sua aplicabilidade quando não há meios capazes de executá-lo. Nesse sentido: PROCESSUAL CIVIL. EXECUÇÃO. CITAÇÃO EDITALÍCIA. PRESSUPOSTOS LEGAIS ATENDIDOS. PUBLICAÇÃO NA REDE MUNDIAL DE COMPUTADORES (INTERNET), EM ÓRGÃO OFICIAL (DJe) E SÍTIO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA. PUBLICAÇÃO EM JORNAIS LOCAIS. PRESCINDIBILIDADE. FORMALIDADE ELIMINADA PELO NOVEL ESTATUTO PROCESSUAL, SALVO SITUAÇÕES PONTUAIS DA LOCALIZAÇÃO DO JUÍZO. PLATAFORMA DE EDITAIS DO CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. INEXISTÊNCIA. OBSERVÂNCIA DO PRECEITUADO PELO ESTATUTO PROCESSUAL. NULIDADE. INOCORRÊNCIA. 1. Segundo a nova regulação processual, a citação editalícia será consumada, ordinariamente, via da publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio do respectivo tribunal e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, ressalvado que, diante das particularidades da sede do Juízo, notadamente se não provido regular e eficazmente por rede de internet, poderá o

Juiz determinar a publicação em jornal de ampla circulação ou por outros meios (CPC, art. 257, II, e parágrafo único) 2. Considerando que, nos termos do artigo 14 da Resolução 234/16 do CNJ, enquanto não implantado o DJEN, as publicações deverão ser realizadas no Diário de Justiça Eletrônico (DJe) do próprio órgão, a citação editalícia realizada no molde legal mediante publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio deste tribunal e no Diário de Justiça Eletrônico, satisfazendo linearmente as exigências legais, reveste-se de plena legalidade e eficácia, mormente porque esta capital é suficientemente servida por serviços de internet, tornando inviável que seja reputada necessária à eficácia do ato a publicação em jornal de grande circulação. 3. Agravo conhecido e provido. Unânime. (TJ-DF 07011796320178070000 0701179-63.2017.8.07.0000, Relator: TEÓFILO CAETANO, Data de Julgamento: 24/03/2017, 1ª Turma Cível, Data de Publicação: Publicado no DJE : 18/04/2017 . Pág.: Sem Página Cadastrada.) ANTE AO EXPOSTO, no art. 914, § 1º do NCPC/2015, rejeito os a preliminar de nulidade citação proposta pela Defensoria, considero válida a citação editalícia, e rejeito os embargos, posto que devem ser distribuídos por dependência e autuados em apartado. Determino o prosseguimento da execução. Noutro giro, determino, também, à secretaria, que expeça-se ALVARÁ dos valores bloqueados judicialmente, no valor de R$ 5.703,02 (cinco mil setecentos e três reais e dois centavos), observando a existência de patrono indicado com procuração válida e poderes específicos para tal finalidade. Em caso positivo, expeça-se o referido alvará dos valores depositados judicialmente. Em caso negativo, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, indique profissional habilitado nos autos com as especificações retromencionadas. Após a manifestação, expeça-se o competente alvará. P.R.I.C.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM), ADV: KEULISON DA SILVA RAMOS (OAB 8581/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0600643-93.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Carlos César Nicácio Maia - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Conforme certidão de folha antecedente, a sentença transitou em julgado. Desta feita, de ordem da própria sentença de fls. 162/165, abro espaço para cumprimento de sentença. Após, não havendo manifestação, arquivem-se e baixem-se os autos com as cautelas de praxe. Prazo: 5 dias

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601275-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ana Carolina Marques Sampaio - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: YUN KI LEE (OAB 131693/SP), ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM) - Processo 0603733-12.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sheyla Andrade dos Santos - REQUERIDO: AGRA SINGOLARE INCORPORADORA LTDA - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: FERNANDO SOUZA MACHADO (OAB 5975/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: RICARDO DA CUNHA COSTA (OAB 5737/AM), ADV: MARCO ROBERTO PEREIRA DA SILVA (OAB 10172/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0603884-46.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reivindicação - REQUERENTE: Francisco Charles Cunha Garcia Junior - REQUERIDO: Marcos Valério - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0604064-86.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Dulce Vieira Santos - Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC/2015. Após escoar o prazo retro sem apresentação de defesada requerida, conforme preleciona o artigo 72, II do Código de Processo Civil, "réu preso revel, bem como ao réu revel citado por edital ou com hora certa, enquanto não for constituído advogado ", determino a intimação eletrônica do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC), para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). P.R.I.C.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: GISELLE SAGICA ARAUJO PEREIRA (OAB 8285/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM), ADV: DÉBORA SCHALCH (OAB 1135144/SP), ADV: MAGDALENA ARAÚJO PEREIRA FERREIRA (OAB 3836/AM) - Processo 0605722-87.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguros Marítimos - REQUERENTE: IVANILDO FERREIRA DE ALMEIDA - REQUERIDO: W PEREIRA NAVEGAÇÃO LTDA - BRADESCO VIDA E PREVIDÊNCIA S/A e outro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM) - Processo 0606165-38.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Carmantino Pofirio de Oliveira - Defiro pedido de fls. (149). Portanto, sob à luz do art. 921, III, §§ 1º e 2º, CPC/2015, DECIDO: I - À secretaria para que suspenda o processo em epígrafe, pelo prazo de 1 (um) ano. II - Decorrido o referido prazo, sem que seja localizado o executado (a) ou encontrados bens penhoráveis, o juiz ordenará o arquivamento dos autos. III - Transcorrido o prazo de que trata o § 1o do art. 921 do NCPC/2015, sem manifestação do exequente, começa a correr o prazo de prescrição intercorrente. Saliento que, suspensa a execução, NÃO SERÃO PRATICADOS ATOS PROCESSUAIS, podendo o juiz, entretanto, salvo no caso de arguição de impedimento ou de suspeição, ordenar providências urgentes, bem como se forem encontrados bens penhoráveis,

conforme preconizado no art. 921, §3º c/c 923 do NCPC/2015. Adverto a parte autora sobre a não incidência de pedidos ulteriores a esta decisão, com conteúdos meramente procrastinatório, sob pena de configurar-se ato atentatório à dignidade da justiça, com a possibilidade de punição pecuniária, nos termos do que dispõe o art. 77, inciso IV, e §§1º e 2º do NCPC/2015, ensejando a aplicação de multa de até 20% (vinte por cento) do valor da causa, de acordo com a gravidade da conduta, revertida ao Fundo de Modernização do Poder Judiciário, do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, como determina o art. 97 do novo Código de Processo Civil. P. R. I. C.

ADV: MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM), ADV: BANDEIRA DE MELO E BARBIRATO ADVOGADOS (OAB 222/AM), ADV: GABRIELA MARINHO ALVES (OAB 13368/AM), ADV: FÁBIO NUNES BANDEIRA DE MELO (OAB 4331/AM), ADV: MARCIA CAROLINE MILLEO LAREDO (OAB 8936/AM), ADV: LÍVIA MARIA ANDRADE PORTO (OAB 11348/AM) - Processo 0607003-44.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Pemaza Amazônia S/A - EXECUTADO: André Barroso dos Reis - DEPRECADO: Fórum Des. Ernesto Adolfo de V. Chaves - TJ/PA - Indefiro, por ora, o pedido de citação por edital, haja vista ser de competência da parte autora promover as diligências cabíveis para fins de citação. Ademais, na execução, conforme o art. 802 do NCPC/2015, interrompe a prescrição, o despacho que ordena a citação, desde que realizada em observância ao disposto no§ 2ºdo art. 240, ainda que proferido por juízo incompetente, também preconizado no art. 202, I do Código Civil de 2002. Portanto, determino a intimação do requerente acerca da prescrição do título, no prazo de 15 (quinze) dias. P.R.I.C.

ADV: JOÃO MANOEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 4677/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: TELMA MARIA SILVA DE MELLO (OAB 10202/AM), ADV: ARMANDO JORGE ANTONY FONSECA (OAB 23979/CE) - Processo 0607447-43.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Armando Jorge Antony Fonseca - Kelly Cristina Antony Fonseca - Keyla Andréa Antony Fonseca - REQUERIDA: Fernanda Soares Fonseca - Compulsando os autos, verifico que houve equívoco quanto ao envio do processo em epígrafe a esta serventia, posto que o processo indicado sob o nº (0612232-48.2016) está em tramitação na própria 15º Vara Cível, porém em segredo de justiça. Portanto, não vislumbro a prevenção e determino a distribuição do feito à 15º Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. P.R.I.C.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: PATRÍCIA MANTES DO AMARAL TOLEDO PIZA (OAB 98124/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0607944-23.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Armison Anveres Amaral - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 120. Expeça-se mandado.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609448-35.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Antônio Carneiro da Costa - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 136, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0609518-86.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: MARILUCE DOS SANTOS LOPES - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 278, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 79757/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0609760-11.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: Santa Torcida Comercio de Artigos Esportivos Ltda-me - Danielle Martins Araújo - Williams dos Santos Viana - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0610322-88.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Rui Queiroz Salles - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0610956-11.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - REQUERIDO: Nival Construções e Comércio Ltda Me - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 208, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KATIENE SILVA SENA (OAB 11329/AM), ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ENNY LUDMYLA PEREIRA DUARTE (OAB 8094/AM), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 11413/MT), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0614999-30.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS - PERITO: Marcelo Cláudio Barroso de Vasconcelos Dias - TERCEIRO I: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas - Advocacia Geral da União - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0616231-04.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Sena dos Santos - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: HELEN MARA BARROSO GUEDES (OAB 8481/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM),

ADV: THIAGO CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 8576/AM) - Processo 0616986-67.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Inadimplemento - REQUERENTE: Casas do Óleo Ltda. - REQUERIDO: DALVAIR B. DE SOUZA & COMPANHIA LTDA. - Graziano Comercio e Representacoes LTDA - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, "d". Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP) - Processo 0617216-70.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Ademar Ferreira dos Santos - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0618897-12.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Maria de Lurdes Faustino de Lima - REQUERIDA: Michelly Lima Velloso - De ordem, defiro o pedido de fls. 114 e intimo a parte interessada a fim de que, no prazo de 5 (cinco) dias, promova o pagamento das despesas postais, na forma da Portaria 116/2017.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0619039-79.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDA: Alexandra Larissa da Silva Gomes - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: ÁLVARO DA TRINDADE GARCIA FILHO (OAB 6236/AM), ADV: CLEYTON RAFAEL MARTINS DO AMARAL (OAB 11691/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM), ADV: FELIPE ALVES DE CARVALHO CHAVES (OAB 816A/AM) - Processo 0622922-73.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compensação - REQUERENTE: CONDOMÍNIO PAUL CÉZANNE - REQUERIDO: ATIVA- ADMINISTRAÇÃO E SERVIÇOS - INTSSADO: Luiz Daniel Frota Ximenez Aragão - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: ADOLFO PRAIA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 10804/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: ELÍSIA LIMA DE SÁ (OAB 9161/AM), ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: THALLYNE JAMYLLE CAMPOS FEIJAO (OAB 14295/AM) - Processo 0623828-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Allegro Residencial Club - REQUERIDA: Luísa Ortiz de Souza Aranha - Tendo em vista pesquisa infrutífera conforme fls. 219, de titularidade da parte requerida, intime-se o requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da resposta NEGATIVA via sistema RENAJUD, juntada aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0623995-17.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Ronylene Toscano Picanço - Às fls. (93/94), a exequente iniciou o cumprimento de sentença. À fl. (97/98), fora determinado a intimação do executado na pessoa de seu advogado, para efetuar o pagamento voluntário. À fl. (123), o mandado retornou por motivo de "não reside mais". É o relatório. Decido. Tendo em vista que o réu fora revel na fase de conhecimento, conforme sentença às fls. (83/84), considera-se realizada a intimação do executado, vez que houve mudança de endereço sem prévia comunicação ao juízo, com fulcro nos artigos 274 e 513 do Código de Processo Civil. Art. 513. O cumprimento da sentença será feito segundo as regras deste Título, observando-se, no que couber e conforme a natureza da obrigação, o disposto no Livro II da Parte Especial deste Código. § 2º O devedor será intimado para cumprir a sentença: II - por carta com aviso de recebimento, quando representado pela Defensoria Pública ou quando não tiver procurador constituído nos autos, ressalvada a hipótese do inciso IV; IV - por edital, quando, citado na forma do art. 256 , tiver sido revel na fase de conhecimento. § 3º. Na hipótese do § 2º, incisos II e III, considera-se realizada a intimação quando o devedor houver mudado de endereço sem prévia comunicação ao juízo, observado o disposto no parágrafo único do art. 274. Art. 274. Não dispondo a lei de outro modo, as intimações serão feitas às partes, aos seus representantes legais, aos advogados e aos demais sujeitos do processo pelo correio ou, se presentes em cartório, diretamente pelo escrivão ou chefe de secretaria. Parágrafo único. Presumem-se válidas as intimações dirigidas ao endereço constante dos autos, ainda que não recebidas pessoalmente pelo interessado, se a modificação temporária ou definitiva não tiver sido devidamente comunicada ao juízo, fluindo os prazos a partir da juntada aos autos do comprovante de entrega da correspondência no primitivo endereço. Portanto, verifico que a executada não obstante ter sido intimada, não pagou, nem tampouco indicou bens à penhora, razão pela qual determino a penhora "on line", a teor da inteligência dos arts. 854 do NCPC/2015. Portanto, intime-se a parte autora para

que esta comprove, no prazo de 10 (dez) dias, o pagamento das custas referentes aos atos eletrônicos, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Portaria nº 116/17 - PTJ. Isso posto, efetue-se pesquisa via sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT acerca da existência de ativos em nome da parte executada, na forma do art. 854 do Código Processo Civil de 2015. Em caso positivo, determino, igualmente, que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Frustradas as diligências, intime-se a parte autora a fim de que indique, no prazo de 5 (cinco) dias, a medida executiva que entender pertinente, sob pena de arquivamento provisório do feito. P.R.I.C.

ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: ROSÂNGELA LEMOS DE MELLO GUIMARÃES (OAB 2747/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM) - Processo 0624500-71.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: MVT COMERCIO E REPRESENTAÇÃO DE LIVROS LTDA - REQUERIDO: SANTOS E SOUZA LIVRARIA LTDA - Eliel da Costa Souza - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o retorno do AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 184, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0625379-15.2014.8.04.0001 - Anulação e Substituição de Títulos ao Portador - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: ANDRÉ LUIZ FERNANDES DE SANTANA - REQUERIDO: PATRI VINTE E QUATRO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - INTSSADO: Banco Caixa Economica Federal - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: RENATO MEDINA PASQUALI (OAB 6596/SC), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: LEANDRO MENDES (OAB 53535/PR) - Processo 0626241-20.2013.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - CONSIGNADO: BLUTRAFOS BLUMENAL TRANSFORMADORES LTDA. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0626593-02.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - REQUERIDO: R & L Construtora e Tecnologia Ltda Me - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628493-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Leonardo Paiva Moreira - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALAN FERREIRA SOUZA (OAB 21801/CE), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102B/PR), ADV: JOELMA APARECIDA RODRIGUES DOS SANTOS (OAB 124510/SP), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: ALINE MARIA DA CÁS RACHID PIETRO (OAB A1075/AM), ADV: KELLY CRISTINA TEODÓSIO DA SILVA (OAB 13192/AM), ADV: JÚLIO CÉZAR FLORÊNCIO DA CUNHA (OAB 58642/PR), ADV: GILBERTO BORGES DA SILVA (OAB 58647/PR), ADV: PAULO HENRIQUE FERREIRA (OAB 894B/PE), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: VIRGINIA MAZZUCCO (OAB 43943/PR) - Processo 0630346-06.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: FRANCISCO BATISTA DE ARAUJO - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: FRANCISCO ALDAIRTON RIBEIRO CARVALHO JÚNIOR (OAB 16045/CE), ADV: ROBÉRIO CASSIUS SAMPAIO ARAGÃO (OAB 16468/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: THIAGO CAVALCANTE DA COSTA (OAB 37011/CE), ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: ANTÔNIO DOS SANTOS MOTA (OAB 19283/CE) - Processo 0630670-25.2016.8.04.0001 - Monitória - Mútuo - REQUERENTE: Fundação dos Economiários Federais - FUNCEF - REQUERIDO: JONISON RAMOS DOS SANTOS - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 254. Expeça-se mandado.

ADV: JOSENILSON DA ROCHA LIMA (OAB 1757/AM), ADV: SAULO MOYSÉS REZENDE DA COSTA (OAB 7300/AM), ADV: MÔNICA CÂMARA DE ALENCAR BRASIL (OAB 13494/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0630795-27.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0715738-79.2012.8.04.0001) - Procedimento Sumário - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 2 - REQUERIDA: Valdenice Seixas Elvas - ALPHAVILLE MANAUS EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - I Vista ao apelado para responder no prazo de 15 dias; II Com ou sem manifestação, subam os autos à Superior Instância com os nossos cumprimentos. III - Intime-se.

ADV: GABRIEL TOSETTI SILVEIRA (OAB 252852/SP), ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 291906/SP), ADV: JOÃO GILBERTO FEIRE GOULART (OAB 291913/SP), ADV: GILMAR MARTINS MONTEIRO (OAB 6520/AM), ADV: HÉLIO YAZBEK (OAB 168204/SP), ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0632188-55.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: CARREFOUR COMÉRCIO E INDÚSTRIA LTDA - REQUERIDO: VF MANAUS LTDA (CASA DO PÃO DE QUEIJO) - Consag- Consultoria e apoio à gestão LTDA - Com base no Provimento n.° 63/02 - CGJ, intime-se a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAUÉS MARQUES (OAB 4622/AM) - Processo 0633126-45.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: RAFAELA ANGELICA LEDESMA VEGAS - REQUERIDO: CONDOMINIO EDIFICIO RESIDENCIAL SAN LORENZO - Intime-se a parte executada, a pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, §2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a parte executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da parte Exequente para levantamento do respectivo valor. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, ressaltando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais, conforme Portaria 116/2017, tabela II, Procedimentos Incidentes, “d”. Ultimadas tais providências, intime-se a parte exequente para se manifestar, no prazo de 15 (quinze) dias sobre a impugnação. Em caso de não recolhimento, ou, ainda, de adimplemento a menor das referidas custas, sob pena de indeferimento. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a parte exequente para que apresente, no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do NCPC/2015, bem como

recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes a consulta ao sistema BACENJUD, conforme Lei nº4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a devida juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Em caso de resposta positiva, determino que se proceda ao bloqueio dos aludidos recursos no limite do crédito executado. Após efetivada a penhora, intime-se o(a) Devedor(a) nos termos dos arts. 854, §§ 3º e 6ºc/c 847, ambos do CPC. Proceda-se, ainda, à transferência dos valores bloqueados para conta judicial. Em caso da pesquisa resultar em bloqueio excessivo, determino, desde já, o desbloqueio dos valores excedentes. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme Lei n. 4.408/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da parte executada, por meio do INFOJUD, RENAJUD, ERIDFT. Autorizo, desde logo, a bloqueio da transferência, mediante RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intimem-se a parte exequente, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito, sob pena de suspensão, na forma do artigo 921, III do CPC, mantendo-se os autos em arquivo provisório, sem prejuízo da retomada da execução, desde que requerido pela parte. Por fim, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. P.R.I.C.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0636206-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Via Limpa Ambiental Construção Ltda Me - Ely Gonçalves de Souza Junior - Dayanna Regina Cerquinho Barreto de Souza - ATO ORDINATÓRIO Diante da Carta Precatória de fl. 104, intime-se o Requerente para que cumpra o disposto na Decisão Interlocutória de fls. 83/85: “Estando a carta precatória nos autos, intime-se a parte autora, para que imprima a carta e os documentos pertinentes, bem como remeta-os ou protocole um processo eletrônico autônomo junto ao juízo deprecado. Saliento que a parte autora deve comprovar nestes autos o protocolo da precatória junto à vara competente, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção. Com a juntada do protocolo, o autor deverá comprovar o cumprimento da diligência em até 3 (três) meses, sob pena de extinção.”

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0637555-50.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Valderlene Carneiro da Silva - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: WALDELINA PEREIRA DUARTE CORRÊA (OAB 1293/AM) - Processo 0637791-75.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: JULIANA LIMA DE SOUZA - ME - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0638943-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Luzinete Neves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, conheço dos declaratórios opostos para lhes negar provimento, visto que ausente qualquer contradição, omissão ou obscuridade, na forma do art. 1.022, I e II, do CPC. Desde logo, ficam as partes advertidas de que a interposição de embargos de declaração com caráter meramente protelatório será apenada com multa, nos termos do art. 1.026, §2°, do CPC. P. R. I. C.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0639194-40.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio do Conjunto Habitacional Ariranhas - EXECUTADO: Valdemir Jorge Ferreira - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: PRISCILA PACHECO FERREIRA (OAB 5364/AM) - Processo 0641481-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Industrial Oriente de Polímetros Ltda - Fabio Cesar Silva de Souza - REQUERIDO: Hdi Seguros S/A - Prima facie, não merece acolhimento o pedido de reconsideração, posto que, no tocante às Decisões Interlocutórias existe recurso próprio para a parte insatisfeita pugnar pela reforma do decisum, cabendo indagar até que ponto pode o pedido de reconsideração apresentar-se como sucedâneo do recurso apropriado. Consigno que tal peça não encontra respaldo legal no sistema processual brasileiro, analisar tal pleito sem previsão legal, implicaria em ofensa ao princípio da taxatividade dos recursos, segundo o qual os recursos a serem interpostos pelas partes interessadas deverão estar sempre previstos no ordenamento jurídico. É de se ressaltar para o princípio da taxatividade recursal, que não admite a criação de qualquer espécie recursal se a mesma não for criada, por força de Lei Federal. Sendo assim, possibilitar a reforma de uma decisão pelo próprio julgador, quando não houver previsão expressa em lei, é criar um recurso não previsto no ordenamento jurídico. Forte nessas razões, indefiro o pedido de fls. 50, mantendo a Decisão de fls. 46/47, na forma que está lançada. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641921-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Fatima Campos de Almeida - Tendo em vista pesquisa infrutífera conforme fls. 126, de titularidade da parte requerida, intime-se o requerente, por intermédio de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar acerca da resposta NEGATIVA via sistema RENAJUD, juntada aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: BRUNO RIBEIRO DE SOUZA (OAB 30169/PE), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0642138-83.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria da Conceição Correa de Sousa - REQUERIDO: Banco Bmg Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0642322-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: N. G. Miranda Panificadora Modelo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise dos autos, verifico que as custas processuais não foram devidamente recolhidas. Destarte, INTIME-SE o Requerente para que proceda o pagamento da primeira parcela das referidas custas no prazo de 15 (quinze) dias, conforme G.R.J de páginas 180.

ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM) - Processo 0646178-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Adrileide Lira de Sena - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: JÚLIO ABEILARD DA SILVA (OAB 132156/MG) - Processo 0647605-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marina Maria de Almeida Gonçalves - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor ante a afirmação de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Face a verossimilhança das alegações do autor, concedo em seu favor a inversão do "onus probandi", por ser, na condição de consumidor, parte hipossuficiente na relação jurídica. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Expeça-se carta. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0648278-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maikon Pereira Barros - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Concedo os benefícios da justiça gratuita ao autor ante a afirmação de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Por força do princípio da promoção da solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 4º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Saliente-se que o prazo para que o réu ofereça contestação correrá a partir da audiência de conciliação ou de mediação frustradas, quando uma das partes não comparecer ou quando for frustrada a autocomposição, nos termos do Art. 335, inciso I, do NCPC ou nos demais casos previstos no mesmo dispositivo. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. No entanto, intime-se a parte interessada para recolher as custas referentes à emissão de carta/AR, uma vez que o valor monetário para emissão e protocolo de cada comunicação é ínfimo e, por isso, perfeitamente alcançável pela parte, nos termos do que determina o Provimento 116/217 - PTJ, (atos Processuais), no prazo de 5 (cinco) dias. À secretaria para as providências cabíveis. P.R.I.C.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0648485-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Laurionor Tadeu Barbosa - Maria do Perpétuo Socorro Toscano Duarte Barbosa - REQUERIDO: Empresa Líder de Assessoria Ltda-me - Indefiro o benefício da justiça gratuita ao autor, vez que concedida a oportunidades aos autores, estes manifestaram sua impossibilidade financeira por meio da manifestação às fls. 29/31 dos autos, sem no entanto, juntar quaisquer documentos hábeis a comprovar o alegado. O benefício da justiça gratuita presta-se a conceder acesso à justiça àqueles que não possuem condições econômicas o suficiente para arcar com as despesas judiciais. Conceder o comentado benefício com base, unicamente, em declaração firmada pelo próprio autor, sem considerar demais fatores atinentes ao requerente é, no mínimo, temerário. À luz do art. 290, do NCPC, intime-se o requerente para, sob pena de cancelamento da distribuição, antecipar as custas processuais, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. No mesmo passo, deverá, também, o autor pagar as custas referentes à emissão do aviso de recebimento (AR), nos termos do que determina o Portaria 116/217 - PTJ, (atos Processuais), no mesmo prazo supracitado. P.R.I.C.

ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG) - Processo 0648698-70.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Prince Bike Norte Ltda - Expeça-se o competente Mandado, conforme pedido formulado pelo autor de fl. 113-119. Expeça-se mandado.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0649111-49.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - REQUERIDO: Olavo Ramon Gomes Padilha Miranda - Ante ao exposto, indefiro o benefício da justiça gratuita, e determino que o autor proceda ao pagamento das custas judicias, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento da exordial. Decorrido o prazo, façam os autos conclusos Intime-se. Cumpra-se

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650316-16.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Cristina Castro Oliveira - De ordem, conforme Portaria 001/2017 - PTJ em seu art. 1º, que delega aos Diretores de Secretaria e aos servidores por eles designados a prática dos atos processuais sem conteúdo decisório e estabelecer as rotinas procedimentais : I - Tendo em vista o cumprimento negativo de AR, intime-se o requerente, através de seu patrono constituído nos autos, para se manifestar sobre a resposta do AR juntado às fls. 78, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0652172-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDO: Lucas Silva e Silva - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Determino a intimação da parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a

referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Somente após o recolhimento das custas de mandado, e da inerente a consulta eletrônica RENAJUD, expeça-se competente mandado.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0654615-36.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Zoom Projetos e Consultoria Ltda. Epp - Francis de Matos Aquino - Maria do Carmo Pereira Monteiro - De ordem, conforme Portaria 001/2018, em seu Art. 1º, item I, intime-se a parte interessada, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, providencie o complemento das custas de diligências do Oficial de Justiça, conforme Portaria nº 116/2017 PTJ. Após a comprovação do pagamento, expeça-se mandado.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656529-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Fabia dos Santos Flores - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Concedo os benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Assim, considerando a necessidade de racionalizar o andamento do processo (evitando a prática de atos inúteis e que geram onerosidade processual), de proporcionar tramitação em tempo razoável (direito fundamental constitucionalmente consagrado no art. 5º, LXXVIII, da CF/88), bem assim tendo em vista que não haverá prejuízos para as partes (pelo contrário, o processo tende a tramitar de maneira mais rápida e eficaz, reduzindo a quantidade de audiências judiciais às quais os procuradores federais têm de comparecer diariamente), dispenso-a, num primeiro momento, sem prejuízo de sua eventual designação após juntada do laudo pericial. Em razão da Recomendação Conjunta n. 01 de 15 de dezembro de 2015, art. 1º, I, de que, ao despachar a inicial, considerar a possibilidade de, desde logo, determinar a realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos a ele dirigidos. Verifica-se de pronto, como condição imprescindível ao deslinde da pretensão deduzida na prefacial, a realização de perícia médica, ao fito de que se possa aferir eventual grau de invalidez da parte autora. Encaminhem-se os autos para o CEJUSC a fim de designar perito e demais procedimentos face ao convênio firmado. Cumpra-se.

ADV: MIQUEIAS DE SOUZA ALVES (OAB 14388/AM) - Processo 0657046-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Priscilla Ribeiro dos Santos - REQUERIDO: Med Clinic's- Clinica Médica Pro- Saúde Ltda - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657078-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - REQUERIDO: Alan Kardeck Pereira Amazonas - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657103-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - REQUERIDA: Rayania Evangelista da Silva - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657126-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - REQUERIDO: Igor da Silva Mar - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL EDUARDO DA SILVA MACHADO (OAB 13340/AM) - Processo 0657196-24.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diana Devezas de Souza Pacheco - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - É o necessário. Decido. A tutela de urgência contém em si características da medida cautelar e de uma das modalidades da antiga antecipação de tutela (necessidade de plausibilidade do direito e risco de dano irreparável ou de difícil reparação - NCPC, Art. 300 caput), conforme o caso concreto que se apresente. Isso faz com que a concessão da tutela antecipada possa ter características que não possuía no CPC/1973, como, por exemplo, ser pedida de forma prévia ao processo principal (CPC 303). Parte da doutrina vê confusão de conceitos nessa unificação, como se o legislador devesse optar por uma linha de raciocínio (da tutela antecipada) ou outra (da cautelar do CPC/1973) (p.ex., Marinoni-Mitidiero. Projeto CPC, p. 106). Duas situações, distintas e não cumulativas entre si, ensejam a tutela de urgência. A primeira hipótese autorizadora dessa antecipação é o periculum in mora, segundo expressa disposição do Art. 300 NCPC. Esse perigo, como requisito para a concessão da tutela de urgência, é o mesmo elemento de risco que era exigido, no sistema do CPC/1973, para a concessão de qualquer medida cautelar ou em alguns casos de antecipação de tutela. Também é preciso que a parte comprove a existência da plausibilidade do direito por ela afirmado (fumus boni iuris). Assim, a tutela de urgência visa assegurar a eficácia do processo de conhecimento ou do processo de execução (Nery. Recursos7 , n. 3.5.2.9, p. 452). Demonstrados o fumus boni iuris e o periculum in mora, ao juiz não é dado optar pela concessão ou não da tutela de urgência, pois tem o dever de concedê-la. No caso dos autos, entendo que não estão presentes os requisitos legais para concessão da liminar. Explico. A autora alega a existência de contrato anterior, que está sem efeitos, pela efetivação de um novo, colacionado à f. 13 dos autos, todavia, se quer apresenta nos autos sua existência. Ademais, no contrato de alteração de beneficiários, consta apenas uma proposta, e que por informação da própria autora nos autos, não fora remetido a instituição bancária, já que o documento de f. 13, se quer conta com recebido do Banco, ou quaisquer referência de recebimento. Aliás, não se pode presumir desse forma, a inércia do Banco em cadastrar a proposta carreada aos autos. Ateste-se a isso, a juntada de simples declaração pela própria parte autora, afirmando a existência de união estável, sem ao menos contar com documento de público, não unilateral que reconhecesse o vínculo. Desse, modo não verificado o fumus bonis uirus na pretensão da autora. INDEFIRO a tutela antecipada requerida. Concedo parcialmente benefícios da justiça gratuita, na forma dos arts. 98 e 99 do NCPC, ante a afirmação da parte de que não pode antecipar o pagamento das despesas do processo sem prejuízo do próprio sustento. Destaco que o benefício é provisório, uma vez que, nos termos do art. 98, §§2º, 3º e 4º, da mesma Lei, a parte beneficiada com a isenção ficará obrigada a pagar as custas, desde que possa fazê-lo. Ressalto que o deverá a parte autora arcar com as custas de despesas postais, bem como as de processamento eletrônico, ante seu valor ínfimo e perfeitamente alcançável pela parte. Por força do princípio da promoção da

solução por autocomposição, e tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação para o dia a ser estabelecido pela secretaria, consoante art. 334, do CPC, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC), localizado no 3º andar, setor 1, do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que, com fulcro no art. 334, §8º, do CPC, o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. Cite-se. No entanto, intime-se a parte para em cinco dias úteis recolher as custas referentes à emissão de carta/AR, uma vez que o valor monetário para emissão e protocolo de cada comunicação é ínfimo (R$ 20,00) e, por isso, perfeitamente alcançável pela parte, nos termos do que determina o Provimento 273/CGJ/AM. P.R.I.C.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657215-30.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - REQUERIDA: Jairelene da Mota Nascimento - Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0657490-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Dometilha Pereira da Rocha - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - A tutela antecipada, espécie de tutela provisória de urgência, depende da verificação, no caso concreto, dos requisitos legais previstos no art. 300 do CPC, quais sejam, a probabilidade do direito alegado e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Nas ações revisionais de cláusulas pactuadas em operações financeiras, algumas questões já se encontram pacificadas no âmbito do C. STJ. No julgamento do Resp 1.061.530/RS, Rel. Ministra Nancy Andrighi, a 2ª Seção de Direito Privado, por ocasião do enfrentamento de questões idênticas que caracterizam a multiplicidade, na forma do art. 543-C, §7º, do CPC, o Superior Tribunal expendeu orientação que deve ser tomada em apreço pelos julgadores das instâncias ordinárias, quando pendente debruço sobre medida liminar ou antecipação dos efeitos da tutela requerida no curso do processo. Sendo assim, é de rigor a colação do sobredito entendimento: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E BANCÁRIO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL DE CLÁUSULAS DE CONTRATO BANCÁRIO. INCIDENTE DE PROCESSO REPETITIVO. JUROS REMUNERATÓRIOS. CONFIGURAÇÃO DA MORA. JUROS MORATÓRIOS. INSCRIÇÃO/MANUTENÇÃO EM CADASTRO DE INADIMPLENTES. DISPOSIÇÕES DE OFÍCIO. DELIMITAÇÃO DO JULGAMENTO. (...) Neste julgamento, os requisitos específicos do incidente foram verificados quanto às seguintes questões: i) juros remuneratórios; ii) configuração da mora; iii) juros moratórios; iv) inscrição/manutenção em cadastro de inadimplentes e v) disposições de ofício. (...) I - JULGAMENTO DAS QUESTÕES IDÊNTICAS QUE CARACTERIZAM A MULTIPLICIDADE. ORIENTAÇÃO 1 - JUROS REMUNERATÓRIOS. a) As instituições financeiras não se sujeitam à limitação dos juros remuneratórios estipulada na Lei de Usura (Decreto 22.626/33), Súmula 596/STF; b) A estipulação de juros remuneratórios superiores a 12% ao ano, por si só, não indica abusividade; c) São inaplicáveis aos juros remuneratórios dos contratos de mútuo bancário as disposições do art. 591 c/c o art. 406 do CC/02; d) É admitida a revisão das taxas de juros remuneratórios em situações excepcionais, desde que caracterizada a relação de consumo e que a abusividade (capaz de colocar o consumidor em desvantagem exagerada art. 51, 1º, do CDC) fique cabalmente demonstrada, ante às peculiaridades do julgamento em concreto. ORIENTAÇÃO 3 - JUROS MORATÓRIOS. Nos contratos bancários, não-regidos por legislação específica, os juros moratórios poderão ser convencionados até o limite de 1% ao mês. Pois bem. Quanto à estipulação de juros remuneratórios, nos contratos firmados com instituições integrantes do sistema financeiro nacional, atualmente não existe em nosso ordenamento jurídico limitação prévia e fixa. Ante esta lacuna, a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça consolidou o entendimento que adota como parâmetro razoável a média praticada no mercado financeiro. A discrepância deste parâmetro, para fins de declaração de abusividade contratual, deve restar demonstrada nos autos, em especial no pedido de tutela provisória. No caso vertente, a parte autora não demonstrou na inicial que a taxa contratada extrapola a taxa média de juros para operação no período em que ocorreu a contratação. Não se presta a tal demonstração a planilha de fls. 9 vez que é unilateral. Com feito, ausentes os pressupostos legais, indefiro o pedido de antecipação de tutela. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL. Recolhidos os pertinentes emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor exposta em sua exordial, sob pena de preclusão , autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Defiro o pedido de justiça gratuita. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0657769-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: R.F.S.C.B.M. - R.S.C.B.M. - REQUERIDO: S.A.C.S.S. - Portanto, passo a decidir. Em função do exposto acima, à luz do art. 99, §2º, do CPC, fica dada ao autor a oportunidade para, em 15 (quinze) dias úteis, juntar aos autos documentos contundentes e favoráveis ao deferimento da gratuidade da justiça, seu parcelamento, ou mesmo a redução em pontos percentuais, sob pena de indeferimento. P.R.I.C

ADV: ALICE CATARINA MORAES (OAB 91899/RJ), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM), ADV: IVO PAES BARRETO (OAB 735/AM), ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM) - Processo 0708965-18.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Estabelecimentos de Ensino - REQUERENTE: LORENZO PERRONE MUSSA DIB - REQUERIDO: Centro Educacional Pingo de Gente Laviniense - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo legal de (15) quinze dias.

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: MONICA NAZARÉ PICANÇO DIAS BONOLO (OAB 6929/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: NÍVEA DA SILVA CORADO (OAB 5490/AM), ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM), ADV: LUCIANA CRISTINA RODRIGUES (OAB 3671/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: RIULNA VENTURA MULLER (OAB 6654/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM), ADV: SAMIRA CAMINHA (OAB 5267/AM), ADV: VANYLTON BEZERRA DOS SANTOS (OAB 7719/AM), ADV: EDINEY COSTA DA SILVA (OAB 7646/AM), ADV: JACQUES MACHADO PORTELA (OAB 2722/AM), ADV: FABIANO DA SILVA MACIEL (OAB 5005/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ALEXANDRE FLEMING NEVES DE MELO (OAB 6142/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FRANCISCO DOS SANTOS SILVA (OAB 3458/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUSTAVO AMORIM CORRÊA (OAB 5071/AM), ADV: JAIR ALVES CORRÊA (OAB 5317/AM) - Processo 0712627-87.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosana dos Santos Coutinho - TERCEIRA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Conforme certidão de folha antecedente, a sentença transitou em julgado. Desta feita, de ordem da Sentença de fls. 259/262, abro espaço para cumprimento de sentença. Após, não havendo manifestação, arquivem-se e baixem-se os autos com as cautelas de praxe. Prazo: 5 dias

Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adolfo Praia Ferreira do Nascimento (OAB 10804/AM)
ALAN FERREIRA SOUZA (OAB 21801/CE)
Alexandre Fleming Neves de Melo (OAB 6142/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alice Catarina Moraes (OAB 91899/RJ)
Aline Maria da Cás Rachid Pietro (OAB A1075/AM)
Álvaro da Trindade Garcia Filho (OAB 6236/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio dos Santos Mota (OAB 19283/CE)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Armando Jorge Antony Fonseca (OAB 23979/CE)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bandeira de Melo e Barbirato Advogados (OAB 222/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Ribeiro de Souza (OAB 30169/PE)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carlos Daniel Rangel Barretto Segundo (OAB 5035/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
CÉLIA ALICE CORDEIRO PINHEIRO (OAB 8898/AM)
Chardson de Souza Moraes (OAB 828/RR)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cláudia Moraes Nadaf da Costa Val (OAB 2523/AM)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cleyton Rafael Martins do Amaral (OAB 11691/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 291906/SP)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Débora Schalch (OAB 1135144/SP)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Ediney Costa da Silva (OAB 7646/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Elísia Lima de Sá (OAB 9161/AM)
Enny Ludmyla Pereira Duarte (OAB 8094/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Fabiano da Silva Maciel (OAB 5005/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Nunes Bandeira de Melo (OAB 4331/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Felipe Alves de Carvalho Chaves (OAB 816A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Fernando Souza Machado (OAB 5975/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102B/PR)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Aldairton Ribeiro Carvalho Júnior (OAB 16045/CE)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco dos Santos Silva (OAB 3458/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Gabriel Eduardo da Silva Machado (OAB 13340/AM)
Gabriel Tosetti Silveira (OAB 252852/SP)
Gabriela Marinho Alves (OAB 13368/AM)
Gilberto Borges da Silva (OAB 58647/PR)
Gilmar Martins Monteiro (OAB 6520/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
GISELLE SAGICA ARAUJO PEREIRA (OAB 8285/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Amorim Corrêa (OAB 5071/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helen Mara Barroso Guedes (OAB 8481/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Hélio Yazbek (OAB 168204/SP)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivo Paes Barreto (OAB 735/AM)
Jacques Machado Portela (OAB 2722/AM)
Jair Alves Corrêa (OAB 5317/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Gilberto Feire Goulart (OAB 291913/SP)
João Manoel Silva de Oliveira (OAB 4677/AM)
joelma aparecida rodrigues dos santos (OAB 124510/SP)

Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 79757/MG)
Josenilson da Rocha Lima (OAB 1757/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Júlio Abeilard da Silva (OAB 132156/MG)
Júlio Cézar Florêncio da Cunha (OAB 58642/PR)
Karina Cordeiro de Magalhães Chacon (OAB 4543AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Katiene Silva Sena (OAB 11329/AM)
Kelly Cristina Teodósio da Silva (OAB 13192/AM)
Keulison da Silva Ramos (OAB 8581/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Cid Vieira Belém (OAB 11987/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leandro Mendes (OAB 53535/PR)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lívia Maria Andrade Porto (OAB 11348/AM)
Luciana Cristina Rodrigues (OAB 3671/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Maués Marques (OAB 4622/AM)
Luiz Otavio de Vercosa Chã (OAB 002.278/AM)
Magdalena Araújo Pereira Ferreira (OAB 3836/AM)
Marcia Caroline Milleo Laredo (OAB 8936/AM)
Marco Roberto Pereira da Silva (OAB 10172/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 11990/MA)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Matheus de Souza Demasi (OAB 11327/AM)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
MICHAEL GALATI (OAB 10449/AM)
Michelle Fascini Xavier (OAB 11413/MT)
Miqueias de Souza Alves (OAB 14388/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Câmara de Alencar Brasil (OAB 13494/AM)
monica nazaré picanço dias bonolo (OAB 6929/AM)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Nívea da Silva Corado (OAB 5490/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB 98124/SP)
Paulo Henrique Ferreira (OAB 894B/PE)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Pacheco Ferreira (OAB 5364/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)
RACHEL TÁVORA DE QUEIROZ (OAB 83351/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Reinaldo Tadeu Luís Rondina Mandaliti (OAB 919A/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Medina Pasquali (OAB 6596/SC)
Ricardo da Cunha Costa (OAB 5737/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Riulna Ventura Muller (OAB 6654/AM)
Robério Cassius Sampaio Aragão (OAB 16468/CE)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rosângela Lemos de Mello Guimarães (OAB 2747/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
Samira Caminha (OAB 5267/AM)
Saulo Moysés Rezende da Costa (OAB 7300/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Telma Maria Silva de Mello (OAB 10202/AM)
Thallyne Jamylle Campos Feijao (OAB 14295/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Campos de Oliveira (OAB 8576/AM)
Thiago Cavalcante da Costa (OAB 37011/CE)
Vanylton Bezerra dos Santos (OAB 7719/AM)
Virginia Mazzucco (OAB 43943/PR)
Waldelina Pereira Duarte Corrêa (OAB 1293/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
Yun Ki Lee (OAB 131693/SP)

4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0330/2019

ADV: DIEGO LUCAS MACEDO PEREIRA (OAB 7928/AM) - Processo 0651231-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Suzete de Azevedo Castro e outros - Certifico, para os devidos fins de direito, que conforme despacho anterior, PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0654122-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ana Luzia Perpeto Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/11/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento

da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Diego Lucas Macedo Pereira (OAB 7928/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL OCIAN VIRGILIO AYRES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0329/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: MARIA LUIZA DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 3066/AM), ADV: MANOEL DO CARMO NEVES SILVA (OAB 284/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RAIMUNDO DE MELO SOARES (OAB 1033/AM) - Processo 0029736-73.2003.8.04.0001 (001.03.029736-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - REQUERIDO: Joaquim da Silva Lopes - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 175, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: JOSÉ ABELARDO DE ALBUQUERQUE MELLO SANTOS (OAB 3551/AM), ADV: DANYELLE JATAHY BENAION (OAB 126585/RJ) - Processo 0210095-32.2014.8.04.0001 - Outras medidas provisionais - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Aguia Servicos e Representacoes Ltda. - REQUERIDO: Espólio de Pedro Fernandes Jatahy e outros - Pedro Agripino Dias - CARTÓRIO EXTRA: 1º Ofício do Cartório de Registro de Imóveis e Protesto de Letras - Cartório do 2º Ofício de Registro de Imóveis e Protesto de Letras de Manaus/AM - Defiro o pedido de fls. 1571/1572. Expeça-se a competente Carta para intimação do Executado Pedro Agripino Dias, do despacho de fls. 1430. Intime-se o Exequente, via de seu patrono para efetuar o pagamento das despesas postais referente a Carta de Intimação. Cumpra-se.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0223807-31.2010.8.04.0001 (001.10.223807-4) - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Halimi Yousseph Mouas - REQUERIDO: ENGECO ENGENHARIA E CONSTRUCOES LTDA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls. 213/224, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: DANIEL DE MORAES REGO FAIRBAIRN COELHO (OAB 152134/RJ), ADV: JEFFERSON CRISTOPHE DE LIMA BOTELHO (OAB 4315/AM), ADV: JEFFERSON BOTELHO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 154/AM), ADV: ROMER DE CARVALHO LIMA E SILVA (OAB 148959/RJ), ADV: JOEL VASCONCELOS DA SILVA (OAB 5588/AM) - Processo 0228342-66.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luis Cláudio Brion Cardoso - REQUERIDA: CSW Transportes Ltda - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: PABLO FERREIRA RANGEL (OAB 518A/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 20283/RJ), ADV: HUDSON LUIZ FRANÇA MANCILHA (OAB 4997/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: SABRINA BRASIL SILVEIRA (OAB 6786/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: CÍNTIA HOSSOKAWA (OAB 7437/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0234361-59.2009.8.04.0001 (001.09.234361-0) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cool Empreendimento Ltda - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimem-se as partes para manifestarem-se acerca do retorno dos autos da superior instância, no prazo de 15 dias, sob pena de arquivamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: KARINA BROZE NAIMEG GROSSI (OAB 9245/AM), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0602676-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Valdinele de Souza Pessoa - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE CUNHA E SILVA MEIRELLES (OAB 4940/AM), ADV: DANIELLE DE JESUS OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7690/PA), ADV: CYNTHIA LUIZA MAFRA E SILVA (OAB 5627/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA (OAB 14839/PA), ADV: EDER AUGUSTO DOS SANTOS PICANÇO (OAB 10396/PA), ADV: HAROLDO WILSON MARTINEZ DE SOUZA JÚNIOR (OAB 20366/PE), ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM) - Processo 0604588-25.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A. - EXECUTADA: Ecopack Embalagens Recicláveis Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art.

93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 181, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0605934-40.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Edmilson Costa lemos - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/ Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 109, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM) - Processo 0606515-21.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Cooperativa de Credito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - EXECUTADO: Balbino Mendonça Filho - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 122, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM), ADV: ABEL RODRIGUES ALVES (OAB 3A/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: NATÁLIA DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 9289/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM) - Processo 0606971-97.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Antônio David Uchoa Izel - REQUERIDO: Raimundo Sabino Castelo Branco Maués - Radio e Televisao Rio Negro Ltda - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ HENRIQUE DA SILVA VIGO (OAB 11751/MS), ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0607794-08.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - EXECUTADO: R. P. de Morais (Sapore Pizza & Cia) - Ralph Pereira de Morais - Defiro o pedido de fls.91/93 para a realização de consulta de endereço do requerido por meio dos sistemas Bacenjud, Renajud e Infojud. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, intime-a para comprovar, no prazo de 15 dias, o recolhimento das custas por atos processuais, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), sob pena de extinção. Após comprovado nos autos o pagamento, proceda-se a consulta deferida. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0608942-88.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: P R Plast Embalagens Ltda-ME - Defiro o pedido formulado às fls. 85 para expedição de Mandado. Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: LEONARDO PEREIRA DE MELLO (OAB A898/AM), ADV: NELSON LUIZ MESTIERI DE MACEDO (OAB 608A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0613521-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manuel Borba Leal - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Trata-se de feito em fase de cumprimento de sentença. Às fls. 431/432, decisão rejeitando a impugnação ao cumprimento de sentença feita pela parte requerida. Às fls. 453, despacho determinando a realização de consulta via BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD. Às fls. 462/464, resposta do sistema BACEJUD informando o bloqueio integral do valor executado. Às fls. 466/609, manifestação e documentos da Requerida acerca da penhora, aduzindo em síntese que a correção monetária deve ser feita através da taxa SELIC, como determinado no acórdão. Ademais, informou a interposição de agravo de instrumento Nº 4002893-44.2019.8.04.0000 contra a decisão de fls. 431/432, além da grave crise financeira pela qual atravessa a Ré, requerendo o desbloqueio de todo o valor bloqueado. Às fls. 611/616, a parte autora peticionou alegando que a manifestação da Ré não se enquadra nos termos do art. 854, § 3º do NCPC e requereu a expedição de alvará dos valores bloqueados. Às fls. 627/631, o Autor requereu a prioridade de tramitação, por se tratar de idoso com 84 anos. Às fls. 632/634, Certidão, informando que o agravo de instrumento Nº 4002893-44.2019.8.04.0000, interposto pela Ré contra a decisão de fls. 431/432, não teve o pedido de efeito suspensivo analisado. É o relatório. Decido. Em que pesem as alegações da Ré em sua manifestação acerca da penhora, como já explanado na decisão de fls. 431/432, o Acórdão de fls. 272/278, que julgou a apelação, restou parcialmente modificado quando do julgamento dos Embargos de Declaração, vide fls. 397/403, estando os cálculos apresentados pelo Autor de acordo com as determinações elencadas. Ademais, a Requerida não comprovou que o valor bloqueado se refere a verba impenhorável ou que remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros, tendo deixado latente sua crise financeira, tornando temerário um possível não cumprimento da sentença. Destaque-se que o fato de a requerida precisar pagar seus funcionários não caracteriza, de plano, os valores por ela recebidos como sendo de natureza alimentar e revestidos pelo manto da impenhorabilidade, por serem recursos da empresa e não dos funcionários. Por outro lado, constata-se que o Autor é pessoa que conta com 84 anos de idade, gozando de prioridade, além de parte do valor se tratar de honorários advocatícios, portanto, de verba com caráter alimentar. Diante disto, rejeito a impugnação à penhora feita pela Ré e ante a não concessão do efeito suspensivo ao agravo de instrumento interposto, determino a expedição de alvarás, como requerido às fls. 627/631. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se. Manaus, 07 de outubro de 2019

ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 1155A/AM), ADV: RAFAEL DE OLIVEIRA PINHO (OAB 22514/CE), ADV: THOMAZ DOS SANTOS FARIAS (OAB 8691/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0615016-

61.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Marcio Bastos Nunes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 842, do Código Civil, homologo por sentença a transação celebrada entre as partes para que produza os seus jurídicos e legais efeitos, e, como corolário desta decisão, com espeque no art. 487, III, "b" do NCPC, julgo encerrada a controvérsia com resolução de mérito. Caso qualquer das partes quede-se em contumácia quanto as obrigações assumidas, promova a parte interessada o cumprimento da sentença na forma do art. 513, do NCPC. Inexistindo interesse das partes em recorrer, e, uma vez comprovado nos autos o pagamento das custas judiciais devidas, determino a baixa do presente feito na Distribuição e no SAJ, e posterior arquivamento dos autos. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: TELMÁRCIA DAYENE SILVA DO NASCIMENTO (OAB 10097/AM), ADV: DÉBORA DIANA LOPES NERIS (OAB 10251/AM), ADV: JOÃO LÚCIO GALVÃO GONÇALVES (OAB 6614/AM), ADV: LUCIVANE CARLA DA SILVA (OAB 10109/AM), ADV: CAROLINA OLIVEIRA DA FONSECA (OAB 10249/AM) - Processo 0615601-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Michael Ferreira de Oliveira - Orleane Guimarães de Oliveira - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda - T. Loureiro Corretora de Imóveis Ltda, Na Pessoa de Seu Representante Legal - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 120, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0619835-07.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - REQUERIDA: Edinely Ferreira Nunes - R.H. Intime-se a parte autora para manifestar-se acerca da certidão do oficial de justiça, no prazo de 15 dias, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0620184-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Paula Francinete Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco Ole Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ALICE VIEIRA NUNES (OAB 7323/AM), ADV: EMMYLE FALCÃO CARNEIRO (OAB 9971/AM), ADV: JORGE EDUARDO DE SOUZA MARTINHO (OAB 5273/AM), ADV: HELOISE BASTOS MARTINHO (OAB 12609/AM) - Processo 0620334-93.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Distrel - Distribuidora Elétrica Ltda - EXECUTADO: V. Araujo do Nascimento - ME - Como requer fls. 107, expeça-se competente ofício ao juízo deprecado. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620338-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Charles Vieira da Silva - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: REBECA BEZERRA DA SILVA (OAB 13322/AM) - Processo 0622236-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Edonaldison Venancio Chikui - REQUERIDO: Esac Engenharia Ltda - Defiro o pedido de fls. 59/60 para expedição de competente mandado para o endereço correto informado nas fls. 43. Expensas pela secretaria, em razão do equívoco. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0623987-40.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Eder Silva Maraes - Defiro o pedido formulado às fls. 121 para expedição de Mandado.Caso a parte não seja beneficiária da Justiça Gratuita, intime-se o autor para que proceda ao recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça previstas no Provimento nº 261/2015- CGJ/AM, no prazo de 15 dias. Após, comprovado o pagamento, expeça-se mandado. Cumpra-se.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0624137-21.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: JOSÉ MARIA CAZUZA DA SILVA - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 125/127). Em razão disso, intime-se a parte ré, por carta com aviso de recebimento, para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud,Renajud e Infojud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento das despesas postais ou por atos processuais, se necessário, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: DIOGO ASSUMPÇÃO REZENDE DE ALMEIDA (OAB 364858/SP), ADV: AMANDA TORRES HOLLERBACH (OAB 189513/RJ), ADV: JACQUES FELIPE ALBUQUERQUE RUBENS (OAB 208019/RJ) - Processo 0625763-07.2016.8.04.0001 - Monitória - Transporte de Coisas - REQUERENTE: Log-In - Logística Intermodal S/A - REQUERIDO: Híbrida Indústria de Materiais Termoplásticos Ltda - Defiro o pedido de fls. 190/191 para expedição de carta com Aviso de Recebimento. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: VÍVIAN KARLA GOMES DA SILVA GONZAGA (OAB 5671/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0626205-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: DARTON WIDMACK DA SILVA LIMA - REQUERIDO: SAMY ALVES DE LIMA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 120, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: ANA CAROLINA VIVANCO (OAB 256806/SP) - Processo 0626251-25.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - REQUERIDO: Hederson Ribeiro Cid - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 92, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: RICARDO NEVES COSTA (OAB 120394/SP), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: ALBERTO ALVES DE MORAES (OAB 17578/PA), ADV: ROBERVAL VIEIRA JÚNIOR (OAB 244234/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP), ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP) - Processo 0626321-81.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - EXECUTADO: Frigorifico Torelles Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Embargado, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: EDIANE EVANGELISTA DE MOURA DOS SANTOS (OAB 12161/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0627576-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Santander Brasil Administradora de Comercio Ltda - REQUERIDO: Rosalvo Ferreira Nepomuceno - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 124/125, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RODRIGO NADAIS JURELA (OAB 414251/SP), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 16983/PE), ADV: ANTÔNIO EDUARDO GONÇALVES DE RUEDA (OAB 367876/SP) - Processo 0628660-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Vitor Gabriel Simas de Amorim - REQUERIDO: Central Nacional Unimed - Cooperativa Central - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias, sobre os documentos juntados pela parte contrária às fls. 354/368, (art. 437, § 1º do NCPC), conforme art. 1º, inciso XV, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0629107-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Josenildo Catique - Defiro o pedido de fls. 68 para proceder à pesquisa de endereços do requerido por meio do sistema Infojud e Bacenjud. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: PHILLIPPE LIBERATO DE OLIVEIRA MACEDO (OAB 9103/AM), ADV: MONIQUE MC COMB MAGNANI (OAB 11879/AM), ADV: JIULIANE MOURA DA COSTA (OAB 9809/AM), ADV: DALTON PEDROSA DOS SANTOS (OAB 9565/AM), ADV: BIANCA ALENCAR HOLANDA FARIAS (OAB 6858/AM) - Processo 0631551-36.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: ADRIANA FARIAS MOUTINHO - REQUERIDO: Ossjiumma - Ja Comercio de Confeccoes Ltda - ME - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Apelada, para: (X) Contrarrazoar, no prazo de 15 (quinze) dias o recurso de apelação juntado às fls.74/80, bem como o recorrente para responder no mesmo prazo, em caso de interposição de recurso de apelação na forma adesiva (arts. 997, § 2º e 1.010. §§ 1º e 2º, NCPC). Com o decurso do prazo, proceda-se a remessa dos autos, após as formalidade legais, ao TJAM, independentemente de juízo de admissibilidade, nos termos do art. 1º, inciso XXX, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: IRLANE LIMA DE OLIVEIRA ARAÚJO (OAB 7784/AM), ADV: CLAUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB A1117/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 1117A/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0632545-35.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO FIBRA S/A - REQUERIDO: RAIMUNDO RODRIGO SOBREIRA - Ante o exposto e tudo o mais que dos autos consta, JULGO EXTINTO O feito SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, na forma do artigo 485, III e VI, do NCPC, e conforme fundamentação supra, sem prejuízo de que a demanda seja renovada, caso subsista legítimo interesse nesse sentido (art. 486 do NCPC). Sem condenação em

honorários advocatícios, uma vez que não implementada nos atos a condição prevista em lei para esse fim. Pendendo de pagamento de custas, ressalvo ao Cartório desta Vara, titular de tais custas, o direito subjetivo de cobrança, em procedimento próprio. Saliento, contudo, que, sendo a parte beneficiária da gratuidade de justiça, a cobrança de custas fica suspensa. Transitada em julgado esta decisão, independente de novo despacho, proceda-se à baixa no SAJ e na Distribuição, e arquivem-se os autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 07 de outubro de 2019.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 862A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 986A/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 308730/SP), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0633062-06.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: LUIZ PESSOA ALVES - Intimem-se as partes para manifestarem-se acerca do retorno dos autos da superior instância, requerendo o que entender de direito, no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARCOS CIBISCHINI DO AMARAL VASCONCELLOS (OAB 370626/SP), ADV: CAMILA DA SILVA MEDEIROS (OAB 11056/AM) - Processo 0633654-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Hdi Seguros S/A - REQUERIDO: João Flávio Casares Teixeira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 72, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE) - Processo 0635074-22.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: D K RENT A CAR VEICULOS LTDA ME (DAKAR VEICULOS) - LENILTON BENTO DE LIMA - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente. Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls.107, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0637011-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Dogivaldo Lins Matos-me - Defiro o pedido de fls. 65/66 para proceder à pesquisa de endereços do requerido por meio do sistema Infojud e Bacenjud. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: FLÁVIO KA YUNG PIMENTEL LIM (OAB 14050/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0637324-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Israel Machado Bezerra Junior - Tatiane da Silva Torres - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; para: (X) Manifestar-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 437, § 1º do NCPC), quando o réu na contestação ou impugnação opuser fato impeditivo, modificativo ou extintivo do direito do autor (art. 350, NCPC), ou arguir preliminares (arts. 350 e 351, NCPC), conforme art. 1º, inciso XIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ;

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637334-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Arlesson Lima Firmino - DECISÃO Vistos, etc. Deflui da análise da inicial que a liminar indicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada Lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0637334-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDO: Arlesson Lima Firmino - Intime-se a parte autora, via de seu patrono habilitado nos Autos, para proceder o deposito das custas referente as diligências do Oficial de Justiça, previsto no provimento 261/2015-CGJ/AM. Após, comprovado pagamento, com a juntada do deposito nos autos, expeça-se o competente Mandado de Busca e Apreensão e Citação, nos termos da decisão de fls.36/37. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 670A/AM) - Processo 0638215-44.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Orlando Ribeiro Gonçalves - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 49, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0638724-77.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: F. de S. Castro - ME - Aldmerio Riker de Castro - Marly de Souza Castro - Defiro o pedido de fls. 141/142 para expedição de carta com Aviso de Recebimento. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que, no prazo de 15 dias, promova o pagamento das despesas postais, na forma do Provimento 273/2016-CGJ/AM. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: CAIO LEON NORATO DE LIMA (OAB 80875/PR) - Processo 0638831-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Célia Regina de Almeida Ferreira - REQUERIDO: Torquato Empreendimento Imobiliário S.a. - Tecnisa S/A - Tendo em vista o lapso temporal desde a última movimentação, INTIME-SE a parte autora, por patrono habilitado nos autos, para, no prazo de cinco dias, informar se ainda têm interesse no prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, sob pena de extinção da presente demanda sem resolução do mérito. Caso a parte seja patrocinada pela Defensoria Pública, intime-se o douto Defensor Público pessoalmente. Havendo substabelecimento, atualize-se o cadastro sistema SAJ-PG5, e publique-se aos substabelecidos. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, venham os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM), ADV: HELOÍSA PONTES MAUÉS (OAB 9667/AM), ADV: JONNY CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 8340/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM) - Processo 0640918-45.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Clotilde Alencar de Souza - REQUERIDO: Samel - Serviços de Assistência Médico-hospitalar Ltda. - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC) e, nos termos do art. 4º da referida Portaria Conjunta, o qual aduz que o Diretor de Secretaria poderá praticar outros atos processuais sem caráter decisório não relacionados na citada Portaria, procedo o seguinte ato: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado, para: (X) Em cumprimento à decisão de fls.35/37, comparecer em audiência de conciliação designada para 18/11/2019 às 09:30 horas, observando-se o lapso de 30 (trinta) dias, nos termos do art. 334 do novo CPC. Saliente-se que a recusa à realização da presente audiência deve ser expressa e com antecedência de 10 (dez) dias. Ressalte-se que a falta injustificada importará em ato atentatório à dignidade da Justiça, com a aplicação das multas cabíveis (Art. 334 e ss, Novo CPC).

ADV: CHARLES DA SILVA RIBEIRO (OAB 23291/PR) - Processo 0641422-51.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Serilon Brasil Ltda. - REQUERIDO: N1 Comercio e Representacao de Calcados Eireli - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 124, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP), ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: RITA CLEIA ARAUJO RODRIGUES (OAB 12365/AM), ADV: TARCÍSIO ALMEIDA CORRÊA (OAB 19377/ES), ADV: FELIPE ANDRES ACEVEDO IBAÑEZ (OAB 206339/SP) - Processo 0641876-02.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - REQUERIDA: Evanilda Rodrigues Conceicao - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos pela parte requerida às fls. 133/134, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: DAYSE SIGRID HOLANDA ROCHA (OAB 3875/AM), ADV: MARIA PIRES DA CRUZ LEAL (OAB 10792/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0642327-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josue Mendes Ferreira - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerente/Exequente; (X) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (X) Manifestarem-se, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 477, § 1º do NCPC), sobre laudo pericial apresentado às fls. 123/124, conforme art. 1º, inciso XVII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 1356A/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0646926-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jairo Jonas Trajano Tavares - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimem-se as partes para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestem-se acerca do interesse na produção de provas complementares e/ou ofereçam nos autos proposta de acordo. Após, voltem-me os autos conclusos. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0646957-58.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Laércío Jesus Guedes de Oliveira - REQUERIDO: Erineu dos Santos Pereira - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (X) Intimação de: (X) Requerido/Embargado, para: (X) Manifestar-se, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 1.023, § 2º do NCPC), sobre os embargos declaratórios opostos, nos termos do art. 1º, inciso XXIII, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ.

ADV: ESTEFANNY MARIA DE SOUZA SCHUCK (OAB 13386/AM) - Processo 0648350-52.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Elíria Teresinha Schuck Tuma - EXECUTADO: Luis Olavo Cavalcante Monteiro - C e de Souza Nascimento - Epp (Nome de Fantasia: Davitta) - Defiro o pedido de fls. 93 para a realização de consulta de endereço do requerido por meio dos sistemas Infojud, Bacenjud e SIEL. Assim, considerando que para a pesquisa o sistema SIEL solicita a data de nascimento e o nome da mãe do requerido, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, forneça as informações necessárias. Caso a parte não seja beneficiária da justiça gratuita, intime-a para comprovar, no mesmo prazo, o recolhimento das custas por atos processuais, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), sob pena de extinção. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB 658A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0648732-45.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Nedino Rocha de Azevedo - Defiro o pedido de fls. 79 para proceder à pesquisa de endereços do requerido por meio do sistema BACENJUD, SIEL e INFOJUD. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0651827-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Darcy Cunha Moreira Filha, - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando detidamente os autos, verifico que a questão de mérito é de direito e de fato, mas a prova é exclusivamente documental, já constante dos autos, razão por que DECIDO pelo julgamento da lide, conforme o estado, na forma do art. 355, I, do NCPC. Intimem-se. Decorrido o prazo, sigam os autos conclusos para fila de Concluso para Sentença. Saliento que a prolação da sentença deverá obedecer a ordem cronológica de entrada na referida fila. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 11095/AM), ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0653389-30.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Eliomara Costa dos Santos - EXECUTADO: Galda Aluguel de Imóveis Ltda - Defiro o pedido de fls. 69/70 para proceder à pesquisa de endereços do requerido. Antes, porém, intime-se a parte interessada para que proceda ao recolhimento das custas de despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/217 - PTJ, Tabela III, item 9 (atos Processuais), no prazo de 15 dias. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM) - Processo 0655009-77.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: J. L. M. Carvalho - Me (Vértice Engenharia) - EXECUTADO: Esac Engenharia Ltda - De Ordem da MM. Juíza de Direito Titular da 4.ª Vara Cível e de Acidentes do Trabalho da Comarca de Manaus/AM, Dra. Naira Neila Batista de Oliveira Norte e conforme autoriza o art. 93, XIV, da CF/88 e o art. 152, VI do Código de Processo Civil, regulamentados pela Portaria Conjunta n.º 001/2017 - PTJ (art. 152, § 1º do CPC), pratico o seguinte ato Ordinatório: (x) Intimação de: (x) Requerente/Exequente; ( ) Requerido/Executado; ( ) Outros _____, para: (x) Manifestar-se sobre mandados, cartas de citação ou intimação e demais expedientes devolvidos e juntados aos autos, às fls. 65/66, no prazo de 05 (cinco) dias (art. 218, § 3º do NCPC), conforme art. 1º, inciso III, da Portaria Conjunta 01/2017 - PTJ, sob pena de extinção do feito.

ADV: EDSON ANTÔNIO SOUSA PINTO (OAB 4643/RO), ADV: EDUARDO ABÍLIO KERBER DINIZ (OAB 4389/RO), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG), ADV: IGOR ALMEIDA REBELO (OAB 7529/AM), ADV: SALOMÃO SIDNEY BOHADANA (OAB 4389/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0705914-54.2012.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Roberta Kelly Costa - REQUERIDO: Banco Safra S/A - Há nos autos sentença condenatória para pagamento de quantia certa, transitada em julgado. A parte autora pleiteou o cumprimento da sentença, com a respectiva memória discriminada dos cálculos (fls. 168/174). Em razão disso, intime-se a parte ré para, no prazo de 15 (quinze) dias, pagar o montante reclamado, sob pena de ver sua dívida automaticamente acrescida de multa legal de 10%, e sujeito a mandado de penhora e avaliação, como preconiza o art. 523 do CPC, bem como à pesquisa e bloqueio nos sistemas disponíveis a este Juízo. Para o caso de não cumprimento voluntário, arbitro os honorários da fase de cumprimento de sentença em 10% sobre o valor da causa, medida cabível conforme 523 § 1º do CPC. Decorrido o prazo, caso não seja efetuado o pagamento, fica deferida a consulta de ativos via Bacenjud, condicionada ao pagamento da diligência. Caso a parte interessada não efetue o pagamento por atos processuais, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. À Secretaria para as providências cabíveis. Cumpra-se.

ABEL RODRIGUES ALVES (OAB 3A/AM)
Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Alberto Alves de Moraes (OAB 17578/PA)
Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Alice Vieira Nunes (OAB 7323/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Amanda Torres Hollerbach (OAB 189513/RJ)
Ana Carolina Vivanco (OAB 256806/SP)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 16983/PE)
Antônio Eduardo Gonçalves de Rueda (OAB 367876/SP)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bianca Alencar Holanda Farias (OAB 6858/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Leon Norato de Lima (OAB 80875/PR)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
CAMILA DA SILVA MEDEIROS (OAB 11056/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 20283/RJ)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina Oliveira da Fonseca (OAB 10249/AM)
Caroline Cunha e Silva Meirelles (OAB 4940/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Charles da Silva Ribeiro (OAB 23291/PR)
Cíntia Hossokawa (OAB 7437/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 1117A/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Claudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB A1117/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)

Cynthia Luiza Mafra e Silva (OAB 5627/AM)
Dalton Pedrosa dos Santos (OAB 9565/AM)
DANIEL DE MORAES REGO FAIRBAIRN COELHO (OAB 152134/RJ)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle de Jesus Oliveira dos Santos (OAB 7690/PA)
Danyelle Jatahy Benaion (OAB 126585/RJ)
Dayse Sigrid Holanda Rocha (OAB 3875/AM)
Débora Diana Lopes Neris (OAB 10251/AM)
Diogo Assumpção Rezende de Almeida (OAB 364858/SP)
Eder Augusto dos Santos Picanço (OAB 10396/PA)
Ediane Evangelista de Moura dos Santos (OAB 12161/AM)
EDMARA DE OLIVEIRA CAMBAÚVA E CASTRO (OAB 8339/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edney Martins Guilherme (OAB 670A/AM)
Edson Antônio Sousa Pinto (OAB 4643/RO)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Abílio Kerber Diniz (OAB 4389/RO)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Emmyle Falcão Carneiro (OAB 9971/AM)
Estefanny Maria de Souza Schuck (OAB 13386/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Andres Acevedo Ibañez (OAB 206339/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Fernando Luz Pereira (OAB 658A/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Ka Yung Pimentel Lim (OAB 14050/AM)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 64601/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Haroldo Wilson Martinez de Souza Júnior (OAB 20366/PE)
Heloísa Pontes Maués (OAB 9667/AM)
Heloise Bastos Martinho (OAB 12609/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hudson Luiz França Mancilha (OAB 4997/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Igor Almeida Rebelo (OAB 7529/AM)
Irlane Lima de Oliveira Araújo (OAB 7784/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Jacques Felipe Albuquerque Rubens (OAB 208019/RJ)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jefferson Botelho Sociedade Individual de Advocacia (OAB 154/AM)
Jefferson Cristophe de Lima Botelho (OAB 4315/AM)
Jiuliane Moura da Costa (OAB 9809/AM)
João Lúcio Galvão Gonçalves (OAB 6614/AM)
Joel Vasconcelos da Silva (OAB 5588/AM)
Jonny Cleuter Simões Mendonça (OAB 8340/AM)
Jorge Eduardo de Souza Martinho (OAB 5273/AM)
José Abelardo de Albuquerque Mello Santos (OAB 3551/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JUNIOR (OAB 308730/SP)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 862A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 986A/AM)
José Henrique da Silva Vigo (OAB 11751/MS)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina Broze Naimeg Grossi (OAB 9245/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Leonardo Pereira de Mello (OAB A898/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Lucivane Carla da Silva (OAB 10109/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel do Carmo Neves Silva (OAB 284/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Cibischini do Amaral Vasconcellos (OAB 370626/SP)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Maria Luiza do Nascimento Ribeiro (OAB 3066/AM)
Maria Pires da Cruz Leal (OAB 10792/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 1356A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Monique Mc Comb Magnani (OAB 11879/AM)
Natália de Sousa Rodrigues Alves (OAB 9289/AM)
Nelson Luiz Mestieri de Macedo (OAB 608A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nicolle Souza da Silva (OAB 14839/PA)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Pablo Ferreira Rangel (OAB 518A/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Phillippe Liberato de Oliveira Macedo (OAB 9103/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 1155A/AM)
Rafael de Oliveira Pinho (OAB 22514/CE)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Melo Soares (OAB 1033/AM)
Raphael Neves Costa (OAB 225061/SP)
Rebeca Bezerra da Silva (OAB 13322/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Ricardo Neves Costa (OAB 120394/SP)
Rita Cleia Araujo Rodrigues (OAB 12365/AM)
ROBERTA ARAÚJO DE CARVALHO (OAB 18116/CE)
Roberval Vieira Júnior (OAB 244234/SP)
Rodrigo Nadais Jurela (OAB 414251/SP)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
ROMER DE CARVALHO LIMA E SILVA (OAB 148959/RJ)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Sabrina Brasil Silveira (OAB 6786/AM)
Salomão Sidney Bohadana (OAB 4389/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Renam de Mello Freitas (OAB 11095/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Tarcísio Almeida Corrêa (OAB 19377/ES)
Telmárcia Dayene Silva do Nascimento (OAB 10097/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thomaz dos Santos Farias (OAB 8691/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Vívian Karla Gomes da Silva Gonzaga (OAB 5671/AM)

5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0269/2019

ADV: LADYANE SERAFIM PEREIRA (OAB 4990/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM) - Processo 0000422-77.2006.8.04.0001 (001.06.000422-4) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Dário Nascimento Santos - REQUERIDO: Flavio do Nascimento Pedrosa - Vistos etc. Julgo a lide nos termos do CPC, 355, I. Lancem-se na fila de sentença. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0006094-03.2005.8.04.0001 (001.05.006094-6) - Procedimento Comum Cível - REQUERENTE: José Marmude Martins da Silva - Vistos etc. Cuida-se de pedido de desconsideração da personalidade jurídica formulado pelo exequente. Às fls. 290/297, manifestou exceção o sócio da executada alegando a inexistência de elementos autorizadores para o deferimento do pedido, tal como o instituto da prescrição do título executivo judicial. Às fls. 303/309, refutou o exequente os argumentos do devedor, pugnando pela sua rejeição e deferimento da desconsideração da personalidade jurídica. Decido. A ventilada prescrição intercorrente não se verifica. O STF e o STJ firmaram orientação de que a prescrição intercorrente ocorre quando a parte permanece inerte por prazo superior ao de prescrição do direito material vindicado. Pela súmula 150 do STF tem-se que a execução prescreve no mesmo prazo da prescrição da ação, se configurado o abandono do processo. No caso dos autos, em que pese o lapso de tempo desde seu trânsito em julgado, não se evidencia abandono da execução pelo exequente, motivo que rejeito a exceção oposta pelo sócio da executada. Quanto a questão de fundo, verifica-se que é perfeitamente possível a desconsideração da personalidade jurídica da empresa quando ocorrer "...abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial" (artigo 50, Código Civil). Na espécie, como reconhecido pelo próprio representante da executada em sua exceção, por mais de 9 (nove) anos não houve o cumprimento da obrigação e ao que parece continuará assim, porque sequer apresentou meios alternativos para a quitação da dívida, tampouco indicou bens à satisfação do crédito. Diante da inadimplência da executada aliada à inexistência de localização de bens para quitação da dívida, seguido do manifesto desinteresse de seu representante legal pelo pagamento da obrigação, entendo caracterizado desvio na conduta do representante legal, não tomando qualquer providência para a satisfação da obrigação, impondo-se o acolhimento da desconsideração da personalidade jurídica. Dito isso, DEFIRO o pedido de desconsideração da personalidade jurídica da executada para o fim de incluir no polo passivo os sócios, conforme estatuto social. À secretaria com as anotações devidas. Procedam-se ao BACENJUD, RENAJUD e INFOJUD para penhora de valores no nome da executada e de seus sócios. Em caso negativo, expeça mandado de penhora e avaliação de bens dos sócios e pessoa jurídica executada, suficientes a garantir a execução. Sendo frutífera, intime-se a executada e os sócios para impugnação, querendo, e no prazo legal. Providencie a parte exequente o pagamento das custas referentes às diligências acima determinadas.. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0009924-11.2004.8.04.0001 (001.04.009924-6) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - Ao analisar o feito, verifico que, por mais que o autor tenha afirmado sobre a citação positiva à fl. 33, em tal certidão demonstra-se que o requerido não foi citado, razão pela qual equivocado está o requerente e, consequentemente, indefiro o pedido de julgamento da lide anteriormente à realização da citação. O processo está há mais de 15 anos pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Determino que o autor apresente novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM), ADV: EDSON PEREIRA DUARTE (OAB 3702/AM), ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM) - Processo 0010787-12.1996.8.04.0012 (012.96.010787-3) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Hans Peter Koenig e outro - REQUERIDO: William Robert Lauschner e outros - Isto posto, homologo por sentença a transação efetuada, para que surta seus efeitos legais e jurídicos, e extingo o processo com julgamento do mérito, nos termos do art. 487, III, "b", do CPC. Ressalvo que a dispensa de custas processuais não está na esfera de disponibilidade das partes. Autorizo a adjudicação do bem de fls. 234-235 com expedição de todos os atos necessários para tanto e determino o levantamento da constrição imposta nestes autos. Expeça-se alvará da quantia constrita às fls. 244-245. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Transitada em julgado nesta data, diante da falta de interesse das partes em recorrer, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição imediatamente. Cumpra-se.

ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: OASSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 000.495/AM) - Processo 0025811-69.2003.8.04.0001 (001.03.025811-2) - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Joao Dias Neto - REQUERIDA: Cecy Santos de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: DANIEL LOURENÇO (OAB 3192/AM), ADV: PEDRO TORELLY BASTOS (OAB 28708/RS), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: ADNILSO GOMES NERY (OAB 4124/AM) - Processo 0027109-91.2006.8.04.0001 (001.06.027109-5) - Prestação de Contas Infância e Juventude - Seção Cível - REQUERENTE: Silem de Pinho Aguiar - REQUERIDO: Olímpia Aguiar Ribeiro - TERCEIRO I: Banco do Brasil S/A - BANCO SABEMI e outros - Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 001.431/AM), ADV: SONIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431), ADV: ALYSSON GEORGE GOMES CAVALCANTE (OAB 3710/AM), ADV: AROLDO PEREIRA CAVALCANTE (OAB 3904/AM) - Processo 0036008-20.2002.8.04.0001 (001.02.036008-9) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Wilter Brust - REQUERIDO: Manaus Energia S/A - Vistos etc. Intime-se o requerido para, em 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a certidão de fls. 431. Cumpra-se.

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 000.564/AM), ADV: TUDE MOUTINHO DA COSTA (OAB 564/AM), ADV: VASCO PEREIRA DO AMARAL (OAB A-99/AM), ADV: JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0046985-03.2004.8.04.0001 (001.04.046985-0) - Procedimento Sumário - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jackeline Falcão Maia - REQUERIDO: Tumpex - Empresa Amazonense de Coleta de Lixo Ltda - LISTPASSIV: Sul América Cia Nacional de Suguros - Vistos etc. Embargos de declaração (fls. 767/785) interposto pela requerida SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS alegando contradição na decisão de fl. 765. Contrarrazões pela autora às fls. 789/793 refutando os argumentos da embargante com a tese de protelatórios merecendo, portanto, serem rejeitados. Decido. Com

razão a embargante, tendo em vista o nítido excesso de execução, seja por meio dos cálculos apresentados pela contadoria dissonantes da realidade presente nos autos, uma vez que não foram considerados valores pagos e já levantados pela exequente; seja porque não verificado o acordo havido entre a primeira requerida TUMPEX e autora e já adimplindo. O dispositivo da sentença foi claro quanto a obrigação da seguradora no limite da apólice de seguro, ratificado em decisão de fls. 554/555, e satisfeita com o levantamento das quantias por meio do alvará de fl. 532. A obrigação da litisconsorte seguradora está efetivada, o que se percebe do somatório da quantia de R$ 228.793,52 levantada pela requerente em fl. 532 e fl. 560. A despeito de ultrapassado o valor da apólice pago em favor da requerente, incide na espécie o dispositivo do art. 781 do CC: "a indenização não pode ultrapassar o valor do interesse segurado no momento do sinistro, e, em hipótese alguma, o limite máximo da garantia fixado na apólice, salvo em caso de mora do segurador" Como vejo, o limite excedido se deu por culpa da própria seguradora em virtude da sua mora, o que é plenamente válido já que a correção visa a recuperação do poder da moeda corroída pela inflação, assim, não há falar em ilegalidade no pagamento, ainda que acima do limite da apólice. Igual sorte alcança a primeira requerida TUMPEX quanto a satisfação de sua obrigação, tendo em vista o acordo homologado cumprido integralmente, que se atesta da afirmação de fls. 545/548 e não impugnado pela autora. Dito isso, acolho os embargos de declaração da requerida SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS para o fim de rejeitar os cálculos apresentados pela contadoria (fl. 736). Defiro alvará em favor da seguradora SUL AMÉRICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS para que sejam restituídos valores bloqueados, mediante transferência eletrônica, dando por adimplida a obrigação. Determino, outrossim, o desbloqueio do veículo descrito às fls. 545/548 de titularidade da primeira requerida TUMPEX, com a liberação do depositário nomeado do encargo. À secretaria com expedientes necessários e verificação do pagamento das custas para o processamento das diligências. Sem honorários. Dê-se baixa definitiva. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0202539-52.2009.8.04.0001 (001.09.202539-1) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kazunori Noguchi - Vistos etc. Intime-se o Banco requerido para se manifestar sobre a aceitação do acordo pelo autor, em 15 dias. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: GESIEL BARBOZA SANTOS (OAB 1514/RR), ADV: ANTÔNIO IVAN OLÍMPIO DA SILVA (OAB 3110/AM) - Processo 0213107-25.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria da Conceição Castro dos Santos - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0223785-07.2009.8.04.0001 (001.09.223785-2) - Execução de Título Judicial - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte exequente para que diga sobre o bloqueio parcial realizado via Bacenjud e aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 10 (dez) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: MARA LINDOLFO GOMES GUEDES (OAB 5116/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0227879-32.2008.8.04.0001 (001.08.227879-3) - Revisional de Aluguel - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Vilseano Vieira Casas - REQUERIDO: AMAZONIA CELULAR S/A e outro - Vistos etc. Julgo a lide nos termos do CPC, 355, I. Lancem-se na fila de sentença. Cumpra-se.

ADV: MARCONDES F. LUNIERE JÚNIOR (OAB 2987/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0233215-80.2009.8.04.0001 (001.09.233215-4) - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Kazunori Noguchi - REQUERIDO: Banco Brasileiro de Descontos S.A - Bradesco - Vistos etc. Intime-se o Banco requerido para se manifestar sobre a aceitação do acordo pelo autor, em 15 dias. Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ERONILDE SILVA DE MORAIS (OAB 255127/SP), ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0237652-96.2011.8.04.0001 - Protesto - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Costeira Transportes e Serviços Ltda - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0243395-87.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Mercantil Nova Era Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0253189-35.2011.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Intime-se o autor para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se quanto aos ofícios recebidos, sob pena de extinção. À Secretaria, para providências. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: MARCUS VALERIUS PINTO PINHEIRO DE MACEDO (OAB 2566/AM), ADV: RICARDO WAGNER DA COSTA MONTE (OAB 4436/AM), ADV: SEVERINO RAMOS DA SILVA (OAB 2588/AM) - Processo 0253580-92.2008.8.04.0001 (001.08.253580-0) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Oriente Importação e Exportação Ltda - REQUERIDO: Khaled Ahmed Hauache - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 17/03/2020 às 09:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: IRAN BAYMA DE MELO (OAB 2463/AM), ADV: FRANCISCO ÉZIO VIANA DE OLIVEIRA (OAB 2160/AM), ADV: DANIEL DE OLIVEIRA CAMPOS (OAB 5258/AM), ADV: NICOLAS SANTOS CARVALHO GOMES (OAB 8926/AM) - Processo 0263484-68.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reparação do Dano - REQUERENTE: Katherine Botelho Magalhães - REQUERIDO: Legitima Serv. de Prot. Seg. e Vigilância Patrimonial Ltda - Cond. Residencial Vincitore - Vistos etc. Cumprimento Definitivo de Sentença formulado por Katherine Botelho Magalhães em face de Legitima Serv. de Prot. Seg. e Vigilância Patrimonial Ltda e Cond. Residencial Vincitore. A sentença de fls. 216-227, já transitada em julgado, imputou ao executado Legitima Serv. de Prot. Seg. e Vigilância Patrimonial Ltda obrigação de pagar a indenização por danos morais no valor R$-20.780,00 (vinte mil, setecentos e oitenta reais), sobre o qual incidirá correção monetária pelo INPC e juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação, e materiais no valor de R$-30.000,00 (trinta mil reais), e aos dois executados, solidariamente, o pagamento das

custas e honorários advocatícios. Nos termos da petição de fls. 338-340 o total do débito é de R$-81.690,38. Assim, determino a intimação dos executados, nos termos do CPC 513, §§2º, 3º e 4º, para, no prazo de 15 dias, promover o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo exequente, pena de acréscimo de multa de 10% e honorários de 10%, ambos computados sobre a condenação, conforme CPC 523, §1º. Se o executado efetuar o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do exequente. Após, baixem-se e arquivem-se. Efetuado apenas pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, conforme CPC 523, §2º. Findo o prazo para pagamento voluntário sem a satisfação do débito, iniciar-se-á o prazo de 15 dias para impugnação ao cumprimento de sentença, CPC 525. Oferecida a impugnação, certifique-se da sua tempestividade e intime-se o exequente para manifestação no prazo de 15 dias. Após, conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário e não havendo impugnação, intime-se o exequente para, em 5 dias, apresentar memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes no CPC 523, §1º, bem como recolher as custas para consulta ao sistema BACENJUD. Após, proceda-se à penhora via BACENJUD com as cautelas do CPC 854. Efetivada a penhora, intime-se o executado para manifestação em 15 dias, CPC 525, §11. Transcorrido o prazo em branco, expeça-se alvará. Caso contrário, intime-se o exequente para falar em 15 dias e, alfim, conclusos. Se insuficiente a penhora e recolhidas as custas pertinentes, autorizo a consulta de bens nos sistemas Renajud e Infojud. Identificados bens penhoráveis junto ao sistema Renajud, autorizo sua constrição. Após, intime-se o exequente para, em 5 dias, requererem o que entenderem de direito, observando que eventual pedido de penhora de automóveis deverá conter o endereço para sua avaliação e, sendo o caso, apreensão. Transcorrido o prazo sem manifestação, intime-se o exequente pessoalmente e seu patrono via publicação para falarem sobre o interesse na continuidade do feito, pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, conforme CPC 485, III. Observem as partes e a secretaria que concedida a gratuidade da justiça não há necessidade de recolhimento de custas. À Secretaria para que proceda com todas as intimações e demais atos processuais necessários para cumprimento deste despacho. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0600400-81.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.A. - Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca da diligência/consulta eletrônica, para que promova diligências úteis visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600447-26.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca da diligência/consulta eletrônica negativa, para que promova diligências úteis visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: MARIA EDNA ARAÚJO MATEUS (OAB 3461/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0603113-92.2018.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Maria Edna Araújo Mateus - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MÁRCIO VALFREDO BESSA (OAB 237864/SP), ADV: JESSIKA ALINE SILVA DE CARVALHO (OAB 383748SP), ADV: GRAZZIANO MANOEL FIGUEIREDO CEARÁ (OAB 241338/SP) - Processo 0604745-95.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0610381-08.2015.8.04.0001) - Renovatória de Locação - Locação de Móvel - REQUERENTE: American Tower do Brasil - Cessão de Infraestruturas Ltda. - Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0605668-87.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última movimentação processual e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606075-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S.a. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: TÁBATTA LORENA COELHO GUIMARÃES (OAB 7789/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0606539-88.2013.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: Jorge Ramos de Freitas - REQUERIDO: Banco Panamericano S.A. - Uma vez que ambos os juízos pertencem à 4ª UPJ, defiro o pedido do réu e determino a expedição de alvará dos valores referentes ao acordo homologado no processo nº 0620834-33.2013. Oficie-se o juízo da 11ª Vara Cível. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALITA ODETH RIBEIRO DE PONTES E SOUZA (OAB 11959/AM) - Processo 0607718-18.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Joel Nonato Freire de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas da carta precatória e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HERALDO MOUSINHO BARRETO (OAB 4204/AM), ADV: EDUARDO KUCKER ZAFFARI (OAB 42998/RS) - Processo 0608612-96.2014.8.04.0001 - Retificação de Registro de Imóvel - Bloqueio de Matrícula - REQUERENTE: ASEC - ASSOCIAÇÃO DOS EMPREGADOS DA CEAM - REQUERIDO: MIRAGE JOGOS ELETRONICOS LTDA. (DENOMINAÇÃO ANTERIOR) - 3R EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA-ME (DENOMINAÇÃO ATUAL) - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/03/2020 às 10:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

ADV: PRYSCILA DUARTE NUNES (OAB 9068/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0608825-05.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - De ordem, intimo a parte exequente para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 10 (dez) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0609281-52.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: DPM

- DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS MAGISTRAL - Vistos etc. Intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, promovendo a citação do réu ou requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0609340-06.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO - De ordem, intimo a parte exequente para que aponte bens passíveis de penhora ou manifeste interesse na suspensão do feito, no prazo de 10 (dez) dias. A ausência de manifestação implicará na suspensão do processo, na forma do 921, inciso III do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609959-67.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Expeça-se carta precatória para endereço indicado pelo autor, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da requerente, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DESIRÉE DE CASTRO DO COUTO VALLE (OAB 4709/AM), ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM), ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM) - Processo 0611738-23.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Juarez Carvalho Eleutério - REQUERIDO: Const. Arruda Guimarães LTDA - Embargos de declaração interpostos sob alegação de ter sido a sentença omissa e contraditória. O embargante alega que não foram enfrentados todos os argumentos da contestação e há contradição ao julgar o feito parcialmente procedente e conceder todos os pedidos do autor. Merece acolhimento o argumento da embargante apenas em relação ao julgamento parcial do feito. No que diz respeito à omissão quanto à análise de todos os pontos questionados pela requerida em contestação, percebo tratar-se de argumento cujo objetivo é modificar a decisão exarada para se adequar aos interesses do embargante o que não se admite em sede de embargos de declaração, uma vez que os motivos que levaram ao meu convencimento foram fartamente explanados. Assim, julgo parcialmente procedentes os embargos de declaração, modificando a sentença nos seguintes termos: Onde se lê: "julgo parcialmente procedentes..." Leia-se: "julgo totalmente procedentes..." Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CELMA ONARA IZAEL SOUZA ARAÚJO (OAB 4438/AM) - Processo 0612713-45.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Laércio Fortunato - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0613170-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0613793-78.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: ANTONIO FERREIRA VITOR - REQUERIDO: Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 30/10/2019, a partir das 9:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0614489-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ricelli Santos Freitas - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 04/11/2019, a partir das 9:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: SANELMO PEIXOTO SIQUEIRA (OAB 9814/AM), ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: ROBERT LINCOLN DA COSTA AREIAS (OAB 8088/AM), ADV: EUDA RIBEIRO GUEDES (OAB 14116/AM) - Processo 0615365-35.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: IRAEL ALVES DUARTE - REQUERIDA: Milene Santos dos Santos e outro - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 02/12/2019 às 10:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615530-48.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617206-36.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca da diligência/consulta eletrônica, para que promova diligências úteis visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: KELSO WESLEY SOUZA DA SILVA (OAB 6200/AM), ADV: HENRIQUE VIEIRA BASTOS (OAB 9406/AM), ADV: THEREZA CHRISTINA CAXEIXA DE OLIVEIRA (OAB 6097/AM) - Processo 0617268-42.2014.8.04.0001 - Nunciação de Obra Nova - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Matheus Marinho Nogueira - REQUERIDA: Raimunda Portela Taveira Filha - Vistos etc. Determino a suspensão do feito, até o julgamento do agravo interposto. À Secretaria, para providências. Cumpra-se.

ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 393A/RR), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0617642-19.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ernane dos Santos Costa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 30/10/2019, a partir das 15:00 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: CAINÃ TAVEIRA MELO (OAB 11378/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0618988-73.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Marinilza Belem Taveira - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Vistos etc. Chamo o processo à ordem para tornar sem efeito despacho de fl. 287 e, impondo ao processo a celeridade devida, decidir nos termos abaixo. A fase de cumprimento de sentença tem início após a liquidação da sentença, e no caso dos autos, a obrigação é a de repetição do indébito em dobro das quantias pagas pela autora/exequente. Não tendo sido fixado no dispositivo condenatório, necessária apuração do débito em sede de liquidação de sentença, isso porque quantia ilíquida é aquela indefinida, incerta ou indecisa, que demande um pronunciamento à constituição do título líquido exequível. Assim, infiro excesso de execução nos cálculos apresentados pela exequente, haja vista a aplicação de juros em duplicidade (moratórios e compensatórios). Os juros compensatórios são decorrentes de negócio convencionado pelas partes na remuneração ou compensação do capital; enquanto juros moratórios possui natureza dupla sancionatória e compensatória, com finalidade de punir o devedor pela impontualidade e ao mesmo tempo compensar o credor. Outrossim, a correção monetária deve incidir a partir do desembolso de casa parcela paga indevidamente, por ser o fato gerador do dever de restituição. Portanto, acolho o cálculo apresentado pela executada para o fim de DECLARAR liquidado o crédito no total de R$ 106.700,86, com correção monetária pelo INPC e juros de mora em 1% ao mês a contar da publicação dessa decisão. A cumprimento, intime-se ao devedor para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento voluntário da dívida, sob pena dos acréscimos do art. 523, §1º, CPC. Sem honorários, vez que a execução prosseguirá. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DA COSTA PINHEIRO (OAB 7710/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0619220-56.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: LUZIA PEREIRA DE SOUZA - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0619431-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos etc. Intime-se o autor a complementar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM) - Processo 0619668-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDA: Eliane Thibes Bertolla de Oliveira e outro - Vistos etc. Em vista do interesse das partes na autocomposição, ao CEJUSC para realização de audiência de conciliação sem prejuízo ao regular andamento processual. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0619676-69.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S. A. - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca da diligência/consulta eletrônica, para que promova diligências úteis visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0619873-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimundo Nonato Soeiro - Vistos etc. Embora devidamente citada, a ré não se manifestou no prazo legal, razão pela qual decreto-lhe a revelia, com os efeitos do art. 344, CPC. Não se enquadrando em qualquer das hipóteses do art. 345, julgo a lide nos termos do art. 355, II, CPC. Lancem-se na fila de sentença. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620412-53.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP) - Processo 0621508-06.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: IZABEL CARVALHO XAVIER - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA HAYDÉE LUCIANO PENA (OAB 136059/SP), ADV: ÁTILA ROGÉRIO GONÇALVES (OAB 118906/SP) - Processo 0622780-06.2014.8.04.0001 - Protesto - Liminar - REQUERENTE: NUTRACOM INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA - REQUERIDO: SOLTECO TECNOLOGIA DE CORTE LTDA e outro - Chamo o processo à ordem. O processo está há mais de 05 anos pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC) - Processo 0623006-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: José Nilton Fonseca de Oliveira - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ALEXANDRE MARQUES SILVEIRA (OAB 120410/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: PATRÍCIA MANTES DO AMARAL TOLEDO PIZA (OAB 98124/SP), ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM) - Processo 0624946-45.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BANCO ITAUCARD S/A - REQUERIDO: Melquisedeque Batista Santos - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0625538-16.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0625810-10.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ÂNGELA MARIA LEITE DE ARAÚJO SILVA (OAB 6940/AM), ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0626657-17.2015.8.04.0001 - Monitória - Debêntures - REQUERENTE: GEC Serviços de Construções Ltda. - REQUERIDO: API SPE 10 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 04/03/2020 às 09:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0626874-94.2014.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Defiro o pedido, via SIEL, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da autora, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: JOSÉ ARTHUR DE SOUSA RODRIGUES ALVES (OAB 7906/AM) - Processo 0627511-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Habitação - REQUERENTE: Lucilene Barbosa Guimarães - Vistos etc. Intimem-se os requeridos para, em 15 (quinze) dias, manifestarem-se acerca do pedido de emenda às fls. 47-48. Com ou sem manifestação, façam-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0627520-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Gustavo Fabricio Bastos Silva - Vistos etc. Em vista as tentativas infrutíferas de citação, restando comprovado que o requerido encontra-se em lugar incerto e não sabido, determino a citação por edital em relação ao réu Miguel Nogueira da Silva, conforme art. 256, II, CPC. Publique-se na rede mundial de computadores e nos portais específicos para este fim do Conselho Nacional de Justiça e deste Tribunal de Justiça. Para esta publicação única determino o prazo de 20 dias, após o qual, transcorrido, começará a contar o prazo para contestação, nos termos do art. 257, II e III, CPC. Em caso de revelia, intime-se a defensoria pública para manifestação, em conformidade com o CPC, 72, II. Ainda, em relação a requerida Fabiana Martins de Oliveira, defiro pedido para que seja expedido mandado de citação com endereço indicado na petição. Cumpra-se.

ADV: CLODOALDO CAVALCANTE DOS SANTOS (OAB 9888/AM), ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM), ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: LEONARDO RAMADA RELVAS (OAB 14480/AM) - Processo 0629318-32.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0600318-21.2015.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Joao Pereira da Costa Neto - ME - EMBARGADO: M. FERNANDO DA SILVA LOPES - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: NÁIADE VICTÓRIA ARAÚJO PERRONE (OAB 9183/AM) - Processo 0629903-55.2014.8.04.0001 - Seqüestro - Liminar - REQUERENTE: GUSTAVO LITAIFF ALVES e Outro e outro - REQUERIDO: MÁRCIO RODRIGUES ALVES e outro - Vistos etc. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11/03/2020 às 09:30h. Intimem-se as partes para que indiquem as provas que pretendem produzir. Cumpra-se.

ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0630802-77.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vanderlane Silva dos Santos - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 04/11/2019, a partir das 10:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM) - Processo 0631098-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - Vistos etc. Merecem prosperar os embargos de declaração interpostos. Assim, onde se lê: "...e juros de mora de 1% ao mês a partir da citação." Leia-se: "...e juros de mora de 1% ao mês a partir do evento danoso, nos termos da Súmula 54, STJ." Publique-se. Intimem-se. Cumpra-se. Após o trânsito em julgado, baixem-se e arquivem-se.

ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0631350-44.2015.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Propriedade - REQUERENTE: Agroflora Importacao Exportacao Rep com LTDA - Vistos etc. Digam as partes, em 15 dias, sobre interesse em audiência de instrução e julgamento, juntando, em caso positivo, rol de testemunhas, ou, em caso contrário, a medida pretendida. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631918-21.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte autora/exequente para se manifestar, no prazo de 10 dias, acerca da diligência/consulta eletrônica, para que promova diligências úteis visando a citação, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, nos termos do artigo 485, incisos IV, do Código de Processo Civil.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0632153-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Parcial - REQUERENTE: Ricardo da Silva Carneiro, - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: BASSLA MARINHO ABDEL AZIZ (OAB 13568/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 56543/MG), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM) - Processo 0632377-57.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - O processo está pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0633012-04.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ertecley de Sousa Neponuceno - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633473-83.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GILMAR MADALOZZO DA ROSA (OAB 1083/RR) - Processo 0634414-33.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: ASTRODAMOS EMANUEL SILVA DOS SANTOS e outro - Vistos etc. Necessário o esgotamento de todos os meios de busca ao réu, para, só então, este ser considerado em local ignorado ou incerto, nos termos do CPC, art. 256, § 3º. Desse modo, indefiro, por enquanto, o pedido de citação por edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar o requerido. Por outro lado, defiro desde já a utilização dos seguintes meios de consulta de endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo: Bacenjud, Renajud e Siel. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor, no prazo de 15 dias, requerer o que entender de direito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM) - Processo 0635859-76.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jociandro Vichietti de Oliveira - Certifico, para os devidos fins, que a advogada Dra Suellen Kohashi da Costa OAB/AM 9.879 não possui habilitação nos presentes autos. De ordem, intimo a parte interessada para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MARCO ANTÔNIO NOBRE SALUM (OAB 8416/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314A/PB) - Processo 0636649-70.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0624946-45.2013.8.04.0001) - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: MELQUISEDEQUE BATISTA SANTOS - REQUERIDO: ITAUCARD S.A. - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte apelada para que, querendo, ofereça contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: AMANDA ARAÚJO DOS SANTOS (OAB 6150/AM), ADV: JOSÉ ORISVALDO BRITO DA SILVA (OAB 57069/RJ) - Processo 0636659-46.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Seguro - REQUERENTE: ANDRE LINHARES PESSOA - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais (TAUARA ASSESSORIA E CORRETORA DE SEGUROS) - Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 11/11/2019, a partir das 14:00 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: ALLAN MARCELO SERRÃO BRAULE PINTO (OAB 9133/AM) - Processo 0639824-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maxjan Correia da Silva - Vistos etc. Conforme despacho de fl. 190, determino a consulta ao Siel, bem como Renajud e Bacenjud, para localização de novo endereço. Desse modo, indefiro, por enquanto, o pedido de citação por edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar o requerido. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, sem necessidade de pagamento de custas, por ser o autor beneficiário da justiça gratuita. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor, no prazo de 15 dias, requerer o que entender de direito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Cumpra-se.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: LUCÉLIA GOMES RODRIGUES DE SOUZA (OAB 10142/AM) - Processo 0640839-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Herson Eduardo de Souza Garcia - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 30/10/2019, a partir das 10:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM) - Processo 0642459-84.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Leonora Comercio Internacional Ltda - Vistos etc. Defiro o pedido. Intime-se o autor a pagar, no prazo de 15 (quinze) dias, os emolumentos do oficial de justiça, atentando ao valor de cada uma das diligências pleiteadas ("penhora/avaliação e intimação", "citação" etc.), conforme estabelecido na Tabela 03, que vai anexa a este despacho, da Lei Estadual 4.408/16, pena de extinção. Efetuado corretamente o pagamento, expeça-se o respectivo mandado. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0643151-54.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos etc. Defiro o pedido, via SIEL, condicionado ao pagamento de emolumentos judiciais, por parte da autora, no prazo improrrogável de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0643208-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Benjamim Saul Benchimol - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/03/2020 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: PAULO ADALTO COSTA DE ALMEIDA (OAB 5465/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0645278-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rafaela de Araujo Bermeu - REQUERIDO: São Hipólito Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outros - Vistos etc. Intimem-se as partes para que digam, no prazo de 15 (quinze) dias, se há interesse em audiência de instrução e julgamento, justificando sua utilidade ao processo. Em caso negativo e dentro do mesmo prazo, que especifiquem as provas que pretendem produzir ou requeiram o que entenderem de direito. Cumpra-se.

ADV: WILSON JORGE BRAGA DO VALE (OAB 6360/AM) - Processo 0649558-37.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Maria Zilah Melo de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/03/2020 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0652763-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lilia Alcantara de Souza - Vistos etc. Mantenho a decisão de fls. 42-43 pelos seus próprios fundamentos, vez que a autora não juntou qualquer documento que me fizesse reconsiderá-la. Concedo, mais uma vez, o prazo de 5 (cinco) dias para a requerente emendar a inicial, sob pena de indeferimento, termos do CPC 303, §6º. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0654991-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais da citação por edital e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM) - Processo 0655485-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: B.G.S. - Vistos etc. Tendo em vista que os réus não foram regularmente citados, intime-se o autor para promover a citação, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: RICARDO RAMOS BENEDETTI (OAB 204998/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0655700-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - O processo está pendente de citação, apesar dos esforços já despendidos para concretização do ato, indispensável para seu válido e regular desenvolvimento. Defiro a realização de consultas por endereços, desde que não tenham sido utilizados anteriormente no processo, através de Infojud, Bacenjud, Renajud e Siel, bem como os ofícios solicitados em fls. 108, ficando o requerente intimado para recolher e apresentar as custas da consulta na mesma petição em que a solicite. Defiro também a expedição de carta (via AR), cartas precatórias e mandados, inclusive para citação por hora certa, ficando o requerente também intimado para recolher e apresentar as custas devidas na mesma petição em que a solicite. Esgotados os meios de busca acima descritos, indefiro qualquer nova consulta, devendo o autor apresentar novo endereço obtido por diligências próprias, no prazo de 15 dias, sob pena de extinção do processo, sem resolução de mérito. Deve a secretaria realizar todos os atos necessários para o cumprimento desta medida, inclusive intimações para complementação de custas ou apresentação de novo endereço, tornando os autos conclusos somente se houver necessidade de decisão ou sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GERALDO SÉRGIO ALBUQUERQUE RIBEIRO (OAB 8400/AM) - Processo 0656269-58.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Fato Atípico - REQUERENTE: Taylor Carlos Rodrigues da Silva - Vistos etc. Intime-se o requerente para, em 15 (quinze) dias, emendar a inicial, adequando-a ao procedimento devido, não sendo o Mandado de Segurança o correto para o objetivo pretendido, termos do CPC 321, e da lei 12.016/2009, art. 1º, § 2º, pena de indeferimento. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0656442-82.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos etc. E as custas iniciais? Intime-se, nos termos do art. 290, CPC. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657072-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos etc. Intime-se a requerente para comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657099-24.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos etc. Intime-se a requerente para comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, no prazo de 15 dias, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657121-82.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos etc. Intime-se a requerente para, em 15 (quinze) dias, a) comprovar os requisitos necessários para concessão da gratuidade da justiça ou recolhimento das custas iniciais, nos termos do CPC 99, §§ 2º e 3º, sob pena de cancelamento da distribuição; b) juntar o título executivo extrajudicial, conforme o CPC 798, I, a, sob pena de indeferimento, termos do CPC 801, visto que o suposto título apresentado pelo autor não é exequível (fls. 10-11). Cumpra-se.

ADV: DANIEL NUNES ROMERO (OAB 168016/SP), ADV: ARIOSMAR NERIS (OAB 232751/SP), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB 21593/GO) - Processo 0707385-50.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Volkswagen S/A - Vistos etc. Defiro pedido de fls. 109, para que seja realizada consulta de endereço via Infojud. Intime-se a requerente a pagar as despesas de processamento eletrônico, conforme Portaria 116/2017-PTJ. Após realização da consulta, intime-se o autor para se manifestar quanto ao resultado, no prazo de 10 dias, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0708224-75.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Roneld da Silveira Bardales - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última manifestação do autor e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: EDUARDO AURÉLIO DE VASCONCELOS (OAB 1536/AM) - Processo 0709229-35.2012.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Aquisição - REQUERENTE: Pablo Kzar Andrade Costa - REQUERIDO: IEB - Importadora de Estivas e bebidas Ltda. - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última movimentação processual e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0711031-68.2012.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Perdas e Danos - REQUERENTE: Evandro Lourenço Bezerra - Vistos etc. Dado o lapso temporal entre a última movimentação processual e o presente despacho, intime-se o autor, pessoalmente e via publicação, para manifestar interesse no prosseguimento do feito, indicando a medida pretendida, no prazo de 5 (cinco) dias, pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: KLEYSON NASCIMENTO BARROSO (OAB 6879/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: SIMONETE GOMES SANTOS (OAB 2516/AM), ADV: YURI CHRYSTINE PINTO SIQUEIRA ROLO (OAB 9279/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0711911-60.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Mateus de Menezes Barroso Pinto - REQUERIDO: Hapvida Assistencia Medica LTDA - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que recolha as custas finais pendentes, conforme Guia de Recolhimento Judicial elaborada pelo contador judicial, e junte comprovante de pagamento, no prazo de 15 (quinze) dias. Decorrido o prazo sem que a parte tenha juntado os respectivos comprovantes, os autos serão remetidos ao contador judicial para emissão de Certidão de Dívida e providências necessárias, em conformidade com o art. 2º do Provimento nº 228/2014-CGJ/AM.

ADV: PRISCILLA BELIZOTTI SILVA NARDO BERTOLINO (OAB 201740SP) - Processo 0712220-81.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Klin Produtos Infantis Ltda - Vistos etc. Tendo em vista que o AR de fl. 126 foi assinado por pessoa diversa do citando, intime-se o requerente a promover nova citação, por carta ou oficial de justiça, atendendo o disposto no art. 242 c/c 248, §1º, ambos do CPC, sob pena de extinção. Atente-se o requerente ao pagamento dos emolumentos ou custas postais do ato citatório pleiteado. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adnilso Gomes Nery (OAB 4124/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alexandre Marques Silveira (OAB 120410/SP)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Allan Marcelo serrão Braule Pinto (OAB 9133/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 393A/RR)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Alysson George Gomes Cavalcante (OAB 3710/AM)
Amanda Araújo dos Santos (OAB 6150/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Ângela Maria Leite de Araújo Silva (OAB 6940/AM)
Antônio Ivan Olímpio da Silva (OAB 3110/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariosmar Neris (OAB 232751/SP)
Aroldo Pereira Cavalcante (OAB 3904/AM)
Átila Rogério Gonçalves (OAB 118906/SP)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bassla Marinho Abdel Aziz (OAB 13568/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Cainã Taveira Melo (OAB 11378/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Celma Onara Izael Souza Araújo (OAB 4438/AM)
Clodoaldo Cavalcante dos Santos (OAB 9888/AM)
Daniel de Oliveira Campos (OAB 5258/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Lourenço (OAB 3192/AM)
Daniel Nunes Romero (OAB 168016/SP)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle da Costa Pinheiro (OAB 7710/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 56543/MG)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Desirée de Castro do Couto Valle (OAB 4709/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Pereira Duarte (OAB 3702/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Aurélio de Vasconcelos (OAB 1536/AM)
Eduardo Kucker Zaffari (OAB 42998/RS)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 001.431/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eronilde Silva de Morais (OAB 255127/SP)
Euda Ribeiro Guedes (OAB 14116/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Francisco Ézio Viana de Oliveira (OAB 2160/AM)
Geraldo Sérgio Albuquerque Ribeiro (OAB 8400/AM)
Gesiel Barboza Santos (OAB 1514/RR)
Gilmar Madalozzo da Rosa (OAB 1083/RR)
Grazziano Manoel Figueiredo Ceará (OAB 241338/SP)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Henrique Vieira Bastos (OAB 9406/AM)
Heraldo Mousinho Barreto (OAB 4204/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Iran Bayma de Melo (OAB 2463/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
JANE KELLY VASQUES DE OLIVEIRA (OAB 10029/AM)
Jessika Aline Silva de Carvalho (OAB 383748SP)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Arthur de Sousa Rodrigues Alves (OAB 7906/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Orisvaldo Brito da Silva (OAB 57069/RJ)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
JUSSARA DE LIMA TEIXEIRA (OAB 2838/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelso Wesley Souza da Silva (OAB 6200/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kleyson Nascimento Barroso (OAB 6879/AM)
Ladyane Serafim Pereira (OAB 4990/AM)
Laura Cid Vieira Belém (OAB 11987/AM)

Leonardo Ramada Relvas (OAB 14480/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Lucélia Gomes Rodrigues de Souza (OAB 10142/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB 21593/GO)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Mara Lindolfo Gomes Guedes (OAB 5116/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Márcio Valfredo Bessa (OAB 237864/SP)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marco Antônio Nobre Salum (OAB 8416/AM)
Marcondes F. Luniere Júnior (OAB 2987/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Valerius Pinto Pinheiro de Macedo (OAB 2566/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Edna Araújo Mateus (OAB 3461/AM)
Maria Haydée Luciano Pena (OAB 136059/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Náiade Victória Araújo Perrone (OAB 9183/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolas Santos Carvalho Gomes (OAB 8926/AM)
Oassis Trindade de Oliveira (OAB 000.495/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Patrícia Mantes do Amaral Toledo Piza (OAB 98124/SP)
Paulo Adalto Costa de Almeida (OAB 5465/AM)
Pedro Torelly Bastos (OAB 28708/RS)
Priscilla Belizotti Silva Nardo Bertolino (OAB 201740SP)
Pryscila Duarte Nunes (OAB 9068/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
RICARDO RAMOS BENEDETTI (OAB 204998/SP)
Ricardo Wagner da Costa Monte (OAB 4436/AM)
Robert Lincoln da Costa Areias (OAB 8088/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sanelmo Peixoto Siqueira (OAB 9814/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Severino Ramos da Silva (OAB 2588/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simonete Gomes Santos (OAB 2516/AM)
Sonia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Tábatta Lorena Coelho Guimarães (OAB 7789/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thalita Odeth Ribeiro de Pontes e Souza (OAB 11959/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thereza Christina Caxeixa de Oliveira (OAB 6097/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 000.564/AM)
Tude Moutinho da Costa (OAB 564/AM)
Vasco Pereira do Amaral (OAB A-99/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Jorge Braga do Vale (OAB 6360/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314A/PB)
Yuri Chrystine Pinto Siqueira Rolo (OAB 9279/AM)

6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0401/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0049623-77.2002.8.04.0001 (001.02.049623-1) - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Hermuther Pinheiro Jesus - Em conformidade com o art. 1º, V, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que promova o prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0063799-27.2003.8.04.0001 (001.03.063799-7) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0223025-24.2010.8.04.0001 (001.10.223025-1) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0601974-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: FR-2 Comércio de Derivados de Petróleo Eireli (Antiga - F. M. de Mendonça Ltda.) - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM), ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0604843-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO LUCAS PANTOJA VIEIRA (OAB 9982/AM) - Processo 0609010-38.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: J. L. Chaar Simão (Amazon Print) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609171-14.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0611503-51.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0615868-17.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Taylor Flores Antunes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0616214-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0616894-84.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iran Vieira de Sousa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0616908-68.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Iran Vieira de Sousa - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: ELOY DAS NEVES LOPES JÚNIOR (OAB 4900/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0619325-28.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Iracema de Castro Soares - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De acordo com os elementos constantes nos autos houve total pagamento de valor objeto de execução, o que gera a extinção da obrigação, consoante petição de fls. 113/115. DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. Defiro o pedido de fl. 120, determino a secretaria que expeça oficio ao gerente da Caixa Econômica Federal, para proceder a transferência do valor depositado à fl. 114, em favor da autora, na conta indicada à fl. 120.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES - Processo 0620971-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliete da Silva Araújo - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar os seus interesses, HOMOLOGO o acordo para que surta seus efeitos jurídicos e legais e declaro extinto o processo com resolução do mérito (art. 487, III, “b” do CPC). Isento de custas na forma do § 3º do art. 90 do CPC. Proceda-se à baixa.

ADV: JAQUELINE MARQUES FERREIRA (OAB 349812/SP), ADV: SANDRA FERRAZ DA SILVA (OAB 353903/SP) - Processo 0621289-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: G. R. - Garantia Real Segurança Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada

para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0627783-63.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0629753-11.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na carta , no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0632068-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Paula Campos Martes - Desta feita, não há que se cogitar da necessidade de intimação pessoal da parte para que venha preparar o feito. Verifica-se, ao compulsar os autos, que a presente demanda fora proposta em 23/06/2019, no entanto, não houve, até a presente data, o recolhimento das custas, sendo de praxe a extinção do feito sem resolução do mérito com o efetivo cancelamento da distribuição. Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTA a presente ação, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, I c/c art. 290, do CPC. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando as cautelas legais.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0636623-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da diligência do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM) - Processo 0637103-11.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Josefa da Conceição Vieira Pinto - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0642593-43.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I - Compulsando os autos, verifico que as custas de fls. 141 não correspondem ao valor do AR, portanto, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0647009-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Alice Queiroz de Castro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0649764-51.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Crescência Arcos de Carvalho - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Dâmea Mourão Telles de Menezes
Eloy das Neves Lopes Júnior (OAB 4900/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jaqueline Marques Ferreira (OAB 349812/SP)
João Lucas Pantoja Vieira (OAB 9982/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sandra Ferraz da Silva (OAB 353903/SP)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO DIÓGENES VIDAL PESSOA NETO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0402/2019

ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: REGINA CECÍLIA DE SENA COSTA (OAB 5090/AM), ADV: REGILSON PINTO GOMES (OAB 10288/AM) - Processo 0005751-07.2005.8.04.0001 (apensado ao processo 0211083-24.2012.8.04.0001) (001.05.005751-1) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Graci Santos de Souza - EXEQUENTE: Marizete Neves Gomes - Jane Picanço de Farias Lima - REQUERIDO: Viman - Viação Manauense Ltda. - DENUNCIADO: Sul América Cia. Nacional de Seguros - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por Graci Santos de Souza, contra o despacho de fl. 579, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0200322-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Polinário Moraes dos Santos - Defiro o pedido de suspensão do feito, consoante solicitado à fl. 190 e art. 921, III, do CPC.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0200322-31.2012.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: José Polinário Moraes dos Santos - Em cumprimento ao despacho de fls. 191.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM), ADV: HAROLDO JORGE SANTOS (OAB 4066/AM) - Processo 0200864-88.2008.8.04.0001 (001.08.200864-8) - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Lucimar de Souza Petillo - REQUERIDO: Losango Promoções e Vendas Ltda. - INTSSADO: Haroldo Jorge Santos - I- Defiro o pedido de fls. 354 dos autos. II- Proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: GILBERTO LUIZ VALENTE RODRIGUES FILHO (OAB 229958/SP), ADV: CHRISTIAN ALBERTO RODRIGUES DA SILVA (OAB 2682/AM) - Processo 0244431-23.2018.8.04.0001 (processo principal 0700550-80.2011.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Cheque - REQUERENTE: Jairo Robson Negreiros Silva - REQUERIDO: Multi Construções e Comércio de Materiais Eletrônicos Ltda. - Tereza de Jesus Loureiro da Silva - João da Silva Nunes - Defiro o pedido de fls. 25 dos autos. Expeça-se o competente mandado de intimação aos Sócios da Requerida, consoante solicitado.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0600753-58.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Prax Fomento Mercantil Ltda. - EXECUTADO: Aleilson dos Santos Ribeiro E. I. - Compulsando os autos, verifico que o Devedor até a presente data não se manifestou e não possui representação no processo. Posto isso, determino a Secretaria que torne sem efeito a publicação de fl. 110, bem como a certidão de fl. 111 e proceda a intimação do Devedor, via correio para tomar conhecimento do despacho de fl. 109.

ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0601235-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Centro do Alumínio Ltda. - REQUERIDO: Apogeo Construções Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 92, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias.

ADV: DIVALLE AGUSTINHO FILHO (OAB 128125/SP), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE STÁBILE (OAB 251594/SP) - Processo 0605374-98.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lorrany Vitória Smith dos Santos - REQUERIDO: L. A. M. Folini - ME (Mundial Editora) - Tendo em vista o pedido de fl. 167, determino a intimação da Requerida para se manifestar acerca da petição de fl. 158, no prazo de 05 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605803-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marivaldo Alves Natário - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, com supedâneo no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pelo Autor, em face do BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL S/A, DECLARANDO que o contrato realizado entre as partes é Empréstimo consignado, declarando ainda sua Quitação. Determino a devolução, em dobro, dos valores referente ao período após a quitação do contrato consignado, acrescentando-se ainda os valores descontados durante o trâmite processual, incidindo juros de 1% ao mês desde a citação e correção monetária desde o vencimento de cada fatura, cujo valor total deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento, na forma do art. 509, I, CPC. Condeno o Banco Réu a indenizar a Requerente em DANOS MORAIS no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros desde o desconto de cada mensalidade (STJ - Súmula nº 54) e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Outrossim, na indenização por dano moral a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326, do STJ). Condeno o Requerido ao pagamento custas e despesas processuais, ante a sucumbência, bem como os honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0605951-42.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: D. D. Comércio de Produtos Alimentícios Ltda. - ME - Tendo em vista a certidão de fl. 151, determino a intimação da autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção da ação por abandono.

ADV: ISRAEL GOMES DA SILVA (OAB 12030/AM), ADV: NAYARA DOS SANTOS XAVIER (OAB 12357/AM) - Processo 0611936-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Karina Moraes Magalhães - REQUERIDO: Faculdade Uninassau Manaus - Ser Educacional S/A - Manifeste-se a parte autora acerca da proposta de acordo de fls. 103 dos autos, no prazo de 05 dias.

ADV: CRISTIAN MENDES DA SILVA (OAB 691A/AM), ADV: ALAN SANTOS DE ALBUQUERQUE (OAB 6815/AM) - Processo 0612533-63.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Hélio Vicente de Matos - Leniza dos Santos Barros Matos - REQUERIDO: José Airton Albuquerque - DENUNCIADO: Francisco de Jesus Barroso da Silva - Ex positis, REJEITO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, aviados por José Airton Albuquerque, contra a sentença proferida às fls. 274/281, mantendo-se, destarte, hígida nos moldes tal como está lançada, por seus jurídicos e legais fundamentos. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAYANNE BRAZÃO DE LIMA (OAB 9808/AM), ADV: DANIEL DE LIMA CAVALCANTE (OAB 9070/AM) - Processo 0612918-40.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - REQUERENTE: Newton e Brazão Comércio de Áudio Ltda. - ME - REQUERIDO: Conceição Marreiros de Lima - ME - Tendo em vista a certidão de fl. 81, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção da ação por abandono.

ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0616038-23.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0642464-77.2015.8.04.0001) - Embargos de Terceiro Cível - Posse - EMBARGANTE: Ronin Vigilância Privada Eireli - ME - EMBARGADO: Jayme de Oliveira Melo - Fabian Neves dos Santos - Clóves Miguel de Souza Neves - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Homologo por sentença a desistência manifestada pela parte autora, à fl. 107, com a anuência do Requerido de fl. 115, para que produza os efeitos legais. Em conseqüência, extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Dê-se baixa na distribuição e arquive-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0616402-29.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - REQUERIDO: Francisco Guimarães Santiago - Defiro o pedido de desbloqueio do veículo objeto da lide, via sistema Renajud, consoante solicitado à fl. 125.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616935-17.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Frigodelly Indústria e Comércio de Produtos de Carne Eireli - Hélio Pereira da Silva - I- Defiro o pedido de fls. 77/78 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP), ADV: STÊNIO HOLANDA ALVES (OAB 4254/AM) - Processo 0618958-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Seguros S/A - REQUERIDA: Márcia Suellen Pierre dos Santos Novo - DEPOSFIEL: Expedito Barros dos Reis - I. O processo encontra-se maduro para julgamento, haja vista que não há necessidade de produzir provas em audiência, pois a matéria de mérito é exclusivamente de direito, razão pelo qual dou-me em condições de conhecer diretamente do pedido, com inteligência do art. 355, I, do NCPC. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0619538-05.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: C & C Vendas de Colchões Ltda. - Arilson Freitas Lima - Cristiane da Silveira e Silva - Tendo em vista a certidão de fls. 128, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0623430-82.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dissolução - REQUERENTE: Ricardo de Lima Ribeiro - REQUERIDO: Wellyghan Assis Silveira Júnior - Wellyghan Assis Silveira - RSW Engenharia, Prestação e Comércio de Produtos Médicos Ltda. - ME - PERITA: Kerolayne Mafra de Morais - Defiro o pedido de fls. 497 dos autos. Concedo a dilação de prazo de 30 (trinta) dias, consoante solicitado, pela Perita do Juízo. À Secretaria para comunicar a Perita acerca do referido despacho.

ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0625449-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Rui da Costa Batista - REQUERIDO: HBM Assessoria de Crédito Ltda. - Heberty Batista de Moura - Reinaldo Jerônimo de Moura Júnior - Confiance Recuperadora de Crédito Eireli - ME - Núbia Terezinha Miranda de Carvalho - Cyntia Valéria Belo Pereira - Jornal A Crítica - Empresa de Jornais Calderaro Ltda. - Tendo em vista a certidão de fl. 106, determino a intimação do autor, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: ADRIANA MARIA MARTINS DA COSTA MALIZIA (OAB 5466/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM) - Processo 0625728-52.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Friller Brasil Alimentos Ltda. - Laureano Cezar Elias Muller - Victória Sami Costa Muller - Manifeste-se o Credor acerca da Impugnação ao Cumprimento de sentença de fls. 350/361 e documentos anexos bem como, acerca da Apólice de Seguro de fls. 380/396, no prazo de 15 dias.

ADV: MARCELO CANDIOTTO FREIRE (OAB 346433SP) - Processo 0628928-57.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compra e Venda - EXEQUENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliários Ltda. - EXECUTADO: Jonh Kennedy Sarmento da Silva - Tendo em vista a certidão de fl. 70, determino a intimação do autor para dar prosseguimento do feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0629339-71.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mara Lucídia Matozinho e Silva - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Manifeste-se a autora acerca da impugnação ao cumprimento de sentença de fls. 598/611 e documentos anexos, no prazo de 15 dias.

ADV: HELEN SUSANE MACHADO DE MIRANDA (OAB 7627/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0630062-95.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Debêntures - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - EXECUTADO: Rodana Relógios S/A - Tendo em vista que já se esgotaram as tentativas de localização da parte requerida, consoante consultas de fls. 182, 197 e fls. 203/204, defiro o pedido de fls. 207 dos autos. Expeça-se o competente edital de citação, consoante solicitado. Intime-se o autor para efetuar o pagamento das custas do edital, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: PAULA THAÍS GADELHA DOS SANTOS (OAB 11973/AM), ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: JHONATA MONTEIRO DO CARMO (OAB 14244/AM) - Processo 0630303-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO TRABALHO - REQUERENTE: Iêda Santos Cardoso - REQUERIDO: Condomínio Residencial Life da Villa - Manifeste-se o Devedor acerca do pedido de arquivamento de fl. 168, no prazo de 05 dias.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA), ADV: ADNA LIMA DA SILVA (OAB 11171/AM) - Processo 0630328-43.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Alice Barros Monteiro - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - PERITO: Instituto Médico Legal - IML - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido inicial, para condenar a Requerida o pagamento à Autora do valor correspondente a 70% da perda parcial completa da mobilidade do membro inferior esquerdo, devidamente atualizados, com correção monetária pelo INPC-IBGE, incidente a partir da data de 19 de outubro de 2015 e juros simples, na base de 1% ao mês, contados a partir da citação, na forma do art. 406, do Código Civil de 2002, a título de indenização referente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, tudo a ser apurado em liquidação de sentença. Condeno a requerida ao pagamento das custas processuais e honorários de sucumbência, fixados em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO ALVES (OAB 9258/AM) - Processo 0631026-83.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Lusivan do Nascimento Labis - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - PERITO: Abrahim Bady Bacry Filho - Tendo em vista o pedido de fls. 193/194 e o AR negativo de fl. 196, determino a intimação do Requerido, pessoalmente para, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, restabelecer o beneficio de auxilio doença nº 604.223.493-9/91 ao autor, sob pena de multa de majoração da multa aplicada.

ADV: JANE PICANÇO DE FARIAS (OAB 5323/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0631355-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jeusius Gomes Coutinho - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Defiro em parte o pedido de fls. 325 dos autos. Expeçam-se ao Banco Bradesco, a fim de que apresente extratos dos meses de outubro de 2013, e de maio de 2015, consoante solicitado. Intime-se o autor para efetuar as despesas postais, no prazo de 10 dias, consoante Portaria nº 116/2017.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0631636-17.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Everson Botelho da Silva - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - À Secretaria para certificar se houve interposição de contestação. Cumpra-se.

ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE), ADV: FELIPE QUINTANA DA ROSA (OAB 56220/RS), ADV: NANCY MAGGIO (OAB 6460/AM) - Processo 0632711-67.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: J. B. Ferreguetti Locação e Transporte Ltda. - EPP - Júlio Bernardo Ferreguetti Júnior - REQUERIDO: Mercedes-Benz do Brasil Ltda. - Mardisa Veículos Ltda. - PERITO: Paulo Arthur Nery Dias - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, não conheço o presente recurso, interposto por Mardisa Veículos S/A, ante a ausência de pressuposto de cabimento. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0633159-98.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Dorothy Rodrigues de Sena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, com supedâneo no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela Autora, em face do BANCO BMG S/A, no sentido de Determinar a devolução, em dobro, dos valores referente ao período após a quitação do contrato consignado, acrescentando-se ainda os valores descontados durante o trâmite processual, incidindo juros de 1% ao mês desde a citação e correção monetária desde o vencimento de cada fatura, cujo valor total deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento, na forma do art. 509, I, CPC. Condeno o Banco Réu a indenizar a Requerente em DANOS MORAIS no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros desde o desconto de cada mensalidade (STJ - Súmula nº 54) e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Condeno o Requerido ao pagamento custas e despesas processuais, ante a sucumbência, bem como os honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 40004/RS), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0637690-62.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rita Teixeira dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Determino a remessa do feito ao CEJUSC Cível, setor responsável pela realização de sessões, audiências de conciliação, mediação e pelo desenvolvimento de programas destinados a auxiliar, orientar e estimular a autocomposição, para os fins dos arts. 165 a 175, todos do NCPC.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM) - Processo 0639483-36.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Partiners Participações Ltda. - REQUERIDO: Dona Doce Mix Loja de Conveniência Eirelli - ME - I- Defiro o pedido de fls. 163 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 - PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento das custas acerca da requisição de informações eletrônicas. Após, proceda-se a consulta via sistemas INFOJUD, BACENJUD e RENAJUD, consoante solicitado.

ADV: ALICHELLY CARINA MACEDO VENTURA (OAB 7185/AM) - Processo 0640925-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Wilton Monteiro Sampaio - REQUERIDO: J. R. Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Hotelaria Accor Brasil S/A - Intime-se o Autor para se manifestar acerca dos Embargos de Declaração, de fls. 665/666, no prazo de lei. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0641907-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rita de Cássia Ferreira Machado - I- Defiro o pedido de fls. 100 dos autos. II- Consoante Portaria 116/217 PTJ, tabela III, item 9 (atos processuais), intime-se o autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, efetuar o pagamento da custa acerca da requisição de informação eletrônica. Após, proceda-se a consulta via sistema BACENJUD, consoante solicitado.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: DEBORAH SABBÁ GALVÃO (OAB 3048/AM) - Processo 0643339-47.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: ENC Comércio e Serviços de Limpeza Ltda. - EPP - REQUERIDO: Darlisson M. de Castro - Restaurante Sabor na Chapa - Tendo em vista o AR negativo de fl. 55, determino a intimação dos patronos da autora para, no prazo de 05 dias, informarem o novo endereço do mesmo, sob pena de extinção por abandono.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0647232-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Rebelo Passos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, com supedâneo no art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados pela Autora, em face do BANCO BMG S/A, DECLARANDO que o contrato realizado entre as partes é Empréstimo consignado, declarando ainda sua Quitação. Determino a devolução, em dobro, dos valores referente ao período após a quitação do contrato consignado, acrescentando-se ainda os valores descontados durante o trâmite processual, incidindo juros de 1% ao mês desde a citação e correção monetária desde o vencimento de cada fatura, cujo valor total deverá ser apurado em liquidação de sentença por arbitramento, na forma do art. 509, I, CPC. Condeno o Banco Réu a indenizar a Requerente em DANOS MORAIS no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), acrescido de juros desde o desconto de cada mensalidade (STJ - Súmula nº 54) e correção monetária a partir da sentença (STJ - Súmula nº 362). Outrossim, na indenização por dano moral a condenação em montante inferior ao postulado na inicial não implica sucumbência recíproca (Súmula 326, do STJ). Condeno o Requerido ao pagamento custas e despesas processuais, ante a sucumbência, bem como os honorários advocatícios, ora arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da condenação. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ UCHIMURA DE AZEVEDO (OAB 309103/SP) - Processo 0648276-61.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: D. T. C. Trading Eireli - REQUERIDO: C. H. F. Barros Comércio - ME - Tendo em vista a certidão de fl. 57, determino a intimação da autora, via correio, para dar prosseguimento ao feito, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção da ação por abandono.

ADV: LUCIANA AMAZONAS CABRAL (OAB 10218/AM) - Processo 0648520-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Micaelly Santana de Souza - REQUERIDO: American Airlines Brasil - Tendo em vista a certidão de fl. 24, determino a intimação da autora, via correio, para efetuar o pagamento das custas iniciais, no prazo de 05 dias, sob pena de extinção.

ADV: JOÃO ANTÔNIO DA SILVA TOLENTINO (OAB 2300/AM) - Processo 0657208-38.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - EXEQUENTE: Inspetoria Salesiana Missionária da Amazônia - ISMA - EXECUTADO: Milton Ricardo Ribeiro Rodrigues - O benefício da assistência judiciária gratuita somente pode ser concedido à pessoa jurídica, independentemente de ser ou não de fins lucrativos, se esta comprovar que não tem condições de arcar com as despesas do processo sem o comprometimento da manutenção de suas atividades, o que não ocorreu in casu. (Agravo de Instrumento 4000404-05.2017.8.04.0000. Relator Desembargador Yedo Simões de Oliveira. Órgão julgador: Terceira Câmara Cível. Data do julgamento: 14/05/2017. Data de registro: 15/05/2017). No caso dos autos, a Requerente diz que que não tem condições de arcar com as custas e despesas processuais, sem sequer menciona seu valor. Assim, intime-se o Requerente para informar o valor das custas e despesas processuais, juntando aos autos o Relatório emitido pelo sistema SAJ e documentos idôneos que comprovem sua impossibilidade de pagamentos das custas, a fim de analisar o pedido de concessão do benefício da gratuidade da justiça.

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0715032-96.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: M. R. Herrera Comercial - ME - Antônio Luís de Sousa Rocha - Mariene R. Herrera - À Secretaria da 2ª UPJ para inserir no sistema Saj o nome dos novos patronos do autor, consoante pedido de fl. 108 e procuração de fls. 109/115. Após, determino a intimação do autor para dar prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 05 dias.

Adna Lima da Silva (OAB 11171/AM)
Adriana Maria Martins da Costa Malizia (OAB 5466/AM)
Alan Santos de Albuquerque (OAB 6815/AM)
Alichelly Carina Macedo Ventura (OAB 7185/AM)
André Uchimura de Azevedo (OAB 309103/SP)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
Christian Alberto Rodrigues da Silva (OAB 2682/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cristian Mendes da Silva (OAB 691A/AM)
Daniel de Lima Cavalcante (OAB 9070/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Deborah Sabbá Galvão (OAB 3048/AM)
Divalle Agustinho Filho (OAB 128125/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Quintana da Rosa (OAB 56220/RS)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Gilberto Luiz Valente Rodrigues Filho (OAB 229958/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Henrique Stábile (OAB 251594/SP)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Haroldo Jorge Santos (OAB 4066/AM)
Helen Susane Machado de Miranda (OAB 7627/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Israel Gomes da Silva (OAB 12030/AM)
Jane Picanço de Farias (OAB 5323/AM)
Jhonata Monteiro do Carmo (OAB 14244/AM)
João Antônio da Silva Tolentino (OAB 2300/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luciana Amazonas Cabral (OAB 10218/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Marcelo Candiotto Freire (OAB 346433SP)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mayanne Brazão de Lima (OAB 9808/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nancy Maggio (OAB 6460/AM)
Nayara dos Santos Xavier (OAB 12357/AM)
Paula Thaís Gadelha dos Santos (OAB 11973/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Regilson Pinto Gomes (OAB 10288/AM)
Regina Cecília de Sena Costa (OAB 5090/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto Alves (OAB 9258/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 40004/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Stênio Holanda Alves (OAB 4254/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0228/2019

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0202629-55.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos, Defiro o pedido de fl.291. Suspendo o feito pelo prazo de 6(seis) meses, com fulcro no art. 921, III, do CPC, durante o qual suspende-se também a prescrição, nos termos do §1° do mesmo dispositivo. Outrossim, decorrido o prazo máximo de 1(um) ano sem a localização do executado ou de bens penhoráveis, determino o arquivamento desta execução, sem prejuízo do seu prosseguimento após impulso da parte interessada, se a qualquer tempo forem encontrados bens penhoráveis, tudo nos termos dos parágrafos 2° e 3° do art.921, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: NELSON JOSÉ OLIVEIRA DA SILVA (OAB 5103/AM), ADV: FRANCISCO RITTA BERNARDINO (OAB 360/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0337318-12.2007.8.04.0001 (001.07.337318-5) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: H T Hotéis e Turismo Ltda - Ellen Ritta Honorato - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 10:00h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 15/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG) - Processo 0601790-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Fabiana Rodrigues de Paula - REQUERIDO: B2w Companhia Digital - Submarino - Vistos, Intimem-se as partes para especificarem as provas que pretendam produzir, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: PALOMA DE SOUZA SICSÚ (OAB 7186/AM), ADV: PRISCILLA PRESTES CARREIRA (OAB 7057/AM) - Processo 0602363-66.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: CARLOS MAGNO RODRIGUES DE OLIVEIRA - REQUERIDO: BV FINANCEIRA S.A - Considerando

a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.441/444. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: RENATO LALOR DO REGO (OAB 5820/AM), ADV: EDSON TADEU LALOR DO REGO (OAB 6291/AM) - Processo 0602463-16.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria de Jesus Tavares de Souza - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.124/138. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GYORNEY MATOS NERY (OAB 13151/AM), ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0605888-17.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Rosilene Queiroz de Almeida - R.H. Reconvenção julgada procedente e sentença confirmada em grau de recurso com transito em julgado. Intime-se o Devedor Amazonas Distribuidora de Energia S/A, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0606556-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Inez Maria Muniz dos Santos - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 14:30h Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DEMÉTRIA ANUNCIAÇÃO MARQUES (OAB 1493/AM), ADV: SUELLEN PONCELL DO NASCIMENTO DUARTE (OAB 28490/PE), ADV: DIEGO YURY TIBURTINO GALDINO (OAB A1185/AM) - Processo 0608500-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito Heraldo da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Considerando a possibilidade de concessão do efeito modificativo aos embargos de declaração, tempestivos, opostos em fls.396/401. Intime-se a parte embargada para que se manifeste sobre o seu teor, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, conforme art. 1.023, do CPC.

ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM), ADV: GRACO DINIZ FREGAPANI (OAB 2357/AM) - Processo 0608878-10.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Nortepark Estacionamentos Me - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Atlantic Tower - R.H. Processo em fase de cumprimento de sentença. Intime-se o Devedor Nortepark Estacionamentos - Me, na pessoa do seu patrono, para pagar o valor indicado pelo credor, referente a condenação no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser acrescida multa de 10% (dez por cento) e expedição de mandado de penhora e avaliação, nos termos do art. 523 e §§ do NCPC. Transcorrido o prazo sem pagamento voluntário, fixo honorários referente a fase executiva em 10% sobre o valor da execução, nos termos da Súmula 517 do STJ. Além disso, independentemente de penhora ou nova intimação, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para a executada apresentar impugnação, nos próprios autor, conforme o art. 525, do CPC.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: KAREN KAROLINY FERREIRA SANTOS (OAB 10893/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0609467-12.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Vila Engenharia Ltda - REQUERIDO: ARUANDA TECNOLOGIA ENGENHARIA E TECNOLOGIA CONTRA INCÊNDIO - MATOS ALHO - FACTORING FOMENTO MERCANTIL LTDA - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 09:45h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 15/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM), ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0610629-66.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Jairo do Espirito Santo Faria - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Banco Pan S/A - Banco Bradesco S/A - Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - BCV - Banco de Crédito e Varejo S/A - Previplam Clube - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 10:45h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ANDRÉ RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 5016/AM), ADV: LORENNA PAULA SARUBBI (OAB 8772/AM), ADV: LUCAS NUNES CHAMA (OAB 16956/PA), ADV: ANDRÉ GONÇALVES DE ARRUDA (OAB 200777/SP), ADV: JULIANA FERNANDES DOS SANTOS (OAB 292422/SP), ADV: FELIPE CHADS AZEREDO (OAB 13559/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: EDUARDO BONATES DE LIMA (OAB 5076/AM) - Processo 0615059-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: ADRIANA ALENCAR PEREIRA - LEANDRO CAMPOS DE FARIA - REQUERIDO: API SPE 22 PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - PDG REALTY S/A EMPREENDIMENTOS E PARTICIPACOES - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 10:00h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 15/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0617644-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Vieira dos Santos - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento

- Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.153/158 Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0618438-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Pedro de Souza Paula - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Considerando que o requerido já foi citado e até contestou, Intime-se o requerido para informar se concorda com a retirada da audiência de conciliação da pauta, conforme prevê o art. 334, § 4º, I do CPC.

ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: ISABELA FARIAS NEVES (OAB 7950/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0622464-51.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Bruna Raisa Jennings da Silveira Soares - REQUERIDO: Mercatil Nova Era (Supermercado Patio Gourmet) - Ricardo Teixeira Santos Me - R.H. Designe-se audiência de Instrução e Julgamento para o dia 13/11/2019 às 10:00h. Defiro prazo comum de 10 dias para as partes apresentarem o rol de testemunhas, contendo no máximo três (03) testemunhas por parte, as quais devem comparecer independente de intimação, nos termos do art. 357, §§4º, 6º e 7º do CPC. Intimem-se as partes por intermédio de seus patronos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: JAMAR CORREIA CAMARGO (OAB 8187/GO) - Processo 0623067-95.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Potência Construções Elétricas Ltda - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 10:00h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0624391-18.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Tatiane Silva dos Santos - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: EMANUELLY SOUZA DE ALMEIDA (OAB 10527/AM), ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0625632-95.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Nilson Mendes Matos - REQUERIDO: José Roberval da Silva Júnior - Rosiel Duarte - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 13:45h. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: GISELLE FALCONE PASCARELLI LOPES (OAB 3747/AM) - Processo 0625738-91.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marilia Vasquez Zuazo - REQUERIDO: Século Centro Educacional - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da superior instância e as intimo para manifestação no prazo de (15) quinze dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: GLÁUCIO LOPES MONTEIRO (OAB 5781/AM) - Processo 0626072-91.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: Maq Comércio de Balancins Elevadores e G. Ltda - José Anderson Lopes Viana - Lucia Margarida Viana - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 09:30h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: JULIANA CUNHA PINHEIRO (OAB 16847/PA), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: DIEGO SABATELLE COZZE (OAB 252802/SP), ADV: LUÍS GUSTAVO TROVO GARCIA (OAB 9505/PA) - Processo 0631703-50.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Substituição do Produto - REQUERENTE: F. R. A. da Silva Filho - EPP - REQUERIDO: Hyundai Rede - Zucatelli Manaus - Hyundai Caoa do Brasil - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.260/288. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM) - Processo 0631777-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: True Data Projetores Notebooks e Informatica Ltda - Edvilson Vieira Rodrigues Junior - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 14:00h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: RACHEL NADAF PAPALÉO (OAB 5585/AM) - Processo 0632569-92.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: A Gurgel do Carmo e Cia Ltda - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 06/11/2019 às 14:45h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: GLÁUCIA AZEVEDO NARCELHA (OAB 12303/AM), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0632663-98.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: e F Vitalli Epp - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 04/11/2019 às 10:30h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 15/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632793-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Raileno Oliveira de Lima - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0633333-49.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos, Defiro pedido de dilação do prazo por 5 (cinco) dias.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635326-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Manfrine Pereira Cordovil - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: RAQUEL LIMA MOTA MORAIS SILVEIRA (OAB 6127/AM) - Processo 0635617-20.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Alessandro Pereira Félix - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: NATALIA DEMES BEZERRA TAVARES PEREIRA (OAB 62004/PR), ADV: CAZUNA MAGALHÃES (OAB 8568/AM), ADV: LUÍS JUSCELINO AUGUSTO LEITE (OAB 4092/AM), ADV: LAÍS ARAÚJO DE FARIA (OAB 9037/AM) - Processo 0638128-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: R.O.S. - REQUERIDO: F.D.G.B. - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.278/294. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: ANA PAULA NAZARETH BABBULIN (OAB 187306/SP), ADV: RUI DE JESUS SOARES JÚNIOR (OAB 7253/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP) - Processo 0638545-12.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Melo Distribuidora de Peças Ltda. - Alberto Simonetti de Melo - Aramita de Jesus Ferreira - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. A Portaria n. 94/2019 - CGJ/AM estabelece, ao Magistrado, o exercício do direito de escolha de processos que podem integrar a XIV Semana Nacional de Conciliação, no período de 4 a 8 de novembro deste ano. Desta feita, em nome do restabelecimento da paz social e com sustentáculo no artigo 139, inciso V, da Lei do Rito Civil Designe-se audiência de conciliação para o dia 05/11/2019 às 09:30h na sala padrão desta 7 vara cível. Intimem-se as partes através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM) - Processo 0641546-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Marcio André Mousinho de Oliveira - Vistos, Defiro a emenda a inicial de fls.241/550. Intimo o autor a providenciar a pagamento das despesas postais no valor de R$20,00(vinte) reais por intermédio da Guia de Recolhimento próprio, disponibilizada no sitio virtual do tribunal de justiça do amazonas (http:www.tjam.jus.br), com a devida comprovação nos autos, para que assim possa ser expedido o documento.

ADV: EDSON MACHADO (OAB 12572/AM) - Processo 0645180-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria de Fatima Ferreira Batista - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: INDIANA CARDOSO MACHADO (OAB 10016/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: VIVIANE TEIXEIRA DE OLIVEIRA (OAB 13048/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0646981-23.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jurandina Maria Ferreira Ribeiro - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.325/337. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0647866-03.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Ricardo Bezerra de Melo e outro - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça provisoriamente, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MARCELA DE SÁ PEIXOTO FRAXE (OAB 8875/AM) - Processo 0649613-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Hermene Gilda Oliveira Sales - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: JÚLIO ALBERTO CORRÊA SALAS (OAB 10165/AM) - Processo 0650303-17.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neila França Leite - REQUERIDO: Supermercados Db Ltda - R.H. SEMANA NACIONAL DE CONCILIAÇÃO. Considerando a Semana Nacional de Conciliação, deixo de remeter os autos ao CEJUSC-CÍVEL. Designe-se audiência de conciliação para o dia 07/11/2019 às 14:30h na sala padrão desta 7ª Vara Cível. Expeça-se mandado para citação/intimação do Requerido. Intimem-se o autor através de seus patronos. Manaus, 14/10/2019 Rosselberto Himenes Juiz de Direito

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0650426-15.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Albuquerque & Fontoura Ltda-me - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. REMETAM-SE os autos ao CEJUSC-Cível (Centros Judiciários de Solução de Conflitos) para realização de audiência preliminar de conciliação, conforme previsão do art. 334 c/c 165, ambos do CPC. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM) - Processo 0650767-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Patricia Machado da Silva Takeda - De acordo com o art.1º, inciso V do provimento de nº 63/02-CGJ nos termos art.350 do NCPC, Abro vista ao Autor sobre a contestação e documentos, no prazo de 15 dias.

ADV: ALEKSANDER CUESTA DE OLIVEIRA (OAB 5607/AM), ADV: FERNANDO O'REILLY CABRAL BARRIONUEVO (OAB 40859/DF) - Processo 0652834-13.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Nizael Padilha Cadena - REQUERIDO: Mapfre Vida S/A - Vistos, Intimem-se as partes para apresentarem as provas que desejam produzir.

ADV: WILSON OLIVEIRA MELO JÚNIOR (OAB 3220/AM), ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM) - Processo 0653617-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joao Alfredo Mendonça Vieira - REQUERIDA: Joaquina da Silva Martins e outros - Vistos, Trata-se de Ação Declaratória de Nulidade de Negócio Jurídico c/c Reintegração de Posse e Dano Moral proposta por João Alfredo Mendonça Vieira em face de Joaquina da Silva Martins, Paulo Matias da Silva, Maria Servula Silva Martins e Vicente Mourão Silva. Primeiramente, apense-se ao processo nº 0629236-64.2017.8.04.0001. Considerando a proposta feita pelos requeridos na audiência de fls.152/153 e a semana nacional de conciliação, designo a realização de audiência de conciliação para o dia 05/11/2019, às 11:30 horas. Expeça-se carta de intimação.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0654532-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Rosecler Pessoa da Silva dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Nos termos do art.1º, inciso XXX da portaria conjunta nº 001/2017-PTJ, INTIMO o recorrido/apelado para contrarrazoar, em 15 (quinze) dias o Recurso de Apelação de fls.141/149. Após as formalidades legais, Remeto os autos ao Tribunal de Justiça.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0657341-80.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Multa Cominatória / Astreintes - REQUERENTE: Euler Barreto Carneiro - Vistos, Trata-se de Cumprimento Provisório de Multa (astreintes), requerido por Euler Barreto Carneiro, contra Banco Itaú Holding. Analisando os autos e segundo as informações do autor, este requereu a distribuição por dependência ao processo principal nº 0629698-55.2016.8.04.0001 que tramita na 5ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho. Isto posto,Considerando que houve um equivoco na distribuição e que o autor já tinha pedido na inicial, por se tratar de cumprimento provisório, remetam-se os autos à Distribuição. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0657351-27.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: A.C.F.I. - De acordo com o art. 1°, inciso I, do provimento de n.° 63/02-CGJ, e nos termos do art.82 do NCPC. Intime o Autor para efetuar o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de ser cancelada a distribuição (art. 290 do NCPC).

ADV: FABRIZZIO GADELHA SOUZA (OAB 13057/AM) - Processo 0657376-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: João Bosco Nery - R.H. A petição inicial preenche os requisitos do art. 319 e 320 do CPC. Inicialmente, defiro a Gratuidade de Justiça, que apenas aproveitará em relação as custas processuais, nos termos do art. 98, §5º do CPC. Dessa forma, INTIME-SE o autor para realizar o pagamento das despesas postais, diretamente no site do TJ/AM, conforme Provimento nº 273 CGJ/AM. Designo audiência preliminar para a semana de conciliação no dia 04/11/2019, às 11:30 horas. CITE-SE e INTIME-SE, o requerido para oferecer Contestação no prazo de 15 dias, que passará a contar nos termos do art. 335 do CPC, sob pena de revelia e confissão (art. 344 do CPC).

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: HELDER BARBOSA DE OLIVEIRA FILHO (OAB 29445/PE), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: DANIEL NEJAIM LEMOS (OAB 28754/PE) - Processo 0658338-97.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Condomínio Residencial Flex Tapajós - REQUERIDO: Thais de Macedo Ivanki Eireli - Linear Administração - Vistos, Intime-se o reconvinte/requerido para pagar as custas processuais da reconvenção, no prazo 15 (quinze) dias.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Aleksander Cuesta de Oliveira (OAB 5607/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Paula Nazareth Babbulin (OAB 187306/SP)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Gonçalves de Arruda (OAB 200777/SP)
André Rodrigues de Almeida (OAB 5016/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Cazuna Magalhães (OAB 8568/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Nejaim Lemos (OAB 28754/PE)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Demétria Anunciação Marques (OAB 1493/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Sabatelle Cozze (OAB 252802/SP)
Diego Yury Tiburtino Galdino (OAB A1185/AM)
Edson Machado (OAB 12572/AM)
Edson Tadeu Lalor do Rego (OAB 6291/AM)
Eduardo Bonates de Lima (OAB 5076/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Emanuelly Souza de Almeida (OAB 10527/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Fabrizzio Gadelha Souza (OAB 13057/AM)
Felipe Chads Azeredo (OAB 13559/AM)
Fernando O'reilly Cabral Barrionuevo (OAB 40859/DF)
Francisco Ritta Bernardino (OAB 360/AM)
Giselle Falcone Pascarelli Lopes (OAB 3747/AM)
Gláucia Azevedo Narcelha (OAB 12303/AM)
Gláucio Lopes Monteiro (OAB 5781/AM)
Graco Diniz Fregapani (OAB 2357/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gyorney Matos Nery (OAB 13151/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Helder Barbosa de Oliveira Filho (OAB 29445/PE)
Indiana Cardoso Machado (OAB 10016/AM)
Isabela Farias Neves (OAB 7950/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
Jamar Correia Camargo (OAB 8187/GO)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Juliana Cunha Pinheiro (OAB 16847/PA)
Juliana Fernandes dos Santos (OAB 292422/SP)
Júlio Alberto Corrêa Salas (OAB 10165/AM)
Karen Karoliny Ferreira Santos (OAB 10893/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Laís Araújo de Faria (OAB 9037/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Lorenna Paula Sarubbi (OAB 8772/AM)
Lucas Nunes Chama (OAB 16956/PA)

Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luís Gustavo Trovo Garcia (OAB 9505/PA)
Luís Juscelino Augusto Leite (OAB 4092/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela de Sá Peixoto Fraxe (OAB 8875/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
NATALIA DEMES BEZERRA TAVARES PEREIRA (OAB 62004/PR)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson José Oliveira da Silva (OAB 5103/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paloma de Souza Sicsú (OAB 7186/AM)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Priscilla Prestes Carreira (OAB 7057/AM)
Rachel Nadaf Papaléo (OAB 5585/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raquel Lima Mota Morais Silveira (OAB 6127/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
Renato Lalor do Rego (OAB 5820/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rui de Jesus Soares Júnior (OAB 7253/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Suellen Poncell do Nascimento Duarte (OAB 28490/PE)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Viviane Teixeira de Oliveira (OAB 13048/AM)
Wilson Oliveira Melo Júnior (OAB 3220/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROSSELBERTO HIMENES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ADILSON JOSÉ DA SILVA OLIVEIRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0230/2019

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: WALTON PEREIRA MELO (OAB 1104/AM), ADV: WALTON PEREIRA MELO (OAB 001.104/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARIA SUELY MUNIZ DA SILVA (OAB 1474/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE (OAB 229A/AM), ADV: ALFREDO MOACYR CABRAL (OAB 341/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: AMÂNDIO PRUDENTE DA COSTA (OAB 2584/AM), ADV: CÉSAR AUGUSTO SANTOS PEREIRA (OAB 1908/AM), ADV: CABO VERDE ADVOGADOS (OAB 143/AM), ADV: JOSÉ CARNEIRO DE FIGUEIREDO NETO (OAB 1678/AM), ADV: JOSÉ ORLANDO DOMINGUES DE CASTRO (OAB 1607/AM) - Processo 0013539-63.2010.8.04.0012 (012.10.013539-3) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - AFEAM - AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: Cartorio Leite - RH Diga o Requerido (Cart. 1º Oficio) sobre a impugnação à Execução de fls. 413/434). Após, á cls.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048/AM) - Processo 0048876-30.2002.8.04.0001 (001.02.048876-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Maria Angélica Coutinho Teixeira - Isto posto e de tudo mais que dos autos consta, extingo o feito com fundamento no artigo 924, IV do Código de Processo Civil. Proceda-se a baixa com as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: REGIANE LOPES GIOIA (OAB 3728/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM), ADV: MICHELLE NASCIMENTO TACHY COELHO (OAB 9918/AM), ADV: LUCIANO DE ALMEIDA SOUZA COELHO (OAB 9919/AM), ADV: LUIZ ANTÔNIO DA SILVA JÚNIOR (OAB 11811/AM), ADV: SIMONE PATRÍCIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM) - Processo 0608445-74.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jorge Anderson Monteiro de Almeida - REQUERIDO: Rafael Carlos Almeida - LITSPASSIV: Thiago Ferreira Simonetti - Assim, afim de suprir a omissão referida, ACOLHO PARCIALMENTE OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, propostos por Thiago Ferreira Simonetti e Rafael Carlos Almeida, para atribuir efeito infringente a sentença de fls. 454/462, DETERMINANDO o abatimento no valor a ser pago de indenização por danos morais/estéticos, no valor de R$ 11.137,50 (onze mil cento e trinta e sete reais e cinquenta centavos). INDEFIRO o gratuidade de justiça. REJEITO o pedido de desqualificação da testemunha Fidélis Aguiar Andrade; INTIME-SE o REQUERENTE para ratificar o Recurso de Apelação, tendo em vista a interposição antes da análise do Recurso de Embargos de Declaração.

ADV: SIMONE SCTHMITZ (OAB 35215/SC), ADV: LEANDRO BERNARDI (OAB 10269/SC) - Processo 0611610-37.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ires Teresinha Duarte - REQUERIDO: Escretório Contábil Guilherme Ltda - Me - Considerando os termos do Acórdão, de fls. 209-213; Considerando que houve omissão quanto ao pedido de inversão do onus da prova; Considerando ter sido indeferido os pleitos preliminares de prescrição, bem como incompetência do juizado e ilegitimidade passiva; Considerando a necessidade de editar nova anulação de sentença, hei por bem reabrir a instrução processual, deferindo a inversão do ônus da prova, para que a Requerida apresente documentos a comprovar: 1) Contrato de prestação de serviços, 2) Recolhimento de INSS, da empresa Requerente, bem como eventuais recolhimentos referentes a prestação de serviço. 3) Recibos de pagamento de honorários da prestação de serviço; Defiro ainda, 15 (quinze) dias para as partes especificarem as provas que desejam produzir, juntando eventuais documentos que não foram juntados ate a presente data, tendo sido alegado pela Requerente, que poderá ter em seus arquivos, algum documento que ajude a produção de provas; Ficam as partes devidamente intimadas. Expeça-se carta de intimação para o endereço da Requerida, bem como aos respectivos patronos. Após volte-me os autos conclusos.

ADV: MÁRCIO SANTANA MALTA (OAB 13054/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: AMANDA LADEIRA BENZION (OAB 3587/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0623934-20.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Luiz Mariano Cabral Rebelo - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - RH Aplico ao feito o disposto no art. 355, I, do CPC, onde serão apreciados os requerimentos sobre aplicação de multa, etc... Após o decurso do prazo, voltem os autos conclusos para decisão. PRI

ADV: DANIEL MIRANDA PINHEIRO DE CAMPOS (OAB 5282/AM), ADV: EDSON SILVA SANTIAGO (OAB A857AM), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0625462-65.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: DARLISON CRUZ BARBOSA - REQUERIDO: Líder dos Consorcios do Seguro DPVAT - RH Diga a Requerida, sobre a manifestação de fls. 204/205, bem como demonstrar interesse na lide. Intiem-se

ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB A1086/AM), ADV: LAURA OLIVEIRA DE SOUZA RIBEIRO (OAB 1086A/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0629344-64.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Tapajós - Defiro pedido de pesquisa no sistema RENAJUD. Intime-se o autor para completar o valor das custas, uma vez que foi pago apenas para um requerido ficando pendente para o outro.

ADV: MARCOS ANTÔNIO MARTINS AFONSO (OAB 1325/AM) - Processo 0631870-33.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Liliam Martins Afonso Ricieri - REQUERIDA: Angela Maria Hammann - Ante o exposto e tudo mais que dos autos consta, DECLARO EXTINTA, nos termos do Art. 485, III e IV do CPC. Certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na Distribuição e arquive-se. P. R. I. Cumpra-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: WELDER PHELLIPE DE PAIVA SILVA (OAB 12736/AM), ADV: DIEGO GALBINSKI (OAB 47105/RS), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0637529-23.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Cirene Pontes de Souza - REQUERIDO: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.a. - LITSPASSIV: Maximidia Administradora e Corretora de Seguros Ltda - Assim, afim de suprir a contradição referida, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, proposto por Maximidia Administradora e Corretora de Seguros Ltda, para atribuir efeito infringente a sentença de fls. 266-271, para alterar o dispositivo da sentença, removendo a condenação solidária: DECIDO. Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido, com resolução de mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC, para condenar a Requerida Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.A: 1) Ao pagamento do valor correspondente a indenização securitária no valor de 10% do CAPITAL SEGURADO, acrescido de juros de 1% (um por cento) ao mês desde a data da citação (art. 405, do Código Civil) e corrigido monetariamente desde a data do sinistro (Súmula nº 43, do Superior Tribunal de Justiça, a ser apurado em liquidação de sentença. 2) Ao pagamento de indenização por danos morais, no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), com correção monetária (INPC) e juros legais (1%), a partir do arbitramento (Súmula 362 do STJ). Condeno a requerida ao pagamento das despesas e dos honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do CPC. P.R.I. Intime-se.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0642377-87.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Augusto Gentile Neto - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Assim, ACOLHO OS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO, para atribuir efeito infringente a sentença de fls.231/235, no sentido de determinar que a Requerida revise as faturas do meses 09/16 e 10/16, considerando o consumo médio de 32 m³, cujo as faturas devem ser reenviadas a Autora para pagamento. Intime-se.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: DANIEL MARINHO PEREIRA (OAB 5157/AM) - Processo 0645917-41.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Galo da Serra Navegação Fluvial e Logistica Ltda. - REQUERIDA: Waldelina Maciel Tavares - Vistos, etc Tratam os autos da Execução, distribuída em apenso aos autos da RJ deferida em nome da Autora. Verifico que o despacho de fls. 37/38, deferiu ARRESTO/BLOQUEIO via Bacenjud. Considerando já ter sido recolhido o valor das custas do BACENJUD, bem como, o pedido de penhora, ratifico o deferimento. Em petição de fls. 69/74, a Requerida informa ter distribuído AÇÃO em dia anterior ao da execução e que esta em curso, junto a 9ª Vara Cível, para onde devera ser redistribuida a presente Execução, face ao juízo prevento. Inicialmente, cumpre ressaltar, que a EXECUÇÃO foi distribuída por dependência a RECUPERAÇÃO JUDICIAL e o IMÓVEL VENDIDO, foi autorizado nos autos da Recuperação, conforme informado pela propria Executada. Assim, não há como ser reconhecida liminarmente a conexão, SEM A OITIVA DA AUTORA, em face da AÇÃO QUANTI MINORIS c/c DANOS MORAIS e CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO, na forma pretendida pela Executada, sustando atos já deferido nestes autos e sequer tendo conhecimento nos autos, da citação ou não da AÇÃO em curso naquele Juízo. Cumprido o BACENJUD, intimem-se as partes, devendo a Autora/Exequente manifestar-se sobre o pedido da Executada, quanto ao sobrestamento dos atos constritivos e conexão de ações.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0654297-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Maria Antonia Torres de Oliveira - Vistos, O sistema acusa suspeita de repetição de ação com o processo nº 0247904-17.2018.8.04.0001, todavia, tal suspeita não se concretizou. Isso porque, trata-se contratos diferentes e requerido diferente, ou seja, relação jurídica diversa. Dessa forma, a distribuição por vinculação ao processo acima referido é indevida. Isto é, não existe conexão ou continência entre as ações. Portanto, indevida à reunião das referida ações no mesmo juízo, sob pena de violação do princípio do juiz natural. Isso posto, determino a remessa dos autos a Distribuição, afim de que o feito seja redistribuído automaticamente. Cumpra-se.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: ODAIR APARECIDO BUSÍQUIA (OAB 11564AM/T), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: JAIRO RAFAEL MORAES MUNHOZ (OAB 8703/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0711116-54.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Kazuyoshi Uemura - EXECUTADA: José Nalto de Souza ME - José Nalto de Souza - RH Considerando a petição de fls.1008/1009. Defiro o prazo de 30 (trinta) dias, para a retirada dos bens/maquinários, conforme informado.

Affimar Cabo Verde (OAB 229A/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Alfredo Moacyr Cabral (OAB 341/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Amanda Ladeira Benzion (OAB 3587/AM)
Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
Amândio Prudente da Costa (OAB 2584/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Cabo Verde Advogados (OAB 143/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
César Augusto Santos Pereira (OAB 1908/AM)
Daniel Marinho Pereira (OAB 5157/AM)
Daniel Miranda Pinheiro de Campos (OAB 5282/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Diego Galbinski (OAB 47105/RS)
Edson Silva Santiago (OAB A857AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Jairo Rafael Moraes Munhoz (OAB 8703/AM)
José Carneiro de Figueiredo Neto (OAB 1678/AM)
José Orlando Domingues de Castro (OAB 1607/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB 1086A/AM)
Laura Oliveira de Souza Ribeiro (OAB A1086/AM)
Leandro Bernardi (OAB 10269/SC)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luciano de Almeida Souza Coelho (OAB 9919/AM)
Luiz Antônio da Silva Júnior (OAB 11811/AM)
Márcio Santana Malta (OAB 13054/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Antônio Martins Afonso (OAB 1325/AM)
Maria Suely Muniz da Silva (OAB 1474/AM)
MICHELLE NASCIMENTO DA SILVA TACHY (OAB 830A/AM)
Michelle Nascimento Tachy Coelho (OAB 9918/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
ODAIR APARECIDO BUSÍQUIA (OAB 11564AM/T)
Regiane Lopes Gioia (OAB 3728/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048/AM)
Simone Patrícia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)
Simone Scthmitz (OAB 35215/SC)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Walton Pereira Melo (OAB 001.104/AM)
Walton Pereira Melo (OAB 1104/AM)
Welder Phellipe de Paiva Silva (OAB 12736/AM)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0322/2019

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ) - Processo 0202403-06.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem, fica intimada a parte Executada para manifestar-se acerca do pagamento de RPV. Dê-se vista ao INSS às fls. 175/176.

ADV: CLAYTON ALVES DE CARVALHO (OAB 18275/SC), ADV: JACKSON ANDRÉ DE SÁ (OAB 9162/SC), ADV: DAIANE BAUER (OAB 31273/SC), ADV: MARCELA FÁTIMA PASIERPSKI SCHWENDNER (OAB 39887/SC) - Processo 0212425-31.2016.8.04.0001 (processo principal 0622976-10.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Bettanin Industrial S.a. - De ordem, remeto os autos para à contadoria para atualização de cálculos de custas processuais.

ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0611332-60.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Ivonete de Freitas Santos - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outros - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: MICHELLE FASCINI XAVIER (OAB 860A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 805A/AM) - Processo 0613172-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Wellitom Bezerra do Nascimento - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0620165-72.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: ERIVALDO COUTINHO GOMES - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM) - Processo 0626571-75.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NATIVIDADE DE JESUS MAGALHÃES MAIA (OAB 5556/AM) - Processo 0627431-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Zenaide Evangelista Teixeira - REQUERIDO: Postal Saúde - Caixa de Assistência e Saúde dos Empregados dos Correios - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: VÍTOR KIKUDA (OAB 199259/SP), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0629800-77.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trabalho - REQUERENTE: Marlucia Mota Regis e outro - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem, fica intimada a parte Executada para manifestar-se acerca do pagamento de RPV. Dê-se vista ao INSS às fls. 213/214.

ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: VICTOR DA SILVA TRINDADE (OAB 2991/AM), ADV: DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA (OAB 5601/AM) - Processo 0629831-68.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0632552-90.2014.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Igreja em Manaus - REQUERIDO: J.A Portala Moura e Cia Ltda. - De ordem, encaminho os autos para penhora de bens via sistema conveniado eRIDFT, conforme determinado em Decisão de fls. 276/277.

ADV: FERNANDO DA SILVA LIMA (OAB 9218/AM), ADV: DENISE MARIN (OAB 141662/SP), ADV: JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM), ADV: CARLOS JOSÉ LOBO BRAGA (OAB 10705/AM) - Processo 0637220-36.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Thaís Ferreira Santos e outro - REQUERIDO: Vai Voando Viagens Ltda. - Ante o exposto, JULGO EXTINTO o presente cumprimento de sentença, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil. EXPEÇA-SE Ofício de Transferência dos valores depositados, conforme requerido à fl. 331. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM) - Processo 0644920-92.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rosana Marinho Barbosa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0647263-61.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: José Pedro Dias Batista - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outros - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CASSIANO PIRES VILAS BOAS (OAB 214984/RJ), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0647772-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Adriana Moraes da Gama - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intimo a parte apelada para, querendo, oferecer contrarrazões à apelação interposta, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Prazo de quinze dias.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0657420-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - De ordem, intimo o Autor para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de quinze dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias."

Carlos José Lobo Braga (OAB 10705/AM)
Cassiano Pires Vilas Boas (OAB 214984/RJ)
Clayton Alves de Carvalho (OAB 18275/SC)
Daiane Bauer (OAB 31273/SC)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniel Raphael Enéas e Silva (OAB 5601/AM)
Denise Marin (OAB 141662/SP)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)

Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Fernando da Silva Lima (OAB 9218/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Jackson André de Sá (OAB 9162/SC)
JOÃO CARLOS LOBO BRAGA (OAB 10192/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcela Fátima Pasierpski Schwendner (OAB 39887/SC)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Michelle Fascini Xavier (OAB 860A/AM)
Natividade de Jesus Magalhães Maia (OAB 5556/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Victor da Silva Trindade (OAB 2991/AM)
Vítor Kikuda (OAB 199259/SP)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Molina Porto (OAB 805A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0323/2019

ADV: ANA VANDA UCHÔA IZEL PERES (OAB 2318/AM), ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0213386-16.2009.8.04.0001 (001.09.213386-0) - Procedimento Comum Cível - Cancelamento de Protesto - REQUERIDO: R S Industria e Comercio de Plasticos Ltda - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Autora/Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise do pedido de fls.186/189.

ADV: ERNANI DE BARROS GOMES FILHO (OAB 973/AM) - Processo 0229054-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - REQUERIDO: A. R. Auzier e outro - DECIDO. Analisando o conteúdo apresentado, bem como a lei vigente atualmente deste Tribunal, verifico que a L.C 178/2017, alterou diversos dispositivos da L.C 17/1997, dentre eles o art. 152, retirando das Varas da Fazenda Pública Estadual a competência para processar e julgar processos de interesses de empresas públicas e sociedades de economia mista, instituídas pelo Estado do Amazonas. Em razão disso, entendo que esta demanda deve prosseguir numa vara cível, porém não mais nesta Capital, já que o motivo material pelo qual ensejou sua redistribuição não mais existe. Ante o exposto, DECLARO a incompetência deste Juízo para processar e julgar a presente ação, pois fora cessada a incompetência ratione materiae alegada e, consequentemente, DETERMINO a remessa dos autos ao Juízo de da Comarca de Codajás, juízo natural da causa, com a devida baixa na distribuição. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FARREL RÊGO NOGUEIRA (OAB 8047/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0232332-84.2019.8.04.0001 (processo principal 0629346-05.2013.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: RENATO SANTOS DE ABREU - REQUERIDO: EUCATUR - Empresa União Cascavel de Transportes e Turismo Ltda. - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO EXTINTO o presente feito, sem resolução do mérito, ante a perda superveniente do objeto, nos termos do art. 485, VI, do Código de Processo Civil. Oportunamente, DÊ-SE baixa da distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: CECÍLIA COSTA DO AMARAL ALMEIDA (OAB 300946/SP), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: PAULO EDUARDO MELILLO (OAB 76940/SP), ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM) - Processo 0259886-72.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco PSA Finance Brasil S/A - Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM), ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0604533-35.2018.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: I.D.M. - REQUERIDA: R.G.L. - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar rescindido o contrato de locação e decretar em definitivo o despejo da Requerida, ratificando a liminar anteriormente deferida (fls. 27/28). Condeno a Ré a pagar em favor do Autor os encargos em atraso, ocorridos no período de ocupação do imóvel (12/06/2017 a 26/06/2018), bem como os aluguéis em atraso, até a data da desocupação do imóvel (26/06/2018), acrescidos de multa de mora de 10%, correção monetária conforme Portaria 1858/2016 - PTJ e juros de 1% ao mês, desde as datas dos respectivos vencimentos (art. 397 do CC). Condeno, ainda, a Requerida ao pagamento de custas, despesas processuais e honorários de advogado que fixo em 10% do valor atualizado da condenação, conforme artigo 85, § 2.º, Código de Processo Civil. AUTORIZO desde já o levantamento, em favor do Autor, no que se refere à quantia por ele depositada às fls. 22/24 a título de depósito-caução previsto no art. 59, § 1.º, da Lei do Inquilinato. P.R.I.

ADV: JONATHAN SOLON MELO NUNES (OAB 12119/AM), ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0605525-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Bernadeth Osório Nunes - REQUERIDO: Mediclab Serviços Médicos e Laboratoriais(Dr. Consulta) - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL HICLEI OLIVEIRA SANTOS (OAB 6577/AM), ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM), ADV: RAFAELA FERNANDA TIESCA MACIEL CHITTO (OAB 9265/AM), ADV: SIRLANE SOARES DE LIMA (OAB 5595/AM) -

Processo 0605529-72.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0608867-54.2014.8.04.0001) - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERIDO: LG ELETRONICS DA AMAZÔNIA LTDA e outro - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Autora/Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de 10 (dez) dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise do pedido de fls. 188/220.

ADV: BÁRBARA PRATA GORDIANO (OAB 10326/AM) - Processo 0607374-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Nadia Garcia Prata - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO EXTINTO o processo, sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VI do Código de Processo Civil. Por força do princípio da causalidade, CONDENO a Autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em 10% do valor da causa, devendo sua exigibilidade ficar suspensa em razão da concessão dos benefícios da gratuidade da justiça, nos termos do art. 98, § 3.º do CPC. Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: IVO DO ESPÍRITO SANTO BENTO (OAB 13896/AM), ADV: GILVAN GERALDO DE AQUINO SEIXAS (OAB 1497/AM) - Processo 0608174-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Adjudicação Compulsória - REQUERENTE: Luiz Carlos de Souza e Silva - Reporto-me a petição de fl. 111, no qual a parte Requerente informa que a matrícula do imóvel consta nas fls. 15/16, em documentos diversos, anexados a petição inicial, que está contido na cópia do contrato particular de compra e venda. Em que pese as informações prestadas pela parte Requerente, esclareço que o documento ao qual este juízo se refere é o inteiro teor da matrícula do imóvel que se pretende adjudicar e não apenas o número da matrícula. Como dito anteriormente, a jurisprudência pacificada pelo Superior Tribunal de Justiça é no sentido de que na Ação de Adjudicação Compulsória, o ato jurisdicional, para ser exequível, deve reunir todas as exigências previstas na Lei de Registros Públicos, e nas demais ordenadoras do parcelamento do solo, a fim de facultar o registro do título no cartório respectivo (REsp 1297784/DF). Dessa forma, INTIME-SE a parte Autora para juntar aos autos o inteiro teor da matrícula do imóvel (certidão narrativa), no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção. Após, com ou sem manifestação, façam-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: BRUNO CLÁUDIO ELESBÃO (OAB 7468/AM), ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0609306-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Israel Vieira Barros - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609794-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Vanusa Brasil Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0612503-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luzia do Carmo Gama Balbi - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Midway Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: TIAGO JOÃO SALLES BOTELHO (OAB 11873/AM), ADV: JOENILSON DOS SANTOS RODRIGUES (OAB 3178/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0614977-64.2017.8.04.0001 - Embargos de Terceiro Cível - Posse - REQUERENTE: Francisco Aldemir Feijó de Souza e outro - REQUERIDO: Banco Pan S/A e outro - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito, em virtude da perda superveniente do objeto, com fulcro no artigo 485, VI do Código de Processo Civil. Por força do princípio da causalidade, CONDENO os Embargantes ao pagamento de custas e honorários advocatícios arbitrados em 10% sobre o valor atualizado da causa, ficando a condenação suspensa, na forma do art. 98, § 3.º do Código de Processo Civil, em razão da concessão do benefício da gratuidade da justiça (fl. 65). Oportunamente, DÊ-SE baixa na distribuição e ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe. P.R.I.

ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM) - Processo 0616217-25.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Comércio e Indústria Equilibrio Ltda - Considerando a legitimidade das partes e em razão da transação atender e preservar aos seus interesses, HOMOLOGO o acordo de fls. 172/173 para que surta seus efeitos jurídicos e legais. Na forma do art. 922 do Código de Processo Civil, DETERMINO a suspensão do processo, até seu integral cumprimento, o qual deverá ser comunicado pelo Exequente, no prazo de 10 (dez) dias, a contar do cumprimento do item “7” (Festival Folclórico de Parintins do ano de 2022), independente de nova intimação, sob pena de dar-se por satisfeita a obrigação. Em caso de inadimplemento, o credor deverá requerer o prosseguimento da execução a partir de onde tiver cessado. A fim de dar cumprimento à decisão do Juízo da 16.ª Vara Cível e Acidentes de Trabalho (fls. 182/184), prolatada nos autos do processo n.º 0616217-25.2016.8.04.0001, que requereu resguardo de créditos, a serem recebidos pelo Exequente, em favor de Capricórnio Têxtil S/A, DETERMINO que o pagamento em espécie, referente ao item “3” do acordo, com data de pagamento em 13/07/2020, no valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais), seja depositado em juízo, vinculado a estes autos. EXPEÇA-SE carta precatória e ofício com aviso de recebimento para dar ciência ao Executado. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JÉSSIKA THAYS DO NASCIMENTO MARTINS (OAB 9252/AM) - Processo 0620726-91.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: J A F de Lima - De ordem, em razão da ausência de manifestação da parte interessada, encaminho os presentes autos para a baixa.

ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0621998-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Flávia Pereira Macedo - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Ressalto que a confecção do alvará está sujeita a pagamento, nos termos da Lei n. 4.408/2016 regulamentadora das custas judiciais no âmbito do Poder Judiciário e em conformidade com a Tabela 02 - Atos Processuais , item K, onde consta "Expedição de Alvará (POR ATO)", no valor de R$ 50,99 (cinquenta reais e noventa e nove centavos). Em razão disso, INTIME-SE o Requerente para providenciar o pagamento no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, com identificação do processo, no prazo de cinco dias. Comprovado o pagamento, expeça-se alvará para os devidos fins. Custas pagas (fls. 198/201). Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: ERNESTO ALVES DE SOUSA (OAB 401/AM), ADV: SÉRGIO MARINHO LINS (OAB 2414/AM), ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0623518-28.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Adjudicação Compulsória - REQUERIDA: Ela - Empresa Lider em Assessoria Ltda - I - INTIME-SE o Executado para proceder o pagamento das custas processuais à fl. 175, no prazo de 10 (dez) dias. II - Não ocorrendo pagamento voluntário, DEFIRO desde já o bloqueio de ativos financeiros via Sistema BacenJud. III - Neste caso, independente de nova intimação, o Executado terá 05 (cinco) dias para oferecer resposta, nos moldes do art. 854, § 3.º do CPC, a contar da data do bloqueio. IV - Na hipótese de não haver manifestação da parte Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5.° do CPC, DETERMINO a conversão da indisponibilidade em penhora e a transferência do montante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo. Cumpra-se.

ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0623597-65.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0623694-65.2017.8.04.0001) - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERIDA: Carmen Maria Teixeira Mancilha - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a ação de busca e apreensão (n.º 0623597-65.2017.8.04.0001) e, com fulcro no art. 546 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE a ação de consignação em pagamento (n.º 0623694-65.2017.8.04.0001) para declarar a Requerida/Consignante liberada tão somente da obrigação dos valores efetivamente depositados judicialmente nestes autos. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO o Autor/Consignado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil, já considerando as duas ações. Transitada em julgado a sentença, AUTORIZO o Autor/Consignado a levantar a quantia depositada nos autos (fl. 135 - autos da consignação). Translade-se cópia desta sentença nos autos da ação de consignação em pagamento em apenso (n.º 0623694-65.2017.8.04.0001). P.R.I.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM) - Processo 0623694-65.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que nos autos constam, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE a ação de busca e apreensão (n.º 0623597-65.2017.8.04.0001) e, com fulcro no art. 546 do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a ação de consignação em pagamento (n.º 0623694-65.2017.8.04.0001) para declarar a Requerida/Consignante liberada tão somente da obrigação dos valores efetivamente depositados judicialmente nestes autos. Por força do princípio da sucumbência, CONDENO o Autor/Consignado ao pagamento de custas e honorários advocatícios, que fixo em 10% do valor da causa, com fundamento no artigo 85, § 2.º, do Código de Processo Civil, já considerando as duas ações. Transitada em julgado a sentença, AUTORIZO o Autor/Consignado a levantar a quantia depositada nos autos (fl. 135 - autos da consignação). Translade-se cópia desta sentença nos autos da ação de consignação em pagamento em apenso (n.º 0623694-65.2017.8.04.0001). P.R.I.

ADV: BARTOLOMEU FERREIRA DE AZEVEDO JÚNIOR (OAB 4334/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM) - Processo 0629091-71.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Merronit Comercial Ltda. - K. L. Rent A Car - De ordem, fica intimada a parte autora para que promova diligências visando a citação/intimação, ou indique novo endereço, no prazo de 10 (dez) dias.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0633277-11.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos e examinados. Reporto-me ao petitório de fls. 949/952 em que o Requerente informa a dificuldade em manter-se em tratamento no Estado de São Paulo, bem como a inadimplência com relação à obrigação da Requerida, pois não efetua o pagamento do seu tratamento no instituto, o que só agrava sua situação, assim como a angústia de sua família. Ao final, requer: a) deferimento da vinda do Autor para Manaus-AM, com todo amparo médico e custeio por parte da empresa Ré; b) seja fornecido pela parte contrária todo o tratamento e suporte ao Autor nesta cidade, conforme recomendações de seu médico Dr. Beny Schmidt. Pois bem. DECIDO. Analisando as situações dificultosas pela qual está passando o Requerente, a falta de custeio por parte da Unimed Manaus do tratamento, bem como do relatório de necessidades dos serviços médicos apresentado pelo instituo o qual estava internado, entendo que esses agravamentos só foram possíveis em decorrência dos óbices criados pela Requerida, já que não vem custeando o tratamento corretamente, o que, ao menos, amenizaria o quadro do Autor. Nesse seguimento, em razão da liminar concedida pela Magistrada que me antecedeu de fls. 32/36 não ter sido revogado e, portanto, continua em vigência, a Ré ainda tem a obrigação liminar de manter o pagamento do tratamento mencionado, assim como o custeio do procedimento de retorno do Paciente para a Comarca de Manaus em decorrência da sua própria omissão ter resultado nessa nova necessidade. Ante o exposto, DEFIRO os pedidos dos itens "a" e "b" da petição de fls. 949/952, DETERMINANDO que a Requerida, no prazo de 72h, proceda com o amparo médico e custeie a vinda do Requerente para Comarca de Manaus-AM, bem como ao deslocar o mesmo para esta Comarca que então forneça todo o suporte e tratamento necessário, conforme recomendações do médico do Instituto Brazilian Medical Partners - BPM, Dr. Beny Schmidt, CRM n. 39610. Estabeleço multa no valor de R$5.000,00 (cinco) mil reais, até o limite de dez dias, em caso de descumprimento desta ordem judicial. EXPEÇA-SE mandado com urgência, sem custas de diligência ao Autor. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0634180-12.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Comércio de Frios Manaus Ltda - Tendo em vista que o presente feito encontra-se arquivado, de ordem, intimo a parte Exequente para recolher as custas de desarquivamento, nos termos da Portaria 116/17-PTJ, no valor de R$ 30,00 (trinta reais), via depósito ou transferência eletrônica, no Banco do Brasil, Agência 3053-8, Conta-Corrente 762.187-6, Cartório da 8.ª Vara Cível, CNPJ n.º 04.395.257/0001-40, identificando o número do processo, no prazo de dez dias. Após a comprovação nos autos, façam os autos conclusos para análise do pedido de fl. 57.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0635107-12.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A -

Conforme se infere dos autos, a execução encontra-se prejudicada em razão da não localização de bens passíveis de penhora. De acordo com o art. 921, III, do Código de Processo Civil, a execução é suspensa quando o devedor não possuir bens penhoráveis. Assim, DETERMINO a suspensão da execução pelo prazo de um ano, nos termos do § 1.º do art. 921 do CPC. Decorrido o anuênio sem qualquer requerimento visando o prosseguimento do feito, terá início a prescrição intercorrente e os autos permanecerão arquivados administrativamente, de acordo com o § 4.º da mesma norma processual. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM), ADV: ROBERTO CARLOS LEANDRO SOARES (OAB 7653/AM), ADV: ALESSANDRA GOMES DOS SANTOS (OAB 6938/AM) - Processo 0635502-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduarda Beatriz Afonso Luna - MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO - REQUERIDO: Condomínio Ideal Torquato - Vistos e examinados. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KAREN PRICILLA COELHO SANTANA (OAB 11459/AM), ADV: OLAVO DE ANGIOLIS SILVA (OAB 10920/AM) - Processo 0636257-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Edivaldo Vieira de Sousa - Vistos e examinados. Considerando a competência atribuída às Varas da Fazenda Pública para processar e julgar as ações em que forem demandados Estados-membros da Federação, conforme disposto no art. 152, V, da L.C 17/97, com alteração dada pela L.C. n.º 190/2018, declino da competência, ex vi do art. 64, §1.º, do CPC, e determino, por conseguinte, a remessa dos presentes autos a uma das Varas da Fazenda Pública, com a devida baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0640864-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Odila Julia Pimentel Passos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A ausência de contestação ou sua intempestividade importa em revelia e presunção de veracidade dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, II do Código de Processo Civil. "Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento". (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391).

ADV: ALEXANDRE OTÁVIO DE ARAÚJO LIMA (OAB 97679/RJ), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: MIRIAM REGINA CUNHA DUTRA (OAB 4869/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: PEDRO CAVALCANTI DE ALMEIDA ROCHA (OAB 200778/RJ), ADV: LUIZ ROBERTO STAMATIS DE ARRUDA SAMPAIO (OAB 50881/SP), ADV: ROSANA MALATESTA PEREIRA (OAB 96368/SP), ADV: SERGIO MAURICIO VALLE DOS SANTOS RIBEIRO (OAB 179094/RJ), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: WILSON GUILHERME BARBOSA GARCIA VARGAS (OAB 318871/SP), ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: ISADORA DUTRA REBELO (OAB 14574/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: FRED GERSON DE SOUZA PINHEIRO (OAB 8444/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM), ADV: MAURO ALLEN BEZERRA (OAB 2655/AM) - Processo 0642210-36.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Cta - Cleiton Táxi Aéreo Ltda - REQUERIDO: Allianz Seguros S/A e outros - LITSPASSIV: Armindo Inocencio Oliveira - ME - JOSÉ ROBERTO PINTO SERRÃO - ISRAEL ARCANGELO GOMES DE SOUZA e outros - Forte nas razões que precedem, conheço dos embargos e, no mérito, NEGO PROVIMENTO a estes. Intimem-se os apelados para, querendo, apresentar contrarrazões no prazo de 15 (quinze) dias. Após o prazo, determino a remessa dos autos ao E. Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas. Cumpra-se.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM), ADV: FABÍOLA VASCONCELOS MITOSO (OAB 4236/AM) - Processo 0642415-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sônia Maria Gomes Maia - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE TUTELA DE URGÊNCIA, para o fim de DETERMINAR a cessação dos descontos realizados no contracheque da Requerente, referentes aos valores de R$ 254,31, R$ 132,30 e R$43,62 descontados pelo Requerido. FIXO a multa de R$ 1.000,00 (um mil reais), por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a vinte vezes. DEFIRO à parte Autora os benefícios da justiça gratuita somente com relação às custas iniciais, ficando a seu cargo eventuais taxas e despesas processuais, nos moldes do art. 98, §5.º do CPC. DEFIRO ainda a inversão do ônus da prova na forma do CDC. CITE-SE/INTIME-SE o Requerido para oferecer Contestação no prazo legal, bem como para cumprimento da liminar. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO RODRIGUES (OAB 1542/AM) - Processo 0648469-76.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Leilane Rebouças de Lira - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ÂNGELA DE CARVALHO ARGENTA (OAB 9389/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: PAULA CRISTINA PAIVA APOLINÁRIO (OAB 11431/AM) - Processo 0649280-70.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Felipe Paiva Batista - Cristiane Paiva Batista - REQUERIDO: Latam Airlines Group S.a - Vistos e examinados. Trata-se de Ação de Indenização por Danos Matérias e Morais movido por Felipe Paiva Batista contra Latam Airlines Group S/A, ambos devidamente qualificados. A Requerente alega que, em síntese, embarcou no voo da empresa Requerida com saída de Santiago/Chile com chegada ao aeroporto de São Paulo/SP. Todavia, ao chegar na cidade supracitada, o autor não localizou sua bagagem na esteira. Oportunidade em que o Preposto da Requerida realizou uma suposta busca pela bagagem, porém sem sucesso. Em resposta, a Requerida sustenta que, empreendeu todos os esforços para localizar as malas do autor, entregando-a depois de dois dias após o desembarque. Ressaltando que só é considerada extraviada a bagagem após passado intervalo superior a trinta dias nos termos do artigo 35, § 2º, da Portaria n.º 676/GC-5, de 13 de novembro de 2000, da Agência Nacional de Aviação Civil (ANAC). Após à Réplica as partes foram intimadas para especificar provas que ainda pretendam produzir, oportunidade

em que o Requerido solicitou depoimento pessoal do autor, provas documentais já inseridos na contestação e apresentação de eventuais novos documentos relevantes ao desfecho da ação. Relatos no essencial. DECIDO. Verifico, pelo quadro fático, que a questão discutida nestes autos poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia, tendo em vista que os fatos alegados na exordial são incontroversos, visto que em sede de contestação a parte Ré limitou-se a fundamentar sua contestação alegando que este juízo deve aplicar a convenção de montreal e varsóvia em detrimento do código de defesa do consumidor, ou seja, a matéria é unicamente de direito. Conforme leciona a doutrina: Consoante Marinoni, Arenhart e Mitidiero, na obra "O Novo Processo Civil", publicado pela Revista dos Tribunais, São Paulo-SP, 2015, "o juiz tem o poder - de acordo com o sistema do Código de Processo Civil brasileiro -, quando os fatos não lhe parecerem esclarecidos, de determinar a prova de ofício, independentemente de requerimento da parte ou de quem quer que seja que participe do processo, ou ainda quando estes outros sujeitos já não têm mais a oportunidade processual para formular esse requerimento." (pag. 269). Asseveram, outrossim, que "se o processo existe para a tutela dos direitos, deve-se conceder ao magistrado amplos poderes probatórios para que possa cumprir sua tarefa" (pags. 269/270). Todavia, apesar do que expõe a doutrina, este Juízo observa que os fatos narrados na exordial estão esclarecidos, portanto, não há que se falar em verdade real ou eventual cerceamento de defesa, pois, como destinatário das provas, entendo como suficientemente instruída a ação para uma prestação jurisdicional final efetiva para as partes. Assim sendo, INDEFIRO os pedidos de fls. 133/134. Consequentemente, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo impugnação das partes, façam-me os autos conclusos para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 16477/CE), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: JONATHAN MIKE GONÇALVES DE CASTRO (OAB 410812/SP), ADV: DAVID SOMBRA PEIXOTO (OAB 1175A/AM) - Processo 0649860-03.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Analisando a minuta de acordo apresentada pelo exequente às fls. 93/101, verifico que a mesma encontra-se ilegível, bem como o arquivo correspondente a referida minuta não possui assinatura das partes, razão pela qual, deixo de homologar o acordo nessas condições. Por consequência, intime-se o Exequente para, no prazo de trinta dias, apresentar a minuta de acordo de forma legível e devidamente assinada por todas as partes, sob pena de ficar configurado o desinteresse processual e a consequente extinção do processo. Após o transcurso do prazo supramencionado, deverá o exequente dar a devida movimentação, independente de nova intimação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: JOSÉ LEITE NETO (OAB 6506/AM) - Processo 0653015-14.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alice da Silva Santos - REQUERIDO: Banco Bgn S.a - Por tais razões, verificadas as condições e requisitos para a concessão da tutela antecipada, nos termos do art. 300, caput, §2.º, do CPC, DEFIRO O PEDIDO DE ANTECIPAÇÃO DE TUTELA, para o fim de DETERMINAR que o Requerido se abstenha de descontar o valor de R$ 67,60 (sessenta e sete reais e sessenta centavos), referente ao contrato n. 51-829726321/18, junto ao benefício previdenciário provido pelo INSS para a Requerente. FIXO a multa de dois mil reais, por desconto realizado, para o caso de descumprimento da presente medida, limitada a trinta vezes. Oportunamente, INTIME-SE a Requerente para, no prazo de quinze dias, manifestar-se acerca da contestação e documentos, na forma dos arts. 350 e 351 do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JÚLIA XAVIER ROSA DA SILVA (OAB 405977/SP), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0653592-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: M.S.L. - REQUERIDO: H.A.M. - INTIME-SE a Requerida para, no prazo de cinco dias, proceder com o depósito ou pagamento direto à Genitora do Requerente, no importe de R$ 29.731,35 (vinte e nove mil, setecentos e trinta e um reais e trinta e cinco centavos), com comprovação nos autos, referente ao tratamento do Autor, dos meses de agosto e setembro, sob pena de penhora on-line. Cumpra-se.

ADV: ADILSON JOSÉ DA COSTA ALMEIDA FILHO (OAB 11094/AM), ADV: JESSICA MACIEL PASSOS (OAB 13808/AM), ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: MARÍLIA DIAS ANDRADE (OAB 14351/PA) - Processo 0655439-29.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Elizandra Gomes de Almeida - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A e outro - Ante o exposto, JULGO EXTINTA a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, II, do Código de Processo Civil. Expeça-se alvará para os devidos fins. Ato contínuo, encaminhem-se os autos à Contadoria para averiguação de eventuais custas pendentes. Havendo custas a serem pagas: I - INTIME-SE o Executado para proceder o pagamento das custas processuais, no prazo de dez dias. II - Não ocorrendo pagamento voluntário, DEFIRO desde já o bloqueio de ativos financeiros via Sistema BacenJud. III - Neste caso, independente de nova intimação, o Executado terá cinco dias para oferecer resposta, nos moldes do art. 854, § 3.º do CPC, a contar da data do bloqueio. IV - Na hipótese de não haver manifestação da Executada no prazo estabelecido, com base no art. 854, § 5.° do CPC, DETERMINO a conversão da indisponibilidade em penhora e a transferência do montante, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, à conta vinculada a este Juízo. Após, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM) - Processo 0656760-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Alberto Taveira de Souza - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancete financeiro da empresa; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM) - Processo 0656760-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Alberto Taveira de Souza - De ordem, intimo o autor para que no prazo de 15 (quinze) dias, emende a inicial, conforme arts. 287, 319 e 320 do CPC, juntando a procuração que constituiu sua Patrona.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0657061-12.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Ademais, mesmo sendo uma entidade supostamente sem fins lucrativos, bem verdade é que obtém lucro, apesar do nome, a Requerente é um colégio, ou seja, instituição de ensino. Acerca desses questionamentos, vejam-se jurisprudências: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME

DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). APELAÇÃO CÍVEL. Incidente de Impugnação à gratuidade de justiça. Sentença de procedência. Entidade filantrópica. Necessidade de comprovação da continuidade da situação de hipossuficiência. Precedentes. Prova dos autos que não traduz a atual situação financeira da pessoa jurídica. Aplicação do disposto na súmula de jurisprudência nº 481 do Superior Tribunal de Justiça. Manutenção da sentença. (TJ-RJ - APL: 0002197152018190212 RIO DE JANEIRO OCEANICA REGIONAL NITERÓI 1 VARA CÍVEL, Relator: PATRÍCIA RIBEIRO SERRA VIEIRA, Data de Julgamento: 14/11/2014, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2014). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancetes financeiros; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0657092-32.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Ademais, mesmo sendo uma entidade supostamente sem fins lucrativos, bem verdade é que obtém lucro, apesar do nome, a Requerente é um colégio, ou seja, instituição de ensino. Acerca desses questionamentos, vejam-se jurisprudências: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). APELAÇÃO CÍVEL. Incidente de Impugnação à gratuidade de justiça. Sentença de procedência. Entidade filantrópica. Necessidade de comprovação da continuidade da situação de hipossuficiência. Precedentes. Prova dos autos que não traduz a atual situação financeira da pessoa jurídica. Aplicação do disposto na súmula de jurisprudência nº 481 do Superior Tribunal de Justiça. Manutenção da sentença. (TJ-RJ - APL: 0002197152018190212 RIO DE JANEIRO OCEANICA REGIONAL NITERÓI 1 VARA CÍVEL, Relator: PATRÍCIA RIBEIRO SERRA VIEIRA, Data de Julgamento: 14/11/2014, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2014). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancetes financeiros; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0657116-60.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Ademais, mesmo sendo uma entidade supostamente sem fins lucrativos, bem verdade é que obtém lucro, apesar do nome, a Requerente é um colégio, ou seja, instituição de ensino. Acerca desses questionamentos, vejam-se jurisprudências: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). APELAÇÃO CÍVEL. Incidente de Impugnação à gratuidade de justiça. Sentença de procedência. Entidade filantrópica. Necessidade de comprovação da continuidade da situação de hipossuficiência. Precedentes. Prova dos autos que não traduz a atual situação financeira da pessoa jurídica. Aplicação do disposto na súmula de jurisprudência nº 481 do Superior Tribunal de Justiça. Manutenção da sentença. (TJ-RJ - APL: 0002197152018190212 RIO DE JANEIRO OCEANICA REGIONAL NITERÓI 1 VARA CÍVEL, Relator: PATRÍCIA RIBEIRO SERRA VIEIRA, Data de Julgamento: 14/11/2014, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2014). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancetes financeiros; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELEM (OAB 11987/AM) - Processo 0657138-21.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Ademais, mesmo sendo uma entidade supostamente sem fins lucrativos, bem verdade é que obtém lucro, apesar do nome, a Requerente é um colégio, ou seja, instituição de ensino. Acerca desses questionamentos, vejam-se jurisprudências: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). APELAÇÃO CÍVEL. Incidente de Impugnação à gratuidade de justiça. Sentença de procedência. Entidade filantrópica. Necessidade de comprovação da continuidade da situação de hipossuficiência. Precedentes. Prova dos autos que não traduz a atual situação financeira da pessoa jurídica. Aplicação do disposto na súmula de jurisprudência nº 481 do Superior Tribunal de Justiça. Manutenção da sentença. (TJ-RJ - APL: 0002197152018190212 RIO DE JANEIRO OCEANICA REGIONAL NITERÓI 1 VARA CÍVEL, Relator: PATRÍCIA RIBEIRO SERRA VIEIRA, Data de Julgamento: 14/11/2014, DÉCIMA CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 24/11/2014). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se o requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) balancetes financeiros; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

ADV: INGRID OLIVEIRA RODRIGUES (OAB 13258/AM) - Processo 0657145-13.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Elenir Silva de Oliveira Souza - Vistos e examinados. Em consulta ao Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que esse Processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da Ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do Processo n.° 0604047-16.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição, já que, na exordial de cada Processo estão mencionados partes, causas de pedir e pedidos diferentes. Deste modo, não há que se falar em distribuição por vinculação nos termos do art. 286, do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes Autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente/automática, em atenção ao princípio do juiz natural. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE SOUZA FILHO (OAB 8123/AM) - Processo 0657267-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Big Trading e Empreendimentos Ltda. - Vistos e examinados. Considerando que o requerente optou pelo pagamento de forma parcelada das custas iniciais, em até seis vezes, este deverá, mensalmente, apresentar a juntada de tais comprovantes, até a quitação do parcelamento, sob pena de extinção nos termos do art. 290 c/c 485, IV do CPC. Assim, intime-o para que recolha a primeira parcela das custas iniciais, no prazo de 15 (quinze) dias, com a devida comprovação nos autos. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0657329-66.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Vistos e examinados. CITE-SE o Requerido para oferecer contestação no prazo de quinze dias. Expeça-se carta para os devidos fins. Considerando a especificidade da demanda, deixo de designar audiência inaugural de conciliação, nos termos do inc. II, §4.º, do art. 334 do CPC. Cumpra-se.

ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0657470-85.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paola Pereira de Souza - Segundo o Superior Tribunal de Justiça, a presunção de hipossuficiência de declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Vejamos: "AGRAVO INTERNO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE EXECUÇÃO. ASSISTÊNCIA. JUDICIÁRIA GRATUITA. DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA. PRESUNÇÃO RELATIVA. NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO. REEXAME DE FATOS E PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. 1. É assente o entendimento nesta Corte, segundo o qual a presunção de hipossuficiência da declaração feita pelo requerente do benefício da justiça gratuita é relativa, sendo possível ao juiz exigir a sua comprovação. Precedentes do STJ. 2. O reexame de fatos e provas em recurso especial é inadmissível. 3. Agravo interno não provido." (Agint no Agint no REsp 1670585/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/03/2018, DJe 02/04/2018). Posto isso, com fulcro no art. 99, §2º do Código de Processo Civil, intime-se a requerente para, querendo, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos documentos probatórios: a) declaração de imposto de renda dos três últimos exercícios; b) os três últimos contracheques; c) extratos bancários, se houverem. Todos para fins de comprovação da necessidade concessão dos benefícios da justiça gratuita. Cumpra-se.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adilson José da Costa Almeida Filho (OAB 11094/AM)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Alessandra Gomes dos Santos (OAB 6938/AM)
Alexandre Otávio de Araújo Lima (OAB 97679/RJ)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Vanda Uchôa Izel Peres (OAB 2318/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Ângela de Carvalho Argenta (OAB 9389/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio de Souza Filho (OAB 8123/AM)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
BÁRBARA PRATA GORDIANO (OAB 10326/AM)
Bartolomeu Ferreira de Azevedo Júnior (OAB 4334/AM)
Bruno Cláudio Elesbão (OAB 7468/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Carlos Alberto Rodrigues (OAB 1542/AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Cecília Costa do Amaral Almeida (OAB 300946/SP)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Hiclei Oliveira Santos (OAB 6577/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 1175A/AM)
David Sombra Peixoto (OAB 16477/CE)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Ernani de Barros Gomes Filho (OAB 973/AM)
Ernesto Alves de Sousa (OAB 401/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola Vasconcelos Mitoso (OAB 4236/AM)
Farrel Rêgo Nogueira (OAB 8047/AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Fred Gerson de Souza Pinheiro (OAB 8444/AM)
Gilvan Geraldo de Aquino Seixas (OAB 1497/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Ingrid Oliveira Rodrigues (OAB 13258/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isadora Dutra Rebelo (OAB 14574/AM)
Ivo do Espírito Santo Bento (OAB 13896/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Jessica Maciel Passos (OAB 13808/AM)
Jéssika Thays do Nascimento Martins (OAB 9252/AM)
Joenilson dos Santos Rodrigues (OAB 3178/AM)
Jonathan Mike Gonçalves de Castro (OAB 410812/SP)
Jonathan Solon Melo Nunes (OAB 12119/AM)
José Leite Neto (OAB 6506/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Júlia Xavier Rosa da Silva (OAB 405977/SP)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Karen Pricilla Coelho Santana (OAB 11459/AM)
Laura Cid Vieira Belem (OAB 11987/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Roberto Stamatis de Arruda Sampaio (OAB 50881/SP)
LUMA DE CARLOS SOUZA MULLER (OAB 11762/AM)
MARIA ANTONIA ALVES BEZERRA AFONSO (OAB 10390/AM)
Marília Dias Andrade (OAB 14351/PA)
Mauro Allen Bezerra (OAB 2655/AM)
Miriam Regina Cunha Dutra (OAB 4869/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
OLAVO DE ANGIOLIS SILVA (OAB 10920/AM)
PAULA CRISTINA PAIVA APOLINÁRIO (OAB 11431/AM)
Paulo Eduardo Melillo (OAB 76940/SP)

Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Cavalcanti de Almeida Rocha (OAB 200778/RJ)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Rafaela Fernanda Tiesca Maciel Chitto (OAB 9265/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Carlos Leandro Soares (OAB 7653/AM)
Rosana Malatesta Pereira (OAB 96368/SP)
Sérgio Marinho Lins (OAB 2414/AM)
Sergio Mauricio Valle dos Santos Ribeiro (OAB 179094/RJ)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sirlane Soares de Lima (OAB 5595/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Tiago João Salles Botelho (OAB 11873/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Wilson Guilherme Barbosa Garcia Vargas (OAB 318871/SP)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RUTH HELENA MENDES MONTEIRO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0324/2019

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0604563-36.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Eunice de Souza Costa Miranda - REQUERIDA: Raphaela Penha Martins - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre as respostas dos sistemas Renajud de fls.113/114 e Bacenjud de fls.117/118, no prazo de 05 (cinco) dias.

Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)

9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0342/2019

ADV: ANTÔNIO EDUARDO GOUVEIA NUNES (ADVOGADO SUSPENSO - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 2349/AM), ADV: VANDERLÉIA ALVES BRITO (OAB 4784/AM), ADV: HORÁCIO ACÁCIO SEVALHO (OAB 2263/AM) - Processo 0213626-34.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Apolonio Souza de Melo - REQUERIDO: Rodolfo Ferreira de Magalhães - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida e “atualizada” com poderes especiais (levantamento de valores/alvarás).

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/AM) - Processo 0223618-87.2009.8.04.0001 (001.09.223618-0) - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Finasa S/A - O Requerente Banco Finasa S/A, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Busca e Apreensão/PROC em face de Paulo Jose Olimpio da Cunha, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls. 151, com o respectivo desbloqueio via renaju. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Havendo pendência em relação ao pagamento das custas judiciais, intime-se a parte desistente para, no prazo de 10 (dez) dias, fazer juntada do comprovante de pagamento. Não realizado pagamento, expeça-se certidão de crédito para fins de protesto, nos termos da Portaria nº 116/2017 c/c Provimento nº 228/2014. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa. P. R. I. C.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0225104-39.2011.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: BV Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Intime-se a parte Requerente pessoalmente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito e dar regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: THIAGO MACEDO CLAYTON (OAB 4804/AM), ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE) - Processo 0236891-02.2010.8.04.0001 (001.10.236891-1) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Ivone Lima dos Santos - Demétrio Bidá Júnior - EXECUTADO: Hospital São Lucas - Ante a informação prestada às fls. 802, oficie-se ao Banco Santander para, no prazo de 5 (cinco) dias, justificar o não cumprimento da solicitação de transferência às fls. 784 e regularizar o ato. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRÁULIO GHIDALEVICH (OAB 2248/AM), ADV: JOÃO PAULO BEZERRA DE FREITAS (OAB 12201/AM), ADV: ELIEL DE SOUZA VIEIRA (OAB 14037/AM), ADV: ANDREIA JOSEANE DE SOUZA MATTOS (OAB 12254/AM) - Processo 0601824-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Editora Ana Cassia S.a. - REQUERIDO: Thiago Monteiro da Silva - Intime-se a parte Requerente para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar réplica à contestação, contestação à reconvenção e manifestação quanto ao pedido de justiça gratuita solicitado pela parte Requerida. Após, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: JÚLIA GABRIELA TRINDADE DE MELO (OAB 8074/AM), ADV: MARIA FERNANDA VIANEZ DE CASTRO E CAVALCANTI (OAB 13000/AM) - Processo 0602962-29.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Luiz Alberto Teixeira - REQUERIDO: João Lobo dos Santos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (Intimação - R$ 65,00 reais), que deverá constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: PAULO SÉRGIO LOPES GONÇALVES (OAB 281005/SP) - Processo 0617349-20.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Rural - REQUERENTE: Banco da Amazonia S.A - Compulsando os autos verifico que a parte executada fora citada (fls. 232), porém, não apresentou embargos à execução e nem efetuou o pagamento voluntário. Desta forma, intime-se o exequente para que, no prazo de (05) cinco dias, providencie o recolhimento das custas, conforme portaria nº 116/2017. Recolhida as custas, determino o bloqueio de valores a ser efetivado em conta bancária da parte executada via BACENJUD. Realizada a consulta, intime-se a parte exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO DJAMES DA COSTA FURTADO (OAB 4533/AM), ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0619357-33.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - EXEQUENTE: Distribuidora Bringel Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM) - Processo 0619378-77.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620935-94.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0622412-55.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Conversão - REQUERENTE: Elisangela Souza Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a parte Requerente pessoalmente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito e dar regular prosseguimento do feito, sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO FELIPE SARAIVA DA SILVA (OAB 10242/AM), ADV: ALDINEI FERNANDES DE AZEVEDO (OAB 10642/AM), ADV: RENATA MACIEL SEABRA (OAB 12387/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0622778-94.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Angelita Silva de Souza - REQUERIDO: Iresolve Companhia Securitizadora de Creditos Financeiros S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CASSIO LEANDRO FREITAS MEIRA (OAB 137797/RJ), ADV: PEDRO LUIZ PIRES VAZ (OAB 103996/RJ), ADV: MÁRCIA MARINI DA SILVA (OAB 3105/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0625203-36.2014.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: MARINI REPRESENTAÇÕES DE PRODUTOS UIMICOS LTDA-ME - REQUERIDO: BELPARAÍBA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS DE BELEZA LTDA ME - LITSPASSIV: IMS Comercial e Industrial Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 491-511, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM), ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: ELIETE SANTANA MATOS (OAB 10423/CE) - Processo 0626918-45.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Defiro o pedido de fls.144 para determinar a suspensão dos presentes autos pelo prazo requerido de 120 dias, após o transcurso do prazo, manifeste-se o Requerente quanto ao prosseguimento do feito, independentemente de nova intimação, sob pena de extinção do feito sem resolução do mérito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0632648-37.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de consulta de bens da parte executada no sistema conveniado BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e ERIDFT, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM) - Processo 0634753-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Adalberto Soares Bonfim - O Requerente José Adalberto Soares Bonfim, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Procedimento Comum Cível/PROC em face de Instituto de Ginecologia e Obstetrícia do Estado do Amazonas - Igoam, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls. 111. Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Custas pagas pelo autor. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa. P. R. I. C.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0636290-47.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: H. - Defiro o pedido de penhora no sistema conveniado BACENJUD, após o devido recolhimento das custas processuais necessárias à efetivação das diligências, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de arquivamento dos autos. Realizadas as consultas, intime-se a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Cumpra-se.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0638688-35.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Maria de Fátima Aguiar Fernandes e outros - Em conformidade

com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (SIEL), nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como informe o nome completo da genitora da pessoa física a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: PATRÍCIA GURGEL PORTELA MENDES (OAB 5424/RN), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0639255-66.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Angélica Marques Nakauth - EXECUTADO: Banco Itaucard S/A - Intime-se a autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre o deposito efetuado pelo BANCO ITAUCARD S.A. Sob pena de arquivamento dos autos. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERREIRA E CHAGAS (OAB 1118/MG), ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: FURTADO & SOUZA ADVOCACIA (OAB 5798/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM) - Processo 0640601-47.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Wanderlane Melo Ferreira - REQUERIDO: Lojas Renner S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. E, ainda, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço está incompleto, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE) - Processo 0642672-22.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Eny de Oliveira Dácio - Trata-se de ação de instituição de passagem forçada cumulada com obrigação de fazer e não fazer e reparação por danos morais com pedido de tutela de urgência. Ademais, para concessão desta liminar, faz-se necessário analisar a “probabilidade do direito”, o “perigo na demora” ou o “risco ao resultado útil do processo”, requisitos estes insertos no corpo do próprio art. 300 do Código de Processo Civil. No que tange à probabilidade do direito, verifico seu preenchimento com a juntada do boletim de ocorrência de fls. 34, termo de declaração de fls. 44, fatura de cobrança às fls. 52 e vídeos inseridos no “pen drive”, provas essas que, em caráter sumário, dão verossimilhança às alegações formuladas na inicial de que a parte Requerente é possuidora do imóvel e está sofrendo turbação em sua posse. Acerca do perigo na demora, vislumbro a sua existência na medida que os atos de turbação demonstrados na exordial afetam, entre outros, o direito de vizinhança o direito ao sossego, à tranquilidade, à saúde e à vida, atos esses que carecem ser interrompidos de imediato. Diante do exposto, CONCEDO PARCIALMENTE a tutela de urgência pleiteada, determinando que a parte Requerida se abstenha de praticar atos de turbação em relação à posse da parte Requerente na fração do imóvel que a mesma reside; Se abstenha de praticar atos que afetem o direito de vizinhança e sossego na extensão do imóvel objeto da lide, até ulterior instrução processual e decisão deste juízo. Ademais, acaso haja somente uma única via de entrada/saída do referido imóvel, determino que a parte Requerida se abstenha de praticar atos que impeçam o direito de passagem da parte Requerente, até ulterior decisão deste juízo. Ressalte-se que para a efetividade desta tutela, requer colaboração mútua das envolvidas até que o juízo efetue a devida instrução processual, assim, ambas as partes devem, mediante colaboração, absterem-se de entrar em conflito em relação à posse de parte do imóvel e direito de passagem até a saída/entrada do mesmo. Acaso haja descumprimento das obrigações ora estipuladas, com a devida demonstração da violação das mesmas, as partes estão sujeitas à aplicação de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Por oportuno, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos essenciais, designo audiência de conciliação preliminar, nos termos do art. 334 do CPC, a ser realizada no CEJUSC-Cível no dia 09/12/2019, às 11 horas, e, em ato seguinte, providencie-se a intimação das partes e seus respectivos patronos para comparecimento ao ato, o qual se realizará no referido Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, localizado no 4º andar /setor 1 do Fórum de Justiça Ministro Henoch da Silva Reis. Dê-se ciência que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (Art. 334 § 8º do CPC). Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: CAROLINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 5963/AM) - Processo 0643271-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Patri Trinta e Quatro Empreendimentos Imobiliários Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JONATHAS MACIEL DE MENEZES (OAB 11140/AM) - Processo 0649323-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Wanda Carmem Marques Correa - O Requerente Wanda Carmem Marques Correa, nos autos devidamente qualificado e representado, ajuizou a presente Ação de Procedimento Comum Cível/PROC em face de Banco Industrial do Brasil S/A, igualmente qualificado, e, durante o trâmite do processo, ingressou com pedido de DESISTÊNCIA DA AÇÃO, conforme o petitório de fls.84 Nada a questionar, homologo a desistência requerida para que surta seus efeitos jurídicos e legais (artigo 200, parágrafo único, CPC) e, em consequência, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inciso VIII, do CPC. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito em julgado, ante a ausência de interesse recursal. Observadas as cautelas devidas, dê-se baixa. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0649359-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: J.S.S. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Requerente para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARIA HAYDÉE LUCIANO PENA (OAB 136059/SP) - Processo 0651755-96.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Disprofar Comercio Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GABRIEL LOPES MOREIRA (OAB 57313/RS) - Processo 0653609-91.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Ticket Soluções Hdfgt S/A - Intime-se a parte Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, regularizar o pagamento devido das custas inicias, bem como a juntada da Guia de Recolhimento Judicial ante a certidão de fls. 758, sob pena de cancelamento da distribuição. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0654535-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Iris Nascimento da Silva - Trata-se de Ação revisional de débito cumulada com indenização por Danos materiais em que a parte Requerente pleiteia a concessão do beneficio da Justiça Gratuita. Entendo por preenchidos os requisitos para concessão da benesse, portanto, Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Requerente, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Acautelo-me quanto a Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM) - Processo 0655801-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Joaquim Lima de Sousa - Trata-se de ação declaratória de negócio jurídico. Defiro a gratuidade. Visando resguardar o bem objeto da ação, determino a inclusão de restrição para "alienação" via RENAJUD até ulterior decisão judicial. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada

endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656536-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozinelia Santana de Brito - Defiro gratuidade da justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Requerente, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Aduz a parte Requerente que possui conta corrente com o Banco Requerido e ao analisar minuciosamente seu extrato bancário, constatou que desde outubro/2014 é cobrado mensalmente pela instituição financeira valores denominados "Cesta Fácil Econômica", os quais são debitados em sua conta corrente sem terem sidos contratados pela Requerente, bem como sem sua anuência e qualquer aviso prévio. Alega, ainda, que entrou em contato e buscou as devidas vias administrativas reiteradas vezes, sempre recebendo como resposta que a mesma não poderia cancelar o desconto relatado por telefone, mas sim teria que se dirigir à sua agência. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se ao Banco Bradesco S/A para que, no prazo de 15 (quinze) dias, suspenda os descontos intitulados "CESTA FÁCIL ECONÔMICA" até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em multa astreinte de R$ 500,00 (quinhentos reais) por desconto indevido a ser convertido em favor da parte Requerente. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 02/12/2019, às 10h 30min. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656545-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozinelia Santana de Brito - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0656536-30.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte requerida e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656552-81.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozinelia Santana de Brito - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0656536-30.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656850-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ozinelia Santana de Brito - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0656536-30.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte

requerida e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0656886-18.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos, observo que a parte autora não efetuou a juntada da guia de recolhimento e comprovante de pagamento das custas iniciais do processo. Isto posto, intime-se a parte autora para, no prazo de 5 (cinco) dias, emendar a inicial com a juntada dos documentos retromencionados, sob pena de cancelamento da distribuição. Decorrido o prazo retro, volte-me conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0657220-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Salim José Rodrigues de Medeiros - Defiro gratuidade da justiça. Aduz a parte Requerente que firmou contrato de empréstimo consignado, no ano de 2013, no valor de R$ 3.466,77, sendo parcelado de 96 (noventa e seis) prestações de R$92,52. No entanto, em 2019, percebeu desconto diverso do pactuado sob o nome “BMG CARTÃO” concomitante ao desconto do empréstimo. Alega, ainda, que reconhece o empréstimo pactuado, entretanto, desconhece o desconto ora impugnado. Aduz o Requerente que até a presente data fora descontado o montante de 68 (sessenta e oito) parcelas perfazendo o valor de R$ 5.954,59, no período entre fevereiro 2014 a setembro de 2019. Diante disso, a parte Requerente sentiu-se lesada e veio buscar amparo às portas do Poder Judiciário para tentar solucionar o impasse narrado. Vieram-me os autos conclusos. Decido. Pois bem, sem adentrar no mérito, nota-se neste momento processual, tratar-se de possível ilícito praticado pelo Banco Requerido, visto algumas práticas afrontosas ao direito do consumidor que facilmente já se pode identificar, como a venda casada, serviço não solicitado pelo consumidor e possível enriquecimento ilícito. A documentação juntada aos autos, bem como os fatos narrados pela parte Requerente, a mim apresentam-se suficiente para a concessão do benefício pleiteado. Dessa forma, defiro o pedido de antecipação de tutela, oficie-se á SEAD - Secretaria de Estado da Administração e Gestão para que se abstenha de efetuar descontos na folha de pagamento da parte Requerente (Matrícula 026.830-5 A) intitulado “BMG CARTÃO 10”, no prazo de 15 dias, até o deslinde da presente demanda, sob pena de incidir em crime de desobediência, além das responsabilização administrativa e civil do servidor encarregado pelo cumprimento da ordem judicial. Defiro a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º, VIII do CDC, ante a vulnerabilidade do consumidor, bem como sua hipossuficiência técnica e econômica. Ademais, nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, “o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos”. Diante disso, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, designo audiência de conciliação no CEJUSC - Cível para o dia 02/12/2019, às 11h. Dê-se ciência de que “o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Oficie-se. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0657428-36.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Deflui da análise da inicial que a liminar vindicada faz-se necessária diante da hipótese vertente, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das custas referentes às diligências requeridas, quais sejam: mandado de citação, com busca e apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da justiça gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo requerimento, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, tudo na forma do art. 4º do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Requerida para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, §2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, §3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se a parte requerida de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei nº. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei e apuração de responsabilidade processual. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0657515-89.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Uchôa Veículos Ltda - Trata-se de ação de despejo c/c cobrança de alugueis com pedido de tutela antecedente. A parte Requerente pugna pela desconsideração do requisito legal contido no art. 59, §1º da Lei 8.245/91, porém, seu embasamento jurídico não consta no rol da referida lei, nem nas hipóteses do art. 927 do CPC. Diante disso, falece motivos à concessão da liminar vindicada nos termos em que se encontram os autos. Assim, concedo o prazo de 15 (quinze) dias para a parte Requerente, querendo, adequar sua petição caso pretenda a análise da liminar vindicada. Ademais, proceda a secretaria na verificação do devido pagamento das custas iniciais, haja vista que a parte Requerente juntou comprovante de pagamento e guia de recolhimento judicial das custas iniciais, conforme documento de fls. 20-22, entretanto, compulsando o SAJ/PG5, verifico as custas iniciais “em aberto”. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0657525-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Barbara da Silva Marques - Trata-se de Ação Declaratória de Inexistência de Débito cumulada com Indenização por Danos Morais e Repetição do indébito, em que a parte Requerente pleiteia a concessão dos beneficios da Justiça Gratuita. Isto posto, verifico preenchidos os requisitos para concessão do beneficio retromencionado. Defiro a gratuidade. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte Requerente, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a

inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Acautelo-me quanto a Tutela de Urgência pleiteada pela parte Requerente, uma vez que verifico necessidade de maior dilação probatória. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado da parte Requerente e/ou Requerida à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte Requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pela parte Requerente - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, proceda-se ao imediato cancelamento da audiência designada, contando o prazo da contestação da data da manifestação da parte Requerida quanto à não realização da audiência. Em caso de a parte Requerida não ser encontrada no logradouro declinado na exordial e havendo solicitação da parte Requerente, autorizo desde já a pesquisa de novos endereços por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL (carecendo do nome da genitora). Intime-se a parte Requerente para o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada. Pagos os emolumentos, realizada a consulta e se positiva for, remetam-se os autos à Secretaria para renovação do ato citatório, mediante pagamento das custas para realização da diligência em cada endereço, cumprindo à Secretaria dar efetividade às diligências de citação nos endereços solicitados e, se for necessário, certificar o exaurimento das mesmas em todos os endereços encontrados para fins de validade da citação editalícia. Em ações possessórias que a parte Requerente não consiga qualificar o polo passivo da ação, nos termos do art. 319, II do CPC, por desconhecimento dos turbadores/esbulhadores, anote-se no mandado de citação/intimação que o oficial de justiça deverá solicitar a identificação dos turbadores/esbulhadores (número de RG/CPF), fazendo constar na certidão sua qualificação. Acaso a diligência de citação for realizada via mandado, faça-se constar no mandado que o oficial de justiça, quando por 2 (duas) vezes, procurar o citando em seu domicílio/residência sem o encontrar, deverá, havendo suspeita de ocultação, intimar qualquer pessoa da família ou, em sua falta, qualquer vizinho de que, no dia útil imediato, voltará a fim de efetuar a citação, na hora que designar. No dia e hora designados, o meirinho, independente de novo despacho, comparecerá ao domicílio ou à residência do citando a fim de realizar a diligência, deixando contrafé. A citação será efetivada ainda que a pessoa intimada esteja ausente ou tenha se recusado a receber o mandado, tudo nos termos dos arts. 252 e 253 do CPC. Realizada a citação por hora certa, deve a Secretaria enviar à parte Requerida, executada ou interessada, carta, telegrama ou correspondência eletrônica, dando-lhe de tudo ciência, nos termos do art. 254 do CPC. Na hipótese de esgotamento de tentativa de citação da parte demandada em todos os logradouros localizados nas pesquisas dos sistemas conveniados elencados no parágrafo anterior, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a parte Requerida, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado na rede mundial de computadores no sítio deste Tribunal de Justiça, no prazo máximo de 20 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 5 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Se a Defesa for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do CPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte requerente/reconvinda para que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, nos termos do art. 343, caput, do CPC. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de 15 (quinze) dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos para despacho para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para saneamento. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0657529-73.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria Pinheiro da Silva - Compulsando os autos, bem como o sistema de automação do Poder Judiciário - SAJ/PG5, verifico que o processo foi distribuído por dependência ao processo de nº.0651153-08.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, não se verifica relação entre os processos, tendo parte Requerente e objetos diferentes. Ademais, a parte Requerente não pleiteou distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam na reunião dos processos em questão. Ante o exposto, por não existir conexão entre as demandas, nos termos do Art. 286 do CPC, determino a remessa dos autos ao setor de distribuição processual para que se proceda a distribuição ordinária do feito. Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ALEXANDRE SILVEIRA DO NASCIMENTO (OAB 118432/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0714282-94.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a parte Requerente, tendo em vista a declaração de nulidade da sentença pelo tribunal ad quem, para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre o que entender de direito e dar regular prosseguimento do feito sob pena de extinção. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM) - Processo 0716476-67.2012.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: VIEIRA COMERCIO DE PRODUTOS ALIMENTICIOS - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIELEN CESTARI DA SILVA (OAB 7560/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0718709-37.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito Autoral - EXEQUENTE: Escritório Central de Arrecadação e Distribuição

- ECAD - EXECUTADA: Sete Serviços de Organizações de Feiras e Eventos Ltda/ ME - Ante a certidão de fls 305, intime-se a impugnante para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se nos autos. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho. Intimem-se. Cumpra-se.

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Aldinei Fernandes de Azevedo (OAB 10642/AM)
Alexandre Silveira do Nascimento (OAB 118432/MG)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Andreia Joseane de Souza Mattos (OAB 12254/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Eduardo Gouveia Nunes (ADVOGADO SUSPENSO - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 2349/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Bráulio Ghidalevich (OAB 2248/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carolina Ribeiro Botelho (OAB 5963/AM)
Cassio Leandro Freitas Meira (OAB 137797/RJ)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Danielen Cestari da Silva (OAB 7560/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/AM)
Eliel de Souza Vieira (OAB 14037/AM)
Eliete Santana Matos (OAB 10423/CE)
ELIZANDRA ZAMPERETI MARTINS (OAB 9332/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
ferreira e chagas (OAB 1118/MG)
Furtado & Souza Advocacia (OAB 5798/AM)
Gabriel Lopes Moreira (OAB 57313/RS)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 1053A/AM)
Horácio Acácio Sevalho (OAB 2263/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Paulo Bezerra de Freitas (OAB 12201/AM)
Jonathas Maciel de Menezes (OAB 11140/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Júlia Gabriela Trindade de Melo (OAB 8074/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Márcia Marini da Silva (OAB 3105/AM)
Márcio Djames da Costa Furtado (OAB 4533/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Maria Fernanda Vianez de Castro e Cavalcanti (OAB 13000/AM)
Maria Haydée Luciano Pena (OAB 136059/SP)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Gurgel Portela Mendes (OAB 5424/RN)
Paulo Felipe Saraiva da Silva (OAB 10242/AM)
Paulo Sérgio Lopes Gonçalves (OAB 281005/SP)
Pedro Luiz Pires Vaz (OAB 103996/RJ)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Renata Maciel Seabra (OAB 12387/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Thiago Macedo Clayton (OAB 4804/AM)
Vanderléia Alves Brito (OAB 4784/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0344/2019

ADV: HUMBERTO CHELOTTI GONÇALVES (OAB 8986/MS), ADV: ANSELMO MATEUS VEDOVATO JÚNIOR (OAB 9429/MS) - Processo 0203905-92.2010.8.04.0001 (001.10.203905-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Tork Amazonia Comércio de Máquinas Ltda - R.H. Defiro o pedido de citação por Edital na forma do art. do art. 830, §2 º do Código de Processo Civil. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, no prazo de 03 (três) dias, conforme artigo 829, caput, CPC/2015, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias, a que alude o art. 257, III, do CPC/2015, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, já fixados no importe de 10% sobre o valor da causa, conforme o art. 827, caput, do CPC/2015. Faça-se constar no encimado expediente que na hipótese do pagamento integral do numerário exequendo no prazo acima alinhavado, a verba honorária será reduzida pela metade (art. 827, §1º, CPC/2015). Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para pagamento, nos termos do artigo 231, IV, CPC/2015. Em caso de revelia, posto que transcorrido o prazo legal para apresentação de defesa (art. 915 - 15 dias), infiro que os efeitos da presunção de veracidade dos fatos assacados na prefacial não possam incidir na espécie, haja vista cuidar-se de citação ficta. Nesse prisma, determino a intimação pessoal do Órgão da Defensoria Pública do Estado do Amazonas (DPE/AM) (art. 186, §1º, CPC) , para que atue como curadora especial dos interesses do revel (artigos 257, IV, c/c 72, II e parágrafo único, CPC/2015). Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o exequente incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, CPC/2015. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, III do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: REBECA GODOI GUEDES DE OLIVEIRA (OAB 14161/PA), ADV: PEDRO DA SILVA GONÇALVES (OAB 13144/AM) - Processo 0227807-59.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0624663-12.2019.8.04.0001) (processo principal 0624663-12.2019.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosiane Videira de Souza - Intime-se a Autarquia Previdenciária, na pessoa de seu representante judicial, para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias, impugnar a execução, conforme redação do artigo 535, CPC, bem

como para que cumpra a obrigação de fazer constante na sentença prolatada. Em caso de impugnação por parte da Requerida, fixo, desde já, os honorários para a parte Requerente referente a fase de cumprimento de sentença em 10% com base no art. 87,§7º, c/c. 523, §1º, do CPC.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: FRANCISCO RÔMULO ARAÚJO CORRÊA (OAB 894/AM), ADV: MÁRCIO GREYK JOSÉ DE PAULA RAPOSO (OAB 6312/AM), ADV: ADRIANA LO PRESTI MENDONÇA (OAB 3139/AM), ADV: CAMILLA FERNANDA TUFI ALMEIDA (OAB 7024/AM), ADV: ALEXANDRE DE ALMEIDA (OAB 43621/RS), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: PAULO RODRIGUES DE ARRUDA (OAB 2685/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 927A/AM), ADV: ANTÔNIO FÁBIO BARROS DE MENDONÇA (OAB 2275/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM), ADV: CRISTIANO TRIZOLINI (OAB 192978/SP), ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: SOLANGE MONTEIRO DE SOUZA (OAB 2420/AM), ADV: CYLMAR PITELLI TEIXEIRA FORTES (OAB 107950/SP), ADV: ANDREA TEIXEIRA PINHO RIBEIRO (OAB 200557/SP), ADV: MAURO CARAMICO (OAB 111110/SP), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: ACÁCIO FERNANDES ROBOREDO (OAB 89774/SP), ADV: ROSELY CRISTINA MARQUES CRUZ (OAB 178930/SP) - Processo 0238033-75.2009.8.04.0001 (001.09.238033-7) - Falência de Empresários, Sociedades Empresáriais, Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Sunsix Industria Eletrônica Ltda - INTSSADO: Banco Indusval S/A - REDFACTOR FACTORING E FOMENTO COMERCIAL S.A. - Maoseg Segurança Patrimonial Ltda - DW Factoring Fomento Mercantil Ltda - Fundo Previdenciário em Créditos da Indústria Exodus I - ITAUTEC S A GRUPO ITAUTEC - Telemar Norte Leste S/A - Oi - Banco Daycoval S/A (Representado por Rosana Xavier) - Smart Modular Techonologies Indústria de Componentes Eletrônicos LTDA. - Raimundo Mendes Magalhães - ABC Fomento Mercantil Ltda. - KONICA MINOLTA BUSINESS SOLUTIONS DO BRASIL LTDA - RENOVA COMPANHIA SECURITIZADORA DE CREDITOS FINANCEIROS S.A. - Banco Itaú S/A - Banco Santander Brasil S/A - Fundo de Recuperação de Ativos - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios Não Padronizados e outros - Intime-se o perito nomeado para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste acerca da petição de fls. 1930/1931, requerendo o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: FERDINANDO DESIDERI NETO (OAB 7322/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0260833-29.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Rosa da Silva Lopes - REQUERIDO: Arruda's Comércio de Colchoaria e Representação de Calçados Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: RYLARA MARESSA ORAN BARROS DOS REIS (OAB 12212/AM), ADV: JANDER DOS SANTOS PAZ (OAB 10315/AM) - Processo 0603066-89.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXEQUENTE: Ionele Rosinda Rocha Guimarães - Jander dos Santos Paz - EXECUTADO: Banco Itauleasing S/A - R.H Arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTÔNIO PORTELLA DE MACÊDO (OAB 2039/AM), ADV: CLÁUDIA SULZBACH PORTELLA DE MACÊDO (OAB 9886/AM) - Processo 0605490-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Divino dos Santos Alves - Me - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud, ERIDFT), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM) - Processo 0607458-09.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: HELLEN MARIA PEREIRA DE ABREU - REQUERIDO: Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda. - ATO ORDINATÓRIO Processo n°: 0607458-09.2015.8.04.0001 Ação: Procedimento Comum Cível/PROC Requerente: HELLEN MARIA PEREIRA DE ABREU Requerido: Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda. Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da sentença de fls. 206, tendo em vista que os patronos desta, vide procuração de fls. 100/101, não constam na certidão de publicação de fls. 215. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) sentença de fls. 206 a 213, cujo teor segue abaixo: "Teor do ato: "Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos no ventre da demanda de rescisão contratual ajuizada por HELLEN MARIA PEREIRA DE ABREU, em face de Eridano Empreendimentos Imobiliários Ltda., com vistas a decretar a rescisão da promessa de compra e venda entabulada, bem assim condenar a ré a restituir à autora, de forma una e imediata, a integralidade do montante por esta despendido durante o desenlace contratual, acrescido de juros, desde a citação inicial, de correção monetária, a partir de cada desembolso efetuado. Condeno-a, outrossim, a ressarcir a requerente, de modo simples, do valor por esta desembolsado a título de comissão de corretagem, com juros desde a citação inicial e correção monetária a partir do efetivo pagamento. JULGO IMPROCEDENTES os demais pleitos. Havendo a parte requerente decaído de metade dos pedidos, condeno a requerida ao pagamento de metade das custas processuais, cabendo o restante à suplicante. Quanto aos honorários advocatícios, fixo a verba de patrocínio em 15% (quinze por cento) sobre o valor atualizado da condenação, com suporte no art. 85, §2º, do CPC, sendo que a requerente deverá providenciar o pagamento de metade de tal quantia aos patronos da ré, enquanto que a demandada ficará incumbida do adimplemento do restante ao causídico da autora. Na fase de cumprimento de sentença, deve ser observado: 1) os cálculos devem ser elaborados utilizando a ferramenta (planilha) disponível no site deste Tribunal (http://www.tjam.jus.br) acessando a opção Custas, Depósitos e Fianças Judiciais, depois a opção atualização de cálculos judiciais, ou, diretamente, por meio do seguinte endereçoeletrônico:(http://www.tjam.jus.br/index.php?option=com_chronocontactchronoformname=frm_calculadora_advogado); 2) os cálculos devem seguir os parâmetros previstos na Portaria nº 1.855/2016-PTJ, de 26/09/2016, deste E. Tribunal de Justiça. Após o trânsito em julgado, arquivem-se. Caso a parte interessada requeira o cumprimento da sentença após 1 (um) ano do trânsito em julgado, a intimação deverá ser feita na pessoa do devedor, por meio de carta com aviso de recebimento encaminhada ao endereço constante dos autos (art. 513, §4º, CPC). Em caso de recurso, nova conclusão somente após a publicação desta decisão. P.R. Intimem-se." Manaus, 15 de outubro de 2019. Nicole Santos Lima Matrícula: E048071

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0607732-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Expeça-se mandado de citação no endereço indicado à fl. 196.

ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB 419A/AM), ADV: GISELE CORREIA DOS SANTOS BATISTA (OAB A-419AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) -

Processo 0608463-03.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0611576-96.2013.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: José Conde da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em complemento ao despacho de fls. 183, cabe analisar o requerimento da parte autora de atualização dos honorários advocatícios desde a distribuição da ação, bem como de restituição do valor das custas. Indefiro o pedido de atualização de honorários desde a distribuição da ação, vez que, no caso, a condenação de honorários não foi feita sobre o valor da causa, mas sim fixada em valor certo (fls.139) - R$ 3.000,00 (três mil reais). Neste caso, a atualização deve ser da data da decisão que os arbitrou, conforme disposto no Manual de Cálculos Judiciais deste Tribunal de Justiça (item 3.3.3). Considerando que a parte ré depositou o valor dos honorários antes mesmo de iniciada a fase de cumprimento (fls.144-146), não há o que atualizar em relação aos honorários advocatícios. Quanto às custas, tem razão a parte autora. Entretanto, deve a parte autora/exequente, requerer o cumprimento de sentença em relação à restituição das custas processuais, instruindo seu pedido com demonstrativo discriminado e atualizado do crédito, nos termos do artigos 523 e 524 do CPC. Intimem-se.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0608674-68.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXEQUENTE: Alcina Raposo Passos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - DIANTE DO EXPOSTO, julgo extinta a presente execução, nos termos do disposto no artigo 924, inciso II do Código de Processo Civil.

ADV: ALINE DA SILVA TEIXEIRA (OAB 102427/RS), ADV: MÁRCIA MARIA DA SILVA (OAB 22104/RS) - Processo 0609993-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Mercedes-Benz do Brasil S/A - Proceda-se aobloqueiojudicialdecirculaçãodo veículo descrito na exordial pelo sistema informatizado Renajud, e expedição de novo mandado de citação, busca e apreensão para o endereço indicado, mediante pagamentodo valor referente a consulta eletrônica nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ e custas do Oficial de Justiça. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP) - Processo 0610809-48.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: WALTER JÚNIO ELESBÃO DA SILVA (OAB 11427/AM), ADV: BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM), ADV: LUIZ AUGUSTO DOS SANTOS PORTO (OAB 6168/AM) - Processo 0611338-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Wilson Miranda Lima - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KARLA ETELVINA OLIVEIRA MACHADO (OAB 13826/AM), ADV: LINCONL FREIRE DA SILVA (OAB 11125/AM), ADV: GLÁUCIO HERCULANO ALENCAR (OAB 11183/AM) - Processo 0612801-78.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Sana Distribuidora de Peças e Lubrificantes Ltda - Defiro o prazo adicional de 05 dias para recolhimento das custas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0612841-31.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO BRADESCO S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0615985-08.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial “praia dos Passarinhos” - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0616891-03.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Compulsando os autos verifico que às fls. 193, este juízo deferiu pesquisas nos sistemas BACENJUD/RENAJUD/INFOJUD . Verifico, ainda, que a parte Requerente recolheu custas suficiente para duas consultas (fls.199/200), sem contudo especificar quais. Intime-se a parte requerente para que no prazo de 05 (cinco) dias se manifeste, informando quais das consultas deferidas às fls. 193, deseja ver realizadas, ou para que complemente o recolhimento das custas caso deseja a realização de todas. Cumpra-se.

ADV: HUGO FERNANDES MARQUES (OAB 106674/SP), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 1213A/AM), ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0623945-15.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 64. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0624815-60.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Vistos etc. Cuida-se de demanda de busca e apreensão ajuizada, com base no art. 3° do Dec-Lei n° 911/69, com as alterações promovidas pela Lei n° 10.931/04, do bem indicado na inicial, o qual foi alienado fiduciariamente em favor do autor. Durante a tramitação do feito, foi deferida a busca e apreensão liminar, cuja efetivação ocorreu, conforme se infere do mandado colacionado aos autos. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação, nem requereu a purgação da mora. É o relato, brevíssimo. Decido. A ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a

produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Com esteio na prova documental carreada ao ventre dos autos pelo demandante, vislumbro que tanto o negócio jurídico bilateral, com cláusula de alienação fiduciária, quanto o inadimplemento do réu encontram-se sobejamente demonstrados, conforme apontam os documentos carreados à exordial. Pelo exposto, julgo procedente o pedido para consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida. Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros. P. R. I.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0625941-82.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - R.H. Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. As partes acostaram petição requerendo a homologação da avença celebrada extrajudicialmente. Por conseguinte, julgo extinto o processo, com resolução do mérito, ex vi do art. 487, III, “b” do CPC. Custas finais, se houverem, serão dividas entre as partes, nos termos do art. 90, §2º do CPC. Na sequência, suspendo o processo, ex vi do art. 313, caput e inciso II, do CPC. Decorrido o prazo necessário ao cumprimento do acordo, sem manifestação da parte interessada, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: SÉRGIO EDUARDO GOMES SAYAO LOBATO (OAB 28362/RS) - Processo 0627512-25.2017.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - EXEQUENTE: Brasil Norte Bebidas Ltda. (Manaus Refrigerante Coca Cola) - Indefiro o pedido de fls. 184, pois o prazo de suspensão solicitado é excessivo. Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0628468-46.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - EXEQUENTE: WANDRELEA DOS SANTOS MOREIRA - R.H. Defiro a antecipação de tutela pleiteada e determino que seja cumprida a decisão de fls. 255, no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitadas a 30 (trinta) dias multa. Determino à Secretaria intime via portal à Agência de Atendimento de Demandas Judiciais, com urgência, para fins de intimação e cumprimento da presente decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 130124/SP), ADV: MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 24129/GO), ADV: MARCUS VINÍCIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 1623A/MG) - Processo 0632477-51.2014.8.04.0001 - Monitória - Duplicata - REQUERENTE: BRF - Brasil Foods S.A. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud, Renajud, Infojud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0633294-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0633341-16.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporacoes Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0633703-52.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 137/138. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

ADV: JOÃO ROAS DA SILVA (OAB 98981/MG) - Processo 0634229-92.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Intermedium S/A - Proceda-se a consulta de endereços do executado por meio do Bacenjud.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313/AM) - Processo 0634777-15.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Verifico, que este Juízo já realizou pesquisas nos sistemas (Bacenjud, Infojud, Renajud e SIEL - da pessoa física), existindo endereços nos quais a parte Requerida não foi procurada: Rua José Augusto Queiroz, n 380, Alvorada II, CEP 69042-130, Avenida Djalma Batista 608, Chapada, CEP 69037-000; Rua 01 , N 80 c-01, Alvorada II, CEP 69042-130; Rua André Araújo, N 17, Aleixo Intime-se a parte requerente/exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias recolhas as custas referentes à citação por AR. Após o recolhimento das custas, expeça-se AR de citação. Em resultado reposta negativa dos correios (desde que por motivos diversos de ausente/ não procurado/ recusado), defiro, desde já a citação por edital, desde que recolhidas as custas referentes ao ato, não sendo a parte Autora beneficiária da Justiça Gratuita, tendo em vista que ignorado paradeiro da parte Requerida, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Em retornando os AR negativos por motivos de ausência/ não procurado/ recusado, cite-se por mandado/carta precatória, desde que recolhidas as custas referentes ao ato, não sendo a parte Autora beneficiária da Justiça Gratuita. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0634783-22.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a Defensoria Pública para atuar nos termos do art. 72, II do CPC.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0635095-90.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Intime-se a parte autora para que se manifeste, em dez dias, sob pena de extinção (art. 485, IV do CPC), de modo a viabilizar a citação por qualquer das modalidades previstas em Lei. No mesmo prazo, deverão ser recolhidas as custas para consultas eletrônicas de endereço ou expedição de carta/mandado, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: TARCISO DA COSTA FREIRE (OAB 10297/AM) - Processo 0635524-57.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Carlos Romero da Cruz Cerqueira - Intime-se a parte autora acerca dos termos do Art. 1º da Provimento 273/2016 CGJ/AM, (publicado no DJE do dia 09/06/2016), que determina o pagamento adiantado das custas referentes às despesas postais, para que efetue o recolhimento no prazo de 10 dias, sob pena de extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC, pois a citação constitui pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Comprovado o recolhimento das custas postais, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente, nos termos do art. 334 do CPC. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0636637-46.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: MANOEL ROMÃO DA SILVA (OAB 1432/AM), ADV: ALICE DE AQUINO SIQUEIRA E SILVA (OAB 4564/AM), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0637192-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Jumara Maria Guerreiro Pontes - REQUERIDO: Dodó Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR) - Processo 0639495-50.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: I. - Vistos etc. Cuida-se de demanda de busca e apreensão ajuizada, com base no art. 3° do Dec-Lei n° 911/69, com as alterações promovidas pela Lei n° 10.931/04, do bem indicado na inicial, o qual foi alienado fiduciariamente em favor do autor. Durante a tramitação do feito, foi deferida a busca e apreensão liminar, cuja efetivação ocorreu, conforme se infere do mandado colacionado aos autos. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação, nem requereu a purgação da mora. É o relato, brevíssimo. Decido. A ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Com esteio na prova documental carreada ao ventre dos autos pelo demandante, vislumbro que tanto o negócio jurídico bilateral, com cláusula de alienação fiduciária, quanto o inadimplemento do réu encontram-se sobejamente demonstrados, conforme apontam os documentos carreados à exordial. Pelo exposto, julgo procedente o pedido para consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida. Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros, e proceda-se a liberação do veículo por meio do sistema RENAJUD, caso conste nos autos o bloqueio efetivado. P. R. I.

ADV: ALBADILO SILVA CARVALHO (OAB A1161/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM) - Processo 0639837-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Distribuidora Bk Jr e outro - REQUERIDO: Nissan do Brasil Ltda e outros - O art. 1º, §2º da Portaria nº 2072/2016-PTJ, assim dispõe: "A impressão, o envio e o protocolo quando dirigidos a setores externos do Poder Judiciário Estadual fica a cargo da parte interessada, salvo situações específicas da Justiça Criminal e dos assistidos pela Defensoria Pública do Estado do Amazonas." Desta feita, intimo a parte interessada para que tome ciência do(s) documento(s) expedido(s) - ofícios 1360-1361 - , remeta-o(s) ao(s) seu(s) destinatário(s) e junte, nos presentes autos, o(s) respectivo(s) comprovante(s) de protocolamento. Caso o(s) referido(s) documento(s) seja(m) enviado(s) via postal, solicito ao responsável pelo envio que identifique o número do processo no(s) Aviso(s) de Recebimento (AR), possibilitando a juntada deste(s) no processo correto quando devolvido ao cartório.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0639964-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Benicio Galucio da Costa Barros - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, dentro do mesmo prazo, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: DANIEL DA SILVA COSTA JÚNIOR (OAB 99977/SP), ADV: LETICIA OKURA (OAB 352772/SP), ADV: FLAVIO VENTURELLI HELU (OAB 90186/SP), ADV: DAVI ALVES DE MACEDO (OAB 402090/SP) - Processo 0640203-42.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Mútuo - REQUERENTE: PSS - SEGURIDADE SOCIAL - R.H. Cite-se a parte requerida por edital, tendo em vista que ignorado seu paradeiro, na forma do art. 256, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Promova-se a publicação do edital na rede mundial de computadores, no sítio eletrônico do TJAM e na plataforma de editais do Conselho Nacional de Justiça, que deve ser certificada nos autos, nos termos do art.257, II do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único. Cumpra-se.

ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM), ADV: JOSÉ NEILO DE LIMA SILVA (OAB 5761/AM), ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM) - Processo 0640824-34.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kl Rente A Car - Intime-se o requerente, na pessoa de seu Patrono pelo DJE e pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: VANILDE MEDEIROS DA SILVA (OAB 12100/AM) - Processo 0640859-91.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Rodrigues Garcia - REQUERIDO: Televisao A Crítica Ltda (Tv A Crítica Canal 4) Programa Cidade Alerta - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta nas fls. 114-136, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0642805-98.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Infojud,), nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: WEBER DOS SANTOS RÊGO (OAB 4951/AM) - Processo 0646384-54.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Alques Comércio Representação Ltda. - Defiro a penhora no rosto dos autos do processo 0622901-84.2017.8.04.0015, em trâmite perante o 13º Vara do Juizado Especial Cível, até o valor de R$ 10.040,78, conforme planilha de cálculo (fls. 72). Expeça-se o necessário.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0647342-06.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Vistos etc. Cuida-se de demanda de busca e apreensão ajuizada, com base no art. 3° do Dec-Lei n° 911/69, com as alterações promovidas pela Lei n° 10.931/04, do bem indicado na inicial, o qual foi alienado fiduciariamente em favor do autor. Durante a tramitação do feito, foi deferida a busca e apreensão liminar, cuja efetivação ocorreu, conforme se infere do mandado colacionado aos autos. Devidamente citado, o réu não ofereceu contestação, nem requereu a purgação da mora. É o relato, brevíssimo. Decido. A ré, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo porquanto reconheço a revelia e, não incorrendo a demanda em nenhuma das hipóteses elencadas no art. 345, aplico-lhe a pena de confissão quanto à matéria de fato aduzida na vestibular, com estribo no art. 344, sem prejuízo da disposição a que alude o art. 346, todos do Digesto Processual Civil. Nesse soar, vislumbro ser prescindível a produção pelo autor de demais provas em audiência de instrução e julgamento, razão pela qual passo a proferir julgamento antecipado da lide, com lastro no art. 355, II, do CPC. Com esteio na prova documental carreada ao ventre dos autos pelo demandante, vislumbro que tanto o negócio jurídico bilateral, com cláusula de alienação fiduciária, quanto o inadimplemento do réu encontram-se sobejamente demonstrados, conforme apontam os documentos carreados à exordial. Pelo exposto, julgo procedente o pedido para consolidar na pessoa do autor o domínio e a posse plena do bem, tornando definitiva a liminar concedida. Condeno, por fim, a ré ao pagamento das custas processuais e honorários de advogado, que fixo em 10% sobre o valor atribuído à causa. Transitada em julgado a sentença, arquivem-se os autos com a devida baixa nos registros, e proceda-se a liberação do veículo por meio do sistema RENAJUD, caso conste nos autos o bloqueio efetivado. P. R. I.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0648958-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Carolina Potyguar de Souza Bizerra - Pelo exposto, presentes os requisitos legais, DEFIRO A TUTELA ANTECIPADA para determinar à parte ré que se abstenha de cortar o fornecimento de energia elétrica na UC discutida nos autos. Defiro a gratuidade da justiça, bem como a inversão do ônus da prova em favor do autor. No caso de descumprimento desta decisão pela parte ré, com fulcro nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC, após a intimação da parte ré desta decisão, fixo multa diária no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), até o limite de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), com fundamento no disposto nos artigos 536, § 1º c/c 537, caput, do CPC. Na sequência, observe-se o procedimento a seguir detalhado. DESIGNO AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO para o dia 16 de dezembro de 2019, às 9 horas, a qual será realizada no Centro Judiciário de Resolução de Conflitos - CEJUSC. Cite-se a requerida para que, querendo, compareça a audiência de conciliação, nos termos do art. 334 do CPC.

ADV: THALYTA VASCONCELOS DA SILVA (OAB 8649/AM), ADV: JOÃO AUGUSTO CORDEIRO RAMOS (OAB 5754/AM), ADV: ERICON MODESTO CORRÊA JUNIOR (OAB 7373/AM), ADV: ELENILCE COSTA DOS SANTOS (OAB 9590/AM) - Processo 0650251-21.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Enivaldo Lopes Lima - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de gratuidade da justiça requerido pelo autor. No entanto, defiro o pedido de parcelamento da custas iniciais em 6 parcelas mensais e sucessivas. Intime-se o requerente para que comprove o recolhimento da primeira parcela no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição. No mesmo prazo, deve o autor cumprir a determinação constante no primeiro parágrafo da decisão de fls. 29. Após, voltem-me conclusos para deliberação. Cumpra-se.

ADV: KEROLAYNE ROSAS LIMA DE QUEIROZ (OAB 14104/AM), ADV: JOSÉ NEILO DE LIMA SILVA (OAB 5761/AM), ADV: EDVAN ARAÚJO DE SOUZA (OAB 14411/AM) - Processo 0650695-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: KI Rente A Car - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: JULIANE DOS SANTOS SIMÕES PEREIRA (OAB 7624/AM) - Processo 0652238-29.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Labela Indústria e Comercio de Alimentos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0652597-42.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J Safra S/A - Intime-se o requerente para recolha as custas para expedição de mandado. Após, expeça-se mandado. Cumprida ou não a diligência, comunique-se ao juízo da Comarca de Careiro Castanho e arquive-se, sem nova conclusão.

ADV: CÍNTIA ROSSETTE DE SOUZA (OAB 4605/AM) - Processo 0652710-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Maria Desterro Pontes Nunes - Intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 dias, especifique o pedido de tutela final, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0652926-54.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Vistos, etc. Vieram-me os autos conclusos. A parte autora acostou a petição requerendo a desistência da demanda. Por conseguinte, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, VIII, do CPC. Custas pelo demandante, com estribo no art. 90, também do Diploma Processual Civil. Transitada em julgado a presente decisão, arquivem-se os autos com a baixa nos registros. P.R.I.C.

ADV: CARLOS MURILO LAREDO SOUZA (OAB 7356/AM) - Processo 0656752-88.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: Andrade GC Advogados - Cite-se o executado para, em 3 (três) dias, pagar o débito, sob pena de serem penhorados tantos bens quantos bastem para o pagamento do valor principal atualizado, incluindo-se custas e honorários advocatícios. Os honorários advocatícios correspondem a 10% do valor total da dívida. Entretanto, em caso de pagamento integral da dívida, os honorários serão reduzidos à metade (art. 827, pg. 1º, CPC), podendo eventualmente serem majorados na forma do do §2º do artigo anteriormente referido. Para citação, forneça a exequente os meios necessários (recolhimento da taxa para expedição de carta de citação, ou diligência do Oficial de Justiça, indicando inclusive onde serão realizadas), no prazo de 10 dias, sob pena de extinção. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Decorrido o prazo e não efetuado o pagamento, o Oficial de Justiça, munido da segunda via do mandado, procederá de imediato à penhora de bens e à sua avaliação, lavrando-se o respectivo auto, e de tais atos intimando o executado (art. 829, par. 1º do Código de Processo Civil). Se não localizar o executado, o Oficial de Justiça deverá arrestar tantos bens quantos bastem para garantir a execução, observando-se, após, os procedimentos do art. 830, par. 1º, do CPC. Em caso de o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Poderá o devedor, querendo, apresentar defesa, sob a forma de embargos, independentemente de penhora, depósito ou caução (art. 914), no prazo de 15 (quinze) dias, contados nos termos do artigo 231 e respectivos incisos. Em caso de execução em cujo pólo passivo haja mais de um executado, o prazo será contado individualmente. Os embargos à execução, via de regra, não terão efeito suspensivo (art. 919, caput, CPC), salvo em casos excepcionais, após apreciação e deferimento judicial, o que poderá vir a ser revogado, caso cessadas as justificativas para a concessão (art. 919, par. 2º, CPC). A eventual concessão do efeito suspensivo aos embargos oferecidos por um dos executados não suspenderá a execução contra os que não embargaram, quando o respectivo fundamento disser respeito exclusivamente ao embargante (art. 919, par. 4º). No prazo para embargos, o devedor, reconhecendo o crédito do exequente e comprovando o depósito de 30% (trinta por cento) do valor em execução, inclusive custas e honorários advocatícios, poderá requerer o pagamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% ao mês, observando-se, no mais, os termos do artigo 916 do Código de Processo Civil. No caso de citação por carta ou mandado infrutíferos, intime-se o exequente para que, no prazo de 10 dias, recolha as custas para consulta eletrônicas por meio do RENAJUD/BACENJUD/SIEL/INFOJUD ou indique novo endereço para citação com o recolhimento das custas correspondentes. Após, proceda-se à consulta de endereços do réu/s via Bacen/Renajud/Infojud/Siel e intime-se o exequente para que promova a citação em 10 dias, com a indicação do endereço para cumprimento da medida e o recolhimento das custas correspondentes, sob pena de extinção. Não serão aceitos pedidos de dilação de prazo para o recolhimento das custas, tanto para as consultas eletrônicas, quanto para expedição de carta/mandado, tendo em vista que o prazo de 10 dias é suficiente para tal. A inércia da parte autora ou o não recolhimento das custas para consultas eletrônicas ou expedição de carta/mandado, ensejará a extinção do feito, nos termos do art. 485, IV do CPC. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828 do CPC. Cumpra-se.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0657496-83.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGANTE: Oi Móvel S/A - À Secretaria para que junte as peças aqui produzidas nos autos principais, após, dê-se baixa.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0657507-15.2019.8.04.0001 - Habilitação - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Jorge Lucas Alves Moreira - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0657827-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - Intime-se, a parte interessada para que, no prazo de 10 (dez) dias proceda ao recolhimento antecipado das custas da diligência, caso não se trata de beneficiário(a) da justiça gratuita. Em não havendo comprovação de pagamento das custas da diligência, no prazo estabelecido, intime-se a parte requerente, pessoalmente, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, III, do CPC. Em havendo comprovação do pagamento, expeça-se o competente mandado, para o endereço informado às fls. 111. Ressalto que o art. 212, §2º, permite ao Oficial de Justiça cumprir, independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras o período de férias forenses, onde as houver, e nos feriados ou dias úteis fora do horário estabelecido neste artigo, observado o disposto noart. 5o, inciso XI, da Constituição Federal.

Acácio Fernandes Roboredo (OAB 89774/SP)
Adriana Lo Presti Mendonça (OAB 3139/AM)
Albadilo Silva Carvalho (OAB A1161/AM)
Alexandre de Almeida (OAB 43621/RS)
Alice de Aquino Siqueira e Silva (OAB 4564/AM)
Aline da Silva Teixeira (OAB 102427/RS)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
Andrea Teixeira Pinho Ribeiro (OAB 200557/SP)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Anselmo Mateus Vedovato Júnior (OAB 9429/MS)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Fábio Barros de Mendonça (OAB 2275/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BRUNNA BEZERRA COSTA RIBEIRO (OAB 12996/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camilla Fernanda Tufi Almeida (OAB 7024/AM)
Carlos Murilo Laredo Souza (OAB 7356/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cíntia Rossette de Souza (OAB 4605/AM)
Cláudia Sulzbach Portella de Macêdo (OAB 9886/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiano Trizolini (OAB 192978/SP)
Cylmar Pitelli Teixeira Fortes (OAB 107950/SP)
Daniel da Silva Costa Júnior (OAB 99977/SP)
Davi Alves de Macedo (OAB 402090/SP)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Edvan Araújo de Souza (OAB 14411/AM)
Elenilce Costa dos Santos (OAB 9590/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Ericon Modesto Corrêa Junior (OAB 7373/AM)
Ferdinando Desideri Neto (OAB 7322/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Flavio Venturelli Helu (OAB 90186/SP)
Francisco Rômulo Araújo Corrêa (OAB 894/AM)
Germana Vieira do Valle (OAB 927A/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB 419A/AM)
Gisele Correia dos Santos Batista (OAB A-419AM)
Gláucio Herculano Alencar (OAB 11183/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)

Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hugo Fernandes Marques (OAB 106674/SP)
Humberto Chelotti Gonçalves (OAB 8986/MS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
Jander dos Santos Paz (OAB 10315/AM)
João Augusto Cordeiro Ramos (OAB 5754/AM)
João Roas da Silva (OAB 98981/MG)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Neilo de Lima Silva (OAB 5761/AM)
Juliane dos Santos Simões Pereira (OAB 7624/AM)
Karla Etelvina Oliveira Machado (OAB 13826/AM)
Kerolayne Rosas Lima de Queiroz (OAB 14104/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Leticia Okura (OAB 352772/SP)
Linconl Freire da Silva (OAB 11125/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto dos Santos Porto (OAB 6168/AM)
Manoel Romão da Silva (OAB 1432/AM)
Márcia Maria da Silva (OAB 22104/RS)
Márcio Greyk José de Paula Raposo (OAB 6312/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Marco Antônio Portella de Macêdo (OAB 2039/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 130124/SP)
Marcus Vinícius de Carvalho Rezende Reis (OAB 1623A/MG)
MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS (OAB 24129/GO)
Maria Lucília Gomes (OAB 313/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Mauro Caramico (OAB 111110/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Paulo Rodrigues de Arruda (OAB 2685/AM)
Pedro da Silva Gonçalves (OAB 13144/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
REBECA GODOI GUEDES DE OLIVEIRA (OAB 14161/PA)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Rosely Cristina Marques Cruz (OAB 178930/SP)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rylara Maressa Oran Barros dos Reis (OAB 12212/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Sérgio Eduardo Gomes Sayao Lobato (OAB 28362/RS)
Sérgio Schulze (OAB 1213A/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Solange Monteiro de Souza (OAB 2420/AM)
Tarciso da Costa Freire (OAB 10297/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thalyta Vasconcelos da Silva (OAB 8649/AM)
Vanilde Medeiros da Silva (OAB 12100/AM)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walter Júnio Elesbão da Silva (OAB 11427/AM)
Weber dos Santos Rêgo (OAB 4951/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO KATHLEEN DOS SANTOS GOMES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0345/2019

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0624971-24.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: RAQUEL NATÁLIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA - REQUERIDO: ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. - HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Pelo exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos deduzidos no ventre da demanda de rescisão contratual ajuizada por RAQUEL NATÁLIA DE OLIVEIRA TEIXEIRA, em face de ESEPO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e HIBRIDE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., a fim de decretar a rescisão da promessa de compra e venda entabulada entre as partes, bem assim condenar as rés a restituírem à autora, de forma una e imediata, 80% (oitenta por cento) do montante por esta despendido durante o desenlace contratual, acrescido de juros, desde a citação inicial, e de correção monetária, a partir de cada desembolso efetuado. Havendo a requerente decaído de parte mínima do pedido, condeno as rés ao pagamento e custas e honorários advocatícios, estes fixados em R$ 2.000,00 (dois mil reais), com suporte no art. 85, §2º, do CPC. Intimem-se.

Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)

11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0231/2019

ADV: FERNANDA BARROUIN MELLO (OAB 204079/RJ), ADV: ALCINARA MARQUES DOS SANTOS (OAB 8665/AM), ADV: DJAMAI MOSCARIELLO FURNARI (OAB 4375/AM), ADV: ANA TEREZA PALHARES BASÍLIO (OAB 74802/RJ), ADV: ALEXANDRE MIRANDA LIMA (OAB 596A/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: LEILANE CINDY GOMES DE SOUZA (OAB 17584/PA) - Processo 0226786-29.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Carlos Reinaldo de Lima - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Vistos, Reporto-me ao petitório de fls. 698/699. Inicialmente, defiro o pedido de substituição do assistente técnico do Requerido que passará a ser o economista João Ricardo Uchôa Viana, conforme individualizado em fls. 698/699. Defiro igualmente a apresentação de quesitos suplementares pelo Requerido. Assim, determino que o Requerido junte aos autos referidos quesitos no prazo de 15 (quinze) dias, ex vi do art. 469 do CPC. De outra banda, no que pertine ao requerimento de acompanhamento de realização da prova pericial pelo assistente técnico, defiro igualmente referido pleito, em obediência ao disposto nos arts. 466, §2° e 474, ambos do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANTÔNIO CLÁUDIO PINTO FLORES (OAB A583/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: NADLA

CRISTINA LOPES FERNANDES (OAB 3256/AM), ADV: MILCYETE BRAGA ASSAYAG (OAB 5006/AM), ADV: GISELE BRITO DE AGUIAR (OAB 4918/AM), ADV: RENATA DE LIMA LIRA (OAB 798A/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM) - Processo 0240095-20.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rejane Freitas da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0610180-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0621102-48.2017.8.04.0001) - Notificação - Liminar - REQUERENTE: Maria das Neves dos Santos - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - TERCEIRO I: Cícero Pereira da Silva - Assim sendo, não visualizando omissão ou contradição que respalde a oposição dos presentes aclaratórios, decido por conhecer do recurso e, no mérito, lhes negar provimento. Por derradeiro, façam os autos conclusos para sentença. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615722-73.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PRISCILLA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 8623/AM) - Processo 0616126-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Aluizio Queiroz da Silva e outro - Vistos, etc Analiso o petitório em fls. 64/67. Nesse contexto, observo que os Autores não se desincumbiram por meio da juntada dos documentos às fls. 68/77, do integral cumprimento da determinação proferida em fl. 55, eis que apenas a segunda Requerente acostou aos autos a cópia de sua declaração de imposto de renda. Ademais, tais documentos evidenciam que os Requerentes apresentam aporte financeiro suficiente ao regular pagamento das custas processuais. Ante o exposto, decido por: a) indeferir o pedido em apreço, mantendo o indeferimento do beneplácito da justiça gratuita, consoante decidido em fls. 59/60; b) determinar que se intimem os Autores, pela derradeira vez, para promoverem o recolhimento das custas processuais, no prazo de 15 dias, sob pena de cancelamento da distribuição, ex vi do art. 290, do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: SELMA MARA SANTANA MOTA (OAB 5524/AM) - Processo 0617184-02.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Vetoh Materiais de Segurança do Trabalho Ltda - Epp - Vistos, Determino que se intime o Exequente para que comprove no prazo de 15 (quinze) dias, que João Virgílio é pessoa com poderes de gerência geral ou administração da empresa Executada, a fim de que seja expedido mandado de penhora a seu endereço, conforme assim dispõe o art. 248, §2°, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0621918-64.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0622843-65.2013.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - REQUERIDO: Paulo Roberto da Piedade Culto - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749/AM), ADV: MÁRCIA ANDRIGHETTI GAIO (OAB 65287/PR), ADV: MÁRCIA ANDRIGHETTI GAIO (OAB 926A/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0623006-45.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: LEANDRO MAURICIO LEÃO DO NASCIMENTO - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a autarquia previdenciária para tomar ciência do documento expedido às fls. 175/176, a fim de realize as providências necessárias.

ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 1095A/AM), ADV: CLÁUDIO DE SALLES PUPO DIAS (OAB 46062/DF), ADV: SAULO DE CASTRO CANTÉ PIMENTEL (OAB 11355/AM) - Processo 0624081-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Pontesclin Clínica Médica e Ondotológica Ltda - Epp - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Pontesclin - Clínica Médica e Odontológica Ltda - EPP em face de Erin Estaleiro Rio Negro Ltda. Intime-se a empresa Executada, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a empresa Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a empresa Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sisteemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se o Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito.

Transcorrido referido prazo "in albis", intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: GIOVANNI VIANA SALES REIS (OAB 11162/AM), ADV: FABRÍCIO DE MELO PARENTE (OAB 5772/AM), ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0624567-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Viviane Macedo de Andrade - REQUERIDO: Osmar Dias Teixeira Junior - Encerrada a fase postulatória do feito e sendo improvável a conciliação das partes neste momento processual, passo a sanear o processo, nos termos do art. 357, do CPC. Inicialmente, avalio a impugnação de gratuidade de justiça formulada pelo Requerido em contestação de fls. 106/116. Conforme se observa em decisão de fls. 67/68 a gratuidade da justiça concedida à Autora foi modulada, isentando-a tão somente quanto ao pagamento das custas iniciais. Desse modo, analisando os documentos juntados pelo Requerido com o fito de demonstrar sobre a abastada condição financeira da Autora, verifico que não são estes capazes de infirmar a decisão que modulou os efeitos da gratuidade de justiça; isso porque as fotos de viagens realizadas pela Autora não atestam sobre sua real situação financeira, considerando que não há comprovantes nos autos de que a própria Autora custeou as passagens e demais despesas. Ademais, os outros argumentos aduzidos pelo Requerido já foram analisados em decisão de fls. 106/116. Em assim sendo, decido por manter a decisão que modulou os efeitos da gratuidade de justiça à Autora. Adiante, fixo os seguintes pontos controvertidos que referem às questões de fato e de direito sobre as quais deverá recair a atividade probatória, de natureza documental, testemunhal e por depoimento das partes: a) sobre as razões pelas quais o Requerido estaria na posse do veículo Ford KA, placa PHM-0380; b) sobre se a posse exercida pelo Requerido consubstancia-se em justa ou injusta; e, c) da existência de obrigação de fazer entre as partes. No que pertine ao ônus da prova, decido por defini-lo nos termos do art. 373, I e II do CPC. Intimem-se as partes para apresentarem rol de testemunhas no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos dos art. 357, §4° e 450, ambos do CPC. Designo audiência de Instrução e Julgamento para o dia 28/01/2020, às 09:30 horas. Oportunamente, esclareço que nos termos do art. 455, CPC, cabe aos advogados das partes informarem ou intimarem as testemunhas por eles arroladas do dia, da hora e do local da audiência designada, dispensando-se a intimação do juízo. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0625248-06.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas (citação por edital) e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CLÁUDIA DA SILVA DAVID (OAB 4863/AM), ADV: WILLIAM DANIEL BRASIL DAVID (OAB 6796/AM), ADV: MILTON ANTÔNIO RIVERA REYES (OAB 9851/AM) - Processo 0625454-15.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Francisco Marcelino Malheiros e outros - REQUERIDO: Luis Antonio Cisneros e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e apresentada a proposta de honorários de fls. 918/922, intimo a parte requerida para que se manifeste, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MARCELO ABDON SOUTO KIZEM (OAB 2138/AM) - Processo 0625935-41.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Marcelino Porto dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM) - Processo 0626824-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 1067A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0628309-30.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud, SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: JULIANA PROBST (OAB 10633/AM), ADV: JOÃO BOSCO RAMOS BATISTA (OAB 2739/AM), ADV: PRISCILLA LOPES DE ALCANTARA (OAB 8615/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELAISE MOSS PORTELA (OAB 7689/AM), ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: CAROLINA FARIAS DE BARROS (OAB 8005/AM), ADV: MARCIO RECCO (OAB 138689/SP), ADV: JOSÉ EDUARDO VICTÓRIA (OAB 103160/SP), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0634076-88.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lecenira Soares Lima - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Unimed Paulistana Sociedade Cooperativa de Trabalho Médico - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: SÉRGIO PINHEIRO MÁXIMO DE SOUZA (OAB 135753/RJ) - Processo 0635688-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos arts. 319 e 320 do CPC. Em sendo assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do CPC. Contudo, à vista de que expresso pela Autora na exordial - fls. 02 e 17, sobre seu desinteresse em participar de audiência de conciliação e mediação, ex vi do art.319, VII, do CPC, certo é que poderá a Ré também manifestar seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada com 10 (dez) dias de antecedência da data aprazada ao referido ato - art.334, §5º do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM), ADV: MARA BIANCA ROCHA LINS (OAB 4006/AM) - Processo 0638333-59.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: CL COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO EIRELI-ME - REQUERIDO: Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por CL Comércio de Materiais de Construção EIRELI-ME em face de Faculdade Metropolitana de Manaus - FAMETRO. Intime-se a empresa Executada, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pela empresa Exequente, pena do acréscimo de multa de 10%

(dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso a Executada efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor da empresa Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se a empresa Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se a empresa Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se a Executada para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome da Executada, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo, desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome da devedora. Após, intime-se a empresa Exequente para que no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido o prazo “in albis”, intime-se pessoalmente a empresa Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito,sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRO GOMES DE LACERDA (OAB 389069/SP), ADV: LUCIMARA SAYURE MIYASATO (OAB 170863/SP) - Processo 0642816-93.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Instituto de Ciência e Educação de São Paulo - Compulsando os autos, verifico que a patrona da parte requerida não foi intimada do ato ordinatório de fls. 18. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência: “Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias. “

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM) - Processo 0654784-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perda da Propriedade - REQUERENTE: Partners Participações Ltda. - Vistos, Da análise da exordial, verifico que a Autora pleiteia, dentre outros, a condenação dos Réus ao pagamento do valor mensal de R$2.000,00 a contar de 31/10/2005, atualizado monetariamente a cada período de 12 (doze) meses, até a devolução efetiva do imóvel. Nesse contexto, vislumbro que se impõe emendar a exordial a fim de que a Autora indique o valor monetariamente corrigido até a data de propositura da ação que intenta cobrar dos Réus. Ante o exposto, determino que seja intimada a empresa Autora para que indique o valor, monetariamente corrigido, até a data de propositura da ação que intenta cobrar dos Réus, em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de indeferimento, ex vi do art. 321 do CPC. Por derradeiro, em caso de retificação do valor da causa, registro que deve ser observado o disposto no art. 292, inc. I, II e VI, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0654802-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jeferson Jesus de Castro - Vistos, etc Analisando os autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0649410-26.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, à despeito de as partes desta ação e daquela serem as mesmas, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que os objetos são divergentes. Ademais, a parte Requerente da demanda não pleiteou ocorresse distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: EULER PASSOS DE MOURA (OAB 6646/AM) - Processo 0655234-63.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: M.C.F.S. - Vistos, A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Com efeito, o citado beneplácito não se constitui mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. Desse modo, a comprovação de alegada hipossuficiência econômico-financeira perfaz-se por necessária. In casu, embora afirme hipossuficiência, constato que a Requerente não demonstra nos autos que preenche os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, o que vislumbro por indispensável. Ante ao exposto determino que seja intimada a Autora a fim de que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, para que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça ou acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LEON CÉZANE DA SILVA DE JESUS (OAB 10332/AM) - Processo 0655278-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Celiana Barros Martins - Vistos, A Constituição Federal, em seu art. 5º, LXXIV, preceitua que o Estado deve prestar assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovem insuficiência de recursos. Com efeito, o citado beneplácito não se constitui mera liberalidade do Estado colocada à disposição de quem não pretende arcar com o pagamento das custas processuais. Desse modo, a comprovação de alegada hipossuficiência econômico-financeira perfaz-se por necessária. In casu, embora afirme hipossuficiência, constato que a Requerente não demonstra nos autos que preenche os requisitos autorizadores à concessão do beneplácito da gratuidade, o que vislumbro por indispensável. Ante ao exposto determino que seja intimada a Autora a fim de que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e/ou outros documentos idôneos, para que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça ou acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL NEVES COSTA (OAB 225061/SP), ADV: FLÁVIO NEVES COSTA (OAB 153447/SP) - Processo 0656208-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - Vistos, Cuidam os presentes autos de Execução de Título Extrajudicial formulada por Banco Santander Brasil S/A em face de Antônio Raimundo da Silva, pessoa jurídica de direito privado e Antônio Raimundo da Silva, pessoa física. Verifico quanto ao preenchimento dos requisitos do art. 798, I do NCPC, ao observar que a petição inicial demonstra sobre a existência de título executivo extrajudicial consubstanciado em cédula de crédito bancário (fls. 18/23)

e demonstrativo de débito atualizado (fl. 33), bem como a comprovação do pagamento das custas iniciais (fls. 40/42). Assim, entendo como cumpridos todos os requisitos necessários ao prosseguimento do feito. Nesse contexto, determino que se intime o Exequente para que proceda ao prévio recolhimento das custas do Oficial de Justiça, conforme os termos da Portaria n.º 116/2017, de 23 de janeiro de 2017, disponibilizada no DJE de 23 de janeiro de 2017, a fim de que sejam citados os Executados. Diante da comprovação do pagamento, citem-se os Executados nos termos do art. 829 do NCPC, atentando-se para o que dispõe o art. 830 do NCPC. Fixo os honorários advocatícios do patrono da parte Exequente em 10% (dez por cento) sobre o valor da execução, nos termos do art. 827, do NCPC. Acaso se efetivem citação e penhora e transcorra in albis o prazo para embargar, intime-se o Exequente para postular o que bem entender no prazo de 10 dias. Acaso se realize apenas o arresto previsto no art. 830 do NCPC, intime-se o Exequente para lhe oportunizar agir na forma do art. 830, §2º, do NCPC. De outra banda, se a juntada do mandado executivo despontar o insucesso integral dos objetivos dessa diligência, intime-se o Exequente para se manifestar também em 10 dias. P.R.I.C.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0656564-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleia Santos Brandão - Vistos, Constato que a vestibular preenche os requisitos dos art. 319 e 320 do CPC. Outrossim, defiro a gratuidade da justiça, na forma do art. 98, § 1.º, do CPC. Ademais, quanto ao pedido de inversão do ônus da prova, decido por postergar sua apreciação para a ocasião do saneamento e de organização do processo, ex vi do art. 357, III, do CPC. Assim, determino sejam os autos encaminhados ao Centro Judiciário de Resolução de Conflitos (CEJUSC - CÍVEL), para cumprimento aos termos do art. 334 do CPC. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656568-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jeferson Jesus de Castro - Vistos, etc Analisando os autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0649410-26.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, à despeito de as partes desta ação e daquela serem as mesmas, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que os objetos são divergentes. Ademais, a parte Requerente da demanda não pleiteou ocorresse distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0656580-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jeferson Jesus de Castro - Vistos, etc Analisando os autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0649410-26.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, à despeito de as partes desta ação e daquela serem as mesmas, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que os objetos são divergentes. Ademais, a parte Requerente da demanda não pleiteou ocorresse distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656730-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Lauro Cardoso da Silva - Vistos, Passo ao exame de admissibilidade da demanda. Nesse contexto, verifico quanto à necessidade de o Autor demonstrar nos autos sua qualidade de segurado da Previdência Social. Ante aos exposto, determino seja intimado o Autor, por seus advogados, via DJE, para que no prazo de 15 (quinze) dias emende à inicial, acostando aos autos documento que demonstre sua qualidade de segurado da Previdência Social. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657075-93.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Em análise aos autos, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Exequente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, intime-se o Exequente, por seus advogados, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou, acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Int. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657100-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe ao Exequente emendar a inicial na medida em que não observo nos autos o demonstrativo de débito. Além disso, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Exequente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, intime-se o Exequente, por seus advogados, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou, acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Ademais, apresente o demonstrativo do débito em memória de cálculo detalhada e atualizada que contenha as parcelas e encargos, em igual prazo, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657123-52.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe ao Exequente emendar a inicial, na medida em que não observo nos autos o demonstrativo de débito. Além disso, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Exequente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, intime-se o Exequente, por seus advogados, para que comprove sua alegada hipossuficiência

econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou, acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Ademais, apresente o demonstrativo do débito em memória de cálculo detalhada e atualizada que contenha as parcelas e encargos, em prazo de até 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657217-97.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Em análise aos autos, verifico que se impõe ao Exequente emendar a inicial na medida em que não observo presente nos autos o demonstrativo de débito. Além disso, esclareço que a pessoa jurídica deve comprovar sua alegada insuficiência de recursos para fazer jus à gratuidade da justiça ou para a modulação de seus efeitos. Nesse contexto, registro ao Exequente que para as pessoas jurídicas não ocorre presunção relativa de veracidade de suas alegações, senão que a elas se impõe que comprovem nos autos sua alegada insuficiência de recursos. Nesse sentido, o NCPC incorpora a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e do Superior Tribunal de Justiça (STJ) sobre o tema; vale dizer, a Súmula, nº 481 do STJ que permanece plenamente em vigor. Em assim sendo, intime-se o Exequente, por seus advogados, para que comprove sua alegada hipossuficiência econômico-financeira, devendo juntar aos autos suas 03 (três) últimas declarações de imposto de renda e outros documentos idôneos, a exemplo de balancetes anexados de fluxo de caixa ou outros documentos contábeis atuais, a fim de que possa o Juízo analisar o pedido da gratuidade de justiça, ou, acaso opte por não comprovar sua alegada insuficiência de recursos, efetue o pagamento integral das custas iniciais, tudo em prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição, conforme estabelece o art. 290 do CPC. Ademais, apresente o demonstrativo do débito em memória de cálculo detalhada e atualizada que contenha as parcelas e encargos, em prazo de até 15 (quinze) dias, pena de indeferimento. Int. Cumpra-se.

ADV: MARLI INACIO PORTINHO DA SILVA (OAB 150793/SP) - Processo 0657273-33.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Vistos, Cuidam os presentes autos de ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária formulada por B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento em face de Maria de Fátima da Silva Barbosa. Comprovada a celebração de contrato com alienação fiduciária (fls. 24/25) e sumariamente demonstrado o inadimplemento da Requerida (fl. 31), concedo liminarmente a busca e apreensão do bem individualizado na inicial, nos termos do art. 3.º do Decreto-Lei n.º 911/69. Após o cumprimento da liminar, intime-se a Ré para no prazo de 05 dias pagar a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados na inicial pelo Banco Autor, hipótese na qual o bem será restituído àquele livre de ônus, consoante o art. 3.º, §2.º, do referido Diploma Legal. Também em ato contínuo, cite-se a Ré para responder à ação no prazo de 15 dias, contado a partir da juntada aos autos do mandado de citação devidamente cumprido, resposta cabível ainda que se tenha providenciado o pagamento acima referido, caso entenda ter havido pagamento a maior e deseje restituição, de acordo com o art. 3.º, §§3.º e 4.º, desse Decreto-Lei. Esclareço que apenas após o eventual decurso desse prazo de 05 dias sem a purgação da mora acima aludida, é que a liminar ora concedida ensejará a consolidação da propriedade e da posse plena e exclusiva do bem no patrimônio do Banco Autor, na forma do art. 3.º, §1.º, do Decreto-Lei n.º 911/69. Expeça-se o competente mandado na forma da Lei após a comprovação do pagamento das custas da diligência, conforme o disposto na Portaria 116/2017 (publicada no DJE do dia 23/01/2017). Por fim, caso a Ré não logre ser citado, intime-se o Banco Autor para viabilizar a medida em 10 dias; e, caso o bem alienado fiduciariamente não seja encontrado ou não se ache na posse da Requerida, intime-se o Banco Autor para, em 10 dias, indicar novas diligências aptas à efetivação da liminar ou para requerer a conversão do pedido de busca e apreensão, nos mesmos autos, em ação de execução. Transcorrido o prazo de 30 dias após o decurso in albis do prazo de manifestação do Requerente, intime-se pessoalmente para manifestar interesse no prosseguimento do feito em 5 dias, sob pena de extinção processual. Por derradeiro, verifico que o Exequente revela o inadimplemento de prestações vencidas e vincendas de modo a totalizar a dívida pendente no montante de R$ 17.844,40. Contudo, a quantia atribuída à causa foi de R$ 31.088,62. Ante o exposto, retifico de ofício o valor da causa para R$ 17.844,40 (dezessete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e quarenta centavos), o que faço com fulcro no art. 292, §3.°, NCPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0657453-49.2019.8.04.0001 - Alvará Judicial - Lei 6858/80 - Levantamento de Valor - REQUERENTE: Augustinho Ayres Nakamine - Vistos, A Lei Complementar n.º 17/97, recentemente alterada pela Lei Complementar n.º 178/2017, que trata da organização judiciária do Estado do Amazonas, estabelece que a competência para o julgamento das causas que versam sobre pedidos de alvará requeridos com fundamento no Decreto n.º 85.845/81 é da Vara de Família, ex vi do art.154, inc. V da LC n.º 17/97. No vertente caso, constato que o Requerente busca a liberação de valores do PIS/PASEP e de contas bancárias depositados em conta da de cujus, de quem é genitor. Em assim sendo, o Decreto n.º 85.845/81, que regulamenta a Lei n.º 6.858/80, dispõe que os saldos das contas individuais do Fundo de Participação PIS/PASEP e saldos de contas bancárias, submetem-se a sua regulamentação, ex vi do art. 1.º, parágrafo único, inc. III e V, do referido Decreto, de modo a atrair a competência do juízo de família. Nesse contexto, declino da competência deste juízo a uma das Varas de Família desta comarca, com fulcro no art.154, inc. V da LC n.º 17/97, determinando ocorram providências através do setor de Distribuição Processual. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0657572-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jeferson Jesus de Castro - Vistos, etc Analisando os autos e consultando o Sistema de Automação da Justiça - SAJ, verifico que o presente processo foi distribuído por dependência ao processo de n.º 0649410-26.2019.8.04.0001 por suspeita de repetição de ação. Entretanto, à despeito de as partes desta ação e daquela serem as mesmas, não se verifica relação entre os referidos processos, uma vez que os objetos são divergentes. Ademais, a parte Requerente da demanda não pleiteou ocorresse distribuição por dependência. Logo, no caso vertente, não se verificam motivos que ensejam a reunião dos processos em questão. Ante o exposto e por não existir conexidade entre as demandas, nos termos do art. 286 do CPC/2015, determino ocorra a remessa dos autos ao setor de Distribuição Processual, a fim de que se proceda a distribuição ordinária do feito. Providências legais. Int. Cumpra-se.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0715557-78.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: CARLOS CLEOMIR DE SOUZA PINHEIRO - Vistos, Cuidam os presentes autos de Cumprimento Definitivo de Sentença formulada por Carlos Cleomir de Souza Pinheiro em face de Tony Cleoson de Alencar Ladislau. Em análise aos autos, defiro o início do referido Cumprimento Definitivo de Sentença com base no demonstrativo de fl. 124, pois que apresenta cálculo condizente com os termos da condenação e com a jurisprudência pátria sobre o tema. Portanto, determino que se intime o Executado, a fim de que no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da sentença, no valor indicado pelo Exequente, pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento) e honorários também de 10% (dez por cento). Acaso o Executado efetue o pagamento integral da dívida, defiro a expedição de alvará em favor do Exequente. Após, dê-se baixa e arquivem-se os autos. Efetuado o pagamento parcial, a multa e os honorários incidirão sobre o restante, nos moldes do art. 523, §2º, do NCPC, consignando-se que o prazo para impugnação contar-se-á a partir do depósito parcial. Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, iniciar-se-á o prazo de 15 (quinze) dias para o oferecimento de impugnação ao cumprimento de sentença, ex vi

do art. 525 do NCPC. Oferecida a impugnação, certifique-se sua tempestividade, bem assim o pagamento de custas processuais sobre o valor da execução. Ultimadas tais providências, intime-se o Exequente para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias. Em caso de não recolhimento ou ainda de adimplemento a menor das referidas custas, voltem-me os autos conclusos. Transcorrido o prazo para pagamento voluntário, intime-se o Exequente para que apresente no prazo de 05 (cinco) dias, memória atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, §1º, do CPC, bem como recolha, em igual prazo, os emolumentos pertinentes à consulta ao sistema BACENJUD, conforme os termos da Lei nº4.408/2016 e da tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ. Com a juntada, proceda-se à penhora por meio do BACENJUD, na forma do art. 854 do CPC. Efetivado o bloqueio, intime-se o Executado para se manifestar no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 525, §11, do CPC. Na hipótese de insuficiência da penhora e desde que pagos, no prazo de 05 (cinco) dias, os emolumentos processuais concernentes à consulta aos sistemas mencionados, conforme assim dispõe a Lei n. 4.408/2016 e a tabela de custas consolidada pela Portaria nº116/2017-PTJ, efetue-se a pesquisa de bens em nome do Executado, por meio dos sistemas INFOJUD e RENAJUD. Autorizo desde logo, ocorra a constrição, através do RENAJUD, de eventuais veículos existentes em nome do devedor. Após, intime-se o Exequente para que, no prazo de 05 (cinco) dias, requeira o que entender de direito. Transcorrido referido prazo "in albis", intime-se pessoalmente o Exequente, bem assim seu patrono via DJE, para que se manifeste sobre o interesse na continuidade do feito, sob pena de extinção da fase de cumprimento de sentença, nos termos do art. 485, inc. III, do CPC. Int. Cumpra-se.

Alcinara Marques dos Santos (OAB 8665/AM)
Alexandre Miranda Lima (OAB 596A/AM)
Alexandro Gomes de Lacerda (OAB 389069/SP)
Ana Tereza Palhares Basílio (OAB 74802/RJ)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB A583/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
Carolina Farias de Barros (OAB 8005/AM)
Cláudia da Silva David (OAB 4863/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 1095A/AM)
Cláudio de Salles Pupo Dias (OAB 46062/DF)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749/AM)
Djamai Moscariello Furnari (OAB 4375/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Elaise Moss Portela (OAB 7689/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Euler Passos de Moura (OAB 6646/AM)
Fabrício de Melo Parente (OAB 5772/AM)
Fernanda Barrouin Mello (OAB 204079/RJ)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Flávio Neves Costa (OAB 153447/SP)
Giovanni Viana Sales Reis (OAB 11162/AM)
Gisele Brito de Aguiar (OAB 4918/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Bosco Ramos Batista (OAB 2739/AM)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
José Eduardo Victória (OAB 103160/SP)
JULIANA PROBST (OAB 10633/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Cid Vieira Belém (OAB 11987/AM)
Leilane Cindy Gomes de Souza (OAB 17584/PA)
Leon Cézane da Silva de Jesus (OAB 10332/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Lucimara Sayure Miyasato (OAB 170863/SP)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Mara Bianca Rocha Lins (OAB 4006/AM)
Marcelo Abdon Souto Kizem (OAB 2138/AM)
Márcia Andrighetti Gaio (OAB 65287/PR)
Márcia Andrighetti Gaio (OAB 926A/AM)
Marcio Recco (OAB 138689/SP)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Marli Inacio Portinho da Silva (OAB 150793/SP)
Milcyete Braga Assayag (OAB 5006/AM)
Milton Antônio Rivera Reyes (OAB 9851/AM)
Nadla Cristina Lopes Fernandes (OAB 3256/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscilla de Oliveira Gomes (OAB 8623/AM)
Priscilla Lopes de Alcantara (OAB 8615/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raphael Neves Costa (OAB 225061/SP)
Renata de Lima Lira (OAB 798A/AM)
Roberto Venesia (OAB 1067A/AM)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Saulo de Castro Canté Pimentel (OAB 11355/AM)
Selma Mara Santana Mota (OAB 5524/AM)
Sérgio Pinheiro Máximo de Souza (OAB 135753/RJ)
William Daniel Brasil David (OAB 6796/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)

12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0237/2019

ADV: DENISE MOURA MACEDO DA SILVA (OAB 4464/AM), ADV: ANDRÉA TATTINI ROSA (OAB 210738/SP), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITO BRITO (OAB 50918/PR), ADV: FERNANDO BORGES DE MORAES (OAB 446A/AM), ADV: DIOGO CEZAR DOS SANTOS FEUSER (OAB 749A/AM), ADV: RACHEL NASCIMENTO CÂMARA DE CASTRO (OAB 5732/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 1733E/AM) - Processo 0206949-22.2010.8.04.0001 (001.10.206949-3) - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jose Milton Maia Rabelo - REQUERIDO: EMPRESA UNIÃO CASCAVEL DE TRANSPORTES E TURISMO LTDA (EUCATUR) - Companhia Mutual Seguradora - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca da petição do requerido, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RICARDO DE CARVALHO TORRES (OAB 7917/AM) - Processo 0600154-90.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: MARIVALDO CARLOS DA SILVA - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM), ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM) - Processo 0600721-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francisco das Chagas Torres Lins - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM) - Processo 0601662-66.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601706-56.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a parte interessada para manifestar-se sobre o Aviso de Recebimento de fls. retro recebido por terceiro, no prazo de 5 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601815-36.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ) - Processo 0603397-37.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Raimundo Araújo Fontes - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal (is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 04/11/2019, a partir das 8:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: FABRÍCIO GUERRA FURTADO (OAB 346A/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB 229A/AM), ADV: RITA DE CÁSSIA FERREIRA DE LUCENA (OAB 5107/AM), ADV: MARIA ROSA SOARES DE LIMA ÁVILA (OAB 4086/AM), ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0608353-04.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: CELSO GONÇALVES DOS SANTOS e outros - REQUERIDO: José Ricardo Ferreira Nobre - ALESSANDRO GUERRA FURTADO e outros - LITSPASSIV: Cartório do 1º Ofício do Protestos de Letras de Manaus/AM (novo endereço) - Requeiram as partes o que entenderem de direito. Intimem-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: LUIZ FELIPE VILHENA RODRIGUES (OAB 10418/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0609068-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adão Sérgio Reis Silveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - DESIGNO o dia 05/12/2019 às 10:00 hrs para realização de Audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Havendo requerimento para reprodução de gravação de áudio em audiência, DETERMINO a parte Requerida que deposite na Secretaria deste Juízo, no prazo de 15 (quinze) dias, CÓPIA DA MÍDIA para que seja disponibilizada a parte adversa. Efetuado depósito da mídia, INTIME a parte Autora por ATO ORDINATÓRIO, independente de outro comando judicial. Em caso de requerimento de PROVA TESTEMUNHAL, DETERMINO de logo a apresentação do rol de testemunhas no prazo de 15 dias, na forma do art. 357, §4º, observando o disposto no art. 455, ambos do CPC. I. C.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0609174-32.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Michell Souza Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Determino o encaminhamento dos autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania - CEJUSC, para a edição de todos os atos necessários à CITAÇÃO e designação de data e hora para realização da AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO. Deverão as partes serem advertidas sobre os preceitos contidos no §8° do referido diploma adjetivo civil, notadamente quanto à conduta atentatória à dignidade da justiça e respectiva cominação. I.C.

ADV: JEFFERSON LABORDA DA SILVA (OAB 4322/AM), ADV: JOSEMAR BEZERRA DO VALE (OAB 9662/AM) - Processo 0614342-49.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Jussara Luana Neves Prestes - REQUERIDO: Wanderley da Cunha Prestes e outros - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente, pessoalmente, para que regularize sua representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC. Havendo necessidade de se expedir carta com aviso de recebimento, informo que as custas postais deverão ser pagas pela parte sucumbente ao final do processo.

ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM) - Processo 0615472-40.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Intime-se a parte Requerente para no prazo de 5 (cinco) dias manifestar seu interesse no prosseguimento do feito, providenciando ainda o necessário ao andamento processual, sob pena de extinção, com base no art. 485 do CPC/2015.

ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0617478-25.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Railton Melo de Freitas - De ordem, intimo o INSS para apresentar a conta de liquidação do crédito no prazo de 45 dias, bem como para que cumpra a obrigação de fazer, se for o caso. Havendo concordância por parte da parte credora, será expedido a requisição para pagamento em 60 dias (se inferior a 60 s.m) ou nos moldes do art. 100 e parágrafos da Constituição Federal (se superior a 60 s.m).

ADV: ELAINE DIB BOTELHO RIBEIRO (OAB 8028/AM), ADV: ABDALLA ISAAC SAHDO JÚNIOR (OAB 2207/AM), ADV: JOZELÚCIA LIMA MACIEL (OAB 7160/AM), ADV: FABIANA CAROLINE SILVA (OAB 8019/AM) - Processo 0618599-59.2014.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Vieirlaves Imob Ltda - REQUERIDO: EDENILSON NASCIMENTO DO AMARAL - ADAMOR NOGUEIRA DA SILVA e outros - Requeiram as partes o que entenderem de direito. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0620634-50.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (Renajud, Infojud e SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0625589-90.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Miriam Affonso Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Por cautela e em homenagem ao Princípio do Contraditório, ABSTENHO de apreciar o pedido de liminar formulado pela parte Autora, RESERVANDO para fazê-lo APÓS a MANIFESTAÇÃO da parte Requerida. Paute-se AUDIÊNCIA a que alude o art. 334 do CPC, cumprindo-se as diligências necessárias à citação e intimação das partes. Remetam-se os autos ao CENTRO JUDICIÁRIO DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS - CEJUSC para a designação e realização da audiência de conciliação ou mediação, bem como para promover a citação com a observância do disposto nos art. 334 e 335 do NCPC. Ficam as partes advertidas do seguinte quanto à audiência de conciliação: a) o não-comparecimento injustificado ao ato implicará na imposição de multa, nos termos do art. 334, § 8°, do NCPC; b) cada litigante deve estar acompanhado de advogado ou Defensor Público, conforme determina o § 9° do aludido Dispositivo Legal. DEFIRO o pedido de gratuidade da justiça à parte Requerente, conforme informações presentes nos autos e na forma do parágrafo 3º do artigo 99 do Código de Processo Civil. Expeçam-se os expedientes necessários. P.I.C.

ADV: CHRISTIANNE DI FELÍCIO FERREIRA DA SILVA (OAB 3631/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0627420-81.2016.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Centro Médico Amazonense de Cirurgia Cardiovascular Ltda - REQUERIDA: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Requeiram as partes o que entenderem de direito. Intimem-se.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0628503-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: L O do Nascimento Me e outro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0632290-67.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ancelmo Pereira dos Santos - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 04/11/2019, a partir das 14:00 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM) - Processo 0632471-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Orsinei Cunha da Silva - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 06/11/2019, a partir das 8:30 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do

autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1ª atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0633001-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Elcimar Pinto Alves - De ordem, intimo a parte autora para, no prazo de 15 dias, na forma dos arts.350 e 351 do NCPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos, ou se for o caso, sobre a proposta de acordo.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180A/CE) - Processo 0633283-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Oficie-se a Central de Mandados, na pessoa da Oficiala Patrícia Filgueiras da Silva, para manifestar, no prazo de 10 (dez) dias, se houve a citação da parte Requerida Alana Santiago Pereira, uma vez que na certidão de fls. 38, consta apenas a citação do Detran que não é parte legitima deste processo

ADV: MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM), ADV: EVELLYN PRISCILLA OMENA GARCIA (OAB 8254/AM), ADV: SAMUEL CAVALCANTE DA SILVA (OAB 3260/AM) - Processo 0640147-72.2016.8.04.0001 - Petição Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Luiz Alberto Martins da Silva - REQUERIDA: Rúbia Helena Nascimento Ferreira - R.H. Designo AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO para o dia 29/10/2019 às 10h, a ser realizada na sede deste Juízo. INTIMEM-SE as partes para comparecimento. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0641301-57.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Pan S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP) - Processo 0644591-46.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0652579-21.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Intime-se o Requerente para, em 05 (cinco) dias, recolher o emolumentos relativos às diligências do Sr. Oficial de Justiça, necessários à prática do ato processual, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, sob pena de extinção e arquivamento do processo, nos termos do art. 317 e c/c art. 485, IV, do CPC. Com a juntada do comprovante, expeça-se o respectivo mandado. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0653272-05.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: ÁGATA CRISTH BARROSO DE SOUZA (OAB 3879/AM), ADV: JOÃO MARCOS CONCEIÇÃO BERNARDO (OAB 11883/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0654610-48.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: N. Heitsu Sakamoto - Me - CONSIGNADO: Bradesco Saúde S/A e outro - R.H. Especifiquem as partes as provas que eventualmente pretendam produzir, justificando a necessidade e a finalidade de cada uma delas, sob pena de indeferimento. Não havendo manifestação no prazo de 10 (dez) dias, venham-me os autos conclusos para julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC/2015. No mais, manifeste-se a parte AUTORA, querendo e no prazo de 10 (dez) dias, quanto à petita de fls. 146/147. Decorrido o prazo, voltem os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0654787-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ivan Martins de Paula - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0645501-73.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação de Indenização por Danos Materiais e Morais , onde figuram PEDIDO e OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0655223-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Financiamento de Produto - REQUERENTE: Manoel Luiz R. Freitas Epp - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; II. DECLARAÇÃO de imposto de renda; III. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o §1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0656381-27.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Maria Mercedes Mello do Amaral e outro - Em exame, pedido de GRATUIDADE JUDICIÁRIA. Com efeito, o pedido encontra amparo aos arts. 98 e seguintes do CPC; entretanto, cabe à PARTE produzir a PROVA do preenchimento dos pressupostos e requisitos para o reconhecimento do direito alegado. No caso, a PETIÇÃO INICIAL NÃO SE FAZ ACOMPANHADA de DOCUMENTOS bastantes para a análise de tal pleito. Assim, com fundamento no §2º do art. 99 do CPC, assinalo o PRAZO de 15 (quinze) DIAS a(o) Requerente para COMPROVAR sua alegação, trazendo aos autos os seguintes documentos : I. COMPROVANTE de rendimentos e gastos; II. DECLARAÇÃO de imposto de renda; III. DECLARAÇÃO de RENÚNCIA de seu patrono, de que trata o

§1º, VI, do art. 98 do CPC. Em caso de a Parte NÃO preencher tais PRESSUPOSTOS e/ou REQUISITOS, com supedâneo no § 6º do art. 98 do CPC e na PORTARIA PTJ nº 490/2017, DEFIRO, de logo, o PARCELAMENTO das CUSTAS INICIAIS, em 06 (seis) FRAÇÕES iguais e sucessivas, devendo proceder ao PRIMEIRO RECOLHIMENTO em igual PRAZO de 15 (quinze) DIAS, sob pena de CANCELAMENTO na DISTRIBUIÇÃO, como reza o art. 290 do CPC. I. C.

ADV: ÂNGELA ANGELINE MARTINS ROCHA PEREIRA (OAB 13089/AM) - Processo 0657521-96.2019.8.04.0001 - Embargos à Execução - Novação - EMBARGANTE: José Antero de Souza e outro - Apense-se aos Autos n° 0609191-68.2019.8.04.0001 Após, à conclusão.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0657564-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Carlos Barreto Barbosa - Vistos. Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. 0657599-27.2018.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que trata-se de Ação Declaratória de Nulidade Contratual c/c Inexistência de Débito c/c Reparação por Danos Morais e Materiais com Pedido de Liminar , onde figuram PARTES, PEDIDO e/ou OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo INFUNDADA a SUSPEITA, DETERMINO a REMESSA dos autos à DISTRIBUIÇÃO, para os fins de proceder à EXCLUSÃO da ANOTAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer. I. C.

ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0660202-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0715140-28.2012.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Ricardo de Oliveira Pereira-me - R.H. Trata-se de AÇÃO DE CONSIGNAÇÃO EM PAGAMENTO distribuída em 25/10/2012. Compulsando os presentes autos, verifica-se que a AÇÃO fora PROPOSTA nos idos de 2012, restando eventuais CRÉDITOS relativos à RELAÇÃO COMERCIAL, sido alcançados pela PRESCRIÇÃO. Em sede de admissibilidade da ação, foi DEFERIDA a ANTECIPAÇÃO da TUTELA pretendida, ordenando a EXCLUSÃO do NOME do CONSIGNANTE, nos registros de RESTRIÇÃO de CRÉDITO - SERASA - portanto, SATISFEITA a JURISDIÇÃO, ainda que provisoriamente. A fls. 35/36, CARTA PRECATÓRIA expedida ao MM. JUÍZO da COMARCA de SÃO PAULO, em 25/03/2013, DEVOLVIDA SEM CUMPRIMENTO, consoante petita de 48. Até a presente data, a CITAÇÃO NÃO OCORREU. A fls. 57, aos 04.10.2016, comparece o AUTOR para requerer a expedição de NOVA CARTA PRECATÓRIA, tendo sido DEFERIDA a fls. 58, contudo, NÃO CONSTA nos autos COMPROVAÇÃO DE EXPEDIÇÃO da r. MISSIVA, mas, tão somente, OFÍCIO solicitando a DEVOLUÇÃO da mesma - cf. fls. 68/69, e SEM RESPOSTA até hoje. Diante disso, em que pesem os pedidos formulados a fls. 70 e 72, considerando AUSÊNCIA de COMPROVAÇÃO na EXPEDIÇÃO de NOVA CARTA PRECATÓRIA, determino seja a parte AUTORA INTIMADA para, no prazo de 10 (dez) dias, MANIFESTAR INTERESSE no prosseguimento do feito, REQUERENDO as DILIGÊNCIAS que ENTENDER DE DIREITO, observando-se eventual RESULTADO PRÁTICO sobre a demanda, sob pena de extinção do feito. Decorrido o prazo - COM OU SEM MANIFESTAÇÃO, voltem os autos CONCLUSOS. I.C.

ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM), ADV: ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0715977-83.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcos Tales Vieira Freire - REQUERIDO: Bradesco Auto/Re Companhia de Seguros S/A e outro - Nos termos do Convênio n.º 006/2016, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas e o Instituto Médico Legal do Estado do Amazonas e da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado: 1 - A realização de prova pericial médica a ser realizada pelo Instituto Médico Legal (IML), sito à Av. Noel Nutels, 4251 - Cidade Nova (ao lado do Hospital Francisca Mendes), Manaus - AM, nesta cidade, através do perito abaixo indicado: Maria Margareth Vidal, CPF 309.847.262-68, CRM/AM 2346. 1.1- Quesitos do Juízo: 1- Há perda anatômica ou Funcional de natureza permanente? Sim ( ) Não ( ) 2- Se há perda, esta é: ( ) Total ( ) Parcial Completa ( ) Parcial Incompleta 3- Sendo a perda parcial incompleta, a repercussão é: ( ) Intensa (75%) ( ) Média (50%) ( ) Leve (25%) ( ) Residual (10%) 4- A perda anatômica ou funcional de natureza permanente é decorrente do acidente de transito? ( ) Sim ( ) Não 5- Que região(ões) corporal(is) encontra(am)-se acometidas? 6-As disfunções presentes no patrimônio físico da vítima, evolutivas temporariamente são compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar? (considerar as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma) 7-Há indicação de tratamento em curso, ou prescrito, incluindo medidas de reabilitação? Descrever: 8- Em caso de lesões de órgãos e estrutura crânio-faciais, qual prejuízo não compensável e qual a função vital comprometida? 2 - Perícia médica designada para o dia 04/11/2019, a partir das 15:00 horas, com 1 (uma) hora de tolerância de espera. 3- A intimação do autor, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de documento de identidade com foto e todos os exames médicos, laboratoriais, radiológicos e documentos médicos (relatórios, laudos, etc), resumo de alta hospitalar (1.º atendimento) e alta definitiva com laudo com exames comprobatórios, mesmo que já juntados aos autos do processo.

Abdalla Isaac Sahdo Júnior (OAB 2207/AM)
Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB 229A/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Ágata Cristh Barroso de Souza (OAB 3879/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
ALVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 86415/RJ)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andréa Tattini Rosa (OAB 210738/SP)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Ângela Angeline Martins Rocha Pereira (OAB 13089/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Christianne Di Felício Ferreira da Silva (OAB 3631/AM)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Denise Moura Macedo da Silva (OAB 4464/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Diogo Cezar dos Santos Feuser (OAB 749A/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Elaine Dib Botelho Ribeiro (OAB 8028/AM)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Evellyn Priscilla Omena Garcia (OAB 8254/AM)
Fabiana Caroline Silva (OAB 8019/AM)
Fabrício Guerra Furtado (OAB 346A/AM)
Fernando Borges de Moraes (OAB 446A/AM)

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jefferson Laborda da Silva (OAB 4322/AM)
João Marcos Conceição Bernardo (OAB 11883/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 35180A/CE)
Josemar Bezerra do Vale (OAB 9662/AM)
Jozelúcia Lima Maciel (OAB 7160/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe Vilhena Rodrigues (OAB 10418/AM)
MAÍSA MORAIS DA SILVA (OAB 8055/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Maria Rosa Soares de Lima Ávila (OAB 4086/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Rachel Nascimento Câmara de Castro (OAB 5732/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Carvalho Torres (OAB 7917/AM)
Rita de Cássia Ferreira de Lucena (OAB 5107/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Samuel Cavalcante da Silva (OAB 3260/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680/AM)
Talvani Franco Leito Brito (OAB 50918/PR)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 1733E/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0263/2019

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0011689-17.2004.8.04.0001 (001.04.011689-2) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. - DEFIRO a inclusão do nome do executado nos cadastros de inadimplentes (artigo 782, §3º do NCPC), conforme requerido às fls. 217-218. Intime-se a parte exequente para promover apresentar o demonstrativo atualizado de débito e o pagamento do envio eletrônico dos ofícios, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Tabela III, “Atos Processuais”, item 8, da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição dos ofícios e o encaminhamento eletrônico ficam condicionados à comprovação do recolhimento das custas. Após, oficie-se à SERASA e ao SPC. Atente-se a parte exequente e a Secretaria da 3ª UPJ que, independentemente de nova deliberação deste Juízo, a inscrição DEVERÁ ser cancelada imediatamente se for efetuado o pagamento, se for garantida a execução ou se a execução for extinta por qualquer outro motivo (artigo 782, §4º do NCPC).

ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201/AM), ADV: SERAFIM PEREIRA D’ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: EDNA MARIA MOURÃO PEREIRA MACHADO (OAB 2189/AM), ADV: VALDENYRA F. THOME (OAB 762/AM) - Processo 0036209-95.2010.8.04.0012 (012.10.036209-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: Industria e Comercio de Moveis So Casa Ltda e outros - Defiro a consulta sucessiva das informações cadastrais da Parte Requerida JOHNNY YUMA AZEVEDO AMAZONAS (CPF nº 472.895.112-04) pelos sistemas INFOJUD, BACENJUD, RENAJUD e SIEL, isto é, devendo ser realizado um sistema por vez, de forma que sobrevindo endereço diverso dos constantes nos autos, não se efetue a próxima diligência. Custas recolhidas à fl. 1090. CUMPRA-SE.

ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: LOUISE RAINER PEREIRA GIONÉDIS (OAB 8123/PR), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 178033/SP), ADV: PAULA RODRIGUES DA SILVA (OAB 221271/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0048516-95.2002.8.04.0001 (001.02.048516-7) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Diante do não pagamento do valor da execução, apesar parte ter sido devidamente citada, conforme certidão de fls. 30-31, DETERMINO que seja efetuada a avaliação do bem penhorado. A ampliação da penhora só poderá ser analisada após a realização do bem penhorado, conforme preceitua o inciso II do art. 874 do CPC/15. EXPEÇA-SE o competente mandado de avaliação. Intime-se a parte exequente para promover o pagamento das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição de mandado fica condicionada à comprovação do recolhimento das custas. Cumpra-se.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: MAYZA MORAES ANTONY (OAB 2315/AM), ADV: AFFIMAR CABO VERDE FILHO (OAB A229/AM), ADV: DANIEL FÁBIO JACOB NOGUEIRA (OAB 3136/AM) - Processo 0059324-62.2002.8.04.0001 (apensado ao processo 0041493-98.2002.8.04.0001) (001.02.059324-5) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Silvia Luiza da Costa - REQUERIDO: Águas do Amazonas S.A - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 15.744,85 (quinze mil, setecentos e quarenta e quatro reais e oitenta e cinco centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 248. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: CLÓVIS ROBERTO SOARES MUNIZ BARRETO (OAB 2968/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0064531-08.2003.8.04.0001 (001.03.064531-0) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: BANCO DO BRASIL S/A. e outro - REQUERIDA: Marcelina Vieira de Oliveira - Considerando a faculdade prevista no art. 829, §2º do CPC, intime-se o executado, pessoalmente, para que indique bens à penhora, no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais/diligência do oficial de justiça, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. O ato de intimação fica condicionado à comprovação do recolhimento do valor das despesas. Cumpra-se.

ADV: RUBENIL ROSA DE ALMEIDA (OAB 2670/AM), ADV: JANUBIA LIMA SIQUEIRA (OAB 003.684/AM), ADV: LEILA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 3734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0076593-46.2004.8.04.0001 (001.04.076593-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Comissão Intersindical de Conciliação Prévia - REQUERIDO: Gelocrim Industria e Comercio de Gelo Ltda - I - Defiro o pedido à fl. 173 dos autos. II - Suspenda-se o processo por 60 (sessenta) dias

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM) - Processo 0201202-62.2008.8.04.0001 (001.08.201202-5) - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Ematupam - Esquadrias de Madeira Tupinambá do Amazonas Ltda. - REQUERIDA: Jelcivane Pereira da Costa - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE), ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM) - Processo 0201693-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Maria de Fatima Freire de Mendonca - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Intime-se a parte autora para se manifestar sobre a proposta de acordo e contestação de fls. 106/112, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: SIDNEY DE SOUZA NUNES (OAB 7803/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM), ADV: ELAINE RODRIGUES JERÔNIMO SILVA (OAB 7793/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: MARCOS ALDENIR FERREIRA RIVAS (OAB 2250/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: THIAGO ANDRADE DE MELO (OAB 7214/AM), ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: SUZANA AFONSO GARCIA BARROS (OAB 4920/AM), ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM) - Processo 0201705-44.2012.8.04.0001 - Protesto - Cancelamento de Protesto - REQUERENTE: Friller Brasil Alimentos Ltda - REQUERIDO: ARIEL TRANSPORTES E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA -ME - Assiste razão ao FRILLER BRASIL ALIMENTOS LTDA., visto que foi comunicado, pelo superior Tribunal de Justiça, a este Juízo, por meio do Malote Digital, Código de rastreabilidade: 3002019918317, que não houve trânsito em julgado nos autos do Agravo em Recurso Especial nº 1.410.492-AM. Dessa feita, torno sem efeito a decisão de fl. 538, e, suspendo o feito até o trânsito em julgado.

ADV: ANA CLARA SOARES LADEIRA (OAB 7289/AM), ADV: GLÁUCIA CRISTINA BULCÃO DA SILVA (OAB 3964/AM), ADV: ALINE CARVALHO BORJA (OAB 18267/CE), ADV: MARIA DE NAZARETH FARIAS DO NASCIMENTO (SUSPENSÃO PREVENTIVA ATÉ 07/09/2019 - OFÍCIO CIRCULAR 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO (OAB 13400/CE), ADV: LINDA LÚCIA OLIVEIRA RAMOS DE LIMA (OAB 2810/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0202528-23.2009.8.04.0001 (001.09.202528-6) - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kennedy Costa Conegundes e outro - REQUERIDO: HOSPITAL SÃO LUCAS - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JANDER RUBEM SOUZA DA ROCHA (OAB 7886/AM) - Processo 0203822-95.2018.8.04.0001 (processo principal 0621026-63.2013.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Locação de Imóvel - REQUERENTE: SIDALINA FELIPE DE CARVALHO VERAS - Corroboro Despacho de fl. 62. Haja vista que não compete ao juiz determinar que a citação se faça por hora certa, apenas o Sr. Meirinho pode indicar fatos evidenciadores de que o citando vem tentando evitar o cumprimento do mandado, indefiro parcialmente o pedido de fl. 70 dos autos. Determino que seja expedido novo Mandado de Citação, ficando ao encargo do Oficial de Justiça, quanto a citação por hora certa, caso haja suspeita de ocultação, nos termos do Art. 252, do NCPC. Isento de custas tendo em vista que a parte autora é beneficiária da justiça gratuita. Isento de custas tendo em vista ser beneficiário da justiça gratuita.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0205770-82.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: HSBC BANK BRASIL S.A. - BANCO MULTIPLO - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: AMÂNDIO PRUDENTE DA COSTA (OAB 2584/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0206308-34.2010.8.04.0001 (001.10.206308-8) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - REQUERIDO: PAULO CESAR DE OLIVEIRA COSTA - Suspendo o processo pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem qualquer manifestação da parte interessada, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: MILENA PIRÁGINE (OAB A912/AM), ADV: MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM), ADV: JULIANA BATISTA BRAGA (OAB 4166/AM), ADV: SILVIA BELITARDO OGAWA (OAB 6404/AM) - Processo 0207708-83.2010.8.04.0001 (apensado ao processo 0230650-12.2010.8.04.0001) (001.10.207708-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Itautec Philco S/A - Grupo Itautec Philco - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, KATIA SOCORRO BORGES RODRIGUES, CPF 284.237.632-34 e MÁRIO MARCOS GOMES DE QUEIROZ PIERRE, CPF 335.612.732-20. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM), ADV: SUDJANE DA LUZ RODRIGUES (OAB 6718/AM), ADV: GLÁUCIO NUNES DA LUZ (OAB 6326/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO FORNAZARI ALENCAR (OAB 138644/SP), ADV: ALEXANDRE JAMAL BATISTA (OAB 138060/SP) - Processo 0208672-08.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Brazilian Mortgages Companhia Hipotecária - REQUERIDO: Fernando Viana Neiva - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0217232-26.2018.8.04.0001 (processo principal 0604881-58.2015.8.04.0001) - Incidente de Desconsideração de Personalidade Jurídica - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: MARIA LUIZA GARNELO PEREIRA - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias, no sentido de promover diligencias acerca da citação do requerido Charles Pereira Da Silva e ainda proceder ao recolhimento das custas para citação demais requeridos, conforme endereços que constam na fl. 132 dos autos.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM) - Processo 0217764-78.2010.8.04.0001 (001.10.217764-4) - Cumprimento de sentença - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Brasil Factoring Fomento Comercial Ltda. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, M. R. BATISTA - ME, CNPJ 05.883.021/0001-16. Custas pagas (fl. 214).

ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM), ADV: ROSANA RODRIGUES DA SILVA FAVARO (OAB 118771/SP), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: ACÁCIO CHEZORIM (OAB 243368/

SP) - Processo 0218887-82.2008.8.04.0001 (001.08.218887-5) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Pires & Gonçalves Advogados Associados S/C - Tendo em vista que o pedido de citação do sócio da empresa executada foi INDEFERIDO (fl. 293), intime-se a parte exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, adequar o pedido da desconsideração ou requerer o que entender de direito. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GEISA ALMEIDA DE ALMEIDA (OAB 8097/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: FRANCISCA LOUREIRO DE SOUZA (OAB 8343/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0223776-45.2009.8.04.0001 (001.09.223776-3) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDO: Conselho Comunitario do Bairro N Sra da Conceicao - Aleixo - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, CONSELHO COMUNITARIO DO BAIRRO N SRA DA CONCEICAO - ALEIXO, CNPJ 01.561.567/0001-08, bem como dos bens de propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0230466-27.2008.8.04.0001 (001.08.230466-2) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDO: Benedito Rufino da Silva - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0232355-79.2009.8.04.0001 (001.09.232355-4) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: ADOLPHO MAURO MAUÉS NAZARETH (OAB 5540/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0234078-02.2010.8.04.0001 (001.10.234078-2) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: PEDROSA IND E COM LTDA e outros - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, CHERRY LANE BATISTA DE SOUZA, CPF 143.326.122-72, PEDROSA IND E COM LTDA, CNPJ 05.428.230/0001-70 e SERGIO DE OLIVEIRA PEDROSA, CPF 136.997.762-04. Custas pagas (fl. 191).

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0236000-44.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema ERIDFT, dos bens de propriedade da parte requerida, ROSINALDO DE SOUZA BENTES, CPF 141.758.602-82. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANO SILVA COLEPICOLO (OAB 81376/MG), ADV: JOÃO GILBERTO FREIRE GOULART (OAB 73169/MG), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP) - Processo 0236960-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: M.A.B.B. - REQUERIDO: S.M.V.N.S. - F.E.D.P.E. e outro - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM) - Processo 0238530-21.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Idonilson Meireles dos Santos - REQUERIDO: JSM Empreendimentos Financeiros Ltda - Adm. de Bens e Direitos - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0239456-70.2009.8.04.0001 (001.09.239456-7) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: João Santana da Silva - A parte demandada João Santana da Silva foi devidamente citado, conforme certificado na fl. 102, contudo deixou transcorrer o prazo in albis, razão pela qual foi convertido o mandado inicial em executivo (fl. 104). À fl. 198, foi homologado acordo de fls. 193-197, nos termos da sentença de fl. 198. Diante do não cumprimento do acordo, deu-se início ao cumprimento de sentença (fl. 212), intimando-se a parte executada, por meio do seu advogado, para efetuar o pagamento do débito (fl. 265), contudo, nos termos da certidão de fl. 266, não houve manifestação. Assim, face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de intimado, DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome do executado João Santana da Silva, inscrito no CPF-MF sob o nº 133.906.862-15, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor da execução. Intime-se a parte exequente para: 1) apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. 2) promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: JAYME MATOS DE SENA (OAB 4939/AM) - Processo 0245476-33.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Arison Luiz Santos da Silva - INTIME-SE o Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS para que forneça dados no sentido de apurar o valor atualizado da condenação para devida aplicação dos parâmetros de correção e juros, conforme o que consta na certidão da Contadoria, de fl. 180, no prazo de 10 (dez) dias. Após, voltem-me os autos conclusos para Decisão. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELIAS CORREIA DE CARVALHO (OAB 321040/SP), ADV: HAMILTON LUSTOZA DE ALENCAR (OAB 313306/SP) - Processo 0246067-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Ivo Daninger Penna - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: ZULMIRA PAULINO CAVALCANTE (OAB 4144/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: HEDIANE NAIADE SILVA MONTEIRO (OAB 5839/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0246360-43.2008.8.04.0001 (001.08.246360-4) - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Manaus EnergiaS/A - REQUERIDA: Francisco Pinheiro da Silva - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM) - Processo 0249003-66.2011.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: RC Recebiveis Ltda. - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, ELIVAN GONÇALVES DE ANDRADE, CPF 476.342.002-04, J ANDRADE SANTOS LTDA, CNPJ 34.510.008/0001-10, PAULO JOSÉ DOS SANTOS ANDRADE, CPF 189.824.502-97 e RIOSERV LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA, CNPJ 04.262.644/0001-09. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: LUANA DE ASSIS PIRES (OAB 5030/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0250939-97.2009.8.04.0001 (001.09.250939-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Rio Claro Trust de Recebiveis S/A - EXECUTADO: Eduardo Monnteiro Melo Serviços EI e outro - Expeça-se alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor do Exequente, conforme requerido à fl. 257. Após, prossiga o exequente quanto ao valor remanescente, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ALEXSANDER BARBOSA DA SILVA PORTO (OAB 825A/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0263652-36.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Gk&b - Industria de Componentes da Amazonia Ltda - I - Defiro o pedido às fls. 180 dos autos. II - Suspenda-se o processo por 60 (sessenta) dias. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0265068-39.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ADRIANA FERREIRA DO NASCIMENTO (OAB 5498/AM) - Processo 0325375-95.2007.8.04.0001 (001.07.325375-9) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Itautinga Agro-industrial S/a. - Ex positis, INDEFIRO o pedido de citação editalícia, por não ter a parte demandante exaurido todos os meios para a localização da parte demandada, a fim de ser procedida a citação pessoal. INTIME-SE a parte demandante, para dar andamento ao feito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: GIOVANA ISABELLE PIMENTEL LIMA (OAB 3981/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0600300-68.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM) - Processo 0600844-56.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Itautinga Agro Industria S/A - Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, se manifeste acerca do documento às fls. 106/107, devidamente disponibilizado nos presentes autos.

ADV: ARNALDO HENRIQUE ANDRADE DA SILVA (OAB 4810/AC), ADV: BONIEK PEREIRA DA SILVA (OAB 8303/AM), ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM) - Processo 0601066-48.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco da Amazônia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, CLAUDIA FÁTIMA DO NASCIMENTO ME, CNPJ 04.898.258/0001-08 e CLÁUDIA FÁTIMA DO NASCIMENTO, CPF 029.950.206-65. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELLE RABELO CARÉSTO (OAB 9962/AM), ADV: PEDRO LUCAS PORTUGAL AL-BEHY KANAAN (OAB 8587/AM) - Processo 0601105-50.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Empreitada - REQUERENTE: HELENO DOS SANTOS FERREIRA - REQUERIDO: JV IMÓVEIS E CONSTRUÇÃO LTDA - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: DANIEL SANTOS DE ANDRADE (OAB 6733/AM), ADV: JOSUÉ NASCIMENTO PIMENTEL (OAB 9118/AM), ADV: ARNOLDO BENTES COIMBRA (OAB 345/AM) - Processo 0601253-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marcos Pereira da Silva e outro - REQUERIDO: Habitec - Habitação e Construção Ltda - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ERIKA PATRICIA MARINHO OLIVEIRA (OAB 12133/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: RENATA BENTES SENA (OAB 13543/AM) - Processo 0601982-82.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, EDUARDO DE CASTRO LACERDA, CPF 745.166.712-04 e KATIA REGINA DA SILVA LACERDA, CPF 860.334.682-87. Custas pagas (fl. 118).

ADV: ALESSANDRO DESSIMONI VICENTE (OAB 146121/SP), ADV: DANIEL COELHO SILVA (OAB 10581/AM) - Processo 0602175-68.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: COPLAST Industria e Comercio de Resíduos Plastícos Ltda. - REQUERIDO: Industrial Oriente de Polímeros - Designo audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: RUMMENIGGE CORDOVIL GRANGEIRO (OAB 5810/AM), ADV: MARCO ROBERTO COSTA PIRES DE MACEDO (OAB 16021/BA), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: ALDENIZE MAGALHÃES AUFIERO (OAB 1874/AM), ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS

(OAB 7109/AM), ADV: RONALDO SPERRY (OAB A815/AM), ADV: RODRIGO PENA DOMINGUES (OAB 131470/RJ), ADV: PAULA MENDES DE FARIAS MELLO DE ARAUJO (OAB 176951/RJ), ADV: THIAGO RAVELL SANTOS (OAB 183844/RJ), ADV: PEDRO MARQUES JONES NETO (OAB 30917/BA) - Processo 0602381-87.2013.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: WALMIR PEREIRA DA SILVA FILHO e outros - REQUERIDO: AMAZONAS SHOPPING CENTER - AMAZONAS PLAY PROMOÇÕES, DIVERSÕES E EMPREENDIMENTOS - DENUNCIADA: Tókio Marine Brasil Seguradora S/A - Chubb do Brasil Cia. de Seguros - Tendo em vista o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0602999-56.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a parte autora para que, em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias. Após a comprovação do recolhimento das custas, EXPEÇA-SE o competente mandado de citação para o endereço do executado, indicado às fls. 148 dos autos. À Secretaria para as cautelas de praxe. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM), ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0603997-87.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Francineide Nogueira de Aquino Muniz - Vistos e examinados. Nos termos do art. 487, inciso III, alínea b, do NCPC, Homologo, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo de fls. 166/169, firmado entre as partes nos autos da Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária ajuizada por Banco Bradesco Financiamentos S/A e em desfavor de Francineide Nogueira de Aquino Muniz. Comprovado o cumprimento integral da avença (fls. 169), proceda-se a baixa no Renajud, expeça-se o competente Alvará para levantamento de valores depositados nos presentes autos em favor da ré Francineide Nogueira de Aquino Muniz e arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, procedendo-se a baixa na distribuição e, em havendo requerimento, ao desentranhamento dos documentos solicitados. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: JULIE CINTRA LEVINTHAL (OAB 8180/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0605359-03.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: AUGUSTO CÉSAR PAULA DE ANDRADE - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: LÚCIA DE FÁTIMA LLANOS AGUIRRE (OAB 11948/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0605693-32.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Construtora Capital S/A - ARQUIVEM-SE os autos com as cautelas de praxe.

ADV: ANNE CLÍCIA ALVES DA SILVA GUILHERME (OAB 3881/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 30820/RS), ADV: MAURÍCIO COIMBRA GUILHERME FERREIRA (OAB 91811/MG), ADV: LEONARDO COIMBRA NUNES (OAB 122535/RJ), ADV: SIMONE APARECIDA SARAIVA LIMA (OAB 931A/AM) - Processo 0605754-29.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Hsbc Bank Brasil S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0605977-40.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG), ADV: VIOLETA CRISTINA MUNIZ TEIXEIRA (OAB 8452/AM), ADV: GABRIELLE STOCO FÁBIO (OAB 12913/AM), ADV: LEANDRO FERNANDES CARLOS GOMES (OAB 133221/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0606383-03.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Federação dos Pescadores dos Estados do Amazonas e Roraima - FEPESCA - Defiro o pedido às fls. 362/364. Proceda a penhora do veículo VW Kombi, de placa JWN-4462, ano 1997. Na oportunidade, intime-se o exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, manifestar-se acerca do documento às fls. 356/357. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: HERALDO ANTONIO CORREA JUNIOR (OAB 13798/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM) - Processo 0606492-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Aquarela Tintas Ltda. e outros - Defiro pedido, em audiência, de fl. 174. Intime-se a parte autora para que proceda à juntada de carta de preposição e substabelecimento aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias. Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0607578-18.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607687-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUCIANA ALMEIDA DE SOUSA (OAB 1927/AM), ADV: JOSÉ HIGINO DE SOUSA NETTO (OAB 1734/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: RODRIGO WAUGHAN DE LEMOS (OAB 3967/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: SARAH SERRUYA ASSIS (OAB 9515/AM) - Processo 0608126-77.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Juros/Correção Monetária - REQUERENTE: Meta Serviços de Vigilância Ltda - REQUERIDO: Mercantil Nova Era Ltda. - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 25.009,12 (vinte e cinco mil, nove reais e doze centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 214. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no

percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: AMANDA JULIELE GOMES DA SILVA (OAB 165687/MG) - Processo 0608651-54.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcello Augusto Porto Rego - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a - Conteses Consultoria Tecnica de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem sobre proposta de honorários periciais, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0609711-67.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE), ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM) - Processo 0609773-39.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO TORTORO JÚNIOR (OAB 247319/SP) - Processo 0612307-53.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Banco Santander Brasil S/A - REQUERIDA: Josieme Nelsinei Neo - Márcio Pinto Duarte - Sandra Carla Duarte - Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0612649-06.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, SOCORRO CARVALHO REIS, CPF 314.257.802-10. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0612825-48.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado, por edital (NCPC, art. 513, §2º, IV), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 17.196,36 (dezessete mil, cento e noventa e seis reais e trinta e seis centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 178. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das custas de expedição de edital, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de edital fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR FRANCO DE SOUZA (OAB 6415/AM), ADV: ALESSANDRA NASCIMENTO S. F. MOURÃO (OAB 97953/SP), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0613494-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ronaldo César Cavalcante Oliveira e outros - REQUERIDO: Honda Automoveis do Brasil Ltda - Shizen Veículos Ltda. - INTIMEM-SE as partes requeridas para que, conforme a inteligência do art. 485, §4º, do CPC, manifestem-se acerca do pedido de exclusão da lide da parte autora, Abner Kall Arruda Arcoverde (às fls. 332/334), no prazo de 15 (quinze) dias. Intime-se.

ADV: JULIANA PINHEIRO SOARES ALENCAR SILVA GAIA (OAB 13702/AM), ADV: JEAN CARLOS DE ARAÚJO ASSANTE (OAB 9215/AM), ADV: LUCIANA DE SOUZA BREVES (OAB 11270/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES ABREU (OAB 7113/AM), ADV: KÁTIA REGINA REIS DE OLIVEIRA (OAB 3703/AM), ADV: FELIPE REBOUÇAS DEMOSTHENES MARQUES (OAB 11945/AM), ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0614654-59.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Patricia da Silva Rocha - REQUERIDO: Ricardo Anibal Ângulo Cuelar - LG Muelas Ltda - Chamo o processo à ordem. Dispõe a Portaria n. 1.233/2012 do TJ/AM que o valor dos honorários periciais, a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, é limitado a R$ 1.000,00 (mil reais), quando a parte que solicitou a perícia for beneficiária da gratuidade da justiça. Deste modo, intime-se o Sr. Perito para que informe se aceita o encargo, considerando que o valor máximo pago pelo Tribunal de Justiça do Amazonas a título de honorários periciais é de R$ 1.000,00 (mil reais). Havendo concordância, deverá o perito designar data e horário para realização da perícia, quesitos apresentados às fls. 241-242.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615707-07.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, LUZIELE GOMES DA SILVA, CPF 005.834.042-43. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: PAULA DONOLINA MEIRELES RAMOS (OAB 8559/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0616185-25.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, JANILSON LIMA DOS SANTOS, CPF 677.507.452-20, bem como dos bens de propriedade via RENAJUD.. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA PROCOPIO DA SILVA (OAB 13421/AM) - Processo 0616499-58.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Silas Freitas da Gama - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617097-46.2018.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM), ADV: HILDA MARIA FIGUEIREDO MANDATO (OAB 5350/AM), ADV: OÁSSIS TRINDADE DE OLIVEIRA (OAB 495/AM), ADV: LINDON CARLOS CRUZ DE OLIVEIRA (OAB 3577/AM) - Processo 0618550-81.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: CIRENE PONTES DE SOUZA e outros - REQUERIDO: ELIEZER BATISTA NUNES - Considerando que a parte executada apesar de devidamente intimada para promover o cumprimento de sentença, a teor do art. 513, §2º, I, do CPC, deixou o prazo transcorrer in albis, consoante certificado pelo Cartório às fls. 301/302, DEFIRO o pedido de penhora on line via Bacenjud e Renajud efetuado à fl. 304, devendo o débito ser acrescido de multa de cumprimento forçado, e honorários já incidentes, ambos em 10% (dez por cento) sobre o valor total executado. Para a realização da penhora, intime-se o Exequente para apresentar planilha do débito e para promover o recolhimento das custas relativas às consultas, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, no prazo de 15 (quinze) dias. Certifique-se o decurso do prazo para apresentação de Impugnação ao Cumprimento de Sentença.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0618643-39.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cartão de Crédito - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Diante das diligências infrutíferas concernentes a efetivação da citação dos executados, determino o arresto por meio eletrônico, via sistema BACENJUD (CPC, arts. 830, 835 e 854), dos ativos financeiros existentes em nome dos executados CRISTIANO PESSOA LIMA, inscrito no CPF-MF sob o nº 559.886.952-72; e Formula Comercio e Representacao de Equipamentos Nauticos Ltda, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 009.514.312/0001-98, limitando-se ao valor da execução O Código de Processo Civil, nos seus artigos 239 e 829, faz referência expressa à necessidade de citação inicial do executado para a validade do processo executivo. Intime-se a parte exequente para: 1) adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, § 1º, do CPC. 2) apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. 3) promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP) - Processo 0618750-83.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, homologo a desistência requerida e, com espeque no art. 485, VIII, do CPC/15, EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos, observando-se as cautelas legais. Oficie-se à Central de Mandados. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB 1109A/AM) - Processo 0618893-09.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0638694-42.2016.8.04.0001) - Embargos à Execução - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619930-08.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Prossiga o Exequente no feito, no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0619940-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Francisco das Chagas Coelho Lima - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0620061-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marinelza Marques Rodrigues - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 27/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0620196-92.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Suspendo o processo pelo prazo de 1 (um) ano, conforme disposto no Art. 921, III, do CPC, diante da inexistência de bens penhoráveis. Decorrido o prazo, sem que seja localizado o executado ou que sejam encontrados bens penhoráveis, determino o arquivamento dos autos. Cumpra-se. Intimem-se. Publique-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620385-65.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, LUCIO SAMPAIO DE SOUZA JUNIOR, inscrito no CPF-MF sob o nº 383.909.732-00. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620882-50.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, USITEC FERRAMENTARIA LTDA, CNPJ 06.259.247/0001-03, bem como dos bens de propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0621135-04.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADO: R de A Lima-me (Amazon Car Multimarcas) - Rep. Rogério de Almeida Lima e outros - Intime-se a parte autora, via de seu Advogado, para se manifestar acerca dos documentos de fl 117-119 e seguintes.

ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP), ADV: MÔNICA VICENTE TAKETA (OAB 7988/AM), ADV: ELIANE ANDRADE MARTINS (OAB 12118/AM) - Processo 0621465-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Consórcio - REQUERENTE: Wildson Fernandes de Oliveira - REQUERIDO: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622003-79.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Destarte, tendo em vista que não constou no mandado as advertência legais pertinentes ao caso, DETERMINO a expedição de novo mandado de citação, constando todas as advertências legais, sem custas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HARRINGTON PRAIA MARQUES (OAB 3199/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0622444-60.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - EXECUTADO: Rogerio de Almeida Lima e outro - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ALAN YURI GOMES FERREIRA (OAB 10450/AM) - Processo 0623102-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: João Paulo Pereira Filho - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: TAÍS MIRANDA RODRIGUES (OAB 7743/AM), ADV: NEIVA EVANGELISTA BARBOZA (OAB 3187/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MAIARA CRISTINA MORAL DA SILVA (OAB 7738/AM) - Processo 0624409-15.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: AGENOR RODRIGUES DE MATOS - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o Exequente para se manifestar sobre a petição de fl. 235-236, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0624817-30.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Administradora de Consórcio Nacional Honda Ltda. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0625120-78.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Ornelis Pereira Farias - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: VALCERLAN FERREIRA CRUZ (OAB 10037/AM) - Processo 0625401-68.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - REQUERENTE: Tmm Menezes -me - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: MARIANA SEREJO CABRAL DOS ANJOS (OAB 5985/AM), ADV: FRANCISCO TULLIO SILVA MARINHO (OAB 901A/AM) - Processo 0626364-13.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: José Antonio Loio da Silva - EXECUTADA: Michelle Karla Higino da Cruz e outro - Verifico que a dívida cobrada neste feito já está sendo devidamente executada in totum nos autos da Execução de Título Judicial (sentença de homologação de acordo dos autos do Processo nº 0632824-16.2016.8.04.0001), razão pela qual, para evitar pagamento bis in idem, INDEFIRO o pedido de fl. 114, e, DETERMINO a baixa e arquivamento dos autos 0626364-13.2016.8.04.0001. Cumpra-se.

ADV: GIANPAOLO ZAMBIAZI BERTOL ROCHA (OAB 86425/MG) - Processo 0626682-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Thyssenkrupp Elevadores S.a. - Intime-se o executado, por carta com aviso de recebimento (NCPC, art. 513, §2º, II), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 36.569,13 (trinta e seis mil, quinhentos e sessenta e nove reais e treze centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 89. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: MAYKON FELIPE DE MELO (OAB 20373/SC), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0626800-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Romulo Lira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0627859-58.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, JOÃO INÁCIO SANTANA, CPF 068.326.872-49. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0627982-56.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de fls. 189-190, pelos mesmos fundamentos já expostos na decisão de fl. 150, uma vez que não foram esgotados os meios de localização do Executado, tais como Renajud. Intime-se a parte autora para, no prazo de 10 (dez) dias, adotar as providências necessárias a fim de viabilizar a citação do Executado.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0628724-13.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: BRENDA KAREN NUNES PASSOS LIMA (OAB 13270/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629377-15.2019.8.04.0001 - Procedimento

Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gilberto Oliveira da Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 21/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0629548-69.2019.8.04.0001 - Habilitação - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Associação de Pais e Mestres e Comunitários do Colégio Militar da Policia Militar (apmc/cmpm-i) - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629885-58.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0630710-07.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Defiro a consulta das informações cadastrais para que se obtenha o endereço da Parte Executada ROBERTA SOARES DA SILVA (CPF nº 989.477.702-30), através do sistema SIEL. Para a realização da consulta, fica a parte Autora INTIMADA a promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ. Intime-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB A921/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0632459-64.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, SEBASTIAO ARRUDA DE OLIVEIRA, CNPJ 03.476.402/0001-55. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 11937A/AL), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0633018-50.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Fundo de Investimentos Em Direitos Creditórios Multisegmentos Npl Ipanema Vi - Não Padronizado - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0633499-13.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, AGENOR ALVES SANTANA, CPF 078.240.252-68. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM) - Processo 0633811-52.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - A modalidade de citação editalícia, por ser via externa, deve ser utilizada quando esgotados todos os meios possíveis para a localização do réu. E conforme se encontra nos autos, restaram infrutíferos as pesquisas pelos sistemas de localização de endereço do requerido para que fosse realizada a sua citação pessoal, uma vez que este se encontra em lugar incerto e não sabido. Face ao exposto, DEFIRO o pedido de citação por edital nos termos do artigo 256 do CPC/2015. Por conseguinte, expeça-se edital de citação constando as advertências legais, o qual deverá ser publicado na plataforma de editais do Tribunal de Justiça do Amazonas, bem como no Diário de Justiça Eletrônico (parte final do art. 257, parágrafo único do NCPC), cujo prazo de divulgação deverá ser de 20 (vinte dias), conforme art. 257, III do NCPC. A expedição do edital ficará condicionada ao recolhimento das custas, nos termos da Portaria 116/2017, Tabela II, item f, no prazo de 5 dias. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO JOSÉ DOS SANTOS MARQUES (OAB 1608/AM), ADV: GUNTHER AQUILES MARQUES PAZ (OAB 7296/AM) - Processo 0634758-09.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Francisco Jose Barbosa e outro - Considerando que a Executada não apresentou qualquer manifestação sobre a constrição via Bacenjud, conforme certificou a secretaria à fl. 490, apesar de devidamente intimada (fl. 488), converto a indisponibilidade de seus ativos financeiros em penhora, nos termos do art. 854, §5º do NCPC. Proceda-se à transferência do montante indisponível via Bacenjud à fl. 484 para a conta vinculada a este juízo. Cumpra-se.

ADV: ÁDRIA ALVES VITAL (OAB 5255/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0635453-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Intimem-se as partes, a fim de que se manifestem quanto ao interesse de produzir novas provas, especificando, de forma fundamentada, a pertinência da prova testemunhal/deponencial/pericial que pretendem produzir, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de indeferimento, nos termos do art. 370, parágrafo único do CPC. Cumpra-se.

ADV: ALFREDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 2668/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0635571-31.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0625987-37.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Cefisso Empreendimentos Imobiliários Ltda. e outro - EMBARGADO: Masters Engenharia, Instalações e Projetos Ltda. e outro - Designo audiência de conciliação para o dia 12/11/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: SÔNIA MARIA CANSANÇÃO DA SILVA (OAB 2431/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: PAULA PRADA FURQUIM DE CAMPOS (OAB 131634/SP), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: NATÁLIA CIRILO DA SILVA ROQUE (OAB 266399/SP) - Processo 0636014-84.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rita Maria Batista Fernandes e outro - REQUERIDO: Esepo Empreendimento Imobiliario Ltda - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 105.084,46 (cento e cinco mil, oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos), conforme cálculos apresentados às fls. 328-367. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM), ADV: EDSON MACEDO (OAB 286107/SP), ADV: MAURA CARVALHO MARANHÃO (OAB 12135/AM) - Processo 0636168-97.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Dl Comercio Atacadista de Cosméticos Eireli - REQUERIDO: Industrias Raymounds Eireli -

Designo audiência de conciliação para o dia 22/10/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM) - Processo 0636298-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 22/10/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: GLAIR MARIA ALVES DOS SANTOS VITAL (OAB 2515/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0636302-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cleide Alves dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Designo audiência de conciliação para o dia 22/10/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0636576-88.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0636653-05.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistema INFOJUD, das três últimas declarações de imposto de renda da parte requerida, DANIELLE SOARES DA SILVA EPP, CNPJ 14.224.571/0001-14 e JEFERSON SANTOS ARAGÃO FROTA, CPF 946.149.542-00, bem como dos bens de propriedade via RENAJUD. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0636972-65.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637009-92.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, MERCATO COMERCIO DE ALIMENTOS E BEBIDAS LTDA-EPP, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 02.421.842.0001-42. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0637023-76.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Redesigno audiência de conciliação para o dia 12/11/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 53139/PR), ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM) - Processo 0637759-70.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Hisamitsu Farmacêutica do Brasil Ltda - Face à inércia do devedor quanto ao cumprimento voluntário da obrigação, apesar de presumidamente intimado, em 03-02-2018, por força do parágrafo único do art. 274 do CPC/15 (fl. 97), aplico-lhe multa de 10% (dez por cento) sobre o montante da condenação, bem como, honorários de advogado no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor do débito. DETERMINO a indisponibilidade dos ativos financeiros existentes em nome dos executados RAIMUNDO JOSE AMORIM DA SILVA - EPP CASA DA BANANA SANTO ANTONIO, inscrita no CNPJ-MF sob o nº 03.327.248/0001-50, por meio do sistema BACENJUD (CPC, art. 854), limitando-se ao valor indicado na execução. Caso não haja ativos financeiros suficientes para saldar a dívida, proceda-se às consultas de bens via INFOJUD (últimas três Declarações de Imposto de Renda) e RENAJUD. Intime-se a parte exequente para: 1) apresentar, no prazo de 15 (quinze) dias, o demonstrativo atualizado e discriminado de crédito. 2) promover o recolhimento das custas relativas às diligências, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM) - Processo 0637990-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que recolha as custas postais referentes à carta de ciência da citação por hora certa e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM), ADV: RAFAEL REIS PEREIRA (OAB 7219/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: MARIA CELESTE SEABRA DA COSTA (OAB 9233/AM), ADV: SHIRLEI RIBEIRO ESCOBAL (OAB 8604/AM) - Processo 0638068-57.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Damião Rodrigues dos Santos - REQUERIDO: Laboratório de Patologia Clínica Dr. Djalma Batista - Intime-se o executado, na pessoa de seu advogado e por nota (NCPC, art. 513, §2º, I), para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 18.716,81 (dezoito mil, setecentos e dezesseis reais e oitenta e um centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 190. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0638679-73.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0638705-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Ante o exposto, com espeque no art. 3º, §1º do Decreto lei nº 911/69, com a redação dada pela Lei Federal 10.931/04, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, convalidando em definitiva a busca e apreensão do veículo objeto

da presente ação e consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do referido bem no patrimônio do Autor. Em caso de venda do veículo a terceiro, independente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, apresente a instituição, em 05 (cinco) dias, planilha demonstrando, com clareza, o valor total do débito à época da alienação (incluso as processuais), o preço alcançado com o leilão, e, em havendo valores a serem restituídos ao demandado, o respectivo comprovante de cumprimento da obrigação, podendo fazê-lo mediante depósito do valor remanescente em juízo (Dec. Lei 911/69, art. 2º). Custas e honorários de advogado pela parte vencida, fixando estes em R$500,00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0638975-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Royal Pet Center Comercio Importação e Exportaçao Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0639292-93.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se o executado pessoalmente, para que, no prazo de 15 dias, efetue o pagamento do valor de R$ 104.528,04 (cento e quatro mil, quinhentos e vinte e oito reais e quatro centavos), conforme cálculos apresentados à fl. 187. Conste no expediente a advertência de que, caso não haja cumprimento voluntário da obrigação, serão acrescidos ao valor da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e honorários no percentual de 10% (dez por cento), conforme prevê, art. 523, § 1º, bem como será expedido mandado de penhora e avaliação, seguindo-se os atos de expropriação. Ressalte-se ainda que, transcorrido o prazo previsto no art. 523 sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que o executado, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Caso a intimação seja por carta: Intime-se o Exequente para, no prazo de 5 (cinco) dias, promover o pagamento das despesas postais, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE de 24-01-2017. A expedição da carta de intimação fica condicionada à comprovação do recolhimento do valor das despesas. À Secretaria para as diligências de prax

ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0639713-49.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tubias de Sousa Coimbra - REQUERIDO: Lojas Bemol Benchimol Irmãos & Cia Ltda - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Requeiram as partes o que for de direito. Intimem-se.

ADV: HENRIQUE HÉRCULES DA COSTA PINTO (OAB 10229/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0639906-30.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Leidiane Freitas Fonseca - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Designo audiência de conciliação para o dia 11/11/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0640178-24.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Waldicéia Aparecida Ponzio - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0640490-63.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio do Parque Ponta Negra - Reserva das Praias - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0640976-48.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Banco Nossa Caixa S/A - Prossiga o Exequente no feito, requerendo o que for de direito no prazo de 05 (cinco) dias. Intime-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0641493-92.2015.8.04.0001 - Monitória -

Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Redesigno audiência de conciliação para o dia 12/11/2019 às 09:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0641556-78.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Michelli Franca Gadelha - Tendo em vista a certidão supra, prorrogo o prazo para o pagamento da primeira parcela das custas iniciais até o dia 30/10/2019, decorrido o mesmo como ou sem o efetivo recolhimento voltem-me conclusos.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0642255-74.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: IGOR GÓES LOBATO (OAB 307482/SP), ADV: ALESSANDRA LOPES DO AMARAL (OAB 84337/MG), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB A1149AM), ADV: CAROLINE PEREIRA LIMA (OAB 120919/MG), ADV: JÚLIO DE CARVALHO PAULA LIMA (OAB 90461/MG) - Processo 0642803-36.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: SUPERMERCADOS DB LTDA. - EXECUTADO: Jurandir Oliveira da Silva - Diante da informação de descumprimento do acordo entabulado entre as partes, defiro a expedição de alvará para levantamento dos valores depositados em juízo em favor do Exequente, conforme requerido às fls. 350-351.

ADV: PEDRO PAULO WENDEL GASPARINI (OAB 115712/SP), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: ALEXANDRE MATOS DOS SANTOS (OAB 9995/AM) - Processo 0643897-77.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0630976-86.2019.8.04.0001) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGANTE: Elfac Fomento Mercantil Ltda - EMBARGADO: Sidney de Queiroz Pedrosa - Designo audiência de conciliação para o dia 11/11/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0644041-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0644790-68.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas INFOJUD, RENAJUD, BACENJUD e SIEL, dos dados cadastrais da parte requerida, RAIMUNDO ROLIM FERREIRA, inscrito no CPF-MF sob o nº 34339230278. Intime-se a parte requerente para promover o recolhimento das custas relativas à diligência, nos termos da Portaria n. 116/2017 - PTJ, item 9, Tabela III, tudo no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC), ADV: AMANDA MUELLER DOS SANTOS (OAB 68653/PR) - Processo 0644907-59.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: V.F.C.F.I. - Ante o exposto, com espeque no art. 3º, §1º do Decreto lei nº 911/69, com a redação dada pela Lei Federal 10.931/04, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial, convalidando em definitiva a busca e apreensão do veículo objeto da presente ação e consolidando a propriedade e a posse plena e exclusiva do referido bem no patrimônio do Autor. Em caso de venda do veículo a terceiro, independente de leilão, hasta pública, avaliação prévia ou qualquer outra medida judicial ou extrajudicial, apresente a instituição, em 05 (cinco) dias, planilha demonstrando, com clareza, o valor total do débito à época da alienação (incluso as processuais), o preço alcançado com o leilão, e, em havendo valores a serem restituídos ao demandado, o respectivo comprovante de cumprimento da obrigação, podendo fazê-lo mediante depósito do valor remanescente em juízo (Dec. Lei 911/69, art. 2º). Custas e honorários de advogado pela parte vencida, fixando estes em R$500,00 (quinhentos reais). Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0645169-09.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Edmilson Sampaio dos Santos - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Designo audiência de conciliação para o dia 22/10/2019 às 10:30h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0645798-80.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: L. S. M. Comércio de Alimentos e Navegação Ltda. - Me - Assim, pelas razões acima expendidas, com fundamento no art. 485, IV, c/c art. 290, ambos do CPC, EXTINGO o processo sem julgamento do mérito. Após o trânsito em julgado da presente decisão, arquivem-se os autos sem custas, observando-se as cautelas legais. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Manaus (AM), 14 de outubro de 2019.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0645905-95.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Allegro - DEFIRO o pedido de consulta, via sistemas RENAJUD, dos bens de propriedade da parte requerida, VANESSA SODRE DE PAULA, CPF 839.197.402-20. Custas pagas (fl. 105).

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0646562-66.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: PIETRO DE HOLANDA FRANCO ALMEIDA COSTA GOMES LOPES (OAB 13804/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0647867-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Maria Amélia Rubim Nepomuceno - REQUERIDO: Bemol e Bechimol Irmão & Cia. Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: DIEGO BERNARDO (OAB 306430/SP), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0654434-69.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0615895-68.2017.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Cdl Centro de Distribuição e Log Ltda - REQUERIDO: Br Multimodal Ltda - Designo audiência de conciliação para o dia 11/11/2019 às 10:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0654512-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Monica de Souza Silveira Pantoja - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite-se o Requerido por Carta de Citação com Aviso de Recebimento para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0654554-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Robenilda Maria dos Santos - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, §§ 2º e 3º, ambos do CPC.. Remetam-se os autos ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos - CEJUSC, a fim de que promova as diligências necessárias para a realização de perícia médica. Cite-se. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0654592-90.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0654620-58.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Revest House Comercio de Pisos Ltda - Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: DIEGO VINICIUS SOARES BONETTI (OAB 344953/SP) - Processo 0654661-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Franz Ludwig Panis - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça

formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: DIEGO VINICIUS SOARES BONETTI (OAB 344953/SP) - Processo 0654661-25.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Franz Ludwig Panis - I - Nos termos do art. 701, do NCPC, expeça-se carta de citação para pagamento no prazo de 15 dias, constando no expediente as advertências dos §§ 1º e 2º do mesmo dispositivo legal. II - Fixo os honorários advocatícios em 5% (cinco por cento) sobre o valor atribuído à causa (NCPC, art. 701 - parte final). III - Decorrido o prazo sem o devido pagamento, havendo ou não oposição dos embargos à ação monitória (NCPC, art. 702), voltem-me os autos conclusos. IV - Para expedição da Carta de Citação/intimação, promova o requerente o pagamento das despesas postais, no prazo de 10 (dez) dias, nos termos da Portaria 116/2017-PTJ, disponibilizada no DJE em 24-01-2017. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0654723-65.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Elizabete Rufino de Carvalho - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Designo audiência de conciliação para o dia 25/11/2019 às 10h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0655156-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Antonio Ribeiro da Costa Neto - Ao acessar os autos digitais, o sistema E-SAJ perfaz a OBSERVAÇÃO de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO com o PROC. Nº 0643756-58.2019.8.04.0001 razão pela qual a DISTRIBUIÇÃO se fez por VINCULAÇÃO. Consultando aquele feito, restou constatado que se trata de Ação de Execução de Título Extrajudicial, onde figuram PARTES, PEDIDO e/ou OBJETO DISTINTOS. Portanto, sendo infundada a suspeita, Determino a remessa dos autos à distribuição, para os fins de proceder à Exclusão da anotação de SUSPEITA de REPETIÇÃO de AÇÃO, bem como para que proceda à regular DISTRIBUIÇÃO por SORTEIO a quaisquer das VARAS CÍVEIS E DE ACIDENTES DE TRABALHO. Cumpra-se com a URGÊNCIA que o caso requer.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656570-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ivanete Braga de Carvalho - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. A teor do art. 300, do NCPC, a tutela provisória de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. No caso dos autos, porém, entendo que os documentos carreados à inicial, em análise sumária, não são capazes de induzir este juízo à concessão da medida pleiteada. Diante disso, INDEFIRO por ora a medida antecipatória de tutela provisória, sem prejuízo de posterior reanálise. Cite-se a Requerida por Carta de Citação Via Portal Eletrônico para, querendo, apresentar defesa no prazo de 15 (quinze) dias, constando no expediente as advertências legais (NCPC, art. 335 c/c 344, respectivamente).

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0656813-46.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Associação dos Adquirentes de Apartamento do Edifício Geneve - Intime-se a parte autora para efetuar o pagamento das custas processuais. Cumpra-se no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de cancelamento da distribuição do feito (Art. 290, NCPC). Publique-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657082-85.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação

deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657109-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657132-14.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Haja vista a presunção de veracidade da alegação de insuficiência de recursos para arcar com as custas, despesas e honorários de advogado, defiro o benefício da gratuidade da justiça formulado na inicial nos termos do artigo 98 c/c 99, parágrafos 2º e 3º, ambos do NCPC. Cite(m)-se o(s) executado(s) para pagar a dívida, custas e despesas processuais, além de honorários advocatícios, fixados no patamar de 10% (dez por cento), no prazo de 3 (três) dias, a contar da citação. Caso o(s) executado(s) possua(m) cadastro na forma do art. 246, §1º, e art. 1.051, do Código de Processo Civil, a citação deverá ser feita de maneira preferencialmente eletrônica. Do mandado ou carta de citação deverá constar, também, a ordem de penhora e avaliação a ser cumprida pelo Oficial de Justiça tão logo verificado o não pagamento no prazo assinalado, de tudo lavrando-se auto, com intimação do executado. Não encontrado(s) o(s) executado(s), havendo bens de sua titularidade, o Oficial de Justiça deverá proceder ao arresto

de tantos quanto bastem para garantir a execução, seguindo o processo na forma do art. 830, do Código de Processo Civil. As citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, ou nos feriados ou dias úteis mesmo antes das 6 e depois das 20 horas, observado o disposto no art. 5º, inciso XI, da Constituição Federal. O(s) executado(s) deverá(ão) ter ciência de que, nos termos do art. 827, §1º, do Código de Processo Civil, em caso de pagamento integral no prazo declinado, os honorários advocatícios poderão ser reduzidos pela metade. Registre-se, também, a possibilidade de oferecimento de embargos à execução, distribuídos por dependência e instruídos com cópias das peças processuais relevantes, no prazo de 15 (quinze) dias, contados na forma do art. 231, do Código de Processo Civil. Alternativamente, no lugar dos embargos, mediante o depósito de trinta por cento do valor total executado, poderá ser requerido o parcelamento do restante em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês. Fica(m) o(s) executado(s) advertido(s) que a rejeição dos embargos, ou, ainda, inadimplemento das parcelas, poderá acarretar na elevação dos honorários advocatícios, multa em favor da parte, além de outras penalidades previstas em lei. O exequente, por sua vez, deverá ter ciência de que, não localizados o(s) executado(s), deverá, na primeira oportunidade, requerer as medidas necessárias para a viabilização da citação, sob pena de não se aplicar o disposto no art. 240, §1º, do Código de Processo Civil. Tratando-se de pessoa jurídica, deverá, desde logo, providenciar a juntada de certidão de breve relato obtida junto à Junta Comercial ou semelhante, diligenciando, ainda, perante os cadastros processuais do juízo onde a empresa tem sede ou filial. Por fim, registre-se que, independentemente de nova ordem judicial, mediante o recolhimento das respectivas taxas, o exequente poderá requerer diretamente à Serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 828, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do Código de Processo Civil. Expedida a certidão, caberá ao exequente providenciar as averbações e comunicações necessárias, comprovando posteriormente nos autos no prazo de 10 dias, sob pena de nulidade, sem prejuízo de eventual responsabilização. Fica a Parte interessada intimada desde já a promover o recolhimento das custas dos atos e diligências necessários ao cumprimento desta decisão e dos atos que vier a requerer, a teor da Portaria n. 116/2017-PTJ, sob pena de arquivamento sem necessidade de nova intimação. Após, a comprovação do pagamento da diligência, expeça-se o competente mandado/carta. Caso não seja efetuado o pagamento, voltem-me os autos conclusos. Cientifique-se as partes que considera-se ato atentatório à dignidade da justiça a conduta comissiva ou omissiva do executado que: I - frauda a execução; II - se opõe maliciosamente à execução, empregando ardis e meios artificiosos; III - dificulta ou embaraça a realização da penhora; IV - resiste injustificadamente às ordens judiciais; V - intimado, não indica ao juiz quais são e onde estão os bens sujeitos à penhora e os respectivos valores, nem exibe prova de sua propriedade e, se for o caso, certidão negativa de ônus, conforme art. 774, do CPC. À Secretaria para as diligências de praxe.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0657231-81.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Imissão na Posse - REQUERENTE: Daniel Gabaldi Pozzetti - O art. 5º, LXXIV, da Constituição Federal, dispõe "o Estado prestará assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos". Embora para a concessão da gratuidade não se exija o estado de miséria absoluta, é necessária a comprovação da impossibilidade de arcar com as custas e despesas do processo sem prejuízo de seu sustento próprio ou de sua família. A declaração de pobreza, por sua vez, estabelece mera presunção relativa da hipossuficiência, que cede ante outros elementos que sirvam para indicar a capacidade financeira. No caso, há elementos suficientes para afastar a presunção, em especial: (i) natureza e objeto discutidos; (iii) contratação de advogado particular, dispensando a atuação da Defensoria. Antes de indeferir o pedido, contudo, convém facultar ao interessado o direito de provar a impossibilidade de arcar, sem o seu próprio prejuízo ou de sua família, com as custas e despesas do processo. Assim, para apreciação do pedido de Justiça Gratuita, a parte requerente deverá a teor do art. 99, §2º, do CPC, em 15 (quinze) dias, apresentar, sob pena de indeferimento do benefício: a) cópia das últimas folhas da carteira do trabalho, ou comprovante de renda mensal, e de eventual cônjuge; b) cópia dos extratos bancários de contas de titularidade, e de eventual cônjuge, dos últimos três meses; c) cópia dos extratos de cartão de crédito, dos últimos três meses; d) cópia da última declaração do imposto de renda apresentada à Secretaria da Receita Federal. Ou, no mesmo prazo, deverá recolher as custas judiciais e despesas processuais, sob pena de cancelamento da distribuição, a teor do art. 290, do CPC, sem nova intimação. Int.

ADV: SÉRGIO SCHULZE (OAB 7629/SC) - Processo 0657747-38.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Processo Findo. Dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ RICARDO GOMES DE OLIVEIRA (OAB 5254/AM) - Processo 0657967-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Braga Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOÃO EURICO BRASILEIRO DE SOUZA FARIA (OAB 8312/AM) - Processo 0659618-06.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Wellington da Silva Lima - Compulsando os autos, verifico que a parte requerida não foi intimada da sentença de fls. 92-94. Dessa forma, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m) ciência do(a) da referida sentença, cujo teor segue abaixo: "Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 485, inciso I, do CPC c/c os artigos 59 e 61, todos da Lei 8213/91, JULGO PROCEDENTES os pedidos formulados na inicial para DETERMINAR o pagamento à parte autora do benefício do auxílio-doença acidentário, tomando-se como termo inicial para pagamento das prestações a data de 04.05.2018, bem como determino a cessação do benefício no prazo de 60 (sessenta) dias contados da data de sua implantação, a qual deverá ocorrer após o trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta dias multa. Condeno a parte Ré ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 85, parágrafo 3º, do CPC c/c súmula 111 do STJ. Quanto às prestações vencidas e às eventuais diferenças, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo os parâmetros do art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação dada pela Lei 11.960/09. Sentença sujeita ao reexame necessário (art. 496, I do CPC)." P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM), ADV: ELISABETE LUCAS (OAB 4118/AM) - Processo 0660266-83.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Lucirene Maciel da Costa - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Chamo o processo à ordem. Dispõe a Portaria n. 1.233/2012 do TJ/AM que o valor dos honorários periciais, a ser pago pelo Tribunal de Justiça do Amazonas, é limitado a R$ 1.000,00 (mil reais), quando a parte que solicitou a perícia for beneficiária da gratuidade da justiça. Deste modo, intime-se o Sr. Perito para que informe se aceita o encargo, considerando que o valor máximo pago pelo Tribunal de Justiça do Amazonas a título de honorários periciais é de R$ 1.000,00 (mil reais). Havendo concordância, deverá o perito designar data e horário para realização da perícia, quesitos apresentados às fls. 147-148 e 149-150.

ADV: WELLINGTON DE AMORIM ALVES (OAB 2993/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM) - Processo 0661013-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Divisão e Demarcação - REQUERENTE: Selma Thury Vieira Sá Hauache - Designo audiência de conciliação para o dia 11/11/2019 às 09:00h, sala 01 de audiências da 3ª UPJ (Unidade de Processamento Judicial), ocasião em que deverão comparecer as partes ou seus procuradores, habilitados a transigir. Intimem-se.

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0714245-67.2012.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Raimundo da Silva Araujo - Assim, REJEITO os Embargos à Monitória e, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 8º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas referentes ao período de 01/2007 a 06/2012, conforme determinado às fls. 180-181. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do trânsito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: LUIS GUSTAVO CIGANA CRIVELLARO (OAB 250156/SP), ADV: IRENE CRISTINA M. L. PESTANA (OAB 257395/SP), ADV: PEDRO STÊNIO LÚCIO GOMES (OAB 2604/AM), ADV: CRISTIANE HRISTOV (OAB 193336/SP) - Processo 0716680-14.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Móvel - REQUERENTE: CMA CGM do Brasil Agência Marítima Ltda, Agente de CMA CGM Societè Anonyme - REQUERIDO: Ever Eletric Apliances Ind. e Com. de Veículos Ltda - Intimem-se as partes para que se manifestem sobre os cálculos apresentados pela contadoria à fl. 421, no prazo de 15 (quinze) dias.

Acácio Chezorim (OAB 243368/SP)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adolpho Mauro Maués Nazareth (OAB 5540/AM)
Ádria Alves Vital (OAB 5255/AM)
Adriana Ferreira do Nascimento (OAB 5498/AM)
Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Affimar Cabo Verde Filho (OAB A229/AM)
Alan Yuri Gomes Ferreira (OAB 10450/AM)
Aldenize Magalhães Aufiero (OAB 1874/AM)
Alessandra Lopes do Amaral (OAB 84337/MG)
Alessandra Nascimento S. F. Mourão (OAB 97953/SP)
Alessandro Dessimoni Vicente (OAB 146121/SP)
Alexandre Jamal Batista (OAB 138060/SP)
Alexandre Matos dos Santos (OAB 9995/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alexsander Barbosa da Silva Porto (OAB 825A/AM)
Alfredo José Borges Guerra (OAB 2668/AM)
Aline Carvalho Borja (OAB 18267/CE)
Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Amanda Juliele Gomes da Silva (OAB 165687/MG)
Amanda Mueller dos Santos (OAB 68653/PR)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)
Amândio Prudente da Costa (OAB 2584/AM)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Clara Soares Ladeira (OAB 7289/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Anne Clícia Alves da Silva Guilherme (OAB 3881/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Arnaldo Henrique Andrade da Silva (OAB 4810/AC)
Arnoldo Bentes Coimbra (OAB 345/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Boniek Pereira da Silva (OAB 8303/AM)
Brenda Karen Nunes Passos Lima (OAB 13270/AM)
CAIO CESAR FERNANDES DA CRUZ (OAB 154217/MG)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Augusto Tortoro Júnior (OAB 247319/SP)
CAROLINE PEREIRA LIMA (OAB 120919/MG)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Clóvis Roberto Soares Muniz Barreto (OAB 2968/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
CRISTIANE HRISTOV (OAB 193336/SP)
Cristiano Silva Colepicolo (OAB 81376/MG)
Daniel Coelho Silva (OAB 10581/AM)
Daniel Fábio Jacob Nogueira (OAB 3136/AM)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Daniel Santos de Andrade (OAB 6733/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Bernardo (OAB 306430/SP)
Diego Vinicius Soares Bonetti (OAB 344953/SP)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edna Maria Mourão Pereira Machado (OAB 2189/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Edson Macedo (OAB 286107/SP)
Eduardo Fornazari Alencar (OAB 138644/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elaine Rodrigues Jerônimo Silva (OAB 7793/AM)
ELANO RODRIGUES DE FIGUEIREDO (OAB 13400/CE)
Eliane Andrade Martins (OAB 12118/AM)
Elias Correia de Carvalho (OAB 321040/SP)
Elisabete Lucas (OAB 4118/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 53139/PR)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erika Patricia Marinho Oliveira (OAB 12133/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Felipe Rebouças Demosthenes Marques (OAB 11945/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio José dos Santos Marques (OAB 1608/AM)
Francisca Loureiro de Souza (OAB 8343/AM)
Francisco Tullio Silva Marinho (OAB 901A/AM)
Gabrielle Stoco Fábio (OAB 12913/AM)
Geisa Almeida de Almeida (OAB 8097/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Gianpaolo Zambiazi Bertol Rocha (OAB 86425/MG)
Giovana Isabelle Pimentel Lima (OAB 3981/AM)
Glair Maria Alves dos Santos Vital (OAB 2515/AM)
Gláucia Cristina Bulcão da Silva (OAB 3964/AM)
Gláucio Nunes da Luz (OAB 6326/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gunther Aquiles Marques Paz (OAB 7296/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hamilton Lustoza de Alencar (OAB 313306/SP)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Harrington Praia Marques (OAB 3199/AM)
Hediane Naiade Silva Monteiro (OAB 5839/AM)

Henrique Hércules da Costa Pinto (OAB 10229/AM)
Heraldo Antonio Correa Junior (OAB 13798/AM)
Hilda Maria Figueiredo Mandato (OAB 5350/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Igor Góes Lobato (OAB 307482/SP)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Irene cristina M. L. Pestana (OAB 257395/SP)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabela Procopio da Silva (OAB 13421/AM)
ISABELLE RABELO CARÉSTO (OAB 9962/AM)
Jander Rubem Souza da Rocha (OAB 7886/AM)
Janubia Lima Siqueira (OAB 003.684/AM)
Jayme Matos de Sena (OAB 4939/AM)
Jean Carlos de Araújo Assante (OAB 9215/AM)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Eurico Brasileiro de Souza Faria (OAB 8312/AM)
João Gilberto Freire Goulart (OAB 73169/MG)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB 1109A/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
José Higino de Sousa Netto (OAB 1734/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Ricardo Gomes de Oliveira (OAB 5254/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Josué Nascimento Pimentel (OAB 9118/AM)
Juliana Batista Braga (OAB 4166/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Pinheiro Soares Alencar Silva Gaia (OAB 13702/AM)
Julie Cintra Levinthal (OAB 8180/AM)
Júlio César Franco de Souza (OAB 6415/AM)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB 90461/MG)
Júlio de Carvalho Paula Lima (OAB A1149AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 178033/SP)
Kátia Regina Reis de Oliveira (OAB 3703/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laura Cid Vieira Belém (OAB 11987/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leandro Fernandes Carlos Gomes (OAB 133221/MG)
Leila Almeida de Sousa (OAB 3734/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonardo Coimbra Nunes (OAB 122535/RJ)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Linda Lúcia Oliveira Ramos de Lima (OAB 2810/AM)
Lindon Carlos Cruz de Oliveira (OAB 3577/AM)
Louise Rainer Pereira Gionédis (OAB 8123/PR)
Luana de Assis Pires (OAB 5030/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Lúcia de Fátima Llanos Aguirre (OAB 11948/AM)
Luciana Almeida de Sousa (OAB 1927/AM)
Luciana de Souza Breves (OAB 11270/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luis Gustavo Cigana Crivellaro (OAB 250156/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Maiara Cristina Moral da Silva (OAB 7738/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Roberto Costa Pires de Macedo (OAB 16021/BA)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aldenir Ferreira Rivas (OAB 2250/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Maria Celeste Seabra da Costa (OAB 9233/AM)
Maria de Nazareth Farias do Nascimento (SUSPENSÃO PREVENTIVA até 07/09/2019 - Ofício Circular 002/2019 - OAB/AM - TED) (OAB 3182/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Mariana Serejo Cabral dos Anjos (OAB 5985/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Maura Carvalho Maranhão (OAB 12135/AM)
Maurício Coimbra Guilherme Ferreira (OAB 91811/MG)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Maykon Felipe de Melo (OAB 20373/SC)
Mayza Moraes Antony (OAB 2315/AM)
MILENA PIRAGINE (OAB 912A/AM)
Milena Pirágine (OAB A912/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Mônica Vicente Taketa (OAB 7988/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Natália Cirilo da Silva Roque (OAB 266399/SP)
Neiva Evangelista Barboza (OAB 3187/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Oássis Trindade de Oliveira (OAB 495/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paula Donolina Meireles Ramos (OAB 8559/AM)
Paula Mendes de Farias Mello de Araujo (OAB 176951/RJ)
Paula Prada Furquim de Campos (OAB 131634/SP)
Paula Rodrigues da Silva (OAB 221271/SP)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Pedro Lucas Portugal Al-Behy Kanaan (OAB 8587/AM)
Pedro Marques Jones Neto (OAB 30917/BA)
pedro paulo wendel gasparini (OAB 115712/SP)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Pedro Stênio Lúcio Gomes (OAB 2604/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Pietro de Holanda Franco Almeida Costa Gomes Lopes (OAB 13804/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Reis Pereira (OAB 7219/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Bentes Sena (OAB 13543/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Pena Domingues (OAB 131470/RJ)
Rodrigo Waughan de Lemos (OAB 3967/AM)
RONALDO SPERRY (OAB A815/AM)
Rosana Rodrigues da Silva Favaro (OAB 118771/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 30820/RS)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB A921/AM)

Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rubenil Rosa de Almeida (OAB 2670/AM)
Rummenigge Cordovil Grangeiro (OAB 5810/AM)
Sarah Serruya Assis (OAB 9515/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201/AM)
Sérgio Schulze (OAB 7629/SC)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Shirlei Ribeiro Escobal (OAB 8604/AM)
Sidney de Souza Nunes (OAB 7803/AM)
Silvia Belitardo Ogawa (OAB 6404/AM)
Simone Aparecida Saraiva Lima (OAB 931A/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sônia Maria Cansanção da Silva (OAB 2431/AM)
Sudjane da Luz Rodrigues (OAB 6718/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Suzana Afonso Garcia Barros (OAB 4920/AM)
Taís Miranda Rodrigues (OAB 7743/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago Andrade de Melo (OAB 7214/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 11937A/AL)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
Thiago Ravell Santos (OAB 183844/RJ)
Thiago Rodrigues Abreu (OAB 7113/AM)
Valcerlan Ferreira Cruz (OAB 10037/AM)
Valdenyra F. Thome (OAB 762/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Violeta Cristina Muniz Teixeira (OAB 8452/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wellington de Amorim Alves (OAB 2993/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Zulmira Paulino Cavalcante (OAB 4144/AM)

14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM), ADV: JOSÉ RENATO ALVES DE SOUZA (OAB 267470/SP) - Processo 0028997-95.2006.8.04.0001 (001.06.028997-0) - Procedimento Comum Cível - Anulação - REQUERENTE: Max Aurimar da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/01/2020 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: LUIZ AUGUSTO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 7982/AM), ADV: CAIO FELDBERG PORTO (OAB 7995/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: DANIEL DE CASTRO SILVA (OAB 000.989/AM), ADV: MARCO TÚLIO ZAGHI PACHECO (OAB 8161/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: JOAO BOSCO DOS SANTOS PEREIRA (OAB 2474/AM), ADV: EVANDRO ARAÚJO BRASIL (OAB 3988/AM), ADV: JOSÉ RICARDO XAVIER DE ARAÚJO (OAB 3730/AM), ADV: ANGELITO EVANGELISTA QUEIROZ (OAB 002.966/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: MARIZA LUSTOZA RIBEIRO (OAB 6869/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE JÚNIOR (OAB 3840/AM), ADV: MÁRIO AUGUSTO MARQUES DA COSTA (OAB 1946/AM), ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM) - Processo 0048924-72.2010.8.04.0012 (012.10.048924-1) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Celso Luiz Moraes da Costa Junior - REQUERIDO: Francisco Ferreira da Silva - LITSPASSIV: Gelão e Frigorífico Peixão - Bradesco Seguros S/A. - REQUERIDA: Maria de Fatima Chaves Coimbra - Após o trânsito em julgado desta sentença, dê-se baixa no SAJ, no setor de Distribuição e arquivem-se estes autos com as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0203180-40.2009.8.04.0001 (001.09.203180-4) - Monitória - REQUERENTE: Manaus Energia S/A - REQUERIDA: Clarice Gomes Alconforado - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM), ADV: RENNALT LESSA DE FREITAS (OAB 8020/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0217395-69.2019.8.04.0001 (processo principal 0604718-78.2015.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - EXEQUENTE: NEUDA DA SILVA GIOIA e outro - EXECUTADO: Capital Rossi Empreendimentos S/A e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que se manifestem acerca dos cálculos apresentados pela Contadoria, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: FELIPE ALMEIDA FERREIRA (OAB 10271/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM) - Processo 0226352-45.2008.8.04.0001 (001.08.226352-4) - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Antonio Cláudio Pereira dos Santos - REQUERIDO: Américo Gorayeb Neto - Diante disso, indefiro o pedido de desconsideração do mencionado despacho (fls.399/400) e, considerando o lapso temporal já transcorrido, determino a intimação do requerente para que cumpra a determinação judicial quanto à apresentação das contas que entender devidas no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de arquivamento. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: DJANE OLIVEIRA MARINHO (OAB 5849/AM), ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0226968-20.2008.8.04.0001 (001.08.226968-9) - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lygia Barroso Dantas - REQUERIDO: GOL Transportes Aéreos S.A. - A despeito da requerida noticiar o pagamento das custas remanescentes (fl. 303/304), procedeu ao depósito de valor em Juízo (fls. 305/306), sendo que as custas processuais deverão ser recolhidas por meio de guia de recolhimento judicial - GRJ. Tendo em vista que a requerente já atingiu a maioridade civil, determino a sua intimação para, no prazo de 15 (quinze) dias, sanar o defeito de representação mediante a juntada de instrumento de procuração subscrito pela própria parte. Dê-se vista aos litigantes para manifestação, em igual prazo, sobre o certificado pela Contadoria (fl. 313). À Secretaria para que proceda a consulta do saldo do depósito noticiado nos autos (fls. 305/306). Cumpridas as diligências acima e escoado o prazo assinalado para manifestação, voltem-me os autos conclusos para novas deliberações. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO LIMA MATOS (OAB 1126/AM), ADV: OTACÍLIO NEGREIROS NETO (OAB 4069/AM), ADV: ANTÔNIO RODRIGUES DOS PASSOS (OAB 704/AM) - Processo 0227737-91.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0207931-

02.2011.8.04.0001) (001.09.227737-4) - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Amauri Januário da Silva - REQUERIDO: Klinger Pereira Libório e outro - Tendo em vista a suspensão do presente feito por prejudicialidade externa (fl. 284) e que o prazo do art. 313, §4°, do CPC ainda não transcorreu, permaneçam os presentes autos sobrestados até o julgamento do processo n°0640637-31.2015.8.04.0001. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: JULIANA FARIAS RODRIGUES (OAB 3797/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0241675-85.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARCO LÚCIO SOUTO-MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM), ADV: MARCO LÚCIO SOUTO MAIOR DE ATHAYDE (OAB 4522/AM), ADV: JORGE SECAF NETO (OAB 001.167/AM) - Processo 0340461-09.2007.8.04.0001 (001.07.340461-7) - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Jumbo Magazine Ltda - REQUERIDA: Ana Maria da Silva Nossa Tuma - João Carlos Antônio Tuma - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES NETO (OAB 10785/AM) - Processo 0600508-47.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0649210-19.2019.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - EXEQUENTE: Clemente Augusto Gomes Neto - REQUERIDO: Beny Materiais de Construção Ltda e outro - EXECUTADO: Israel Transportes e Comércio Ltda. - ME - Tendo em vista a impugnação ao bem oferecido no auto de penhora encartado às fls. 297/301, intime-se o executado, por seu advogado habilitado nos autos, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar manifestação, pagar a dívida ou indicar bem passível de penhora. Decorrido prazo, com ou sem manifestação, voltem-me os autos conclusos para decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600543-36.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0601925-64.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0602957-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jessica Millena Messias dos Santos - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu omissão, mantendo incólume os termos da decisão proferida. Em prosseguimento do feito, tendo em vista a inversão do ônus da prova (fls.32/36) e a notícia das partes de celebração de acordo quanto aos débitos e religação de água anterior à propositura da ação, determino a intimação da requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, colacionar aos autos a documentação relativa à negociação administrativa a fim de verificar os termos pactuados bem como informar a data em que ocorreu o corte por débitos e a de religação em razão do mencionado acordo. Apresentada a documentação, dê-se vista à requerente para manifestação em igual prazo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES - Processo 0603299-18.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Ana Ruth Lopes dos Santos e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 21/11/2019 às 10:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: RAFAEL REBELO AFFONSO (OAB 12284/AM) - Processo 0605179-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDA: Raimunda da Costa Beleza - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para suprir a omissão apontada no sentido de restar prejudicada a análise dos pedidos de declaração de obrigação da requerida quanto ao pagamento de multa e tributos incidentes até a apreensão do bem, nos termos da fundamentação. P. R. I.C.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0607316-97.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SUZANA PINTO LORENZONI (OAB 9155/AM), ADV: LUÍS FERNANDO DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 8948/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607874-35.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laurimar Nogueira de Lima - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0609383-11.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Itautinga Agro Industrial S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0612497-16.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERENTE: Bradesco Saúde S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM) - Processo 0614433-76.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Stanley Souza da Rocha - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0614745-52.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0615324-68.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: PATRESE ANUNCIAÇÃO PRADO (OAB 9571/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS) - Processo 0616478-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Wilde de Azevedo Bentes - REQUERIDO: Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0616950-88.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM) - Processo 0619566-65.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Maria Auxiliadora Freitas Caldas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Com o trânsito em julgado e cumpridas as diligências, arquivem-se estes autos com as cautelas legais. P.R.I.C.

ADV: ROZELI FERREIRA SOBRAL ASTUTO (OAB 5743/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0621935-71.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MANOEL ERIVAM VIEIRA DE SUZA - REQUERIDO: Procuradoria Federal no Estado do Amazonas e outros - Em face do exposto, julgo procedente o presente cumprimento de sentença e HOMOLOGO os cálculos apresentados que se tornam incontroversos (fl. 258), e, estando o valor final incluso no teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, deve ser expedido RPV, com fundamento no art. 100, §3º da Constituição Federal. Expeça-se RPV, a fim de que o Requerido promova o pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, sob pena de sequestro de bens, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 10.259/2011). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0622398-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Waldira Lourenço do Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 187A/AM) - Processo 0623409-14.2013.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Carlos Alberto Ferreira Castro e outro - REQUERIDO: Eduardo Cruz dos Santos e outro - Considerando as tentativas frustradas de intimação por via postal e oficial de justiça em razão da não localização do endereço (fls. 350 e 359), entendo configurada a hipótese do art. 275, §2°, do CPC, razão pela qual defiro o pedido no sentido de determinar a publicação de edital para fins de intimação do requerido José Carlos de Souza Bruce para, no prazo de 05 (cinco) dias, constituir novo advogado em razão da renúncia do causídico anterior. Tendo em vista que se trata de ato de interesse do réu, as custas relativas ao edital deverão ser recolhidas pelo requerido interessado na primeira oportunidade em que lhe couber falar nos autos. Expeça-se o respectivo edital com prazo de dilação de 20 (vinte) dias para início da fluência do prazo assinalado de 05 (cinco) dias para a constituição de novo patrono. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0623431-67.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Elias Marcos Batista - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De arremate, certificado o trânsito em julgado da decisão e transcorrido o prazo do art. 523 do CPC, a parte exequente poderá requerer diretamente à serventia a expedição de certidão, nos termos do art. 517 do CPC, que servirá também aos fins previstos no art. 782, §3º, todos do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FERNANDO MAFRA NEGREIROS (OAB 5641/AM), ADV: TATIANE MEDINA OLIVEIRA (OAB 6336/AM), ADV: MAURIANNE DE SOUZA KAIST (OAB 9951/AM) - Processo 0625768-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Pneu Forte Ltda - REQUERIDO: Fábio da Silva Bandeira (Estaleiro Bandeira) - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ EDUARDO TREVIZAN (OAB 233347/SP), ADV: TAINARA FERNANDA TALHAIRE (OAB 376275/SP) - Processo 0628618-85.2018.8.04.0001 - Monitória - Cheque - EXEQUENTE: Gold Steel Comércio de Aço Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: LUIS PHILIPE PEREIRA DE MOURA (OAB 162807/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0629685-27.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: JOSE RIBAMAR PEREIRA FONTOURA - REQUERIDO: INSS - Instituto Nacional da Seguridade Social - Pelo exposto, conheço dos presentes

embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO, por entender que não ocorreu omissão no despacho atacado, mantendo incólume os seus termos. Dê-se vista o requerido para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre os novos cálculos apresentados pela parte autora (fls. 335/336). Tendo em vista a notícia de descumprimento, determino a intimação do requerido para, em igual prazo, esclarecer se o autor foi encaminhado para reabilitação profissional ou, ainda, se houve a concessão de benefício substitutivo, colacionando a respectiva documentação comprobatória. Em caso negativo, deve o réu, no mesmo prazo acima assinalado, proceder ao restabelecimento do auxílio-doença acidentário até o termo final fixado na sentença, sob pena de adoção das medidas cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0631195-70.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Nascentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JORGIANA LACET DE LIMA (OAB 10128/AM), ADV: LILIAN ANTONIA FERREIRA DE AQUINO (OAB 10336/AM) - Processo 0631969-66.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Locação de Móvel - EXEQUENTE: P W Engenharia Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que forneça o CPF do requerido João Jorge Cavalcante Azevedo Júnior, pois, ao digitar o CPF sob o nº 688.752.232-20 no sistema conveniado Bacenjud, o mesmo alega estar incorreto ou indisponível, a fim de viabilizar a consulta realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME FELIPE NASCIMENTO PESSOA (OAB 7574/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0633134-27.2013.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu omissão na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.C.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: RYSANNDRETT ALVARENGA ROSAS (OAB 8939/AM), ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0633570-44.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Aurizete Vieira Campos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Na sentença, a determinação foi de que o auxílio-doença permanecerá até "(...) o restabelecimento da requerente para o exercício de outra atividade ou a concessão de benefício previdenciário substitutivo pelo requerido, se for o caso." (fl.157). Assim, tendo em vista a divergência entre as partes quanto ao cumprimento da sentença relativo à obrigação de restabelecimento de auxílio-doença acidentário em razão da cessação do benefício noticiada nos autos e, ainda, que a informação influenciará no cálculo do débito exequendo, determino a intimação do requerido para, no prazo de 15 (cinco) dias, esclarecer se a autora foi encaminhada para reabilitação profissional ou, ainda, se houve a concessão de benefício substitutivo, colacionando a respectiva documentação comprobatória. Em caso negativo, deve o réu, no mesmo prazo acima assinalado, proceder ao restabelecimento do auxílio-doença acidentário até o termo final fixado na sentença, sob pena de adoção das medidas cabíveis. Apresentada a documentação, dê-se vista à autora para manifestação em 15 (quinze) dias. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELI MARQUES CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 2881/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0634087-83.2016.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: Patricia de Souza Sisnando - REQUERIDO: Mário Rubem Oliveira da Silva - Após o trânsito em julgado, arquive-se os autos e se proceda a baixa nos SAJ/PG5 e na distribuição. P.R.I.C.

ADV: SERAFIM PEREIRA D'ALVIM MEIRELLES NETO (OAB 1694/AM), ADV: JOSELMA RODRIGUES DA SILVA (OAB 579A/AM) - Processo 0634565-28.2015.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: BANCO DA AMAZÔNIA S/A - REQUERIDO: Viacar Transportes e Comercio de Veículos Automotores Ltda - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I.C.

ADV: KÁSSIA CRISTINA PEREIRA TORRES (OAB 10577/AM) - Processo 0634682-48.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Francisco Damião Fernandes de Macedo - Em face do exposto, julgo procedente o presente cumprimento de sentença e HOMOLOGO os cálculos apresentados (fls. 194/203), que se tornam incontroversos (fl. 204), e, estando o valor final incluso no teto estipulado do art. 17, §1º, da Lei nº 10.259/2001, deve ser expedido RPV, com fundamento no art. 100, §3º da Constituição Federal. Expeça-se RPV, a fim de que o Requerido promova o pagamento, no prazo de 02 (dois) meses, sob pena de sequestro de bens, nos termos do art. 17, caput, da Lei nº 10.259/2011). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAMI YURI MENEZES GAMA (OAB 8933/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0636064-42.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: Condominio Jardim Paradiso Alamanda - EXECUTADO: Andrey do Nascimento Almeida - Em atenção ao contraditório, determino a intimação do exequente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se sobre a o notícia de adimplemento do débito e os documentos que acompanham a manifestação do executado (fls. 82/94). Transcorrido o prazo para manifestação, voltem-me os autos conclusos para decisão e deliberação quanto ao montante constrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0636631-10.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 22/01/2020 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVEZ DOS SANTOS (OAB 1163/AM) - Processo 0636691-46.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Jsafra Sa - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM) - Processo 0639183-79.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Cássia Regina Rabelo da Silva - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e a modo, e lhes DOU PARCIAL PROVIMENTO para sanar a obscuridade quanto aos lucros cessantes no sentido de condenar a requerida ao pagamento R$247.329,19 (duzentos e quarenta e sete mil, trezentos e vinte e nove reais e dezenove centavos), mantendo os critérios de atualização fixandos na sentença de mérito. Mantenho incólume as demais disposições da sentença. P. R. I.C.

ADV: IVY SOARES DE SOUZA ARAYA (OAB 13303/AM), ADV: SÉRGIO ROBERTO BULCÃO BRINGEL JÚNIOR (OAB 14182/AM), ADV: KELY PATRÍCIA PAIXÃO SILVA (OAB 9763/AM) - Processo 0640169-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Lucas do Amaral Silva Ferreira - REQUERIDO: Evilasio Badziak - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: FABRÍCIO PERROTTA DA SILVA (OAB 165909/RJ), ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0640457-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Márcio Júnior de Souza Martins - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: HARRISSON FERNANDES DOS SANTOS (OAB 107778/MG) - Processo 0640965-87.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Topázio S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: IZIDORIO RAMOS FRANÇA NETO (OAB 14070/AM) - Processo 0642055-33.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Jose Jorge Monteiro Lopes - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos art.702, § 5º do CPC, responder aos embargos à monitória.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: EDUARDO LUIZ BROCK (OAB 91311/SP), ADV: FABIO SANTOS PEDROSO (OAB 295660/SP), ADV: SOLANO DE CAMARGO (OAB 149754/SP) - Processo 0642112-51.2017.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Pss - Seguridade Social - Pelo exposto, conheço dos presentes embargos de declaração, porque deduzidos a tempo e modo, porém lhes NEGO PROVIMENTO por entender que não ocorreu contradição na decisão atacada, mantendo incólume os termos da sentença prolatada. P. R. I.C.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0642212-74.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM), ADV: ANDERSON AIRES DA SILVA (OAB 10043/AM), ADV: ANA MARIA BEZERRA PINHEIRO (OAB 5052/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM) - Processo 0642572-38.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Inadimplemento - REQUERENTE: Anisio Carlos dos Santos Filho - REQUERIDO: Wládia Raquel Freitas do Nascimento Eireli Me e outros - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que se manifeste(m) acerca do bloqueio negativo/insuficiente realizado no sistema BACENJUD, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0643231-47.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Vanda Araujo de Moraes - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A e outro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: LUCIANO DA SILVA ROCHA (OAB 9788/AM), ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0643238-39.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Auriceia Gonçalves Consentini - REQUERIDA: Suzane Oliveira da Silva e outro - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JÚNIOR (OAB A1109/AM), ADV: FRANK FERREIRA DANTAS (OAB 10195/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO DE REZENDE JUNIOR (OAB 1109/AM) - Processo 0644291-84.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0631464-12.2017.8.04.0001) - Embargos à Execução - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: Jose Horge Paiva de Souza - EMBARGADO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte embargante para que se manifeste acerca da impugnação de fls. 60/89, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0645700-95.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0650360-35.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Sociedade Portuguesa Beneficente do Amazonas - Após o trânsito em julgado, dê-se a devida baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P. R. I. C.

ADV: RAFAEL NASCIMENTO PICANÇO (OAB 10349/AM) - Processo 0651113-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Graziela da Costa Rodrigues - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação, designada para o dia 29/10/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: GISLENE CREMASCHI LIMA PADOVAN (OAB 125098/SP) - Processo 0654030-18.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Hospital AC Camargo - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM) - Processo 0654174-89.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Benefícios em Espécie - REQUERENTE: Avelino Dias de Sousa - Após o trânsito em julgado, dê-se baixa no SAJ e arquivem-se os autos, observadas as cautelas de praxe. P.R.I.C.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Maria Bezerra Pinheiro (OAB 5052/AM)
Anderson Aires da Silva (OAB 10043/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Angelito Evangelista Queiroz (OAB 002.966/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio Rodrigues dos Passos (OAB 704/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)
Caio Feldberg Porto (OAB 7995/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Clemente Augusto Gomes Neto (OAB 10785/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Daniel de Castro Silva (OAB 000.989/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Djane Oliveira Marinho (OAB 5849/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Luiz Brock (OAB 91311/SP)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Eli Marques Cavalcante Júnior (OAB 2881/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade Júnior (OAB 3840/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evandro Araújo Brasil (OAB 3988/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Fabio Santos Pedroso (OAB 295660/SP)
Fabrício Perrotta da Silva (OAB 165909/RJ)
Felipe Almeida Ferreira (OAB 10271/AM)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Francisco Lima Matos (OAB 1126/AM)
Frank Ferreira Dantas (OAB 10195/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gislene Cremaschi Lima Padovan (OAB 125098/SP)
Guilherme Felipe Nascimento Pessoa (OAB 7574/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Harrisson Fernandes dos Santos (OAB 107778/MG)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Ivy Soares de Souza Araya (OAB 13303/AM)
Izidorio Ramos França Neto (OAB 14070/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
Joao Bosco dos Santos Pereira (OAB 2474/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Secaf Neto (OAB 001.167/AM)
Jorgiana Lacet de Lima (OAB 10128/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Augusto de Rezende Junior (OAB 1109/AM)
José Augusto de Rezende Júnior (OAB A1109/AM)
José Eduardo Trevizan (OAB 233347/SP)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
José Lídio Alvez dos Santos (OAB 1163/AM)
José Renato Alves de Souza (OAB 267470/SP)
José Ricardo Xavier de Araújo (OAB 3730/AM)
Joselma Rodrigues da Silva (OAB 579A/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliana Farias Rodrigues (OAB 3797/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kássia Cristina Pereira Torres (OAB 10577/AM)
Kely Patrícia Paixão Silva (OAB 9763/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074A/AM)
Lilian Antonia Ferreira de Aquino (OAB 10336/AM)
Luciano da Silva Rocha (OAB 9788/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Fernando de Almeida Lorenzoni (OAB 8948/AM)
Luis Philipe Pereira de Moura (OAB 162807/RJ)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Augusto de Borborema Blasch (OAB 7982/AM)
Luiz Fernando Mafra Negreiros (OAB 5641/AM)
Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marco Lúcio Souto Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marco Lúcio Souto-Maior de Athayde (OAB 4522/AM)
Marco Túlio Zaghi Pacheco (OAB 8161/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Mário Augusto Marques da Costa (OAB 1946/AM)
Mariza Lustoza Ribeiro (OAB 6869/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Maurianne de Souza Kaist (OAB 9951/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Otacílio Negreiros Neto (OAB 4069/AM)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrese Anunciação Prado (OAB 9571/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 187A/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Rafael Nascimento Picanço (OAB 10349/AM)
Rafael Rebelo Affonso (OAB 12284/AM)
Rami Yuri Menezes Gama (OAB 8933/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Rennalt Lessa de Freitas (OAB 8020/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rozeli Ferreira Sobral Astuto (OAB 5743/AM)
Rysanndrett Alvarenga Rosas (OAB 8939/AM)
Serafim Pereira D'Alvim Meirelles Neto (OAB 1694/AM)
Sérgio Roberto Bulcão Bringel Júnior (OAB 14182/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Solano de Camargo (OAB 149754/SP)
Suzana Pinto Lorenzoni (OAB 9155/AM)
Tainara Fernanda Talhaire (OAB 376275/SP)
Tatiane Medina Oliveira (OAB 6336/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0417/2019

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602636-40.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Edilson Pereira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0603893-32.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Manoel Vanderlan Dácio da Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: MARCO ANTÔNIO CRESPO BARBOSA (OAB 115665/SP), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0606466-43.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos e examinados. O Autor AYMORÉ CRÉDITO, FINANCIAMENTO E INVESTIMENTO S.A aviou a presente demanda cautelar de Busca e Apreensão contra o Réu ANTONIONI PEREIRA LOPES com o escopo de retomar o veículo automotor. Antes da movimentação do aparato judiciário para o alcance de tutela jurisdicional houve a notificação extrajudicial válida (fls. 25). Veículo de Marca/Modelo: Renault Clio Exp 10 16VS, ano 2006/2006, chassi 93YLB8B156J749415, renavam 893439410, placa JXR-5557 de cor vermelha especificado na proemial (fls. 1 e 30). Em razão do descumprimento do enliçamento contratual (fls .18 a 21) Debito atualizado fls. 28 e 29. Efetuou o pagamento das custas processuais e do Oficial de Justiça. Atribuiu à causa o valor de R$ 9.761,88 (nove mil, setecentos e sessenta e um e oitenta e oito centavos). Julgadora outra no exercício do juízo de admissibilidade da inicial, deferiu a liminar, determinou o bloqueio do bem junto ao RENAJUD e ordenou a citação do Réu (fls. 38 e 39). Ocorre que restou malograda a diligência citatória do Réu (fls. 75) quando então o Autor foi instado à manifestação (fls. 76) qundo então apontou novo endereço (fls. 79) para o qual foi realizada nova diligência mas que tb rstou infrutífera tal o certificado pelo oficial de justiça às fls. 92. Instado novamente o Autor à manifestação acerca do último resultado da diligência (fls. 93) houve pugnar consulta do endereço do Autor junto ao SIEL (fls. 96) cujas custas somente foram recolhidas às fls. 102 a 105. Resultado do SIEL às fls. 106, cujo resultado diverge daqueles apontados pelo Autor no decorrer do feito, quando então foi instado à manifestação (fls. 107). A despeito de regularmente intimado (fls. 107 a 110), o Autor não apresentou qualquer manifestação mantendo-se inerte, tal o certificado às fls. 111. É o relato. DECIDO. As circunstâncias acima apontadas são relevantes o bastante para sedimentar o provimento jurisdicional de inobservância aos elementos que se sagram imprescindíveis à constituição regular do feito e sua existência na órbita do direito, isto porque se revela ônus do Autor a indicação fidedigna do endereço da parte adversa a ocupar a angularidade passiva da demanda e, o exaurimento das vias legais citatórias, sem o que o feito se extingue por sentença que não lhe aprecia o mérito, à luz do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a leitura que se extrai do artigo 6º, do Digesto Processual Civil que consagra o princípio da cooperação. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. O chamamento citatório da parte com quem se vai digladiar na seara judicial é ônus processual da parte que contra ela demanda, à inteligência do que dita o artigo 240, §2°, do novo Digesto Processual Civil. Nunca demais lembrar que a citação formal do Réu é pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sobre o qual o Autor não se desincumbiu do dever, tendo em vista que no momento de comprovar a regularidade da citação ou requerer diligência para que nova citação fosse efetuada, quedou-se inerte. Desta forma, a parte não foi diligente em cumprir o seu papel e possibilitar a triangulação processual. O processo não pode tramitar por tantos anos sem que o Autor, em nome do princípio da cooperação, e por vassalagem aos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo não se desobrigue de cumprir os requisitos legais para adequar a angularidade passiva da demanda (artigo 319, inciso II, da nova Lei do Rito Civil). Inafastável, ademais a violação ao princípio da razoável duração do processo por ato que se imputa exclusivamente ao Autor. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe competem, inclusive sem cumprir diligências imprescindíveis ao provimento jurisdicional almejado, que guardam respeito ao desenvolvimento válido e regular do processo. Entendo que a reprimenda a ser imposta em desfavor do Autor é o reconhecimento de peremptoriedade do prazo que lhe foi assinalado objetivamente para que se desincumbisse da dicção do artigo 319, inciso II, da Lei do Rito Civil, a qual espelha o dever informacional claro acerca do endereço da parte adversa. Parte dispositiva Assim, pelas razões jurígenas acima alinhavadas INDEFIRO a petição inicial por falta de indicação fidedigna do endereço do Réu sem ter o Autor se desincumbido de tal dever quando instado a fazê-lo em tempo e modo e, em consequência DECLARO a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, motivo bastante ao JULGAMENTO DE EXTINÇÃO DA DEMANDA sem resolução do mérito, fazendo-o com supedâneo no artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento do vício que lhe foi, objetivamente apontado neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. REVOGO a liminar concedida em cognição sumária e ordeno à Secretaria que retire a constrição do bem junto ao RENAJUD. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa no acervo desta Unidade Judicial, após termo nos autos.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM), ADV: GABRIELLY DE OLIVEIRA GOMES (OAB 14294/AM) - Processo 0607097-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Dissica Tomaz Calderaro - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 03/12/2019 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: ELZA MEGUMI LIDA (OAB 95740/SP) - Processo 0607870-95.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Robert Bosch Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-

PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB 1065A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JAYME MARQUES BRASIL JÚNIOR (OAB 4986/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0610027-46.2016.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta de endereço almejada nos sistemas conveniados (verificar os sistemas que constarão neste Ato Ordinatório SIEL), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, bem como, no caso de consulta no SIEL, informe o nome completo da genitora da parte a ser consultada, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0615400-87.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vistos e examinados. Trata-se de demanda Reintegratória de Posse manejada por ÁGUAS DE MANAUS S/A contra LEODICEIA ALVES SEVALHO em decorrência do apossamento de área localizada à Rua Uberlândia, sobre a qual, por força do contrato de concessão mantinha um poço de distribuição de água para atendimento aos moradores do bairro Gilberto Mestrinho, desde 17/07/2007. Assevera o Autor que a área vindicada integrava a propriedade de Edizangela Gomes do Carmo e Walmir dos Santos Reis com os quais já transcorria processo administrativo de regularização fundiária. Sucede que a Ré teria se apossado da área e nela construído um imóvel, situação esta que foi constatada pela empresa fornecedora do serviço essencial, em 28 de fevereiro de 2018, quando da vistoria dos poços, o que culminou com a lavratura de um boletim de ocorrência. Destaca que a Ré não teria direito a benfeitorias. Atribui à causa o valor de R$ 10.300,00 (dez mil e trezentos reais). No exercício do juízo de admissibilidade da inicial, Julgadora titular deste Juízo deferiu a liminar reintegratória de posse ao Autor atinente ao imóvel situado à Rua Uberlândia nº 18, bairro Gilberto Mestrinho. visto que sustentada em documentos suficientes e adequados à prova da plausibilidade do direito esboçado, com ordem de citação do Réu (fls. 71 a 73). Malograda a tentativa de citação do Réu (fls. 81) o Autor foi instado a indicar novo endereço, quando então se manifestou às fls. 92 a 95 para informar que o endereço da exordial está correto e pugnou nova expedição de mandado (fls. 92). Mandado expedido para o mesmo endereço da exordial tal como requereu o Autor (fls. 97) e diligenciado pelo Oficial de Justiça que certificou às fls. 110 o não cumprimento da citação em razão de "número não localizado", quando então novamente o Autor foi instado à manifestação para indicação de endereço do Réu no prazo a e ele assinado sob pena de extinção do feito (fls. 111). Ocorre que, a despeito de regularmente intimado (fls. 112) o Autor não apresentou qualquer manifestação tal o certificado às fls. 113. É o relato. DECIDO. As circunstâncias acima apontadas são relevantes o bastante para sedimentar o provimento jurisdicional de inobservância aos elementos que se sagram imprescindíveis à constituição regular do feito e sua existência na órbita do direito, isto porque se revela ônus do Autor a indicação fidedigna do endereço da parte adversa a ocupar a angularidade passiva da demanda e, o exaurimento das vias legais citatórias, sem o que o feito se extingue por sentença que não lhe aprecia o mérito, à luz do art. 485, inciso IV, do Código de Processo Civil. A Constituição Federal assegura a todos que os processos no âmbito judicial e administrativo terão razoável duração devendo ser utilizados todos os meios que garantam a celeridade da tramitação. Assim, desde que respeitadas as determinações legais, os processos judiciais terão a maior celeridade possível. Trata-se de determinação constitucional que não obriga somente aos Magistrados, mas também as partes litigantes. Logo, para que isso seja possível as partes deverão ser diligentes em relação ao curso da ação processual, especialmente, quando instadas a praticar atos. É a leitura que se extrai do artigo 6º, do Digesto Processual Civil que consagra o princípio da cooperação. Nesse contexto, o Judiciário não pode permitir que as demandas tramitem indefinidamente nos Cartórios, principalmente quando o decurso do tempo sem manifestação é atribuído às partes. O chamamento citatório da parte com quem se vai digladiar na seara judicial é ônus processual da parte que contra ela demanda, à inteligência do que dita o artigo 240, §2°, do novo Digesto Processual Civil. Nunca demais lembrar que a citação formal do Réu é pressuposto de desenvolvimento válido e regular da demanda, sobre o qual o Autor não se desincumbiu do dever, tendo em vista que no momento de comprovar a regularidade da citação ou requerer diligência para que nova citação fosse efetuada, quedou-se inerte. Desta forma, a parte não foi diligente em cumprir o seu papel e possibilitar a triangulação processual. O processo não pode tramitar por tantos anos sem que o Autor, em nome do princípio da cooperação, e por vassalagem aos pressupostos de desenvolvimento válido e regular do processo não se desobrigue de cumprir os requisitos legais para adequar a angularidade passiva da demanda (artigo 319, inciso II, da nova Lei do Rito Civil). Inafastável, ademais a violação ao princípio da razoável duração do processo por ato que se imputa exclusivamente ao Autor. Com efeito, a presente demanda foi proposta sem que o Autor haja praticado os atos que lhe compete, inclusive sem cumprir diligências imprescindíveis ao provimento jurisdicional almejado, que guardam respeito ao desenvolvimento válido e regular do processo. Entendo que a reprimenda a ser imposta em desfavor do Autor é o reconhecimento de peremptoriedade do prazo que lhe foi assinalado objetivamente para que se desincumbisse da dicção do artigo 319, inciso II, da Lei do Rito Civil, a qual espelha o dever informacional claro acerca do endereço da parte adversa. Parte dispositiva Assim, pelas razões jurígenas acima alinhavadas INDEFIRO a petição inicial por falta de indicação fidedigna do endereço do Réu sem ter o Autor se desincumbido de tal dever quando instado a fazê-lo em tempo e modo e, em consequência, DECLARO a ausência de pressuposto de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, motivo bastante ao JULGAMENTO DE EXTINÇÃO DA DEMANDA sem resolução do mérito, fazendo-o com supedâneo no artigo 485, incisos I e IV, do Código de Processo Civil. Observe-se à parte que poderá novamente propor a demanda, desde que ultime o saneamento do vício que lhe foi, objetivamente apontado neste pronunciamento judicial. É a leitura que se extrai do artigo 486, §1º, da Lei do Rito Civil. Custas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intime-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado arquive-se o feito e ultime-se a respectiva baixa no acervo desta Unidade Judicial, após termo nos autos.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0615693-23.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Vistos e examinados. O Autor atravessou petitório em que insculpe o desiderato de homologação de acordo acostado às fls. 54 a 88, por meio do qual estabelecem cláusulas de ajuste restabelecedor da paz social. Fizeram-no para encerrar a presente demanda monitória. Assim, em exercício ao juízo apreciativo a respeito da legalidade das cláusulas avençadas (fls. 54 a 88) esta Julgadora lança a presente sentença, exceto no que pertine à cláusula 4ª, alínea "f" (fls. 54), no que pertine à faculdade de vir o Autor suspender o serviços de energia à Ré, isto porque inteiramente dissonante das decisões de Tribunais Superiores, eis que implica ameaça ao consumidor quanto ao reconhecimento de que as condições técnicas a que chegou unilateralmente são válidas. Parte dispositiva HOMOLOGO por sentença o acordo entabulado entre as partes para o fim de que produza seus jurídicos e legais efeitos, segundo dicção do artigo 269, inciso III, da Lei do

Rito Civil. Faço-o proferindo sentença com resolução do mérito. Custas recolhidas ex lege. Publique-se. Registre-se. Intimem-se e Cumpra-se. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se o processo e ultime-se a respectiva baixa.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0631579-62.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: Luiz Gonzaga Ramos de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0631915-66.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Marlúcia Ferreira Campos - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0633335-09.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Rio Negro Loteamentos e Incorporações Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: VITO SASSO FILHO (OAB 10344/AM) - Processo 0643214-40.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Alzenira Queiroz Barroso - Nos termos da Recomendação Conjunta nº: 01 de15 de dezembrode 2015, firmado entre o Presidente do Conselho Nacional de Justiça, o Advogado-Geral da União e o Ministro de Estado do Trabalho e Previdência Social, bem como da Portaria 2183/2016-PTJ, de ordem fica designado:1 - A realização de prova pericial médica, com nomeação de perito do Juízo e ciência à parte Autora dos quesitos unificados no anexo da Recomendação conjunta01/12/2015(http://www.cnj.jus.br/busca-atos-adm?documento=3060)2 - A nomeação do perito médico abaixo indicado, especialista em medicina do trabalho, momento em que faculta-se às partes a indicação de assistentes técnicos, sem prejuízo da apresentação dos respectivos quesitos, tudo no prazo de 15 (quinze) dias, conforme preceitua o art. 465, § 1º, do Código de Processo Civil.3 - Perícia médica designada para o dia 23/10/2019, a partir das 08:30 hs., no endereço abaixo indicado.4 -Dispensa-se a audiência de conciliação, de forma a tornar mais célere a prestação jurisdicional. Contar-se-á o prazo para contestação de 30 dias a partir da intimação da juntada do laudo pericial.5- A intimação da parte autora, por seu advogado, a comparecer no dia designado para a realização da perícia, munido de todos os exames médicos, radiológicos, laboratoriais e documentos pertinentes, mesmo que já juntados aos autos do processo.Dr. Flaviano Bivaqua de Araújo Junior, CRM/AM-4335, CPF:613.382.572-34,na ONCLOCIN, sito a Av. Castelo Branco , 1779, Cachoeirinha, nesta cidade.

ADV: RODRIGO CAVALCANTI DE ALBUQUERQUE ALMEIDA (OAB 42604/PE) - Processo 0647152-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Eny de Oliveira Dácio - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0648215-40.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Alexandre Ferreira de Souza - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. .

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198AM) - Processo 0652313-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Olívia Rodrigues de Oliveira - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vistos. Trata-se de demanda denominada “Desconstituição de Débito cumulada com Revisional de faturas” aviada por OLIVIA RODRIGUES DE OLIVEIRA em face de ÁGUAS DE MANAUS S.A. em virtude de alegadas faturas cobradas com valores exorbitantes, tal a tabela apontada no bojo da inicial (fls. 2 e 3), não condizentes com seu efetivo consumo. Informa que o Réu, fornecedor de serviço essencial, suspendeu o fornecimento de água em virtude do débito existente, para o qual reputa abusivo. Requer a concessão de Tutela de Urgência para garantir o fornecimento de água, com a religação do aludido serviço essencial e que a Ré se abstenha de inserir o nome do Autor nos cadastros de proteção ao crédito bem como seja determinado a inexigibilidade do débito até a decisão final. Pugna, outrossim, a revisão das faturas; inexigibilidade do débito no valor de R$ 6.372,02 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais e dois centavos); danos morais, em razão de faturamento abusivo realizado pelo Réu, no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais) e danos temporais, pelo tempo desperdiçado em tentar sanar um problema oriundo de culpa do fornecedor, estes também no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais). Colacionou aos autos documentos pessoais (fls. 12 a 15); faturas da conta de água (fls. 16 a 32) cujos valores são aqueles apontados na tabela de fls. 2 e 3; histórico de contas extraído do sítio eletrônico do Réu (fls. 33 a 36); inscrição do nome do Autor no SPC (fls. 37). Atribuiu à causa o valor de R$ 16.372,02 (dezesseis mil, trezentos e setenta e dois reais e dois centavos) e pugnou a gratuidade da justiça. É o relato. Decido. Inicialmente, DEFIRO a gratuidade da justiça, em virtude da assistência pela Defensoria Pública do Autor, conforme o disposto no artigo 99, parágrafo 2º, do Código de Processo Civil. Passo à apreciação dos pedidos tutelares provisórios de urgência, instituto estatuído pelo artigo 300, do Código de Processo Civil, sob as balizas do elementos que o integram, quais sejam o fumus boni iuris e o periculum in mora. Quanto ao primeiro requisito - fumus boni iuris - tem-se que se faz sustentado na plausibilidade do firmado pelo Autor quanto à suspensão, por parte da empresa ré, de serviço essencial (água), em razão de suposto débito bem como da inscrição do nome do Autor no órgão de proteção ao crédito. O segundo requisito periculum in mora também está inteiramente enquadrado na hipótese fática, afinal eventual delonga na prestação da tutela jurisdicional na espécie, relativa à resolução da controvérsia ensejará prejuízo ao princípio da dignidade da pessoa humana, isto porque o fornecimento de água é serviço diretamente ligado à existência digna de qualquer pessoa. Ademais, quanto à negativação dos dados autorais em cadastros restritivos de crédito também poderá ensejar prejuízo ao Autor, o de per si já implica na presente decisão de determinar a inexigibilidade do débito até a resolução do presente feito. Outrossim, eventual outorga de tutela de urgência antecipada não gera ao Réu qualquer perigo de sua irreversibilidade periculum in mora inverso de que trata o artigo 300, §3º, da Lei do Rito Civil. Desta feita, forte nas razões jurígenas espraiadas, DEFIRO a tutela de urgência em cognição prévia e

sumária para ordenar ao Réu ÁGUAS DE MANAUS S.A. que se abstenha de inscrever os dados do Autor nos órgãos de proteção ao crédito, bem como se abstenha de exigir o débito pelas faturas que ostentam o lançamento do montante total de R$ 6.372,02 (seis mil, trezentos e setenta e dois reais e dois centavos), referente a 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019, até se resolva definitivamente a questão posta, tudo sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Em caso de já se ter ultimado a restrição creditícia, impõe-se ao Réu que a retire e demonstre em 72 (setenta e duas) horas, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. DEFIRO, também em cognição prévia e sumária, a religação do serviço essencial - água - e garanta o seu fornecimento, em 24 (vinte e quatro) horas, até a resolução definitiva do presente feito, sob pena de multa de R$ 1.000,00 (um mil reais) ao dia, até o limite de 5 (cinco) dias-multa. Imperioso, todavia cuidar-se, no plano endoprocessual da citação válida, dirigindo-se à parte demandada que haverá ocupar a angularidade passiva, o comando de seu chamamento a integrar a demanda para o perfazimento da relação jurídica espraiada perante o Estado-Juiz. Assim é que se determina à Secretaria, o cumprimento das disposições do artigo 248, daquele Diploma para que seja agendada, perante a Central de Conciliação e Mediação das Varas Cíveis, audiência conciliatória, observando-se ao Réu que deverá fazer-se acompanhar de advogado ou manifestar formalmente seu desinteresse na autocomposição, desde que o faça por petição apresentada 10 dias antes do agendamento daquele ato (artigo 334, §5°, segunda parte, da Lei do Rito Civil). Expeça-se carta citatória com aviso postal, à luz do que dita o artigo 246, inciso I, do Código de Processo Civil, observando-se sobre a essencialidade do ato de chamamento direto do Réu, quando se tratar de pessoa física, tal a dicção do artigo 242, da Lei do Rito Civil, regramento este que é diverso em caso de pessoa jurídica,na forma como apontado pelo artigo 248, §2°, do mesmo Código. O não comparecimento injustificado do Autor e/ou do Réu implica reconhecimento judicial de ato contrário à dignidade da justiça a ser reprimido por multa de até 2% da vantagem econômica pretendida, ou do valor da causa. O Réu tem 15 dias úteis para a oferta de contestação (artigo 219, do Código de Processo Civil), prazo que haverá ser contado segundo o estatuído no artigo 335, daquela Lei de Ritos. Observe-se ao Réu sobre o comando de tutela de urgência que lhe foi concedida em desfavor. Intime-se o Autor através de seu advogado, tal a dicção do artigo 334, §3°, do CPC. Cumpra-se.

ADV: DÂMEA MOURÃO TELLES DE MENEZES (OAB 9198AM) - Processo 0652313-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Olívia Rodrigues de Oliveira - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 10/12/2019 às 09:30h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: EDSON AMARAL DOS SANTOS (OAB 8274/AM) - Processo 0656690-48.2019.8.04.0001 - Produção Antecipada da Prova - Liminar - REQUERENTE: Gilson Machado de Lima - Vistos. Trata-se de demanda intitulada "Ação Cautelar Incidental com pedido de tutela antecipada" aviada por GILSON MACHADO DE LIMA contra ANDERSON DA SILVA NOGUEIRA e NEUTON JOSÉ SIMPLÍCIO GOMES FILHO, com pedido de distribuição por dependência ao processo nº 0639245-17.2019 que se encontra em trâmite nesta 15ª Vara Cível. Figuram no presente feito e naquele que tomou o nº 0639245-17.2019, as mesmas partes, pedido e causa de pedir - com mesma exposição fática. As demandas em referência apenas se diferem quanto à titulação, eis que o Autor objetiva unicamente obter, em ambas, tutela provisória de urgência para inserção de constrição judicial de veículo perante o RENAJUD e posterior expedição de mandado de busca e apreensão do aludido bem automotor, tudo em sede de cognição sumária. Ademais, a primeva demanda, idêntica a esta, foi enfrentada pela autoridade judiciária que, no exercício do juízo de admissibilidade da inicial, ordenou ao Autor que emendasse a inicial, cuja manifestação foi, inclusive, por este signatário analisada, quando então, no tocante ao pedido das tutelas provisórias foi ordenado o agendamento de audiência de justificação. Quer a mim parecer que o Autor busca tergiversar o procedimento processual ao ingressar com nova demanda em que aduz os mesmos fatos, pedido e causa de pedir, em desprezo às ordens proferidas pelas autoridades judiciárias e atropelo da instrução do feito, em verdadeiro agir tumultuário. Nesse contexto, ressalte-se que nos moldes do vigente Digesto Processual Civil, não se há falar em demanda autônoma para insculpir o simples desiderato "incidental". Vejamos como se posiciona a doutrina sobre casos como o em tela: "Pela regra do NCPC, fica expresso: a tutela cautelar e a tutela antecipada incidentes não demandam "ação autônoma", devem ser requeridas no bojo do processo preexistente, por simples petição. Não necessitam, pois, de ação própria, com os inconvenientes da autuação, citação, recolhimento de custas etc. (...) Importante mencionar, por derradeiro, que o NCPC fez desaparecer no sistema processual brasileiro o processo cautelar como processo autônomo, seja incidental ou antecedente (...)" (Primeiros Comentários ao Novo Código de Processo Civil: arigó por artigo/ coordenação Teresa Arruda Alvim Wambier... [et al.].-1.Ed.-São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2015. p. 488 e 489) Em sendo assim, determino a intimação do Autor para que se manifeste no prazo de 5 dias acerca do que lhe foi acima apontado, sob pena de extinção do presente feito, de conformidade com o que dita o artigo 321, parágrafo único da Lei do Rito Civil. Intime-se. Cumpra-se.

Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Dâmea Mourão Telles de Menezes (OAB 9198AM)
Edson Amaral dos Santos (OAB 8274/AM)
Elza Megumi Lida (OAB 95740/SP)
Gabrielly de Oliveira Gomes (OAB 14294/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB 1065A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jayme Marques Brasil Júnior (OAB 4986/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marco Antônio Crespo Barbosa (OAB 115665/SP)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Cavalcanti de Albuquerque Almeida (OAB 42604/PE)
Vito Sasso Filho (OAB 10344/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ÁLDRIN HENRIQUE DE CASTRO RODRIGUES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0418/2019

ADV: CAIO AUGUSTO MASCARENHAS DIAS (OAB 4100/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0627471-97.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Itauleasing S/A - EXECUTADO: ITC Resíduos - Mário Sousa da Silva - Sueli Ferreira Loureiro - Vistos. Expeça-se Alvará, conforme requerido na fl. 146. Cumpra-se.

Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Augusto Mascarenhas Dias (OAB 4100/AM)

16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0401/2019

ADV: CAROLINE DA SILVA BRAZ DE OLIVEIRA (OAB 4846/AM) - Processo 0227581-88.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Terezinha de Jesus Cortez - Pedro Henrique Oliveira de Holanda - Rosália de Oliveira Louzada - Karoline de Oliveira Louzada - Sebastião Alves Louzada - Olindina da Silva Louzada - Adailson Alves Louzada - Patrícia Moreira Ferreira - REQUERIDO: Ympactus Comercial Ltda. - Carlos Nataniel Wanzeller - Carlos Roberto Costa - James Matthew Merril - Lyvia Mara Campista Wanzer - INTSSADA: Defensoria Pública do Estado do Amazonas - R. H. Intime-se a parte Autora para colacionar petição ou decisão ou certidão originadas nos autos da Ação Civil Pública sob o n. 0800224-44.2013.8.01.0001, o qual indicou os valores individuais a serem pagos aos requerentes na referida demanda, bem como informar o atual andamento processual do Cumprimento de sentença da referida ACP, no prazo de 10 (dez) dias. Cumpra-se.

ADV: ÉRICO RODRIGO FREITAS PINHEIRO (OAB 6413/AM), ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: PHÂMARA DE SOUZA SICSÚ (OAB 6334/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0249628-37.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Incapacidade Laborativa Temporária - REQUERENTE: José Barbosa Pinto Filho - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0600121-32.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0601470-65.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Raimundo Jorge Evangelista Batista da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0606201-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Viviane Pinho da Rocha - R. H. Defiro o pedido de pesquisa através do sistema RENAJUD. Intime-se a parte Autora para pagar as custas de cumprimento da ordem (Portaria 116/2017-PTJ), sob pena de extinção. Após a comprovação do pagamento, voltem-me. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ LOURENÇO GADELHA (OAB 2220/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: THIAGO HENRIQUE ANDRADE MARQUES (OAB 14585/AM) - Processo 0612923-57.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Elias Natividade Brasil e outro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0616315-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Cleidemar Saragossa Viana - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0626691-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nivaldo Assunção dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: SANDRA RÉGIA DUDA CLEMENTE (OAB 9376/AM) - Processo 0628467-85.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609542-75.2018.8.04.0001) - Embargos à Execução - Pagamento - EMBARGANTE: Alcemir de Carvalho Júnior - EMBARGADO: Condomínio Residencial Paradiso Anturio - Compulsando os autos, constato que o decisão de fls. 12 não foi publicado, em nome dos advogados do Embargado razão pela qual intimo a(s) parte(s) interessada(s) para que tome(m)ciência de seu conteúdo, cujo teor segue abaixo: “R. H. Intime-se a parte Requerente para se manifestar acerca do teor dos embargos à execução e documentos apensados nos presentes autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Cumpra-se. “

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629255-02.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0629754-93.2013.8.04.0001 - Cumprimento de

sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0632797-28.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Paulo Cezar Moreira de Figueiredo - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: JAMILE RIBEIRO DA SILVA (OAB 4977/AM) - Processo 0633851-63.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Sociedade Amazonense de Educação e Cultura Ltda. - SAMEC - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0633930-81.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta de endereço realizada em sistema eletrônico conveniado, juntada às fls. retro, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção do feito, por ausência de pressuposto de desenvolvimento válido e regular do processo. Na manifestação, deve a parte observar se o resultado contém informações suficientes (rua, número, bairro, apartamento, etc) para fins de expedição de carta ou mandado, caso haja interesse.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0635327-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Renata Fernades Belo - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0636811-55.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Marilene Ferreira da Mota - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0637276-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Ismael Pantoja da Fonseca - De ordem, conforme Termo de Cooperação n. 012/2017, intimo a parte autora para se manifestar acerca do laudo pericial apresentado, no prazo de 15 dias. (Art. 477, § 1º do CPC). Cito eletronicamente a parte requerida para, no prazo de 30 (trinta) dias, apresentar contestação ou proposta de acordo por escrito, bem como realizar o depósito dos honorários periciais. (art. 8º, § 2º da Lei nº: 8.620/1993)

ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0639987-47.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0646650-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM) - Processo 0656254-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aldimar Gomes Leitão - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte Autora para que tome ciência da audiência de Conciliação - CEJUSC - Cível, designada para o dia 25/02/2020 às 09:00h, a ser realizada no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania no 4º Andar /Setor 01 do Fórum de Justiça Henoch Reis - Telefone: (92) 3303-5246.

ADV: MARIA AUXILIADORA SOUZA E SILVA (OAB 6966/AM), ADV: RAFAEL LINS BERTAZZO (OAB 7213/AM), ADV: TADEU DE SOUZA SILVA (OAB 6878/AM) - Processo 0658407-32.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0601714-04.2013.8.04.0001) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Arley Leal Ribeiro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 19/11/2019 às 11:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V.

S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0708593-69.2012.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha as custas referentes a cada consulta almejada nos sistemas conveniados (Bacenjud), levando-se em consideração a quantidade de partes e sistemas a serem consultados, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, providência(s) necessária(s) à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Caroline da Silva Braz de Oliveira (OAB 4846/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Érico Rodrigo Freitas Pinheiro (OAB 6413/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jamile Ribeiro da Silva (OAB 4977/AM)
José Lourenço Gadelha (OAB 2220/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Souza e Silva (OAB 6966/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Phâmara de Souza Sicsú (OAB 6334/AM)
Rafael Lins Bertazzo (OAB 7213/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Sandra Régia Duda Clemente (OAB 9376/AM)
Tadeu de Souza Silva (OAB 6878/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Henrique Andrade Marques (OAB 14585/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ABRAHAM PEIXOTO CAMPOS FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CLARINDO JOSÉ LÚCIO GOMES JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0402/2019

ADV: JOSÉ DE OLIVEIRA BARRONCAS (OAB 1737/AM), ADV: JORGE LUÍS DOS REIS OLIVEIRA (OAB 6866/AM), ADV: ELCI SIMÕES DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 5543/AM), ADV: DÍNIA RAIMUNDA MORAES BORGES (OAB 5091/AM), ADV: MARIA POMPÉIA TELES DE OLIVEIRA BATISTA (OAB 10797/AM), ADV: DANIEL ROCHA NÓBREGA (OAB 10626/AM) - Processo 0000800-96.2007.8.04.0001 (001.07.000800-1) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Sindicato dos Estivadores de Manaus - EMBARGANTE: Ednelson Marques Menezes - REQUERIDO: Raimundo Nonato Queiroz da Silva - Jurandir Nonato da Silva - Albaniza Monteiro - Compulsando os autos, verifico que o Embargante não foi intimado da decisão de fls. 172, tendo em vista que os patronos deste, vide procuração de fls. 125, não constam na certidão de publicação de fls. 173. Dessa forma, intimo a parte Embargante para que tome ciência do(a) decisão de fls. 172 , cujo teor segue abaixo: “R. H. Analisando os autos, verifico o ajuizamento de embargos de terceiro proposto por Ednelson Marques Menezes em face do Sindicato dos Estivadores de Manaus, às fls. 121/142, em razão desta demanda, deixo de apreciar as petições relativas ao pleito de intervenção/assistência litisconsorcial e da designação de força policial para cumprimento da liminar deferida. Intime-se a parte embargante, para no prazo de 15 (quinze) dias, pagar as custas iniciais pertinentes aos embargos de terceiro, sob pena de cancelamento. Cumpra-se”

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: JUVENAL SEVERINO BOTELHO (OAB 5044/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ BARBOSA VIANA (OAB 5750/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM) - Processo 0619276-21.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - REQUERIDO: Aldecy de Araújo Maia - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção por ausência de pressuposto processual de desenvolvimento válido e regular do processo.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0646990-82.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Maison Liberté - EXECUTADA: Alzenira Gonçalves dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JAMIL RIBEIRO DA SILVA (OAB 7167/AM) - Processo 0646990-82.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Maison Liberté - EXECUTADA: Alzenira Gonçalves dos Santos - Em conformidade com o art. 4º, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º, do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Antônio José Barbosa Viana (OAB 5750/AM)
Daniel Rocha Nóbrega (OAB 10626/AM)
Dínia Raimunda Moraes Borges (OAB 5091/AM)
Elci Simões de Oliveira Júnior (OAB 5543/AM)
Jamil Ribeiro da Silva (OAB 7167/AM)
Jorge Luís dos Reis Oliveira (OAB 6866/AM)
José de Oliveira Barroncas (OAB 1737/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juvenal Severino Botelho (OAB 5044/AM)
Maria Pompéia Teles de Oliveira Batista (OAB 10797/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)

17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: RUBENITO CARDOSO DA SILVA JÚNIOR (OAB 4947/AM), ADV: MÁRCIA ARIADNE DA SILVA (OAB 28918/GO), ADV: ROBERTO VILELA FRANÇA (OAB 21876/GO) - Processo 0202266-58.2018.8.04.0001 (processo principal 0255865-58.2008.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Distribuidora Rozenha Ltda e outros - REQUERIDO: FJR - Indústria e Comércio de Calçados e outro - Intime-se a Autora para emendar o Incidente de Desconsideração da Personalidade Jurídica, devendo indicar os endereços das empresas Requeridas. Prazo de 10 (dez) dias.

ADV: DANYEL FURTADO TOCANTINS ÁLVARES (OAB 311574/SP), ADV: BEATRIZ BATISTA DOS SANTOS (OAB 295353/SP), ADV: JORGE HADAD SOBRINHO (OAB 91701B/SP), ADV: FRANCISCO ANDRÉ CARDOSO DE ARAÚJO (OAB 279455/SP), ADV: ANTÔNIA MACHADO DE OLIVEIRA (OAB 120279/SP), ADV: PAULO JÚNIO LEANDRO DE OLIVEIRA (OAB 10250/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JUNIOR (OAB 12961/AM), ADV: ALTAMIR DA SILVA VIEIRA JÚNIOR (OAB 12961/AM), ADV: TATIANA ROCHA DE MENEZES E ROCHA (OAB 3663/AM) - Processo 0208606-33.2009.8.04.0001 (001.09.208606-4) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Ecad - Escritorio Central de Arrecadação e Distribuicao - REQUERIDA: Sociedade de TV Manauara Ltda/Rádio Você FM - ABDUL RASEC HAUACHE NETO - Antes de apreciar a Exceção de Pré-Executividade, digam as Partes, em 5 (cinco) dias, se há interesse na via conciliatória.

ADV: LUÍS FELIPE DE AZEVEDO ARAÚJO (OAB 13522/AM), ADV: FERNANDA MEYGE DE BRITO (OAB 35105/BA), ADV: RODRIGO MEDEIROS LÓCIO (OAB 39972/PE) - Processo 0209988-12.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Herculis Maquiné da Silvas - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Vista ao Exequente da Petição de fls. 110/114, em 15 (quinze) dias.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0212188-89.2019.8.04.0001 (processo principal 0634032-98.2017.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Liminar - REQUERENTE: Patri Onze Empreendimentos Imobiliários Ltda (Patrimônio Incorporadora) - EXECUTADA: Joana Rocha da Silva - Proceda-se à consulta de bens via Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MIGUEL DE HOLANDA VITAL (OAB 399A/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: IZILDA MARIA DE MORAES GARCIA (OAB 85277/SP), ADV: ULYSSES FARIAS DE MAGALHÃES NETO (OAB 7166/AM), ADV: LUCIANO RADAELLI (OAB 8565/AM) - Processo 0216381-31.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Liminar - REQUERENTE: Casa do Soldador Comércio de Máquinas e Equipamentos Ltda - REQUERIDO: Carvajal Informação Ltda - Vista ao Exequente da Petição de fls. 396/398, em 15 (quinze) dias.

ADV: VILSON GOMES BENAYON FILHO (OAB 4820/AM) - Processo 0226799-52.2016.8.04.0001 (processo principal 0230589-20.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Decisão - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaildo de Oliveira Silva - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3647/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM) - Processo 0228750-76.2019.8.04.0001 (processo principal 0622859-14.2016.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: ROBSON ALMEIDA DE SIQUEIRA e outro - REQUERIDO: SÃO DANIEL EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - SANTA LEÔNCIA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - Capital Rossi Empreendimentos S/A - Indefiro o pedido de dilação de prazo de fls. 50/51. Tratando-se de imóvel pertencente à própria Requerida, já deveria ter todos os documentos pertinentes devidamente arquivados em ordem e organizados, sendo pífia a justificativa de que a requereu ao Cartório de Imóveis. Ademais, a própria concessão de prazo de fl. 47 já foi um ato de extrema tolerância, pois tal documento já deveria ter sido apresentado na própria peça impugnatória. Diante disto, recebo a Impugnação sem concedê-la efeito suspensivo, e, considerando que já houve manifestação do Exequente/Impugnado, assevero que oportunamente a apreciarei, sem contudo que fique impedido o prosseguimento da Execução, inclusive com as sanções do art. 523, §1º do CPC, como já fora advertido à fl. 47. Neste passo, proceda-se ao bloqueio via Bacenjud do valor atualizado, incluindo ainda 10% de multa e 10% de honorários. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0229278-91.2011.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Doralice Nunes da Silva - Reitere-se a intimação para a DPE/AM apresentar defesa em nome do ausente, considerando que a ausência da mesma pode acarretar nulidade de eventual julgamento em face da ausência de contraditório.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: CRISTIANE BENTES TEIXEIRA (OAB 5283/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ANDREI SICSÚ DE SOUZA (OAB 6268/AM) - Processo 0233658-94.2010.8.04.0001 (001.10.233658-0) - Cumprimento de sentença - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: A b dos Santos Comercial - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: JAMILA MARINHO CHEHAD BARBOSA (OAB 2950/AM), ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: ANA RITA LIMA FREIRE (OAB 3056/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: HILDEBERTO CORRÊA DIAS (OAB 1127/AM), ADV: ROBERTO TRIGUEIRO FONTES (OAB 692A/AM) - Processo 0236341-70.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: S.B. Comércio Ltda - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários Ltda - Defiro pedido de fl. 458, considerando o item 8 do acordo (fl. 453). Expeça-se Alvará.

ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: SÉRGIO ALBERTO CORRÊA DE ARAÚJO (OAB 3749/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: DANIEL CREPALDI DIAZ (OAB 441/AM) - Processo 0252323-27.2011.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Izabel da Silva Valente - REQUERIDO: P.L.DE Oliveira & Cia Ltda (Residencial Modulados) - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado indicado. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: JOAQUIM DONATO LOPES FILHO (OAB 1539/AM) - Processo 0260238-98.2009.8.04.0001 (apensado ao processo 0213738-03.2011.8.04.0001) (001.09.260238-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - REQUERIDA: GDA Imobiliária Ltda - Intimem-se as Partes para, no prazo de 15 (quinze) dias, requererem o que entender de direito para prosseguimento do presente feito.

ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0600575-80.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: VIRGÍLIA KENESE - Intime-se a Exequente para trazer memória de cálculo atualizada, em 15 (quinze) dias.

ADV: RUBENS SAMUEL BENZECRY NETO (OAB 9212/AM), ADV: ANTÔNIO AZEVEDO DE LIRA (OAB 5474/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FREDERICO SANTOS PAIVA (OAB 6569/AM) - Processo 0601384-36.2015.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: CONDOMÍNIO CIVIL DO SHOPPING PONTA NEGRA e outro - REQUERIDO: G.G.RESTAURANTE LTDA - EPP. - Proceda-se à consulta via Eridtf. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 84206/SP) - Processo 0602013-73.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KARINA TATIANA DA CÂMARA ELIAS (OAB 5420/AM), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM) - Processo 0602061-32.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despejo por Denúncia Vazia - REQUERENTE: Manoel João Ribeiro Tavares - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 210/211, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602973-58.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Risoneide Pereira de Jesus - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: EMANUEL MARQUES DE MELO JÚNIOR (OAB 2621/AM), ADV: BRUNO SENA PEREIRA (OAB 9555/AM) - Processo 0603132-35.2017.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nubia Gomes Eireli - ME - REQUERIDO: Jaks Serviços Comércio e Representação e outros - À contadoria para apurar custas devidas pela Requerida, conforme fl. 405, observando-se que a Autor é beneficiária da Gratuidade de Justiça.

ADV: GERALDO CANTUÁRIO DOS SANTOS (OAB 9942/AM) - Processo 0603277-23.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Eduardo Jorge Dantas - Intime-se o(a) Executado(a), por Carta, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA CAROLINE BORGES DE ALMEIDA (OAB 13746/AM) - Processo 0603569-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: A.C.L.S. - Vista às Partes das informações recebidas às fls. 120/121, em 15 (quinze) dias.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: JOSÉ MILITÃO RODRIGUES DA SILVA (OAB 12721/AM) - Processo 0603763-08.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0615275-85.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Kmp de Moraes - Epp e outro - Não vislumbro, por ora, má-fé na conduta da Parte Executada, tendo juntado à fl. 103 matrícula junto à Prefeitura. A despeito de não ser documento idôneo para comprovar a propriedade, a sua apresentação demonstra interesse em colaborar com a Execução. Diante disto, indefiro a aplicação de multa por ato atentatória à dignidade da justiça, ao menos no presente momento. A fim de se obter matrículas deste e de outros eventuais imóveis dos Executados, proceda-se à consulta via Eridft. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Expeça-se ainda Ofício à Caixa Econômico para transferir o valor bloqueado via Bacenjud à conta indicada à fl. 122.

ADV: SAULO WILDE COSTA DE CÁSSIO (OAB 10767/AM) - Processo 0604935-82.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento - Inadimplemento - REQUERENTE: Edvaldo Anacleto da Silva - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: EWERTON ALMEIDA FERREIRA (OAB 6839/AM), ADV: SARAH LIMA TOLEDANO (OAB 10106/AM), ADV: FABIANA NOGUEIRA NERIS (OAB 12366/AM), ADV: MAURO GILBERTO FROTA LOBATO (OAB 10848/AM) - Processo 0606194-15.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: S.S.S.N. e outro - REQUERIDO: I.Q.D. - Em conformidade com o art. 1º, XV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 do CPC, manifestar-se sobre os documentos juntados.

ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: JUAREZ NASCIMENTO DE OLIVEIRA FILHO (OAB 7562/AM), ADV: LEANDRO SOUZA BENEVIDES (OAB 123979/RJ), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0606419-74.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0610211-94.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: OCRIM S/A PRODUTOS ALIMENTÍCIOS - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA CAROLINA SOUSA CEI (OAB 8349/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0607107-70.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Citem-se os Executados por Edital. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ANDRÉ DE ASSIS ROSA (OAB 12809/MS), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0608228-65.2016.8.04.0001 (apensado ao processo 0628747-56.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: BANCO BRADESCO S. A. - Intime-se a Parte Executada, na pessoa da DPE/AM, via Portal Eletrônico, para, querendo, se manifestar do bloqueio, em 10 (dez) dias, prazo já em dobro nos termos do art. 854, §3º do CPC. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0609901-93.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud e Eridft.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: ALESSANDRE COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7655/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610687-69.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Julio Cesar Melo da Costa Me e outro - HOMOLOGO o acordo firmado, para que surta seus efeitos legais. Certifique-se o trânsito em julgado da Sentença primeva, face a ausência de interesse recursal. Arquivem-se os Autos, sem prejuízo de desarquivamento no caso de descumprimento do acordo. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RODRIGO BENAYON PONTES SERUDO (OAB 11132/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM), ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0611060-66.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0620660-14.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Eliza Miranda Mall - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A - HOMOLOGO a desistência, extinguindo o processo SEM RESOLUÇÃO do mérito, com base no art. 485, VIII, do CPC. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0611198-72.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Proceda-se à nova tentativa de bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: JULIANA LIMA BENOLIEL FERREIRA (OAB 11372/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0611290-45.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Driely Ipuchima do Amor Divino - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Dê-se ciência às partes da data da perícia, a saber, dia 26/11/2019, às 11:00h, na Oncoclin, conforme endereço indicado às fls. 577. Deverão as partes comparecer preferencialmente acompanhadas dos respectivos assistentes técnicos e providenciar o necessário para que haja o regular andamento dos trabalhos periciais, inclusive apresentando todos os exames, prontuários e documentos pertinentes, em especial se ainda não constarem dos Autos. Defiro, ainda, em favor do Perito, o adiantamento de 50% dos honorários, devendo-se ser expedido Alvará para este fim.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0611975-18.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a ação monitória proposta por AMAZONAS ENERGIA S/A. em face de MARCELLO FERREIRA MOREIRA, declarando constituído de pleno direito o título executivo tendo por objeto o crédito declarado pela parte Autora na Inicial, qual seja a importância de R$ 31.592,35 (trinta e um mil, quinhentos e noventa e dois reais e trinta e cinco centavos), valor este que deverá ser corrigido monetariamente desde o ajuizamento da ação, e acrescido de juros de mora de 1% ao mês, computados a partir da citação, em desfavor do Réu, convertendo contra ele o mandado inicial em mandado executivo, prosseguindo-se na forma prevista no prevista no Livro II, do Título II, Capítulos II e IV, do Código de Processo Civil. Em virtude da sucumbência, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios do patrono da parte Autora, os quais fixo em 10% sobre o valor atualizado da condenação, nos termos do art. 85, § 2º, do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON ANTÔNIO KARRER DE MELO MONTEIRO (OAB 6310/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LIGIA DE SOUZA FRIAS (OAB A1074AM) - Processo 0612097-31.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Maria Goretti de Souza Viana - Não tendo havido êxito na via conciliatória, deve o feito ter regular prosseguimento. Considerando que as provas presentes nos Autos são suficientes para dirimir a lide, aplico o julgamento antecipado, nos termos do art. 355, I, do CPC. Intimem-se e conclusos para Sentença.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0612324-89.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via Portal Eletrônico, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: WILIAN DOS SANTOS TORRES JÚNIOR (OAB 11026/AM), ADV: ERICK DA SILVA NOBRE (OAB 10430/AM), ADV: DANIELLY COELHO DE MOURA (OAB 13183/AM) - Processo 0612453-60.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Direito de Vizinhança - REQUERENTE: Julielza Maciel Cruz - REQUERIDA: Maria Odete de Sales Ferreira e outro - Intime-se o(a) Executado(a), via DJe, para efetuar o pagamento do valor em Execução, conforme valor atualizado indicado à fl. 184, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Expeça-se ainda Mandado de Intimação para que a Requerida dê cumprimento à obrigação de fazer constante da Sentença, sob pena de aplicação da multa cominada. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0612796-22.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Edinaldo Melo de Araújo - REQUERIDO: Banco Pan S/A - HOMOLOGO o acordo firmado, e extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Arquivem-se, sem prejuízo de reativação no caso de eventual descumprimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: INGRID CRISTINE DE SÁ RIBEIRO PACHECO (OAB 12209/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: RAPHAELA BATISTA DE OLIVEIRA (OAB 9169/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0613090-45.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0646302-86.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Eyes Nwhere Sistemas Inteligentes de Imagem Ltda - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Bacenjud, Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM) - Processo 0613276-68.2017.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Odivaldo Paiva Lima - REQUERIDO: Vagildo Barbosa Couto - .

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0615548-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Daiana Hellen Pereira - REQUERIDO: James Dean Nascimento Lima - NÃO INFORM: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vista à Autora da Petição de fl. 163/164, em 15 (quinze) dias.

ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM) - Processo 0615548-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Daiana Hellen Pereira - REQUERIDO: James Dean Nascimento Lima - NÃO INFORM: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vista à Manaus Ambiental da Petição de fl. 228, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: DIEGO HUMBELINO DUARTE (OAB 9071/AM), ADV: PATRÍCIA FONSECA BENAYON ALBANO DE SOUZA (OAB 2500/AM) - Processo 0615548-69.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cheque - REQUERENTE: Daiana Hellen Pereira - REQUERIDO: James Dean Nascimento Lima - NÃO INFORM: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Publique-se a Decisão de fl. 230 em nome do patrono da Manaus Ambiental, subscrevente da Petição de fls. 163/164.

ADV: JORGE ANTÔNIO VERAS FILHO (OAB 5693/AM), ADV: THIAGO ALMEIDA REBELLO (OAB 12327/AM), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM) - Processo 0615705-42.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - REQUERENTE: AQUIM NUNES FREIRE - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vista à Executada da Petição de fls. 1679/1680, em 15 (quinze) dias.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0616672-53.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: Anderson da Encarnação Moreno - Vista ao INSS da Certidão de fl. 131, em 15 (quinze) dias. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0616980-60.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: MAIKON PAIVA DO NASCIMENTO - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Expeça-se Alvará e arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0617582-51.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica a Parte Autora intimada acerca da(s) consulta(s) ao(s) Sistema(s) e-RIDFT às fls. 151/199, para requerer o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0617870-96.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pedido de suspensão da CNH, apreensão do passaporte e cancelamento de cartões de crédito do Executado, pois se tratam de medidas desproporcionais para o caso concreto, não restando evidenciando que o inadimplemento é voluntário e abusivo. Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, arquive-se com fulcro no art. 921, III, do CPC sem prejuízo de desarquivamento a pedido do(a) Exequente, requerendo novas medidas executivas concretas. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BENJAMIM SAUL BENCHIMOL (OAB 4902/AM), ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: JOABE DE FRANÇA BARROS (OAB 4919/AM) - Processo 0618043-18.2018.8.04.0001 - Monitória - Locação de Móvel - REQUERENTE: Entec Guindastes e Conteineres Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos assinado por terceiros, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0618858-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Don de Dieu Tayaya Don de Dieu - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a presente ação ajuizada por DON DE DIEU TAYAYA DON DE DIEU em face de AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A. para condenar a Ré na reformulação das faturas do período de 12/2018, 01/2019 e 02/2019, considerando a média das seis faturas posteriores às questionadas (03 à 08/2019). Condeno a Ré ao pagamento de danos morais de R$ 15.000,00 (quinze mil reais) a ser corrigido do arbitramento e com juros da Citação. Em razão da sucumbência, condeno a Ré ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, fixados em 10% sobre o total da condenação em danos morais. P. I. Cumpra-se.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM), ADV: YONETE MELO DAS CHAGAS (OAB 8827/AM) - Processo 0619032-87.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Adcam - Associação para O Desenvolvimento Coesivo da Amazônia - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud, Infojud e Siel. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: ANDRÉ NIETO MOYA (OAB 235738/SP) - Processo 0619601-88.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Banco Bradesco Cartões S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: PEDRO ROBSTON QUARIGUASI VASCONCELOS (OAB 15700/CE), ADV: ALINE LAREDO PINTO (OAB 4187/AM), ADV: MARIA SANTANA DE FREITAS (OAB 5708/AM) - Processo 0619695-70.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Aguiar Comércio e Representações de Móveis Ltda. - CONSIGNADA: Nair Farias da Cruz - Considerando que restou mais que esclarecido que de fato houve o estorno dos R$1.300,00 (mil e trezentos reais) pagos no cartão de crédito, de forma que apenas resta pendente a devolução de R$1.000,00 (mil reais) à Requerida, já depositados às fls. 27/28, que desde então vem rendendo juros na conta judicial, digam as Partes, em 10 (dez) dias, se concordam em encerrar o litígio mediante o levantamento do valor pela Requerida, cada Parte arcando com os honorários de seus patronos, e ficando dispensadas de custas finais como autoriza o art. 90, §3º do CPC.

ADV: THIAGO PESSOA ROCHA (OAB 29650/PE), ADV: MICHELLE GOMES MOREIRA (OAB 13517/AM), ADV: GEANDRE ETIANNE DA SILVA FERREIRA (OAB 9994/AM) - Processo 0620146-61.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Tratamento médico-hospitalar - REQUERENTE: Beatriz Bacelar Silva - REQUERIDO: Sul America Seguro Saúde S.a - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: CELSO MARCON (OAB A566/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ELAINE BONFIM DE OLIVEIRA (OAB 336A/CE) - Processo 0620577-37.2015.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco J. Safra S/A - Proceda-se à consulta de endereços via Bacenjud, Renajud, Infojud e Siel. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0620751-07.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Itaucard S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ERIVELT SABINO DE ARAÚJO (OAB 7920/AM), ADV: EDSON DE AGUIAR ROSAS (OAB 465/AM), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0620838-70.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - EXECUTADO: JOÃO RAIMUNDO FURTADO - Proceda-se à consulta de bens via Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: MARIA DO ROSÁRIO NEVES FILARDI (OAB 5504/AM), ADV: PAULO LUIS DE MOURA HOLANDA (OAB 481/RR), ADV: ANTONIO NEIVA REGO JUNIOR (OAB 1107/RR), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: URBANO VITALINO DE MELO NETO (OAB 17700/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0621698-37.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Fábio Alves Gomes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Vista ao Banco Pan S/A da Petição de fl. 953, em 15 (quinze) dias.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0621804-91.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Vandson de Araujo Beckman - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud e Infojud. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP), ADV: BEATRIZ DE SOUZA SOUZA (OAB 12761/AM) - Processo 0622176-06.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Posse - REQUERENTE: Servengloc Serviços e Locação de Equipamentos Ltda - Intime-se o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Considerando que a Executada desocupou o imóvel sem informar seu endereço atual, ficando inviabilizada sua intimação pessoal, determino que o prazo corra da própria publicação, aplicando analogicamente o art. 346 do CPC. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 19937/PR), ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0622381-06.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - REQUERENTE: HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo - Indefiro pedido de fl. 131. Executado já citado. Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 5 (cinco) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 104147/MG) - Processo 0626974-49.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDO: LUIZ ERBTON DE S VALE - Proceda-se ao bloqueio e consulta de bens via Renajud, Infojud e Eridft. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0627043-42.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: José Carlos Pereira Araújo - Expeça-se novo Mandado de Penhora e Avaliação para o endereço indicado. Friso que é responsabilidade da Parte e de seu patrono contatar o Oficial de Justiça caso haja interesse em acompanhar a diligência.

ADV: CARLA CRISTINA LOPES SCORTECCI (OAB 248970/SP), ADV: EGBERTO HERNANDES BLANCO (OAB 89457/SP) - Processo 0627111-26.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Os valores encontrados são ínfimos, pelo que indefiro o pedido de fls. 144/146, o que consiste em desnecessária movimentação da máquina judiciária. Proceda-se ao desbloqueio dos valores. Intime-se o Exequente para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo medidas concretas para prosseguimento da Execução, no prazo de 10 (dez) dias. Decorrido in albis o prazo, ou não havendo interesse do Exequente em novas medidas executórias, arquivem-se os Autos administrativamente, com base no art. 921, III do CPC, sem prejuízo de reativação a requerimento do Exequente. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO FERREIRA DO NORTE FILHO (OAB 13030/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM), ADV: FRANCISCO JORGE RIBEIRO GUIMARÃES (OAB 2978/AM) - Processo 0627719-24.2017.8.04.0001 (apensado ao processo 0654685-53.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: AFEAM - Agência de Fomento do Estado do Amazonas S/A - Com relação ao pedido de fl. 197, concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente. Destaco que já foram realizadas consulta eletrônicas de endereços nos presentes Autos, podendo o Exequente verificar se dos endereços encontrados foram todos diligenciados ou não.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: CLÁUDIO KAZUYOSHI KAWASAKI (OAB 122626/SP) - Processo 0628083-35.2013.8.04.0001 (apensado ao processo 0650082-34.2019.8.04.0001) - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, conforme valor atualizado indicado. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA GOMES (OAB 7942/AM) - Processo 0628937-24.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Cinehilda Gomes da Silva - REQUERIDO: Thiago Lopes de Souza e outros - Certifique a Secretaria se já decorreu o prazo para Contestação, considerando a juntada de Mandado à fl. 207.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: LILIAN DA SILVA ALVES (OAB 8921/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0629079-57.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Kauana Pessoa dos Santos Borges - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Dê-se ciência à Autora da Petição de fls. 210/211. Expeça-se ainda Certidão de Crédito em seu favor para fins de habilitação da Recuperação Judicial, conforme valores de fl. 198.

ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM) - Processo 0629684-03.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Ilian Gomes dos Santos - REQUERIDA: Darlyene Almeida Prestes de Souza - Ao Cejusc para realizar Audiência de Conciliação.

ADV: ANTÔNIO LUCAS FEITOZA PANTOJA (OAB 11817/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM), ADV: LUCIANA RODRIGUES PINTO (OAB 9164/AM), ADV: THAMIRES LEMOS DE MATTOS (OAB 12344/AM), ADV: NATALIE MAGALHÃES COUTINHO (OAB 12334/AM) - Processo 0630299-61.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Século Ltda - EXECUTADA: Marilia Vasquez Zuazo - Vistos, Indefiro, no presente momento processual, o pedido de fls. 239/240, considerando a gravosidade e desproporcionalidade da medida, não tendo havido maiores esforços em encontrar bens livres da Executada que não demandem adentrar a intimidade e a vida privada da Executada. Neste ponto, destaco que a CF/88 prevê que a casa é asilo inviolável do indivíduo, de forma que a realização de penhora portas a dentro consiste em medida excepcional, somente podendo ser utilizada em última instância, esgotados os meios menos gravosos de expropriação. Assim, concedo o prazo de 60 (sessenta) dias para que o Exequente realize extrajudicialmente e indique bens livres e desembaraçados, para que se prossiga com a Execução.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE PAULA (OAB 2388/AM), ADV: JOÃO NOGUEIRA DE MENEZES (OAB 10849/MG), ADV: PAULO SÉRGIO DE MENEZES (OAB 54542/MG), ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0630648-35.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: MARIA JOSÉ CANDIDO DA SILVA - REQUERIDO: FLAVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA - Considerando que até o momento as diligências realizadas não foram suficientes para encontrar bens penhoráveis da parte Executada, determino a suspensão do presente feito com fulcro no art. 921, III, do CPC, sem prejuízo de seu desarquivamento a pedido do(a) Exequente, indicadas novas medidas executórias concretas. Intime-se via DJE e arquive-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: JUCELINO DOS SANTOS NOBRE (OAB 6166/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0631412-45.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - REQUERIDA: Izaias Cardoso de Mendonça - Intimem-se as partes para no prazo de 10 (dez) dias, informarem se há interesse na Conciliação e, desde já, especificar as provas que pretendem produzir, justificando sua pertinência e finalidade, sob pena de indeferimento. Caso não hajam provas a serem produzidas e nem interesse na conciliação, julgarei antecipadamente a lide, nos moldes do art. 355, I do CPC, devendo os Autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: FREDERICO MORAES BRACHER (OAB 7311/AM), ADV: JANAINA MARIA ALBUQUERQUE FOGASSA (OAB 13800/AM), ADV: ANDREIA CARVALHO CHAGAS (OAB 14130/AM), ADV: ANDREZA PRISCILA LIMA DE LIMA (OAB 9192/AM), ADV: BAIRON ANTÔNIO DO NASCIMENTO JÚNIOR (OAB 3795/AM) - Processo 0631436-49.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aquisição - REQUERENTE: ELIVALDO GUIMARAES DOS ANJOS - Proceda-se à consulta de bens via Eridft. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM), ADV: HILEANO PEREIRA PRAIA (OAB 3834/AM), ADV: CLÁUDIO ELIAS DOS SANTOS (OAB 4036/AM) - Processo 0631620-34.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: JOÃO AUGUSTO DE OLIVEIRA e outro - REQUERIDO: Parque 10 Empreendimento Imobiliário SPE - S/A - Tecnisa S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: ROSANGELA DE CASTRO CARVALHO (OAB 104920/SP) - Processo 0631904-08.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Tradição Administradora de Consorcio Ltda - O Autor requer a suspensão do processo em expressivo prazo, no intuito de realizar novas diligências para localização do bem objeto da lide, a despeito do longo prazo de tramitação do presente, em que poderia ter realizado diversas providências extrajudiciais. Assim, indefiro o pedido de suspensão, pois manifestamente descabido, bem como não configura quaisquer das hipóteses do art. 313, do NCPC. Ressalto que é inviável a perpetuação indefinida de causas desta espécie, o que pode gerar acúmulo de processos inúteis no juízo e dificultar o andamento e/ou prosseguimento de outros feitos. Aliás, na impossibilidade de se encontra o bem, o DL 911/69 faculta a conversão do feito em ação executiva. Diante disto, intime-se o Autor para dar regular prosseguimento ao feito, requerendo o que entender de direito, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM), ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM) - Processo 0631986-68.2019.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Geraldo Corrêa Dantas de Araújo - Vistos, A Gratuidade de Justiça não constitui mera liberalidade em favor do jurisdicionado. Sendo assim, intime-se o Autor para colacionar aos autos as duas últimas declarações de impostos de renda, no prazo de 15 (quinze) dias, para fins de comprovar o direito a benesse, podendo também acostar outros documentos que entender pertinentes para este fim; ou então recolher o valor das custas iniciais, no mesmo prazo, as quais podem ser parceladas (Portaria n° 490/2017 - PTJ), sob pena de extinção.

ADV: SANDRO ABREU TORRES (OAB 4078/AM), ADV: GUILHERME CARVALHO MELO (OAB 11086/AM), ADV: GERMANO COSTA ANDRADE (OAB 2835/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: THIAGO DOS SANTOS BARBOSA (OAB 5299/AM), ADV: GISELLE FERNANDES BLANK BUENO (OAB 5457/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM) - Processo 0632535-20.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: MARIA DAS DORES FERNANDES DE FIGUEIREDO - REQUERIDO: STOKCASA-DALVAIR B.SOUZA & CIA LTDA - Por ora, deixo de deferir a conversão em perdas e danos, considerando o que foi disposto no Acórdão de fls. 256/261. Diante disto, diga a Requerida, em 15 (quinze) dias, se há ou não perspectiva de cumprimento da obrigação de fazer objeto da lide, e, se for o caso, se há concordância com a sua conversão em perdas e danos. Intime-se ainda o(a) Executado(a) para efetuar o pagamento do valor de R$30.904,98, referente aos demais itens do cumprimento de sentença, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM), ADV: LUIZ OTAVIO OLIVEIRA BIER (OAB 7816/AM), ADV: LUIZ FELIPE DE FARIA E CUNHA MONTEIRO (OAB 7031/AM) - Processo 0632568-10.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: JOSEFA AMARO DA SILVA - REQUERIDA: LEILA DOS SANTOS OLIVEIRA - Isto posto, com amparo na argumentação expendida, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTES os pedidos constantes da presente Ação de de Indenização por danos Materiais e Lucros Cessantes proposta por Josefa Amaro da Silva, condenando a Requerida ao pagamento de indenização por dano materiais no valor de de R$ 158.454,73 (cento e cinquenta e oito mil, quatrocentos e cinquenta e quatro reais e setenta re três centavos), corrigidos pelo INPC desde o ajuizamento da ação, e com juros de 1% am desde a citação; bem como ao pagamento de lucros cessantes fixados em doze prestações de R$3.100,00 (três mil e cem reais), incidentes a partir do mês seguinte ao da data do incêndio (31.01.2015), vencendo no último dia dos meses subsequentes, a partir de fevereiro/2015, com correção monetária de cada vencimento e juros de 1% am da citação. JULGO IMPROCEDENTES os pedidos deduzidos na Reconvenção. Condeno ainda a Requerida Leila dos Santos Oliveira ao ônus da sucumbência, com pagamento das custas processuais e honorários advocatícios que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação. P.I. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF), ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM) - Processo 0632839-14.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Elisvaldo Carvalho da Costa - Vista ao Exequente/Impugnado, em 15 (quinze) dias.

ADV: ROBSON ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 6457/AM), ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0633178-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rosa Maria Feitosa da Fonseca - REQUERIDO: Sindicato dos Despachantes Documentalistas do Estado do Amazonas - Sindesdam - Diante da Petição de fl. 90, intime-se a Requerida para, querendo, apresentar proposta de acordo nos Autos, bem como diga se concorda com a designação de Audiência Conciliatória. Prazo de 10 (dez) dias.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0633652-41.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Raimundo Gomes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XXIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, abro vista às partes para que tomem ciência do retorno dos autos da Instância Superior e se manifestem, no prazo de 05 (cinco) dias, requerendo o que entender de direito.

ADV: TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0634073-31.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Niete Cavalcante Seixas - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos formulados por MARIA NIETE CAVALCANTE SEIXAS em face de BANCO BMG S/A., resolvendo o mérito com fundamento no art. 487, inciso I do CPC, para o fim de: 1) Reconhecer e declarar a nulidade da contratação, com retorno das partes ao status quo, devendo a parte Autora restituir ao Réu os valores mutuados, acrescido tão somente de correção monetária desde as datas em que as quantias foram disponibilizadas, e a Instituição Financeira Ré deverá devolver os valores descontados, corrigidos monetariamente e com juros a partir da Citação, ressalta-se a possibilidade de compensação entre os montantes; 2) Após a compensação, o valor em excesso pago pela Autora deverá ser restituído, em dobro, pelo Réu; 3) Condenar o Réu ao pagamento de danos morais no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais), com correção monetária a partir do arbitramento e juros da Citação. Ressalta-se que os índices a serem aplicados devem ser aqueles constantes no Artigo 12, parágrafo único, da Portaria 1855/2016-PTJ. Defiro, neste momento, em razão do acima exposto, a tutela solicitada, a fim de determinar a suspensão dos descontos efetuados do salário da parte Autora. Expeça-se, pois, de imediato, com urgência, o competente Ofício ao Órgão pagador. Sucumbente, condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios, que arbitro em 10% (dez por cento) sobre o Valor da Causa, atento ao disposto no art. 85 do Código de Processo Civil. P.I. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0634098-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ailton da Silva Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Aplico o julgamento antecipado da lide (art. 355, I do CPC), devendo os autos voltarem conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: LEDA MOURÃO DA SILVA (OAB 10276/AM), ADV: LUIZ WANDERLEY SANTOS GOMES (OAB 4653/AM) - Processo 0634188-86.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Luiz Batista de Moura - Intime-se o(a) Executado(a), por Edital, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Observe-se a Gratuidade de Justiça. Cumpra-se.

ADV: RICARDO LOPES GODOY (OAB 77167/MG), ADV: RODRIGO GAGO FREITAS VALE BARBOSA (OAB 165046/SP) - Processo 0635159-71.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Inicialmente, dou por válida a citação ocorrida por meio do AR de fl. 58, em razão de direcionado ao mesmo endereço do contrato, conforme fl. 40. Diante disto, defiro o prosseguimento da Execução, mediante o bloqueio e consulta de bens via Renajud e Infojud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: CRISTIAN MINTZ (OAB 136652/SP), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0635175-54.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sandro Gomes Cordeiro - REQUERIDO: Falkalnd Tecnologia Em Telecomunicações S/A - Robbu Tecnologia da Informação Ltda e outro - Indefiro, por ora, o pedido de citação por Edital, tendo em vista que não esgotadas as vias ordinárias para tentar localizar a Requerida SS Contact Center. Diante disto, determino sejam realizadas consultas de endereços nos Sistemas Judiciais pendentes (Bacenjud, Renajud e Infojud), em nome da Requerida indicada. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: RODOLFO MEIRA ROESSING (OAB 12719/PA) - Processo 0635757-88.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Compromisso - EXEQUENTE: White Martins Gases Industriais do Norte Ltda - HOMOLOGO o acordo firmado, e extingo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, III, “b”, do CPC. Arquivem-se, sem prejuízo de reativação no caso de eventual descumprimento. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0636620-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Auriderson Carvalho Moura e outro - Expeça-se Mandado de Citação para o novo endereço indicado. Observe-se a Gratuidade de Justiça.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ANA CAROLINA CANSANÇÃO PALHARES (OAB 31545/PE), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM) - Processo 0636658-95.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Georgios Vasillios Donsouzis - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0637065-33.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Auxílio-Doença Acidentário - REQUERENTE: João Bosco Mendes - Houve concordância parcial do Exequente com relação ao abatimento dos valores já recebidos administrativamente, tendo discordado apenas no ponto em que defende que não haveria reflexo no cálculo dos honorários, que incidiria computando indistintamente valores cobrados na Execução ou pagos administrativamente. Considerando se tratar de argumento novo, em homenagem ao princípio do contraditório, abro vista ao INSS para se manifestar acerca do petitório, em 20 (vinte) dias, prazo já em dobro. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP) - Processo 0637223-83.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em face do exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido inicial, extinguindo o feito com resolução de mérito, com fulcro no artigo 487, I, do Código de Processo Civil, para declarar rescindido o contrato e consolidar em favor da Autora a propriedade e a posse plena e exclusiva do bem descrito na petição inicial, ficando-lhe facultada a venda, na forma do artigo 3º, § 1º, do Decreto-Lei nº 911/69. Condeno o Réu ao pagamento das custas processuais e honorários advocatícios, que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais). Oportunamente, arquivem-se os autos. P. I. Cumpra-se.

ADV: FELIPE NAVEGA MEDEIROS (OAB 165147/MG), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP), ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP) - Processo 0637317-65.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Santander Brasil S/A - Intime-se o Autor para juntar o comprovante de pagamento das custas do Mandado de Penhora e Avaliação, em 5 (cinco) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0638343-64.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em razão disto, EXTINGO o processo, sem resolução do mérito, com base no art. 485, I, IV c/c 290 do CPC. Oportunamente arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: ANA MARIA DA SILVA NORONHA (OAB 9569/AM), ADV: EWERTON DE ALENCAR CORREIA (OAB 8460/AM) - Processo 0638734-87.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Maria das Graças dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Assim, julgo EXTINTA a Execução, nos termos do art. 924, II do CPC. Oficie-se à Caixa Econômica para proceder à transferência à conta indicada à fl. 252. Após arquivem-se os Autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM) - Processo 0638790-52.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Lialô Veiculos Comércio e Representação Ltda - Vistos, Por cautela, defiro o bloqueio de circulação do veículo em questão, devendo o Autor recolher o respetivo emolumento, conforme Portaria n° 116/2017. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Citem-se as Rés, a primeira por Carta, com Aviso de Recebimento e a segunda, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, para apresentarem Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: FABIANA RIBEIRO FLORENCIO MOTA (OAB 3447/AM) - Processo 0638936-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Daniel Barauna da Cunha - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Ademais, intimo a parte requerente para indicar/corrigir o endereço do requerido Bruno Ponse Mendes, que deverá constar no carta, no prazo legal de 05 (cinco) dias, indicando informações que auxiliem no cumprimento, como rua, CEP, número, bairro, apartamento, sala, condomínio, complemento, etc.

ADV: EDINALDO TIBURCIO PINHEIRO (OAB 6931RO) - Processo 0639193-21.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alan dos Santos Souza - Vista ao interessado da Certidão do Oficial de Justiça de fl. 252, em 15 (quinze) dias,

ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0639246-36.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Aposentadoria por Invalidez Acidentária - REQUERENTE: Mauro Sérgio Nunes de Souza - Vista ao INSS da Petição de fl. 84, em 10 (dez) dias, prazo já em dobro. Intime-se via Portal Eletrônico.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0639306-09.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Citem-se os Executados por Edital. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUANA LIMA CARESTO (OAB 6235/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 303002/SP) - Processo 0639328-04.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Duplicata - REQUERENTE: Mass Comércio de Material de Construção Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que se manifeste acerca do resultado da consulta ao sistema eRIDTF às fls. 216/217, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE), ADV: MANOEL ARCHANJO DAMA FILHO (OAB A700/AM), ADV: ANDRÉA CRISTINA DA COSTA LE SUEUR (OAB 6161/AM) - Processo 0639819-74.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: GLEUSA GLADYS SILVA DO NASCIMENTO (OAB 40690/DF), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: LAMBRINI ACRIVI SYMEON MESSINIS (OAB 60647/DF), ADV: JOSÉ QUAGLIOTTI SALAMONE (OAB 103587/SP) - Processo 0640000-75.2018.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - CONSIGNANTE: Nubia Regina Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Concedo a dilação de prazo por 15 (quinze) dias, contados a partir da publicação do presente.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0640502-82.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado/AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ LUÍS CANTUÁRIA DOS REIS (OAB 2896/AM), ADV: VÍTOR VILHENA GONÇALO DA SILVA (OAB 6502/AM) - Processo 0640639-98.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Praia dos Passarinhos - REQUERIDO: Alpha Extração de Areia Ltda - Vista ao Exequente da Petição de fls. 199/200, em 15 (quinze) dias, devendo ainda neste prazo trazer memória de cálculo atualizada. Digam ainda as Partes, no mesmo prazo, se há interesse na designação de audiência conciliatória.

ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA), ADV: AUGOSTINHO FERREIRA DE ALMEIDA NETO (OAB 11840/AM) - Processo 0640798-02.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Romario Cordeiro de Araujo - REQUERIDO: Qualicorp Administradora de Benefícios S.a e outros - Mantenho integralmente a decisão de concessão de tutela de urgência, por seus próprios fundamentos, já que o pedido de reconsideração não possui respaldo legal, somente sendo cabível excepcionalmente, em especial quando apresentados elementos supervenientes que mudam a feição jurídica dos autos, o que não é o caso, frisando que a via escorreita para impugnar decisão judicial é o recurso, e não o pedido de reconsideração. Ademais, destaco a circunstância de as Requeridas fazerem parte da mesma cadeia de prestação de serviços, sendo solidárias perante o consumidor, de forma que as divisões de atribuições internas e os acertos que devem realizar para dar cumprimento à liminar são irrelevantes para fins de responsabilidade perante o consumidor. No mais, reitero a determinação de fl. 57 para que o Autor adite a Inicial, nos termos do art. 303, §1º, I, do CPC, sob pena de extinção do feito. Em tempo, considerando em referido decisório não constou o prazo para que fosse feito o aditamento, fixo o mesmo em 15 (quinze) dias, que fica renovado diante desta necessidade de esclarecimento. No mesmo prazo, deverá ainda o Autor providenciar a juntada de Procuração, igualmente sob pena de extinção.

ADV: THIAGO GALVAO SEVERI (OAB 207754/SP) - Processo 0640814-24.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - REQUERENTE: Copap Inc - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0641461-82.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 3 - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliarios Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0641602-67.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - REQUERIDO: Antonio Ramos de Oliveira Neto - Considerando que o contrato já se encontra quitado, tendo o Requerido depositado a integralidade do valor indicado à inicial, restando remanescente tão somente o reembolso de custas processuais e honorários advocatícios, determino o imediato recolhimento do Mandado de fl. 54, devendo ser oficiada a Central de Mandados para este

fim, com urgência. Acaso o Mandado já tenha sido cumprido, determino que o banco se abstenha de leiloar o veículo, sob pena de ineficácia do leilão e multa, bem como seja expedido Mandadado de Restituição do mesmo. Por fim, intime-se o Requerido para pagar o remanescente indicado às fls. 61/62, em 15 (quinze) dias.

ADV: DANILO SILVEIRA SANTOS (OAB 323457/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0641833-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Cardoso Barbosa e outro - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Capital Rossi) e outro - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: CARLOS EDUARDO DOMINGUES AMORIM (OAB 40881/RS) - Processo 0643870-94.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Marcopolo S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0644896-98.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: RAFAEL GOOD GOD CHELOTTI (OAB 139387/MG) - Processo 0645493-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paloma Conceição Moreira da Silva - REQUERIDO: Supermercados DB Ltda. - Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre as contestações de fls. 36/45 e 63/75.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM) - Processo 0646010-38.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Manoel da Silva Souza - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO PEREIRA DE SALLES (OAB 6675/AM) - Processo 0646984-75.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - REQUERIDA: Aldenise Araujo Jorge de Sales - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a AÇÃO DE COBRANÇA e PROCEDENTE, EM PARTE, os pedidos CONTRAPOSTOS, para declarar a INEXISTÊNCIA DO DÉBITO, decorrente do contrato n° 6590921.42046 e a EXCLUSÃO do nome da Ré dos órgãos de proteção ao crédito, caso anotados. Condeno a Autora ao pagamento das custas processuais e em honorários advocatícios de 10% do valor dado à causa atualizado. P.I. Cumpra-se.

ADV: ADRIANNE SANCHES SOARES DA SILVA (OAB 8595/AM), ADV: MAYRA MAMED LEVY (OAB 8598/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0647694-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Graziela Ferreira Garcia - REQUERIDO: Cartório do 6º Tabelionato de Notas de Manaus-amazonas - Eline Benfica Alves - Em conformidade com o art. 1º, XXX, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) apelada(s) para que, querendo, ofereça(m) contrarrazões à apelação interposta, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 1.010, § 1º do CPC. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, os autos serão remetidos ao TJAM, após as formalidades legais, independentemente de juízo de admissibilidade.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0647792-46.2019.8.04.0001 - Imissão na Posse - Imissão - REQUERENTE: Jean Serrão de Oliveira - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0649114-04.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612055-89.2013.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Causas Supervenientes à Sentença - REQUERENTE: Nelson Wilians & Advogados Associados - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, c/c o art. 513, §2º, II, do CPC, intimo a parte exequente para que recolha e junte comprovante de recolhimento, no prazo de 05 (cinco) dias, de custas postais, conforme Provimento nº 273/CGJ, referentes à intimação da parte devedora para cumprimento voluntário da condenação, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s).

ADV: IVANA MAUÉS MARQUES (OAB 4462/AM), ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0649464-26.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Judicial - EXEQUENTE: C.E.M. - EXECUTADO: M.B.M.N. e outro - Intime-se a parte Autora, pessoalmente via carta com AR, para dar prosseguimento ao feito no prazo de 5 (cinco) dias, sob pena de extinção. Dê-se igualmente ciência ao seu patrono via DJe. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0649757-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hellyson Gomes de Macedo - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIV, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes para apresentarem eventuais propostas de acordo e especificarem as provas que ainda pretendam produzir, devendo mencionar qual a sua utilidade para o deslinde da causa. No caso de prova oral, resumidamente, os fatos que com ela pretendem esclarecer. No caso de prova pericial, a utilidade do expediente, indicando a especialidade requerida e quesitos correlatos, no prazo comum de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO DE JESUS COLARES DE OLIVEIRA (OAB 10985/AM) - Processo 0650124-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Francilene da Silva Vital - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0650279-86.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG) - Processo 0650343-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC) - Processo 0652064-83.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ermírio Mario de Souza Arantes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: EMMILLY KAREN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9716/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: EBERTE DA CRUZ MENEZES (OAB 20199/BA), ADV: EVELLYN KELRYEN APOLÔNIO DA SILVA (OAB 9125/AM), ADV: ROSANA SOARES DIAS (OAB 283234/SP) - Processo 0653038-57.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: M Sales Gomes Transporte e Comério - Me - REQUERIDO: Peugeot Citroen do Brasil Automóveis Ltda - Nice Veículos Ltda e outros - Em conformidade com o art. 1º, XVI, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo as partes interessadas para que tomem ciência e se manifestem sobre proposta de honorários periciais apresentada na petição de fl. 233, no prazo de 5 (cinco) dias, na forma do § 3º do artigo 465 do CPC.

ADV: PALOMA TAVARES FEITOZA VIEIRA (OAB 8759/AM), ADV: NATANIEL PEREIRA MASSULO (OAB 12038/AM) - Processo 0653076-69.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Francisca Barros de Oliveira - REQUERIDO: Construtora Capital S/A e outro - HOMOLOGO o pedido de desistência, extinguindo o feito sem resolução do mérito, a teor do art. 485, VIII, do CPC. Condeno a Autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios que fixo em R$1.000,00 (mil reais), restando suspensa a exigibilidade face à Gratuidade de Justiça Arquivem-se. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: RICARDO SOUZA GUIMARÃES (OAB 8675/AM) - Processo 0653686-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Allegro Mall - Defiro o benefício da justiça gratuita. Cite-se a Executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da Executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a Executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0654533-05.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Azenilde Celestino Freitas - Vistos e etc., Homologo a desistência do feito para fins do artigo 200, parágrafo único do Código de Processo Civil. Em consequência, JULGO EXTINTO o presente feito sem resolução do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil. Sem custas. Proceda-se à baixa.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0654803-29.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: Carlos Edson Guedes de Oliveira Junior - Processo vindo por conexão aos Autos nº 0645754-95.2018.04.0001, no qual já houve averbação de Suspeição por esta Magistrada, atualmente estando presidido pelo MMº Dr. Rogério José da Costa Vieira. Como a Suspeição se estende a feitos conexos reunidos para julgamento em conjunto, proceda-se à Secretaria à vinculação ao referido Juiz, bem como proceda-se à sua devida comunicação, via malote digital ou outro meio idôneo.

ADV: DOUGLLAS DOURO CARVALHO (OAB 9920/AM), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM) - Processo 0654990-37.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: A M F de Souza Serviços Me - Green Valet Serviços Prestados - REQUERIDO: Hospital Adventista de Manaus - Ante o exposto, pela clara inexistência de interesse de agir no caso telado na inicial, extingo este processo, sem resolução de mérito, de acordo com o artigo 485, inciso VI, do Código de Processo Civil. Em face da rejeição liminar deixo de condenar o Autor em honorários advocatícios. P.I. Cumpra-se.

ADV: DANIELLE DELGADO GONÇALVES (OAB 9983/AM) - Processo 0655461-53.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Denny Alberto Souza Pereira - Vistos, Na Inicial consta que o veículo objeto da ação é financiado e, dentre os pedidos, está a suspensão do pagamento das parcelas do financiamento, impedimento de protesto e/ou negativação do nome do Autor e, finalmente, a rescisão do contrato com devolução dos valores pagos. No entanto, a financeira não figura no polo passivo, o que se faz necessário. Assim, determino Emenda à Inicial, no prazo de 15 dias, para que o Autor acoste aos Autos o contrato de financiamento e inclua no polo passivo o banco, pena de indeferimento.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656601-25.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Valeria Clara Martins de Rezende - Vistos, Defiro o benefício da Justiça gratuita pleiteado. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GISELE GARCIA RODRIGUES (OAB 216900/SP) - Processo 0656671-42.2019.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Comercial - REQUERENTE: Imbramil Indústria e Comércio

Ltda. - Vistos, Tendo a inicial preenchido os requisitos do artigo 700 do CPC/2015 e, estando a mesma devidamente instruída com documentação comprobatória do débito, com base em prova escrita, sem eficácia de título, defiro a monitória. Determino a expedição de carta de citação para pagamento da quantia em dinheiro, apontada na inicial (art. 700, I), no prazo máximo e improrrogável de 15 (quinze) dias, incluído o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco por cento) do valor atribuído a causa, conforme Caput do artigo 701, CPC/2015. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC/2015. Advirto desde já que, caso não seja realizado o pagamento ou não opostos embargos, constituir-se-á de pleno direito o título executivo judicial, nos termos do disposto no §2º do artigo 701, CPC/2015. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento também no mesmo prazo o réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no parágrafo 1o, do artigo 701, também do CPC/2015. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no Caput do art.701 do CPC/15 até o julgamento em primeiro grau. Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15(quinze) dias, nos termos do art.702, §5º, do CPC/15. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, §5º c/c 916, CPC/2015. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05(cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5(cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15(quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 - CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art.485, IV e VI do CPC.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656677-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Janderson Moumneh Pereira - Vistos, Defiro o benefício da Justiça gratuita pleiteado. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM) - Processo 0656678-34.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - REQUERENTE: Pool Engenharia Serviço, Indústria e Comércio de Construções Ltda. - Vistos, Cite(m)-se o(s) executado(s) para que, querendo, proceda(m) ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome do(s) executado(s), no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o(s) devedor(es) não efetuar(em) o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome do(s) executado(s), via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar o(s) executado(s), o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/réu no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do réu via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte autora para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento do Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC) - Processo 0656719-98.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Karla Klicia de Almeida Lima - Vistos, Defiro o benefício da Justiça gratuita pleiteado. Remetam-se os autos ao CEJUSC-Cível para realização da perícia e, se for o caso, designação de Audiência de Conciliação. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0656749-36.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Boaventura Ferreira Avelino - Defiro o pedido de gratuidade de justiça. Tendo em vista a verossimilhança das alegações da parte autora, bem como sua condição de hipossuficiente técnica e econômica, defiro a inversão do ônus da prova a seu favor, na forma do artigo 6º, inciso VIII, do CDC. Nos termos do art. 3°, §2°, do CPC/15, "o Estado promoverá, sempre que possível, a solução consensual dos conflitos". Destarte, por conta do dever atribuído ao Estado de estimular a solução por autocomposição, e, tendo em vista que a petição inicial preenche os requisitos de sua admissibilidade, encaminhem-se os autos para o CEJUSC para que seja pautada a audiência de conciliação correspondente. Dê-se ciência de que "o não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. (art. 334, §8º, do CPC), e a que a defesa deverá ser apresentada no prazo de quinze dias, na forma do art. 335 do CPC. Em caso de a parte ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, observando-se a gratuidade de justiça. Após, proceda-se nova remessa ao CEJUSC para agendamento de audiência conforme necessário e renove-se a citação. Na hipótese de esgotamento dos meios ordinários de citação pessoal da parte demandada, defiro, mediante prévio requerimento, a citação da parte requerida por edital, na forma do art. 256, III, §3º, do Digesto Processual Civil, ao fito de que a ré, querendo, apresente defesa, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar do decurso do prazo de 20 (vinte) dias a que alude o art. 257, III, do CPC. Determino, ainda, que o Edital seja publicado em jornal de ampla circulação, no prazo máximo de 15 dias, por no mínimo duas vezes, na forma do art. 257, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Cumpre esclarecer que este iter concerne ao tempo estimado para a realização da citação, findo o qual iniciar-se-á a contagem do prazo para contestação. Impende assinalar, ainda, que, em caso de conduta dolosa atinente ao requerimento da entelada citação por edital, o autor incorrerá em multa de 05 (cinco) salários mínimos, a ser revertida em prol do citando, conforme determina o art. 258, caput e parágrafo único, do CPC. Em não havendo manifestação da parte requerida, nomeio, desde já, a Defensoria Pública para exercer a

Curadoria de Especial, nos termos do art. 72, II, parágrafo único, do CPC. Ressalta-se que eventual desinteresse da parte requerida quanto à realização da audiência deverá ser apresentada, por petição, com 10 (dez) dias de antecedência, contados da data da audiência. Apenas no caso de igual negativa de interesse pelo autor - exposta em sua exordial, sob pena de preclusão -, autoriza-se a não realização da audiência, haja vista que a lei exige o duplo desinteresse para que a diligência não seja cumprida (art. 334, §§ 5º e 4º, inc. I, do CPC/15). Nesse caso, retornem-se conclusos os autos. Se a resposta positiva for apresentada tempestivamente, intime-se a parte autora para, no prazo de quinze dias, manifestar-se sobre as peças e documentos entranhados, com esteio nos arts. 350 e 351 do NCPC, bem como especificar, de modo justificado, as provas que ainda pretende produzir, se houver. Se a reconvenção for ajuizada, intime-se a parte autora/reconvinda para que, no prazo de quinze dias, querendo, apresente resposta. Em havendo réplica à defesa ou contestação à reconvenção, intime-se a parte requerida/reconvinte para, também no prazo de quinze dias, dizer sobre tal manifestação e apontar, de modo fundamentado, os meios de prova cuja produção entende necessária ao deslinde da controvérsia sob exame. Caso obtida eventual autocomposição, sejam conclusos os autos para que esta seja reduzida a termo e homologada por sentença definitiva, nos moldes do art. 334, § 11, do CPC. Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: YURI ANDRE BALBI DIAS DE SOUZA (OAB 14928/AM) - Processo 0656885-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Lucinea Nogueira de Almeida - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Analisarei o pedido de tutela antecipada após a formação do contraditório. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0656900-02.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0656990-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Dulcineia Figueiredo da Silva - Vistos, Defiro o benefício da justiça gratuita. Dispenso, por ora, a Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC, tendo em vista que não há qualquer prejuízo na sua postergação. Cite-se a Requerida, pelo Portal Eletrônico, caso cadastrada, ou por Carta com Aviso de Recebimento, para apresentar Contestação, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de revelia e confissão ficta.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657067-19.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Defiro a gratuidade somente com relação às custas iniciais, com fundamento no § 5o do art. 98 do CPC. Saliento, por conseguinte, que a gratuidade parcial conferida não abarcará as despesas postais no valor unitário de R$20,00 (vinte reais), na medida em que o valor destas é insignificante se comparado com o das custas processuais. Cite-se a Executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da Executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome da Executada, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a Executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte Exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento da Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657096-69.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Defiro a gratuidade somente com relação às custas iniciais, com fundamento no § 5o do art. 98 do CPC. Saliento, por conseguinte, que a gratuidade parcial conferida não abarcará as despesas postais no valor unitário de R$20,00 (vinte reais), na medida em que o valor destas é insignificante se comparado com o das custas processuais. Cite-se a Executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da Executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome da Executada, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a Executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte Exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento da Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657119-15.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Defiro a gratuidade somente com relação às custas iniciais, com fundamento no § 5o do art. 98 do CPC. Saliento, por conseguinte, que a gratuidade parcial conferida não abarcará as despesas postais no valor unitário de R$20,00 (vinte reais), na medida em que o valor destas é insignificante se comparado com o das custas processuais. Cite-se a Executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da Executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome da Executada, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a Executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte Exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento da Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: LAURA CID VIEIRA BELÉM (OAB 11987/AM) - Processo 0657207-53.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Quitação - REQUERENTE: Inspetoria Salesiana Missionaria da Amazonia - Vistos, Defiro a gratuidade somente com relação às custas iniciais, com fundamento no § 5o do art. 98 do CPC. Saliento, por conseguinte, que a gratuidade parcial conferida não abarcará as despesas postais no valor unitário de R$20,00 (vinte reais), na medida em que o valor destas é insignificante se comparado com o das custas processuais. Cite-se a Executada para que, querendo, proceda ao adimplemento do débito indicado na exordial, acrescido de honorários advocatícios, no importe de 10% sobre o valor da dívida, no prazo de 03 (três) dias, conforme o art. 827 c/c 829, caput, do CPC. Se requerido, defiro a indisponibilidade de ativos financeiros em nome da Executada, no valor indicado na execução (art. 854 do CPC). Caso o devedor não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo a realização de penhora dos bens em nome da Executada, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Determino, ainda, na hipótese de não localizar a Executada, o arresto de tantos bens quantos bastem para satisfazer o objeto do presente processo de expropriação do patrimônio do devedor, ex vi do art. 830, caput, também do CPC, através dos mesmos sistemas eletrônicos. Precedente do STJ: PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL. EXECUTADOS NÃO LOCALIZADOS. ARRESTO PRÉVIO OU EXECUTIVO. ART. 653 DO CPC. BLOQUEIO ON LINE. POSSIBILIDADE, APÓS O ADVENTO DA LEI N. 11.382/2006. APLICAÇÃO DO ART. 655-A DO CPC, POR ANALOGIA. 1.- "1. O arresto executivo, também designado arresto prévio ou pré-penhora, de que trata o art. 653 do CPC, objetiva assegurar a efetivação de futura penhora na execução por título extrajudicial, na hipótese de o executado não ser encontrado para citação. 2. Frustrada a tentativa de localização do executado, é admissível o arresto de seus bens na modalidade on-line (CPC, art. 655-A, aplicado por analogia). (...)." (REsp 1.370.687/MG, Rel. Ministro ANTONIO CARLOS FERREIRA, DJe 15/08/2013) Em retornando o AR negativo por decorrência de não ter sido encontrado o endereço/Ré no endereço indicado, proceda-se à consulta dos dados cadastrais da Ré via Bacen/Renajud/Infojud. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. Intimo a parte Exequente para que recolha as custas da despesa postal (R$ 20,00 [vinte reais] por carta expedida), no prazo de 15 (quinze) dias. A Requerimento da Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. Cumpra-se.

ADV: PAULA GAMA DE PAIVA (OAB 11199/AM) - Processo 0657244-80.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sandra Maria Soares Vieira - Ante o exposto, defiro a tutela antecipada para a suspensão IMEDIATA dos descontos mensais no contracheque da Autora, no valor de R$ 330,00 (trezentos e trinta reais), referente ao plano de saúde código 5893, ODONTOMED PL SAUDE. Oficie-se à SEAD/AM para o cumprimento desta ordem judicial. Dispenso, por ora, a realização de nova Audiência Inicial de Conciliação prevista no art. 334 do CPC. Intime-se e Cite-se pelo Portal Eletrônico ou por Carta, com aviso de recebimento. Cumpra-se.

ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0657362-56.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Beija-flor 2 Iv Etapa - Vistos, Intime-se a parte Autora para que efetue o pagamento das custas inicias e despesas de ingresso (postais/ oficial de justiça), sob pena de cancelamento da distribuição, no prazo de 15 (quinze) dias. Art. 290 do CPC - "Será cancelada a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias." Cumpra-se

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0657389-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Aminadabe Lima da Silva - Vistos, Verifico que esse processo apresenta a pendência de suspeita de repetição da ação. Ocorre que, confrontando os dados do presente com os do processo nº 0603120-50.2019.8.04.0001, não vislumbro essa repetição. Deste modo, não há que se falar em distribuição por dependência nos termos do art. 286 do CPC, razão pela qual determino a remessa dos presentes autos ao Setor de Distribuição para que seja distribuído de forma independente, em atenção ao Princípio do Juiz Natural. Cumpra-se.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0657462-11.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Rci Brasil S/A - Vistos, Deflui da análise da Inicial que a Liminar vindicada faz-se necessária, visto que a mora do devedor se encontra evidenciada nos autos. Intime-se a parte interessada para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o recolhimento das Custas referentes às Diligências requeridas, quais sejam, Mandado de Citação, com Busca e Apreensão, e bloqueio do veículo objeto da lide por meio do Sistema RENAJUD, tudo nos termos da Portaria 116/2017 da Presidência desta Corte, se não for a parte interessada beneficiária da Justiça Gratuita total. Após juntada de comprovante de recolhimento de Custas, defiro liminarmente a Busca e Apreensão do bem indicado na vestibular, tudo com fundamento no caput do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911, de 1º de outubro de 1969, nomeando, ainda, como fiel depositário do bem litigioso, representante legal do requerente. Em caso de a parte Ré não ser encontrada no logradouro declinado na exordial, autorizo a pesquisa de novo endereço por meio dos sistemas BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD e SIEL, após o recolhimento dos emolumentos para cada pesquisa solicitada, renove-se a citação. Não recolhidos os respectivos emolumentos, ou, ainda, na hipótese de o Autor não envidar esforços no sentido de localizar o demandado, autorizo, desde já, seja intimado o banco requerente, pelo órgão oficial, para que, querendo, no prazo de 05 (cinco) dias, diga se tem efetivo interesse no prosseguimento do feito, sob pena de extinção do processo sem resolução de mérito, na forma do art. 485, IV e VI, do CPC. Paralelamente, se o veículo alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, intime-se o Autor para que, no prazo de quinze dias, requeira, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em Ação Executiva, tudo na forma do art. 4º. do Decreto-Lei 911/69, sob pena de extinção por ausência de emenda à exordial, ex vi dos arts. 321, parágrafo único, e 330, IV, ambos do CPC. Uma vez cumprida a liminar, cite-se a parte Ré para que no prazo de 05 (cinco) dias pague a integralidade da dívida pendente, segundo os valores apresentados pelo credor fiduciário na inicial, condição em que o bem ser-lhe-á restituído livre do ônus, ex vi do art. 3º, § 2º, do Decreto-Lei nº 911/69, ou, querendo, ainda que quitado débito, apresente resposta no prazo de 15 (quinze) dias contados da execução da liminar, na forma do art. 3º, § 3º do mesmo repositório legal. Cientifique-se o requerido de que a referida resposta poderá ser apresentada ainda que tenha pago a integralidade da dívida, caso entenda ter havido pagamento a maior e desejar restituição, conforme art. 3º, §4º, do Decreto-Lei no. 911/69. Autorizo o Sr. Meirinho a proceder na forma prevista no art. 212, parágrafo 2º, do Diploma Processual Civil. Advirto o Banco credor de que, durante o prazo de cinco dias previsto no §1º do art. 3º do Decreto-Lei 911/69, não deverá alienar o bem dado em garantia, sob pena de eventual incidência dos §§6º e 7º da indigitada lei. Recolhidas as custas de diligências do(a) Sr.(a) Oficial(a) de Justiça, expeça-se Mandado. Cumpra-se.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM) - Processo 0659864-02.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Imissão - REQUERENTE: Patri Quatro Empreedimentos Imobiliários S/A - REQUERIDO: Greycemar Cauper Pinto e outro - Ao Cejusc para realização de Audiência Conciliatória.

ADV: CÍNTIA ALMEIDA PRADO (OAB 12891/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0660332-63.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Construtora Capital S/A - Intime-se o(a) Executado(a) Condomínio Smart Tapajós , por AR, para efetuar o pagamento do valor em Execução, em 15 (quinze) dias, nos termos do art. 523 do NCPC, sob pena de multa de 10% e honorários advocatícios no cumprimento de sentença fixados em 10% sobre a condenação. Intime-se previamente o Exequente para recolher as custas postaisdevidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção. Cumpra-se.

ADV: HUGO FERREIRA ALBUQUERQUE (OAB 10197/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0660408-87.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Vertentes do Tarumã - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que recolha as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: SIMONE ROSADO MAIA MENDES (OAB 4550/PI), ADV: CÁSSIO FRANÇA VIEIRA (OAB 4409/AM), ADV: FRANCINETE SEGADILHA FRANÇA (OAB 867/AM), ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: FILIPE DE FREITAS NASCIMENTO (OAB 6445/AM) - Processo 0704462-51.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0703823-33.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Alteração de Coisa Comum - REQUERENTE: Condomínio Parque Residencial Itapuranga III - REQUERIDO: Eduardo Nóbrega Teixeira - Proceda-se ao bloqueio via Bacenjud, com acréscimos do art. 523, §1º, do CPC. Intime-se previamente a parte Autora para recolher as custas devidas, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de extinção.

ADV: PAULO FERNANDO PAZ ALARCÓN (OAB 37007/PR), ADV: GUILHERME DE CASTRO BARCELLOS (OAB 56630/RS), ADV: MIZZI GOMES GEDEON (OAB 14371/MA), ADV: PETRA SOFIA PORTUGAL MENDONÇA FERREIRA (OAB 9053/AM) - Processo 0713824-77.2012.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Mútuo - EXEQUENTE: PREVI - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil - EXECUTADO: Nilton Rodrigues de Lima e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Adrianne Sanches Soares da Silva (OAB 8595/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
ALESSANDRE COSTA DE OLIVEIRA (OAB 7655/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aline Laredo Pinto (OAB 4187/AM)
Altamir da Silva Vieira Junior (OAB 12961/AM)
Altamir da Silva Vieira Júnior (OAB 12961/AM)
Alysson Antônio Karrer de Melo Monteiro (OAB 6310/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Carolina Cansanção Palhares (OAB 31545/PE)
Ana Carolina Sousa Cei (OAB 8349/AM)
Ana Maria da Silva Noronha (OAB 9569/AM)
Ana Rita Lima Freire (OAB 3056/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)

Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)
André de Assis Rosa (OAB 12809/MS)
André Nieto Moya (OAB 235738/SP)
Andréa Cristina da Costa Le Sueur (OAB 6161/AM)
Andrei Sicsú de Souza (OAB 6268/AM)
Andreia Carvalho Chagas (OAB 14130/AM)
Andreza Priscila Lima de Lima (OAB 9192/AM)
Antônia Machado de Oliveira (OAB 120279/SP)
Antônio Azevedo de Lira (OAB 5474/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Ferreira do Norte Filho (OAB 13030/AM)
Antônio Lucas Feitoza Pantoja (OAB 11817/AM)
Antonio Neiva Rego Junior (OAB 1107/RR)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Augostinho Ferreira de Almeida Neto (OAB 11840/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB 3795/AM)
Beatriz Batista dos Santos (OAB 295353/SP)
Beatriz de Souza Souza (OAB 12761/AM)
Benjamim Saul Benchimol (OAB 4902/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Sena Pereira (OAB 9555/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Carla Cristina Lopes Scortecci (OAB 248970/SP)
Carlos Eduardo Domingues Amorim (OAB 40881/RS)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cássio França Vieira (OAB 4409/AM)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Celso Marcon (OAB A566/AM)
Cíntia Almeida Prado (OAB 12891/AM)
Cláudio Elias dos Santos (OAB 4036/AM)
Cláudio Kazuyoshi Kawasaki (OAB 122626/SP)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristian Mintz (OAB 136652/SP)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 19937/PR)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
Cristiane Bentes Teixeira (OAB 5283/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Crepaldi Diaz (OAB 441/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Delgado Gonçalves (OAB 9983/AM)
Danielly Coelho de Moura (OAB 13183/AM)
Danilo Silveira Santos (OAB 323457/SP)
Danyel Furtado Tocantins Álvares (OAB 311574/SP)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Diego Humbelino Duarte (OAB 9071/AM)
Dougllas Douro Carvalho (OAB 9920/AM)
Eberte da Cruz Menezes (OAB 20199/BA)
Edinaldo Tiburcio Pinheiro (OAB 6931RO)
Edson de Aguiar Rosas (OAB 465/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
Egberto Hernandes Blanco (OAB 89457/SP)
Elaine Bonfim de Oliveira (OAB 336A/CE)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Emanuel Marques de Melo Júnior (OAB 2621/AM)
Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB 9716/AM)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Erick da Silva Nobre (OAB 10430/AM)
Erivelt Sabino de Araújo (OAB 7920/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Evellyn Kelryen Apolônio da Silva (OAB 9125/AM)
Ewerton Almeida Ferreira (OAB 6839/AM)
Ewerton de Alencar Correia (OAB 8460/AM)
Fabiana Nogueira Neris (OAB 12366/AM)
Fabiana Ribeiro Florencio Mota (OAB 3447/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Feliciano Lyra Moura (OAB 21714/PE)
Felipe Navega Medeiros (OAB 165147/MG)
Fernanda Meyge de Brito (OAB 35105/BA)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Filipe de Freitas Nascimento (OAB 6445/AM)
Flávio Queiroz de Paula (OAB 2388/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francinete Segadilha França (OAB 867/AM)
Francisco André Cardoso de Araújo (OAB 279455/SP)
Francisco Jorge Ribeiro Guimarães (OAB 2978/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Frederico Moraes Bracher (OAB 7311/AM)
Frederico Santos Paiva (OAB 6569/AM)
Geandre Etianne da Silva Ferreira (OAB 9994/AM)
Geraldo Cantuário dos Santos (OAB 9942/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Germano Costa Andrade (OAB 2835/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Gisele Garcia Rodrigues (OAB 216900/SP)
Giselle Fernandes Blank Bueno (OAB 5457/AM)
Gleusa Gladys Silva do Nascimento (OAB 40690/DF)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Guilherme Carvalho Melo (OAB 11086/AM)
Guilherme de Castro Barcellos (OAB 56630/RS)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hildeberto Corrêa Dias (OAB 1127/AM)
Hileano Pereira Praia (OAB 3834/AM)
Hugo Ferreira Albuquerque (OAB 10197/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 303002/SP)
Ingrid Cristine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB 12209/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivana Maués Marques (OAB 4462/AM)
Izilda Maria de Moraes Garcia (OAB 85277/SP)
Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB 2950/AM)
Janaina Maria Albuquerque Fogassa (OAB 13800/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
Joabe de França Barros (OAB 4919/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Nogueira de Menezes (OAB 10849/MG)
Joaquim Donato Lopes Filho (OAB 1539/AM)
Jorge Antônio Veras Filho (OAB 5693/AM)
Jorge Hadad Sobrinho (OAB 91701B/SP)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Luís Cantuária dos Reis (OAB 2896/AM)
José Militão Rodrigues da Silva (OAB 12721/AM)
José Quagliotti Salamone (OAB 103587/SP)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Juarez Nascimento de Oliveira Filho (OAB 7562/AM)
Jucelino dos Santos Nobre (OAB 6166/AM)
Juliana Lima Benoliel Ferreira (OAB 11372/AM)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Karina Tatiana da Câmara Elias (OAB 5420/AM)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
KASSER JORGE CHAMY DIB SOCIEDADE INDIVIDUAL (OAB 5551/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)

KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3647/AM)
Lambrini Acrivi Symeon Messinis (OAB 60647/DF)
Laura Cid Vieira Belém (OAB 11987/AM)
Leandro Souza Benevides (OAB 123979/RJ)
Leda Mourão da Silva (OAB 10276/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Ligia de Souza Frias (OAB A1074AM)
Lilian da Silva Alves (OAB 8921/AM)
Luana Lima Caresto (OAB 6235/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciana Rodrigues Pinto (OAB 9164/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luciano Radaelli (OAB 8565/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Felipe de Azevedo Araújo (OAB 13522/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 104147/MG)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Felipe de Faria e Cunha Monteiro (OAB 7031/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luiz Otavio Oliveira Bier (OAB 7816/AM)
Luiz Wanderley Santos Gomes (OAB 4653/AM)
Manoel Archanjo Dama Filho (OAB A700/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
MÁRCIA ARIADNE DA SILVA (OAB 28918/GO)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Pereira de Salles (OAB 6675/AM)
Maria do Rosário Neves Filardi (OAB 5504/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 84206/SP)
Maria Santana de Freitas (OAB 5708/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Mauro Gilberto Frota Lobato (OAB 10848/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayra Mamed Levy (OAB 8598/AM)
Michelle Gomes Moreira (OAB 13517/AM)
Miguel de Holanda Vital (OAB 399A/AM)
Mizzi Gomes Gedeon (OAB 14371/MA)
Natalie Magalhães Coutinho (OAB 12334/AM)
Nataniel Pereira Massulo (OAB 12038/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paloma Tavares Feitoza Vieira (OAB 8759/AM)
Patrícia Fonseca Benayon Albano de Souza (OAB 2500/AM)
Paula Gama de Paiva (OAB 11199/AM)
Paulo Fernando Paz Alarcón (OAB 37007/PR)
Paulo Júnio Leandro de Oliveira (OAB 10250/AM)
Paulo Luis de Moura Holanda (OAB 481/RR)
Paulo Ricardo da Silva Gomes (OAB 7942/AM)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Paulo Sérgio de Menezes (OAB 54542/MG)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Robston Quariguasi Vasconcelos (OAB 15700/CE)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Petra Sofia Portugal Mendonça Ferreira (OAB 9053/AM)
Priscila Caroline Borges de Almeida (OAB 13746/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Good God Chelotti (OAB 139387/MG)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raphaela Batista de Oliveira (OAB 9169/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo de Jesus Colares de Oliveira (OAB 10985/AM)
Ricardo Lopes Godoy (OAB 77167/MG)
Ricardo Souza Guimarães (OAB 8675/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberto Trigueiro Fontes (OAB 692A/AM)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Roberto Vilela França (OAB 21876/GO)
Robson Almeida de Oliveira (OAB 6457/AM)
Rodolfo Meira Roessing (OAB 12719/PA)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Benayon Pontes Serudo (OAB 11132/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Gago Freitas Vale Barbosa (OAB 165046/SP)
Rodrigo Medeiros Lócio (OAB 39972/PE)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rosana Soares Dias (OAB 283234/SP)
Rosangela de Castro Carvalho (OAB 104920/SP)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Rubenito Cardoso da Silva Júnior (OAB 4947/AM)
Rubens Samuel Benzecry Neto (OAB 9212/AM)
Sandro Abreu Torres (OAB 4078/AM)
Sarah Lima Toledano (OAB 10106/AM)
Saulo Wilde Costa de Cássio (OAB 10767/AM)
Sérgio Alberto Corrêa de Araújo (OAB 3749/AM)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Simone Rosado Maia Mendes (OAB 4550/PI)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tatiana Rocha de Menezes e Rocha (OAB 3663/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thamires Lemos de Mattos (OAB 12344/AM)
Thiago Almeida Rebello (OAB 12327/AM)
Thiago dos Santos Barbosa (OAB 5299/AM)
THIAGO GALVAO SEVERI (OAB 207754/SP)
Thiago Pessoa Rocha (OAB 29650/PE)
TIAGO CARNEIRO LIMA (OAB 10422/PE)
Ulysses Farias de Magalhães Neto (OAB 7166/AM)
Urbano Vitalino de Melo Neto (OAB 17700/PE)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vilson Gomes Benayon Filho (OAB 4820/AM)
Vítor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB 6502/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilian dos Santos Torres Júnior (OAB 11026/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yonete Melo das Chagas (OAB 8827/AM)
YURI ANDRE BALBI DIAS DE SOUZA (OAB 14928/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: FRANCISCO MARQUES (OAB 001.192/AM), ADV: ROBERTO LOUZADA (OAB 010.621/DF) - Processo 0028332-21.2002.8.04.0001/02 (001.02.028332-7/00002) - Incidente de Falsidade - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - REQUERENTE: Naza Consultoria Imobiliária ltda - REQUERIDO: Forma da Amazonia - Construcao e Incorporacao Ltda - Vistos. Certifique-se o cumprimento integral da sentença e sua preclusão. Logo após, certificado que não consta nenhuma pendência processual a ser avaliada, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: FRANCISCO MARQUES (OAB 001.192/AM), ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: BENEDITO MARCOS DOS SANTOS LIMA (OAB 9617/DF) - Processo 0043399-26.2002.8.04.0001 (001.02.043399-0) - Atentado - Ato / Negócio Jurídico - REQUERENTE: Forma da Amazônia Construção e Incorporação Ltda - REQUERIDA: Maria Pereira Martins e outro - Vistos. Do compulsar dos autos, verificou-se petição de fls. 3613/3615, requerendo nova expedição de Ofício para o Cartório do 3º Ofício de Registro Imobiliário do Distrito Federal. É cediço que não há motivo para o não cumprimento, por parte do Cartório do 3º Ofício de Registro Imobiliário do Distrito Federal, de uma determinação que lhe for remetida e assinada pela Secretária deste Juízo, visto que, este é o procedimento padrão realizado pelo Sistema de Automação da Justiça (SAJ). Desta feita, visando a celeridade e o devido andamento processual, determino a expedição de novo Ofício, nos termos do expediente de fls. 3583, devendo, após a sua finalização, retornar para a assinatura da MMª Juíza. Cumpra-se.

ADV: DANIEL RAPHAEL ENÉAS E SILVA (OAB 5601/AM), ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0206099-02.2009.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0206099-02.2009.8.04.0001) - Oposição - OPOENTE: Igreja em Manaus - OPOSTO: Laurênio Pereira de Oliveira - Vistos. Certifique-se o cumprimento integral da sentença e sua preclusão. Logo após, certificado que não consta nenhuma pendência processual a ser avaliada, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: CLÁUDIA ALVES LOPES BERNADINO (OAB 2601/AM), ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0224159-57.2008.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0224159-57.2008.8.04.0001) (001.08.224159-8/00001) - Exceção de Incompetência - Atos Processuais - EXCIPIENTE: Ediouro Publicações Ltda - EXCEPTO: Karen Gisella do Nascimento Pedroza ME - Vistos. Certifique-se o cumprimento integral da sentença e sua preclusão. Logo após, certificado que não consta nenhuma pendência processual a ser avaliada, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0240569-93.2008.8.04.0001 (001.08.240569-8) - Processo de Execução - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Martins Comércio e Serviços de Distribuição S/A - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADAIR JOSÉ PEREIRA MOURA (OAB 1251/AM), ADV: ELVIS DEL BARCO CAMARGO (OAB 15192/DF) - Processo 0243224-38.2008.8.04.0001/01 (apensado ao processo 0243224-38.2008.8.04.0001) (001.08.243224-5/00001) - Incidentes - IMPUGNANTE: AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A - IMPUGNADO: Bipacel - Benaion Industria de Papel e Celulose S/a - Vistos. Exaurida a prestação jurisdicional, arquivem-se os autos, com as cautelas de praxe. Cumpra-se.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: RICARDO QUEIROZ DE PAIVA (OAB 4510/AM) - Processo 0258371-36.2010.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Maristela da Silva Castro - REQUERIDO: Dunorte - Distribuidora de Produtos de Consumo Ltda. - Vistos. Certifique-se o cumprimento integral da sentença e sua preclusão. Logo após, certificado que não consta nenhuma pendência processual a ser avaliada, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: ALCINO VIEIRA DOS SANTOS (OAB 3035/AM), ADV: ALBERTO PEDRINI JÚNIOR (OAB 2313/AM), ADV: ANDRÉA FONSECA OLIVEIRA (OAB 5959/AM), ADV: FLÁVIO CONCEIÇÃO FERREIRA OLIVEIRA (OAB 5960/AM) - Processo 0360711-63.2007.8.04.0001 (001.07.360711-9) - Execução de Título Extrajudicial - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Citizen Watch do Brasil S/A - REQUERIDO: Genival Rodrigues de Queiroz - De ordem da MMª Juíza Kathleen dos Santos Gomes, em cumprimento a determinação contida no despacho de fls 380, procedo a intimação das partes para se manifestarem no prazo de 15 (quinze) dias, acerca do Certidão do Oficial de justiça e documentos juntados às fls 391/411. Manaus, 15 de outubro de 2019 Reginaldo da Costa Batalha Matrícula: M14057

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE), ADV: SAULLO SAMMIR BERRÊDO PACHECO (OAB 8593/AM) - Processo 0601072-26.2016.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Tendo em vista manifestação do Banco Autor, juntada às folhas 86, defiro o pedido de consulta junto aos sistemas INFOJUD, BACENJUD E SIEL, para fins de localização do(s) endereço(s) da parte Ré. Intime-se o Requerente para, no prazo de 5 (cinco) dias, acostar aos autos o comprovante de pagamento das custas cobradas pelas consultas aos sistemas judiciais, ora pleiteados, nos termos da Portaria nº 116/2017 - PTJ. Cumprida a determinação, providências junto aos sistemas INFOJUD, BACENJUD e SIEL. Após, intime-se o Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado obtido através das consultas, para fins de citação da parte Ré, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601120-14.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Trata-se de Ação de Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária, com fulcro no Decreto-Lei n. 911/69, proposta por Banco Bradesco S.A., em face de Marcos Evandro de Queiroz Pinto, pelos fatos e fundamentos da exordial. Às fls. 96, Decisão que deferiu o pedido liminar. Às fls. 169, Certidão do Oficial de Justiça onde informa que deixou de apreender o veículo, objeto da lide, em virtude de não haver sido localizado no endereço indicado. Não realizou a citação do Requerido, pois o mesmo não reside mais no endereço informado. Consta no petitório de folhas 124/125, requerimento do Banco Autor, onde requer a conversão do rito em Ação de Execução. É o relatório. Passo a decidir. Da análise dos autos, verifica-se que a parte Requerida foi devidamente citada e apesar das tentativas empreendidas o bem não foi localizado. O art. 4º do Decreto-Lei nº 911/69, com redação da Lei nº 13.043, previu a possibilidade de conversão da ação de Busca e Apreensão em Ação de Execução por Quantia Certa nas hipóteses de não localização do veículo e ausência de posse do devedor, in verbis: Art. 4ºSe o bem alienado fiduciariamente não for encontrado ou não se achar na posse do devedor, fica facultado ao credor requerer, nos mesmos autos, a conversão do pedido de busca e apreensão em ação executiva, na forma prevista no Capítulo II do Livro II da Lei no5.869, de 11 de janeiro de 1973 - Código de Processo Civil. (Redação dada pela Lei nº 13.043, de 2014) Desta feita, converto o rito em Ação de Execução, devendo a parte Autora informar o atual endereço da parte ora Executada, para fins de citação. Intime-se a parte Exequente para acostar aos autos planilha do débito atualizada, no prazo de 5 (cinco) dias. Após o cumprimento do determinado, cite-se o Executado para que efetue o pagamento da dívida (principal atualizado, juros, custas e honorários advocatícios), no prazo de 3 (três) dias, nos termos dos artigos 829 e 830 do Código de Processo Civil e/ou para oferecer embargos no prazo de 15 (quinze) dias, a teor dos artigos 829, 831 e 915, todos do Código de Processo Civil. Faça constar as

advertências dos parágrafos 1º e 2º do artigo 829 e parágrafos 1º e 3º do artigo 830. Caso a parte Executada não efetue o pagamento do aludido montante, no prazo legal e não sendo a hipótese do artigo 854 do CPC, autorizo, se requerida, a realização de penhora dos bens em nome da executada, via BacenJud e RenaJud, bem como sua avaliação, tudo na forma do §1º do art. 829 do Diploma Processual Civil. Em retornando o AR negativo ou sendo frustrada a citação por Oficial de Justiça, em decorrência de não ter sido encontrado o endereço ou o réu no endereço indicado, em sendo requerido, proceda-se à consulta dos dados cadastrais do Executada via Bacenjud/Renajud/Infojud/SIEL. Indicando, qualquer um desses sistemas, diferente endereço daquele informado na inicial, expeça-se nova carta. A Requerimento da parte Exequente, expeça-se certidão do artigo 828, CPC. À Secretaria para retificar a classe processual da presente demanda e após o pagamento dos emolumentos devidos e despesas processuais, expeça-se o necessário. Cite-se. Intime(m). Cumpra-se.

ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 469A/AM), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0602196-73.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Consta às folhas 41/42, manifestação da parte Exequente, onde informa que a venda do veiculo não supriu o saldo devido. Desta feita, determino a intimação do Banco Autor para, no prazo de 5 (cinco) dias, requerer o que entender de direito, sob pena de baixa e arquivamento dos autos, devendo ser observado quando da sua manifestação os os requisitos previstos nos incisos do art. 524, do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO GOUVÊA DE SÁ (OAB 3801/AM) - Processo 0603537-08.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Imissão - REQUERENTE: Martiniano Matos Gama e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

ADV: JANE SILVA DA SILVEIRA (OAB 6783/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604529-61.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Previdência privada - REQUERENTE: Eliseu Gomes Bandeira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Eliseu Gomes Bandeira, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018, 0648671872018, 0638642752018, 0657088292018, 0614759022018, 0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0604879-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Ante ao exposto, com fundamento no Art. 485, VI do C.P.C., EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito. Determino o arquivamento dos autos observando-se as cautelas legais, assim como a baixa na distribuição. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0605184-04.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda. - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: FÁBIO COUTINHO KURTZ (OAB 58285/RJ), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: MARCELO AUGUSTO CRUZ PEDROSA (OAB 9290/AM) - Processo 0605470-11.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: D.F.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Divaldo Ferreira Beckman, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 807/816, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0605510-90.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: I.P.A. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Iromar Pereira Aguiar, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018, 0648671872018, 0638642752018,

0657088292018, 0614759022018, 0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0605511-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: P.R.C.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Paulo Roberto de Castro Barata, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0605513-45.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.A.R.R. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Marcos Antonio Rodrigues Rangel, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605588-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edson Jose Aguiar de Carvalho - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Edson Jose Aguiar de Carvalho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HIRAN LEÃO DUARTE (OAB 10422/CE) - Processo 0606568-65.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Honda S/A - Vistos. Intime-se a parte Requerente, para suprir a falta das diligências necessárias, qual seja, indicar novo endereço da parte requerida, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC, dentro do prazo de 10 (dez) dias. Defiro petitório de fls. 46/47, com intuito de proceder com a restrição do bem objeto da lide via sistama RENAJUD. Intime-se a parte requerente a acostar aos autos documentos probatórios inerentes ao adimplemento das custas cobradas pelo sistema judicial, ora pleiteado, consoante Portaria 116/2017- PTJ, dentro do prazo de 10 (10) dias. Com o recolhimentos das custas, providências junto ao RENAJUD. Após, intime-se a parte requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 10 (dez) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0606892-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sidney Jezini - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Sidney Jezini, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIO ALVARENGA REALE (OAB 65628/MG), ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0607947-41.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Ao lume do exposto, nos termos do artigo 485, inciso III, do Código de Processo Civil, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito. Condeno a parte Autora ao pagamento das custas e despesas processuais, se houver. Transitada em julgado esta decisão, dê-se baixa e arquivem-se os autos com as cautelas de estilo. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Kathleen dos Santos Gomes

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM), ADV: MARIA LUCÍLIA GOMES (OAB 313A/AM) - Processo 0608255-14.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Propriedade Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consorcios Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC. Custas de lei recolhidas. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa. Arquivem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0608320-38.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Franciney Araújo de Oliveira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Franciney Araújo de Oliveira, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1279/1294, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0608321-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Arnaldo Gomes dos Santos - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por José Arnaldo Gomes dos Santos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1279/1294, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0608781-83.2014.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A e outro - Vistos. Não obstante, versam os autos sobre ação de busca e apreensão, em que Banco Safra S/A, face à Curva Tubos da Amazonia LTDA, objetiva provimento jurisdicional atinente a apreensão do veículo marca Volkswagens, sedan 1.6 Comfort, 2007, bege, placa JXM-9823, Chassi nº 9BWJB09N17P022254, dado como garantia em consórcio de fls. 12/29. Cumpre salientar que à pretenção de cobrança de dívidas líquidas constantes de instrumento público ou particular, aplica-se o prazo de 05 (cinco) anos disposto no artigo 206, parágrafo 5º, inciso I, do Código Civil. Transcorrido o lapso temporal, impõe-se a decretação da prescrição, pois o despacho do juiz que ordena a citação só é causa interruptiva desde que o interessado a promova no prazo e na forma da lei processual. A prescrição interrompida pela citação válida, retroage à data da propositura da ação, mas em não havendo citação válida, não há que se falar em interrupção da prescrição. Ao lume do exposto, com fulcro no artigo 487, parágrafo único, do Código de Processo Civil, intime-se a parte Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca da prescrição do seu direito de cobrança da dívida. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: DAVID ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2153/AM), ADV: EDUARDO MARQUES DA SILVA (OAB 9114/AM), ADV: ANDRÉA DA SILVA GUEDES (OAB 10966/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO SANTOS SILVA (OAB 1993/AM) - Processo 0609397-58.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nota Promissória - REQUERENTE: MARIA ANTONIA HENRIQUE DE LIMA - REQUERIDO: Eduardo Marques da Silva - Vistos, etc. Trata-se de Cumprimento de Sentença em desfavor de Eduardo Marques da Silva, ora Executado, cujo valor do débito exequendo foi informado através da planilha de folhas 272. Às folhas 276/277, foi apresentada Impugnação ao Cumprimento de Sentença, onde o Executado informou que foi interposto Recurso Especial. Requereu o sobrestamento da presente execução até o julgamento final, em Instância Superior, sob pena de ofender o postulado do Princípio do Contraditório e Ampla Defesa. Às folhas 282/283, o Exequente pugnou pelo regular andamento do feito, com a manutenção do Despacho exarado às folhas 273, para que o Requerido/Executado efetue o pagamento do débito. Salientou às folhas 296, que o Recurso Especial interposto não é dotado de efeito suspensivo, devendo o processo ter seu prosseguimento normal. Vieram-me conclusos. Decido. Da detida análise dos autos, verifico que o Executado foi devidamente intimado acerca da presente Execução. Ao manifestar-se, através da Impugnação ao Cumprimento de Sentença, o Executado apenas informou a interposição de Recurso Especial e requereu o sobrestamento do feito, sem alegar as matérias trazidas no rol do art. 525, § 1º do Código de Processo Civil. Aduz o art. 525, § 6º do Código de Processo Civil que a apresentação de Impugnação não impede a prática dos atos executivos, inclusive os de expropriação, podendo o Juiz conceder efeito suspensivo desde que preenchidos quatro requisitos: requerimento expresso do Impugnante; estar garantido o Juízo, com penhora, caução ou depósito suficientes; a fundamentação da Impugnação ser relevante; o prosseguimento da execução for manifestamente suscetível de causar ao Executado grave dano de difícil ou incerta reparação. Ressalto que a mera interposição de Recurso Especial em nada impede a execução da Sentença, salvo disposição legal ou Decisão Judicial em sentido diverso. Desta feita, deixo de atribuir efeito suspensivo aos presentes Embargos, por não preencher os requisitos formais exigidos. Intime-se o Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, requerer o quê de direito, para fins de prosseguimento do feito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM) - Processo 0609877-02.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDO: Amazonas Industria e Comercio de Pescados Ltda. ME e outro - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 9h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0609981-91.2015.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 01-10 a 12-14 relativos a UC 0260235-0, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610585-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.C.V.C. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Luis Carlos Vilela Cardoso, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610588-65.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A.P.F. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Antonio Pantoja Faria, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados

Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610593-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: O.S.L. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Orivaldo da Silva Lacerda, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 965/980, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 372010/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM), ADV: EDUARDO JOSÉ BORGES GUERRA (OAB 5188/AM) - Processo 0610700-39.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo de Oliveira Barbosa Junior - REQUERIDO: Banco PSA Finance Brasil S/A - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 15h. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610759-22.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.C.P.R. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Maria do Carmo Parente dos Reis, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1222/1237, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610766-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A.R.B. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Ana Rita Brandão, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610829-39.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: C.R.N.R. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Cesar Roni Nothen da Rosa, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610873-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: A.C.P.M. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Antonio Carlos Pires Monteiro, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0610917-77.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: J.H.F.M. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por José Humberto Frasão Merabet, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB 11471/PA) - Processo 0610919-47.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.A.G. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Luiz Augusto Gouvea, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1317/1332, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM) - Processo 0610921-17.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L.F.B.M. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Luiz Fabiano Benassuly Maués, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 861/876, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM) - Processo 0610953-27.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Manaus, 10 de junho de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611282-34.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Carlos Silva Leal - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Antonio Carlos Silva Leal, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0611478-04.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: J.E.R.B. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jose Evilasio Raulino de Barros, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0611561-20.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Frederico Miguel Barros Reffert - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - istos.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0611952-72.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Celso Bruno de Andrade - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Paulo Celso Bruno de Andrade, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018, 0648671872018, 0638642752018, 0657088292018, 0614759022018, 0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados

Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM) - Processo 0612601-76.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - REQUERIDO: NICE VEÍCULOS LTDA. - Trata-se de Impugnação ao bloqueio realizado através do sistema BACENJUD, juntada às folhas 331/338. O Exequente apresentou manifestação, às folhas 343/344, onde requer seja rejeitada a Impugnação apresentada; a conversão da indisponibilidade dos ativos financeiros em penhora e a expedição do Alvará Judicial, para levantamento dos valores que se encontram bloqueados. Vieram-me conclusos. Decido. É cediço que a Impugnação prevista no § 3º do art. 854 do Código de Processo Civil, trata-se de modalidade de oposição do Executado (cumprimento de sentença ou processo de execução) que ataca o ato executivo de apreensão de ativos financeiros. Este meio de defesa é feito intra autos da própria execução e tem limitação horizontal em relação ao conteúdo do que pode ser alegado, ou seja, apenas a impenhorabilidade da quantia bloqueada e a remanescente indisponibilidade excessiva de ativos financeiros poderão servir de fundamento ao pedido desconstitutivo do ato de apreensão. Também tem restrição da cognição vertical porque só admite a prova documental (comprovar em cinco dias). O prazo tem início com a intimação do Executado. Logo, no caso em testilha, de plano, verifico que razão não assiste a parte Impugnante, tendo em vista que não se desincumbiu de comprovar que a quantia é impenhorável e/ou se remanesce indisponibilidade excessiva de ativos financeiros da parte executada, conforme determina o rol descrito pelo artigo 854, § 3º, I e II, do Código de Processo Civil. Ademais, quanto a alegação de inexistência de trânsito em julgado, rejeito-a, na medida em que não há em se confundir a interrupção dos prazos recursais decorrente da oposição dos Embargos de Declaração com o efeito suspensivo de que são dotados alguns recursos, ou que a eles possa ser atribuído pelo Relator, hipótese esta, que não se observa nos presentes autos, pois a Decisão prolatada nos autos de n. 0628354-34.2019.8.04.0001 é plenamente válida e eficaz, inexistindo óbice ao prosseguimento do cumprimento de Sentença definitivo, com a continuidade dos atos executivos. Ante o exposto, rejeito a Impugnação à Penhora e, nos termos do artigo 854, § 5º, do Código de Processo Civil, converto a indisponibilidade em penhora e, determino, sem necessidade de lavratura de termo, à Instituição Financeira depositária que, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, transfira o montante indisponível para conta vinculada ao Juízo da execução. Após, independentemente, de nova conclusão dos autos, determino a expedição do competente Alvará Judicial, para levantamento dos valores que se encontram bloqueados, conforme requerido. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM) - Processo 0613359-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Marco Venicius da Silva Freitas - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Marco Venicius da Silva Freitas, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 1222/1237, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0614067-66.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: M.N.R.C. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Mauricio Nonato Ribeiro Castilho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: QUEILA COELHO DE SOUZA (OAB 7931/AM), ADV: CAIRO LUCAS MACHADO PRATES (OAB 33787/SC), ADV: GUSTAVO MICHELOTTI FLECK (OAB 21243/DF) - Processo 0615257-98.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Incapacidade Laborativa Permanente - REQUERENTE: Zenaide Dias da Silva - Ante o exposto, DECLINO da Competência da Justiça Estadual para julgamento do presente feito em prol da Justiça Federal. Remetam-se os autos à Justiça Federal. Após, dê-se baixa. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0615709-74.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Assim, converto a ordem injuntiva em executiva, no termos do art. 701, § 2º, do NCPC, consequentemente JULGO PROCEDENTE o pedido para declarar constituído de pleno direito em título executivo judicial o crédito da Autora referente às faturas vencidas e não pagas no período de 12-08 a 10-13 , 12-13 a 07-15, 09-15 a 11-18, conforme planilha acostada à inicial. Condeno a Requerida em custas e honorários de advogado, os quais fixo neste ato no percentual de 20% (vinte por cento), sobre o valor da condenação (art. 86, parágrafo único, do NCPC), contando juros de mora a partir do transito em julgado (art. 85, §16, do NCPC) e correção monetária a partir do arbitramento. Fica desde já a parte Autora intimada para apresentar planilha atualizada do débito, devendo incidir correção monetária pelo INPC desde o vencimento de cada fatura e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês a partir da citação. À Secretaria para as diligências de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ADROALDO REIS DA FONSECA (OAB 3265/AM) - Processo 0616536-27.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: ANA ABREU DE OLIVERA - JEFFERSON VANDAME DE OLIVEIRA VIEIRA - Vistos. Intimem-se as partes Requeridas Amazonas Energia e D5 - Assessoria e Serviços EPP para que, no prazo de 15 (quinze) dias, se manifestem acerca do petitório dos requerentes de fls.117. No mesmo prazo, intimem-se as partes para informarem se há interesse na realização de audiência de conciliação. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: GLÊNIO GUSMÃO VERAS (OAB 10056/AM), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0618392-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Marques dos Santos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 14h. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM), ADV: JOSÉ CARLOS SKRZYSZOWSKI JÚNIOR (OAB 45445/PR), ADV: ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA (OAB 32835/PR) - Processo 0618477-46.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: ÂNGELA MARIA DA SILVA CAMPOS - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A e outro - Passo à sanear o feito. Não é caso de julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual passo a sanear o feito. Decreto a revelia da requerida Centaurus Motos Ltda., com fulcro no art. 344, do Código de Processo Civil, no entanto, deixo de aplicar os efeitos da revelia em razão da contestação oferecida pelo corréu Banco Bradesco (fls.29/49). Em não havendo outras questões processuais pendentes a resolver, analisando as alegações remanescentes insertas na inicial e na peça contestatória, estas encerram matéria de mérito, a qual enseja a instrução probatória para fins de sua devida apreciação. As questões de fato a serem dirimidas neste feito referem-se: a) à regularidade da celebração do contrato de compra e venda da motocicleta motocicleta marca/modelo Honda CG 125 FAN ESD, ano 2013/2014, que foi vendida pelo preço de R$ 8.500,00 e, no entanto, na nota fiscal consta o preço final de R$ 6.870,00; b) à transferência da quantia de R$ 8.500,00, em 04.11.2013, sob a denominação “Recibo Retirada Dep. Conta”, que a requerente afirma ter ocorrido em sua conta bancária, sem sua autorização; c) à ocorrência de danos extrapatrimoniais indenizáveis à parte requerente. Ante a necessidade de maior dilação probatória, determino a produção de prova oral, mediante a tomada do depoimento da parte Requerente e dos prepostos das partes Requeridas. Designo audiência de instrução e julgamento para o dia 11 de agosto de 2020, às 9h30, oportunidade em que se tentará a conciliação entre as partes, bem como será tomado o depoimento das partes. Intimem-se as partes para solicitar esclarecimentos ou ajustes desta Decisão saneadora, no prazo de 5 (cinco) dias, findos os quais a decisão se tornará estável. Em havendo manifestações, voltem-me conclusos. Decorridos o prazo acima e em não havendo manifestações, intimem-se pessoalmente as partes e por seus patronos, para comparecem à audiência ora designada. À Secretaria para as providências devidas. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0619361-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Nilcileide Pinheiro da Silva Thompson - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A e outro - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 14h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0619830-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Enio Santiago Neves - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Enio Santiago Neves, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0619857-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Roberto Alfaia Brandão - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Paulo Roberto Alfaia Brandão, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de

Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620002-87.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Ivanilson Cordeiro de Oliveira - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Ivanilson Cordeiro de Oliveira, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0620070-37.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jesus de Nazare Oliveira Ribeiro - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jesus de Nazare Oliveira Ribeiro, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 972/987, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EVERTON SARRAFF NASCIMENTO (OAB 6538/AM), ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0621382-19.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Edson Lopes Neves - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 10h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0621733-55.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: Rc Recebíveis Ltda - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do AR juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: CINTHIA CRISTIANE DOS SANTOS SILVA (OAB 2302/AM) - Processo 0624243-07.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janildes Carvalho dos Santos Me - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa,

revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0624758-42.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Manuel Domingos Caldas - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Manuel Domingos Caldas, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: THATIANE TUPINAMBÁ DE CARVALHO (OAB 3696/AM) - Processo 0625480-76.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0625963-77.2017.8.04.0001 - Monitória - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0626460-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rubem Alberis Anselmo Nobre - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Rubem Alberis Anselmo Nobre, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM) - Processo 0628354-34.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0612601-76.2015.8.04.0001) - Petição Cível - Desconsideração da Personalidade Jurídica - REQUERENTE: Daniel de Figueiredo Valente - REQUERIDO: Francisco Garcia Rodrigues e outros - Assim, não constatada a existência de qualquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, mostra-se manifestamente protelatório o presente recurso, sendo perceptível a litigância de má-fé, daí porque ei por bem aplicar aos Embargantes multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa, nos moldes do art. 1.026, §2º, do Código de Processo Civil). Posto isso, por não vislumbrar a existência de quaisquer vícios de omissão, contradição ou obscuridade na decisão recorrida, conheço dos presentes Embargos de Declaração, mas para julgá-los desprovidos, aplicando aos Embargantes multa de 1% (um por cento) sobre o valor atualizado da causa. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO DA CRUZ GLÓRIA (OAB 4013/AM), ADV: BRUNO BARBOSA DOS REIS GLÓRIA (OAB 9432/AM), ADV: ANDRÉ GUIMARÃES DA CRUZ (OAB 7549/AM), ADV: DOUGLAS ALEIXO SANTOS DA CRUZ (OAB 9426/AM), ADV: RÔMULO JOSÉ

FERNANDES DA SILVA (OAB 1818/AM) - Processo 0629045-53.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: SOLANO SÓCRATES CARDOSO BARBOSA - REQUERIDO: Clínica Fêmina Centro de Assistência Médica e Diagnóstico e outros - Vistos. Do compulsar dos autos, denoto que às fls. 90/91, a Requerida - parte que pugnou a perícia - fora intimada para que, em 5 (cinco) dias, depositasse o valor da perícia. Às fls. 124, a Ré pugna pelo depósito a monta relativa ao valor perícia, com comprovante às fls. 125/126. Laudo pericial às fls. 128/148. Às fls. 154, Decisão Interlocutória deferindo a expedição de Alvará em favor do perito sr. Hermann Saunders Fernandes. Às fls. 157, o Autor pugna pela juntada do parecer técnico, que acosta às fls. 158/174. Às fls. 176, comprovante de depósito onde consta o valor de R$ 0,00 depositados. Verifico que o prazo para pagamento dos honorários periciais fora de 5 (cinco) dias, conforme Despacho de fls. 90/91. É incontestável que o documento juntado às fls. 125, trata-se de agendamento de pagamento para o dia 11/10/2019, a fim de saldar os honorários periciais. Ocorre que o comprovante de depósito encontra-se zerado, ou seja, o pagamento agendado não fora efetivado. Pelo exposto, intime-se a parte Ré para que, no prazo de 48h (quarenta e oito horas), manifeste-se acerca do comprovante de depósito de fls. 176, sob pena de execução. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0629533-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.L.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Aracy Lima dos Santos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0629558-16.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Sérgio Alves de Paula - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por José Sérgio Alves de Paula, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 954/963, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JORGE LUÍS ENRIQUE GALLARDO ONDINOLA (OAB 10044/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0631032-56.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Osmar Thomaz de Aquino - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 04/11/2019, às 9h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0631118-27.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: J.H.S. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jose Haroldo da Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018, 0648671872018, 0638642752018, 0657088292018, 0614759022018, 0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0631284-25.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: D.C.S.J. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Dario Cardoso da Silva Junior, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM), ADV: TARCÍSIO NEVES DE SOUZA (OAB 13946/AM) - Processo 0632138-53.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Marcílio Sandro de Medeiros - REQUERIDO: Brasil Veículos Cia de Seguros (Bb Seguro Auto) e outro - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 16h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM) - Processo 0632142-56.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM) - Processo 0632585-46.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0632587-16.2015.8.04.0001) - Procedimento Comum Cível - Revisão - REQUERENTE: Sandra Onete da Silva - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL S/A - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 13h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDIO FERREIRA TERESO JÚNIOR (OAB 739A/AM) - Processo 0633008-64.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Bradesco Administradora de Consórcios Ltda - Pelo exposto, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, ex vi do art. 485, IV, do CPC.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0633027-41.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - Vistos. Defiro petitório de fls. 74/75, com intuito único e puro de localizar o atual endereço do Requerido. Custas recolhidas às fls. 77. Providências junto ao INFOJUD. Após, intime-se a parte Requerente a manifestar-se, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, acerca do resultado obtido pela consulta aos sistemas judiciais mencionados, para fins de concretização dos atos citatórios, sob pena de extinção da ação sem resolução do mérito, com fulcro no inciso IV do art. 485 do NCPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EUGÊNIO FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 3424/AM) - Processo 0634605-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Cooperativa de Crédito de Livre Admissão de Associados de Manaus Sicoob Uniam - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM), ADV: HÉRCULES PRESTES BRANDÃO (OAB 9507/AM) - Processo 0635531-54.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sandro Morelis Lobato Pinheiro - REQUERIDO: Brasil Norte Bebidas Ltda - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 16h. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 148140/RJ), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA) - Processo 0635560-36.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: I.L.S. - REQUERIDO: B.C. - Compulsando os autos, verifico a inércia da parte Autora quanto ao cumprimento do Despacho exarado às folhas 190, apesar de devidamente intimada, por intermédio por seu Patrono, conforme se vê na Certidão de folhas 192. Desta feita, intime-se a parte Requerente, pessoalmente, bem como seu Patrono, para que se manifeste acerca do interesse no prosseguimento do feito, suprindo a falta das diligências necessárias ao seu devido deslinde, no prazo de 05 (cinco) dias, sob pena de extinção da ação sem resolução de mérito, nos termos do § 1º, do art. 485 do Código de Processo Civil. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0635623-27.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Evandro Francisco Santos - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Evandro Francisco Santos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018,0648671872018,0638642752018,0657088292018, 0614759022018,0628574662018,0602482172019,0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade

autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0635626-79.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Nazareno Rodrigues dos Santos - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Jose Nazareno Rodrigues dos Santos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0636197-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Paulo Teodoro Alexandrino - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Paulo Teodoro Alexandrino, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0636228-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alberto de Araújo Ramos - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Alberto de Araújo Ramos, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 387/396, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DANIEL LIMA DA COSTA (OAB 13765/AM), ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM) - Processo 0637049-74.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: W.A.O.F. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Wilson Antonio de Oliveira Filho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 335/350, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo

para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MOISÉS BATISTA DE SOUZA (OAB 149225/SP), ADV: EDNEY MARTINS GUILHERME (OAB 177167/SP), ADV: FERNANDO LUZ PEREIRA (OAB A658AM) - Processo 0637318-50.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Tendo em vista manifestação do Banco Autor, juntada às folhas 80, defiro o pedido de consulta junto aos sistemas INFOJUD e BACENJUD, para fins de localização do(s) endereço(s) da parte Ré. Providências junto aos sistemas INFOJUD e BACENJUD. Após, intime-se o Requerente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se acerca do resultado obtido através das consultas, para fins de citação da parte Ré, sob pena de extinção do feito. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0637501-84.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Auto Locadora Repal Ltda. - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM) - Processo 0637550-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Kassandra Veras Dantas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Dê-se vista ao Ministério Público, nos termos do art. 178, II do CPC.

ADV: THIAGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 7671/AM), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM) - Processo 0637731-63.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - REQUERIDA: Iracema de Miranda Pereira - Vistos. Tendo em vista a XIV Semana Nacional de Conciliação, promovida pelo Conselho Nacional de Justiça, designo audiência de Conciliação para o dia 08/11/2019, às 15h30min. Intimem-se as partes, por seus Patronos. À Secretaria para as devidas providências. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS GOMES ROCHA DE FREITAS (OAB 10030/AM), ADV: ADRIANA MARIA GIANNICO DE ARAÚJO VIANA PINHEIRO (OAB 9741/AM) - Processo 0638635-49.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Reinaldo Gonçalves Lima - DENUNCIADO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Reinaldo Gonçalves Lima, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. O presente feito originalmente foi distribuído a esse juízo com a finalidade de evitar decisões conflitantes sobre o mesmo tema. Todavia, às fls. 178/193, consta petitório da Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestando interesse no feito, na condição de assistente simples do réu. Vieram-me os autos conclusos. DECIDO. Nos termos do art. 119, CPC, dá-se a assistência quando o terceiro, na pendência de uma causa entre outras pessoas, tendo interesse jurídico em que a sentença seja favorável a uma das partes, intervém no processo para lhe prestar colaboração, in verbis: Art. 119. Pendendo causa entre 2 (duas) ou mais pessoas, o terceiro juridicamente interessado em que a sentença seja favorável a uma delas poderá intervir no processo para assisti-la. Parágrafo único. A assistência será admitida em qualquer procedimento e em todos os graus de jurisdição, recebendo o assistente o processo no estado em que se encontre. Da análise dos autos, verifica-se que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Neste diapasão, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0638867-61.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ao lume de todo o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, resolvo o mérito deste feito e JULGO PROCEDENTE o pedido constante na exordial da presente ação de busca e apreensão em alienação fiduciária para confirmar a liminar deferida às fls. 53/54, consolidando a propriedade e posse plena e exclusiva ao Requerente do veículo marca Chevrolet, modelo S10 LTZ DD4, ano 2013, cor Branca, placa OAO5935, Chassi 9BG148MH0DC476928 , na forma do §1º do art. 3º, do Decreto-Lei nº 911/69. Autorizo a parte Requerente a alienar o bem a terceiro na forma do art. 2º, caput, do Decreto-Lei 911/69, com a ressalva de entregar ao Requerido o saldo apurado, se houver. Se requerido, oficie-se ao Detran/AM comunicando estar o Requerente autorizado a proceder à transferência a terceiros que indicar. Pela sucumbência, condeno a parte Requerida no pagamento das custas, despesas processuais e em honorários advocatícios que fixo em 10% (dez por cento) do valor da causa, em apreciação equitativa, nos termos do art. 85, §2º do Código de Processo Civil, buscando-se aqui bem remunerar o serviço jurídico prestado pelos procuradores da parte Requerente. Opostos embargos de declaração, com efeito modificativo, intime-se a parte contrária para se manifestar no prazo legal. Interposta apelação, intime-se o apelado para responder no prazo legal. proceda-se com a remessa dos autos ao Tribunal. Oportunamente feitas às devidas anotações e, certificado o trânsito em julgado, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os ambos os autos. P.R.I.C.

ADV: LUANA SILVA SANTOS (OAB 16292/PA), ADV: CMG - CÉSAR, MENDES & GALLARDO ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 9508/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM) - Processo 0639744-69.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Everaldo Praia Caldas - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedido formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais arbitro neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, parágrafo 3º do NCPC. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0641201-68.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Condomínio Residencial Acácias I e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 11/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MÁRCIO LEANDRO DEODATO DE AQUINO (OAB 748/RR), ADV: ÁLVARO LUIZ DA COSTA FERNANDES (OAB 831A/AM) - Processo 0642466-76.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Jadson dos Passos Sousa - REQUERIDO: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A - Assim, pelo exposto e por tudo mais que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I do CPC, JULGO IMPROCEDENTES os pedido formulados na inicial, em razão da ausência de comprovação da invalidez. Condeno a parte autora ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais arbitro neste ato no percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da causa, suspensa a exigibilidade nos termos do art. 98, parágrafo 3º do NCPC. P.R.I.C.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: THIAGO LIMA MARQUES (OAB 8220/AM) - Processo 0642700-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimundo Alexandre da Silva Marques - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Raimundo Alexandre da Silva Marques, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JERRY LÚCIO DIAS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11272/AM) - Processo 0644283-10.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cédula de Crédito Industrial - REQUERENTE: Art Lustres Elétrica Ltda - Dessa forma, com arrimo no art. 321, parágrafo único do Novo Código de Processo Civil, INDEFIRO a petição inicial e JULGO EXTINTO O PROCESSO sem resolução do mérito (NCPC, art. 485, I c/c 330, I). P.R.I.C.

ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0644830-50.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Agnelson Camilo da Silva - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Agnelson Camilo da Silva, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PEDRO LUCAS LINDOSO (OAB 496A/AM) - Processo 0645535-48.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Resgate de Contribuição - REQUERENTE: Pedro Lucas Lindoso - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Pedro Lucas Lindoso, por meio de seu patrono(a), em face de

Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JHONY SILVA REPOLHO (OAB 22500/PA), ADV: ELLEN CRISTINA LIMA CARNEIRO (OAB 23063/PA) - Processo 0647132-86.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Acidente (Art. 86) - REQUERENTE: Ediney Romao dos Santos - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e outro - Assim, pelo exposto e por tudo que consta nos autos, nos termos do art. 487, inciso I, do CPC c/c art. 86 da Lei nº 8213/91, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na inicial e, por conseguinte, DETERMINO o pagamento à Demandante do benefício do auxílio-acidente, tomando-se como termo a quo para pagamento das prestações o dia 03-01-2014, bem como determino implantação do benefício após o trânsito em julgado desta sentença, sob pena de multa diária no valor de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a trinta dias multa. Quanto às prestações vencidas, deve incidir correção monetária pelo INPC, ante a declaração parcial de inconstitucionalidade do artigo 5º da Lei 11.960/2009 (STF - ADI 4425 e 4357) e juros de mora seguindo os parâmetros do art. 1º-F da Lei 9.494/97 com redação dada pela Lei 11.960/09. Condeno a parte Ré ao pagamento das custas e honorários de advogado, os quais fixo no percentual de 10% (dez por cento) sobre o valor da condenação, nos moldes do art. 85, parágrafo 3º, do NCPC c/c súmula 111 do STJ. Sentença sujeita ao reexame necessário (art. 496, I do CPC). P.R.I.C.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0647412-23.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elisabeth de Fátima Bastos Monteiro - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Elisabeth de Fátima Bastos Monteiro, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM) - Processo 0650771-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Zubeide da Silva Lima - Vistos. Verifico que a petição inicial não preenche o requisito do art. 320, CPC relativo a comprovação do depósito realizado na conta corrente da Autora por meio de extrato bancário, documento essencial à propositura da ação. Ante o exposto, determino, nos termos do art. 321 do CPC, a intimação da parte Requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar ou completar a inicial, sob pena de indeferimento da petição inicial, com fulcro no art. 330, IV c/c art. 485, I, ambos do Código de Processo Civil. Cumpridos os atos de emenda, retornem-me conclusos para apreciar a inicial. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB A671/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA ARAKIAN IZEL (OAB 3701/AM) - Processo 0650966-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sandro Corrêa Mendes - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Sandro Corrêa Mendes, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018, 0639481032018, 0648671872018, 0638642752018, 0657088292018, 0614759022018, 0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0650978-14.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: C.A.D.C. - REQUERIDO: P.F.P.S.S. - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Carlos Alberto Dias Carvalho, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos

ASSINATURA TJAM SAJ DIGITAL

próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018,0612005872018,0639481032018,0648671872018, 0638642752018,0657088292018,0614759022018,0628574662018, 0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KARLA FREIXO BRAGA (OAB 3775/AM), ADV: DAVID D'ANGERES JORGE (OAB 3718/AM), ADV: LUCIANA WAQUIM CAMPOS DE OLIVEIRA (OAB 16166/PE) - Processo 0652219-23.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: F.g. Indústria e Comércio de Refeições Ltda - REQUERIDO: Lanaplast Industria da Amazonia Ltda - I- Expeça-se Alvará para levantamento do valor incontroverso depositado à fl. 69 em favor do Exequente. II- Intime-se o Executado para se manifestar sobre a petição de fls. 65-67, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0652248-39.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antônio Pedroza Gonçalves - Ao lume do exposto, homologo por sentença a desistência da ação, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, nos termos artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil, e, em consequência, julgo extinto o processo, sem resolução do mérito, termos do artigo 485, inciso VIII, do referido Código. Condeno a parte Requerente no pagamento das despesas processuais, se houver. O trânsito em julgado ocorreu nesta data, pois o pedido de desistência é incompatível com a vontade de recorrer. Oportunamente feitas as devidas anotações, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os autos. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ REYNALDO SARAIVA PINHEIRO (OAB 4682/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0654087-36.2018.8.04.0001 - Petição Cível - DIREITO PREVIDENCIÁRIO - REQUERENTE: Raimunda do Socorro Izel Pedrosa - REQUERIDO: Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social - Vistos. Trata-se de Ação de Obrigação de Não Fazer, proposta por Raimunda do Socorro Izel Pedrosa, por meio de seu patrono(a), em face de Petros - Fundação Petrobrás de Seguridade Social, com pedido de tutela de urgência no sentido de obstar a cobrança referente ao plano de equacionamento nos próximos contracheques do Requerente, pelos fatos e fundamentos aduzidos na inicial. Verifico que os processos: 0613174122018, 0629047522018, 0612005872018,0639481032018,0648671872018,0638642752018, 0657088292018,0614759022018,0628574662018,0602482172019, 0602593982019, 0610853672019, teve a competência declinada por essa Magistrada à Justiça Federal, uma vez que a Superintendência Nacional de Previdência Complementar - PREVIC, manifestou interesse em ingressar no processo como assistente litisconsorcial da Requerida. A PREVIC foi criada pela Lei nº 12.154, de 23 de dezembro de 2009, e tem natureza jurídica de autarquia federal, vinculada ao Ministério da Fazenda, portanto, à União dos Estados Federativos do Brasil, sujeitando-se à competência da Justiça Federal para dirimir os conflitos onde figurar como parte, como preceituado pelo artigo 109, I da CRFB/88, in verbis: Art. 109. Aos juízes federais compete processar e julgar: I - as causas em que a União, entidade autárquica ou empresa pública federal forem interessadas na condição de autoras, rés, assistentes ou oponentes, exceto as de falência, as de acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho; Pelo exposto, em consonância com o entendimento acima referido, no esteio do art. 109, I da CF/88 c/c 119, CPC, DECLINO A COMPETÊNCIA desta Justiça Estadual em favor da Justiça Federal Seccional do Amazonas, para processar e julgar a presente demanda, vez que tem a mesma causa de pedir dos processos acima referenciados. Remetam-se os presentes autos à Distribuição pra as devidas providências e baixa do feito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0656722-87.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Joao Lira Tavares - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante destas judiciosas razões, a teor do art. 487, I, do CPC, conheço o mérito da presente lide, para JULGAR PROCEDENTES os pedidos formulados por Joao Lira Tavares contra Banco Bradesco S/A, para i) DETERMINAR que o Réu suspenda as cobranças referentes a "CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS/ SAQUETERMINAL/ SAQUEPESSOAL/ EXTRATOMES(E)/ EXTRATOMOVIMENTO(E)", tornando inexigíveis as suas obrigações; ii) CONDENAR o Requerido a devolver os valores eventualmente descontados da conta corrente do Autor (fls. 18-51), em dobro, perfazendo a quantia de R$ 1.708,40 (um mil, setecentos e oito reais e quarenta centavos), com correção monetária e juros de mora (INPC) incidentes desde a data da quitação das parcelas; iii) CONDENAR o Requerido ao pagamento da indenização pelos danos morais provocados, os quais arbitro em R$ 5.000,00 (cinco mil reais) com correção monetária e juros de mora incidentes a partir da presente data. CONDENO o Requerido ao pagamento de custas, despesas e honorários de sucumbência, os quais arbitro em 20% (vinte por cento) sobre o valor do proveito econômico, devidamente atualizado, nos termos do art. 85, §2º do CPC. P.R.I.C.

ADV: ABERONES GOMES DE ARAÚJO (OAB 2137/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM) - Processo 0715351-64.2012.8.04.0001 (apensado ao processo 0355941-27.2007.8.04.0001) - Procedimento Sumário - Condomínio - REQUERENTE: CONDOMINIO DO EDIFICIO SAINT PAUL APART SERVICE - REQUERIDO: Hamilton Rice de Azevedo Cordeiro e outro - I- Diante da notícia de falecimento da parte Requerida (certidão de óbito à fl. 99), determino a suspensão do feito, conforme dispõe o art. 313, I do CPC. II- Intime-se a parte Autora, pessoalmente, para regularizar a representação processual, considerando a renúncia de fls. 101-102, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 76, §1º, I do CPC, bem como para promover a citação do espólio ou dos sucessores do de cujus, no prazo de 2 (dois) meses, nos termos do art. 313, §2º, I do CPC. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 1048A/AM), ADV: WARNEY MAURO PRESTES DA COSTA VAL (OAB 2837/AM) - Processo 0719309-58.2012.8.04.0001 - Cautelar Inominada - Liminar - REQUERENTE: WALTER EDUARDO DA COSTA VAL JUNIOR - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Assim, pelas judiciosas razões acima expendidas e por tudo mais que dos autos consta, com espeque no art. 485, VI do CPC c/ 808, III do CPC/73, EXTINGO o processo sem analisar-lhe o mérito, em razão da ausência superveniente das condições da ação, carecendo o demandante de interesse de agir na medida em que a providência jurisdicional almejada por esta via se tornou desnecessária ante a extinção da demanda a qual estava vinculado o presente procedimento. Considerando que as partes entabularam acordo nos autos do processo principal, dê-se baixa, após o trânsito em julgado. Arquivem-se. P.R.I.C.

Aberones Gomes de Araújo (OAB 2137/AM)
Adair José Pereira Moura (OAB 1251/AM)
Adriana Maria Giannico de Araújo Viana Pinheiro (OAB 9741/AM)
Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Adroaldo Reis da Fonseca (OAB 3265/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 148140/RJ)
Alberto Pedrini Júnior (OAB 2313/AM)
Alcino Vieira dos Santos (OAB 3035/AM)
Álvaro Luiz da Costa Fernandes (OAB 831A/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Amandio Ferreira Tereso Júnior (OAB 739A/AM)
Ana Virgínia Arakian Izel (OAB 3701/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Guimarães da Cruz (OAB 7549/AM)
Andréa da Silva Guedes (OAB 10966/AM)
Andréa Fonseca Oliveira (OAB 5959/AM)
ANDREA LOPES GERMANO PEREIRA (OAB 32835/PR)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
ANTONIO CLAUDIO PINTO FLORES (OAB 583A/AM)
Benedito Marcos dos Santos Lima (OAB 9617/DF)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
Bruno Barbosa dos Reis Glória (OAB 9432/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Cairo Lucas Machado Prates (OAB 33787/SC)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)
Carlos Gomes Rocha de Freitas (OAB 10030/AM)
CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB A671/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cinthia Cristiane dos Santos Silva (OAB 2302/AM)
Cláudia Alves Lopes Bernadino (OAB 2601/AM)
CMG - César, Mendes & Gallardo Advogados Associados (OAB 9508/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
DANIEL LIMA DA COSTA (OAB 13765/AM)
Daniel Raphael Enéas e Silva (OAB 5601/AM)
David Almeida dos Santos (OAB 2153/AM)
David D'Angeres Jorge (OAB 3718/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Douglas Aleixo Santos da Cruz (OAB 9426/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Edney Martins Guilherme (OAB 177167/SP)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Eduardo José Borges Guerra (OAB 5188/AM)
Eduardo Marques da Silva (OAB 9114/AM)
EGUINALDO GONÇALVES DE MOURA (OAB 3761/AM)
Ellen Cristina Lima Carneiro (OAB 23063/PA)
Elvis Del Barco Camargo (OAB 15192/DF)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Eugênio Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 3424/AM)
Everton Sarraff Nascimento (OAB 6538/AM)
FÁBIO COUTINHO KURTZ (OAB 58285/RJ)
Fábio Gouvêa de Sá (OAB 3801/AM)
Fabrício dos Reis Brandão (OAB 11471/PA)
Fernando Luz Pereira (OAB A658AM)
Flávio Conceição Ferreira Oliveira (OAB 5960/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Marques (OAB 001.192/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Giulio Alvarenga Reale (OAB 65628/MG)
Glênio Gusmão Veras (OAB 10056/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Michelotti Fleck (OAB 21243/DF)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Hércules Prestes Brandão (OAB 9507/AM)
Hiran Leão Duarte (OAB 10422/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jane Silva da Silveira (OAB 6783/AM)
Jerry Lúcio Dias da Silva Júnior (OAB 11272/AM)
Jhony Silva Repolho (OAB 22500/PA)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
Jorge Luís Enrique Gallardo Ondinola (OAB 10044/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Carlos Skrzyszowski Júnior (OAB 45445/PR)
José Francisco Santos Silva (OAB 1993/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
José Reynaldo Saraiva Pinheiro (OAB 4682/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Freixo Braga (OAB 3775/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Luana Silva Santos (OAB 16292/PA)
Luciana Waquim Campos de Oliveira (OAB 16166/PE)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Augusto Cruz Pedrosa (OAB 9290/AM)
Márcio Leandro Deodato de Aquino (OAB 748/RR)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Maria Lucília Gomes (OAB 313A/AM)
Mário da Cruz Glória (OAB 4013/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Moisés Batista de Souza (OAB 149225/SP)
Moisés Batista de Souza (OAB 469A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Pedro Lucas Lindoso (OAB 496A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Queila Coelho de Souza (OAB 7931/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Ricardo Queiroz de Paiva (OAB 4510/AM)
Roberto Louzada (OAB 010.621/DF)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rômulo José Fernandes da Silva (OAB 1818/AM)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Saullo Sammir Berrêdo Pacheco (OAB 8593/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 1048A/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Siqueira Castro Advogados (OAB 372010/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Tarcísio Neves de Souza (OAB 13946/AM)
Thatiane Tupinambá de Carvalho (OAB 3696/AM)
Thiago Andrade de Oliveira (OAB 7671/AM)
Thiago Lima Marques (OAB 8220/AM)
Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB 2837/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0308/2019

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 12450/PE) - Processo 0622219-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDA: Rosália de Jesus Ferreira Fróes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM), ADV: LÚCIA CRISTINA PINHO ROSAS (OAB 5109/AM) - Processo 0632703-17.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco Bradesco S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

Antônio Braz da Silva (OAB 12450/PE)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Lúcia Cristina Pinho Rosas (OAB 5109/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
JUIZ(A) DE DIREITO ROGERIO JOSÉ DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CYNTHIA MARIA JACOB ROCHA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0307/2019

ADV: VALDECIR BATISTA (OAB 4271/RO), ADV: SÔNIA SANTUZZI ZUCCOLOTTO BATISTA (OAB 8728/RO), ADV: HAMILTON JUNIOR CONSTANTINO ANDRADE TRONDOLI (OAB 6856/RO) - Processo 0212691-13.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Sirlene da Silva - REQUERIDO: Euclides Carlos de Souza Neto - Considerando a certidão de fls. 36 , fica prejudicada a realização do ato deprecado. Ao exposto , devolva-se ao Juízo Deprecante. Dê-se baixa e arquive-se

ADV: DANIEL PEREIRA PIO SUWA (OAB 9683/AM), ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: ALEX FERNANDES MINORI (OAB 9444/AM), ADV: ALEXANDRE MORAES DA SILVA (OAB 8644/AM), ADV: RENATA PASSOS BERFORD GUARANÁ (OAB 112211/RJ), ADV: DÍDIA HAYDÉE DE MENDONÇA SOARES (OAB 8544/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES (OAB 1137/AM), ADV: RAMAKRIS RANNIER DA SILVA ELESSONDRES (OAB 9755/AM) - Processo 0229992-70.2019.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Recuperação judicial e Falência - REQUERENTE: Global Gnz Transportes Ltda (Nome Fantasia: Viação Global Green Ltda.) - Auto Viação Vitória Régia Ltda. - PROMOTOR: Ministério Público do Estado do Amazonas - Primeiro Grau - INTSSADO: Luiz da Silva Lopes - JOSIMAR DE OLIVEIRA LIMA - Ramakris Rannier da Silva Elessondres - Carlos França de Oliveira - Vistos, etc. Recebido em razão de declinação de competência da 2ª Vara empresarial do Rio de Janeiro /RJ. Trata-se de pedido de recuperação judicial proposto por GLOBAL GNZ TRANSPORTES LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº12.965/097/0001-56, e AUTO VIAÇÃO VITÓRIA RÉGIA LTDA, inscrita no CNPJ/MF nº12.965.097/0001-37, ambas integrantes do “Grupo Global”. Conforme despacho de fls. 1574, houve declinação da competência da Comarca do Rio de Janeiro/RJ para Manaus/AM que acarretou na distribuição do feito para este juízo. Ademais, tornei sem efeito apenas a nomeação do Administrador Judicial nomeado pelo juízo do Rio de Janeiro. Em fls. 1584/1650, a Requerente interpôs manifestação informando que o feito guarda urgência em razão da necessidade de suspensão dos atos executórios que faz parte da essência da recuperação judicial e protege o direito de todos os credores, já que evitaria a quebra da empresa. Todavia, em promoção ministerial acostado às fls. 1666/1671, o parquet se manifestou pela decretação da falência. Relatados em síntese. Decido. Denota-se que as Requerentes acostaram toda documentação exigida no art. 51 da Lei 11.101/2005, conforme se depreende da perícia prévia de fls. 879/885, assim, tendo sido atendida as exigências legais, é um direito subjetivo do devedor o processamento do pedido de recuperação judicial. Por outro lado, a intervenção do órgão concessor não é obstáculo para o deferimento da Recuperação Judicial nos termos do art. 48 da Lei de Recuperação Judicial, ao contrário tal situação fática corrobora com a necessidade de intervenção do Estado na superação da crise além da relevante utilidade do serviço prestado pelas Requerentes. Destaco, ainda, que cabe aos credores das demandantes o exercício de fiscalização sobre as mesmas, bem como o auxílio na verificação da sua situação econômico-financeira, visto que é a na Assembleia Geral de Credores que será decidida a aprovação ou não do plano de recuperação, com eventual decretação da quebra. Ademais, a convolação da recuperação judicial em falência em razão da existência de intervenção contraria o princípio da preservação da empresa e retiraria a possibilidade dos credores em negociar a sua dívida, por fim, ressalto que a tal medida seria arbitrária por estar fora do rol de medidas previstas no art. 73 da Lei de Recuperação Judicial: Art. 73. O juiz decretará a falência durante o processo de recuperação judicial: I - por deliberação da assembléia-geral de credores, na forma do art. 42 desta Lei; II - pela não apresentação, pelo devedor, do plano de recuperação no prazo do art. 53 desta Lei; III - quando houver sido rejeitado o plano de recuperação, nos termos do § 4º do art. 56 desta Lei; IV - por descumprimento de qualquer obrigação assumida no plano de recuperação, na forma do § 1º do art. 61 desta Lei. Parágrafo único. O disposto neste artigo não impede a decretação da falência por inadimplemento de obrigação não sujeita à recuperação judicial, nos termos dos incisos I ou II do caput do art. 94 desta Lei, ou por prática de ato previsto no inciso III do caput do art. 94 desta Lei. Diante do exposto, com supedâneo no art. 52 da Lei n. 11.101/2005, DEFIRO a continuidade do processamento do presente pedido de recuperação judicial, uma vez que devidamente constatados os requisitos dos arts. 48 e 51 do mencionado diploma legal. Por outro lado, diante da redistribuição do presente feito para esta comarca, determino a substituição da empresa EDF Nogueira Administração e Gestão de Empresas Simples LTDA -ME e nomeio a empresa NORTE BRASIL CONSULTORIA E ADMINISTRADORA JUDICIAL, CNPJ 34.924.698/0001-53, representada pelo seu sócio ALCEMIR PESSOA FIGLIUOLO NETO, OAB/AM 13.248, CPF 850.150.082-87 com endereço profissional no Ed. Soberane, Rua Salvador, 440, sala 1306, CEP 69057-040, Manaus-AM para exercer o cargo de administrador judicial, mantendo a remuneração estabelecida em fls. 934/938. Lavre-se termo de compromisso em nome do seu representante, que ficará responsável pela condução da presente recuperação judicial, obrigando-se aos encargos inerentes ao exercício da função nos termos do art. 22 da Lei n. 11.101/2005. Intime-se para assinatura no prazo de 48 (quarenta e oito) horas. Intime-se para em 05 (cinco) dias apresentar proposta de honorários. Das determinações ao cartório Nos termos do art. 52, III, da Lei n. 11.101/2005, determino a suspensão de todas as ações ou execuções em trâmite contra o devedor, pelo prazo improrrogável de 180 (cento e oitenta) dias (art. 6º, § 4º). permanecendo os respectivos autos no juízo onde se processam. Para tanto, devem ser comunicadas as demais unidades jurisdicionais desta Comarca, bem como a Justiça Federal e a Justiça do Trabalho da Subseção do Amazonas. Nos termos do art. 52, V, da Lei n. 11.101/2005, determino a intimação do Ministério

Público e a comunicação por carta às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios (as duas últimas também do local em que o devedor tiver estabelecimento. Nos termos do art. 52, § 1º, da Lei n. 11.101/2005, determino a expedição de edital para ser publicado no órgão oficial, o qual deverá conter o resumo do pedido do devedor e da decisão que defere o processamento da recuperação judicial, a relação nominal de credores, em que se discrimine o valor atualizado e a classificação de cada crédito, e a advertência acerca dos prazos para apresentação de habilitação e divergências acerca dos créditos (que deverão ser apresentadas diretamente ao administrador judicial, art. 7º da Lei n. 11.101/2005). Determino que o cartório providencie incidente apartado para comportar as apresentações de contas mensais mencionadas no art. 52, IV, da Lei n. 11.101/2005. Nos termos do art. 69, parágrafo único, da Lei n. 11.101/2005, determino que seja oficiado ao Registro Público de Empresas (art. 3º, II, da Lei 8.934/1994 - Junta Comercial) a anotação desta recuperação judicial. Determino que solicitem à Junta Comercial o Estatuto Social e as eventuais alterações sociais dos últimos 5 (cinco) anos da empresa Requerente. Das determinações ao devedor. Nos termos do art. 52, II, da Lei n. 11.101/2005, determino a dispensa da apresentação de certidões negativas para que o devedor exerça suas atividades, ressalvadas as exceções legais. Nos termos do art. 52, IV, da Lei n. 11.101/2005, determino que o devedor proceda à apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores. Anote-se que a apresentação de contas deverá ser endereçada ao incidente autuado especificamente para tanto. Nos termos do art. 191 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora proceda à publicação do edital a que diz respeito o art. 52 (Lei n. 11.101/2005) em jornal de circulação nacional ou regional. Nos termos do art. 53 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora apresente o plano de recuperação judicial no prazo improrrogável de 60 (sessenta) dias a contar da publicação da presente decisão, sob pena de convolação em falência, nos termos do art. 73, II, do mesmo dispositivo legal. Nos termos do art. 69 da Lei n. 11.101/2005, determino que a autora, ao utilizar seu nome empresarial, passe a acrescentar, após este, a expressão “em Recuperação Judicial” em todos os atos, contratos e documentos que firmar. Nos termos do art. 52, § 4º, da Lei n. 11.101/2005, fica o devedor ciente de que não poderá desistir do pedido de recuperação judicial, salvo se obtiver aprovação da desistência na assembleia geral de credores. Nos termos do art. 66 da Lei n. 11.101/2005, após a distribuição do pedido de recuperação judicial, o devedor não poderá alienar ou onerar bens ou direitos de seu ativo permanente, salvo evidente utilidade reconhecida por este juízo, depois de ouvido o comitê, com exceção daqueles previamente relacionados no plano de recuperação judicial. Do processamento das habilitações de credores : Determino que cada credor, que proceder a solicitação de habilitação de crédito, decorrente de vínculo contratual com a recuperanda, proceda o ajuizamento e protocolo de um novo processo, distribuído por dependência a este (principal) , na forma do artigo 286 I do CPC , no sentido de facilitar o tramite processual e que cada credor obtenha uma decisão sobre seu pedido, sem causar prejuízo ou confusão às petições e informações inerentes ao processo de recuperação judicial. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANNABELLE DE OLIVEIRA MACHADO (OAB 4419/AM), ADV: EDNILSON PIMENTEL MATOS (OAB 1799/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ GUEDES DA SILVA (OAB 5261/AM) - Processo 0249651-80.2010.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco da Amazônia S/A - REQUERIDO: M A W - Comércio de Alimentos Ltda(Barbacoa) - Wikens Saboia Freire - Maurício Sabóia Freire - Andrea Gonçalves Freire - Marleide Saboia Freire - Em cumprimento a decisão da Instância Superior (334/337) , defiro o pedido de fls. 357 antecedentes, no sentido de ser oficiado ao Cartório de Registro de Imóveis do 1 º Oficio para baixa do gravame de hipoteca da matricula 3.083.Oficie-se. Intime-se o exequente para se manifestar sobre o prosseguimento do feito em 05 dias.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0255773-80.2008.8.04.0001 (001.08.255773-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - REQUERENTE: Anarcila Maria Cavalcante Guimarães - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Trata-se de pedido de pagamento de multa astreintes em decorrência de atraso no cumprimento de ordem judicial, porém , feitas as manifestações das partes, verifica-se que os documentos solicitados já foram apresentados as fls. 124/132, conforme documento protocolado em 27.01.2016, não subsistindo a aplicação de multa, razão pelo qual torno sem efeito o despacho proferido as fls. 140, eis que equivocado. Restando cumprido o objeto da lide , dê-se baixa e arquivem-se os presentes autos, com as cautelas devidas. Cumpra-se.

ADV: CINDY DE PAULA PUIM (OAB 394766/SP), ADV: THIAGO CASTANHO PAULO (OAB 297679/SP) - Processo 0361360-28.2007.8.04.0001 (001.07.361360-7) - Busca e Apreensão - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco BMG S/A - REQUERIDO: Isaac Correa de Azevedo - Defiro o pedido de fls. 69/71, nos termos em que se requer, desde de que devidamente paga a taxa de desarquivamento e demais despesas, nos termos da Portaria n° 116/2017. Após o pagamento da respectiva taxa, oficie-se o DETRAN a fim de que faça a retirada da restrição judicial inserida sobre o veículo objeto da lide. Intime-se. Oficie-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF), ADV: IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM), ADV: TATIANA MARIA MELLO DE LIMA (OAB 15118/DF), ADV: RAQUEL NATALINA BRITO SILVA (OAB 10323/AM) - Processo 0602366-21.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Locação de Imóvel - EXEQUENTE: Manoel Loureiro do Nascimento - Maria Elaiz Maia do Nascimento - EXECUTADO: Claro S/A - Posto isto, acolho, em parte, a impugnação apresentada pelo devedor, para ipso facto excluir do débito exequendo o excesso de execução, importando, de conseguinte, o valor correto da execução em R$ 9.252,14 (nove mil, duzentos e cinquenta e dois reais e quatorze centavos). Outrossim, dando-se prosseguimento ao feito e iniciando-se a fase de cumprimento forçado da sentença em relação ao remanescente, R$ 4.626,07 (quatro mil, seiscentos e vinte e seis reais e sete centavos) aplico multa de 10%, bem como, honorários advocatícios de 10%, nos termos do art. 523, §1° do CPC, visto que o impugnante não procedeu ao depósito integral da dívida devida. Logo, deve a execução prosseguir no valor de R$ 5.551,28 (cinco mil, quinhentos e cinquenta e um reais e vinte e oito centavos). Expeça-se alvará aos impugnados/exequentes do valor depositado às fls.417 e intimem-se os mesmos para atualizar o valor do débito, e requerer o prosseguimento da execução. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: GERMANA VIEIRA DO VALLE (OAB 128579/RJ) - Processo 0603454-26.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: HERIVELTON PINTO GAZEL ME (Gazel Materiais de Construção) - HERIVELTON PINTO GAZEL - Defiro o pedido de fls. 110 antecedentes. Proceda-se conforme ali indicado, intimando-se o autor para o pagamento das custas devidas.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 37489/BA), ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 111030/RJ), ADV: LUIZ GUSTAVO FERNANDES DA COSTA (OAB 149048/MG), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0605331-59.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Aparecida Viana Andrade - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0606266-02.2019.8.04.0001 - Despejo por Falta de Pagamento Cumulado Com Cobrança - Locação de Imóvel - REQUERENTE: Artunizia dos Santos Cavalcante - REQUERIDO: Roldão da Costa Barros - A ausência de contestação ou sua intempestividade, importa em revelia e presunção de veracidade

dos fatos alegados na inicial, o que impõe julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355 II, Código de Processo Civil. "Diante da revelia, torna-se desnecessária, portanto, a prova dos fatos em que se baseou o pedido de modo a permitir o julgamento antecipado da lide, dispensando-se, desde logo, a audiência de instrução e julgamento". (Humberto Theodoro Júnior, Curso de Direito Processual Civil, v. 1, Ed. Forense, 8ª ed., p. 391). Façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: CARLOS CÉSAR MOREIRA DE SOUZA (OAB 8610/AM), ADV: ILLY SOARES DE SOUZA (OAB 10263/AM) - Processo 0608490-44.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mariene Nascimento Dantas Hiraishi - Clodoaldo Yamagute Hiraishi - REQUERIDO: Anibal Tavares Simoes Junior - Compasso Construções e Reformas Prediais Ltda - Zaira Rocha Simões de Souza - Em razão de motivo superveniente , Declaro-me suspeito por motivo íntimo para funcionar no presente feito. Ao meu substituto legal. Intime-se e cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LÍGIA DE SOUZA FRIAS (OAB 1074/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0620419-74.2018.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0622219-45.2015.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Safra S/A - REQUERIDA: Rosália de Jesus Ferreira Fróes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 1305A/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: ELLEN CAROLINE OLIVEIRA DE ALCÂNTARA (OAB 10616/AM), ADV: PAULA MIRANDA DA CUNHA (OAB 159369/MG) - Processo 0623664-93.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Moises Pinto de Souza - Vera Cristina Cavalcante de Souza - REQUERIDO: Imobiliaria Terra Firme Ltda - Constroi Imobiliária Ltda Me., - Por todo o exposto, declaro a incompetência do juízo para processar e julgar o feito e DETERMINO a remessa dos autos à Comarca de Iranduba /Am, na forma do art. 64 § 3º do CPC . P.R.I.C.

ADV: WILLIAM CARMONA MAYA (OAB 257198/SP), ADV: HENRIQUE DA CUNHA TAVARES (OAB 10159/ES), ADV: YARA FONSECA DE ALBUQUERQUE SOARES (OAB 4264/AM), ADV: FERNANDO DÊNIS MARTINS (OAB 182424/SP) - Processo 0624434-23.2017.8.04.0001 - Recuperação Judicial - Administração judicial - REQUERENTE: Servigran Mármores e Granitos Ltda - INTSSADO: Itaú Unibanco S/A - Gramarcal Granitos Marmores e Calcareos Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ e em cumprimento ao despacho de fls. 260/261, intimo o Ministério Público para que se manifeste acerca das fls. 264/284, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FLÁVIO SIMÕES DA SILVA SOBRINHO (OAB 3444/AM), ADV: ANA CAROLINA MOURA DE SÁ CAVALCANTE (OAB 12083/AM), ADV: ALEXANDRE VIRGÍLIO RIBEIRO DA SILVA (OAB 11980/AM), ADV: CELSO DE FARIA MONTEIRO (OAB 1080A/AM), ADV: MARISA TAVARES BARROS PAIVA DE MOURA (OAB 23647/PE) - Processo 0625069-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alzira Rodrigues da Mata - REQUERIDO: Ford Motor Company Brasil Ltda - América Veículos Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação de fls. 210-229 e a contestação com reconvenção de fls. 257-284. Bem como, intimo a parte requerida, FORD MOTOR COMPANY BRASIL LTDA, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço está incompleto, faltando indicar o CEP, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM) - Processo 0627593-76.2014.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: COMERCIAL MORAIS LTDA - REQUERIDO: BANCO BRADESCO S.A. - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: JOÃO ROSA (OAB 17023/BA) - Processo 0628210-60.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Marca - REQUERENTE: Petrobras Distribuidora S/A - REQUERIDO: Auto Posto Master Ltda - Fetecom Comércio de Derivados de Petróleo Ltda - Presente, pois, a hipótese prevista no art. 300, inciso I do CPC , DEFIRO A ANTECIPAÇÃO DA TUTELA PRETENDIDA, e determino que o reclamado seja notificado para no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, proceda a exclusão de toda a identificação do estabelecimento comercial da requerida, insígnias , marcas, combinação de cores e logotipos existentes, que tenham, façam referencia ou assemelham-se a marca BR PETROBRÁS , sob pena de multa DIÁRIA de R$10.000,00 (Dez Mil Reais) até o limite de 30 DIAS . Notifique-se o requerido para o cumprimento da ordem judicial. Verifico que, preenchidos os requisitos essenciais da petição inicial, constantes no art. 319, do Código de Processo Civil vigente, bem como não verificada a hipótese de improcedência liminar do pedido, faz-se necessária a realização de audiência de conciliação, tal como prevista na lei (art. 334 c/c art. 165, §2º, do Código). Desta forma, cumprida a tutela de urgência determino o encaminhamento do presente processo ao Centro Judiciário de Solução de Conflitos Cíveis (Cejusc - Cível) a fim de que se proceda à mencionada audiência, a ser efetivada com antecedência mínima de 30 (trinta) dias da sua designação (art. 334, caput, do CPC). Cite-se o réu com, no mínimo, 20 (vinte) dias de antecedência da mencionada audiência. Intime-se o autor, na pessoa de seu advogado, para igual comparecimento nesta. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 12002/MS), ADV: CRISTIANA VASCONCELOS BORGES MARTINS (OAB 5630-A/TO) - Processo 0628371-70.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bonsucesso Consignado S/A - REQUERIDA: Ana Carmelita Carvalho Vasco - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que recolha/complemente as custas postais e junte comprovante de recolhimento, conforme Provimento nº 273/CGJ, levando-se em consideração a quantidade de partes e endereços que deverão constar na(s) carta(s), no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM), ADV: DORA MESTANZA BARCIO DE PAIVA (OAB 12764/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM), ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0631955-82.2018.8.04.0001 - Reintegração / Manutenção de Posse - Esbulho / Turbação / Ameaça - REQUERENTE: Raimundo Mendes Magalhaes - REQUERIDO: Invasores Desconhecidos - Considerando que os requeridos (ocupantes do imóvel) foram citados e intimados para audiência

de conciliação, conforme certidão do oficial de justiça (fls. 226), o não comparecimento na audiência e a ausência de contestação enseja a revelia dos requeridos. Pelo que consta dos autos tenho condições de conhecer diretamente do pedido. Intimem-se.

ADV: ISADORA LOISE MOTA OLIVEIRA (OAB 10670/AM) - Processo 0638759-32.2019.8.04.0001 - Ação de Exigir Contas - Liquidação - REQUERENTE: Marcelo Silva Carvalho - REQUERIDA: Marilza Barbosa para - Conforme certidão de fl. 40, verifica-se que a Contadoria não efetuou a emissão da guia de recolhimento das custas, por falta de valor cadastrado no sistema. Assim, determino a intimação da parte autora a fim de reparar o erro. Após, intime-se o mesmo para, no prazo de 15 (quinze) dias, realizar o devido depósito das custas judiciais, nos ditames do Compêndio Processual Civil, sob pena de extinção do feito, por falta de documentos indispensáveis ao prosseguimento da ação e irregularidades obstativas do julgamento de mérito, com fundamento nos arts. 320, 321, parágrafo único, 330, IV e 485, I, todos do Código de Processo Civil. Na decorrência do prazo, com ou sem pronunciamento, voltem-me conclusos. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: ADEMARIO DO ROSARIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM) - Processo 0639190-08.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Aposentadoria por Invalidez - REQUERENTE: Cleury Simone dos Santos Silva - REQUERIDO: Instituto Nacional do Seguro Social - INSS - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, complemente as informações bancárias, indicando qual “operação” junto à Caixa Econômica Federal, para fins de transferência da quantia do alvará.

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANA PAULA DA SILVA SOUSA (OAB 6608/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: EMILLY BIANCA FERREIRA DOS SANTOS (OAB 14369/AM) - Processo 0640247-61.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Garganta Kofopoulos - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para que tome ciência da petição de fls.530/532, e se manifeste, caso queira.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 373659/SP), ADV: HANNA TAVARES CUNHA (OAB 10417/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: GIULIANNE LOPES CURSINO (OAB 7922/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0640290-90.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Orivaldo Meira Peres - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: NELSON BRUNO VALENÇA (OAB 15783/CE), ADV: MÁRCIO RAFAEL GAZZINEO (OAB 23495/CE), ADV: DANIEL CIDRÃO FROTA (OAB 19976/CE), ADV: ANDRÉ RODRIGUES PARENTE (OAB 15785/CE), ADV: ENYSSON ALCÂNTARA BARROSO (OAB 5097/AM) - Processo 0641293-80.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josiane da Silva e Silva - REQUERIDO: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - Assupero - Verifica-se pelo quadro fático que a questão poderá ser resolvida com as provas já produzidas documentalmente e que, portanto, é dispensável a realização de audiência para a oitiva de testemunhas ou a efetivação de perícia. Assim, no caso em tela, o julgamento antecipado de mérito é medida que se impõe, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil. Não havendo irresignação no prazo de 05 (cinco) dias, façam-me os autos conclusos para sentença.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0644031-07.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Bradesco S/A - REQUERIDO: Uatuma Serviços de Construção e Eventos Ltda - José Henrique Campbell da Fonseca - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo novamente a parte interessada para que nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: RENATO FIORAVANTE DO AMARAL (OAB 349410/SP) - Processo 0644242-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Capitalização / Anatocismo - REQUERENTE: Nicolay Alves Bernardo - REQUERIDO: Banco Gmac S.a - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/03/2020 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: JABER CALIL NADAF NETO (OAB 5247/AM) - Processo 0645570-08.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Celia Regina dos Santos Cavalcante - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em assim sendo, exauridas as oportunidades do mencionado saneamento, percebo que a petição inicial não preencheu os requisitos do artigos 320 e 321, ambos do CPC, razão pela qual EXTINGO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, inc. I, do Código de Processo Civil. Face à proporcionalidade da prestação jurisdicional, ainda em sua fase inicial, deixo de condenar em custas processuais a parte requerente. Igualmente entendo como despicienda a cobrança de honorários advocatícios, ante a não manifestação de qualquer ato em juízo pela parte ré. Sem recurso adequado da presente decisão, proceda-se a baixa atinente com as cautelas legais e arquivem-se os autos. P.R.I.Cumpra-se.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: RAIMUNDO DE AMORIM FRANCISCO SOARES FILHO (OAB 5505/AM) - Processo 0646618-02.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: J J Simonetti de Melo - REQUERIDO: Stemac S/A - Grupos Geradores - A concessão da gratuidade da Justiça, não pode ser concedida por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, devendo ser considerado ainda que a Autora qualificou-se como autônoma, sem especificar ou aclarar se sua atividade permite ou não o recebimento dos benefícios da assistência judiciária. Outro aspecto a ser considerado é o de que o Art. 5º, LXXIV da Constituição Federal, garante assistência jurídica integral e gratuita aos que comprovarem insuficiência de recursos, o que efetivamente não ocorreu no presente feito, uma vez que o autor não apresentou sua declaração de renda . Diante do exposto, indefiro o pedido de justiça gratuita e determino a remessa dos autos ao Contador para a elaboração do cálculo das custas processuais. Após, intime-se o Requerente para fazer o respectivo recolhimento. Intime-se e cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0647692-91.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: José de Castro Moura - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0649858-96.2019.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Direcional Rubi Empreendimentos Imobiliarios Ltda - REQUERIDA: Dayenne Monte da Costa - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação

Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: JOSÉ CARLOS VAN CLEEF DE ALMEIDA SANTOS (OAB 273843/SP) - Processo 0650319-68.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Seguro - REQUERENTE: Sul América Companhia de Seguro Saúde - REQUERIDO: Amen-ra de Sousa Corretora de Seguros - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, no prazo de 5 (cinco) dias, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, complemente as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça necessárias à prática do ato processual e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência (penhora e avaliação - item III da tabela), deverá constar no mandado, ou informe se há interesse somente na citação do executado.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: PAULO RICARDO DA SILVA SANTOS (OAB 7887/AM), ADV: FRED ANDRES DO COUTO SILVA (OAB 7695/AM) - Processo 0653008-22.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luziete Melo Cabral - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: GABRIEL LOPES MOREIRA (OAB 355048/SP) - Processo 0653604-69.2019.8.04.0001 - Monitória - Nota Promissória - REQUERENTE: Ticket Soluções Hdfgt S/A - REQUERIDO: Salvare Serviços Médicos Ltda. - No exame preliminar dos argumentos do pedido e da documentação carreada aos autos, verifica-se a existência de um juízo de probabilidade, satisfazendo dessa forma as exigências do Art. 700 do Código de Processo Civil, a ensejar o processamento da presente Ação Monitória. Diante do exposto, determino a expedição de carta de citação para pagamento (de entrega de coisa ou execução de obrigação de fazer ou de não fazer) concedendo ao réu prazo de 15 (quinze) dias, para o cumprimento e o pagamento de honorários advocatícios de 5% (cinco) do valor da causa, conforme caput do artigo 701 do CPC. Intime-se o autor para que, no prazo de 05 (cinco) dias, comprove o pagamento das custas de emissão do AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273-CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Advirto desde já que, se não opostos embargos no prazo retro, ou não realizado o pagamento, o referido mandado monitório se converterá de pleno direito em título executivo judicial, nos termos do que dispõe o art. 701, § 2° do CPC. Anote-se, de igual forma, que se ocorrer o pagamento no prazo, o Réu ficará isento de custas processuais, em consonância com o disposto no § 1º do art. 701, também do CPC. Caso sejam apresentados embargos à monitória, suspenda-se a eficácia da decisão referida no caput do art. 701 até o julgamento em primeiro grau, segundo dispõe art. 702, § 4° do CPC . Ato contínuo ao recebimento dos embargos, intime-se o autor da monitória para que responda aos embargos em até 15 (quinze) dias, nos termos do art. 702, § 5º, do CPC. Cumpre ressaltar que o devedor poderá, mediante a comprovação de depósito de 30% (trinta por cento) do valor cobrado, acrescido de custas e honorários de advogado de 5% (cinco por cento), requerer o restante do pagamento em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, nos termos dos artigos 701, § 5º c/c 916, todos do CPC. Caso a carta expedida retorne negativa, consulte-se o(s) sistema(s) eletrônico(s) INFOJUD, SIEL, BACENJUD e/ou RENAJUD, a fim de localizar o atual endereço da parte ré, após o pagamento, no prazo de 05 (cinco) dias, dos emolumentos pertinentes a cada pesquisa solicitada, nos termos da Portaria nº 116/2017, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Constatado um único endereço e diverso do que já fora efetuada a diligência, expeça-se imediatamente nova carta de citação, caso contrário, intime-se o autor para manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre as referidas consultas, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI, do CPC. No caso de ser solicitado a expedição de mandado de pagamento, defiro-a desde logo, devendo a parte comprovar, no prazo de 15 (quinze) dias, o recolhimento das custas das diligências do Oficial de Justiça, no prazo de 15 (quinze) dias, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela I do Provimento nº 261/2015 CGJ/AM, sob pena de extinção do processo, nos termos do art. 485, IV e VI do CPC. Cumpra-se

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0654839-71.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Seguro - REQUERENTE: Del Vecchio de Lima Castro - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de

recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM) - Processo 0656206-67.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Valmir Rubim F - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Da análise dos autos percebo que a audiência de conciliação, instrução e julgamento , faz-se necessária a fim de obter maiores dados para informar o processo e subsidiar a sentença . Dessarte, determino que seja pautada a audiência e intimadas as partes e seus representantes legais para que compareçam ao ato. Cumpra-se.

ADV: MARIA DE JESUS P. PINHEIRO (OAB 10968/AM) - Processo 0656427-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elétrica Pinheiro Ltda - REQUERIDO: Portal Indústria de Embalagens Plásticas Ltda - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção, mormente caso o requerente seja pessoa jurídica. Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos demonstrativo de falência, recuperação judicial, condição de vulnerabilidade econômica ou situação financeira similar; Declaração de imposto de renda de pessoa jurídica; Intime-se.

ADV: DINA FLÁVIA FREITAS DA SILVA (OAB 8182/AM) - Processo 0656448-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Nérito José de Souza Carvalho - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Remetam-se os autos ao CEJUSC para a designação da entelada audiência. Ultimadas tais providências, voltem-me os autos conclusos para deliberação. Cite(m)-se e intime(m)-se.

ADV: MITHAN VASCONCELOS CORRÊA (OAB 5784/AM) - Processo 0656501-70.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Yasmim Runa Yoshino - Edinaldo Hiroshi Yoshino - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Como cediço nas Cortes Superiores, o benefício da gratuidade da Justiça não pode ser concedido por mera deliberação diante das afirmações do beneficiário, quando os elementos dos autos não trilham a mesma direção. Com efeito, para fins de concessão da assistência judiciária gratuita, carreio fileiras à corrente que entende não basta mais o singelo pedido, instruído com apenas declaração de pobreza. Não se discutia que a Lei 1060/50 em seu art. 4º (revogado pelo CPC/2015) previa a possibilidade de concessão da assistência judiciária pela só declaração do autor na inicial de sua necessidade. Aliás tal regra, apesar de mitigada, também está inserida no art. 99 §3º do CPC/2015, em relação a pessoas naturais. Entretanto a Constituição Federal não exclui a possibilidade de apreciação pelo juiz, das circunstâncias em que o pedido ocorre, já que exige a comprovação da insuficiência de recursos para a concessão da assistência judiciária àqueles que a alegam. No que diz respeito à determinação para comprovação da insuficiência de recursos, até porque fundamentada em preceito constitucional, há tempos vem decidindo os tribunais pátrios que "não é ilegal condicionar o juiz a concessão da gratuidade à comprovação da miserabilidade jurídica, se a atividade ou cargo exercidos pelo interessado fazem, em princípio, presumir não se tratar de pessoa pobre (STJ RT 686/185). No mesmo sentido: STJ REsp. n. 151.943/GO; TJSP AI n. 172.390-4/4-SP e extinto 2º TACSP AI n. 822.173-00/1. Tal entendimento jurisprudencial porque pacífico foi inserido na Lei 13.105/2015 (CPC/2015) no parágrafo 2º do art. 99. No mesmo sentido, a propósito: AGRAVO REGIMENTAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO - PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA INDEFERIDO - NÃO BASTA A MERA DECLARAÇÃO DE POBREZA - NECESSIDADE DE COMPROVAÇÃO DA HIPOSSUFICIÊNCIA - AUSENTES PROVAS DAS ALEGAÇÕES - REGIMENTAL CONHECIDO E NÃO PROVIDO. Ausentes nos autos provas que corroborem a alegada hipossuficiência, impõe-se o indeferimento da assistência judiciária. Nega-se provimento ao recurso se as razões do regimental não alteraram o entendimento anterior e, mormente, quando não demonstrado qualquer erro ou injustiça na decisão recorrida. (TJ-MS - AGR: 14139280420158120000 MS 1413928-04.2015.8.12.0000, Relator: Des. Marcos José de Brito Rodrigues, Data de Julgamento: 26/01/2016, 2ª Câmara Cível, Data de Publicação: 27/01/2016) Diante do exposto e de conformidade com o art. 5º, inc. LXXIV, da Constituição da República, comprove o requerente a condição de beneficiário da justiça gratuita, sob pena de indeferimento da gratuidade, devendo adotar as seguintes providências, juntando aos autos: Comprovante de rendimentos, bem como aquele percebido por eventual cônjuge; Declaração de imposto de renda do último ano; Intime-se.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0657458-71.2019.8.04.0001 - Arrolamento Comum - Inventário e Partilha - REQUERENTE: Vanusa Variedades Me - REQUERIDO: Pagseguro Internet Ltda - Vislumbro, in casu, dúvida acerca da carência econômica do(a) postulante, razão pela qual concedo o prazo de quinze dias para que traga aos autos uma cópia de sua Declaração de Imposto de Renda do ultimo exercício fiscal, a fim de avaliar as condições para o deferimento ou não da assistência judiciária.

Ademario do Rosario Azevedo (OAB 2926/AM)
Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Alex Fernandes Minori (OAB 9444/AM)
Alexandre Moraes da Silva (OAB 8644/AM)
Alexandre Virgílio Ribeiro da Silva (OAB 11980/AM)
Ana Carolina Moura de Sá Cavalcante (OAB 12083/AM)
Ana Paula da Silva Sousa (OAB 6608/AM)
André Luiz Guedes da Silva (OAB 5261/AM)
André Rodrigues Parente (OAB 15785/CE)
Annabelle de Oliveira Machado (OAB 4419/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos César Moreira de Souza (OAB 8610/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 111030/RJ)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 37489/BA)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Celso de Faria Monteiro (OAB 1080A/AM)
Cindy de Paula Puim (OAB 394766/SP)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 12002/MS)
Cristiana Vasconcelos Borges Martins (OAB 5630-A/TO)
Daniel Cidrão Frota (OAB 19976/CE)
Daniel Pereira Pio Suwa (OAB 9683/AM)
Dídia Haydée de Mendonça Soares (OAB 8544/AM)

Dina Flávia Freitas da Silva (OAB 8182/AM)
Dora Mestanza Barcio de Paiva (OAB 12764/AM)
Ednilson Pimentel Matos (OAB 1799/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Ellen Caroline Oliveira de Alcântara (OAB 10616/AM)
Emilly Bianca Ferreira dos Santos (OAB 14369/AM)
Enysson Alcântara Barroso (OAB 5097/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Dênis Martins (OAB 182424/SP)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Flávio Simões da Silva Sobrinho (OAB 3444/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Fred Andres do Couto Silva (OAB 7695/AM)
Gabriel Lopes Moreira (OAB 355048/SP)
Germana Vieira do Valle (OAB 128579/RJ)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Giulianne Lopes Cursino (OAB 7922/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
HAMILTON JUNIOR CONSTANTINO ANDRADE TRONDOLI (OAB 6856/RO)
Hanna Tavares Cunha (OAB 10417/AM)
Henrique da Cunha Tavares (OAB 10159/ES)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Illy Soares de Souza (OAB 10263/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Isadora Loise Mota Oliveira (OAB 10670/AM)
IVI MARTINS DO NASCIMENTO (OAB 11105/AM)
Jaber Calil Nadaf Neto (OAB 5247/AM)
João Rosa (OAB 17023/BA)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Carlos Van Cleef de Almeida Santos (OAB 273843/SP)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Lígia de Souza Frias (OAB 1074/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB 149048/MG)
Márcio Rafael Gazzineo (OAB 23495/CE)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Maria de Jesus P. Pinheiro (OAB 10968/AM)
Marisa Tavares Barros Paiva de Moura (OAB 23647/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mithan Vasconcelos Corrêa (OAB 5784/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Nelson Bruno Valença (OAB 15783/CE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 1305A/AM)
Paula Miranda da Cunha (OAB 159369/MG)
Paulo Ricardo da Silva Santos (OAB 7887/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares (OAB 1137/AM)
Raimundo de Amorim Francisco Soares Filho (OAB 5505/AM)
Ramakris Rannier da Silva Elessondres (OAB 9755/AM)
Raquel Natalina Brito Silva (OAB 10323/AM)
Renata Passos Berford Guaraná (OAB 112211/RJ)
Renato Fioravante do Amaral (OAB 349410/SP)
RODRIGO BADARÓ DE CASTRO (OAB 2221A/DF)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Sônia Santuzzi Zuccolotto Batista (OAB 8728/RO)
Tatiana Maria Mello de Lima (OAB 15118/DF)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thiago Castanho Paulo (OAB 297679/SP)
Valdecir Batista (OAB 4271/RO)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
William Carmona Maya (OAB 257198/SP)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Wilson Sales Belchior (OAB 373659/SP)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yara Fonseca de Albuquerque Soares (OAB 4264/AM)

20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO

JUÍZO DE DIREITO DA 20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0331/2019

ADV: FRANCICLEIA DA SILVA MACHADO MATOS (OAB 11119/AM) - Processo 0221935-63.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Arlete Rodrigues da Silva - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: JORGE ANTÔNIO DANTAS SILVA (OAB 66708/RJ), ADV: ZENIZE RIBEIRO TAMER (OAB 5489/AM), ADV: SÉRGIO AUGUSTO COSTA DA SILVA (OAB 6583/AM) - Processo 0264801-62.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0700323-56.2012.8.04.0001) (processo principal 0700323-56.2012.8.04.0001) - Cumprimento de sentença - Acidente de Trânsito - EXEQUENTE: Yasuda Seguros S.a. - EXECUTADO: Gilvan Almeida Fernandes - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela II, Atos processuais, Item b, recolha as custas referentes à emissão de certidão requisitada e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração a quantidade de folhas e linhas, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: MARIA SOCORRO ARAÚJO SANTIAGO (OAB 1870/CE), ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: JUAN BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 2595/AM), ADV: ROSEANY ARAÚJO VIANA ALVES (OAB 10952/CE), ADV: ELIANE REIS BERNABÉU CÉSPEDES (OAB 4430/AM) - Processo 0600399-96.2017.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cédula de Crédito Bancário - EXEQUENTE: Itaú Unibanco S/A - EXECUTADO: Big Eletro da Amazonia Ltda. e outro - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado (fl. 816) juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: JOSÉ ARNALDO JANSSEN NOGUEIRA (OAB 1047A/AM), ADV: JULIE RODRIGO PORTO DA SILVA (OAB 7818/AM), ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0600645-92.2017.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - EXEQUENTE: Banco do Brasil S/A - EXECUTADA: Ozilda Chaves e outros - Indefiro o pedido retro de expedição de ofício, em razão de que, afora as hipóteses específicas de consulta aos sistemas eletrônicos aos quais o Poder Judiciário tem aceso (Bacenjud, Infojud, Renajud, SIEL e Eridft), é ônus exclusivo da parte autora averiguar e indicar a qualificação e endereço completos da parte adversa. Demais disso, decore da experiência deste julgador o ínfimo resultado positivo de tais ofícios, muitos dos quais nem ao menos são respondidos (malgrado reiterações).

A outro turno, verifico a existência de um endereço, encontrado via sistema Renajud às fls. 226, que ainda não foi diligenciado. Nesse espeque, intime-se a parte autora para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas atinentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, bem como para que indique o endereço em que a medida deverá ser cumprida, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado à requerente optar por realizar a citação dos requeridos por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR/Mandado, que deverá ser destinado aos requeridos I S Dias e Cia Ltda e Ícaro Sério Dias, para o seguinte endereço: Rua 04, Nº 141, Conjunto Castelo Branco, Parque Dez, CEP 69055-220, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE BELLINATI GARCIA LOPES (OAB 751A/AM), ADV: PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM), ADV: FLAVIANO BELLINATI GARCIA PEREZ (OAB 24102/PR) - Processo 0608062-62.2018.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Alienação Fiduciária - EXEQUENTE: Banco Itaucard S/A - Vistos, etc. Intimo o exequente para que, no prazo de 5 (cinco) dias, manifeste-se quanto ao ordenado em decisão de fls. 89/90. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM), ADV: FABRÍCIO CABRAL DOS ANJOS MARINHO (OAB 7665/AM) - Processo 0610474-29.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Imputação do Pagamento - REQUERENTE: Zion Publicidade Ltda - Epp - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: MARLUCE BRAGA DE MENEZES (OAB 8652/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM) - Processo 0613447-64.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Lee, Brock, Camargo Advogados - EXECUTADO: Tukano Viagens e Turismo Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que apresente memória de calculos atualizada e discriminada do débito, incluídas as sanções constantes do art. 523, § 1º do CPC, no prazo de 5 (cinco) dias. Não tendo sido deferido o benefício da gratuidade da justiça de forma total, no mesmo ato, intimo a parte interessada, sem necessidade de nova publicação, para recolher os emolumentos pertinentes à consulta do sistema BACENJUD, conforme Lei nº 4.408/2016, caso ainda não tenha o feito.

ADV: JOSÉ IVAN BENAION CARDOSO (OAB 1657/AM), ADV: ARIOSTO LOPES BRAGA NETO (OAB 1448/AM) - Processo 0615861-93.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Esbulho / Turbação / Ameaça - EXEQUENTE: Marcionilia da Silva Tavares - Vistos, etc. A Secretaria que intime a Defensoria Pública para que essa dê início ao cumprimento de sentença a informar pontualmente o valor a ser cobrado do(s) executado(s), assim como o (novo) endereço desse(s) para expedição de mandado judicial. Arquivem-se estes autos sem prejuízo de desarquivamento. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0617329-58.2018.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco do Brasil S/A - Indefiro, por ora, o pleito de fls. 85, visto que verifico a existência de um endereço, encontrado via sistema Siel às fls. 139, que ainda não foi diligenciado. "Requisito básico. Deve ser tentada a localização pessoal do réu por todas as formas. Somente depois de resultar infrutífera é que estará aberta a oportunidade para a citação por edital. (...) Localização pessoal do réu. Diligências. Antes de proceder-se à citação por edital, deve-se tentar a localização pessoal do réu, com expedição de ofícios ao TRE, DRF e outros órgãos públicos, indagando sobre seu paradeiro (RJTJSP 124/46)." NERY JUNIOR, Nelson; ANDRADE NERY, Rosa Maria de. Código de processo civil comentado e legislação extravagante. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2006, p. 418. Nesse diapasão, colijo não estarmos, por ora, diante de situação que possa ensejar a citação editalícia, posto que, o pedido não se amolda ao art. 256 Código Processual Civil vigente. Dessa forma, a fim de evitar vícios, o que acarretaria a nulidade da citação e dos atos posteriores praticados por este juízo, determino a intimação do autor para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de não resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Desde logo, fica facultado ao requerente optar por realizar a citação da requerida por meio de mandado, comprovando, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento das custas das diligências do(a) Oficial(a) de Justiça, mediante boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme valores constantes da Tabela III da Lei 4.408, de 28/12/2016 e tabela de custas consolidada pela Portaria nº 116/2017-PTJ. Após, à Secretaria que expeça AR/Mandado, que deverá ser destinado à requerida Paula Thaize Jobim Colares, para o seguinte endereço: Rua R Catarina, Nº 11, Parque 10 de Novembro, Manaus-AM. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA SERIACOPI VILA (OAB 9881/AM), ADV: VILA & BRAGA ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 523/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: FELIPE BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 9663/AM) - Processo 0617917-02.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Evicção ou Vicio Redibitório - REQUERENTE: Natanaely Abdala Benacon - REQUERIDO: Carlos Alberto Gusmão Ramos - Em conformidade com o art. 1º, XXIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos de declaração de fls. 223-227, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ANTÔNIO BRAZ DA SILVA (OAB 1026A/AM) - Processo 0627954-20.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Dívida Ativa - REQUERENTE: Safra Leasing S/A Arrendamento Mercantil S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: PASQUALI PARISE E GASPARINI JÚNIOR (OAB 4752/SP), ADV: DAVID GIUBELLINI SISCATI (OAB 368127/SP), ADV: HUDSON JOSÉ RIBEIRO (OAB 150060/SP) - Processo 0628081-26.2017.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: FRANCISCO ADONIAS PINHEIRO (OAB 1584/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM), ADV: KÁTIA DE OLIVEIRA PINHEIRO LEITÃO (OAB 4333/AM) - Processo 0631234-04.2016.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Condomínio do Edifício Comercial Atrium - INTIMADO: J. Nasser Engenharia Ltda. - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item

I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça (R$550,00) e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado de imissão na posse, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM) - Processo 0632171-82.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a(s) parte(s) exequente(s) para que se manifeste(m) acerca da impugnação de fls. retro, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0632243-93.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Margarida Vinhote França - REQUERIDO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos. Bem como, intimo a parte requerida, em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, para que indique o endereço para onde deverão ser enviadas possíveis cartas de intimação pessoal, uma vez que o endereço está incompleto, faltando o CEP, sob pena do contido no art. 274, parágrafo único, do CPC.

ADV: HENRIQUE FRANÇA SILVA (OAB 7307/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM) - Processo 0633389-48.2014.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Cheque - EXEQUENTE: RC Recebíveis Ltda - EXECUTADO: MDS Instalações Elétrica Ltda - EPP e outros - De ordem, intimo a parte interessada (Requerente) para que, no prazo de 5 (cinco) dias, junte procuração válida com poderes especiais (receber e dar quitação).

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG) - Processo 0638092-46.2019.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Compra e Venda - EXEQUENTE: Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Vistos, etc. Indefiro pedido do autor às fls. 98. Mantenho sentença de fls. 93/95 já transitada em julgado. Fica o autor intimado a dar início ao cumprimento de sentença a apresentar planilha de débito atualizada, assim como, comprovante de pagamento de custas de mandado judicial para intimação do executado quanto ao início do cumprimento de sentença. A Secretaria que arquive estes autos sem prejuízo de desarquivamento após manifestação do autor. Após, voltem-me os autos conclusos para despacho inicial. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUIS FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 303905/SP), ADV: LUIZ FELIPE PROCÓPIO DE CARVALHO (OAB 101488/MG), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0639708-56.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Denis Almeida Teixeira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em conformidade com o art. 1º, X, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerida para que apresente instrumento de mandato, regularizando a representação processual, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena do contido no art. 76, §1º do CPC.

ADV: ORESTE NESTOR DE SOUZA LASPRO (OAB 98628/SP) - Processo 0642184-67.2019.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Banco Cruzeiro do Sul S/A - Nos termos do que dispõe o artigo 248, §1º do CPC, a citação pelo correio deverá ser entregue pessoalmente ao citando, de quem deverá ser exigida a assinatura do recibo. Nestes termos, para se ter como válida a citação não basta a simples entrega da carta no endereço do réu, com recebimento por outrem, uma vez que a lei não se contenta com a simples presunção da ciência inequívoca do réu citando, acerca dos termos e atos da ação que lhe é movida. Isso porque, o ato processual da citação afigura-se como a base da instauração da relação jurídica processual, e como corolário, do julgamento da causa, traduzindo providência necessária à realização do princípio do contraditório e da ampla defesa, sendo imprescindível à constituição e desenvolvimento válido do processo. Partindo dessa premissa, o ato citatório, para alcançar suas finalidades, deve ser cumprido em estrita observância às exigências legais, sob pena de viciar toda a demanda. A teor do exposto, restando verificado que o AR de fls.170 não foi entregue pessoalmente, sendo assinado por terceiro estranho à lide, determino a renovação do ato citatório, que desta vez deverá ser diligenciado por Oficial de Justiça. Nesse espeque, à Secretaria que expeça mandado de citação, sem custas em razão da gratuidade de justiça deferida às fls. 166, para o seguinte endereço: Rua Ayrão, Nº 662, Presidente Vargas, CEP 69025-050, Manaus-AM. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ALESSANDRA AZEVEDO ARAÚJO FURTUNATO (OAB 4705/AC), ADV: ROGÉRIO PINTO MARTINS (OAB 31084/CE), ADV: ALESSANDRA ARAÚJO AZEVEDO FURTUNATO (OAB 1173A/AM) - Processo 0642462-73.2016.8.04.0001 - Monitória - Contratos Bancários - REQUERENTE: Itaú Unibanco S/A - Em conformidade com o art. 1º, III, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para manifestar-se acerca do Mandado juntado aos autos sem cumprimento, no prazo legal de 05 (cinco) dias. Havendo manifestação no sentido de se expedir novo mandado/carta ou de se consultar novo endereço via sistemas judiciais, e não sendo a parte beneficiária da justiça gratuita, intimo a parte interessada, dentro do mesmo prazo, sem necessidade de nova publicação, para que recolha as custas das respectivas diligências e junte comprovante de recolhimento.

ADV: MARCOS AURÉLIO ALBUQUERQUE RODRIGUES (OAB 8855/AM) - Processo 0642623-78.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Auxílio-Doença Previdenciário - REQUERENTE: Edson Candido Avelino - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 192649/SP), ADV: JOSÉ LÍDIO ALVES DOS SANTOS (OAB 1163A/AM), ADV: ROBERTA BEATRIZ DO NASCIMENTO (OAB 1164A/AM) - Processo 0643016-37.2018.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência, bem como a quantidade de pessoas e endereços que deverão constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0646137-73.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento em Consignação - EXEQUENTE: Salin Ribeiro Alves - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Compulsando os autos, verifico que a parte interessada deixou transcorrer in albis o prazo para o cumprimento do comando de fls. 364. Nessa esteira, intime-se novamente o exequente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente memória discriminada e atualizada do débito a fim de viabilizar a realização das consultas eletrônicas, sob pena de arquivamento. Cumpra-se.

ADV: JORGE FERNANDES GARCIA DE VASCONCELLOS JÚNIOR (OAB 2167/AM), ADV: WALDERY JUNIO MARQUES DE MESQUITA (OAB 10714/AM), ADV: KELLEN DOS SANTOS SENNA (OAB 4626/AM), ADV: KATHLEEN SENNA DA SILVA (OAB 3323/AM) - Processo 0647632-21.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana de Souza Floriano - REQUERIDO: Global Gnz Empreendimentos e Participações Ltda - Em conformidade com o art. 1º, XIII, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, na forma dos arts.350 e 351 do CPC, manifestar-se sobre a contestação e documentos.

ADV: CAIO JOSE MACEDO RAMALHO (OAB 13051/AM) - Processo 0648468-91.2019.8.04.0001 - Consignação em Pagamento - Pagamento em Consignação - REQUERENTE: M.m.a. Campos -Me (Drogaria Riachão) - Vistos, etc. Cite-se o requerido para que, querendo, apresente defesa na forma do art. 335 c/c 544, sem prejuízo das advertências constantes do artigo 344, ambos do Digesto Processual Civil. Cite-se o requerido por ato eletrônico, caso tenha cadastro no sistema. Do contrário, expeça-se AR Aviso de Recebimento. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0649667-51.2019.8.04.0001 - Monitória - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Defiro o pedido de fls. 51. Nesse espeque, intime-se a parte requerente para que, no prazo de 15 (quinze) dias, recolha as custas referentes a emissão de AR's, por meio de boleto bancário acessível no sítio eletrônico do TJAM, conforme Provimento nº 273 - CGJ/AM, sob pena de extinção do feito, sem resolução do mérito, na forma do art. 485, IV, do CPC. Após, à Secretaria que expeça cartas de citação para os endereços indicados às fls. 51. Cumpra-se.

ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 921A/AM), ADV: ROSÂNGELA DA ROSA CORRÊA (OAB 205961/SP) - Processo 0649812-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: B.F. - Vistos e etc. Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do CPC/2015. Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC/2015. Custas pagas. Sem honorários. Arquivem-se os autos, independentemente do trânsito julgado, face a ausência de interesse recursal. Encaminhem-se os presentes autos à contadoria para a baixa nos registros. Em caso de eventual pendência do pagamento de custas, determino a devolução dos autos a esta serventia para que proceda a intimação do devedor a fim de que, no prazo de 10 (dez) dias, realize o adimplemento do débito relativo às custas judiciais. Decorrido o prazo sem o aludido pagamento, encaminhe-se os autos à contadoria para emissão de certidão de crédito e respectivo protesto, na forma da Portaria nº116/2017-PTJ c/c Provimento nº228/2014 da CGJ/AM. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0653771-86.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Darcy Teixeira Cavalcante - REQUERIDO: Unimed - Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Vistos, etc. Cuida-se de pedido formulado pela parte autora, no qual pretende a execução da multa fixada em decorrência do não cumprimento da tutela provisória concedida, bem como a majoração da multa. Da análise dos autos, verifico que até a presente data a ré não deu cumprimento ao decisum proferido por este Juízo, vez que deixou de implementar o tratamento domiciliar conforme prescrição médica, sob o fundamento de que a paciente faria exames e aguardava alta médica. Inobstante a alegação da cooperativa médica, denota-se do receituário médico que a paciente já realizou o exame de gastrostomia em 11/10/2019 e encontra-se aguardando a liberação do serviço de home care para alta hospitalar, inexistindo óbice para o tratamento domiciliar. Entretanto, coaduno com a insurgência da ré, uma vez que o prazo concedido para o cumprimento da tutela revela-se demasiadamente exíguo. A esse respeito, colhem-se os seguintes julgados: Plano de saúde. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA. PRAZO PARA CUMPRIMENTO EXÍGUO. multa cominatória excessivA. Insurgência em face da decisão que antecipou os efeitos da tutela. Fornecimento de tratamento home care. Caso em que a autora está aguardando o fornecimento do serviço para ter alta hospitalar. Prazo de 48h para cumprimento da decisão judicial que se afigura exíguo. Majoração para dez dias corridos, contados da intimação da decisão agravada. Multa diária de R$10.000,00. Pedido para redução do valor da multa acolhido. Quantia fixada ultrapassa a finalidade cominatória da multa. Redução para R$ 1.000,00 ao dia, no limite de 60 dias. Recurso provido em parte. (TJ-SP 20850246920178260000 SP 2085024-69.2017.8.26.0000, Relator: Carlos Alberto de Salles, Data de Julgamento: 29/08/2017, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 29/08/2017). AGRAVO DE INSTRUMENTO. PLANO DE SAÚDE. HOME CARE. Decisão agravada que determinou a disponibilização do serviço de "home care" em favor do autor, no prazo de 24 horas, sob pena de multa de R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), sem prejuízo de majoração, conforme artigo 461, § 6º, do Código de Processo Civil. Insurgência da requerida. Pleito para dilação de prazo para cumprimento da obrigação. Acolhimento parcial. Dicção do disposto nos § 4º, do Artigo 461 de Código de Processo Civil. Prazo estendido para 05 (cinco) dias, a fim de que a requerida instale os aparelhos necessários, bem como proceda à contratação de profissionais das áreas de fonoaudiologia, fisioterapia, enfermagem. Recurso parcialmente provido (art. 557, § 1º-A do CPC). (TJ-SP - AI: 20382553720168260000 SP 2038255-37.2016.8.26.0000, Relator: Beretta da Silveira, Data de Julgamento: 08/03/2016, 3ª Câmara de Direito Privado, Data de Publicação: 08/03/2016). Assim, amplio o prazo de cumprimento da decisão interlocutória (fls.24/26 e 66) para 10(dez) dias, contado da intimação realizada anteriormente pela oficial de justiça (fls.68), sob pena de incorrer na multa arbitrada. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ELISÂNGELA ALVES DOS SANTOS (OAB 789A/AM), ADV: RODRIGO DURÃES FUGII (OAB 8763/AM), ADV: LUCAS DE SOUZA VALENTE (OAB 13191/AM), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 53148/RS), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: LUÍS FRANCISCO MENEGHETTI ANTUNES (OAB 790A/AM) - Processo 0655329-30.2018.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento - EXEQUENTE: Humberto Hideyuki Kabuki - EXECUTADO: B M J Comercial e Serviços Ltda - Em conformidade com o art. 4º da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte exequente para que se manifeste acerca da petição de fls. 146/151, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM) - Processo 0656893-10.2019.8.04.0001 - Busca e Apreensão em Alienação Fiduciária - Alienação Fiduciária - REQUERENTE: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Em conformidade com o art. 1º, I, da Portaria Conjunta nº 001/2017-PTJ, intimo a parte interessada para que, nos termos da Portaria nº 116/2017-PTJ, Tabela VII, Atos dos auxiliares do juízo, Item I - Dos oficiais de justiça avaliadores, recolha as custas da(s) diligência(s) do oficial de justiça e junte comprovante de recolhimento, levando-se em consideração o tipo de diligência que deverá constar no mandado, necessárias à prática do ato processual, no prazo de 5 (cinco) dias.

ADV: APOENA MOREIRA DA COSTA (OAB 4055/AM) - Processo 0657229-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Compra e Venda - REQUERENTE: Tecnelétrica da Amazônia Ltda - Vistos, etc. Acautelo quanto à concessão da liminar pleiteada sem antes ouvir a parte contrária. Defiro a gratuidade de justiça. A Secretaria que expeça mandado de citação à requerida. Com ou sem contestação, voltem-me os autos imediatamente conclusos para despacho inicial para reanálise da tutela de urgência com fim de desocupação / reintegração de posse. Após, voltem-me os autos conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

Alessandra Araújo Azevedo Furtunato (OAB 1173A/AM)
Alessandra Azevedo Araújo Furtunato (OAB 4705/AC)
Alessandra Seriacopi Vila (OAB 9881/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
Antônio Braz da Silva (OAB 1026A/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Apoena Moreira da Costa (OAB 4055/AM)
Ariosto Lopes Braga Neto (OAB 1448/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Jose Macedo Ramalho (OAB 13051/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Cristiane Bellinati Garcia Lopes (OAB 751A/AM)
David Giubellini Siscati (OAB 368127/SP)
Eliane Reis Bernabéu Céspedes (OAB 4430/AM)
Elisângela Alves dos Santos (OAB 789A/AM)

Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fabrício Cabral dos Anjos Marinho (OAB 7665/AM)
Felipe Braga de Oliveira (OAB 9663/AM)
Flaviano Bellinati Garcia Perez (OAB 24102/PR)
Francicleia da Silva Machado Matos (OAB 11119/AM)
Francisco Adonias Pinheiro (OAB 1584/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Henrique França Silva (OAB 7307/AM)
Hudson José Ribeiro (OAB 150060/SP)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jorge Antônio Dantas Silva (OAB 66708/RJ)
Jorge Fernandes Garcia de Vasconcellos Júnior (OAB 2167/AM)
José Arnaldo Janssen Nogueira (OAB 1047A/AM)
José Ivan Benaion Cardoso (OAB 1657/AM)
José Lídio Alves dos Santos (OAB 1163A/AM)
Juan Bernabéu Céspedes (OAB 2595/AM)
Julie Rodrigo Porto da Silva (OAB 7818/AM)
Kathleen Senna da Silva (OAB 3323/AM)
Kátia de Oliveira Pinheiro Leitão (OAB 4333/AM)
Kellen dos Santos Senna (OAB 4626/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Lucas de Souza Valente (OAB 13191/AM)
Luis Felipe Procópio de Carvalho (OAB 303905/SP)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 53148/RS)
Luís Francisco Meneghetti Antunes (OAB 790A/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luiz Felipe Procópio de Carvalho (OAB 101488/MG)
MARCO ANTONIO CRESPO BARBOSA (OAB 1007A/AM)
Marcos Aurélio Albuquerque Rodrigues (OAB 8855/AM)
Maria Socorro Araújo Santiago (OAB 1870/CE)
Marluce Braga de Menezes (OAB 8652/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oreste Nestor de Souza Laspro (OAB 98628/SP)
Pasquali Parise e Gasparini Júnior (OAB 4752/SP)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
PIO CARLOS FREIRIA JUNIOR (OAB A1118AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 1164A/AM)
Roberta Beatriz do Nascimento (OAB 192649/SP)
ROBERTO VENESIA (OAB 103541/MG)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Durães Fugii (OAB 8763/AM)
Rogério Pinto Martins (OAB 31084/CE)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 205961/SP)
Rosângela da Rosa Corrêa (OAB 921A/AM)
Roseany Araújo Viana Alves (OAB 10952/CE)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Sérgio Augusto Costa da Silva (OAB 6583/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Vila & Braga Advogados Associados (OAB 523/AM)
Waldery Junio Marques de Mesquita (OAB 10714/AM)
Zenize Ribeiro Tamer (OAB 5489/AM)

1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0197/2019

ADV: RAIMUNDO EDSON TORRES LIMA (OAB 8732/AM) - Processo 0048943-87.2005.8.04.0001 (001.05.048943-8) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Nelson Rodrigues Freire e outros - Defiro o pedido de adiantamento de R$ 350,00 de honorários, para fazer frente às despesas iniciais do Sr. Perito, nos moldes do art. 7º da Portaria n.º 1233/2012 - DVEXPED/TJ-AM. À Secretaria para providências. Ademais, intime-se o 3º Ofício de Registro de Imóveis para que junte aos autos, no prazo de 5 (cinco) dias, a certidão narrativa referente ao imóvel matriculado sob o n.º 36.598, encaminhando, ainda, oos autos do processo o valor dos emolumentos devidos para que sejam pagos, ao final, pela parte sucumbente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO LIMA NERYS DE SÁ (OAB 20161/PA), ADV: ANA MARIA LIMA NERYS (OAB 9970B/PA) - Processo 0218509-43.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: ANTONIO COSTA LIRA e outro - Examinando os autos do processo, verifica-se que o Requerente foi representado pela Defensoria Pública do Estado do Pará, quando da proposição da presente ação perante a comarca de Conceição do Araguaia - PA. Assim, considerando que o feito foi redistribuído a esta Comarca de Manaus, determino que os autos sejam encaminhados com vistas à ilustre Defensora Pública que oficia perante este Juízo para assumir o patrocínio da causa, apresentando réplica à contestação de fls. 45/69 no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: TAMARA ARAÚJO ALBANO DE SOUZA (OAB 4232/AM), ADV: ELANE CRISTINA DE OLIVEIRA KARAM (OAB 5904/AM), ADV: WILSON PEÇANHA NETO (OAB 4630/AM), ADV: ANA BEATRIZ DA MOTA PASSOS (OAB 6022/AM), ADV: EDUARDO DAVID BARBOSA GUIMARÃES (OAB 7684/AM), ADV: JOSENIR TEIXEIRA (OAB 125253/SP), ADV: ANANIAS RIBEIRO DE OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 1628/AM), ADV: JORGE HENRIQUE DE FREITAS PINHO (OAB 1644/AM), ADV: AMÉRICO GORAYEB NETO (OAB 3923/AM), ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: RAUL BARRETO ORNELAS (OAB 16506/DF), ADV: GUALTER MORAES DOS REIS (OAB 8804/AM), ADV: VIVALDO BARROS FROTA (OAB 165/AM) - Processo 0234274-69.2010.8.04.0001 (001.10.234274-2) - Ação Civil Pública Cível - REQUERIDO: Nelson Mitumasa Takano - Euler Esteves Ribeiro - José Carlos Rizoli - Tancredo Castro Soares - Francisco Deodato Guimarães e outros - Pelo exposto, determino: a) A ABERTURA DE NOVO PROCESSO JUDICIAL com a digitalização de todos os documentos constantes dos autos físicos e de seus anexos. Certifique-se a abertura do novo processo e do número gerado, nestes autos. b) APÓS, ARQUIVEM-SE OS PRESENTES AUTOS, com as cautelas de estilo, e nos termos da fundamentação. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MANUELA CANTANHEDE VEIGA ANTUNES (OAB 4598/AM) - Processo 0237539-50.2008.8.04.0001 (001.08.237539-0) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Manoel Gomes Teixeira e outro - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HILGNER AUGUSTO DOS SANTOS SOUZA MONTEIRO (OAB 12848/AM) - Processo 0614647-33.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Vanderleia da Costa Azevedo - Diante do teor das petições/documentos de fls. 226/230, determino seja oficiada a DVISA/SEMSA a fim de que libere o acesso à área interditada da Maternidade Balbina Mestrinho em que se encontram localizados os prontuário médicos relativos ao atendimento da sra. Vanderléia da

Costa Azevedo, com a finalidade exclusiva de que sejam extraídas cópias dos referidos prontuários e remetidas a este Juízo, a fim de viabilizar a realização da perícia médica determinada. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0619694-56.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Maria Aparecida Costa da Silva - A Lei n.º 2.748/2002 e a Resolução n.º 03/2014 do Tribunal de Justiça do Amazonas, em conformidade com o art. 100, §3º, CF, estabelecem que o prazo para pagamento das obrigações de pequeno valor da Fazenda Pública do Estado do Amazonas, lato sensu, é de 60 (sessenta) dias. Escoado o prazo legal sem que o ente devedor deposite o montante requisitado, impõe-se a intervenção deste Juízo para que o crédito do Exequente seja satisfeito. Pelo exposto, determino o bloqueio, via Bacenjud, de ativos financeiros em nome do Estado do Amazonas, até o limite dos créditos exequendos, especificados à fl. 316, com imediata transferência para conta judicial. Após, expeça-se alvará eletrônico para levantamento em nome do(s) titular(es) do crédito, atentando, se for o caso, para o domicílio bancário informado pelo(s) respectivo(s) credor(es). Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO DIAS DUTRA (OAB 12431/AM), ADV: AMANDA DE QUEIROZ MORAES (OAB 12291/AM) - Processo 0622373-92.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERIDA: Taísa Prado Miranda - Diante da inércia da Requerida quanto à Decisão de fl. 195 e Despacho de fl. 204, resta caracterizada a sua desistência da prova pericial. Assim, a lide será julgada com o exame das provas já carreadas aos autos até o momento, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Comunique-se o Sr. Perito Judicial. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO FARIAS DE SOUZA (OAB 7664/AM) - Processo 0628389-62.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Claudemir Silva de Sousa - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a parte Executada para, querendo, no prazo de 30 (trinta) dias e nos próprios autos, impugnar a execução, nos termos do art. 535, CPC. Intime-se.

ADV: GERALDO UCHÔA DE AMORIM JÚNIOR (OAB 12975/AM) - Processo 0638208-52.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Invalidez Permanente - REQUERIDO: Manaus Previdência - MANAUSPREV - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO PRAIA CALDAS (OAB 9546/AM) - Processo 0641474-81.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Bianca de Oliveira Lima e outros - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SILVANA CASTRO MUNIZ (OAB 3328/RO), ADV: LUÍS OTÁVIO DE ARAÚJO SILVA (OAB 6972/RO), ADV: ÉLIO FRANCISCO DE CARVALHO (OAB 493/AM) - Processo 0642291-14.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elaine Machado dos Anjos e outros - Por ser matéria de direito e de prova eminentemente documental, a causa comporta julgamento antecipado, nos moldes do art. 355, I, do CPC. Dada a natureza do pedido, de caráter disponível, e por não se enquadrar dentro das hipóteses legais de manifestação obrigatória do Ministério Público, deixo de encaminhar os autos do processo para parecer do Órgão Ministerial (art. 178, CPC, e STJ, 2ª Turma, REsp 1676131/MG, Min. Herman Benjamin, DJe de 14.09.17). Venham os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0642556-16.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Edson Barbosa Maciel - Trata-se de Ação de Procedimento Comum Cível proposta por Edson Barbosa Maciel contra o Estado do Amazonas. À fl. 122 dos autos consta Decisão que deferiu parcialmente o pleito de gratuidade judicial, determinando o recolhimento das custas e taxas judiciárias iniciais sobre o valor de R$ 20.000,00, no prazo de 15 (quinze) dias, nos moldes do art. 290, CPC. Consoante o disposto no art. 290 do CPC, cancelar-se-á a distribuição do feito se a parte, intimada na pessoa de seu advogado, não realizar o pagamento das custas e despesas de ingresso em 15 (quinze) dias. No caso em apreço, a parte autora, embora regularmente intimada, deixou transcorrer in albis o prazo consignado para o recolhimento das custas e despesas de ingresso, a teor da certidão de fl. 125. Ora, é sabido que a atuação estatal específica qualificada pela prestação de um serviço público é custeada pelo contribuinte por meio do pagamento de taxas. A função jurisdicional, por também gozar de estatalidade, compõe o conceito de serviço público, cuja contrapartida (a prestação da função jurisdicional) deve ser onerada pelo jurisdicionado mediante o pagamento da taxa judiciária. Inexistindo isenção, o pagamento do tributo é imperativo, sob pena de atrair-se a consequência do art. 290 do diploma processual. Ante o exposto, DETERMINO O CANCELAMENTO DA DISTRIBUIÇÃO DO PRESENTE FEITO, ante a inadimplência do pagamento de custas, ex vi da art. 290 do CPC/2015. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: EHUD EMANUEL ABENSUR SANTOS (OAB 10760/AM) - Processo 0643744-15.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: José Aureo de Matos - De ordem do MM. Juiz de Direito, intima-se a(s) parte(s) Apelada(s) para, querendo, oferecer(em) contrarrazões à(s) apelação(ões) interposta(s), no respectivo prazo legal, nos termos do art. 1.010, §1°, c/c art. 219, caput, art. 180, caput, art. 183, caput, e art. 186, caput, todos do CPC. Decorrido o prazo legal, com ou sem manifestação, os autos deverão ser encaminhados ao E. Tribunal de Justiça (art. 1.010, §3°, CPC/2015), com as cautelas de estilo. Intime-se.

ADV: MÁRCIO SILVA TEIXEIRA (OAB 4672/AM) - Processo 0654813-10.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Maria Cleia Gomes da Silva e outros - Digam os Requerentes sobre o teor da petição/documentos de fls. 1801/1903, no prazo de 15 (quinze) dias. Após, retornem os autos do processo conclusos para sentença. Intime-se. Cumpra-se.

Amanda de Queiroz Moraes (OAB 12291/AM)
Américo Gorayeb Neto (OAB 3923/AM)
ANA BEATRIZ DA MOTA PASSOS (OAB 6022/AM)
Ana Maria Lima Nerys (OAB 9970B/PA)
Ananias Ribeiro de Oliveira Júnior (OAB 1628/AM)
Antônio Praia Caldas (OAB 9546/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
Diogo Dias Dutra (OAB 12431/AM)
Eduardo David Barbosa Guimarães (OAB 7684/AM)
Ehud Emanuel Abensur Santos (OAB 10760/AM)
Elane Cristina de Oliveira Karam (OAB 5904/AM)
Élio Francisco de Carvalho (OAB 493/AM)
Geraldo Uchôa de Amorim Júnior (OAB 12975/AM)
Gualter Moraes dos Reis (OAB 8804/AM)
Hilgner Augusto dos Santos Souza Monteiro (OAB 12848/AM)
Jorge Henrique de Freitas Pinho (OAB 1644/AM)
Josenir Teixeira (OAB 125253/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Luciano Lima Nerys de Sá (OAB 20161/PA)
Luís Otávio de Araújo Silva (OAB 6972/RO)

Manuela Cantanhede Veiga Antunes (OAB 4598/AM)
Marcelo Augusto Farias de Souza (OAB 7664/AM)
Márcio Silva Teixeira (OAB 4672/AM)
Raimundo Edson Torres Lima (OAB 8732/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Raul Barreto Ornelas (OAB 16506/DF)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Silvana Castro Muniz (OAB 3328/RO)
Tamara Araújo Albano de Souza (OAB 4232/AM)
Vivaldo Barros Frota (OAB 165/AM)
Wilson Peçanha Neto (OAB 4630/AM)

2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
JUIZ(A) DE DIREITO LEONEY FIGLIUOLO HARRAQUIAN
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO PEREIRA DA SILVA FILHO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0183/2019

ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: MARIA SUELY MUNIZ DA SILVA (OAB 1474/AM), ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: LUCIANE BARROS DE SOUZA (OAB 4789/AM), ADV: CLÓVIS SMITH FROTA JÚNIOR (OAB 3626/AM), ADV: DR. FABIO MARTINS RIBEIRO (OAB 19295/DF), ADV: MARY AMÉLIA BARROS MUNIZ TUMA (OAB 4566/AM), ADV: VITOR FABIAN SOARES CIPRIANO (OAB 6019/AM), ADV: LUCIANA ARAÚJO PAES (OAB 4678/AM) - Processo 0027714-71.2005.8.04.0001 (001.05.027714-7) - Procedimento Comum Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Aline Ariele da Silva Beleza - REQUERIDO: Amazonprev - LITSPASSIV: Estado do Amazonas - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Nos termos do Art. 1º, XIII, do Ato Normativo Interno n.º 01/16 - 2ª VFPE, transcrito a seguir, ficam intimadas as partes do retorno dos autos da Superior Instância, para requererem o que lhes parecer de direito, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: BENEDITO EVALDO DE LIMA (OAB 4821/AM), ADV: EDSON SOARES DE CARVALHO (OAB 2555/AM), ADV: MARIA DOMINGAS GOMES LARANJEIRA (OAB 1239/AM) - Processo 0073803-89.2004.8.04.0001 (001.04.073803-6) - Usucapião - Aquisição - REQUERENTE: Marília da Silva Cunha - REQUERIDO: Hotel Imperial Ltda - Estado do Amazonas - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - Analisando os cálculos apresentados pelo ESTADO DO AMAZONAS e o devedor nada manifestou, apesar de instado a tal, o que leva a crer que aceitou o(s) cálculo(s) apresentado(s), inclusive honorários advocatícios, hei por bem HOMOLOGAR o(s) valor(es) do(s) cálculo(s) ofertado(s) pelo Estado do Amazonas.

ADV: RÔMULO SARMENTO DOS REIS (OAB 5435/AM), ADV: MARCOS ROBERTO MARINHO CAMPOS (OAB 4492/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: ANA VIRGÍNIA VIEIRA FANALI (OAB 5167/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM) - Processo 0220223-87.2009.8.04.0001 (001.09.220223-4) - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Raimunda Lúcia Benzecry Cabral - IMPETRADO: AMAZONPREV - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - LISTPASSIV: MARIA FRANCISCA SEABRA DA COSTA - IMPETRADO: Estado do Amazonas - Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Efetivada à prestação jurisdicional, arquivem-se os autos, com a baixa nos registros e distribuição, sem prejuízo de desarquivamento diante de eventual pedido das partes, se necessário.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: LUCIANA BARROSO DE FREITAS (OAB 5144/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0604419-62.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcio dos Reis Pessoa - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ante o exposto, HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o valor de R$ 19.960,00, como crédito do autor,e em consequência, RESOLVO o mérito, conforme dispõe o art. 487, III, 'b' do CPC.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0605315-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Luiz Carlos Silva Miranda - À vista do exposto, ante a ausência dos requisitos previstos no art. 300 do CPC/2015, bem como pela restrição imposta pela Lei nº 8.437/92, INDEFIRO a Tutela de Urgência, não descarto a possibilidade de reapreciá-la oportunamente ou na sentença mérito.Cite-se a parte requerida para, querendo, contestar a ação, no prazo legal.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM) - Processo 0605315-42.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Luiz Carlos Silva Miranda - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Tendo em vista o requerimento de desistência da ação por parte do autor conforme fls. 115, intime-se o requerido para se manifestar no prazo de 5 (cinco) dias nos termos do art. 485, §4°, do Novo código de Processo Civil.

ADV: MARIZETE DE SOUZA CALDAS (OAB 6405/AM), ADV: ANTONIO CARLOS MIRANDA NOGUEIRA (OAB 10105/AM) - Processo 0609596-07.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Infância e Juventude - Seção Cível - IMPETRANTE: Gremio Recreativo Escola de Samba Beija-flor do Norte - IMPETRADO: Fundação Municipal de Cultura, Turismo e Eventos - Manauscult - José Augusto Pinto Cardoso - Ante o exposto, e em harmonia com o Parecer do Ministério Público, por vislumbrar o direito líquido e certo lesado, CONCEDO a SEGURANÇA, mantendo a liminar anteriormente concedida em todos os seus termos.

ADV: SUELEN GUEDES BARBOSA SIMONETTI (OAB 6533/AM), ADV: ROSÂNGELA GALVÃO OLIVEIRA (OAB 5630/AM), ADV: PAULO SÉRGIO DE OLIVEIRA (OAB 8478/AM), ADV: JOSE RIBAMAR GUILHERME CORREIA (OAB 9637/AM), ADV: ANDRÉA PEREIRA DE FREITAS (OAB 4845/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0610166-61.2017.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Maria Francisca Farias de Souza - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Processo preparado para julgamento de mérito porque as provas já encontram nos autos, inclusive com parecer do Ministério Público. Voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LEONARDO DE BORBOREMA BLASCH (OAB 2997/AM), ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM) - Processo 0611214-55.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Diego Gomes Marrão - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Ante o exposto, e de tudo mais que dos autos constam, na forma do art. 487, I, do CPC, JULGO PROCEDENTE a ação, em harmonia com o parecer do Ministério Público, por conseguinte, mantenho a antecipação de tutela anteriormente concedida e CONDENO o Estado do Amazonas na Obrigação de Fazer que consiste em realizar, com a máxima urgência, pelo Estado do Amazonas, por meio de sua rede de hospitais credenciados ou seja custeada junto à rede particular, o tratamento de saúde do autor, consubstanciada na "Fotoablação da Retina Bilateral".

ADV: CAROLINE PEREIRA DE SOUZA (OAB 9052/AM), ADV: LUIZ MAURÍCIO OLIVEIRA BASTOS (OAB 2620/AM) - Processo 0615192-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kaio Washington Zanini - Defensoria Pública do Estado do Amazonas - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Anulo o despacho de fls. 34. Cite-se.

ADV: FABIO CARDOSO BATISTA (OAB 13445/AM), ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM) - Processo 0616900-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amarildo dos Santos Maciel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Estadual do Índio - FEI - INTSSADO: Estado do Amazonas - Como requer ás fls, 169. Efetivada à prestação jurisdicional, arquivem-se os autos, com a baixa nos registros e distribuição, sem prejuízo de desarquivamento diante de eventual pedido das partes, se necessário.

ADV: FRANKLIN ARTHUR MARTINZ FILHO (OAB 20217/CE), ADV: LUIZ HENRIQUE BRAZ JÚNIOR (OAB 4652/AM), ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM), ADV: FABIO CARDOSO BATISTA (OAB 13445/AM) - Processo 0616900-91.2018.8.04.0001 - Monitória - Pagamento - REQUERENTE: Amarildo dos Santos Maciel - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Fundação Estadual do Índio - FEI - INTSSADO: Estado do Amazonas - CERTIFICO que, em cumprimento ao decisão de fl. 177, foram expedidos os respectivos alvarás, conforme consta às fls. 178/181. É o que me cumpre certificar. O referido é verdade, e dou fé.

ADV: ADEMÁRIO DO ROSÁRIO AZEVEDO (OAB 2926/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: GERSICA BARBOSA DA CUNHA (OAB 14051/AM), ADV: LISIEUX RIBEIRO LIMA (OAB 4486/AM), ADV: MICAEL PINHEIRO NEVES SILVA (OAB 6088/AM) - Processo 0618787-18.2015.8.04.0001 (apensado ao processo 0081843-60.2004.8.04.0001) - Execução Contra a Fazenda Pública - Juros - REQUERENTE: JANEIDE PROTAZIO DE SOUZA - JANAINA SOUZA DA SILVA - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Manifeste-se o ESTADO DO AMAZONAS sobre o pedido de fls. 146 a 148, em 10 dias.

ADV: FRANCILENE DUTRA DE CARVALHO (OAB 6561/AM), ADV: LUZILENA GOMES MOTA (OAB 9991/AM), ADV: MARLON LOBO SOUTO MAIOR (OAB 6331/AM), ADV: ETÃ PEREIRA CASTELO BRANCO (OAB 6550/AM) - Processo 0623198-07.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Angélica de Oliveira Fernandes - REQUERIDO: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - NÃO INFORM: Universidade do Estado do Amazonas - UEA - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a ação, ocasião em que REVOGO a Antecipação de Tutela requerida.

ADV: SÉRGIO AUGUSTO GRAÇA CAVALCANTE (OAB 4895/AM), ADV: SUELEN PEREIRA TEIXEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9699/AM), ADV: IKE KENNEDY VEIGA DA SILVA (OAB 4519/AM), ADV: JOSÉ ROBERTO GIÓIA ALFAIA (OAB 1746/AM), ADV: MARITA SANTOS DE OLIVEIRA CORRÊA (OAB 5391/AM), ADV: PEDRO PAES DA COSTA (OAB 1347/AM), ADV: RODRIGO DA SILVA COSTA (OAB 5386/AM), ADV: ROSEMARY DE OLIVEIRA GUIMARAES (OAB 5239/AM) - Processo 0627673-06.2015.8.04.0001 - Procedimento Sumário - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: JONAS FIRMINO DA SILVA - REQUERIDO: Departamento Estadual de Trânsito do Amazonas - DETRAN/AM - Analisando os cálculos apresentados pelo autor/exequente e considerando que o ESTADO DO AMAZONAS nada manifestou, apesar de instado a tal, o que leva a crer que aceitou o(s) cálculo(s) apresentado(s),hei por bem HOMOLOGAR o(s) valor(es) do(s) cálculo(s) ofertado(s) pelo autor/ exequente.

ADV: CLARA MARIA LINDOSO E LIMA (OAB 2602/AM), ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0631907-94.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: SANDOKAN BRITO DA CONCEIÇÃO - REQUERIDO: POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO AMAZONAS - Estado do Amazonas - À vista do exposto, em harmonia com o Parecer do Ministério Público, JULGO PROCEDENTE A AÇÃO, resolvo o mérito com fulcro no art. 487, I do CPC e CONDENO o Requerido à realizar a Promoção do SD PM SANDOKAN BRITO DA CONCEIÇÃO ao posto de CABO PM, com base no art. 7º, §3º, I da Lei Estadual nº 4.044/2014, devendo a promoção ser retroativa a 28/04/2014. CONDENO o Requerido ao pagamento de honorários advocatícios que arbitro em R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos do art. 85. §4º, II do CPC/15.

ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM), ADV: LEON FÁBIO SILVA LEAL (OAB 8413/AM) - Processo 0637864-08.2018.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: A. Mesquita da Silva Comercial Me - REQUERIDO: Presidente da Comissão Geral de Licitação do Poder Executivo - Estado do Amazonas - Ante o exposto, e em harmonia com o Parecer do Ministério Público, por vislumbrar o direito líquido e certo lesado, CONCEDO a SEGURANÇA, mantendo a liminar anteriormente concedida em todos os seus termos.

ADV: CAROLINE RETTO FROTA (OAB 4411/AM), ADV: HELGA OLIVEIRA DA COSTA (OAB 8242/AM), ADV: AMANDA DE SOUZA TRINDADE AIZAWA (OAB 5979/AM), ADV: FÁBIO MARTINS RIBEIRO (OAB 449A/AM), ADV: DIOGO VICTOR BRASIL (OAB 9693/AM) - Processo 0643610-56.2015.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pensão por Morte (Art. 74/9) - REQUERENTE: Sheila Maria dos Santos Fernandes - REQUERIDO: Amazonprev - Fundo Previdenciário do Estado do Amazonas - Estado do Amazonas - Ivone de Castro Lasmar Lima - Em consonância com o parecer do Ministério Público, com fulcro no art. 487, I, do Cod. de Processo Civil, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado pela autora em face de Amazonprev e Ivone de Castro Lasmar Lira.

Ademário do Rosário Azevedo (OAB 2926/AM)
Amanda de Souza Trindade Aizawa (OAB 5979/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Virgínia Vieira Fanali (OAB 5167/AM)
Andréa Pereira de Freitas (OAB 4845/AM)
Antonio Carlos Miranda Nogueira (OAB 10105/AM)
Benedito Evaldo de Lima (OAB 4821/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Caroline Pereira de Souza (OAB 9052/AM)
Caroline Retto Frota (OAB 4411/AM)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Clara Maria Lindoso e Lima (OAB 2602/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Clóvis Smith Frota Júnior (OAB 3626/AM)
Diogo Victor Brasil (OAB 9693/AM)
Dr. Fabio Martins Ribeiro (OAB 19295/DF)
Edson Soares de Carvalho (OAB 2555/AM)
Etã Pereira Castelo Branco (OAB 6550/AM)
Fabio Cardoso Batista (OAB 13445/AM)
Fábio Martins Ribeiro (OAB 449A/AM)
Francilene Dutra de Carvalho (OAB 6561/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Franklin Arthur Martinz Filho (OAB 20217/CE)
Gersica Barbosa da Cunha (OAB 14051/AM)
Helga Oliveira da Costa (OAB 8242/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Ike Kennedy Veiga da Silva (OAB 4519/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
Jose Ribamar Guilherme Correia (OAB 9637/AM)
José Roberto Gióia Alfaia (OAB 1746/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leon Fábio Silva Leal (OAB 8413/AM)
Leonardo de Borborema Blasch (OAB 2997/AM)
Lisieux Ribeiro Lima (OAB 4486/AM)
Luciana Araújo Paes (OAB 4678/AM)
Luciana Barroso de Freitas (OAB 5144/AM)
Luciane Barros de Souza (OAB 4789/AM)
Luiz Henrique Braz Júnior (OAB 4652/AM)
Luiz Maurício Oliveira Bastos (OAB 2620/AM)
Luzilena Gomes Mota (OAB 9991/AM)
Marcos Roberto Marinho Campos (OAB 4492/AM)
Maria Domingas Gomes Laranjeira (OAB 1239/AM)
Maria Suely Muniz da Silva (OAB 1474/AM)
Marita Santos de Oliveira Corrêa (OAB 5391/AM)
Marizete de Souza Caldas (OAB 6405/AM)
Marlon Lobo Souto Maior (OAB 6331/AM)
Mary Amélia Barros Muniz Tuma (OAB 4566/AM)
Micael Pinheiro Neves Silva (OAB 6088/AM)
Paulo Sérgio de Oliveira (OAB 8478/AM)
Pedro Paes da Costa (OAB 1347/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Silva Costa (OAB 5386/AM)
Rômulo Sarmento dos Reis (OAB 5435/AM)
Rosângela Galvão Oliveira (OAB 5630/AM)
Rosemary de Oliveira Guimaraes (OAB 5239/AM)
Sérgio Augusto Graça Cavalcante (OAB 4895/AM)
Suelen Guedes Barbosa Simonetti (OAB 6533/AM)
Suelen Pereira Teixeira Albuquerque (OAB 9699/AM)
Vitor Fabian Soares Cipriano (OAB 6019/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0188/2019

ADV: MIQUÉIAS MATIAS FERNANDES (OAB 1516/AM) - Processo 0208033-29.2008.8.04.0001 (001.08.208033-0) - Procedimento Comum Cível - Obrigações - EXECUTADA: Naime Elias Sadala Gomes - Autos nº:0208033-29.2008.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Exequente: Executado: Município de Manaus - Secretaria Municipal de Administração SEMAD Naime Elias Sadala Gomes DESPACHO Desarquivem-se os autos, sem a necessidade de pagamento de custas, por ser o exequente, Fazenda Pública. Intime-se o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir espontaneamente a sentença, conforme os requisitos previstos pelo artigo 513 da Lei 13.105/2015 - Código de Processo Civil. Havendo o pagamento, expeça-se o competente alvará. Decorrido o prazo sem a apresentação do adimplemento da sentença, prossiga-se com a execução, fixando a multa de 10% pelo não cumprimento da sentença no prazo instituído e, também, e de honorários advocatícios de 10%, tendo em vista a dicção que se extrai do art. 523 do CPC, com o devido bloqueio no BACENJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Caso haja inexistência de saldo positivo em conta bancária para fins de penhora eletrônica BECENJUD, proceda pesquisa no RENAJUD. Havendo bloqueio, dê-se vista ao executado para impugnação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 13 de setembro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM), ADV: ROSA DE OLIVEIRA GOMES (OAB 806/AM), ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM), ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM), ADV: CLEMENTE AUGUSTO GOMES (OAB 438/AM), ADV: AMANDA MARTINS VALENTE (OAB 2487/AM), ADV: JOSÉ ELDAIR DE SOUZA MARTINS (OAB 1822/AM) - Processo 0217523-75.2008.8.04.0001 (001.08.217523-4) - Reintegração / Manutenção de Posse - Posse - REQUERENTE: Associacao Amazonense do Ministerio Publico - REQUERIDO: J L N Materiais de Construcao Ltda - Mac - Empreendimentos Imobiliarios Ltda. - SENTENÇA Autos nº:0217523-75.2008.8.04.0001 ClasseReintegração / Manutenção de Posse Assunto:Posse Autor(a):Associacao Amazonense do Ministerio Publico Réu(s):J L N Materiais de Construcao Ltda e Mac - Empreendimentos Imobiliarios Ltda. Vistos etc. I.- Relata-se. Trata-se de ação de reintegração de posse ajuizada pela Associação Amazonense do Ministério Publico, assistida pelo Município de Manaus, em face do J L N Materiais de Construção Ltda e Mac - Empreendimentos Imobiliários Ltda., tendo as partes sido devidamente qualificadas na inicial. Aduz a parte autora que é legítima proprietária do imóvel localizado na Avenida Grande Circular, S/N, no Bairro Tarumã, com uma área de 6.030,30 m2, a qual lhe fora doada pelo Município de Manaus. No entanto, constatou que o imóvel havia sido invadido pela ré J L N Materiais de Construção Ltda, a qual estava realizando diversas obras no local. Diante do esbulho citado, ajuizou a presente ação, onde pugnou pela reintegração da posse do imóvel litigioso. Juntou documentos às fls. 11/40. O processo foi inicialmente distribuído à 6ª Vara Cível e de Acidentes de Trabalho. Citado, a ré J L N Materiais de Construção Ltda. apresentou contestação às fls. 46/49, tendo alegado que a parte autora jamais teve a posse do imóvel, uma vez que lhe fora outorgado o direito real de uso do imóvel, por meio de concessão do Município de Manaus (Lei n. 416, de 23/12/1997 - fls. 19), tendo esta caducado, posto que a condição resolutiva não foi cumprida pela autora tempestivamente. Por fim, pugnou pela declaração de improcedência do pedido autoral. Às fls. 57/61, foi apresentado pedido de ingresso na lide pela empresa MAC - Empreendimentos Imobiliários Ltda, como assistente da ré. Em sua petição, argumentou sobre a nulidade do ato de concessão, sendo, portanto, impossível o pedido autoral. Às fls. 105/106, o Município de Manaus apresentou pedido de ingresso na lide, como assistente da parte autora, alegando que o bem objeto da lide lhe pertencia. Decisão de fls. 108 declarou a incompetência do juízo para julgar o feito e determinou a remessa dos autos à uma das Varas da Fazenda Pública Municipal. Às fls. 542/549 foi proferida sentença de mérito, a qual julgou procedente o pedido autoral, bem como concedeu a antecipação de tutela à autora. Em análise recursal, foi proferido o acórdão, de fls. 810/821 que anulou a sentença proferida pelo reconhecimento de cerceamento de defesa, motivo pelo qual os autos retornaram a este juízo. Às fls. 913/917, a ré JLN Materiais de Construção LTDA se manifestou acerca dos documentos de fls. 235/237, bem como argumentou sobre a declaração de nulidade da sentença e consequentemente da decisão de antecipação da tutela. Assim, pugnou pela ordem judicial que autorizasse o restabelecimento da posse do imóvel litigioso em seu favor. Às fls. 1041/1042, foi determinada a realização de perícia técnica na documentação do bem, assim como no local objeto da lide. Laudo Pericial juntado às fls. 1097/1121. Manifestação da J L N Materiais de Construção Ltda e de sua assistente, respectivamente às fls. 1133 e 1134. Não houve a manifestação da parte autora ou de seu assistente, conforme disposto na certidão de fls. 1160. Despacho intimando as partes para apresentação de alegações finais, às fls. 1162. Alegações finais apresentadas pelas partes às fls. 1176/1183, 1189/1192 e 1193/1204. Não houve da parte autora. É o relatório II.- Fundamenta-se. Tem-se que a presente lide versa sobre imóvel localizado na Avenida Grande Circular, no Bairro Tarumã, com área de 6.030,30 m2, que havia sido supostamente doada pelo Prefeito de Manaus à Associação Amazonense do Ministério Público em dezembro de 1997 e que estaria sendo esbulhado pela empresa J L N Materiais de Construção Ltda. Originalmente, os presentes autos haviam sido sentenciados, com a declaração de procedência da ação e a concessão de antecipação de tutela em favor da parte autora. Não obstante, a sentença foi declarada nula, por cerceamento de defesa, tendo os autos retornado ao juízo de 1º grau para novo julgamento. Assim, visando evitar novas nulidades, determinou-se a intimação dos réus quanto aos documentos juntados pela parte autora, bem como a realização de perícia técnica no imóvel e nos registros públicos do mesmo, a fim de se verificar quem seria o verdadeiro proprietário do bem. Ao analisar a documentação acostada aos autos, observa-se que no ano de 1997, foi outorgado à parte autora, pelo Poder Público Municipal e por meio de lei (fls. 19), o direito real de uso do bem objeto da lide. Tal concessão possuía cláusula resolutiva, e que diante do descumprimento desta, seria nula, de pleno direito, a concessão efetuada. Veja-se o que dispunham os arts. 2° e 3°, caput e parágrafo único, a lei de concessão do direito real de uso: “Art. 2° A área de terras, identificada no art. 1°, é destinada à construção da sede campestre da Associação Amazonense do Ministério Público do Estado do Amazonas. Art. 3° A AAMP deverá iniciar a obra de que trata o artigo anterior, no prazo máximo de 2 (dois) anos, contados da publicação desta Lei. Parágrafo único - Na hipótese do não atendimento da finalidade da forma e prazo estipulados no caput deste artigo, ou sendo dada outra destinação ao bem, torna-se-á nula de pleno direito a presente concessão, independentemente de qualquer notificação judicial ou extrajudicial, revertendo o imóvel ao patrimônio municipal disponível do Município. Pela documentação juntada tanto pela autora, como pela parte ré, constata-se que não foi iniciada a construção da sede campestre da AAMP, no prazo designado pela concessão, e nem mesmo após o transcurso de 11 anos da publicação da sobredita lei. Assim, de rigor reconhecer a nulidade da concessão, pelo não implemento de condição resolutiva, uma vez que, verdadeiramente, não houve o cumprimento da condição pela associação autora. Ainda, necessário registrar que diante de tal nulidade, não teria a autora a posse do imóvel, porquanto jamais ocupou o bem, e nem a propriedade, na medida em que inexistente o direito real de uso. A nulidade foi inclusive reconhecida pelo Município de Manaus, o qual se manifestou às fls. 105/106, alegando interesse no feito em virtude de ser o bem litigioso pertencente ao seu patrimônio. Desse modo, pugnou pelo seu ingresso como assistente da parte autora. Com efeito, consoante as lições da doutrina pátria, as ações possessórias se prestam, exclusivamente a discutir a defesa da posse, seja ela pelo possuidor por meio de ação de sua manutenção ou de reintegração, não podendo sob nenhuma hipótese ser confundida com as ações petitórias, que tratam da propriedade e

do domínio. A propósito, colaciona-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre o tema: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO ESPECIAL EM AGRAVO REGIMENTAL. SUSPENSÃO DO EXPEDIENTE FORENSE. POSSIBILIDADE. AÇÃO POSSESSÓRIA. DISCUSSÃO ACERCA DO DOMÍNIO DO BEM. VIA INADEQUADA. SÚMULA N. 83/STJ. NÃO COMPROVAÇÃO DA POSSE. SÚMULA N. 7/STJ. [...]. 2. Nos termos da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a ação possessória não é a via adequada para discutir o domínio do bem objeto da controvérsia. [...]. 5. Agravo regimental desprovido. (STJ - AgRg no AREsp 705.821/DF, Rel. Min. JOÃO OTÁVIO DE NORONHA, 3ª TURMA, DJe 30/11/2015) Portanto, diante da demonstração da inexistência da posse, jamais poderia a demandante ter ajuizado a presente possessória, o que culminaria com a sua extinção sem resolução do mérito, pela inadequação da via eleita, na medida em que foi escolha da autora ajuizar uma ação possessória, sem que houvesse a comprovação da existência efetiva da posse. Apenas por esta razão, já deveria ser a presente ação extinta. Não obstante a situação acima destacada, em virtude da atividade probatória desempenhada, bem como observância ao principio da primazia do julgamento de mérito, será analisada a fundamentação de mérito da presente causa. Nesse passo, alegou a autora, no curso do processo, que, já em setembro de 2011 (data esta posterior ao ajuizamento da ação e do reconhecimento pela municipalidade da nulidade da concessão), houve a expedição de termo de concessão de direito real de uso, firmado entre a parte autora e o Município de Manaus (fls. 253/254), outorgando novamente o direito real de uso do bem à demandante. Outrossim, argumentou que, a área em questão, se refere à parte do imóvel de matrícula n. 919, registrado junto ao Cartório do 3º Oficio de Registro de Imóveis desta comarca, sendo assim de propriedade do Município de Manaus. Além disso, sustentou que o contrato de compra e venda apresentado pela parte ré diz respeito às matrículas 11.838, 26.010 e 36.530 (esta última seria proveniente de desmembramento da matrícula 26.010) e que tais matrículas estariam sobrepostas à matrícula de n. 919. Diante da dúvida suscitada nos autos, foi determinada a realização de perícia técnica no imóvel, bem como nas matrículas em discussão. A perícia foi devidamente realizada, constando o laudo técnico às fls. 1098/1121. Por este, tem-se que o expert chegou a conclusão de que o imóvel seria parte de um todo maior (matrícula 14.645), que pertencia a SHAM e que fora legalmente alienado à empresa MAC Empreendimentos Imobiliários LTDA, a qual, posteriormente o desmembrou (formando a matrícula n. 36.530) e o vendeu à empresa JLN Materiais de Construção LTDA, sendo esta a atual proprietária. Desse modo, o perito esclareceu que mesmo tendo ciência disso, porque havia a discussão acerca da matrícula n. 919, no bojo do processo n. 001.04.049973-2, o Município de Manaus outorgou a Concessão de Direito Real de Uso do imóvel para a Associação Amazonense do Ministério Público, de bem que não lhe pertencia. Além disso, também não foi verificada pelo perito a existência de sobreposição de matrículas, alegada pela autora, não havendo sequer um documento que comprove a origem da matrícula n. 919, registrada junto ao 3º Ofício de Registro de Imóveis. Registra-se, ainda, que o termo de concessão de direito real de uso, fornecido no ano de 2011, não faz menção a qualquer título de domínio que pudesse ensejar a concessão do imóvel. Veja-se, portanto, que as provas constante nos autos demonstram que o imóvel em questão é legalmente de propriedade da empresa J L N Materiais de Construção Ltda, de tal sorte que não poderia ser reconhecido o direito pleiteado na inicial, porquanto inexistente a prova da posse ou da propriedade pela parte autora e pelo seu assistente, sendo também nula a concessão de direito real de uso fornecida pelo termo de fls. 253/254. III.- Decide-se Diante de todo o exposto, JULGA-SE IMPROCEDENTE a presente ação pelos termos da fundamentação. Por consequência, extingue-se o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Declara-se a nulidade da antecipação de tutela deferida nestes autos, devendo ser revertida a mesma, com o retorno da situação ao status quo, qual seja, o restabelecimento da posse do imóvel objeto da lide em face da empresa J L N Materiais de Construção Ltda. Dessa forma, expeça-se imediatamente mandado de reintegração de posse em favor do réu J L N Materiais de Construção Ltda. Por fim, condena-se a parte autora ao pagamento de custas e honorários advocatícios, fixados em R$3.000,00 (três mil reais), nos termos do art. 85, §8.°, do Código de Processo Civil, por ter a ação baixo valor. A atualização destes deve ser feita com a aplicação dos seguintes índices: juros de 1% ao mês, a partir do trânsito em julgado e correção monetária pelo IPCA-e, a partir do arbitramento. Sentença não sujeita ao reexame necessário, nos moldes do art. 496, §3°,II, do Código Processual Civil. Na hipótese de interposição de recurso de apelação, por não haver juízo de admissibilidade a ser exercido pelo juízo a quo (art. 1.010, CPC), sem nova conclusão, intime-se a parte contrária para oferecer resposta no prazo de 15 dias. Havendo recurso adesivo, também deve ser intimada a parte contrária para oferecer contrarrazões. Após, remetam-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do juízo, para apreciação do recurso. Após o trânsito em julgado, não havendo requerimento de cumprimento de sentença, arquivem-se os autos com as cautelas de praxe. Dê-se ciência ao Ministério Público da presente decisão. Intimem-se. Publique-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de outubro de 2019. Juiz Paulo Fernando de Britto Feitoza

Amanda Martins Valente (OAB 2487/AM)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Clemente Augusto Gomes (OAB 438/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)
José Eldair de Souza Martins (OAB 1822/AM)
Miquéias Matias Fernandes (OAB 1516/AM)
Rosa de Oliveira Gomes (OAB 806/AM)

5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0182/2019

ADV: ANTÔNIO DUARTE DE OLIVEIRA FILHO (OAB 2316/AM), ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM), ADV: MÁRCIO LOBÃO SILVA (OAB 8661/AM) - Processo 0201448-48.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0012119-19.1993.8.04.0012) (processo principal 0012119-19.1993.8.04.0012) - Embargos à Execução - Adicional de Periculosidade - EMBARGADO: José Rodrigues dos Santos e outros - Considerando o teor da certidão de fl. 900, determino a intimação do Município de Manaus para, no prazo de 10 dias, informar se possui o CPF dos Embargantes em banco de dados funcional, haja vista que estes eram, à época da propositura da ação, servidores municipais e, caso positivo, que peticione indicando o CPF de cada um dos 142 interessados. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: GRACO DINIZ FREGAPANI (OAB 2357/AM), ADV: FABIAN ASSIS BENOLIEL DA SILVA (OAB 7284/AM), ADV: ADEMAR LINS VITÓRIO FILHO (OAB 5269/AM), ADV: ADALBERTO DE ASSIS NAZARÉ SOBRINHO (OAB 2953/AM), ADV: LARISSA RODRIGUES CAVALCANTE DE MENEZES (OAB 5478/AM), ADV: GILVAN SIMÕES PIRES DA MOTTA (OAB 1662/AM) - Processo 0204826-22.2008.8.04.0001 (001.08.204826-7) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Enriquecimento ilícito - REQUERIDA: Rosaline Pinheiro de Lima Muelas - João das Chagas Gomes da Silva - Daniel Diniz Fregapani - Humberto de Oliveira Reis - Alan Leite Braga e outros - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerente, 13.ª Promotoria de Justiça - Patrimônio Público, às fls. 2.136/2.146. Intimo os Requeridos, Rosaline Pinheiro de Lima Muelas, Valsuí Cláudio Martins, Leopoldina de Araujo Folhadela, João das Chagas Gomes da Silva, Marleide Patricio da Silva, Daniel Diniz Fregapani, Luiz Almir Brandão Francisco Soares, Humberto de Oliveira Reis e Alan Leite Braga, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: JOSINETE SOUSA LAMARÃO (OAB 6429/AM), ADV: ANTÔNIO DAS CHAGAS FERREIRA BATISTA (OAB 4177/AM), ADV: ANA PAULA DE FREITAS LOPES (OAB 7495/AM), ADV: ALCIDES MARTINS DE OLIVEIRA NETO (OAB 7306/AM), ADV: PATRÍCIA GOMES DE ABREU (OAB 4447/AM) - Processo 0205730-03.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: Darlisson Lima da Costa - Intimem-se as partes do retorno dos autos. Em nada requerendo no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RAIMUNDO MÁRIO BELCHIOR DE ANDRADE (OAB 1775/AM) - Processo 0218335-83.2009.8.04.0001 (001.09.218335-3) - Embargos à Execução - Efeito Suspensivo / Impugnação / Embargos à Execução - EMBARGADA: Rosa Maria Calderaro de Souza e outro - Considerando a petição à fl. 873, intime-se a Embargada, pessoalmente, para que constitua novo advogado, no prazo de 30 (trinta) dias. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0223629-82.2010.8.04.0001 (001.10.223629-2) - Cumprimento de sentença - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - RECLAMANTE: Henrique Marinho - Desta forma, remetam-se os autos à Contadoria para retificação/explanação acerca dos cálculos de fl. 599. INDEFIRO a petição de fl. 606, haja vista que o Exequente limitou-se a afirmar que os cálculos da contadoria estava em desacordo com a decisão interlocutória, no entanto, sem sequer indicar qual seria o equívoco. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: LAURA MARIA SANTIAGO LUCAS (OAB 4872/AM), ADV: DANIEL PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 5055/AM), ADV: EDUARDO ALEXANDRE GUEDES CIDADE (OAB 7179/AM), ADV: NICOLLE SOUZA DA SILVA SCARAMUZZINI TORRES (OAB 679A/AM), ADV: ADROALDO ALEXANDRE ARRUDA DA SILVA (OAB 5483/AM), ADV: WALLESTEIN MONTEIRO DE SOUZA (OAB 4907/AM) - Processo 0228520-49.2010.8.04.0001 (001.10.228520-0) - Ação Civil de Improbidade Administrativa - Dano ao Erário - REQUERIDO: Manuel Mauro de Souza Arruda - George Nascimento Codá dos Santos - Alessandra de Jesus Lopes - Getulião Francisco Saraiva - Raimundo Nonato Torres Valente - Radier Prestadora de Serviços, Comércio e Construções Ltda - Gilson de Oliveira Passos Júnior - Francisco Olavo Lopes Vieira e outros - Tendo em vista a certidão às fls. 10.100/10.101, decorrido o prazo sem que o Réu Eduardo Benes Gama Barra tenha apresentado contestação, decreto a sua revelia. Nomeio como curador especial o Defensor Público com assento neste Juízo, o qual deverá ser intimado para apresentar contestação. À Secretaria para cumprir o determinado no art. 254 do CPC. No que tange ao Réu Gilson de Oliveira Passos Júnior, vejo que este já compareceu espontaneamente aos autos (fl. 9967), o que supre a necessidade de citação (art. 239, §1º do CPC), todavia, a petição não está acompanhada do instrumento de procuração. Desta forma, intime-se o causídico para, no prazo de 15 (quinze dias), juntar a procuração nos autos. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CÍCERO BARBOSA DOS SANTOS (OAB 202062/SP) - Processo 0234484-08.2019.8.04.0001 (processo principal 0229477-16.2011.8.04.0001) - Cumprimento Provisório de Sentença - Pagamento - REQUERENTE: Ticket Servicos S/A - Dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: LOUISE MARTINEZ ALMEIDA CHAVES (OAB 5561/AM), ADV: KENNY MARCEL OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 7202/AM) - Processo 0235423-66.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Rescisão - REQUERENTE: Marcelo Alves Ferreira - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: SUELLEN AKIKO KOHASHI DA COSTA (OAB 9879/AM), ADV: DANIELLE KOHASHI DA COSTA (OAB 10059/AM) - Processo 0600136-64.2017.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: Zenaide Rodrigues de Matos - Nos termos da Ordem de Serviço nº 01/2012 e do disposto no art. 152, VI, do NCPC, vista ao Autor para se manifestar sobre a contestação no prazo de 15 (quinze) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019. Marco Antonio Teixeira da Silva Diretor de Secretaria, em exercício

ADV: PAULO MARCOS BASTOS SAMPAIO (OAB 8878/AM) - Processo 0601162-68.2015.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: EDUARDO JORGE SANT'ANA HONORATO - R.Hoje. Intime-se o Executado - Município de Manaus para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0617558-52.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: João da Silva Contreira - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: JAQUELINE VEIGA PAIXÃO (OAB 5163/AM) - Processo 0618943-69.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Liminar - REQUERENTE: VASCONCELOS E SANTOS LTDA. EPP - Intime-se o Autor para se manifestar acerca do noticiado em petição de fls.1922/1924, providenciando a devida representação. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0619508-96.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jefeson Souza da Silva - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: SÉRGIO DE LIMA (OAB 201A/AM), ADV: ELISANDRA ANJOS DOS REIS (OAB 9575/AM), ADV: JOSA PAULA ALVES FURTADO (OAB 7811/AM) - Processo 0620992-54.2014.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: MARCIA DANIELLA DE SOUZA DOS SANTOS - Remetam-se os autos à Contadoria para refazimento dos cálculos de fl. 401, apenas para alteração no percentual de honorários advocatícios, haja vista que estes foram majorados para 12% no acórdão (fl. 267). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CAMILA MARCONDES CALIMAN (OAB 287809/SP), ADV: PIERO HERVATIN DA SILVA (OAB 248291/SP), ADV: EMILIO ALFREDO RIGAMONTI (OAB 78966/SP), ADV: RENATA RITA VOLCOV (OAB 274717/SP), ADV: ARIANA DA SILVA FÉLIX (OAB 8501/AM) - Processo 0621267-37.2013.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: CONVIDA ALIMENTAÇÃO LTDA - R.Hoje. Em face do alegado às fls.5.294/5.296, intime-se o Município de Manaus, para manifestar-se. Cumpra-se. Intime-se

ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0624851-05.2019.8.04.0001 - Mandado de Segurança Cível - Habilitação / Registro Cadastral / Julgamento / Homologação - REQUERENTE: Francisco Chagas Lima Filho - Diante do exposto, confirmo a liminar concedida às fls. 65-68, e CONCEDO PARCIALMENTE A SEGURANÇA, nos termos da fundamentação. Sem honorários advocatícios art. 25 da Lei 12.016/09. Custas processuais pelo Impetrado, na forma da Lei. Em obediência ao disposto no art. 13, da Lei 12.016/09, comunique-se, por ofício, à autoridade Impetrada, o teor desta decisão. P.R.I. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS RUI PESSOA REIS AGUIAR (OAB 11441/AM), ADV: PEDRO DE ARAÚJO RIBEIRO (OAB 6935/AM), ADV: FELIPE ANDRADE MONTEIRO (OAB 9954/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM) - Processo 0625307-57.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Equilíbrio Financeiro - REQUERENTE: Gustamais Indústria e Comércio Varejista Ltda. - Ao Impugnado para no prazo de 15 (quinze) dias falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença (fls. 270-275). À Secretaria para corrigir a classe da ação no cadastro processual. Intime-se. Manaus, 09 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: EVELYN CAMPELO LOUREIRO (OAB 5298/AM), ADV: MÔNICA ANTONY DE QUEIROZ MELO (OAB 2043/AM) - Processo 0625485-69.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Nulidade - REQUERENTE: Francisco de Nazaré Santos Cavalcante - R.Hoje. Intime-se o Executado - Superintendência Municipal de Transportes Urbanos - SMTU para, no prazo do art. 535 do CPC, impugnar o cumprimento de sentença. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0627348-89.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização Trabalhista - REQUERENTE: Graziane dos Santos Souza - Autos nº:0627348-89.2019.8.04.0001 Classe:Procedimento Comum Cível Requerente:Graziane dos Santos Souza Requerido:Município de Manaus DECISÃO O processo está em ordem e as partes devidamente representadas. Não há irregularidades a suprir, nem nulidades a sanar. Por essa razão, intimem-se as partes para querendo apresentarem provas úteis ao deslinde do processo. Em não o fazendo, o processo será julgado antecipado, nos termos do artigo 355, inciso I , do Código de Processo Civil. Intimem-se. Manaus, 09 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FRANCISCO CHARLES CUNHA GARCIA JÚNIOR (OAB 4563/AM), ADV: JULIANA CHAVES COIMBRA GARCIA (OAB 4040/AM) - Processo 0627649-41.2016.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Juliana Chaves Coimbra Garcia - Com a concordância dos cálculos pelo Município às fls.203. Prossiga-se com a expedição do RPV. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0635915-80.2017.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Francisco Pereira dos Santos - Em tempo, expeça-se o competente Alvará. Cumpra-se. Intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: MARCOS CIRINO SERRA (OAB 5843/AM) - Processo 0636923-29.2016.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leonardo José Ramos Fernandes - Analisando os autos, percebo que há controvérsia quanto ao valor da indenização devida ao Exequente. Às fls. 354/55, consta petição do requerente pleiteando o cumprimento do acórdão que reformou a sentença de fls. 258/262 e, via de consequência, declarou todos os pedidos da exordial como procedentes logo, entende fazer jus ao pagamento de R$ 136.000,00, devidamente atualizados, a título de indenização por danos materiais, bem como indenização por danos morais, conforme fora requerido na exordial. Entretanto, às fls. 357/361, consta manifestação do Requerido, onde o mesmo impugna o valor pleiteado pelo autor em sede de cumprimento de sentença, vez que entende que o valor devido como danos materiais é de R$ 23.078,39. Pois bem. Conforme o acórdão de fls. 327/331, onde a sentença de 1º grau fora reformada, todo os pedidos da petição inicial foram declarados procedentes, de forma que, em uma análise lógica, faz o autor jus à percepção de R$136.000,0 a título de indenização por danos materiais. Explica-se. Às fls. 33/35, constam três orçamentos diferentes, todos anexados pelo autor, porém, tais documentos não foram impugnados pelo requerido quando apresentou a peça contestátoria e, tampouco apresentou novo orçamento à época, limitando-se a fazer uma impugnação genérica afirmando que os valores estavam "vultosos", sem fornecer elementos para tal conclusão. Desta forma, não cabe ao IMPLURB impugnar o valor da indenização nesta fase, vez que já houve o julgamento de mérito e fora decidido pelo deferimento do valor apresentado na exordial, bem como por já ser matéria preclusa. Ademais, não seria razoável este Juízo acolher um orçamento que fora elaborado de forma totalmente unilateral pela parte requerida, que apresentou uma diferença exorbitante do valor anteriormente concedido ao autor. Desta forma, deixo de acolher o pedido constante na petição de fls. 357/361, haja vista que o valor de R$ 136.000,00 já fora deferido em sede de 2º grau ao Autor. Passando à análise do pedido de indenização por danos morais, percebo que o requerente, desde a peça vestibular, pleiteou a condenação do requerido ao pagamento da referida indenização nos seguintes termos: "que a título de danos morais, este r. Julgador analise a extensão do dano e consequentemente dosemetria do valor a ser reparado pelo requerido(...)". Porém, saliento que tal pedido é inepto desde o início do feito, haja vista que o Autor não indicou o valor que entendia devido a título de danos morais na petição inicial. O acórdão exequendo reconheceu o direito ao Autor, todavia, também não indicou o valor devido, não tendo o Exequente embargado a decisão. Portanto, não cabe a este Juízo, nesta fase de cumprimento de sentença, fixar o valor devido como danos morais, o que é matéria a ser decidida na fase de conhecimento. Portanto, INDEFIRO a petição de fls. 357-361, fixando como quantia bruta devida o valor de R$136.000,00. Ao Executado para, no prazo legal, impugnar a execução, a qual deve se limitar aos parâmetros de cálculo. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: MARCELO ALMEIDA DE OLIVEIRA (OAB 10004/AM), ADV: JULIANE SCHMITZ BEZERRA (OAB 7873/AM) - Processo 0637899-31.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Pública - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Jbv Serviços de Buffet Ltda - Recebo os presentes Embargos à Execução. Intime-se o(a) Embargado(a) para responder no prazo legal. Cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: JOSIANE GOMES RIBEIRO (OAB 11854/AM) - Processo 0638964-95.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Edmilson Gonçalves de Lima - Intimem-se as partes do retorno dos autos. Em nada requerendo no prazo de 10 (dez) dias, arquivem-se os autos. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LEIDY DAIANA SOUTELO BATISTA (OAB 9413/AM) - Processo 0640237-75.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Diego Emerson Mendes dos Santos - Decisão. Diante do exposto, nos termos da fundamentação, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido, DETERMINANDO a reforma do Requerente por invalidez na mesma graduação, mas com os cálculos dos proventos de acordo com a classe superior de acordo com o art. 98, § 1° da Lei 1.154/75, conforme 98 da Lei Estadual n° 1.502/81, na forma da lei, a ser efetivado no prazo máximo de 30 (trinta) dias, sob pena de multa diária no valor de R$2.000,00 (dois mil reais) até o limite de 60 dias/multa. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a AMAZONPREV a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Citem-se os Requeridos para contestarem a ação no prazo legal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: FABIANA OLIVEIRA BARROSO (OAB 13257/AM) - Processo 0640365-95.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Agatha Cristina Gonçalves Paes - Inicialmente, em análise sumária, vislumbro a aparente ilegitimidade passiva do Município de Manaus para compor o pólo passivo da lide, haja vista em nada ter o Ente relação com os fatos narrados na inicial, sendo a Manauscult Fundação com personalidade jurídica própria, já elencada como Requerida. Ademais, vejo a possibilidade de ilegitimidade passiva também da própria Manauscult, posto que, conforme já relatado na petição inicial, a Requerida já retirou as fotos da Autora do sítio eletrônico, conforme fl. 15 dos autos. Desta forma, dê-se vista à Autora para manifestação, em observância ao art. 9º do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0641876-31.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Revogação/Concessão de Licença Ambiental - REQUERENTE: Gisele Cunegundes Mendes e Cia Ltda - Ao Autor para, no prazo legal completar a petição inicial indicando sua opção pela realização ou não da audiência preliminar a que alude o art. 319, VII do CPC, sob pena de indeferimento (art. 321, parág. único, do CPC). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0642086-82.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Antemar Duarte Reis Filho - Intime-se o Autor para, querendo, apresentar réplica. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: LUANA ANDRADE MELO (OAB 12282/AM) - Processo 0646557-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Fatima Lima da Silva Barros - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pela Autora, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Diante da inexistência de centro judiciário de solução consensual de conflitos capaz de atender as demandas propostas nesta Especializada, a audiência a que alude o art. 334 do CPC será realizada neste juízo. À Secretaria para designar data para realização da audiência de conciliação. Citem-se os Requeridos, advertindo ainda as partes que o seu não comparecimento injustificado será considerado ato atentatório à dignidade da justiça, sujeito à sanção do art. 334, §8º, do CPC. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 09 de outubro de 2019 Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: RICARDO CRUZ DA SILVA (OAB 2628/AM) - Processo 0648429-94.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliete Augusto da Silva - Tendo em vista a implantação Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal, promovida pela LC nº 178/17, e estando a presente ação dentre aquelas de competência de tal juízo especializado, declino da minha competência. Redistribuam-se os autos para a Vara do Juizado da Fazenda Pública Estadual e Municipal. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0648485-64.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Sebastiana da Silva Xavier - Ao Autor para no prazo de 15 (quinze) dias falar sobre a impugnação ao cumprimento de sentença (fls.93/97). Intime-se. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOSANA PESSOA DE ANDRADE MUNDSTOCK (OAB 8071/AM) - Processo 0652134-03.2019.8.04.0001 - Execução de Título Extajudicial contra a Fazenda Pública - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Y. A. Empreendimentos e Participações Ltda - Corrijo, de ofício, o valor da causa para R$1.149.408,59, referente ao débito exequendo atualizado (fl. 22). Ao Autor para proceder ao recolhimento das custas complementares (art. 292, §3º do CPC). Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0652327-52.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Nomeação - REQUERENTE: Isaac Átila Bezerra Barbosa - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 215/245. Intimo o Requerente, Isaac Átila Bezerra Barbosa, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0654102-05.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento - REQUERENTE: Evandro Bernardo de Souza - CERTIFICO a tempestividade do recurso de apelação interposto pelo Requerido, Estado do Amazonas, às fls. 71/87. Intimo o Requerente, Evandro Bernardo de Souza, para no prazo legal, apresentar contrarrazões. Decorrido o prazo, ao Tribunal de Justiça, para julgamento do recurso. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0654671-69.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Licença-Prêmio - REQUERENTE: Edvaldo Lopes de Souza - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0656061-74.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Férias - REQUERENTE: Eleucino Pereira da Silva - Defiro o pedido de gratuidade da justiça formulado pelo Autor, nos termos do art. 98 e seguintes do CPC. Deixo de pautar a audiência de conciliação a que alude o art. 334 do CPC/15, em homenagem ao princípio da celeridade processual, em razão de não se ter notícia da existência de lei ou ato normativo estadual que autorize a PGE a transigir em juízo o que, por consequência, acaba por inadmitir a autocomposição (art. 334, II, CPC/15). Cite-se o Requerido para contestar a ação no prazo legal. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ FERNANDES NETO (OAB 8257/AM) - Processo 0659342-72.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Recondução - REQUERENTE: Pryscila Rodrigues Medanha - Defiro o requerido expeça-se ofício para a CEF realizar a transferência do valor depositado para a conta indicada. Intime-se. Manaus, 10 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juiz de Direito

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM), ADV: DEIZE DA SILVA VASCONCELOS (OAB 3058/AM), ADV: ANTÔNIA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 3059/AM) - Processo 0717474-35.2012.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Roosy Ney Menezes da Silveira - Recebo os Embargos de Declaração no efeito infringente. Intime-se a Embargada para responder aos termos dos Embargos, no prazo legal. Manaus, 09 de outubro de 2019. Cezar Luiz Bandiera Juíz de Direito

Adalberto de Assis Nazaré Sobrinho (OAB 2953/AM)
Ademar Lins Vitório Filho (OAB 5269/AM)
Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Adroaldo Alexandre Arruda da Silva (OAB 5483/AM)
Alcides Martins de Oliveira Neto (OAB 7306/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Paula de Freitas Lopes (OAB 7495/AM)
Antônia Andrade de Queiroz (OAB 3059/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio das Chagas Ferreira Batista (OAB 4177/AM)
Antônio Duarte de Oliveira Filho (OAB 2316/AM)
Ariana da Silva Félix (OAB 8501/AM)
Camila Marcondes Caliman (OAB 287809/SP)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cícero Barbosa dos Santos (OAB 202062/SP)
Daniel Pereira da Silva Neto (OAB 5055/AM)
Danielle Kohashi da Costa (OAB 10059/AM)
Deize da Silva Vasconcelos (OAB 3058/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Douglas Rui Pessoa Reis Aguiar (OAB 11441/AM)
Eduardo Alexandre Guedes Cidade (OAB 7179/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Elisandra Anjos dos Reis (OAB 9575/AM)
Emilio Alfredo Rigamonti (OAB 78966/SP)
Evelyn Campelo Loureiro (OAB 5298/AM)
Fabian Assis Benoliel da Silva (OAB 7284/AM)
Fabiana Oliveira Barroso (OAB 13257/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Felipe Andrade Monteiro (OAB 9954/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Francisco Charles Cunha Garcia Júnior (OAB 4563/AM)
Gilvan Simões Pires da Motta (OAB 1662/AM)
Graco Diniz Fregapani (OAB 2357/AM)
Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Jaqueline Veiga Paixão (OAB 5163/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
Josa Paula Alves Furtado (OAB 7811/AM)
Josana Pessoa de Andrade Mundstock (OAB 8071/AM)
José Fernandes Neto (OAB 8257/AM)
Josiane Gomes Ribeiro (OAB 11854/AM)
Josinete Sousa Lamarão (OAB 6429/AM)
Juliana Chaves Coimbra Garcia (OAB 4040/AM)
Juliane Schmitz Bezerra (OAB 7873/AM)
Kenny Marcel Oliveira dos Santos (OAB 7202/AM)
Larissa Rodrigues Cavalcante de Menezes (OAB 5478/AM)
Laura Maria Santiago Lucas (OAB 4872/AM)
Leidy Daiana Soutelo Batista (OAB 9413/AM)
Louise Martinez Almeida Chaves (OAB 5561/AM)
Luana Andrade Melo (OAB 12282/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)

Marcelo Almeida de Oliveira (OAB 10004/AM)
Márcio Lobão Silva (OAB 8661/AM)
Marcos Cirino Serra (OAB 5843/AM)
Mônica Antony de Queiroz Melo (OAB 2043/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nicolle Souza da Silva Scaramuzzini Torres (OAB 679A/AM)
Patrícia Gomes de Abreu (OAB 4447/AM)
Paulo Marcos Bastos Sampaio (OAB 8878/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Pedro de Araújo Ribeiro (OAB 6935/AM)
Piero Hervatin da Silva (OAB 248291/SP)
Raimundo Mário Belchior de Andrade (OAB 1775/AM)
RENATA RITA VOLCOV (OAB 274717/SP)
Ricardo Cruz da Silva (OAB 2628/AM)
Sérgio de Lima (OAB 201A/AM)
Suellen Akiko Kohashi da Costa (OAB 9879/AM)
Wallestein Monteiro de Souza (OAB 4907/AM)

2ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0407/2019

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0222860-64.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - DENUNCIADO: Marcos Rogério Ribeiro Fonseca - Marcos Rogério Ribeiro Fonseca foi denunciado por suposta prática do delito previsto no art. . 171, caput, do Código Penal e art. 7º, VII, da Lei n. 8.137/90. Durante o curso da presente ação penal, o réu veio a falecer, sendo seu óbito comprovado através da competente certidão às fls. 277 destes autos. Diante do exposto e atendidas as formalidades do art. 62 do Código de Processo Penal, declaro extinta a punibilidade do réu, pela sua morte, o que faço com fundamento no art. 107, inciso I, da Lei Substantiva Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: CLEUVIS COSTA DOS SANTOS (OAB 13640/AM) - Processo 0243514-72.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Marcos Rogério Ribeiro Fonseca - Marcos Rogério Ribeiro Fonseca foi denunciado por suposta prática do delito previsto no art. . 171, caput, do Código Penal e art. 7º, VII, da Lei n. 8.137/90. Durante o curso da presente ação penal, o réu veio a falecer, sendo seu óbito comprovado através da competente certidão às fls. 99 destes autos. Diante do exposto e atendidas as formalidades do art. 62 do Código de Processo Penal, declaro extinta a punibilidade do réu, pela sua morte, o que faço com fundamento no art. 107, inciso I, da Lei Substantiva Penal. Publique-se, registre-se, intimem-se e arquivem-se.

ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0624572-87.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Wellington da Silva Torres e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE AUDIÊNCIA Processo: 0624572-87.2017.8.04.0001 A Excelentíssima Senhora Doutora Suzi Irlanda Araújo Granja da Silva, Juíza de Direito da 2.ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, o(a) Dr (a). 13110/AM - Benedito de Oliveira Costa, acerca da audiência de instrução e julgamento a ser realizada no dia 25/11/2019 às 09:30h, concernente ao Processo nº 0624572-87.2017.8.04.0001, onde figura como Réu Wellington da Silva Torres, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial ao patrono do Réu, acima mencionado, expede-se o presente, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico - DJE. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15/10/2019. Eu, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria em substituição, o Digitei e assino.

ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM), ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: GEYSA CAROLINE DE SOUZA MACHADO (OAB 6149/AM), ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM), ADV: DAVI RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 8550/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: JOELMA TAKEDA DE MORAES (OAB 8432/AM), ADV: FLAVIA YONARA ANDREOLA DA SILVA (OAB 13811/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM), ADV: AMANDA GUIMARÃES PRAIA (OAB 10761/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: THAYS STEFANY SOUZA DA SILVA (OAB 12289/AM), ADV: NATHÁLIA PIMENTEL BIONE DE SOUZA (OAB 8027/AM), ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM), ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ANDRÉIA COSTA FERNANDES (OAB 11155/AM), ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM), ADV: RAPHAEL COELHO DA SILVA (OAB 7998/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: MICHEL ALEX DA CUNHA ALVES MAIA (OAB 9543/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO NUNES FEIJÓ FLORÊNCIO (OAB 6541/AM), ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: JOÃO BOSCO LOPES MAIA JÚNIOR (OAB 8107/AM), ADV: JERÔNIMO PEREIRA DA SILVA NETO (OAB 9509/AM) - Processo 0637494-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Augusto Carlos Carneiro Assunção - Trata-se de Ação Penal movida pelo Ministério Público do Estado do Amazonas em face de Augusto Carlos Carneiro Assunção já qualificado nos autos, pela prática do delito tipificado no art. 157, §2º, II do Código Penal. Narra a denúncia que: “No dia 18 de Julho de 2019, por 13h20, no interior do coletivo da linha 016, AUGUSTO CARLOS CARNEIRO ASSUNÇÃO e uma pessoa desconhecida, dolosa, conscientemente e em comunhão de vontades, anunciaram o assalto e subtraíram a renda diária do ônibus no valor de R$ 270, 00 (duzentos e setenta reais). Logo em seguida empreenderam fuga. Ocorre que uma das vítimas conseguiu sair do coletivo antes do término do assalto e acionou a polícia. Nesse momento, o autor desconhecido conseguiu evadir-se correndo com a renda diária do coletivo, enquanto o denunciado foi detido pelos passageiros. O denunciado foi preso em flagrante e conduzido à delegacia, onde confessou o delito, nos moldes ora narrados, bem como foi reconhecido pela vítima como sendo o autor do roubo, conforme Auto de Reconhecimento de Pessoa de fls. 7 e 9. Foram apreendidos junto ao denunciado uma faca de cabo branco, um simulacro de arma de fogo e a quantia de R$ 107,00 (cento e sete reais), conforme autos de Exibição e Apreensão de fls. 3.” Recebida a denúncia (fls. 36-37), o acusado foi regularmente citado. Após a apresentação de Defesa Prévia (fls. 48-49) e, inexistindo quaisquer das hipóteses de absolvição sumária, foi pautada audiência de instrução e julgamento. Realizada Audiência de Instrução e Julgamento, quando foram colhidos os depoimentos das testemunhas e da vítima, bem como o interrogatório do acusado, foi determinada a abertura de prazo para apresentação das Alegações Finais. Em suas Alegações Finais, o Ministério Público pugnou pela procedência dos pedidos formulados na denúncia, e consequente condenação do réu nos termos narrados na inicial acusatória. A defesa de Augusto Carlos Carneiro Assunção requereu a fixação da pena base no mínimo legal; o reconhecimento da atenuante da confissão; e demais pedidos subsidiários. Vieram-me os autos conclusos. É o relatório. Decido. Compulsando os autos, verifico que é atribuído ao acusado a prática do delito de roubo majorado pelo concurso de pessoas, ocorrido no dia. Trata-se de crime material que depende de resultado naturalístico que se consubstancia com a efetiva inversão da posse do bem da esfera patrimonial da vítima para do autor do delito, mediante grave ameaça, violência a pessoa, ou depois de havê-la, reduzido à impossibilidade de resistência, independendo da posse mansa e pacífica da res furtiva. Ressalto ainda que, desnecessário que o objeto saia da vigilância da vítima para sua

configuração. Nesse sentido: RECURSO ESPECIAL. PROCESSAMENTO SOB O RITO DO ART. 543-C DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. RECURSO REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. ROUBO. MOMENTO CONSUMATIVO. POSSE MANSA E PACÍFICA DA RES FURTIVA. DESNECESSIDADE. RECURSO PROVIDO. 1. Recurso Especial processado sob o regime previsto no art. 543-C, § 2º, do CPC, c/c o art. 3º do CPP, e na Resolução n. 8/2008 do STJ. TESE: Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem, mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida a perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada. 2. A jurisprudência pacífica desta Corte Superior e do Supremo Tribunal Federal é de que o crime de roubo se consuma no momento em que o agente se torna possuidor da coisa subtraída, mediante violência ou grave ameaça, ainda que haja imediata perseguição e prisão, sendo prescindível que o objeto subtraído saia da esfera de vigilância da vítima. Jurisprudência do STF (evolução). (REsp 1499050/RJ, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 14/10/2015, DJe 09/11/2015) Ementa: Recurso ordinário em habeas corpus. Roubo majorado pelo concurso de pessoas e pelo emprego de arma de fogo. Pedido de anulação de condenação transitada em julgado. 2. A jurisprudência do Supremo Tribunal Federal é firme no sentido de que a posse mansa e pacífica da coisa subtraída não é necessária para a consumação do delito de roubo. (RHC 118627, Relator(a): Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 04/02/2014, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-048 DIVULG 11-03-2014 PUBLIC 12-03-2014) Da mesma forma, irrelevante se o bem foi restituído a vítima, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal. Ementa: Penal e Processual Penal. Habeas Corpus substitutivo de revisão criminal. Roubo majorado pelo emprego de arma de fogo e concurso de pessoas. Reconhecimento da tentativa. Inadequação da via eleita. 2. O acórdão impugnado está em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, no sentido de que "tem-se por consumado o crime de roubo quando, cessada a clandestinidade ou a violência, o agente tenha tido a posse da coisa subtraída, ainda que retomada logo em seguida". (HC 95174, Relator(a): Min. EROS GRAU, Segunda Turma, julgado em 09/12/2008). 3. As peças que instruem o processo não evidenciam nenhuma teratologia, ilegalidade flagrante ou abuso de poder que justifique a concessão da ordem de ofício. No caso, ainda que por um curto espaço de tempo, deu-se a posse da coisa subtraída, apesar de restituída à vítima, logo em seguida. 4. Habeas corpus não conhecido. (HC 116239, Relator(a): Min. MARCO AURÉLIO, Relator(a) p/ Acórdão: Min. ROBERTO BARROSO, Primeira Turma, julgado em 08/05/2018, PROCESSO ELETRÔNICO DJe-102 DIVULG 24-05-2018 PUBLIC 25-05-2018) No caso em concreto, em relação à materialidade do crime de roubo majorado pelo concurso de pessoas, verifico que se fazem presentes todos os elementos do tipo penal, materializados nos Termos de Declaração das autoridades policiais responsáveis pelo flagrante do acusado (fls. 53, 56 e 57), no Termo de Reconhecimento de Pessoa e de Objeto (fls. 58) no Auto de Apreensão e Exibição (fls. 54), que confirmaram a ocorrência dos fatos criminosos analisados nos presentes autos. Os depoimentos das autoridades policiais responsáveis pelo atendimento da ocorrência transcritos nos Termos de Declaração, bem como da outra testemunha corroboraram a versão apresentada na peça vestibular. Nesse sentido, narraram que: No dia do ocorrido, estavam de serviço com a segunda testemunha, cabo Wendel dos Santos Amoedo, na viatura 6081, quando foram acionados pelo supervisor de área, informando que havia um meliante, posteriormente identificado como Augusto Carlos Carneiro Assunção, acusado de roubo, detido por populares e sendo agredido por eles na rua 47, via pública, Núcleo 5 da Cidade Nova, ocasião em que se deslocaram ao local indicado e lá chegando, avistaram Augusto detido e, após se inteirar dos fatos com a vítima, senhor João Roberto de Souza Monteiro, conduziu Augusto ao SPA Galileia. Após receber alta médica, conduziram-no à Delegacia de Polícia. A vítima informou que havia uma mulher acompanhando o acusado no roubo, porém, ela se evadio. Declararam, ainda, que foi recuperada a quantia de R$ 107,00, que foi apreendida uma faca e um simulacro de arma de fogo, objetos esses apresentados na delegacia. No mesmo sentido o depoimento da testemunha Luiz Alfredo Menezes de Azevedo, que assim narrou: No dia 18 de de julho de 2019, por volta de 13:20, estava no ônibus de linha 016 da empresa Rondônia, quando um casal entrou no coletivo e, ao passar pela Avenida Bispo Pedro Massa, Cidade Nova, final da linha, o nacional, posteriormente identificado por um Augusto Carlos Carneiro Assunção anunciou assalto enquanto a mulher, de nome desconhecido, tentou roubar objeto dos passageiros, porém o declarante conseguiu sair do ônibus, antes do término do assalto e avisou à polícia.O casal desceu do ônibus e o acusado foi detido por populares, enquanto a mulher desconhecida conseguiu fugir.A população agrediu o acusado, porém agressão cessou quando da chegada dos policiais militares, que os levaram ao pronto-socorro e em seguida à Delegacia.O acusado portava uma arma de fogo que posteriormente constatou-se que se tratava de um simulado, no momento que anunciou assalto. Ressalto que as provas colhidas durante o inquérito policial foram confirmadas durante a instrução processual, em especial durante audiência de instrução e julgamento através das provas testemunhais, e da vítima, onde todos os depoimentos prestados em delegacia foram ratificados. A vítima Luis Alfredo Menezes de Azevedo, afirmou que estava de passageiro no ônibus, passando em frente o Sumaúma Shopping, quando o acusado anunciou o assalto, não subtraindo nada dele. No ônibus havia em torno de cinco passageiros. O acusado portava um simulacro, perceptível após o assalto, quando o acusado foi abordado por um policial à paisana, que após efetuar a prisão do acusado, exibiu o simulacro às vítimas. O acusado roubou apenas a renda do ônibus, não roubando outros passageiros. O acusado apontou a arma apenas para o cobrador. No momento da fuga, uma moça que estava em companhia acusado fugiu, mas não a viu praticar nenhuma ação efetiva no roubo. A testemunha Divanilson do Nascimento de Moraes ratificou que ao ser acionados, dirigiu-se ao local do fato e lá estava detido o acusado, que portava uma faca, uma arma de ar comprimido e quantia em dinheiro. Naquele ato, o acusado teria afirmado que havia uma moça com ele, tendo o cobrador confirmado a presença de tal moça, cuja participação foi no sentido de verbalizar, segundo informação do cobrador. A testemunha Wendell dos Santos Amoedo ratificou seu depoimento prestado na delegacia e acrescentou que atendeu um chamado informando um linchamento de um individuo que havia sido detido por populares, encontrando o acusado machucado, levando-o para atendimento médico e após, encaminhando-o à Delegacia. Observo que, no momento da prisão em flagrante não foi encontrada a segunda autora do crime, para a configuração do concurso de pessoas. Entretanto, conforme entendimento jurisprudencial, nos crimes cometidos sem a presença de testemunhas, a palavra da vítima é conferido valor diferenciado, desde que corroborada pelas demais provas, o que de fato foi, posto que todas as testemunhas confirmaram a atuação de uma comparsa, o que foi ratificado pelo acusado. Por fim, o acusado confessou sua participação no roubo, informando que estava com uma arma de brinquedo e que a faca não lhe pertencia. Confirmou que agiu em conjunto com uma moça, que sabe se chamar Luana Brandão, que conheceu em uma casa de forró, sendo ela quem a convidou a praticar o ilícito. Declarou que o simulacro era seu e foi Luana quem anunciou o assalto e fugiu com parte da renda do ônibus. Por todo o exposto, verifico que, que as provas colhidas em sede policial, bem como durante a instrução processual, são suficientes para a comprovação da materialidade e autoria do crime elencado na inicial acusatória e a consequente formação de um Juízo condenatório. Decisão. Manifestamente comprovadas, portanto, a materialidade e a autoria do delito sob exame, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia. Pelo exposto, CONDENO AUGUSTO CARLOS CARNEIRO ASSUNÇÃO, já qualificado nos autos, como incurso nas penas dos artigos 157, §2º, II, CP. Passo à dosimetria individualizada da pena, forte no art. 68 do CPB. Primeira Fase - Fixação da Pena - Base Quanto aos parâmetros estabelecidos no art. 59 do Código Penal, analiso. Primeiramente, quanto aos antecedentes, verifico que o acusado não possui condenação transitada em julgado anterior à data dos fatos analisados nos presentes autos. Quanto à culpabilidade, não verifico elementos de maior reprovabilidade da conduta. Ademais, não constam nos autos parâmetros técnicos que permitam a análise da conduta social do acusado, ou

elementos suficientes que desabonem sua personalidade. Quanto ao motivo, às circunstâncias e às consequências do crime, nenhum deles extrapola os próprios do tipo penal. Por último, não verifico ter o comportamento da vítima contribuído de qualquer forma para o resultado. Dessa forma, diante da inexistência de circunstância que justifique sua majoração, fixo a pena-base do crime tipificado no art. 157, §2º, II do CP em 4 (quatro) anos de reclusão. Segunda Fase - Da Fixação da Pena Provisória Passo a fixação da pena provisória, observando o disposto nos artigos 61, 62 e 65 do CPB. Ausentes agravantes e presente a atenuante da confissão espontânea e da menoridade penal relativa, porém deixo de aplicá-las em estrita obediência à súmula 231 do Superior Tribunal de Justiça. Dessa forma, fixo a pena-provisória do crime tipificado no art. 157, §2º, II do CP em 4 (quatro) anos de reclusão. Terceira Fase - Causas de aumento e diminuição Passo a análise das causas de aumento e diminuição. Reconheço a causa de aumento de pena previstas no § 2º, II do art. 157 do CP. Dessa forma, majoro a pena em 1/3. Por esse motivo, fixo a PENA DEFINITIVA do crime tipificado no art. 157, §2º, II do CP em 5 (cinco) anos e 4 (quatro) meses de reclusão. Do Regime inicial: O regime inicial para o cumprimento da pena de reclusão deverá ser o SEMIABERTO, a teor da regra ínsita no art. 33, § 2º, letra b, CP. Da Detração: Constata-se que o réu permanece custodiado desde o dia 18/7/2019, fazendo jus a 2 (dois) meses e 21 (vinte e um) dias de detração, não havendo alteração do regime inicial. Do direito de Recorrer em Liberdade: Levando-se em conta que o acusado permaneceu preso sob medida cautelar durante toda a instrução processual e que ainda se fazem presentes os requisitos de sua custódia cautelar, NEGO-LHE o direito de recorrer em liberdade, determinando, entretanto, que a medida cautelar seja cumprida no regime menos gravoso imposto nesta sentença. Da pena de multa: Outrossim, observado o disposto nos artigos 59 e 60 do Código Penal, FIXO A PENA DE MULTA em 15 (quinze) dias-multa, levando-se em consideração as condições financeiras do acusado, estabelecendo que o valor do dia-multa corresponde a 1/30 (um trinta avos) do salário-mínimo legal e vigente à época do fato, corrigida monetariamente até o efetivo recolhimento. A multa deverá ser recolhida em favor do Fundo Penitenciário, dentro dos dez dias subsequentes ao trânsito em julgado desta sentença (artigo 50 do CPB). Não havendo pagamento voluntário, após a intimação para tal, no prazo de que trata o artigo 50 do CPB, extraia-se certidão, encaminhando-se à Procuradoria da Fazenda Estadual, para adoção das medidas cabíveis, nos termos do artigo 51 do Código Penal. Da substituição da pena de reclusão pela restritiva de direitos: Deixo de operar a substituição prevista no art. 44 da Lei Substantiva Penal, em razão de o crime ser punível com pena superior a 4 (quatro) anos, nos termos do inciso I do referido dispositivo legal. Da suspensão condicional da pena: Deixo de aplicar a suspensão condicional da pena, em observância ao art. 77, caput do CP. Do pagamento das custas processuais: Deixo de condenar o réu ao pagamento das custas processuais em consideração a sua situação econômica. Expeça-se guia de recolhimento provisória. Após o trânsito em julgado, expeça-se a guia de recolhimento definitiva, para a execução definitiva da pena. Lance-se o nome do réu no rol dos culpados e comunique-se ao Tribunal Regional Eleitoral, para os fins do art. 15, III, da CF. Remetam-se as peças necessárias destes autos à Vara de Execução Penal desta capital, devendo ser observado o período em que o réu permaneceu preso provisoriamente, comunicando-se à Unidade Prisional sobre a presente decisão. Publique-se e registre-se. Intimem-se.

Amanda Guimarães Praia (OAB 10761/AM)
Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Andréia Costa Fernandes (OAB 11155/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Cleuvis Costa dos Santos (OAB 13640/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Davi Rodrigues de Oliveira (OAB 8550/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Flavia Yonara Andreola da Silva (OAB 13811/AM)
Geysa Caroline de Souza Machado (OAB 6149/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jerônimo Pereira da Silva Neto (OAB 9509/AM)
João Bosco Lopes Maia Júnior (OAB 8107/AM)
Joelma Takeda de Moraes (OAB 8432/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Nunes Feijó Florêncio (OAB 6541/AM)
Michel Alex da Cunha Alves Maia (OAB 9543/AM)
Nathália Pimentel Bione de Souza (OAB 8027/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raphael Coelho da Silva (OAB 7998/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Thays Stefany Souza da Silva (OAB 12289/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO SUZI IRLANDA ARAUJO GRANJA DA SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL FONSECA DE ALBUQUERQUE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0408/2019

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0245216-58.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Leison Carvalho de Oliveira e outro - NOTA DE INTIMAÇÃO DE DECISÃO OU DESPACHO. O Excelentíssimo Senhor Doutor Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juiz de Direito da 2ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quanto ao presente Edital virem, ou dele conhecimento tiverem, QUE FICA INTIMADO PELO PRESENTE o(a) Advogado(a) do Réu, Dr. Luiz Felipe da Luz de Queiroz, OAB 7271/AM, acerca da DECISÃO prolatada nos autos do Processo nº 0245216-58.2013.8.04.0001, onde figura como Réu: Leison Carvalho de Oliveira, com os seguintes termos: A MM. Juíza determinou que seja pautada nova audiência devendo ser intimado antes o patrono do acusado para informar se persiste sua autuação no processo ou eventual renúncia. E, para que chegue ao conhecimento de todos, em especial o patrono do condenado, expedese o presente, que será publicado no Diário da Justiça e afixado na porta principal do Fórum “Henoch Reis”. DADO E PASSADO nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital, aos 16/10/2019, EU, Jandira Amaral Dantas, Escrevente, o digitei. EU, Daniel Fonseca de Albuquerque, Diretor de Secretaria, o conferi e subscrevo. Suzi Irlanda Araujo Granja da Silva, Juíza de Direito.

Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)

4ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO RIVALDO MATOS NORÕES FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDERSON SILVA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0100/2019

ADV: ANA LÚCIA DE MORAIS COSTA SILVA (OAB 1243/AM), ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB Nº 5819-AM), ADV: HERIVELTO SIMOES BARROSO (OAB 3088/AM) - Processo 0097154-91.2004.8.04.0001 (001.04.097154-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Latrocínio - DENUNCIADO: Jacsonei Carvalho de Almeida - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: CLOVES QUEIROZ DE MEDEIROS (OAB 525A/AM) - Processo 0219699-80.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - DENUNCIADO: Eder Sousa dos Santos - Instrução e Julgamento Data: 04/02/2020 Hora 11:45 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JOCIL DA SILVA MORAES FILHO (OAB 12010/AM), ADV: JENNIFER LOPES REBELO DE SOUZA (OAB 11115/AM) - Processo 0221581-77.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Patrick Afonso Pinheiro Gama - Instrução e Julgamento Data: 04/11/2019 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: EDUARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6032/AM) - Processo 0224194-02.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - RÉU: Marco Antonio Mendes Garcia - Instrução e Julgamento Data: 15/06/2020 Hora 08:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: ISABELLA JACOB NOGUEIRA (OAB 8800/AM), ADV: THIAGO PACHECO RODRIGUES (OAB 8826/AM) - Processo 0230606-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Ordem Tributária - INDICIADO: Mozaniel Atem de Oliveira - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: CARLOS GERALDO CRUZ DUARTE (OAB 10550/AM) - Processo 0231399-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉU: Júnio Araújo Melo e outros - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Dê-se vista à Defesa, a fim de apresentarem os Memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: MARIA NAFICE DE OLIVEIRA (OAB 3929/AM) - Processo 0618857-30.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - DENUNCIADO: Elisson Jesse Gomes da Silva - TERMO DE AUDIÊNCIA GRAVADA - 4º CRIM. Deliberação em audiência: Após a juntada do laudo, dê-se vista às partes, a fim de apresentarem os memoriais, por escrito, no prazo legal.

ADV: FERNANDO ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 2060/AM) - Processo 0629124-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Adriano Jorge Dias Mendes - Suspensão Processo Penal (lei 9.099/95) Data: 04/11/2019 Hora 15:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

Ana Lúcia de Morais Costa Silva (OAB 1243/AM)
Carlos Geraldo Cruz Duarte (OAB 10550/AM)
Cloves Queiroz de Medeiros (OAB 525A/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB nº 5819-AM)
Eduardo Alvarenga Viana (OAB 6032/AM)
Fernando Almeida dos Santos (OAB 2060/AM)
Herivelto Simoes Barroso (OAB 3088/AM)
Isabella Jacob Nogueira (OAB 8800/AM)
Jennifer Lopes Rebelo de Souza (OAB 11115/AM)
Jocil da Silva Moraes Filho (OAB 12010/AM)
Maria Nafice de Oliveira (OAB 3929/AM)
Thiago Pacheco Rodrigues (OAB 8826/AM)

5ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO ANDRÉA JANE SILVA DE MEDEIROS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALDEIR MENDONÇA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0086/2019

ADV: MARCO ANTÔNIO DA SILVA KISIOLAR (OAB A357/AM), ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0223848-22.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Jackson Norberto de Souza Silva e outros - Inquirição - Audiência Data: 05/11/2019 Hora 10:30 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: FRANCISCO FELIPE LEAL PEREIRA (OAB 9923/AM), ADV: SÂMIA BRENA FURTADO MONTEIRO (OAB 11988/AM), ADV: SIDNEY JOSÉ VIEIRA DE SOUZA (OAB 5798/AM), ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM) - Processo 0227114-17.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estelionato - INDICIADO: Antonio Carlos Pedroza Machado - CERTIFICO para os devidos fins que a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO, designada para esta data, não se realizou em virtude da não intimação regular do acusado, e das testemunhas de defesa, ficando, assim, comprometida a realização do ato nesta data e horário. De ordem da MMª. Juíza de Direito, a presente audiência foi redesignada para o dia 05/11/2019, às 11:30h. Pela Secretaria, proceda a consulta aos Sistemas para localizar o atual endereço das testemunhas de defesa, e do acusado, e, por conseguinte, expeça-se CARTA DE INTIMAÇÃO e, ainda, MANDADO DE INTIMAÇÃO, este a ser cumprido por Oficial de Justiça. Ademais, intime-se os advogados pelo DJE. Diligencie junto ao juízo da 2ª Vara de Precatórias do Distrito Federal, acerca do cumprimento da carta precatória expedidas às fls.172 dos autos. Cumpra-se.

ADV: VERA LICE DE OLIVEIRA TRINDADE (OAB 8989/AM) - Processo 0232208-43.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Abandono de incapaz - INDICIADA: DAILA DA SILVA MARINHO - Ante o exposto, considerando a posterior localização e citação da ré REVOGO a suspensão do processo e do prazo prescricional antes aplicada, nos termos do art. 366 do Código de Processo Penal, passando a partir da sua efetiva citação fluir normalmente o prazo prescricional e INDEFIRO o pedido de rejeição da denúncia e absolvição sumária, eis que ausentes as hipóteses do art. 395 e 397 do Código de Processo Penal. Apresentada defesa prévia pelo acusado, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 05/11/2019 às 09:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0612676-76.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Receptação - INDICIADO: Filipe Silveira Cardoso e outro - RÉU: Paulo Victor Monteiro Bastos - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0612676-76.2019.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é PAULO VICTOR MONTEIRO BASTOS, Brasileiro(a), RG 2551799-8, pai Drancisco Vieira Bastos, mãe Patricia Monteiro Plheta, com endereço à R. 70 - Fca Mendes, 19, C-5 /QD147, Cidade Nova, Manaus - AM por prática de Receptaçãodistribuído a esta Vara em 19/03/2019. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de outubro de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0613260-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - VÍTIMAFATO: Estado - INDICIADO: Flavio Junior Silva da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0613260-80.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Flavio Junior Silva da Silva, cuja qualificação completa constante dos autos é FLAVIO JUNIOR SILVA DA SILVA, Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 32045220, CPF 702.687.522-14, pai Francivaldo Feitosa da Silva, mãe Quesia Sousa Silva, Nascido/Nascida 22/09/1999, Outros Dados: natural de Almerim-PA, com endereço à Rua Nova Vida, 19A, Com. Santa Luzia, Japiim I, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Furto Qualificado distribuído a esta Vara em 04/04/2018. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de outubro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0613260-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Flavio Junior Silva da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0613260-80.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Luiz Eduardo Sales Lima, cuja qualificação completa constante dos autos é LUIZ EDUARDO SALES LIMA, Brasileiro(a), Solteiro, RG 29173175, com endereço à Rua 07 (9301-5637), 310, Conjunto Costa e Silva, Raiz, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Furto Qualificado distribuído a esta Vara em 04/04/2018. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de outubro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0613260-80.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto Qualificado - INDICIADO: Flavio Junior Silva da Silva e outros - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA - PRAZO DE 90 DIAS Processo nº 0613260-80.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, titular da 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu Matheus Cardoso Abdoral, cuja qualificação completa constante dos autos é MATHEUS CARDOSO ABDORAL, Brasileiro(a), Solteiro, RG 28399366, com endereço à Rua Leopoldo Carpinteiro Peres (Ant: Cunha Melo), 83, Petrópolis, CEP 69000-000, Manaus - AM, por prática de Furto Qualificado distribuído a esta Vara em 04/04/2018. Porque o referido réu não foi encontrado no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL, COM PRAZO DE 90 DIAS, nos termos do art. 392, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho de 2008, para INTIMAÇÃO DA SENTENÇA PENAL CONDENATÓRIA, proferida em desfavor do referido réu, dando, portanto, oportunidade para que apresente eventual recurso, se for o caso, no prazo legal de 5 (cinco) dias após o término do prazo do presente edital. Advirta-se que a inobservância dos prazos acima acarretará a imutabilidade da sentença, em virtude do trânsito em julgado. E para que chegue ao conhecimento do réu e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14 de outubro de 2019. Eu, Valdiner Almeida Reis, Analista Judiciário, o digitei e conferi.

ADV: JOALISSANDRA PEREIRA DE AMORIM (OAB 13067/AM) - Processo 0619611-69.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INVESTIGAD: Italo Bruno Figueiredo Rodrigues - Jose Vitor Farias de Souza - Inquirição - Audiência Data: 02/12/2019 Hora 09:00 Local: Sala padrão Situacão: Pendente

ADV: JÉSSICA LAIANA MARTINS ATHAÍDE (OAB 11673/AM) - Processo 0645474-27.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Injúria - AUTORFATO: Alessandro Constantino da Silva - Apresentada defesa prévia pelo acusado, e ausentes as hipóteses do art. 397 do Código de Processo Penal, não sendo o caso de absolvição sumária, fica designada audiência de Instrução e Julgamento para 14/11/2019 às 11:30h, devendo a Secretaria tomar as providências legais para a intimação das partes e testemunhas, observando-se o disposto no art. 370 e ss., ficando autorizada a emitir intimação via postal concomitantemente, bem como para a requisição do réu, caso se encontrar preso, na forma do art. 185, §7º, ambos do Código de Processo Penal. Fica ainda autorizada a Secretaria do Juízo a expedir Carta Precatória para as diligências que se fizerem necessárias.

ADV: MIGUEL HENRIQUE TINOCO DE ALENCAR (OAB 1409/AM) - Processo 0652860-11.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - INDICIADO: Antonio Silvano Lopes Siqueira - EDITAL DE CITAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS Processo nº 0652860-11.2018.8.04.0001 A Doutora Andréa Jane Silva de Medeiros, Juíza de Direito, respondendo pela 5ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil. FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo da 5.ª Vara Criminal correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o(a) ré(u), cuja qualificação completa constante dos autos é ANTONIO SILVANO LOPES SIQUEIRA, Brasileiro(a), Solteiro, Mototaxista, RG 30747813, pai Francisco Rodrigues Siqueira, mãe Maria Clerisma Lopes Siqueira, Nascido/Nascida 24/05/1980, natural de Ourem - PA, com endereço à Av. Rio Negro, 74, 2° Andar Quitinete, Mauazinho, CEP 69075-771, Manaus - AM por prática de Roubo Majoradodistribuído a esta Vara em 10/11/2018. Porque o(a) referido(a) ré(u) não foi encontrado(a) no(s) endereço(s) que consta(m) dos autos, encontrando-se, pois, atualmente em lugar incerto e não sabido, mandou a MM. Juíza de Direito expedir o presente EDITAL DE CITAÇÃO, COM PRAZO DE 15 DIAS, nos termos do art. 396, e seu parágrafo único, do Código de Processo Penal, com nova redação dada pela Lei 11.719, de 20 de junho

de 2008, para APRESENTAÇÃO DE RESPOSTA ESCRITA, ressaltando que o acusado poderá arguir preliminares e alegar tudo o que interesse à sua defesa, oferecer documentos e justificações, especificar as provas pretendidas e arrolar testemunhas, qualificando-as e requerendo sua intimação, quando necessário (CPP, art. 396-A, incluído pela Lei n.º 11.719, de 20 de junho de 2008), inclusive manifestar-se acerca de proposta de Suspensão Condicional do Processo (art. 89,da Lei nº 9.099/95), quando aplicável. E para que chegue ao conhecimento do(a) ré(u) e que no futuro ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 15 de outubro de 2019. Eu, Beatriz R. de Freitas,Estagiário(a), o digitei e conferi.

Francisco Felipe Leal Pereira (OAB 9923/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Jéssica Laiana Martins Athaíde (OAB 11673/AM)
Joalissandra Pereira de Amorim (OAB 13067/AM)
Marco Antônio da Silva Kisiolar (OAB A357/AM)
Miguel Henrique Tinoco de Alencar (OAB 1409/AM)
Sâmia Brena Furtado Monteiro (OAB 11988/AM)
Sidney José Vieira de Souza (OAB 5798/AM)
Vera Lice de Oliveira Trindade (OAB 8989/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)

8ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0938/2019

ADV: DEYWISON LIMA DE SOUZA (OAB 12737/AM) - Processo 0612504-37.2019.8.04.0001 - Crimes de Calúnia, Injúria e Difamação de Competência do Juiz Singular - Calúnia - QUERELANTE: B.S.C.V. - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que resta designado o dia 07/11/2019, às 15:30h, na Sala padrão,em virtude a SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO 2019, para realização da audiência de Reconciliação.

ADV: CÍNTIA ALBUQUERQUE BRITO (OAB 5596/AM) - Processo 0614003-90.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Ravanelli Martins Tavares - Certifico, para os devidos fins, que a audiência pautada para data de hoje foi redesignada para o dia 23/03/2020, às 10:45h, na Sala padrão, em razão da readequação da pauta.

ADV: FÁBIO ASSUNÇÃO PAVESI (OAB 8754/AM) - Processo 0621492-47.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Roubo - RÉU: Felipe Correa Passos - Designo o dia 13/11/2019, às 10:00h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM), ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO FERREIRA FILHO (OAB 1270/AM), ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: NAYANDRA KRAMER LEITE (OAB 12858/AM), ADV: THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM), ADV: AULENICE MARIA FERNANDES DE OLIVEIRA NOGUEIRA (OAB 10233/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM), ADV: ARMANDO DE SOUZA NEGRÃO (OAB 1982/AM) - Processo 0626048-92.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: I.P.P.F. - J.R.S. - E.G. - J.C.M. - R.A.S. - R.B.S. - T. - D.P.S. e outros - De ordem da MM. Juíza de Direito, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa dos acusados JANDERSON DA COSTA MENEZES e DINEY PINTO DE SOUZA, na qualidade de representante deste, para apresentar Resposta à Acusação no prazo legal de 10 (dez) dias.

ADV: TEREZA CARMO DE CASTRO (OAB 479A/AM), ADV: BRUNO CORTEZ CANUTO (OAB 12230/AM) - Processo 0630944-18.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes do Sistema Nacional de Armas - INDICIADO: Jean da Silva Quadros - De ordem da MM. Juíza de Direito deste Juízo, Patrícia Macêdo de Campos, INTIMO a Defesa do acusado Jean da Silva Quadros, na qualidade de representante deste, para, no prazo de 5 (cinco) dias, apresentar alegações finais sob a forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa pelo abandono injustificado.

ADV: MIQUEMES SANTOS BARBOSA (OAB 9191/AM) - Processo 0640947-95.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - Calúnia - QUERELANTE: A.P.B. - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, em virtude da SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO- 2019 que resta designado o dia 07/11/2019, às 15:45h, na Sala padrão para realização da audiência de Conciliação.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM) - Processo 0644305-68.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: GUILHERME FLORENÇO DE SOUZA - Designo o dia 26/11/2019, às 09:15h, para realização da Audiência de Instrução e Julgamento.

ADV: PAULO ROBERTO CORREIA SILVA (OAB 14033/AM) - Processo 0650781-25.2019.8.04.0001 - Representação Criminal/Notícia de Crime - Ameaça - QUERELANTE: K.T.R. - Certifico, para os devidos fins, em cumprimento à decisão retro, que em virtude da SEMANA NACIONAL DA CONCILIAÇÃO - 2019. resta designado o dia 07/11/2019, às 15:15h, na Sala padrão, para realização da audiência de Reconciliação.

Armando de Souza Negrão (OAB 1982/AM)
Aulenice Maria Fernandes de Oliveira Nogueira (OAB 10233/AM)
Bruno Cortez Canuto (OAB 12230/AM)
Cândido Honório Ferreira Filho (OAB 1270/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Cíntia Albuquerque Brito (OAB 5596/AM)
Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)
Deywison Lima de Souza (OAB 12737/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Fábio Assunção Pavesi (OAB 8754/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Miquemes Santos Barbosa (OAB 9191/AM)
Nayandra Kramer Leite (OAB 12858/AM)
Paulo Roberto Correia Silva (OAB 14033/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Tereza Carmo de Castro (OAB 479A/AM)
THANA ESASHIKA BEZERRA (OAB 12606/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)

10ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA CRIMINAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0666/2019

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0634904-45.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - RÉU: Alisson Mesquita de Lima e outro - CERTIFICO, para os devidos fins, que de ordem do MM. Juiz de Direito, Dr.

Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0237341-32.2016.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **JEFERSON LITAIFF MOTA**, brasileiro, natural de Manaus/AM, nascido em 20/12/1983, filho de Irineu do Nascimento Mota e Ivanete Lemos Litaiff, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Pedro Elisário (ant. 21 de junho) nº 553, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 155, §§ 1º e 4º, I e IV, do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **02/12/2019 às 09:00h,** a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 14/11/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretora de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0600279-74.2018.8.04.0015

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **ARMANDO JORGE ANTONY FONSECA**, brasileiro, Natural de Manaus/AM, nascido em 22/09/1973, filho de Armando Soares Fonseca e Nina Rosa Antony Leite, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Rua Paris, nº 02, QD. 11, Bairro Planalto, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 140 e 147 ambos do Código Penal Brasileiro. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **02/12/2019 às 11:30h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16/10/2019. Eu, Carolina Gomes Barros, Servidor(a), o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO COM PRAZO DE 15 DIAS

O Doutor Genesino Braga Neto, Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil.

Processo Nº 0254079-03.2013.8.04.0001

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria da 10ª Vara Criminal, situada à Rua Paraíba, s/nº, 2º andar, Setor 03, Adrianópolis - CEP 69.061-970, Fone: 3303-5144, Manaus-AM, correm os termos de um processo crime que a Justiça Pública move contra o réu **ANDERSON RODRIGO GIL CABRAL**, brasileiro, natural de Manaus-AM, nascido em 13/05/1989, filho de Domingos Savio de Souza Cabral e Silvia Gil de Souza, residente e domiciliado nesta cidade, à época do fato, na rua Cd, n.° 13, bairro Armando Mendes, Manaus-AM, denunciado por suposta prática de crime capitulado no art. 157, §2°, I e II, c/c Artigo 14, II do Código Penal Brasileiro e Artigo,14, Lei Federal n.° 10.826/2003. Esgotados os meios para encontrar o réu acima nominado, o MM. Juiz manda expedir o presente Edital com prazo de 15 dias, para notificar o réu de que deverá comparecer a este Juízo no dia **03/12/2019 às 10:00h**, a fim de participar de Audiência de Instrução e Julgamento nos autos deste processo. ADVERTÊNCIA: O processo seguirá sem a presença do réu, caso não compareça ao referido ato processual, conforme preceitua o art. 367 do Código de Processo Penal. E, para que chegue ao conhecimento do réu e que, no futuro, ninguém alegue ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico e afixado na porta principal da 10ª Vara Criminal. Dado e passado nesta Cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16/10/2019. Eu, Rebeca Gomes Saunier, Estagiária, o digitei, e Manrique Motta Maciel Júnior, Diretor de Secretaria, o conferiu.

Áldrin Henrique de Castro Rodrigues
Juiz de Direito da 10ª Vara Criminal

11ª VARA CRIMINAL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0833/2019

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO AZEVEDO DA SILVA (OAB 5698/AM) - Processo 0242247-12.2009.8.04.0001 (001.09.242247-1) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo (art. 157) - VÍTIMAFATO: Jose Roberto Tadros - ACUSADO: Francimar do Nascimento Elias - Jane Araújo do Carmo e outros - Instrução e Julgamento Data: 05/11/2019 Hora 10:00 Local: padrão Situacão: Pendente

Carlos Augusto Azevedo da Silva (OAB 5698/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0827/2019

ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM), ADV: MESSI ELMER VASCONCELOS CASTRO (OAB 9910/AM), ADV: NORMA BARROSO DE FREITAS (OAB 5771/AM) - Processo 0231542-42.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário

- Roubo Majorado - INDICIADO: Bruno da Silva Vieira - Fernando da Costa Figueira e outro - Para fins de impulsionar o feito e com fundamento no provimento 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria INTIMA A DEFESA, na pessoa dos advogados 5771/AM - Norma Barroso de Freitas, 9910/AM - Messi Elmer Vasconcelos Castro, 9281/AM - Fabiano Cortez de Negreiros, devidamente constituídos nos autos, VIA NOTA DE PUBLICAÇÃO, para que apresentem as Alegações Finais em forma de Memoriais, no prazo legal de 05 (cinco) dias.

Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Messi Elmer Vasconcelos Castro (OAB 9910/AM)
Norma Barroso de Freitas (OAB 5771/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0828/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIO PORTO DE AGUIAR (OAB 2296/AM) - Processo 0260153-39.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: PAULO JÚNIOR SERRÃO BRAGA - Tarsis da Silva Gonçalves - Ante o exposto e por tudo o mais que dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na denúncia para condenar os réus PAULO JÚNIOR SERRÃO BRAGA e TARSIS DA SILVA GONÇALVES, anteriormente qualificados como incurso nas penas do artigo 157, § 2º, II, do Código Penal Brasileiro.

Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Mario Porto de Aguiar (OAB 2296/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0829/2019

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0233336-06.2012.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - INDICIADO: David Fernandes da Silva - Ante o exposto, com intuito de evitar dar prosseguimento a processo crime cujo o resultado final será inócuo, DECLARO EXTINTA A PUNIBILIDADE de David Fernandes da Silva, pela prescrição, nos termos do art. 107, IV, primeira figura, c/c art. 110, §1º e art. 109, todos do Código Penal. Após o trânsito em julgado, proceda-se baixa na distribuição e arquivem-se estes autos. Publique-se. Registre-se. Intimem-se. Cumpra-se.

Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0830/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0653126-61.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Denunciação caluniosa - AUTORFATO: Francisco Nunes Magalhaes - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0831/2019

ADV: VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG) - Processo 0653126-61.2019.8.04.0001 - Inquérito Policial - Denunciação caluniosa - AUTORFATO: Francisco Nunes Magalhaes - Isto posto, determino o ARQUIVAMENTO destes autos de Inquérito Policial, mediante baixa na distribuição, ressalvando-se o disposto no art. 18 do Código de Processo Penal. Publique-se. Intimem-se.

VALÉRIA ARAÚJO NEVES (OAB 120303/MG)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0836/2019

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0650317-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo - RÉ: Rosana Mara Souza de Araujo - Da percuciente análise dos presentes autos, verifica-se que a conveniência da custódia cautelar da acusada em epígrafe já foi apreciada outras vezes, tanto pelo Juízo da Custódia (fls. 43/44), quanto por este Juízo (fls. 136/137), não havendo em nenhuma das ocasiões, alteração do quadro fático-processual a ensejar reforma das decisões proferidas. Nessa quadra, friso que a prisão cautelar da Acusada perdura a menos de um mês, o que fulmina qualquer alegação de excesso de prazo. Outrossim, já fora pautada data para realização da AIJ. Ademais, como informado pela Unidade Prisional, a acusada não se encontra em estado gestacional. Nesse cenário, indefiro o pedido de liberdade provisória. Intimem-se. No mais, viabilize-se os atos necessários para realização da AIJ designada.

Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA CRIMINAL
JUIZ(A) DE DIREITO JULINE ROSSENDY ROSA NERES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL SANDRA ONETE DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0835/2019

ADV: ANDREWS NASCIMENTO DE ABREU (OAB 4899/AM) - Processo 0619862-58.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado - ACUSADO: Cristiano dos Santos Andrade e outro - Instrução e Julgamento Data: 07/11/2019 Hora 08:30 Local: padrão Situacão: Pendente

Andrews Nascimento de Abreu (OAB 4899/AM)

1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0479/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0206873-66.2008.8.04.0001 (001.08.206873-0) - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - INDICIADO: Kleber Souza Oliveira - PAUTAR SESSÃO DE JULGAMENTO PLENÁRIO

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0478/2019

ADV: DEIWES ALMEIDA DOS SANTOS (OAB 6355/AM) - Processo 0239445-60.2017.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: G.M.S. - G.M.S. - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o(a) patrono(a) do acusado(a) para que apresentem, no prazo de 5 (cinco) dias, as Alegações Finais por MEMORIAIS, nos termos do art. 403, §3º do CPP.

Deiwes Almeida dos Santos (OAB 6355/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO GEORGE HAMILTON LINS BARROSO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CINTYA LUANA ARAUJO GANDRA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0480/2019

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0223590-85.2010.8.04.0001 (001.10.223590-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Jeferson Gomes Mendonça - De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil. INTIMO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) Jeferson Gomes Mendonça, para comparecer(em) no PLENÁRIO deste Juízo, a a fim de participar da Sessão de Julgamento do Tribunal do Júri Popular, designada para o dia 07/11/2019 às 08:00h, referente ao processo nº 0223590-85.2010.8.04.0001.

ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM) - Processo 0223590-85.2010.8.04.0001 (001.10.223590-3) - Ação Penal de Competência do Júri - Crimes contra a vida - RÉU: Jeferson Gomes Mendonça - FICA INTIMADO ATRAVÉS DO PRESENTE, o (a)(s) patrono (a)(s) do acusado (a) para no prazo de 05 (cinco) dias, apresentarem ROL DE TESTEMUNHAS que irão depor em plenário, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, conforme estabelece o art. 422 do Código de Processo Penal.

Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)

TJ/AM - COMARCA DE MANAUS
JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO TRIBUNAL DO JURI
JUIZ(A) DE DIREITO: George Hamilton Lins Barroso
DIRETORA DE SECRETARIA: Cintya Luana Araujo Gandra

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0017830-52.2004.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuAlex de Souza Lima

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0017830-52.2004.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado ALEX DE SOUZA LIMA, (Alcunha: Peixeiro), Brasileiro(a), Solteiro, Desempregado, RG 1695721-0, mãe Maria de Lourdes de Souza Lima, Nascido/Nascida 08/11/1985, natural de Manaus - AM, Manaus - AM, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, IV do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, **a fim de que o acusado fique ciente da Sentença de Pronúncia** nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o (s) acusado (s) como incurso (s) na pena do Art. 121 § 2º, IV do(a) CP. Por fim, considerando que não se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do(s) acusado(s), MANTENHO O DECRETO PREVENTIVO DO ACUSADO ora pronunciado, a fim de assegurar a aplicação da Lei Penal, tendo em vista, entre outros, o comportamento furtivo do réu, até a Decisão contrária deste juízo ou de instância Superior.** E para que chegue ao conhecimento do(s) Réu(s), e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 30 de setembro de 2019. Eu, GRACE KARINA SOARES DE ARAÚJO, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretor(a) de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

EDITAL DE INTIMAÇÃO

Autos nº:0003921-06.2005.8.04.0001
Ação:Ação Penal de Competência do Júri/PROC
Autor(a): A JUSTIÇA PÚBLICA
RéuAntônio Ferreira Cardozo

O Dr. Celso Souza de Paula, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente O ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo 0003921-06.2005.8.04.0001 que a Justiça Pública move contra o acusado **ANTÔNIO FERREIRA CARDOZO**, (Alcunha: Pamba), Brasileiro(a), Solteiro, Serrador (Autônomo), RG 703489/SSPAM, pai Romeu Moura Cardozo, mãe Ana Ferreira Cardozo, Nascido/Nascida 08/06/1964, natural de Tefe - AM, Outros Dados: 618-4564, com endereço à Rua Universal, 197, Educandos, Manaus - AM, Fone 618-4564, atualmente em local incerto e não sabido, pronunciado por crime capitulado nas penas do Art. 121 § 2º, I e Art. 211 ambos do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 420 do CPP, pelo que mandou o MM. Juiz expedir o presente Edital de Intimação, a fim de que o acusado fique **ciente da Sentença de Pronúncia** nos seguintes termos **"JULGO PROCEDENTE a denúncia formulada pelo Ministério Público para PRONUNCIAR o acusado como incurso na pena do Art. 121 § 2º, I e Art. 211 ambos do CP". Por fim, considerando que se encontram presentes os motivos dispostos nos arts. 311 e 312 do Código de Processo Penal a ensejarem a custódia cautelar do acusado, mantenho o Decreto de Prisão Preventiva de fls.184, aguardando seu julgamento pelo Tribunal do Povo.".** E para que chegue ao conhecimento do Réu, e para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou expedir este Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas, 03 de outubro de 2019. Eu, SABRINA ILLAN BARROS DA SILVA, expedi, e eu Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro.

Celso Souza de Paula
Juiz de Direito

PUBLICAÇÃO DA SENTENÇA

Processo nº 0002423-63.2010.8.04.0011.

De ordem do Dr. George Hamilton Lins Barroso, Juiz de Direito da 1ª Vara do Tribunal do Júri da Capital, Estado do Amazonas, Republica Federativa do Brasil, Considerando a Decisão Judicial.

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e Cartório do 1º Tribunal do Júri, tramitam os termos do processo nº 0002423-63.2010.8.04.0011 que a Justiça Pública move contra o acusado **MARIO SERGIO DE BRITO CARDEAL,** pai Raimundo Alves Cardeal, mãe Zenaide de Brito Cardial, com endereço à Rua Herculano de Souza, 104, Novo Aleixo, Manaus - AM, Fone 3624-5003, a fim de **tornar pública a Sentença de Extinção de Punibilidade,** a seguir resumida em transcrição **"JULGO EXTINTA A PUNIBILIDADE do acusado MÁRIO SÉRGIO DE BRITO CARDEAL, pela PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA, relativamente ao fato que deu origem a este processo, com fundamento do Art. 107, IV (primeira figura), do Código Penal Brasileiro. Intime-se pessoalmente o acusado desta Sentença de Extinção da Punibilidade pela Prescrição, anexando cópia ao respectivo mandado. Em caso de retorno do Mandado com certidão negativa, intime-o por edital. Intime-se a Defesa do réu, na forma do art. 370, §1º, do Código Processo Penal, no caso de Defensor Público, intime-se pessoalmente desta Decisão. Intime-se, pessoalmente, o Ministério Público. Após o trânsito em julgado, proceda-se à devida baixa na distribuição e arquivem-se estes autos, observadas as cautelas de praxe. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Cumpra-se. "**, e, para no futuro ninguém alegar ignorância, mandou o MM. Juiz, expedir o presente Edital, que será publicado no Diário Oficial do Estado do Amazonas e afixado na porta principal do Tribunal do Júri. Dado e passado nesta cidade de Manaus - Amazonas,15 de outubro de 2019. Eu,Veranilce Marques Paiva, digitei. Eu, Cintya Luana Araujo Gandra, Diretora de Secretaria, confiro e assino.

2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0364/2019

ADV: JACKSON DA CRUZ ANDRADE (OAB 2460/AM), ADV: FABRÍCIO ARTEIRO DE PAIVA (OAB 11185/AM) - Processo 0613355-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: M.B.S. - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o(s) ADVOGADO(S) HABILITADO(S) NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime n. 0613355-13.2018.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Maurício Belarmino da Silva, por infração ao disposto no art. 121, § 2º, I e IV, do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o(s) Dr(s). Jackson da Cruz Andrade e Fabrício Arteiro de Paiva, OAB 2460/AM e 11185/AM, a fim de APRESENTAR OU RATIFICAR O ROL DE TESTEMUNHAS QUE IRÃO DEPOR EM PLENÁRIO, bem como para juntarem documentos e requererem as diligências necessárias que possam sanar qualquer nulidade ou esclarecer fato que interesse ao julgamento da causa, desde que não sejam diligências consideradas protelatórias, no PRAZO DE 05 (CINCO) DIAS, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Eu, Vanessa Feitoza dos Santos, Assistente Judiciário, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA DIRETORA DE SECRETARIA

ADV: JANAÍNA SANTOS FERNANDES (OAB 4475/AM) - Processo 0640999-91.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Preventiva - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: A.S.A. e outro - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ADVOGADO HABILITADO NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0640999-91.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Adriano dos Santos Azevedo, por infração Art. 121 § 2º, IV do(a) CP todos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Janaína Santos Fernandes, OAB 4475/AM, a fim de se fazer presente na AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO E JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 23/10/2019 às 10:30h, neste juízo, na Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Eu, Arlyson Alvarenga do Nascimento, Estagiário(a), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

ADV: DANIEL MARCELO BENVENUTTI DE SALES (OAB 7949/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM) - Processo 0654422-21.2019.8.04.0001 - Pedido de Prisão Temporária - Homicídio Qualificado - INVESTIGAD: M.V.T.P. - V.D.G. e outros - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem do(a) Doutor(a) Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0654422-21.2019.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Mayc Vinicius Teixeira Parede e outros por infração ao Art. 121 , do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Advogado do Acusado Mayc Vinicius Teixeira Parede, Dr(s) Josemar Berçot RodriguesJosemar Berçot Rodrigues Júnior 5935/AM e 7557/AM a fim de se manifestar sobre o despacho/ decisão de folhas 978, conforme transcrição a seguir: "ESPACHO Recebi hoje. Faça-se vista dos autos ao Ministério Público para manifestação acerca da petição de fls. 975-977, bem como quanto aos pedidos de designação de audiência de custódia. De igual forma, intime-se a defesa do investigado Mayc Vinicius Teixeira Parede para manifestação, no prazo de 05 (cinco) dias, acerca do alegado pela autoridade policial às fls. antecedentes. Após, voltem-me imediatamente conclusos os autos para Decisão, oportunidade em que todos os pedidos pendentes serão apreciados. Cumpra-se com urgência. Manaus, 15 de outubro de 2019 (Assinatura digital) Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo Juíza de Direito ", Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5225, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital

do Estado do Amazonas, aos 15 de outubro de 2019. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Escrivã(o)/Secretária(o), o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Daniel Marcelo Benvenutti de Sales (OAB 7949/AM)
Fabrício Arteiro de Paiva (OAB 11185/AM)
Jackson da Cruz Andrade (OAB 2460/AM)
Janaína Santos Fernandes (OAB 4475/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)

EDITAL – PUBLICAÇÃO DE SENTENÇA

De ordem do Doutor Anésio Rocha Pinheiro, Juiz de Direito, titular da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial,

FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente as partes, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime 0201770-44.2009.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Ramon Salazar da Silva, por infração Art. 121, Caput do Código Penal Brasileiro, e, em determinação ao disposto Artigo 4º e seus incisos, da Lei 11.419/2006, o MM. Juiz de Direito, mandou expedir o presente EDITAL, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para TORNAR PÚBLICA A SENTENÇA, a seguir transcrita "SENTENÇA Vistos etc, Trata-se de Ação Penal instaurada em face de Ramon Salazar da Silva, incurso nas penas no art. 121, caput, do Código Penal, diante de suposto delito perpetrado no dia 04/04/2008, em que o senhor Celso da Silva Farias figura como vítima. Após instrução sumária, o senhor Ramon foi pronunciado, nos mesmos termos da Denúncia (fls. 138/142). Com a juntada da identificação civil de Ramon, às fls. 171, o Ministério Público manifestou-se pela declaração de sua inimputabilidade, em razão de ser menor ao tempo do crime, já que nasceu em 27/08/1991. Vieramme os autos conclusos. Decido. Acolho o parecer do representante do Ministério Público, em todos os seus termos, os quais adoto para decidir. Como bem se vê nos autos, o possível autor do delito, na época do fato, era menor de 18 anos, portanto, inimputável, na forma do artigo 27 do Código Penal Pátrio. Cuida-se de questão prejudicial de mérito, diante da falta de legitimidade do suposto agente em figurar no polo passivo da demanda. Outrossim, vislumbra-se que atualmente o ora pronunciado conta com mais de 21 (vinte e um) anos de idade, de modo que fica prejudicado o encaminhamento dos autos ao Juízo Competente, uma vez que, de acordo com art. 2º, parágrafo único, da Lei 8.069/90, as disposições contidas no Estatuto da Criança e do Adolescente não lhes são mais aplicáveis. Isto posto, declaro a inimputabilidade do réu, na forma do art. 27, do CPB e, por conseguinte a falta de condições da ação, diante da ausência de legitimidade de Ramon Salazar da Silva figurar como réu na presente demanda, pelo que determino o arquivamento dos autos. P.R.I.C. Manaus, 31 de julho de 2019. " Atendendo os ditames legais e para que, no futuro, não seja alegado desconhecimento da referida Sentença, bem como a nulidade do ato processual. Transcorrido o prazo legal, sem interposição de recurso, os autos serão conclusos ao MM. Juiz, para decisão. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019 Eu, Alessandra da Silva e Silva, Estagiária, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi.

MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
Diretora de Secretaria

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0366/2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0236731-40.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Jeovan Boas Bispo - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente os ADVOGADOS HABILITADOS NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236731-40.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jeovan Boas Bispo, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 121 § 2º, V c/c Art. 14 "caput", II todos do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Dr. Cândido Honório Soares Ferreira Neto, OAB 5199/AM, e o Dr. Guilherme Torres Ferreira, OAB/AM 5692, a fim de se fazerem presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 25/11/2019 às 08:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, os mesmos não aleguem desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0367/2019

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0236731-40.2011.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - ACUSADO: Jeovan Boas Bispo - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente o ACUSADO, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0236731-40.2011.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Jeovan Boas Bispo, por infração Art. 121 § 2º, I c/c Art. 121 § 2º, V c/c Art. 14 "caput", II todos do(a) CP, em determinação ao disposto no Artigo 431 c/c Art. 420, parágrafo único do CPP e Portaria nº 01/2014, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR o Acusado Jeovan Boas Bispo, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO, designada para o dia 25/11/2019 às 08:00h, no Plenário do Júri, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco -

CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora de Secretaria

Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ANA PAULA DE MEDEIROS BRAGA BUSSULO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0369/2019

ADV: ANA ESMELINDA MENEZES DE MELO (OAB A3569/AM) - Processo 0365479-32.2007.8.04.0001 (001.07.365479-6) - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Akel Ananias Benicio Arruda - EDITAL - INTIMAÇÃO De ordem da Doutora Ana Paula de Medeiros Braga Bussulo, Juíza de Direito da 2ª Vara do Tribunal do Júri da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, esta secretaria, considerando a Portaria de nº 03/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER a todos quanto o presente EDITAL virem ou dele conhecimento tiverem, especialmente a ADVOGADA HABILITADA NOS AUTOS, adiante identificado, que, por este Juízo e Cartório da 2ª Vara do Tribunal do Júri, tramitam os termos do Processo Crime nº 0365479-32.2007.8.04.0001, que a Justiça Pública move contra Akel Ananias Benicio Arruda, por infração Art. 121 "caput" c/c Art. 14, II ambos do Código Penal Brasileiro, em determinação ao disposto no Artigo 370, Parágrafo 1º do CPP, a MM. Juíza de Direito, mandou expedir o presente EDITAL DE INTIMAÇÃO, no Diário Oficial do Poder Judiciário do Estado do Amazonas para INTIMAR a Dra. Ana Esmelinda Menezes de Melo, OAB A_356/AM, a fim de se fazer presente na SESSÃO DE JULGAMENTO do acusado acima mencionado, designada para o dia 25/11/2019 às 08:00h, neste juízo, na Avenida Av. Paraíba S/Nº, Térreo, setor 03, São Francisco - CEP 69079-265, Manaus-AM - E-mail: 2tribunal.juri@tjam.jus.br, Fone: 3303-5225, e para que, no futuro, o mesmo não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. Eu, Mayara Vanessa Gomes Rodrigues Martins, Assistente Judiciário-NAJV, o digitei. Eu, Maria Socorro Leandro da Silva, Diretora de Secretaria, o conferi. MARIA SOCORRO LEANDRO DA SILVA Diretora De Secretaria

Ana Esmelinda Menezes de Melo (OAB A3569/AM)

3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: GORETH CAMPOS RUBIM (OAB 8542/AM), ADV: DELIAN PEREIRA DOS SANTOS (OAB 11743/AM) - Processo 0232775-40.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: J.E.C. - J.A.S.T. - J.B.A. - R.S.F. - R.M.M. - Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido constante da denúncia formulada pelo Ministério Público para IMPRONUNCIAR os acusados Joel Eleoterio Cardoso, Jonatha Allen Sabino Tavares, Josinaldo Bentes de Aquino, Raul de Souza Ferreira e Rubens de Moraes Messias, por não estarem presentes indícios suficientes de autoria contra os mesmos conforme estabelece o art. 414 do Código de Processo Penal, sem embargos de desarquivamento, se novas provas surgirem.

Delian Pereira dos Santos (OAB 11743/AM)
Goreth Campos Rubim (OAB 8542/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO ADONAID ABRANTES DE SOUZA TAVARES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0283/2019

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0244261-90.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - ACUSADO: Leandro Veras Figueiredo - De ordem do Magistrado Adonaid Abrantes de Souza Tavares, Juiz de Direito da 3ª Vara do Tribunal do Júri, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o(a) acusado(a) Leandro Veras Figueiredo, mãe Marcilia Veras Figueiredo, nascido(a) em 31/10/1992, Travessa Patricia Galvão, 71, antiga Rua São Domingos - Comunidade Pq. São Pedro, nos termos do art. 361 do CPP, PARA COMPARECER, neste Juízo do 3º Tribunal do Júri, sito na Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br, no horário das 08:00h às 14:00h, tão logo tome conhecimento do presente edital, com o fim de ser cientificado da sessão de julgamento do Tribunal do Júri designada para o dia 04/11/2019, às 08:30h, nos autos do processo-crime nº. 0244261-90.2014.8.04.0001. Para que chegue ao conhecimento do denunciado é passado o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Amazonas, para que, no futuro, o acusado não alegue desconhecimento. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 16 de outubro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI
JUIZ(A) DE DIREITO MAURO MORAES ANTONY
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DIEGO DE JESUS BRAGA DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0281/2019

ADV: PEDRO MORAIS DE BRITO JUNIOR (OAB 10803/AM), ADV: ANA RITA DE SOUZA NASCIMENTO (OAB 10121/AM) - Processo 0207448-93.2016.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.B.S.P. - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 492/493, expedirá Ofício à Comarca de Irauçuba/CE, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0212938-91.2019.8.04.0001 - Carta Precatória Criminal - Homicídio Simples - RÉU: Ezequiel Pereira de Sá - Para fins de impulsionar o feito,esta Secretaria DESIGNA a AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO PRELIMINAR para o dia 01/11/2019 às 09:15h. As audiências de instrução preliminar estão sendo gravadas, conforme recomenda o art. 405 do CPP. Em caso de encerramento da referida instrução, solicita-se, se possível, ao representante do Ministério Público, advogados e defensores públicos que atuem no feito providenciar mídia portátil/pendrive ou outro recurso de mídia externa que permita transferir os arquivos gerados durante a instrução, possibilitando o amplo acesso às partes. Para tanto, intima o(s) advogado(s), caso exista(m) constituído(s), por meio deste ato. Providenciar-se-ão as demais intimações devidas e necessárias para a realização do ato.

ADV: ANA MARIA ALBUQUERQUE DE BARROS (OAB 12277/AM), ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0232476-97.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Simples - DENUNCIADO: J.K.C.F. e outro - a MM juiza Presididente do tribunal do Júri decretou a prisão preventiva de Arão Alves da Silva, por força do art. 312 do CPP.

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM), ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0238104-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: O.S.A. - O MM. Juiz atendendo requerimento do Ministério Público determinou que fosse integralmente cumprida a Promoção Ministerial. (QUASE SEMPRE ESSE É USADO) O MM. Juiz DEFERIU o requerimento da DEFESA do ACUSADO(a). O MM. Juiz atendendo requerimento do Ministério Público e da Defesa...

ADV: BRUNO CALHEIRO DE OLIVEIRA (OAB 5986/AM) - Processo 0238104-67.2015.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - DENUNCIADO: O.S.A. - O acusado Obede da Silva Amazonas foi denunciado pelos fatos narrados na Denúncia de fls. 56/57. Concluída a Fase Sumaria, o réu foi pronunciado como, em tese, incurso nas penas do Art. 121, § 2º, II (motivo fútil). Em Plenário, o réu afirmou que agiu para se defender de uma tentativa de roubo pela vítima e outras duas pessoas. O Ministério Público requereu a CONDENAÇÃO do réu nas penas previstas no Art. 121, caput, CP. A Defesa requereu a ABSOLVIÇÃO do réu pela LEGÍTIMA DEFESA. Concluídos os debates, foi realizada a votação pelo Egrégio Conselho de Sentença, obedecendo-se os princípios constitucionais da soberania dos veredictos e do sigilo das votações. Apurados os votos do E. Conselho de Sentença, conforme Termo de Respostas aos Quesitos, os jurados, por maioria de votos, resolveram ABSOLVER o réu Obede da Silva Amazonas. Assim, de acordo com a soberania dos veredictos, declaro o réu Obede da Silva Amazonas absolvido da acusação que lhe foi imputada nos presentes autos. Revogo eventuais medidas cautelares contra o réu. Publicada em plenário. Certificado o trânsito em julgado, arquivem-se os autos. Manaus, 14 de outubro de 2019

ADV: AMANDA DE OLIVEIRA LOPES (OAB 13271/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0263230-56.2014.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Crime Tentado - ACUSADO: Manoel Ferreira Lopes Filho - Para fins de impulsionar o feito e com base no Provimento nº. 063/02 - CGJ/AM, esta secretaria, considerando o decurso de prazo para devolução da Carta Precatória de Intimação às fls. 375, expedirá Ofício à Comarca de Manacapuru/AM, para que informe o mais breve possível, sobre o cumprimento ou não da Carta Precatória.

ADV: EDUARDO DE SOUZA RODRIGUES (OAB 5559/AM) - Processo 0602505-94.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: M.A.O.F. - Recebidos e vistos. Em vista do estado dos autos, encerro a instrução criminal e determino visto às partes para oferecimento das suas derradeiras alegações, na forma do art. 403, §3º do CPP. Após, voltem-me os autos conclusos para sentença. Cumpra-se.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM), ADV: DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO AMAZONAS (OAB O/AM) - Processo 0611462-50.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: J.A.B. e outro - De ordem do Juízo da 3ª Vara do Tribunal do Júri, Mauro Moraes Antony, da Comarca de Manaus, Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, etc, esta secretaria, considerando a portaria nº. 02/2015 e em cumprimento à decisão judicial, FAZ SABER, pelo presente EDITAL, expedido com o fim de INTIMAR o acusado REGILSON SOUZA DO NASCIMENTO, Brasileiro, RG 1698947-3SSP/AM, CPF 760.664.282-68, pai Raimundo Teixeira do Nascimento, mãe Tereza Souza do Nascimento, Nascido 03/09/1984, natural de Manaus - AM. Endereço: Rua São João, 252, Compensa 2, CEP 69035-000, Manaus - AM, nos termos do art. 414 do CPP, da SENTENÇA de IMPRONÚNCIA, proferida nestes autos da Ação Penal nº. 0611462-50.2019.8.04.0001. O presente Edital é expedido com prazo de 15 (quinze) dias, contado do dia da publicação na imprensa oficial. O prazo para recurso correrá após o término dos 15 (quinze) dias, salvo se, no curso deste, for feita a intimação por qualquer das outras formas estabelecidas na legislação processual penal. Cópia da Sentença de Pronúncia ficará à disposição do acusado, pelo prazo deste edital e do recursal, em Juízo, na Secretaria da 3.ª Vara do Tribunal do Júri, Av. Paraíba S/Nº, Fórum Henoch Reis, 4º andar, Setor 06 - Fórum Henoch Reis, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5152, Manaus-AM - E-mail: 3tribunal.juri@tjam.jus.br. Dado e passado nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, em 15 de outubro de 2019. Eu, Daniel Oliveira Alves, Assistente Judiciário, o digitei.

ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM), ADV: CAMILA CASTRO DE ALENCAR (OAB 13045/AM), ADV: JAMAYRA MACHADO TAVARES (OAB 14337/AM) - Processo 0618555-98.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Feminicídio - RÉU: E.M.S.J. - PROCESSO Nº: 0618555-98.2018.8.04.0001 AÇÃO: Ação Penal de Competência do Júri AUTOR: O MINISTÉRIO PÚBLICO ACUSADO: Erivaldo Miranda dos Santos Junior VÍTIMA: Adriana Nazario Tavares e Isolda Licia Fontes de Moraes sentença O Ministério Público do Estado do Amazonas denunciou e pronunciou o acusado Erivaldo Miranda dos Santos Júnior dando-o como incurso nas penas do art. 121, §2º, III (fogo) e VI (feminicídio) c/c art. 14, II, do CPB contra a vítima Adriana Nazário Tavares e art. 121, §2º, II (motivo fútil) e III (fogo) c/c art. 14, II, do CPB contra a vítima Isolda Lícia Fontes de Moraes, porque teria, no dia 05/05/2018, por volta das 08h, na Avenida Santa Helena, bairro Cidade de Deus, invadido a casa onde morava com a primeira vítima e as atacado portando uma faca. Após a instrução criminal, o acusado foi pronunciado, com arrimo no art. 413 do CPP, nas penas do art. 121, §2º, VI (feminicídio) c/c art. 14, II, do CPB praticado contra a vítima Adriana e no art. 121, caput, c/c art. 14, II, do CPB em face da vítima Isolda. Preclusa a decisão de pronúncia, o réu foi submetido a julgamento perante o Tribunal do Júri no dia de hoje. Após o encerramento da colheita de provas no plenário, passou-se à fase dos debates. O Ministério Público sustentou, em plenário, a tese da dupla tentativa de homicídio, nos termos da pronúncia. A defesa, durante a sua explanação, pugnou, quanto à vítima Adriana, pela absolvição, subsidiariamente, pela desclassificação para o delito de lesão corporal e, ainda, pelo reconhecimento do homicídio privilegiado e pela retirada da qualificadora. E, quanto à vítima Isolda, pela absolvição por clemência e, de forma subsidiária, pela desclassificação para o crime de lesão corporal. Após a instrução em plenário e a realização dos debates entre MP e defesa, foi procedida a votação em homenagem aos princípios constitucionais da soberania dos vereditos e do sigilo das votações. Os jurados, por maioria de votos, resolveram por acolher, para ambas as vítimas, a tese principal sustentada pela defesa, qual seja, a absolvição. Assim, de acordo com a soberania dos veredictos, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO CONSTANTE DA DENÚNCIA e ABSOLVO O RÉU ERIVALDO MIRANDA DOS SANTOS JUNIOR das imputações que lhe eram feitas. Após os procedimentos de estilo, arquive-se os autos com a devida baixa na distribuição. O acusado encontra-se com a medida cautelar referente à tornozeleira eletrônica, face à sua absolvição, revogo, desde já, a retirada do monitoramento eletrônico. Oficie-se à SEAP. Após o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 14 de outubro de 2019 Eline Paixão e Silva Gurgel do Amaral Pinto Juíza Presidente

ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0623842-08.2019.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: Fabio da Silva Benarrós e outro - ATO ORDINATÓRIO VISTA AO MINISTÉRIO PÚBLICO Para fins de impulsionar o feito e com base no provimento nº. 063/02 - CGJ, esta secretaria ABRE VISTA AO MP para se manifestar quanto ao pedido de fls. 396/400.

ADV: EDGAR DIAS FILHO (OAB 4788/AM) - Processo 0638044-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - AUTOR: P.C.E.A. - VÍTIMAFATO: F.S.F. - RÉU: R.S.O. e outros - Considerando a certidão de fls. 435, esta secretaria INTIMA Defensoria Pública para REPRESENTAR o acusado ALESSANDRO DE SOUSA MARQUES, bem como tomar ciência da Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 29/10/2019, às 09:45 horas.

ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM), ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM), ADV: DAVI MARTINS DA SILVA JÚNIOR (OAB 11694/AM), ADV: STEPHANE VARELA GARCEZ (OAB 9876/AM) - Processo 0647579-40.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Homicídio Simples - INDICIADO: Marcelo Henrique Matos de Sales - Ronald de Castro Mar e outro - Diante do exposto, INDEFIRO o pedido de revogação de prisão preventiva c/c extensão de benefício c/c aplicação de medidas cautelares diversas da prisão do acusado Marcelo Henrique Matos de Sales, por vislumbrar a inaplicabilidade do art. 580 do CPP ao caso, bem como a presença dos requisitos ensejadores da prisão preventiva, constantes do art. 312, do CPP. Intime-se.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM), ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO SILVA (OAB 14377/AM), ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: MÁRIO CÉSAR DE CARVALHO (OAB 12674/AM), ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0648286-42.2018.8.04.0001 - Ação Penal de Competência do Júri - Homicídio Qualificado - RÉU: M.S.S. - C.S.S. - E.B.C. - Vieram-me os autos conclusos Decido. Nesta nova oportunidade, não assiste razão à defesa. O pedido formulado não trouxe elementos novos ou supervenientes que alterem o quadro jurídico-processual a que está inserido o requerente, sobretudo a necessidade de persistir a custódia cautelar, motivo pelo qual se mantém, em sua integralidade, a decisão que decretara a prisão preventiva. Diante da mera reiteração de pedido que trate dos mesmos fundamentos já examinados outrora, sem a comprovação de fatos novos ou supervenientes, que alterem o cenário jurídico processual, o art. 210 do regimento interno do STJ, aplicado em analogia processual, permite o indeferimento liminar, cujo teor transcreve-se: Art. 210. Quando o pedido for manifestamente incabível, ou for manifesta a incompetência do Tribunal para dele tomar conhecimento originariamente, ou for reiteração de outro com os mesmos fundamentos, o relator o indeferirá liminarmente. (g.n) Sobre os pressupostos cautelares da prisão preventiva, este juízo proferiu decisão em que reconhece o fumus comissi delicti e, sobretudo, os requisitos da custódia cautelar (periculum libertatis). (vide fls. 373/374) Nesse sentido, posiciona-se a jurisprudência, in verbis: Ementa: HABEAS CORPUS - ARTIGO 157, § 2°, INCISOS I E II, DO CÓDIGO PENAL, E ARTIGO 244-B, DA LEI N. 8.069/90 - REQUISITOS DA PRISÃO PREVENTIVA - REITERAÇÃO DE PEDIDO - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE FATO NOVO - WRIT NÃO CONHECIDO NESTA PARTE - MÉRITO - EXCESSO DE PRAZO PARA ENCERRAMENTO DE INSTRUÇÃO CRIMINAL - CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CONFIGURADO - ORDEM DENEGADA. No que se refere aos requisitos da prisão preventiva o writ é mera reiteração do Habeas Corpus nº 1401337-10.2015.8.12.0000, julgado em 24 de fevereiro de 2015, sem nenhum fato novo que justifique sua impetração, motivo pelo qual não se conhece do presente remédio constitucional. (...) TJ-MS - Habeas Corpus HC 14075580920158120000 MS 1407558-09.2015.8.12.0000 (TJ-MS) No mais, em relação ao que fora ventilado nos autos pela defesa acerca da ausência de diligências para tentar localizar o réu, o que teria motivado o decreto prisional (art. 366, do CPP), verifica-se situação totalmente diversa. Afirmou-se que o acusado reside há 04 (quatro) na casa do pai (fls. 433), não no endereço constante do caderno processual às fls. 349, contudo, a realidade dos autos demonstra que o réu tem cadastrado junto ao poder público um único endereço, retratado na certidão de fls. 348. Se é verdade o que a defesa afirma, que o réu reside há tanto tempo assim na mesma localidade (fls. 433), o fato de não ter atualizado junto ao estado o local de residência só se justifica por uma razão: porque não quer ser encontrado, nem mesmo para ser citado, o que motiva, uma vez mais o decreto da prisão preventiva, nos termos do art. 312 do CPP, para assegurar a futura aplicação da lei penal. Diante do exposto, nos termos do art. 210 do Regimento Interno do STJ, aplicado analogicamente, INDEFIRO PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO DA DECISÃO DE INDEFERIMENTO DA REVOGAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA do acusado CLAUDEMBERG SILVA DE SOUZA , com fundamento no art. 312, do CPP. Intimem-se. Cumpra-se.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Amanda de Oliveira Lopes (OAB 13271/AM)
Ana Maria Albuquerque de Barros (OAB 12277/AM)
Ana Rita de Souza Nascimento (OAB 10121/AM)
Bruno Calheiro de Oliveira (OAB 5986/AM)
Camila Castro de Alencar (OAB 13045/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
Carlos Augusto Silva (OAB 14377/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Davi Martins da Silva Júnior (OAB 11694/AM)
Defensoria Pública do Estado do Amazonas (OAB O/AM)
Edgar Dias Filho (OAB 4788/AM)
Eduardo de Souza Rodrigues (OAB 5559/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Jamayra Machado Tavares (OAB 14337/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Mário César de Carvalho (OAB 12674/AM)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Pedro Morais de Brito Junior (OAB 10803/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Stephane Varela Garcez (OAB 9876/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

VARA DE EXECUÇÃO PENAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DE EXECUÇÕES PENAIS (VEP)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0218/2019

ADV: HENRIQUE DA SILVA BRAGA (OAB 9379/AM), ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM) - Processo 0005569-84.2006.8.04.0001 (001.06.005569-4) - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Almir Nobre Teles - DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Patrono constituído nos autos às fls.445 para que, dentro do prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre os cálculos acostados aos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM), ADV: LUIS EDUARDO DOS SANTOS VALOIS COÊLHO (OAB 1975/AM), ADV: MARCELO EDUARDO BATTAGLIN MACIEL (OAB 12965/MS) - Processo 0200144-38.2019.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Cleomar Ribeiro de Freitas - À vista do exposto, determina-se a expedição de imediata e urgente solicitação da renovação da permanência de CLEOMAR RIBEIRO DE FREITAS, VULGO “COPINHO”, no sistema penitenciário federal, pelo prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias.

ADV: CAMILA GUIMARÃES DE LIMA (OAB 13098/AM) - Processo 0201168-72.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Paulo Augusto de Queiroz Galvão Junior - Trata-se de apresentação de renúncia por parte do causídico Camila Guimarães de Lima, (OAB-AM) Sob o número 13098, peticionou perante este Juízo às fls. 216, comunicando o ato do mandato outorgado por Paulo Augusto de Queiroz Galvão Junior. É o relatório. Decido. Pois bem, conforme contido no Art. 112 do NCPC estabelece que o advogado pode renunciar o mandato a qualquer tempo, desde que prove ter cientificado o mandante a fim da nomeação de um substituto. E mais : durante os dez dias seguintes à ciência, o advogado renunciante continuará a representar o mandante para evitar qualquer prejuízo. O texto é claro. Não se vê na curta redação qualquer menção que caberá ao Juízo processante a tarefa de avisar ao outorgante que o profissional de sua confiança renunciou o encargo anteriormente assumido. Por sua vez, o Estatuto da OAB, no seu artigo 5º, § 3 º também acompanha a redação do NCPC, com uma redação mais enxuta e não menos elucidativa, ao estipular que “ o advogado que renunciar ao mandato, continuará, durante os dez dias seguintes à notificação da renúncia a representar o mandante, salvo se for substituído antes do término desse prazo”. Como é de fácil entendimento, seja pelo NCPC, seja pelo Estatuto da Ordem resta claro que inexiste a obrigação do Juízo em cientificar o cliente da renúncia do advogado contratado. Esse encargo cabe ao profissional renunciante. Assim sendo, diante do quadro processual exposto, intime-se a Advogada subscritora da petição de fls. antecedentes para cumprir na íntegra o disposto no art. 112 do Código de Processo Civil, fazendo juntada aos autos da ciência de seu cliente para nomear outro patrono, sob pena de responsabilidade administrativa nos quadros da OAB/AM. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA RUBIM NEPOMUCENO DA SILVA (OAB 13493/AM) - Processo 0201340-14.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Thiago Barbosa da Rocha - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Thiago Barbosa da Rocha.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0201854-64.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: ANDRE ROBERT FREITAS DA SILVA - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0203630-46.2010.8.04.0001 (001.10.203630-7) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Danilo das Chagas Melo - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Danilo das Chagas Melo.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0207860-53.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - APENADO: Marcos Augusto de Lima Junior - Intime-se a Defesa do reeducando, caso haja advogado constituído nos autos, ou a Defensoria Pública, para manifestação quanto aos cálculos apresentados. Após, venham-me conclusos para homologação.

ADV: RONIVALDO BATISTA DA SILVA (OAB 9854/AM) - Processo 0208335-43.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: S.A.D. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado SILVANO ALMEIDA DUARTE.

ADV: RAQUEL NASCIMENTO DE OLIVEIRA (OAB 10674/AM), ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0209179-90.2017.8.04.0001 - Execução Provisória - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Moises Marialva Asceni - verifico que não foi atendido o requisito objetivo-temporal para a concessão do benefício, razão pela qual INDEFIRO A PROGRESSÃO DE REGIME, acolhendo o preciso parecer ministerial, devendo o apenado permanecer no regime em que se encontra até o adimplemento do lapso temporal necessário, ocasião em que deverá demonstrar, ainda, bom comportamento disciplinar.

ADV: MÁRCIO ZENDY SOARES LEÃO (OAB 10518/AM) - Processo 0211086-37.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Adriano Videira Lima - verifico que não foi atendido o requisito objetivo-temporal para a concessão do benefício, razão pela qual INDEFIRO A PROGRESSÃO DE REGIME, acolhendo o preciso parecer ministerial, devendo o apenado permanecer no regime em que se encontra até o adimplemento do lapso temporal necessário, ocasião em que deverá demonstrar, ainda, bom comportamento disciplinar.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM) - Processo 0212604-33.2014.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Nilvane de Souza Lima - DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Patrono constituído nos autos às fls.456 para que, dentro do prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre os cálculos acostados aos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: MÁRCIO FIGUEIREDO PESSOA (OAB 6458/AM) - Processo 0214295-77.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Márcio Afonso Pereira da Costa Júnior - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Márcio Afonso Pereira da Costa Júnior.

ADV: GEORGE DE MELO MONTEIRO (OAB 8466/AM) - Processo 0215072-28.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Carlos Alberto Barbosa de Lima - Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: ANTÔNIO AUGUSTO BRITO FEIJÓ JÚNIOR (OAB 8408/AM), ADV: IRAN VIEIRA DE SOUSA (OAB 5706/AM), ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0216923-73.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: A.P.M. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, tome ciencia da decisão de fl. 263 com relação ao apenado Andrey Passos Marinho.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0219090-29.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Estupro - APENADO: Francivaldo Gama Freitas - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste acerca dos documentos juntados às fls. 132/134, conforme Despacho de fls. 139 e 153.

ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0220001-41.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: A.S.S. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Aldenei da Silva de Souza.

ADV: SÉRGIO SAMARONE DE SOUZA GOMES (OAB 1092/AM) - Processo 0220011-85.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: W.P.C.N.J. - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à Defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Washington Paulino Cruz do Nascimento Júnior, conforme Despacho de fls. 204.

ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM) - Processo 0227557-36.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Vandernilson Sena Prestes - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Vandernilson Sena Prestes.

ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0227946-94.2008.8.04.0001 (001.08.227946-3) - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Bruno Henrique Assis Bezerra - Dê-se ciência acerca da decisão do conflito de competência ao DPEN/MJ, ao Corregedor do Presídio Federal de Mossoró/RN, ao MPE/AM, a Defesa e a SEAP/AM. Após, os autos devem aguardar em cartório e retornar concluso com 60 (sessenta) dias de antecedência ao prazo de expiração de permanência do custodiado no sistema penitenciário federal. Cumpra-se.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM) - Processo 0231075-29.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Anderson Muca da Silva - DESPACHO Dê-se vista dos autos ao Patrono constituído nos autos às fls. 132 para que, dentro do prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre os cálculos acostados aos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: POLIANA CRISTINA PAIVA DA SILVA (OAB 12786/AM), ADV: ÉRICA CÂNDIDA COSTA (OAB 12473/AM), ADV: CARMEM OLIVEIRA ALENCAR (OAB 13038/AM) - Processo 0240127-15.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Bruno Magalhães Ferreira - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Bruno Magalhães Ferreira.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM) - Processo 0243391-11.2015.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: ADRIJONE MIRANDA DE CAMPOS - Trata-se de processo de execução da pena privativa de liberdade em desfavor de ADRIJONE MIRANDA DE CAMPOS. Na forma da Resolução n.º 113/2010 do Conselho Nacional de

Justiça, houve a elaboração do Atestado de Pena a Cumprir, às fls. 103/106. Com vista dos autos, não houve impugnação pelas partes. Vieram-me conclusos. Decido. Não sendo constatados pontos passíveis de correção, HOMOLOGO os cálculos apresentados por este Juízo. Cientifique-se o Ministério Público e a Defesa para conhecimento.

ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM) - Processo 0244787-28.2012.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: David Silva Barbosa - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO David Silva Barbosaao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 2.ª V.E.C.U.T.E., autos n.º 0604516-62.2019, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de David Silva Barbosa. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita. Cumpra-se. P.R.I.

ADV: KAREN REGINA NOGUEIRA RAMALHOSA (OAB 9101/AM) - Processo 0246748-62.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: JONATHAN JORDAN PALHETA DE SENA - Assim, diante da notícia da prática de falta grave, DECRETO A REGRESSÃO CAUTELAR DO SENTENCIADO JONATHAN JORDAN PALHETA DE SENAao REGIME FECHADO, caso que leva à regressão, e o periculum in mora presente na necessidade da aplicação da pena. Cientifique-se ao Juízo de Direito da 1.ª Vara Criminal da Capital, autos n.º 0644988-08.2019, do teor da presente decisão, bem como para que informe sobre soltura/condenação de JONATHAN JORDAN PALHETA DE SENA. À SEAP para que envie certidões carcerária e disciplinar, mapa laboral, referente ao apenado epigrafado. Em atenção ao previsto no art. 196 da LEP, dê-se vista, sucessivamente, pelo prazo de 3 (três) dias, ao Ministério Público e à Defesa do apenado, a fim de que se manifestem sobre a regressão definitiva. Ressalte-se que, em casos como o presente - falta grave decorrente de prática de novo crime, faz-se desnecessária a realização de audiência de justificação, consoante jurisprudência do STJ (HC 287998 / MG) acima transcrita. Serve a presente com força de ofício. Intimem-se. Cumpram-se

ADV: MAURÍCIO VIEIRA DE CASTRO FILHO (OAB 11035/AM), ADV: LUAN VIEIRA DA CUNHA (OAB 11201/AM), ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0249308-45.2014.8.04.0001 - Execução Provisória - Execução Penal - APENADO: Antonio Miranda da Silva Junio - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Antonio Miranda da Silva Junio.

ADV: YANNE PINHEIRO TEIXEIRA (OAB 14312/AM) - Processo 0249543-07.2017.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: F.S.M. - DESPACHO - REITERAÇÃO Dê-se vista dos autos ao Patrono constituído nos autos às fls. 188 para que, dentro do prazo de 05(cinco) dias, manifeste-se sobre os cálculos acostados aos autos. Após manifestação ou com a certificação do decurso do prazo sem resposta, venham os autos conclusos para decisão.

ADV: FABIANE BATISTA FRANÇA (OAB 12077/AM), ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0252140-80.2016.8.04.0001 - Execução da Pena - Pena Privativa de Liberdade - APENADO: Francisco de Assis Moura Melo - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Francisco de Assis Moura Melo.

ADV: RICHARDSON MARTINS PRAIA BRAGA (OAB 4786/AM), ADV: LUCIANO MENEZES GADELHA (OAB 8648/AM) - Processo 0257760-78.2013.8.04.0001 - Execução da Pena - Execução Penal - APENADO: Jonathas Farias e Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Jonathas Farias e Silva.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0645560-95.2018.8.04.0001 - Execução da Pena - Homicídio Qualificado - APENADO: Adson Dias da Silva - De ordem deste Juízo de Direito e conforme Portaria Conjunta SEAP/VEP nº 01/2018, encaminho os autos à defesa, para que, em 5 (cinco) dias, se manifeste sobre os cálculos apresentados com relação ao apenado Adson Dias da Silva.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Antônio Augusto Brito Feijó Júnior (OAB 8408/AM)
Camila Guimarães de Lima (OAB 13098/AM)
Carmem Oliveira Alencar (OAB 13038/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Elisângela da Silva Santos (OAB 6707/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Érica Cândida Costa (OAB 12473/AM)
Fabiane Batista França (OAB 12077/AM)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
George de Melo Monteiro (OAB 8466/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Henrique da Silva Braga (OAB 9379/AM)
Iran Vieira de Sousa (OAB 5706/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karen Regina Nogueira Ramalhosa (OAB 9101/AM)
Luan Vieira da Cunha (OAB 11201/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Luciano Menezes Gadelha (OAB 8648/AM)
Luis Eduardo dos Santos Valois Coêlho (OAB 1975/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Marcelo Eduardo Battaglin Maciel (OAB 12965/MS)
Márcio Figueiredo Pessoa (OAB 6458/AM)
Márcio Zendy Soares Leão (OAB 10518/AM)
Maurício Vieira de Castro Filho (OAB 11035/AM)
Poliana Cristina Paiva da Silva (OAB 12786/AM)
Priscila Rubim Nepomuceno da Silva (OAB 13493/AM)
Raquel Nascimento de Oliveira (OAB 10674/AM)
Richardson Martins Praia Braga (OAB 4786/AM)
Ronivaldo Batista da Silva (OAB 9854/AM)
Sérgio Samarone de Souza Gomes (OAB 1092/AM)
Yanne Pinheiro Teixeira (OAB 14312/AM)

AUDITORIA MILITAR

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0376/2019

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0203576-70.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Aildo Miguel Padilha Pinheiro - Dê-se vista à defesa.

ADV: FREDERICO GUSTAVO TÁVORA (OAB 6462/AM) - Processo 0233116-71.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Manoel Lima dos Santros Filho - Laenilson Pinheiro Moraes - Francisco Aldrim Queiroz Ferreira - Dê-se vista à defesa.

Frederico Gustavo Távora (OAB 6462/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA VARA DA AUDITORIA MILITAR
JUIZ(A) DE DIREITO ALCIDES CARVALHO VIEIRA FILHO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ALESSANDRA LÊDO GONÇALVES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0377/2019

ADV: ORLANDO BOTELHO BENTES (OAB 8863/AM) - Processo 0203581-92.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Adeilton Moreira Guedes e outros - Intime-se o advogado indicado pelo réu, conforme certidão de fls. 394/395, para oferecer defesa inicial, de acordo com o artigo 407 e parágrafo único do Código de Processo Penal Militar.

ADV: SÓSTENES ADIEL PEREIRA BATISTA (OAB 10131/AM) - Processo 0217432-77.2011.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes Militares - ACUSADO: Raimundo Roosevelt da Conceição de Almeida Neves - Intime-se o defensor do acusado para oferecer as alegações escritas no prazo legal, com a advertência de que, não o fazendo, os autos serão encaminhados à Defensoria Pública. Intimem-se.

Orlando Botelho Bentes (OAB 8863/AM)
Sóstenes Adiel Pereira Batista (OAB 10131/AM)

1ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0219/2019

ADV: EDNALDO ROGÉRIO TENÓRIO VIEIRA (OAB 8356/AM) - Processo 0642068-61.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERENTE: T.K.B.F. - fixo alimentos provisórios em favor da autora em valor equivalente à dez por cento dos rendimentos liquidos a serem descontados em folha de pagamento do alimentante e depositados na conta bancária de quem os reivindica (ou representante legal). Desde logo esclareço aos litigantes que me filio ao entendimento da jurisprudência gaúcha, no sentido de a rescisão contratual trabalhista e o FGTS terem natureza indenizatória, excluindo-as, por consequência, da incidência dos alimentos a referida verba, salvo ajuste de vontades em sentido contrário. É a jurisprudência: "AGRAVO. ALIMENTOS. FGTS E VERBAS RESCISÓRIAS TRABALHISTAS. VERBAS INDENIZATÓRIAS. É pacífico o entendimento no sentido de que os valores recebidos a título de FGTS e as verbas rescisórias trabalhistas não constituem verbas remuneratórias para incidência da pensão alimentícia. Trata-se, pois, de verbas indenizatórias, e nesta qualidade não ficam incluídas no encargo alimentar. NEGADO SEGUIMENTO. (DECISÃO MONOCRÁTICA - SEGREDO DE JUSTIÇA). (Agravo de Instrumento Nº 70008243990, Oitava Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Rui Portanova, Julgado em 03/03/2004)" "AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. FGTS. ALIMENTOS. NÃO INCIDÊNCIA. A pensão alimentícia não incide sobre verbas rescisórias/trabalhistas, a exemplo do que ocorre com o fgts, ambas de cunho indenizatório, e não salarial. Precedentes. Apelação desprovida". (APELAÇÃO CÍVEL Nº 70007214927, OITAVA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ ATAÍDES SIQUEIRA TRINDADE, JULGADO EM 09/10/2003)." "ALIMENTOS. BASE DE CÁLCULO. INCIDÊNCIA SOBRE DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO, GRATIFICAÇÕES, PRÊMIOS DE QUALQUER NATUREZA, FÉRIAS, HORAS EXTRAS, TERÇO CONSTITUCIONAL REFERENTE ÀS FÉRIAS. EXCLUSÃO DE INDENIZAÇÕES TRABALHISTAS E FGTS. Independentemente de pedido expresso da parte, os alimentos incidem sobre a gratificação do 13º salário, férias, gratificações, horas extras, terço constitucional de férias. Isso porque referidas parcelas integram para todos os efeitos a remuneração do alimentante. Por outro lado, devem ser excluídos da base de cálculo, porque são de natureza indenizatória, e não salarial, os valores havidos de indenizações trabalhistas, bem como aqueles provenientes do fgts. Proveram em parte, por maioria". (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70006682777, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: LUIZ FELIPE BRASIL SANTOS, JULGADO EM 01/10/2003)". "ALIMENTOS. EXECUÇÃO. INCIDÊNCIA DA PENSÃO ALIMENTÍCIA SOBRE O FGTS. DESCABIMENTO. É pacífico o entendimento deste colegiado de que os valores recebidos a título de fgts não constituem verbas remuneratórias, mas, sim, indenizatórias, e nesta qualidade não ficam incluídas no encargo alimentar, salvo se expressamente previsto na avença ou na decisão. Agravo improvido, por maioria". (AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 70006624654, SÉTIMA CÂMARA CÍVEL, TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO RS, RELATOR: JOSÉ CARLOS TEIXEIRA GIORGIS, JULGADO EM 24/09/2003)". "EXECUÇÃO DE ALIMENTOS. PENHORA DO FGTS. IMPOSSIBILIDADE. Mesmo cuidando-se de execução de alimentos por quantia certa contra devedor solvente, não é possível penhorar o valor em depósito no fundo de garantia por tempo de serviço, pertencente ao devedor, eis que o numerário existente nesse fundo não é disponível para o devedor, sendo ele regido por normas próprias e finalidade específica. Recurso desprovido. (Agravo de Instrumento Nº 70005916697, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Sérgio Fernando de Vasconcellos Chaves, Julgado em 26/03/2003)" Paute-se audiência para semana da conciliação, providenciando-se as intimações necessárias. Expeçam precatória para citar e intimar o polo passivo para integrar a lide e comparecer à audiência de mediação e conciliação. Intime-se, também, o polo ativo para comparecimento à mencionada audiência. Caso reste frustrada a tentativa de firmar acordo, paute audiência una de conciliação e julgamento, providenciando-se as intimações necessárias, observando-e ao polo passivo de que deverá apresentar sua contestação no referido ato, sob pena de ser decretada sua revelia. Intimem o polo ativo para ciência e comparecimento à audiência una, sob a advertência de arquivamento do feito caso sem justo motivo não compareça ao referido ato processual.

Ednaldo Rogério Tenório Vieira (OAB 8356/AM)

5ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DE FAMÍLIA (EUZA MARIA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0220/2019

ADV: ROSEANE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 7610/AM) - Processo 0201199-24.2019.8.04.0001 - Guarda - Seção Cível - REQUERIDO: L.N.S. - Guarda Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM) - Processo 0203953-70.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: C.A.G.S. - Divórcio litigioso transformado em divórcio consensual, mediante condições que resguardam os interesses das partes. As partes estão qualificadas nos autos. O Ministério Público opinou favoravelmente. Cumpridas as formalidades legais, tem-se por homologado o divórcio, nos termos e condições acordadas. Sem custas, já deferida a gratuidade da Justiça. Intimem-se Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Providencie-se. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: RANETH TOMÁS BARBOSA (OAB 3882/AM) - Processo 0206828-76.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Revisão - REQUERIDO: Claudemilton Brito Frazão - CERTIFICO que, em cumprimento ao(à) despacho / decisão do(a) Juiz(a), fica pautada audiência de Instrução e Julgamento para o dia 17/12/2019 às 08:30h, sendo providenciadas, neste ato, as intimações / citações necessárias.

ADV: MAURA CARVALHO MARANHÃO (OAB 12135/AM) - Processo 0210491-33.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Guarda - REQUERIDO: A.V.S.L.B. - Desistência homologada. Em razão disso e com fundamento no art. 485, VIII, do Código de Processo Civil, tem-se por extinto o processo. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0224861-17.2019.8.04.0001 - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 - Fixação - REQUERIDO: H.J.F.F. - Alimentos - Lei Especial Nº 5.478/68 Partes qualificadas nos autos. Documentação pertinente. Acordo em audiência. Ministério Público favorável. Regular a manifestação de vontades e não se vislumbrando qualquer situação que o impossibilite, tem-se por homologado o acordo, para todos os efeitos legais. Sem custas. Providencie-se o necessário cumprimento. Intimem-se. Transitando em julgado, baixa e arquivamento.

ADV: MILTON MENEZES DINIZ (OAB 11965/AM) - Processo 0233022-65.2009.8.04.0001 (001.09.233022-4) - Cumprimento de sentença - Alimentos - REQUERENTE: C.E.M.H. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0241657-20.2018.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERIDO: A.A.L. - Divórcio direto litigioso. Partes qualificadas nos autos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência de instrução com depoimento do autor. Sucintamente, o relatório. A ação é de divórcio direto litigioso. O réu, apesar de regularmente citado, não se fez presente ao feito, para eventualmente contestar a ação, o que apenas dá consistência ao pleito formulado pelo autor. O autor confirmou em audiência os termos da inicial e, quanto a partilha de bens, requereu indenização concernente as benfeitorias realizadas no imóvel. Diante dessas considerações, acolhido o pedido do autor, tem-se, ao amparo do art. 226, § 6º da Constituição Federal, por decretado o divórcio, nos termos da fundamentação. Quanto a partilha de bens tem-se por reconhecido o direito da autora concernente a 50% (cinquenta por cento) das benfeitorias realizadas no imóvel/escola, referente a sua meação, a ser apurado mediante liquidação de sentença. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, determino que a referida sentença sirva como mandado para fins de ciência e cumprimento, com isenção de custas cartoriais. Após, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0243827-62.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Reconhecimento / Dissolução - REQUERIDO: J.L.L. e outros - Declaração de união estável. Partes qualificadas nos autos. Citação sem resposta. Revelia decretada. Audiência de instrução. Sucintamente, o relatório. O requerimento é de declaração de união estável. Segundo a requerente, conviveu por mais de 40 (quarenta) anos com MARIA DO SOCORRO DA SILVA, falecida em 09/04/2012 ; que essa convivência se deu na forma de união estável; que, em razão dessa união, tiveram 09 (nove) filhos. As requeridas, mãe e tia da falecida, apesar de citadas, não apresentaram resposta a ação, levando a crer que não se opõem ao pedido do autor. Em audiência o requerente e os filhos do casal confirmaram os termos da inicial. Quanto a estes, os documentos pessoais, não deixam dúvida. Pelo que se tem, assim, não há como se deixar de reconhecer a existência de união estável entre o requerente e a falecida companheira. Os elementos essenciais caracterizadores estão presentes, quais sejam, convivência familiar pública prolongada, reforçada pela existência de filhos e ausência de prova de que outro fosse o estado civil do falecido que não o de convivente. Em razão disso, tem-se por declarada a união estável na forma requerida, para todos os efeitos legais. Sem custas. Intimem-se. Transitando em julgado, arquive-se, com as providências de estilo.

ADV: AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM) - Processo 0259488-62.2010.8.04.0001 - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERIDO: M.F.L.N. - Diante do comprovante de pagamento, tem-se por revogada a prisão. Expeça-se contramandado ou alvará de soltura, se for o caso. Expeça-se alvará para levantamento dos valores. Dê-se vista ao patrono do executado para, no prazo de 10 (dez)dias, se manifestar sobre a penhora realizada. Não obstante, dê-se vista ao patrono da exequente para informar, em igual prazo, se há valores remanescentes. Após, voltem-me conclusos.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0268285-90.2011.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.E.S.S. - Diante do e-mail recebido comunique-se a representante legal. Processo sentenciado. Mantenha-se baixa e arquivamento.

ADV: ANA REGINA SOUZA (OAB 1797/AM) - Processo 0315529-54.2007.8.04.0001 (001.07.315529-3) - Cumprimento de sentença - Investigação de Paternidade - REQUERENTE: V.N.P.X. - Vista ao patrono do(a) exequente. 05 (cinco) dias.

Ana Regina Souza (OAB 1797/AM)
AYNNE FLORES DE SOUZA (OAB 10072/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
MARCELO DE SOUZA CHAAR (OAB 8566/AM)
Maura Carvalho Maranhão (OAB 12135/AM)
Milton Menezes Diniz (OAB 11965/AM)
Raneth Tomás Barbosa (OAB 3882/AM)
Roseane Rodrigues da Cunha (OAB 7610/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

7ª VARA DE FAMÍLIA

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DE FAMÍLIA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0112/2019

ADV: ANTÔNIO GONÇALVES DA COSTA (OAB 1240/AM), ADV: RUY GAMA E SILVA (OAB 312A/AM), ADV: JOSÉ GILBERTO DE SOUZA LUZEIRO (OAB 1891/AM) - Processo 0225518-42.2008.8.04.0001 (001.08.225518-1) - Procedimento de Conhecimento - União Estável ou Concubinato - REQUERENTE: R.S.V.S. - REQUERIDA: V.S.C. - W.C.C. e outros - Com o trânsito em julgado do Acórdão de fls. 457/460, conforme certidão de fls. 463, arquivem-se os autos. Cautelas de praxe.

ADV: MARA LÚCIA REIS DE HOLANDA (OAB 10501/AM), ADV: LENILTON FORTUNATO DE OLIVEIRA (OAB 2025/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM) - Processo 0240628-71.2014.8.04.0001 (apensado ao processo 0617583-36.2015.8.04.0001) - Remoção, modificação e dispensa de tutor ou curador - Capacidade - REQUERENTE: G.S.T. - REQUERIDO: P.O.C. e outro - Diante de informações trazidas em fls. 211, defiro pedido da petição supracitada. Habilite-se Francisco Alberti Batista Nunes nos autos, caso ainda não tenha sido feito, emitindo citação para contestar, no prazo legal. Cite-se ainda a sobrinha Andreza, via carta precatória, para que manifeste-se nos autos, caso queira, no prazo de 15 dias. Cumpra-se, com urgência.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0244560-43.2009.8.04.0001 (001.09.244560-9) - Procedimentos Especiais de Jurisdição Voluntária - Em comum / De fato - REQUERENTE: Lucilene Moraes Pacheco - Enfito que a parte requerida, mercê da validade de sua citação, não apresentou defesa, motivo porquanto reconheço a revelia. Contudo, compulsando os autos verifico que a parte autora não logrou provar a contento a existência dos imóveis indicados na inicial e nem o período de aquisição, razão pela qual vislumbro a necessidade de produção de provas e determino a sua intimação, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, junte aos autos a documentação relativa aos imóveis. No mesmo prazo, especifique ainda as provas que pretende ver produzidas em eventual audiência de instrução e julgamento, justificando a sua pertinência e anexando rol de testemunhas se for o caso. Após a fluência do prazo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM) - Processo 0600340-45.2016.8.04.0001 - Guarda - Guarda - REQUERENTE: R.N.S. - Ante todo o exposto, fundamentado no artigo 319 do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado na exordial, nos termos do Artigo 487, inciso I, do NCPC, deferindo-se a guarda da menor MARIA FERNANDA SILVA RIOS ROBERTO à sua mãe REIJIANE NASCIMENTO DA SILVA,

devendo a Secretaria, para tanto, providenciar o termo necessário. Defiro ainda direito de visita ao requerido DARTAGNAN DANIEL MARTELET RIOS ROBERTO, nos termos descritos em fls. 13. Sem Custas. P.R.I. Transitando em julgado, arquive-se com as providências de estilo.

ADV: ÉRIKA AUGUSTA DE PAULA FREITAS CHAPARRO (OAB 9690/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM), ADV: THATIANA NEVES COSTA DE SOUZA CASTELO BRANCO (OAB 5715/AM), ADV: IVANA DA CUNHA LEITE RUIZ (OAB 4814/AM) - Processo 0605654-64.2019.8.04.0001 - Divórcio Litigioso - Dissolução - REQUERENTE: D.H.L.A. - REQUERIDA: K.S.B. - Intime-se a parte requerida, por seu advogado, para no prazo de 05 (cinco) dias manifestar-se acerca da petição e documentos de fls. 249/312. Transcorrido o prazo, com ou sem manifestação da parte requerida, dê-se vista ao Ministério Público. Cumpra-se, com urgência.

Antônio Gonçalves da Costa (OAB 1240/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Érika Augusta de Paula Freitas Chaparro (OAB 9690/AM)
Ivana da Cunha Leite Ruiz (OAB 4814/AM)
José Gilberto de Souza Luzeiro (OAB 1891/AM)
Lenilton Fortunato de Oliveira (OAB 2025/AM)
Mara Lúcia Reis de Holanda (OAB 10501/AM)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Ruy Gama e Silva (OAB 312A/AM)
Thatiana Neves Costa de Souza Castelo Branco (OAB 5715/AM)

VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0131/2019

ADV: TRACEY MARIA DA SILVA RESENDE (OAB 4329/AM) - Processo 0803124-89.2008.8.04.0001 (001.08.803124-2) - Execução Fiscal - Liquidação / Cumprimento / Execução - EXEQUENTE: Município de Manaus - EXECUTADO: Zel Zeladoria da Amazonia Ltda - Maria da Conceição Smaczylo Rodrigues (Responsável Tributário-Empresa ZEL Zeladoria da Amazônia Ltda) - Adao Ariovaldo Rodrigues (Responsável Tributário - Empresa ZEL Zeladoria da Amazônia Ltda) - R. Hoje. Dê-se vista ao Exequente para, no prazo de 20 (vinte) dias, manifestar-se acerca do seu interesse ou não do prosseguimento do feito. Cumpra-se. Intime-se.

Tracey Maria da Silva Resende (OAB 4329/AM)

2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª V.E.C.U.T.E.
JUIZ(A) DE DIREITO ROSÁLIA GUIMARÃES SARMENTO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL MARYA FERNANDA DE SOUZA MARTINS PINA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0287/2019

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0206896-36.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Gomes Barroso - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 31/10/2019 às 11:30h.

ADV: SÉRGIO ENRIQUE OCHOA GUIMARÃES (OAB 7834/AM) - Processo 0207998-93.2013.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Luis Gustavo de Souza Reis - Certifico para os devidos fins que fica a defesa intimada, no prazo de 10 dias, a regularizar a representação processual do acusado Luis Gustavo de Souza Reis.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM), ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0208254-65.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Diego Correia Guimarães - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 30/10/2019 às 11h.

ADV: KLINGER DA SILVA OLIVEIRA (OAB 2000/AM) - Processo 0209301-45.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Radson Rodrigues de Azevedo - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 31/10/2019 às 09:30h.

ADV: JOÃO EVANGELISTA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 12394/AM), ADV: CRISTIANE GAMA GUIMARÃES (OAB 4507/AM) - Processo 0266614-27.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: A Sociedade - RÉU: Anderson Costa dos Santos - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 30/10/2019 às 10h.

ADV: ALDEMIR DA ROCHA SILVA JÚNIOR (OAB 5445/AM) - Processo 0266770-15.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉ: Sonia Mara Marinho de Figueiredo - Marlon Figueiredo Lima - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 31/10/2019 às 09h.

ADV: DELDSON SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8848/AM) - Processo 0635813-58.2017.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - VÍTIMAFATO: O Estado - RÉU: Luiz Felipe Rocha Brasil - Fica a defesa intimada a comparecer na Audiência de Instrução e Julgamento designada para o dia 31/10/2019 às 10h.

Aldemir da Rocha Silva Júnior (OAB 5445/AM)
Cristiane Gama Guimarães (OAB 4507/AM)
Deldson Souza de Oliveira (OAB 8848/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
João Evangelista Generoso de Araújo (OAB 12394/AM)
Klinger da Silva Oliveira (OAB 2000/AM)
Sérgio Enrique Ochoa Guimarães (OAB 7834/AM)

3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0090/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: IRENILDA CARVALHO JANUARIO (OAB 13167/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: ADRIHAN LINKOHL RODRIGUES CARDOSO (OAB 11043/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM), ADV: KAYSON DE ARAUJO MORAES (OAB 12912/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM) - Processo 0200104-56.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0609938-52.2018.8.04.0001) - Inquérito Policial - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Elias Roberto Situba da Silva - Tadeu Augusto Magalhaes Filho - Alex Sandro Serafim Nogueira do Nascimento - Jorserley Reis Seabra - DENUNCIADO: Wanessa Nascimento Jaque do Nascimento e outro - Ante o exposto, em vista da persistência dos pressupostos

e requisitos para a segregação cautelar, mantenho a prisão preventiva, fundado nos artigos 312 e 313, ambos do Código de Processo Penal. Por fim, dê-se nova vista dos autos ao Ministério Público, a fim de que se manifeste sobre o pedido de fls. 543/552.

ADV: ROSÂNGELA AMORIM DA SILVA (OAB 5760/AM), ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM), ADV: LUCIA MARIA DE PAIVA BULBOL (OAB 1462/AM) - Processo 0204505-74.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: A.K.F.S. - S.S.S. - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, tendo em vista o(a) certidão de fls. 657, bem como para apresentar memoriais, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Adson Kaio Falcão dos Santos e José Alan do Rosário Ramos.

ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: HELENA DE OLIVEIRA GALVÃO (OAB 2753/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: ADENIR SOUZA DA COSTA (OAB 8222/AM) - Processo 0207529-76.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marlisson José Ferreira - Diemenson Braga Ferreira - Flávio da Silva Queiroz - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, para apresentar memoriais, no prazo sucessivo de 5 (cinco) dias, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Diemenson Braga Ferreira, Flávio da Silva Queiroz e Marlisson José Ferreira.

ADV: THIAGO PAULO TABOSA DOS REIS JACOB (OAB 9622/AM), ADV: EMERSON SIQUEIRA PEREIRA (OAB 10338/AM) - Processo 0207921-79.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Afonso Celso Caldas de Lima - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu AFONSO CELSO CALDAS DE LIMA a pena individual de 03:01:25 (três anos, um mês e vinte e cinco dias), de reclusão, e 312 (trezentos e doze) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006; bem como ABSOLVE-LO da imputação penal prevista no artigo 35 da Lei n. 11.343/2006, com arrimo no artigo 386, inciso VII, do Código de Processo Penal.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0213302-05.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jonathas Oliveira da Silva e outro - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, tendo em vista a determinação no termo de audiência de fls. 245, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Jonathas Oliveira da Silva e Jandeilson Moura dos Santos.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANTÔNIO FRAZÃO AMARAL (OAB 3042/AM), ADV: VERACI TORRES DA SILVA (OAB 3162/AM), ADV: THIAGO RODRIGUES GOMES (OAB 8198/AM), ADV: MARIA ELIZABETHE RODRIGUES JERONIMO (OAB 7229/AM), ADV: CRISTIANO LEITÃO TAPAJÓS (OAB 5826/AM) - Processo 0219994-20.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gabriel Reis de Jesus - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu GABRIEL REIS DE JESUS a pena individual de 05:00:00 (cinco anos), de reclusão, e 500 (quinhentos) dias-multa por infração ao artigo 33 da Lei n. 11.343/2006.

ADV: EFIGÊNIA GENEROSO DE ARAÚJO (OAB 4508/AM) - Processo 0224318-24.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Silvane Cardoso da Costa e outro - Vistos, examinados etc. Atenda-se a promoção de fl. 249.

ADV: JOANE MENEZES DO NASCIMENTO (OAB 9409/AM), ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM) - Processo 0226527-24.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Denis Tavares Frota - remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre advogado(a), para apresentar memoriais, no prazo de 5 (cinco) dias, com relação a(o) denunciado(a) Denis Tavares Frota

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM), ADV: ANTÔNIO COIMBRA FILHO (OAB 3252/AM) - Processo 0229347-50.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Lucilene Ramires Guimarães e outro - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, para apresentar memoriais, no prazo sucessivo de 5(cinco) dias, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Lucilene Ramires Guimarães e Henrique Lira Cardoso.

ADV: GISELLE CRISTINA MONTEIRO FERREIRA (OAB 11159/AM), ADV: LEÔNIDAS MAGALHÃES NETO (OAB 6085/AM), ADV: CÂNDIDO HONÓRIO SOARES FERREIRA NETO (OAB 5199/AM) - Processo 0233325-30.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gedeon Alves da Cunha - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Gedeon Alves da Cunha.

ADV: VANDESSON BARBOSA SANTIAGO (OAB 12217/AM) - Processo 0243839-47.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - DIREITO PENAL - RÉU: R.P.S. - Vistos, examinados etc. Prossiga-se com o feito.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0248457-06.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Edson Ferreira dos Santos e outro - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, tendo em vista a juntada de certidão de óbito de fls. 382/383, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Edson Ferreira dos Santos.

ADV: MARCOS DINO DA ROCHA MARINHO (OAB 9346/AM), ADV: CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM), ADV: ANDRÉA MARQUES TELLES DE SOUZA (OAB 3283/AM), ADV: CAMILA BERTOLINI DE PAIVA (OAB 8223/AM) - Processo 0605190-74.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jorge Luis Monteiro da Silva - Vistos, examinados etc. Atenda-se a promoção de fl. 245.

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM) - Processo 0615163-19.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Marcos Ferreira da Silva Filho - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu Marcos Ferreira da Silva Filho a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES (OAB 5935/AM), ADV: JOSEMAR BERÇOT RODRIGUES JÚNIOR (OAB 7557/AM), ADV: DJACY DAS NEVES BENEVIDES FILHO (OAB 11994/AM), ADV: FABIANO CORTEZ DE NEGREIROS (OAB 9281/AM) - Processo 0621209-24.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Antônio Sávio da Silva e Silva - Diego Armando Freitas de Lima - Por essas razões, indefiro o pedido formulado em favor de Diego Armando Freitas de Lima.

ADV: RAFAEL PANZA FRANÇA GARCIA (OAB 8425/AM) - Processo 0624310-06.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Victor Matheus Prata da Silva - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu VICTOR MATHEUS PRATA DA SILVA a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: JUAREZ BARBOSA DE LIMA NETO (OAB 8819/AM), ADV: MARCOS PAULO MOURA LUZ (OAB 10868/AM), ADV: WILSON RUBEN DA SILVA MACIEL (OAB 10782/AM) - Processo 0639575-82.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Rafael Moraes da Rocha - Isto posto, baseada nos elementos de provas e convicção apurados nos autos, JULGO TOTALMENTE PROCEDENTE a denúncia para CONDENAR o réu Rafael Moraes da Rocha a pena individual de 01:08:00 (um ano e oito meses), de reclusão, e 138 (cento e trinta e oito) dias-multa por infração ao artigo 33, §4º, da Lei n. 11.343/2006.

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3835/AM), ADV: JORGE HENRIQUE GONZAGA DIAS JÚNIOR (OAB 9953/AM), ADV: BENEDITO DE OLIVEIRA COSTA (OAB 13110/AM) - Processo 0642260-91.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Igor Silva de Oliveira Travassos - Franciney Pedro dos Santos Costa - Alexandre de Araújo Cavalcante e outros - Ante o exposto, INDEFIRO o pedido formulado em favor de Igor Silva de Oliveira Travassos por PRISÃO DOMICILIAR, fundado nos artigos 318, 318-B e 319, todos do Código de Processo Penal.

ADV: JOÃO CARLOS PINTO DE ARAÚJO (OAB 3787/AM), ADV: CIRLANE FIGUEREDO ALBERTINO (OAB 8085/AM) - Processo 0651717-50.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Luan da Silva Tananta - Aos 15 de outubro de 2019, nesta cidade de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, nesta Secretaria da 3ª V.E.C.U.T.E., remeto os autos em epígrafe com vista a(o) ilustre Representante do Ministério Púbico do Estado do Amazonas e à Defesa, tendo em vista a juntada do Inquérito Policial, com relação a(o) acusado(a)/ré(u) Luan da Silva Tananta.

ADV: MULLER HENRIQUE PESSOA (OAB 8124/AM) - Processo 0654247-27.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Naiana Alencar Franca e outro - Nesse contexto, ao caso em comento, não obstante o péssimo antecedente criminal da indiciada, constato a caracterização do trinômio basilar, tendo em vista a comprovação da mesma ser imprescindível aos cuidados de filho menor de 12 (doze) anos, a preencher o disposto no inciso V do artigo 318, do Código de Processo Penal. Ante o exposto, SUBSTITUO a PRISÃO PREVENTIVA de Naiana Alencar Franca por PRISÃO DOMICILIAR, mediante MONITORAÇÃO ELETRÔNICA, fundado nos artigos 318, 318-B e 319, inciso IX, do Código de Processo Penal. A segregada somente poderá ausentar-se do domicílio indicado nos autos em PERÍMETRO SUPERIOR A 100 (CEM) METROS nas seguintes hipóteses: (a) - Comparecer aos autos processuais e/ou eventuais chamamentos ao Juízo de Direito; e (b) - Para comparecer às consultas médicas necessárias ou urgentes em relação a sua saúde e a dos menores, exigindo-se sempre o Atestado Médico. Advirto-a que o descumprimento das obrigações supra elencadas poderá ensejar em revogação do benefício. Expeça-se o respectivo mandado de remoção com as respectivas deliberações dispostas nessa decisão. EM SEGUIDA, oficie-se à SEAP para que proceda ao monitoramento eletrônico, nos termos aqui expostos. Assevero que, em eventual indisponibilidade da tornozeleira eletrônica, a ré deverá ser posta imediatamente em liberdade, sob o compromisso de que, a partir da disponibilidade, comparecerá à Secretaria de Estado da Administração Penitenciária com a finalidade de instalar o dispositivo. Intime-se. Cumpra-se.

Adenir Souza da Costa (OAB 8222/AM)
Adrihan Linkohl Rodrigues Cardoso (OAB 11043/AM)
Andréa Marques Telles de Souza (OAB 3283/AM)
Antônio Coimbra Filho (OAB 3252/AM)
Antônio Frazão Amaral (OAB 3042/AM)
Benedito de Oliveira Costa (OAB 13110/AM)
Camila Bertolini de Paiva (OAB 8223/AM)
Cândido Honório Soares Ferreira Neto (OAB 5199/AM)
CHARLENE DUARTE MAIA (OAB 8504/AM)
Cirlane Figueredo Albertino (OAB 8085/AM)
Cristiano Leitão Tapajós (OAB 5826/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Djacy das Neves Benevides Filho (OAB 11994/AM)
Efigênia Generoso de Araújo (OAB 4508/AM)
Emerson Siqueira Pereira (OAB 10338/AM)
Fabiano Cortez de Negreiros (OAB 9281/AM)
Giselle Cristina Monteiro Ferreira (OAB 11159/AM)
Helena de Oliveira Galvão (OAB 2753/AM)
Irenilda Carvalho Januario (OAB 13167/AM)
Joane Menezes do Nascimento (OAB 9409/AM)
João Carlos Pinto de Araújo (OAB 3787/AM)
Jorge Henrique Gonzaga Dias Júnior (OAB 9953/AM)
Josemar Berçot Rodrigues (OAB 5935/AM)
Josemar Berçot Rodrigues Júnior (OAB 7557/AM)
Juarez Barbosa de Lima Neto (OAB 8819/AM)
Kayson de Araujo Moraes (OAB 12912/AM)
Leônidas Magalhães Neto (OAB 6085/AM)
lucia maria de paiva bulbol (OAB 1462/AM)
Marcos Dino da Rocha Marinho (OAB 9346/AM)
Marcos Paulo Moura Luz (OAB 10868/AM)
Maria Elizabethe Rodrigues Jeronimo (OAB 7229/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3835/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Muller Henrique Pessoa (OAB 8124/AM)
Rafael Panza França Garcia (OAB 8425/AM)
Rosângela Amorim da Silva (OAB 5760/AM)
Thiago Paulo Tabosa dos Reis Jacob (OAB 9622/AM)
Thiago Rodrigues Gomes (OAB 8198/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)
Vandesson Barbosa Santiago (OAB 12217/AM)
Veraci Torres da Silva (OAB 3162/AM)
Wilson Ruben da Silva Maciel (OAB 10782/AM)

4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª V.E.C.U.T.E.
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0273/2019

ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0206696-58.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉ: Shirley de Moura Vieira - De ordem do MM. Juiz de Direito Lucas Couto Bezerra, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 30/10/2019 às 09:30h.

ADV: CHRISTINE MONTEIRO AUGUSTO SOUZA (OAB 5087/AM) - Processo 0217270-77.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Gilson Souza da Silva e outro - De ordem do MM. Juiz de Direito Lucas Couto Bezerra, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 30/10/2019 às 10:15h.

ADV: SEBASTIÃO JERÔNIMO PORTELA (OAB 5159/AM) - Processo 0218928-39.2014.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Amaury da Silva Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito Lucas Couto Bezerra, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 30/10/2019 às 09:00h.

ADV: JANDERSON FERNANDES RIBEIRO (OAB 7750/AM) - Processo 0221264-16.2014.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Fernando Pereira da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito Lucas Couto Bezerra, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 30/10/2019 às 10:45h.

ADV: CAROLINE RIBEIRO FROTA MOREIRA (OAB 5670/AM) - Processo 0245428-11.2015.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - INDICIADO: Diego de Sousa Ferreira - De ordem do MM. Juiz de Direito Lucas Couto Bezerra, a audiência foi inclusa na pauta para o dia 30/10/2019 às 11:00h.

ADV: ELZU SOUSA ALVES (OAB 9641/AM), ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM) - Processo 0632203-14.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - DENUNCIADO: Rafael Nascimento de Carvalho - Luiz Henrik Teixeira Pena - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 22/10/2019, às 09:15h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WALDEMIR MORAES TORRES (OAB 11126/AM), ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM) - Processo 0639701-64.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Vinicius da Silva Sarmento - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Quanto ao pleito defensivo, no sentido de encaminhar cópia dos autos a uma Vara Criminal, para o julgamento do delito previsto na Lei 10.826/2003, entendo que não merece acolhimento, no presente momento. Isso porque o acusação formulada pelo Ministério Público inclui a causa de aumento pela utilização da arma de fogo, de modo que a análise quanto à efetiva utilização do armamento será realizada quanto da apreciação do mérito da causa. Designo o dia 22/10/2019, às 08:30h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANIELY VALENA DE OLIVEIRA MARIANO FORMIGA (OAB 7258/AM), ADV: MOISÉS ELIAS DA SILVA (OAB 6887/AM), ADV: AMANDA KARLA PAIVA DA SILVA (OAB 12229/AM) - Processo 0642001-96.2019.8.04.0001 - Procedimento Especial da Lei Antitóxicos - Tráfico de Drogas e Condutas Afins - RÉU: Jesse Alfredo Moraes Pimentel - Wagna de Souza Ferreira - Sendo assim, recebo a denúncia nos termos em que foi formulada. Designo o dia 22/10/2019, às 08:15h, para a realização da audiência de instrução e julgamento. Intime(m)-se o(s) Réu(s) e testemunhas arroladas pela acusação, conforme o caso. Proceda-se à intimação dos advogados via DJE, para comparecimento na data designada. Observe-se a intimação pessoal do Ministério Público e da Defensoria. Cientifique-se a Defesa que a(s) testemunha(s) eventualmente arrolada(s) na defesa preliminar, deverão ser trazida(s) à audiência, independentemente de intimação, salvo requerimento expresso em sentido contrário. Oficie-se à autoridade policial para destruição da droga apreendida, observando o que dispõe o art. 50 e seus parágrafos, da Lei 11.343/06. Intime-se. Cumpra-se.

Amanda Karla Paiva da Silva (OAB 12229/AM)
Aniely Valena de Oliveira Mariano Formiga (OAB 7258/AM)
Caroline Ribeiro Frota Moreira (OAB 5670/AM)
Christine Monteiro Augusto Souza (OAB 5087/AM)
Elzu Sousa Alves (OAB 9641/AM)
Janderson Fernandes Ribeiro (OAB 7750/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)
Moisés Elias da Silva (OAB 6887/AM)
Sebastião Jerônimo Portela (OAB 5159/AM)
Waldemir Moraes Torres (OAB 11126/AM)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)

1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO NAIA MOREIRA YAMAMURA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JULIANA DO VALLE CORREIA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0162/2019

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0097187-81.2004.8.04.0001 (001.04.097187-3) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: A.V.F. - Pela MMa. Juíza fora redesignada a presente audiência para o dia 05/11/2019 às 9h30.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: JOSÉ AURISTENIL SOARES NUNES (OAB 7580/AM) - Processo 0215797-51.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: A.S.P. - Intime-se a Defesa para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente as Alegações Finais.

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0243285-49.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: L.S.L. - Intime-se a Defesa para que no prazo de 05 (cinco) dias apresente as Alegações Finais.

Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)
José Auristenil Soares Nunes (OAB 7580/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)

2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: VANDERLEY ALMEIDA CLARINDO (OAB 8560/AM) - Processo 0200974-72.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: F.E.P.O. - Intime-se, pela segunda vez, via Diário da Justiça Eletrônico - DJE, a Defesa constituída pelo Réu (procuração de fl. 61) para, no prazo de 05 (cinco) dias, apresentar alegações finais em forma de memoriais, sob pena de aplicação de multa e comunicação à OAB/AM pelo abandono injustificado da causa, conforme autoriza o art. 265 do Código de Processo Penal.

ADV: JADISMAR SOUZA LIMA (OAB 3307/AM), ADV: RAYMUNDO CORIOLANO VENTILARI CORRÊA (OAB 1486/AM) - Processo 0501418-47.2008.8.04.0001 (001.08.501418-5) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - VÍTIMAFATO: I.L.L. - RÉU: V.L. - HOMOLOGO a desistência da vítima e das Testemunhas arroladas, formulada na manifestação ministerial à fl. 152.

ADV: RAIMUNDO NUNES AMAZONAS (OAB 7379/AM), ADV: VÍTOR CASSIANO LOUZADA (OAB 14422/AM) - Processo 0655675-44.2019.8.04.0001 - Auto de Prisão em Flagrante - Estupro de vulnerável - INDICIADO: M.W.S.P. - Presentes os pressupostos objetivos e subjetivos exigidos, quais sejam a sucumbência, tempestividade, legitimidade e interesse processual, recebo o recurso em sentido estrito em seu efeito devolutivo. Intime-se, mediante forma eletrônica e/ou publicação oficial e por meio de seu procurador, o réu e ora recorrido para oferecer contrarrazões no prazo legal de 02(dois) dias (art. 588, caput, parte final, Código de Processo Penal).

Jadismar Souza Lima (OAB 3307/AM)
Raimundo Nunes Amazonas (OAB 7379/AM)
Raymundo Coriolano Ventilari Corrêa (OAB 1486/AM)
Vanderley Almeida Clarindo (OAB 8560/AM)
Vítor Cassiano Louzada (OAB 14422/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM) - Processo 0206506-66.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: M.R.C. - Pelo exposto, presentes os pressupostos recursais de admissibilidade, RECEBO a presente Apelação, no seu duplo efeito (art. 597, do Código de Processo Penal), suspendendo a execução da pena e devolvendo o conhecimento da matéria fática ao Juízo ad quem. Considerando que o Apelante declarou que pretende arrazoar na instância superior (art. 600 § 4º, do Código de Processo Penal), remetam-se os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, com as homenagens de estilo.

ADV: MÁRIO LIMA WU FILHO (OAB 2135A/DP), ADV: JOSE ANTONIO TUMA NETO (OAB 1515/AM), ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0218194-64.2009.8.04.0001 (001.09.218194-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: R.L.A. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Rogério Lima Alcantara - REVELIA, fls.: 162 . CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), Osnar Pereira dos Reis - INTIMADA, segundo fls.: 249, para comparecer(em) à audiência designada para 27/11/2019 às 11:30h. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Raimundo Jesus Da Silva - OITIVADO, segundo fls.: 227/228. Itamar Barbosa Ferreira Filho - DESISTÊNCIA do MINISTÉRIO PÚBLICO. Geova Cunha Cavalcante - INTIMADA, fls.:249. Maria das Graças Pereira de Menezes - NÃO INTIMADA, esta Secretaria expedirá novo mandado.

ADV: DANIELLE AUFIERO MONTEIRO DE PAULA (OAB 6945/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: ANIELLO MIRANDA AUFIERO (OAB 1579/AM), ADV: MÁRIO VÍTOR MAGALHÃES AUFIERO (OAB 8787/AM), ADV: BRUNO RICARDO LIMA TAPAJÓS (OAB 5695/AM), ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM), ADV: DANIEL SILVA DE OLIVEIRA (OAB 9553/AM) - Processo 0220510-98.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Favorecimento da Prostituição - RÉ: A.C.S.A. - F.N.S. - R.A.V.F. - CERTIFICO, para os devidos fins de direito, que esta secretaria designou a audiência de Instrução e Julgamento para o dia 31/10/2019 às 09:00h. Providencias pela Secretaria: 1) Intimação/Requisição do(s) réu(s); 2) Intimação do advogado particular ou Defensor Público;

ADV: ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM) - Processo 0230276-49.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - DENUNCIADO: E.B.P. e outro - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Emanoel de Brito Pereira - INTIMADO, segundo fls.:143. Moises de Brito Pereira - REVELIA, fls.: 137. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), L.B.M.P, Representado(a) por sua Mãe Márcia Moreira Soares - OITIVADAS. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DEFESA, resposta à acusação, Karoline Lobato de Oliveira - INTIMADA, fls.: 147. Irael Brito Pereira - DEFESA DESISTIU. Mário Jorge de Brito Pereira - OITIVADO. Luciane Nunes da Silva - OITIVADA e Francisco das Chagas Melo - DESISTÊNCIA TÁCITA, segundo fls.: 142.

ADV: LÚCIO FÁBIO CORDEIRO RIBEIRO (OAB 10088/AM) - Processo 0237050-95.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: Francisco da Silva Costa - Pelo exposto, ausente um dos pressupostos recursais de admissibilidade (tempestividade), DEIXO DE RECEBER a presente Apelação, conforme fundamentação supra.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0245482-06.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de Vulnerável - RÉU: W.A.S. - CERTIFICO que as vítimas foram oitivadas na audiência realizada em 12 de agosto de 2019 (fls. 141-146). CERTIFICO que as testemunhas arroladas na denúncia, Aline Jane Ferreira dos Santos, Conceição Oliveira Bernardo e Ruti da Cunha Rodrigues, foram intimadas da redesignação para o dia 11/11/2019 às 10:30h em audiência (fls. 145). CERTIFICO que o Advogado de Defesa comprometeu-se em trazer as testemunhas de Defesa arroladas nas fls. 80, assim como o réu independentemente de intimação (fls. 145).

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM) - Processo 0500150-55.2008.8.04.0001 (001.08.500150-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - DENUNCIADO: M.C.S. - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu. Junte-se o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - Versão Esquemático Operativa.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0550988-65.2009.8.04.0001 (001.09.550988-8) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - DENUNCIADO: N.N.A. - CERTIFICO, QUANTO AO(S) RÉU(S), Nilson Noronha de Araújo - NÃO INTIMADO(S) ATÉ O PRESENTE MOMENTO para comparecer à audiência designada para 27/11/2019 às 10:30h, aguardando retorno do mandado. CERTIFICO, QUANTO À(S) VÍTIMAS(S), A.L.S E REPRESENTANTE LEGAL Maria Andreia Pereira Lessa - INTIMADA(S), visto que as intimações foram positivas para comparecer(em) à audiência designada para 27/11/2019 às 10:30h, segundo fls.: 188. CERTIFICO, QUANTO À(S) TESTEMUNHAS) arrolada(s) na DENÚNCIA Sérgio Pereira Guimarães - Ofício expedido fls.:186. Emerson Pereira da Silva - NÃO INTIMADO, segundo fls.: 189 e 195. Simone Machado da Silva - NÃO INTIMADA(S), segundo fls.: 187 e 194, razão pela qual procedo à remessa ao MINISTÉRIO PUBLICO PARA que manifeste o interesse na oitiva das testemunhas que não foram intimadas e apresente no prazo legal o(s) endereço(s) atualizado(s) dela(s).

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM), ADV: ADRIANA BEZERRA DA SILVA (OAB 13987/AM), ADV: HELEN LEÃO BRAGA (OAB 13406/AM), ADV: MÁRCIA REGINA PACHECO OLIVEIRA (OAB 14067/AM) - Processo 0608515-23.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: D.O.L. - B.L.S.E. - D.D.S. - Analisando os autos, verifico que às fls. 447/449 foi deferida a produção antecipada de provas para a oitiva da vítima, com fulcro no art. 11, § 1º, II da Lei nº 13.431/2017. No entanto, considerando que a Resposta à Acusação já foi apresentada, encontrando-se o feito pronto para realização de audiência una de instrução e julgamento, onde será colhido o depoimento da vítima, verifico a desnecessidade da antecipação da colheita do referido depoimento. Deste modo, em atenção ao princípio da celeridade e da economia processual, determino o cancelamento da audiência de produção antecipada de prova, devendo ser pautada audiência una de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu. Junte-se o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - Versão Esquemático Operativa.

ADV: ISAEL DE JESUS GONÇALVES AZEVEDO (OAB 3051/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO CABRAL SANTOS (OAB 12418/AM), ADV: RODRIGO SILVA DO VALLE (OAB 9148/AM) - Processo 0626859-52.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro de vulnerável - RÉU: W.M.C. - Deste modo, paute-se, com brevidade, Audiência de Instrução e Julgamento, com as intimações necessárias. Sendo o caso, expeçam-se as Cartas Precatórias pertinentes, de tudo dando ciência ao Ministério Público, ao Assistente da Acusação, se houver, e ao Defensor do Réu. Junte-se o Protocolo Brasileiro de Entrevista Forense - Versão Esquemático Operativa.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0654761-14.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: O.S.O. - CERTIFICO, QUANTO AO RÉU, Orlenilson dos Santos de Oliveira, que apresentou

manifestação nos autos informando estar ciente da audiência a ser realizada em 12/11/2019 (fls. 199), oportunidade em que juntou novo endereço para novas intimações. CERTIFICO, QUANTO À VÍTIMA E REPRESENTANTE LEGAL Raísa Juliana da Silva, estas foram devidamente INTIMADAS para comparecerem à audiência designada para 12/11/2019 às 08:00h, conforme se verifica às fls. 190.

Adriana Bezerra da Silva (OAB 13987/AM)
ADRIEL LOPES MOTA (OAB 9320/AM)
Aniello Miranda Aufiero (OAB 1579/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Bruno Ricardo Lima Tapajós (OAB 5695/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Silva de Oliveira (OAB 9553/AM)
Danielle Aufiero Monteiro de Paula (OAB 6945/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Helen Leão Braga (OAB 13406/AM)
Isael de Jesus Gonçalves Azevedo (OAB 3051/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jose Antonio Tuma Neto (OAB 1515/AM)
Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
Lúcio Fábio Cordeiro Ribeiro (OAB 10088/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Márcia Regina Pacheco Oliveira (OAB 14067/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Cabral Santos (OAB 12418/AM)
Mário Lima Wu Filho (OAB 2135A/DP)
Mário Vítor Magalhães Aufiero (OAB 8787/AM)
Rodrigo Silva do Valle (OAB 9148/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO LOPES ALFAIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: DANIELLE QUEIROZ RIBEIRO (OAB 9296/AM), ADV: MARIA GORETH TERÇAS DE OLIVEIRA (OAB 3735/AM) - Processo 0550524-41.2009.8.04.0001 (001.09.550524-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Atentado Violento ao Pudor - RÉU: A.G.S. - 3. DISPOSITIVO Forte nesses argumentos, JULGO PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia, para CONDENAR o Réu ANTÔNIO GOMES DE SOUZA pela prática de atos libidinosos diversos da conjunção carnal com presunção de violência pela idade da Vítima, tipificado no art. 214 c/c art. 224 “a” do Código Penal (com redação vigente á época dos fatos) em continuidade delitiva, nos termos do art. 71, caput, do mesmo Códex.

ADV: ANDERSON DE SOUZA LIMA (OAB 10190/AM), ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: MANOEL DIAS BARBOSA (OAB 6736/AM) - Processo 0641349-16.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Mediação para Servir a Lascívia de Outrem - RÉU: F.S.G.M. - Em conformidade com as diretrizes instituídas pela ordem de serviço n° 001/2018, publicada em 04.10.2018, da MMª. Juíza de Direito Titular deste Juízo, esta secretaria procederá o seguinte ato ordinário: Procedo à intimação do apelante, para que, no prazo legal, ofereça as razões do recurso.

Anderson de Souza Lima (OAB 10190/AM)
Danielle Queiroz Ribeiro (OAB 9296/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Manoel Dias Barbosa (OAB 6736/AM)
Maria Goreth Terças de Oliveira (OAB 3735/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO FÁBIO LOPES ALFAIA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0251/2019

ADV: DAVID DA SILVA BENAYON (OAB 7958/AM), ADV: MAURO DE FIGUEIREDO LOBATO (OAB 14210/AM) - Processo 0231606-96.2008.8.04.0001 (001.08.231606-7) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: E.F.C. - Ante o exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Denúncia, para ABSOLVER o Réu EVANDIRO FERREIRA DA COSTA das acusações contra si imputadas, ante a ausência de lastro probatório suficiente a fundamentar um decreto condenatório, à luz do artigo 386, VII, do Código de Processo Penal.

David da Silva Benayon (OAB 7958/AM)
Mauro de Figueiredo Lobato (OAB 14210/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES CONTRA DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES
JUIZ(A) DE DIREITO ARTICLINA OLIVEIRA GUIMARÃES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL JANDERSON BARRETO DE SOUZA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0253/2019

ADV: JOSE RICARDO VIEIRA TRINDADE (OAB 1459/AM), ADV: RICARDO MENDES LASMAR (OAB 5933/AM), ADV: SHIRLEY JANE DE OLIVEIRA CINTRÃO (OAB 4451/AM) - Processo 0212384-45.2008.8.04.0001 (001.08.212384-6) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Estupro - RÉU: J.C.S.S. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 (noventa) dias, na forma abaixo: Ação Penal nº 0212384-45.2008.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juiz da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria respectiva se processam aos termos legais, a Ação Penal sob nº 0212384-45.2008.8.04.0001, movida pela Justiça Pública contra o(a) sentenciado(a) JOSÉ CARLOS SOARES DOS SANTOS, atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando pelo presente intimado da parte dispositiva da sentença que segue abaixo transcrita: “Forte nesses argumentos, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido contido na Denúncia e por conseguinte CONDENO o réu JOSÉ CARLOS SOARES DOS SANTO, como incurso nas penas do artigo 214 c/c arts. 224, alínea “a” e 226, II, na forma do art. 71, caput, todos do Código Penal; contudo, ABSOLVO o referido réu ter praticado a conduta descrita no art. 213, caput, do c/c art. 224, alínea “a”, ambos Código Penal, com fundamento no art. 386, VII, do Código de Processo Penal, tudo conforme fundamentação retro.” E para que chegue ao conhecimento do(a) sentenciado(a) e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. SEDE DO JUÍZO: Avenida Paraíba, s/n, Fórum Henoch Reis, 4º Andar / Setor 3, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5057, Manaus-AM - E-mail: 2vara.crianca@tjam.jus.br.

ADV: LUCÍLIA BRUNA TORRES MONTEIRO NUNES (OAB 9904/AM) - Processo 0633362-26.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0237773-46.2019.8.04.0001) - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Invasão de Dispositivo Informático - REQUERIDO: M.D.T. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 (noventa) dias, na forma abaixo: Ação Penal nº 0633362-26.2018.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juiz da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da

Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria respectiva se processam aos termos legais, a Ação Penal sob nº 0633362-26.2018.8.04.0001, movida pela Justiça Pública contra o(a) sentenciado(a) Mario Dutra Teixeira, atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando pelo presente intimado da parte dispositiva da sentença que segue abaixo transcrita: "Pelo exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC/2015, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONFIRMAR integralmente as medidas protetivas aplicadas com fundamento na Lei nº 13.431/2017, às fls. 16/18, as quais permanecerão produzindo efeitos até o término de eventual instrução crimina, ou, caso o Ministério Público não ofereça denúncia, pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, a contar da intimação da parte Representada desta sentença, o que não obsta a possibilidade de posterior prorrogação a pedido justificado da parte ofendida." E para que chegue ao conhecimento do(a) sentenciado(a) e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. SEDE DO JUÍZO: Avenida Paraíba, s/n, Fórum Henoch Reis, 4º Andar / Setor 3, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5057, Manaus-AM - E-mail: 2vara.crianca@tjam.jus.br.

ADV: SEM PATRONO (OAB /AM) - Processo 0654583-65.2018.8.04.0001 - Medidas Protetivas - Estatuto do Idoso Criminal - Invasão de Dispositivo Informático - REQUERIDO: L.F.R. - EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SENTENÇA Edital de Intimação de Sentença com prazo de 90 (noventa) dias, na forma abaixo: Ação Penal nº 0654583-65.2018.8.04.0001 A Dra. Articlina Oliveira Guimarães, MM. Juiz da 2ª Vara Especializada em Crimes contra Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes da Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, República Federativa do Brasil, na forma da Lei, FAZ SABER a todos quantos o presente edital virem, ou dele conhecimento tiverem, que por este Juízo e Secretaria respectiva se processam aos termos legais, a Ação Penal sob nº 0654583-65.2018.8.04.0001, movida pela Justiça Pública contra o(a) sentenciado(a) Lelis Fonseca Rabelo, atualmente em lugar incerto e não sabido, ficando pelo presente intimado da parte dispositiva da sentença que segue abaixo transcrita: "Pelo exposto, com fulcro no art. 487, I do CPC/2015, JULGO PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial para CONFIRMAR integralmente as medidas protetivas aplicadas com fundamento na Lei nº 13.431/2017, às fls. 19/23, as quais permanecerão produzindo efeitos até o término de eventual instrução criminal, ou, caso o Ministério Público não ofereça denúncia, pelo prazo máximo de 10 (dez) meses, a contar da intimação da parte Representada desta sentença, o que não obsta a possibilidade de posterior prorrogação a pedido justificado da parte ofendida." E para que chegue ao conhecimento do(a) sentenciado(a) e que no futuro ninguém alegue desconhecimento, mandou expedir o presente Edital que será publicado no Diário da Justiça Eletrônico. Dado e passado nesta Cidade e Comarca de Manaus, Capital do Estado do Amazonas, aos 16 de outubro de 2019. SEDE DO JUÍZO: Avenida Paraíba, s/n, Fórum Henoch Reis, 4º Andar / Setor 3, São Francisco - CEP 69079-265, Fone: 3303-5057, Manaus-AM - E-mail: 2vara.crianca@tjam.jus.br.

Jose Ricardo Vieira Trindade (OAB 1459/AM)
Lucília Bruna Torres Monteiro Nunes (OAB 9904/AM)
Ricardo Mendes Lasmar (OAB 5933/AM)
Sem Patrono (OAB /AM)
Shirley Jane de Oliveira Cintrão (OAB 4451/AM)

VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DE CRIMES DE TRÂNSITO
JUIZ(A) DE DIREITO YURI CAMINHA JORGE
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL DANIEL KLEBER SANTOS DE FREITAS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0075/2019

ADV: SUELY DIANA A. OLIVIERA (OAB 4859/AM) - Processo 0260331-27.2010.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Evandro da Costa Dias Júnior - Diante de todo o exposto, e em consonância com o Parecer Ministerial, declaro EXTINTA A PUNIBILIDADE de Evandro da Costa Dias Júnior, e o faço com fulcro no artigo 89, § 5º, da Lei 9.099/95.

ADV: PAULO HENRIQUE SAMPAIO CESTARO (OAB 6323/AM) - Processo 0600020-24.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Jucelio da Conceição Gomes - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 10/12/2019 às 10:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM) - Processo 0604888-45.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - RÉU: Igor Eduardo de Almeida Guido Pereira - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 09/12/2019 às 09:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: LUCIANA DA SILVA TERÇAS (OAB 4121/AM) - Processo 0618496-13.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Wigo Fernandes Barbosa - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 10/12/2019 às 09:45h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: RONALDO NUNES MADURO JUNIOR (OAB 13428/AM) - Processo 0623496-91.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - RÉU: Marcos Célio Assunção de Oliveira - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 10/12/2019 às 11:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0627109-22.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Gilson de Brito Melo - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 10/12/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0627126-29.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - ACUSADO: Alexandre Ferreira da Costa - CERTIFICO para os devidos fins que a Audiência de Instrução e Julgamento relativa ao procedimento em epígrafe foi pautada para o dia 12/11/2019, às 11:30h. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCOS ANTÔNIO MARTINS AFONSO (OAB 1325/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3725/AM), ADV: ALBERTO SIMONETTI CABRAL NETO (OAB 2599/AM) - Processo 0627447-30.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes de Trânsito - VÍTIMAFATO: Anderson Soares Rubem e outro - DENUNCIADO: Mario Cabral dos Santos - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Interrogatório para o dia 10/12/2019 às 09:00h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

ADV: ANA PAULA BENEVIDES DE ARAÚJO (OAB 10188/AM), ADV: STEPHANIE GRAZIELLE DE SOUZA ALBERTINO (OAB 10099/AM) - Processo 0628577-21.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Crimes de Trânsito - INDICIADO: Marcelo

Xavier dos Santos - Nesta data, certifico que PAUTEI AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento para o dia 11/12/2019 às 10:15h, a ser realizada na Sala de Audiência desta Vara Especializada de Crimes de Trânsito. Os atos intimatórios serão expedidos oportunamente.

Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Alberto Simonetti Cabral Neto (OAB 2599/AM)
Ana Paula Benevides de Araújo (OAB 10188/AM)
José Alberto Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3725/AM)
Luciana da Silva Terças (OAB 4121/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Marcos Antônio Martins Afonso (OAB 1325/AM)
Paulo Henrique Sampaio Cestaro (OAB 6323/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Ronaldo Nunes Maduro Junior (OAB 13428/AM)
Stephanie Grazielle de Souza Albertino (OAB 10099/AM)
Suely Diana A. Oliviera (OAB 4859/AM)

VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS

JUÍZO DE DIREITO DA VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0308/2019

ADV: MARIA GLADES RIBEIRO DOS SANTOS (OAB 2144/AM), ADV: CARLA DAYANY LUZ ABREU (OAB 7038/AM) - Processo 0034697-52.2006.8.04.0001 (001.06.034697-4) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Murilo Regis Rayol dos Santos - Autos n.º:0034697-52.2006.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO V. Ao MP CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0207198-94.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Joaias Gama Martins - DESPACHO Considerando a promoção de fls. 140, determino à Secretaria abrir Vista ao Defensor Público Geral do Estado do Amazonas - DPE/AM, para que designe um Defensor Público Estadual com o fito de atuar nos presentes Autos, apresentando as peças necessárias á defesa do réu, Joaias Gama Martins. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 15 de outubro de 2019.

ADV: CYRO ROBERTO PEREIRA DA COSTA (OAB 9836/AM) - Processo 0244053-72.2015.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - INDICIADO: JOSÉ MARIA DE MELO GOMES - Autos n.º:0244053-72.2015.8.04.0001 - Classe: Termo Circunstanciado DESPACHO Determino a Secretaria para que oficie a Central de Mandados com o fito de proceder a devolução no prazo de 48h do mandado em comento. Em ato posterior, deve a Secretaria dar vista ao Ministério Público, com fito de apresentar manifestação pertinente. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0251127-90.2009.8.04.0001 (001.09.251127-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fauna - RÉU: Ilcilon Cunha dos Santos e outro - Autos nº.:0251127-90.2009.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos., ASSUMO hoje. Compulsando os autos, OBSERVO um antagonismo entre os atos praticados as fls. 383 e 386/387, que resulta em erro material, no entanto, de fácil resolução. Dai então, CHAMO os feitos à ordem, TORNO SEM EFEITOS os atos praticados as fls. 386/387, nos moldes do art. 382, do CPP. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus(Am), 07 de outubro de 2019. [Assinatura digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: AMANDA PRISCILA DOS SANTOS LIMA (OAB 7053/AM), ADV: MARY MARUMY BASTOS TAKEDA (OAB 4107/AM), ADV: WAGNER LIBERAL MICHETTI (OAB 5193/AM), ADV: FERNANDA LEAL ANTONUCCI (OAB 7052/AM) - Processo 0257355-81.2009.8.04.0001 (001.09.257355-0) - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Construtora Arruda Guimarães Ltda e outro - Autos nº:0257355-81.2009.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário SENTENÇA C/ MÉRITO - PROCEDENTE Vistos, ... ASSUMO hoje. Trata-se de EMBARGADOS DE DECLARAÇÃO com as fls. 401/404, ajuizada pelo CONSTRUTORA ARRUDA GUIMARÃES LTDA., pessoa juridica, e ainda, ROBÉRIO LINHARES ARRUDA, pessoa física, contra o r. “decisum” as fls. 390/396, alegou CONTRADIÇÃO vez que a sentença expressa que a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, V, c/c art. 107, V, ambos do Código Penal. - Ocorre que V. Exa., se esquivou quando indicou o inciso V do art. 109, do CP, porque este inciso dispõe que prescreve em quatro anos, se o máximo da pena é igual a um ano ou, sendo superior, não excede a dois anos. - Sendo certo que no presente caso a fundamentação seria o inciso IV, do art. 109, porque este inciso é que dispõe que prescreve em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro anos, conforme se vê no inciso IV, do art. 107. Pugnou ao final requer que sejam os presentes embargos de declaração recebidos, atribuindo-se efeito modificativo, para que em sentença se reconheça a prescrição por existir apenas o “erro material”, facilmente passível e correção. DESPACHO as fls. 416, que abriu vista ao Embargado, para manifestação pertinente. CONTRARRAZÕES DE EMBARGADOS DE DECLARAÇÃO as fls. 419, que nada opor ao provimento, para a devida retificação do “decisum”. No essencial é o relatório. JULGO. “Ab initio”, os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO está configurado no art. 1022, do NCPC, que expressa: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º. Ficou expressamente previsto que cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial. Antes, diante da literalidade do art. 535, do CPC 1973, havia entendimentos de que não caberia embargos de declaração contra decisões interlocutórias. Com o novo CPC, não há dúvidas de que isso é possível. Outro fator é o conceito do que seja “omissão” para fins de embargos de declaração foi ampliado. Foi acrescentada uma nova hipótese de embargos de declaração, que já era admitida pela jurisprudência: situação em que se verifica um “erro material” na decisão. Efeito modificativo dos embargos de declaração (“embargos de declaração com efeito infringente”) DENOTO o art. 1.024, por sua vez, traz notadamente quatro importantes inovações: i) os embargos de declaração opostos perante os tribunais, caso não apresentados em mesa pelo relator na sessão subsequente à sua oposição, serão automaticamente incluídos na próxima pauta (§1º); ii) os embargos de declaração poderão ser recebidos como agravo interno (fungibilidade recursal), podendo o recorrente complementar as razões recursais para fazer as adequações necessárias (§3º); iii) caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária terá o direito de complementar ou alterar as suas razões recursais nos exatos limites da modificação e no prazo de 15 dias, contados da intimação da decisão dos embargos de declaração (§4º); e iv) se rejeitados os embargos de declaração, o recurso já interposto pela outra parte será processado e julgado independentemente de ratificação (§5º - ficará superado, portanto, em boa hora, o enunciado nº 418 da Súmula do STJ). Diante do contexto, o erro material é visível e possível de sua correção, assim FAÇO A LEITURA: ONDE SE LÊ: “[...] a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do do art. 109, V, c/c art. 107, V, ambos do Código Penal. [...]”. LEIA-SE: “[...] a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, nos termos do art. 109, IV, c/c art. 107, IV, ambos do Código Penal. [...]”. RELEMBRO que o inciso IV, do art. 109, c/c o inciso IV, do art. 107, expressa: Art. 109. A prescrição, antes de transitar em julgado a sentença final, salvo o disposto no §1º, do art. 110, deste Código, regula-se pelo máximo da pena privativa de liberdade cominada ao crime, verificando-se: (Redação dada pela Lei nº 12.234, de 2010). [...] IV - em oito anos, se o máximo da pena é superior a dois anos e não excede a quatro;

ADV: ERIVELTON PINHEIRO DE MENEZES (OAB 7181/AM), ADV: JOSÉ FERNANDO DE OLIVEIRA GARCIA (OAB 2105/AM), ADV: GISELLA MOURA DE PAIVA (OAB 7184/AM) - Processo 0602610-13.2014.8.04.0001 - Ação Civil Pública Cível - Indenização por Dano Ambiental - REQUERIDO: CHP Construções Navais Ltda e outro - Autos n.º:0602610-13.2014.8.04.0001 - Classe: Ação Civil Pública Cível DESPACHO RECEBO hoje. DETERMINO que se INTIME o Requerido, para o cumprimento da medida as fls. 322/326, nos termos do art. 513, §2º, do NCPC. CUMPRA-SE. Manaus/AM, 15 de outubro de 2019. (Assinatura Digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: ELIAS BARROS CAVALCANTE (OAB 5359/AM), ADV: HELIANDRO BRANDÃO DE LIMA (OAB 4894/AM) - Processo 0611351-71.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - RÉU: Estevam Melo Ribeiro - Processo nº:0611351-71.2016.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO RECEBO hoje, TENDO em vista o ingresso das CONTRARRAZÕES as fls. 119/123, nos presentes feitos, DETERMINO a Senhora Diretora da Secretaria da VEMA, que REMETA com a devida urgência os autos ao Egrégio Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, para apreciação e julgamento. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 10 de outubro de 2019 (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: MARCOS PAULO COÊLHO DE SOUZA (OAB 4395/AM), ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0611764-50.2017.8.04.0001 - Crimes Ambientais - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - AUTORFATO: Ítalo Dolano Coutinho Costa - Autos nº:0611764-50.2017.8.04.0001 - Crimes Ambientais SENTENÇA C/ MÉRITO - PROCEDENTE Vistos, ... ASSUMO hoje. Trata-se de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO MODIFICATIVO, as fls. 50/58, ajuizada pelo 18.ª PRODEMAPH, contra o r. "decisum" as fls. 43/44, alegou CONTRADIÇÃO vez que a sentença tentou conciliar duas preposições antagônicas segundo o Direito Processual Penal: a atipicidade e o declínio de competência, o que tornou a decisão incoerente. Logo, sanado o defeito, se espera da sentença, seguindo o devido processo legal, que haja o prosseguimento da persecução penal, se não for considerado prescrito, porque, tanto a atipicidade como a recapitulação do tipo, o que, em tese, poderia dar daria azo ao declínio de competência, somente pode ser feita após a instrução penal, quando o magistrado já possui elementos suficientes para julgar os fatos. Também, alegou OMISSÃO que no presente caso é que, embora a denúncia seja embasada na Lei Complementar nº 140/2011, ou seja, promulgada há mais de seis anos, os julgamentos de V. Exª., deliberadamente rejeitam a existência dessa Lei e as normas dela decorrentes, insistindo na aplicação da envelhecida e retrógrada sistemática jurídica aplicável ao licenciamento antes de 2011 mesmo tendo o Ministério Público inovado na fundamentação de suas peças. Pugna para que a sentença seja aclarada a fim de sanar a omissão para que haja manifestação judicial sobre a aplicação da Lei Complementar nº 140/2011, que fixa normas de cooperação entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios nas ações administrativas relativas ao meio ambiente, bem como que haja pronunciamento judicial sobre o crime de perturbação de sossego público, caso a prescrição não seja reconhecida. E ainda, da impossibilidade de absolvição por atipicidade e "emendatio libelli" antes do final da instrução processual. E da competência comum para as questões ambientais entre os entes federativos implementadas pela Lei Complementar nº 140/2011 da competência da VEMAQA, para julgar a contravenção de perturbação do trabalho ou do sossego alheios. Pugnou ao final requer que sejam os presentes embargos de declaração recebidos, atribuindo-se efeito modificativo, para que em sentença se reconheça a prescrição a fim de evitar o envio para uma das varas do Juizado Especial Criminal. Caso não se reconheça a prescrição, requer que a sentença seja esclarecida para que se desfaça a contradição e as omissões acima apontadas, e, por fim, que seja oportunizando o prosseguimento da persecução penal para que, no momento adequado, este douto juízo possa decidir conforme lhe compete. DESPACHO as fls. 61, que determinou a intimação do Réu, para se manifestar. CONTRARRAZÕES DO EMBARGOS DE DECLARAÇÃO as fls. 64/66, oriundo do Embargado, que alegou ser as infrações de menor potencial ofensivo tem solução mais rápida no JECRIM, visto que este microssitema é responsável por julgar crimes de pequeno potencial ofensivo. Por fim, pugnou pela improcedente dos embargos ingresso. No essencial é o relatório. JULGO. "Ab initio", os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO está configurado no art. 1022, do NCPC, que expressa: Art. 1.022. Cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial para: I esclarecer obscuridade ou eliminar contradição; II suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento; III corrigir erro material. Parágrafo único. Considera-se omissa a decisão que: I deixe de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento; II incorra em qualquer das condutas descritas no art. 489, § 1º. Ficou expressamente previsto que cabem embargos de declaração contra qualquer decisão judicial. Antes, diante da literalidade do art. 535, do CPC 1973 (antigo), havia entendimentos de que não caberia embargos de declaração contra decisões interlocutórias. Com o novo CPC, não há dúvidas de que isso é possível. O conceito do que seja "omissão" para fins de embargos de declaração foi ampliado. Foi acrescentada uma nova hipótese de embargos de declaração, que já era admitida pela jurisprudência: situação em que se verifica um "erro material" na decisão. Efeito modificativo dos embargos de declaração ("embargos de declaração com efeito infringente") DENOTO o art. 1.024, por sua vez, traz notadamente quatro importantes inovações: i) os embargos de declaração opostos perante os tribunais, caso não apresentados em mesa pelo relator na sessão subsequente à sua oposição, serão automaticamente incluídos na próxima pauta (§1º); ii) os embargos de declaração poderão ser recebidos como agravo interno (fungibilidade recursal), podendo o recorrente complementar as razões recursais para fazer as adequações necessárias (§3º); iii) caso o acolhimento dos embargos de declaração implique modificação da decisão embargada, o embargado que já tiver interposto outro recurso contra a decisão originária terá o direito de complementar ou alterar as suas razões recursais nos exatos limites da modificação e no prazo de 15 dias, contados da intimação da decisão dos embargos de declaração (§4º); e iv) se rejeitados os embargos de declaração, o recurso já interposto pela outra parte será processado e julgado independentemente de ratificação (§5º - ficará superado, portanto, em boa hora, o enunciado nº 418 da Súmula do STJ). I- OMISSÃO QUANTO À COMPETÊNCIA De pronto, RELEMBRO que tal competência está expressamente definida no art. 161-C, inciso I e II, da Lei Complementar Estadual nº 17/97 que dispõe sobre a divisão e a organização judiciária do Estado do Amazonas entre outras coisas. A redação do referido dispositivo é muito clara: Art. 161-C. - Ao Juiz de Direito da Vara Especializada do Meio Ambiente, de que trata o artigo 161-A, no âmbito de sua jurisdição, na esfera criminal, compete: I - processar e julgar as infrações de competência dos Juizados Especiais, definidos na Lei Federal n° 9.099/95; II - processar e julgar os delitos ambientais expressos na Le 9.605/98, bem como qualquer outro crime ambiental previsto na forma da legislação específica; Conforme interpretação literal da lei, percebe-se que, na esfera criminal, qualquer infração de competência dos Juizados Especiais deve ser processada e julgada pela VEMAQA, observada sua especialidade, qual seja, ambiental, logo, as contravenções penais de natureza ambiental não podem estar alijadas da competência da vara especializada. Dai então, a competência para processar e julgar a ação um pela suposta contravenção de perturbação de sossego público também é da VEMAQA e não das outras varas dos Juizados Criminais sem especialidade uma vez que a conduta dos embargados também é considerada uma contravenção penal de cunho ambiental. A dicção do art. 42, do Decreto-Lei nº 3.688/41: Art. 42. Perturbar alguém o trabalho ou o sossego alheios: I - com gritaria ou algazarra; II - exercendo profissão incômoda ou ruidosa, em desacordo com as prescrições legais; III - abusando de instrumentos sonoros ou sinais acústicos; IV - provocando ou não procurando impedir barulho produzido por animal de que tem a guarda: Pena - prisão simples, de quinze dias a três meses, ou multa, de duzentos mil réis a dois contos de réis. O dispositivo acima supramencionado, que define as contravenções penais, já tipifica a perturbação do trabalho ou do sossego alheio, tutelando

juridicamente a qualidade ambiental de forma mais apropriada e abrangente, punindo com prisão simples de 15 (quinze) dias a 3 (três) meses, ou multa, a perturbação provocada pela produção de sons em níveis inadequados ou inoportunos, conforme normas legais ou regulamentares. DENOTO o raciocínio de Luís Paulo Sirvinkas, jurista, autor do livro "Tutela Penal do Meio Ambiente", que aponta a Lei de Contravenções Penais como um dos instrumentos legais de tutela do meio ambiente aplicável subsidiariamente à Lei de Crimes Ambientais. Assim, DEIXO DE RECONHECER as argumentações trazidas nas CONTRARRAZÕES DE RECURSO apresentada as fls. 64/66, pois, RECONHEÇO a omissão aventada, no que tange ao declínio da competência em relação ao art. 42, II e III, da LCP, assim, atendendo o principio da retratabilidade, REVOGO o ato de declínio, permanecendo nessa Especializada. II- DA CONTRADIÇÃO ENTRE ATIPICIDADE E DECLÍNIO DE COMPETÊNCIA Alega o Ministério Público existir "contradição" entre o declínio de competência e a absolvição pela atipicidade. A alegação de contradição não procede, uma vez que, idealmente, o juiz tem o poder de usar a "emendatio libelli" de acordo com o artigo 384 do CPP. Dessa forma, a absolvição se daria para uma das tipificações enquanto a outra seria julgada pelo juízo competente. Dessa forma, OBSERVO contradição entre a absolvição por atipicidade e o declínio de Competência. No entanto, a situação não corresponde ao ideal. III- DO ERRO MATERIAL: ABSOLVIÇÃO E "EMENDATIO LIBELLI" Consta no recurso ministerial que a "emendatio libelli" determinada pelo Juiz de Direito em Sentença correspondeu a erro material, uma vez que não foi oferecida denúncia pelo Ministério Público e não há possibilidade lógica de se emendar o que não existe. A tipificação pelo art. 42, da LCP e a absolvição por atipicidade sentenciada pelo Magistrado, no caso em tela, comprometeriam todo o processo, uma vez que o anacronismo de julgar e acusar vicia o processo penal. Por esse motivo, RECONHEÇO o erro material aventado, e, à luz do princípio da retratabilidade, REVOGO a "emendatio libelli" e a absolvição por atipicidade. "Ex positis", JULGO PROCEDENTE o recurso com efeito modificativo, nos termos do art. 487, I, c/c art. 1022, do NCPC., por via de consequência, CHAMO a ordem, TORNO SEM EFEITOS a sentença exarada as fls. 43/44, Após, o transito em julgado. ARQUIVE-SE. Segue o seu rito processual o feito principal. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. INTIME-SE. CUMPRA-SE. Manaus(AM), 14 de outubro de 2019. (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: LUIZ ANTÔNIO SIMÕES (OAB 777A/AM), ADV: CARLA SEVERO BATISTA SIMÕES (OAB A778/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: LEANDRO EUSTÁQUIO (OAB 81614/MG), ADV: GUSTAVO DE MARCHI (OAB 84288/MG), ADV: MARCELLO PRADO BADARÓ (OAB 46376/MG), ADV: RODRIGO FREIRE (OAB 129725/MG) - Processo 0613752-48.2013.8.04.0001 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos e Títulos de Crédito - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Autos n.º:0613752-48.2013.8.04.0001 - Classe: Execução de Título Extrajudicial DESPACHO RECEBO hoje. OBSERVO nos presentes autos, que a parte Exequenda, não se manifestou sobre o depósito dos honorários advocatícios no percentual já estabelecido. Dessa forma, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que SUSPENDA todos os atos estabelecidos no "decisum" as fls. 196, até ulterior deliberação. De pronto, DETERMINO novamente, a Srª. Diretora de Secretaria que OFICIE a r. Setor CONTA ÚNICA do TJAM, com fito de esclarecer o deposito e conta do extrato BANCO DO BRASIL as fls. 94, e qual conta da CAIXA ECONÔMICA FEDERAL se encontra, no prazo de cinco (5) dias. Sem prejuízo acima, e após, a juntada as INFORMAÇÕES da CONTA ÚNICA DO TJAM. DETERMINO também, que EXPEÇA o r. Mandado de Intimação a Exequenda, para que REALIZE os atos que julguem necessários para o desiderato. Após, VOLTEM-ME os feitos. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: SEM ADVOGADO (OAB Y/AM) - Processo 0625954-81.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Fauna - RÉU: Ricardo Pereira Sousa e outro - DESPACHO Dê-se vista à 18ª PRODEMAPH do Ministério Público Estadual, para manifestação sobre o teor das Certidões expedidas às pág. 155, 159/160, 163 e 164 , no prazo de cinco (05) dias. Manaus(AM), 15 de outubro de 2019.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0632091-16.2017.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra a Flora - DENUNCIADO: Chardson Almeida da Silva - Autos n.º:0632091-16.2017.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Compulsando os autos, verifico que o oficial de justiça não encontrou o endereço do investigado. Vista ao Ministério Público para que manifeste-se acerca da certidão de fls. 73. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0633738-85.2013.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Crimes contra o Meio Ambiente e o Patrimônio Genético - DENUNCIADO: Alfredo Batista de Castro - Autos nº.:0633738-85.2013.8.04.0001 DECISÃO INTERLOCUTÓRIA Vistos,... ASSUMO hoje, Compulsando os autos, OBSERVO que por diversas vezes foram expedidos os r. Mandados Judiciais, sem que tenha logrado êxito, no endereço capitulado na exordial. No entanto, VERIFICO nos autos de nº 0205812-97.2013.8.04.0001, oriundo da 1ª VARA DE CRIMINAL DA COMARCA DE MANAUS/AM, a existência de outro endereço do denunciado, ALFREDO BATISTA DE CASTRO, situado a RUA 6, N/I, CACAU PEREIRA, IRANDUBA/AM, CEP 690415-000, Celular nº (9)9186-9417, inclusive, não havendo dúvida sobre a sua identificação. RELEMBRO que nos feitos supracitado, o autor do fato não se encontra preso. Diante das informações acima, DETERMINO a Srª. Diretora de Secretaria que EXPEÇA CARTA PRECATÓRIA ao mesmo, com fito de CITA-LO, para apresentar a sua RESPOSTA À ACUSAÇÃO no prazo legal. ENCAMINHE-SE cópia da denuncia. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. CUMPRA-SE. Manaus, 07 de novembro de 2018. [Assinatura Digital] Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito Titular da VEMA

ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM), ADV: RODRIGO DE BITTENCOURT MUDROVITSCH (OAB 26966/DF), ADV: PEDRO CALMON MENDES (OAB 11678/DF), ADV: BRUNA CAROLINA SOARES LUZ (OAB 52235/DF), ADV: PEDRO CALMON MENDES (OAB 11678/DF), ADV: FELIPE FERNANDES DE CARVALHO (OAB 44869/DF) - Processo 0633767-67.2015.8.04.0001 - Crimes Ambientais - Da Poluição - DENUNCIADO: OI Móvel S/A - MAX MEDEIROS AURELIANO DE LIMA - Autos n.º:0633767-67.2015.8.04.0001 - Crimes Ambientais DESPACHO RECEBO hoje, TENDO em vista o ingresso de EMBARGOS DE DECLARAÇÃO COM EFEITO MODIFICATIVO às fls. 1011/1015, nos presentes autos, DETERMINO a Senhora Diretora da Secretaria desta Especializada, para que INTIME a(s) parte(s) RECORRIDA(s), ou através de seu procurador jurídico as fls., com o fito de apresentarem as CONTRARRAZÕES no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do Art. 1010, §1º, da Lei n.º 13.105, de 16 de março de 2015 (NCPC). Após, VOLTEM-ME conclusos os autos. CUMPRA-SE. Manaus (AM), 14 de outubro de 2019 (Assinatura digital) Dr. ADALBERTO CARIM ANTONIO Juiz de Direito, Titular da VEMA

ADV: (SEM PATRONO) (OAB /AM) - Processo 0635609-14.2017.8.04.0001 - Termo Circunstanciado - Da Poluição - INDICIADO: Thiago Hermido da Silva - Autos n.º:0635609-14.2017.8.04.0001 - Classe: Termo Circunstanciado DESPACHO Compulsando os autos, verifico que carta de intimação voltou negativa. Vista ao Ministério Público para que, no prazo de dez dias, manifestese acerca de fls. 77. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

ADV: PATRÍCIA DA SILVA MELO (OAB 8172/AM), ADV: PAULA REGINA DA SILVA MELO (OAB 7490/AM), ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: WALDEMIR DOS SANTOS COSTA JÚNIOR (OAB 8905/AM) - Processo 0637280-43.2015.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Da Poluição - INDICIADO: GEO STRAUSS ENGENHARIA DE FUNDAÇÕES DA AMAZÔNIA LTDA, na Pessoa de seu Represntante Legal e outro - RÉU: Oliveira Energia Geração e Serviços Ltda e outro - Autos n.º:0637280-43.2015.8.04.0001 - Classe: Ação Penal - Procedimento Ordinário DESPACHO Determino á Secretaria que desentranhe dos autos as fls. 257-258, conforme pedido da parte. CUMPRA-SE. Manaus/AM,

(Sem Patrono) (OAB /AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Amanda Priscila dos Santos Lima (OAB 7053/AM)

Bruna Carolina Soares Luz (OAB 52235/DF)
Carla Dayany Luz Abreu (OAB 7038/AM)
Carla Severo Batista Simões (OAB A778/AM)
Cyro Roberto Pereira da Costa (OAB 9836/AM)
Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Elias Barros Cavalcante (OAB 5359/AM)
Erivelton Pinheiro de Menezes (OAB 7181/AM)
Felipe Fernandes de Carvalho (OAB 44869/DF)
Fernanda Leal Antonucci (OAB 7052/AM)
Gisella Moura de Paiva (OAB 7184/AM)
Gustavo de Marchi (OAB 84288/MG)
Heliandro Brandão de Lima (OAB 4894/AM)
José Fernando de Oliveira Garcia (OAB 2105/AM)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Leandro Eustáquio (OAB 81614/MG)
Luiz Antônio Simões (OAB 777A/AM)
Marcello Prado Badaró (OAB 46376/MG)
Marcos Paulo Coêlho de Souza (OAB 4395/AM)
Maria Glades Ribeiro dos Santos (OAB 2144/AM)
Mary Marumy Bastos Takeda (OAB 4107/AM)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)
Patrícia da Silva Melo (OAB 8172/AM)
Paula Regina da Silva Melo (OAB 7490/AM)
Pedro Calmon Mendes (OAB 11678/DF)
Rodrigo de Bittencourt Mudrovitsch (OAB 26966/DF)
Rodrigo Freire (OAB 129725/MG)
Sem Advogado (OAB Y/AM)
Wagner Liberal Michetti (OAB 5193/AM)
Waldemir dos Santos Costa Júnior (OAB 8905/AM)

SEÇÃO VII

JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 2º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO LUCIANA DA EIRA NASSER
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANTÔNIO CARLOS CONDE HOLANDA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0084/2019

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0600593-38.2019.8.04.0030 - Ação Penal - Procedimento Ordinário - Contra a Mulher - AUTORFATO: D.H.L.A. - Intime-se o MP e o acusado, através do patrono, para manifestação sobre os documentos juntados às fls. 246/258 em cinco dias.

ADV: LUCIANO VIEIRA DA ROCHA SILVA (OAB 4787/AM) - Processo 0600684-31.2019.8.04.0030 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: S.K.S.V. - Vistos etc. Trata-se de pedido de medidas protetivas formulado pela vítima. A queixa-crime apresentada já foi desmembrada dos autos, conforme fls. 47/48. Assim, levando-se em consideração que as medidas protetivas foram deferidas e o réu foi devidamente intimado. Não havendo contrariedade ao pedido, confirmo integralmente as medidas deferidas, pelo prazo de 10 (dez) meses contados da intimação do requerido, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. P.R.I. Determino o sobrestamento do feito no aguardo do transcurso do prazo. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo de vigência das medidas, sem manifestação, arquive-se em definitivo, independentemente de despacho judicial.

ADV: PATRICK STEFANO DE SOUZA GADELHA (OAB 9044/AM) - Processo 0602901-81.2018.8.04.0030 (apensado ao processo 0600126-93.2018.8.04.0030) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - AUTORFATO: O.S.S. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 21/11/2019 às 10:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria daPenha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 14 de outubro de2019.Pat

ADV: NILCINARA HUERB DE AZEVEDO (OAB 12337/AM), ADV: FERNANDA MARIA HUERB AZEVEDO (OAB 13737/AM) - Processo 0620191-65.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Perturbação da tranquilidade - AUTORFATO: R.F.V. - Diante do exposto e do mais que dos autos consta, indefiro o pedido de revogação e confirmo a decisão que decretou medidas protetivas em favor da ofendida. Permaneça o feito sobrestado no aguardo do transcurso do prazo de validade. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo sem intercorrências, arquive-se. P.R.I.

ADV: JAMAYRA MACHADO TAVARES (OAB 14337/AM), ADV: CAMILA CASTRO DE ALENCAR (OAB 13045/AM) - Processo 0635163-40.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: P.M.M.D. - Permaneça o feito sobrestado no aguardo do transcurso do prazo de validade. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo sem intercorrências, arquive-se. P.R.I.

ADV: LINDOMAR LIMA DE SOUZA (OAB 9739/AM) - Processo 0635987-96.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Difamação - REQUERIDO: D.N.B. - Isto posto, acolho parcialmente o pedido formulado, revogando as medidas protetivas constantes dos itens 1 e 3, da decisão de fls. 08/11, mantendo a medida constante o item 2, no prazo assinalado. P.R.I. Mantenham-se os autos sobrestados, no aguardo do transcurso do prazo de vigência das medidas. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. De outra sorte, arquive-se.

ADV: YURY CROIFF SANTOS THURY (OAB 8079/AM) - Processo 0637971-18.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - VÍTIMAFATO: N.M.C.S. - Assim, diante da manifestação da ofendida e não mais tendo ela interesse ou necessidade das medidas, houve perda do objeto da presente demanda, motivo pelo qual EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito, na forma do artigo na forma do artigo 485, VI do CPC.

ADV: IZAQUE DE OLIVEIRA DUARTE (OAB 11807/AM), ADV: ADRIANO PEREIRA BONETH (OAB 8862/AM) - Processo 0642959-82.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADO: F.G.G.O. - 2ºAto Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/11/2019 às 09:00h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 15 de outubro de 2019. Izaque de Oliveira Duarte e Adriano Pereira Boneth

ADV: GABRIEL TORRES BECKMAN MOURA (OAB 14736/AM) - Processo 0648614-35.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERENTE: I.M.M. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE o pedido formulado. P.R.I. Arquive-se.

ADV: WIRLEY BENEZAR FALCAO (OAB 12792/AM), ADV: ROSA EVANEIDE MENDES PINTO (OAB 7291/AM), ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 924A/AM) - Processo 0648914-94.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: A.R.S. - Vistos etc. Trata-se de pedido de medidas protetivas formulado pela vítima. As medidas protetivas foram deferidas e o réu foi devidamente intimado. Assim, não havendo contrariedade ao pedido, confirmo integralmente as medidas deferidas, pelo prazo de 10(dez) meses contados da intimação do requerido, sem prejuízo de posterior prorrogação

a pedido da ofendida. P.R.I. Determino o sobrestamento do feito no aguardo do transcurso do prazo. Havendo manifestação de qualquer das partes, retornem conclusos. Transcorrido o prazo de vigência das medidas, sem manifestação, arquive-se em definitivo, independentemente de despacho judicial.

ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM), ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM), ADV: FABIANA BARBOSA DE SOUZA (OAB 10775/AM), ADV: CARLOS ALBERTO GUEDES DA SILVA JÚNIOR (OAB 8713/AM) - Processo 0649321-03.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Violência Doméstica Contra a Mulher - INDICIADO: R.S.A. - Ato Ordinatório: Intime-se os(as) advogados(as), para tomar(em) ciência da AUDIÊNCIA de Instrução e Julgamento pautada para o dia 22/11/2019 às 09:30h, a ser realizada no 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica (Maria da Penha). Antônio Carlos Conde Holanda, Diretor(a) de Secretaria, por força da Portaria nº 063/02 da C.G.J. Manaus, 15 de outubro de 2019. Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior, Mário Jose Chagas Paulain Júnior, Fabiana Barbosa de Souza e Adriana Monteiro de Souza

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: CRISTIANO DOS REIS CARVALHO FERNANDES (OAB 8480/AM) - Processo 0652445-91.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Violência Doméstica Contra a Mulher - REQUERIDO: J.S.Q. - Assim, diante da manifestação da ofendida e não mais tendo ela interesse ou necessidade das medidas, houve perda do objeto da presente demanda, motivo pelo qual EXTINGO o presente processo sem resolução de mérito, na forma do artigo na forma do artigo 485, VI do CPC.

Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Adriano Pereira Boneth (OAB 8862/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 924A/AM)
Camila Castro de Alencar (OAB 13045/AM)
Carlos Alberto Guedes da Silva Júnior (OAB 8713/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Cristiano dos Reis Carvalho Fernandes (OAB 8480/AM)
Fabiana Barbosa de Souza (OAB 10775/AM)
Fernanda Maria Huerb Azevedo (OAB 13737/AM)
Gabriel Torres Beckman Moura (OAB 14736/AM)
Izaque de Oliveira Duarte (OAB 11807/AM)
Jamayra Machado Tavares (OAB 14337/AM)
Lindomar Lima de Souza (OAB 9739/AM)
Luciano Vieira da Rocha Silva (OAB 4787/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Nilcinara Huerb de Azevedo (OAB 12337/AM)
Patrick Stefano de Souza Gadelha (OAB 9044/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rosa Evaneide Mendes Pinto (OAB 7291/AM)
Wirley Benezar Falcao (OAB 12792/AM)
Yury Croiff Santos Thury (OAB 8079/AM)

3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0099/2019

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0609919-46.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0600103-40.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: M.T.H.F. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 28/11/2019, às 09:45h.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0613301-13.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: J.C.P.J. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 28/11/2019, às 10:15h.

ADV: ULYSSES SILVA FALCÃO (OAB 3924/AM) - Processo 0617510-25.2019.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Vias de fato - RÉU: R.S.A. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 03/03/2020, às 10:30h.

ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM) - Processo 0628406-64.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - RÉU: W.J.S.N. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 28/11/2019, às 14:15h.

ADV: GUSTAVO DE ARAÚJO SAMPAIO (OAB 10694/AM) - Processo 0635829-75.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: R.A.D.T. - RÉU: J.M.F.N. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 12:30h.

ADV: ELAINE SABRINA MENDES GOMES (OAB 12440/AM) - Processo 0643149-79.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Lesão Corporal - VÍTIMAFATO: I.C.M. - RÉU: F.L.M.L. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 12:30h.

ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0645396-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0620004-91.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: M.S.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 12:45h.

Bruno Climaco Campos (OAB 11031/AM)
Elaine Sabrina Mendes Gomes (OAB 12440/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Gustavo de Araújo Sampaio (OAB 10694/AM)
Ulysses Silva Falcão (OAB 3924/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 3º JUIZADO ESPECIALIZADO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA (MARIA DA PENHA)
JUIZ(A) DE DIREITO REYSON DE SOUZA E SILVA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL GILSON JOSÉ DOS SANTOS JUNIOR
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0097/2019

ADV: ALESSANDRA SOUZA DE AQUINO (OAB 13477/AM) - Processo 0206276-25.2017.8.04.0020 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Ameaça - RÉU: A.P.S. - SENTENÇA: Ante o exposto, considerando as razões acima expendidas e o mais que dos autos consta, julgo, por sentença, improcedente a denúncia oferecida em desfavor do acusado e, em conseqüência, o ABSOLVO da imputação que lhe é feita na inicial, com base no art. 386, inc. II, do Código de Processo Penal. Sem custas. Transitando esta livremente em julgado, arquivem-se os autos, com as cautelas de estilo. P.R.Cientes.

ADV: GLEN WILLDE DO LAGO FREITAS (OAB 4160/AM) - Processo 0211880-53.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0601171-88.2019.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Dano - VÍTIMAFATO: M.L.M.B. - RÉU: F.P.S.F. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 29/11/2019, às 10:30h.

ADV: GLÁUCIO CASTELO BRANCO MAUÉS (OAB 5666/AM), ADV: LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM) - Processo 0600772-59.2019.8.04.0001 (apensado ao processo 0641254-20.2017.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Injúria - VÍTIMAFATO: T.F.R. - RÉU: R.N.F.O. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 29/11/2019, às 10:45h.

ADV: ALBERTO RAMON FREITAS SANTIAGO (OAB 11858/AM) - Processo 0640970-41.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Injúria - REQUERENTE: R.R.G. - Vale aqui ressaltar que, a matéria suscitada foi integralmente analisada por este Juízo, não se podendo pretender a utilização dos presentes Declaratórios como instrumento de prequestionamento, sobretudo quando ausentes as hipóteses previstas no art. 382, do CPP. Isso posto, NÃO

CONHEÇO DOS EMBARGOS DECLARATÓRIOS (flS. 16.18), razão pela qual extingo o processo. Intime-se a Requerente. Após, certifique-se o trânsito em julgado e arquive-se em definitivo.

ADV: CAIRO CARDOSO GARCIA (OAB 12226/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0642585-66.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.S.S. - Isto posto, INDEFIRO pedido de revogação das medidas protetivas concedidas, bem como o pedido alternativo de fl. 38 "f", mantendo-as integralmente até o término de seu prazo de vigência, razão pela qual extingo o processo

ADV: DHEYMISON ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 12223/AM) - Processo 0644993-30.2019.8.04.0001 - Petição Criminal - Injúria - QUERELANTE: B.O.M. - Vistos, etc... Trata-se de Queixa-Crime. Pedido de desistência fl. 59, a Querelante declara não possui mais interesse na presente ação, haja vista que a responsabilidade do Querelado sobre os mesmos fatos narrados na presente Queixa-Crime está sendo processada pelo 2º Juizado Especializado da Violência Doméstica nos autos do processo de nº 0641019-82.2019.8.04.0001. Portanto, considerando a existência de outro processo nº 0641019-82.2019.8.04.0001 (Queixa-Crime), com as mesmas partes, fatos e pedidos. Decido por EXTINGUIR o processo sem resolução do mérito. Proceda-se a baixa, arquivando-se em seguida. Dê-se ciência à parte e ao Ministério Público. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: TATYANE DE ARAÚJO CAMPOS (OAB 10201/AM), ADV: FRANÇOIS ANTÔNIO GALVÃO (OAB 10015/AM) - Processo 0645396-33.2018.8.04.0001 (apensado ao processo 0620004-91.2018.8.04.0001) - Ação Penal - Procedimento Sumário - Decorrente de Violência Doméstica - RÉU: M.S.C. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 26/11/2019, às 12:45h.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: JEFFERSON DA PAIXÃO LEITE (OAB 7857/AM) - Processo 0645641-10.2019.8.04.0001 - Medidas Protetivas de urgência (Lei Maria da Penha) Criminal - Ameaça - REQUERIDO: J.P.L. - Isso posto, não havendo contrariedade ao pedido autoral, julgo extinto o feito, confirmando medidas deferidas, pelo prazo nelas estipulado, sem prejuízo de posterior prorrogação a pedido da ofendida. Determino o arquivamento, ressaltando-se que, havendo comunicação da vítima de novo ato de violência, devem os autos serem desarquivados imediatamente para análise do Juízo.

ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM) - Processo 0647930-47.2018.8.04.0001 - Ação Penal - Procedimento Sumário - Contravenções Penais - VÍTIMAFATO: N.M.S. - RÉU: R.F.S.M. - De Ordem do MM. Juiz, pautei audiência de instrução e julgamento para o dia 29/11/2019, às 10:15h.

Alberto Ramon Freitas Santiago (OAB 11858/AM)
Alessandra Souza de Aquino (OAB 13477/AM)
Cairo Cardoso Garcia (OAB 12226/AM)
Dheymison Albuquerque da Silva (OAB 12223/AM)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
François Antônio Galvão (OAB 10015/AM)
Gláucio Castelo Branco Maués (OAB 5666/AM)
Glen Willde do Lago Freitas (OAB 4160/AM)
Jefferson da Paixão Leite (OAB 7857/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
LUIS PAULO CAVALCANTE (OAB 5746/AM)
Tatyane de Araújo Campos (OAB 10201/AM)

VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0451/2019

ADV: DOUGLAS HERCULANO BARBOSA (OAB 6407/AM) - Processo 0600061-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações de Atividade - REQUERENTE: Jackson Rodrigues - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jackson Rodrigues em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ELBE RENAN DE OLIVEIRA DA SILVA (OAB 9883/AM) - Processo 0600610-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Luiz Marcos Pinto - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0601490-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Jocely Coelho Campos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0601625-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Carlos Fábio Lopes Pinto - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os

litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0601802-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Michele Souza dos Santos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0602218-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Suleíma de Oliveira Araújo - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0602678-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Costa da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0602901-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: José Augusto Pereira da Fonseca - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até

mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM) - Processo 0603165-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pedidos Genéricos Relativos aos Benefícios em Espécie - EXEQUENTE: Rosa Maria Miranda - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0603889-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.P.L.M. - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PRISCILA INOCÊNCIO DOS SANTOS (OAB 10445/AM) - Processo 0603964-97.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Elissandra dos Santos Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca das preliminares suscitadas em sede de contestação.

ADV: BRUNO GOMES ALVES (OAB 10718/AM), ADV: DIOCLEMAR SANTOS NOGUEIRA JÚNIOR (OAB 12013/AM) - Processo 0604671-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Paulo Sérgio de Souza Dias - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: SARAH PORTO LIMA ANIJAR (OAB 4098/AM) - Processo 0604748-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Jackson Reis Nogueira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0605275-26.2019.8.04.0001 - Execução de Título Judicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Jaime Marcelo do Nascimento Munhoz - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MANOEL AUGUSTO DO NASCIMENTO (OAB 12936/AM) - Processo 0605352-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil do Empregador - REQUERENTE: Graci Fernandes de Matos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0605415-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Liquidação / Cumprimento / Execução - REQUERENTE: Daivison Anderson Cutrim Soeiro e outros - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o

escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: ANDREWS HIPY SILVA (OAB 14102/AM) - Processo 0606832-48.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Leonardo Carvalho Moreira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0608940-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Carlos Mario Canto Oliveira - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: ADRIANA MONTEIRO DE SOUZA (OAB 14269/AM), ADV: MÁRIO JOSE CHAGAS PAULAIN JÚNIOR (OAB 7405/AM) - Processo 0609704-36.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Gregory Silva Gomes - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0610286-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ajurimar Souza Sena - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0611258-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Exoneração - REQUERENTE: Ana Patrícia dos Santos Ramos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: PENÉLOPE ARYADNE ANTONY LIRA (OAB 7357/AM) - Processo 0611586-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Edmundo Martins de Almeida - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0611591-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Mônica Regina Maia da Rocha - Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos do art. 321, do Código de Processo Civil, conforme determina o art. 320, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de cumprimento da diligência, dê-se vista ao Requerido para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0611596-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Sonia Maria da Silva Zambrano - Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos do art. 321, do Código de Processo Civil, fazendo a juntada de documentos aptos a comprovar os valores supostamente devidos pelo Requerido, conforme determina o art. 320, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de cumprimento da diligência, dê-se vista ao Requerido para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SILVANO CESAR LORIDO BARRETO (OAB 11681/AM) - Processo 0611724-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Milena Pereira de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: GEORGETE DE CASTRO DUARTE (OAB 9249/AM) - Processo 0613362-39.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão / Resolução - REQUERENTE: Katia Cilene Gentil da Costa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ELCINETE CARDOSO DE ALMEIDA (OAB 6946/AM) - Processo 0613547-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Ivã da Silva Marcelo - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TATIANE SALVATIERRA DA COSTA (OAB 5752/AM) - Processo 0613656-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Pedro Seabra da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0613686-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Requisição de Pequeno Valor - RPV - REQUERENTE: Wilson Henrique Ribeiro da Cunha - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0614241-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Claudio Robson Frazao Castro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0614522-65.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Curso de Formação - REQUERENTE: Eliana Nonato de Almeida - Vieram-me os autos conclusos para decidir sobre o pedido formulado pelo requerente às folhas antecedentes em que informa inexistir elaboração de cálculo relativo à condenação em honorários de sucumbência fixados quando do julgado do recurso inominado interposto. Nesse compasso, por se tratar de cálculo simples, pode ser realizado pelo próprio Juízo. Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 200,00 (duzentos reais), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls. 386-389. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0614954-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Johnnys Dounette Meireles Xavier - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às

partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615158-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Hisrael Paz da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615168-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jander Rodrigues de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615197-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Marilene Alves Garcia - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615273-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Raimunda Barreto dos Santos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615280-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jusemar Oliveira de Souza - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615290-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Jose Augusto Carvalho Soares - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0615336-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Paula Francinete da Costa Lima - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0615359-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Anderson Muller Pereira Moraes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0615361-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ronilton Mota Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0615763-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antônio Protásio Granja - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCELO AUGUSTO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 3632/AM) - Processo 0616125-42.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Victor Hugo Vasconcelos do Nascimento - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616175-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Leidiane Gonçalves da Conceição - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616179-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Leidiane Gonçalves da Conceição - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616598-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ricardo Souza da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616602-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Ricardo Souza da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0616718-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Penhora / Depósito/ Avaliação - REQUERENTE: Anacleto Castro Alves Filho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: EDMILSON LUCENA DOS SANTOS JÚNIOR (OAB 6030/AM) - Processo 0616746-73.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio Claudio Bezerra - Considerando a inexistência de comprovação dos pressupostos exigidos para concessão da gratuidade de justiça, determino a intimação do Recorrente para que, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, demonstre os requisitos necessários para a análise do pleito, nos termos do Enunciado/FONAJE n.º 116, in verbis: ENUNCIADO 116 - O Juiz poderá, de ofício, exigir que a parte comprove a insuficiência de recursos para obter a concessão do benefício da gratuidade da justiça (art. 5º, LXXIV, da CF), uma vez que a afirmação da pobreza goza apenas de presunção relativa de veracidade (XX Encontro São Paulo/SP). Em caso de impossibilidade de comprovação, fica, desde já, obrigado o Recorrente a recolher o preparo e as custas judiciais, em igual prazo, sob pena de deserção, consoante redação expressa do Enunciado/FONAJE n.º 80, bem como o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015: ENUNCIADO 80 - O recurso Inominado será julgado deserto quando não houver o recolhimento integral do preparo e sua respectiva comprovação pela parte, no prazo de 48 horas, não admitida a complementação intempestiva (art. 42, § 1º, da Lei 9.099/1995) (nova redação XII Encontro Maceió-AL). § 1.º do art. 3.º da Resolução 256/2015 CGJ-AM - O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, nas 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores:(.) §1.º No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá, também, recolher o valor das custas processuais, nos termos do art. 5, da Lei 9.09/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas (grifei). Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0616911-86.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Yara Teixeira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617040-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Maria de Fátima Picanço Fonseca - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0617046-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Maria de Fátima Picanço Fonseca - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0617236-95.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: George Willton dos Santos Pereira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0617318-29.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Cintia Mara Barreto Santana - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma

mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0617465-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: France Castro de Oliveira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0617788-60.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Seyla Barroso da Vitória - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0617814-24.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Clisomar de Assis Silva de Sales - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEUDYANO ADEODATO VENÂNCIO (OAB 11234/AM) - Processo 0617818-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abuso de Poder - REQUERENTE: Eudes dos Santos Pessoa - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente para, no prazo de 15 dias, conforme dicção dos arts. 350 e 351 do NCPC, manifestar-se acerca da prescrição suscitada em sede de contestação.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0618018-68.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Anderson Marcelino da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo

supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0618028-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Francinei Pereira Barbosa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0618040-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Juciney Lima Abensur - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0618078-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Aldenildo do Carmo Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0618216-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Marcos de Souza Queiroz - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0618245-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Jeremias Malaquias da Silva Junior - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação

pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0618345-13.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Janderson Guimaraes Ordones - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0618348-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rafael Malheiros Carneiro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOHAN DA COSTA ARAÚJO (OAB 12234/AM) - Processo 0618415-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Diego Magalhães Medeiros e outros - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0618441-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alexsandro Soares de Freitas - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado,

poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0618444-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Fernando Wilker Amaral da Costa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0618545-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Pedro Izídio Ferreira de Mendonça - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0618598-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Edimilson Pimentel Rodrigues - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0618716-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Lawrence Pereira Cavalcante - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0618778-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Israel da Silva Ferreira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca

pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0618792-35.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Davi de Souza da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0618810-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Wallace Simão Felix - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0618833-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Elmo de Freitas Serrão - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0618847-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - EXEQUENTE: Mauricio Carneiro Braga - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual,

dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0618909-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Hernande Correia Marques - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0619059-70.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Mario Jose dos Santos Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: MARIO ANGELO SERRA CUTRIM (OAB 14242/AM) - Processo 0619173-09.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Raphael Neves Pereira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: NAYANNE PIRES CÉSAR (OAB 7782/AM) - Processo 0619405-55.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Servidor Público Civil - REQUERENTE: O.B.C.S. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Orlene Braga Cabral de Souza em face do Fundacao de Dermatologia Tropical e Venereologia Alfredo da Matta - Fuam. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do ESTADO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de extinção do feito, nos termos do artigo 76, §1º, inciso I combinado com artigo 485, inciso IV, todos do Código de Processo Civil. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não

existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0619508-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: J.W.R.P.L. - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0619600-40.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Tânia dos Santos Corrêa de Freitas - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0620069-52.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Alexandre de Melo Matos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LUIZ FELIPE DA LUZ DE QUEIROZ (OAB 7271/AM) - Processo 0620236-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Julio César Florêncio de Lima - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ GOMES DE AMORIM (OAB 10881/AM) - Processo 0620377-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Saul Lopes Colares - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0620450-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: João Maria Oliveira Cordeiro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0621439-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jober da Silva Gois - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0621456-05.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Samuel Lopes Teixeira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0621523-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Sebastião Araújo Farias - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0621563-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Roberto da Silva de Oliveira - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0621887-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Clovis André Nunes Ribeiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0621991-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marcio da Silva Santana - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0622041-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Jose Ricardo Pereira de Araujo - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0622043-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Emerson Almeida de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622166-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Jakson José Gomes Costa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0622485-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Ernani de Souza Morais Neto e outro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0622487-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Requisição de Pequeno Valor - RPV - REQUERENTE: Ernani de Souza Morais Neto e outro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza

contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622644-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jose Pereira da Costa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CYNTIA COSTA DE LIMA (OAB 7345/AM) - Processo 0622707-58.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Carlos Neto Rodrigues da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622841-85.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Kleper Amorim Cerquinho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622842-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Mario Jorge de Castro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622844-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Mário Roberto do Carmo Bindá - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever

possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622845-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo José Corrêa da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622846-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Raimundo Nonato Pimentel - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622850-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Wilson Rocha Siqueira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0622851-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Wilson Rocha Siqueira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0622967-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Henrique de Andrade Monteiro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0622985-59.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Edvard Sobreira dos Santos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0623114-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Luiz Otávio Carvalho Afilhado - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0623265-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: José Lúcio Viana Freitas - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0623383-06.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Pedro Batista Brito Filho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração

de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0623432-81.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Adílio Alexandre Novo Henriques - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0623444-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Charles Cassio Andrade de Matos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0623528-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Francisco Valderi Pereira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0623529-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Paulo Roberto de Oliveira Miller - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ROBSON CARVALHO FERREIRA (OAB 12268/AM) - Processo 0623530-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Raimundo Nonato da Conceição Neto - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: TONY FÉLIX TOMÉ (OAB 7688/AM) - Processo 0623571-96.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Eduardo Vieira Reis - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREY FARACHE BARROSO (OAB 12705/AM) - Processo 0623596-12.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção - REQUERENTE: Jose Wendeson Gomes de Queiroz - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0623684-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Leonardo Rhamon Santos Sales Pessoa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: FABIO PONTES GARCIA (OAB 14234/AM) - Processo 0623706-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Demissão ou Exoneração - REQUERENTE: Eny Edna de Azevedo Alfaia Cruz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: JOSÉ JÚLIO CÉSAR CORRÊA (OAB 7810/AM) - Processo 0623918-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Doglas Jorge da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes

apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0623919-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Ralcylene Andrade dos Santos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0624014-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Joabe Vasconcelos Maia - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0624025-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Fernando Pereira Vasaconcelos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0624030-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Jose Nildo Gonçalves Meirelles - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante

o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624084-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Rusbel Delaguila Pua - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0624153-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Isonomia/Equivalência Salarial - EXEQUENTE: Marcos de Oliveira Bandeira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0624212-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Orian Vieira Ribeiro - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0624216-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cumprimento Provisório de Sentença - REQUERENTE: Sinézio Rodrigues Miranda - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0624422-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Marcelo Teixeira de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema,

cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0624436-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Correção Monetária - REQUERENTE: Marcelo Teixeira de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0624456-47.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Eruszamaro Alves da Conceição - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM) - Processo 0624488-18.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Ricardo Vieira dos Santos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CIRO GONÇALVES BOTELHO (OAB 39395/BA) - Processo 0624513-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - EXEQUENTE: Claudio Ribeiro Pinto - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante

o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624614-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Fátima Nascimento da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0627980-86.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Cicero Gledson Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628344-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: Kleberson Lucio Nogueira de Souza - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA ELIANA DA SILVA HOROHIAQUE (OAB 9095/AM) - Processo 0628487-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eliana da Silva Alves - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: RYLENE ÁLVARES BASTOS RODRIGUES (OAB 10145/AM) - Processo 0628554-75.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO TRABALHO - REQUERENTE: Simone Ferreira de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0629380-67.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Ilauana Oliveira Paz - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: SÉRGIO PAULO MESQUITA JÚNIOR (OAB 10823/AM), ADV: PAULO ROBERTO ARCE NICOLAU (OAB 8226/AM) - Processo 0629401-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Angelita Ferraz Simoes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Angelita Ferraz Simoes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0629738-32.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificação de Incentivo - REQUERENTE: Silmara da Cunha Pimentel - Desta forma, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial nos termos do art. 321, do Código de Processo Civil, fazendo a juntada de documentos aptos a comprovar o suposto valor devido pelo Estado do Amazonas, como os contracheques do período pleiteado, bem como o demonstrativo de débito, conforme determina o art. 320, do CPC, sob pena de indeferimento da inicial. Em caso de cumprimento da diligência, dê-se vista ao Requerido para manifestação no prazo de 15 (quinze) dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM) - Processo 0629890-17.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Angelo Paulo Cooper de Oliveira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0630322-36.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rui da Silva Barbosa - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação

pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL DA COSTA SUBIRANA PENA (OAB 12304/AM) - Processo 0630363-03.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO - REQUERENTE: Sebastião Ferreira da Cruz Neto - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: LEONARDO ALVARENGA VIANA (OAB 6956/AM) - Processo 0630366-89.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão - REQUERENTE: Manoel Francisco Freitas dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0630540-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jimmy Willams Feitoza Rayol - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0630635-94.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizações Regulares - REQUERENTE: Felix Pereira de Almeida - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0630871-12.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Leonardo Souza de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0630875-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-Alimentação - RECLAMANTE: Eliab Souza de Oliveira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0630916-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Regina Nascimento Lima Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0631105-28.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: João Alison Vasconcelos da Rocha - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração

de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631763-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Janete de Freitas Viana - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631767-55.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Marcondes de Lima Sales - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631776-17.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Elaine Regina da Silva Gomes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631784-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Angela Cruz de Vasconcelos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631786-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Byron Disney Bentes Monteiro - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0631788-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Clelia Correa Soares - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MARCOS PAULO DO CARMO OLIVEIRA (OAB 11771/AM) - Processo 0631963-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alcinei da Silva Lobo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alcinei da Silva Lobo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632024-80.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Nemesio Rodrigues Valente - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632034-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria dos Anjos Bezerra de Freitas - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0632038-64.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: José Inácio dos Santos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0632089-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Sidney Pinheiro Colares - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante

o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0632624-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Albanize Ferreira Cruz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Albanize Ferreira Cruz em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633126-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Eliana Machado Pires - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633190-50.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Alciles Pereira Comape - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633193-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Ilayone Paz Ramos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633213-93.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Jair da Silva Costa - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0633215-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Ana Joelma Conceição da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0633681-91.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Rodrigo Oton Souza de Oliveira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JUAREZ CAMELO ROSA (OAB 2695/AM) - Processo 0634680-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Abrahão Ferreira de Carvalho - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: ÉVILA MARIA SOUZA VELA (OAB 12005/AM) - Processo 0635109-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Sergio Peres de Oliveira - Por conseguinte, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, bem como apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Decorrido o prazo, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ÉVILA MARIA SOUZA VELA (OAB 12005/AM) - Processo 0635120-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Geraldo Rodrigues dos Santos - Por conseguinte, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15

(quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, bem como para apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: ENEIAS DE PAULA BEZERRA (OAB 2354/AM) - Processo 0635629-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Obdias Januário dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Obdias Januário dos Santos em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0635974-34.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jobson Bentes dos Santos - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DIOGO TRAVESSA SERRÃO (OAB 13534/AM) - Processo 0636163-75.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Rosa Carneiro Serrao - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636467-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Andreli Gomes de Moura Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636482-43.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Andreli Gomes de Moura Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636492-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Silvana da Silva Lopes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636496-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Silvana da Silva Lopes - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0636504-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Remuneração - REQUERENTE: Marcelo Roberto Oliveira de Carvalho - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636543-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Sérgio Fernandes Mar - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636609-78.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Cristiney Coitinho da Silva - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0636658-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Mara Elaine dos Santos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0637374-49.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Olimpio Acacio e Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0637672-41.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - RECLAMANTE: André Nunes de Lima - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0638198-76.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contrato Temporário de Mão de Obra L 8.745/1993 - REQUERENTE: Rosineide dos Santos Freitas - Assim sendo, constatado o valor atualizado da condenação e a inércia do requerido quanto ao ajuizamento de impugnação, fixo o valor nominal dos honorários sucumbenciais em R$ 1.552,06 (mil quinhentos e cinquenta e dois reais e seis centavos), conforme determinação contida no acórdão proferido às fls. 160/164. Cientifique-se o executado. Expeça-se Ofício Requisitório de Pequeno Valor, de modo que seja acrescida à ordem de pagamento o valor referente aos aludido honorários. Após adimplemento da obrigação, expeça-se o competente alvará.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0638571-39.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Dulcineia Soares de Freitas - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0638840-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Analícia Cristina Cunha Penalber - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0638896-14.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: David de Souza Feitoza - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0639305-87.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Jucinaide Bastos da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jucinaide Bastos da Silva em face do Estado do Amazonas e Secretário de Saúde do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios

autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GIULIANA PINHEIRO BASTOS NEVES (OAB 10386/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM) - Processo 0639308-42.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Jonatha de Oliveira Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jonatha de Oliveira Lima em face do Secretário de Saúde do Estado do Amazonas e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0639589-95.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - REQUERENTE: Sandra Suely Maman da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sandra Suely Maman da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0639703-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Denis Almeida Teixeira - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRIO JORGE OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 2908/AM) - Processo 0639921-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rayza Araujo de Amaral - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rayza Araujo de Amaral em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAISY FEITOSA COUTINHO (OAB 6989/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0639971-25.2018.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Evaldo Sena de Souza - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive

calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JEANNE CORREA DE OLIVEIRA (OAB 7327/AM) - Processo 0640654-62.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Robert Magno Santos da Costa - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: DÉBORA ARAÚJO DE QUEIROZ (OAB 10157/AM), ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0641171-33.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Euriclides Lira de Serra - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0641311-04.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Joelson Rolim Macedo - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JANIETE DA SILVA MONTEIRO (OAB 10084/AM), ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM) - Processo 0641409-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: L. K. Comércio de Veículos Ltda - Dito isto, Intime-se o Requerente para que, no prazo de cinco dias, manifeste-se acerca do ora suscitado e apresente todas as informações pertinentes ao caso, sob pena de aplicação das penalidade legais aplicáveis à espécie. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0642484-97.2017.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Bruno Massayoshi de Souza Otsuka - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644051-32.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Hercules Martins Duarte - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO CARLOS GAMA ALVES (OAB 16215/PA) - Processo 0644054-84.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Manilson Gonzaga da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0644526-51.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - RECLAMANTE: Lucineia Silva dos Santos - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: AUGUSTO GONÇALVES GUIMARAES NETO (OAB 9830/AM) - Processo 0644868-96.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO TRABALHO - REQUERENTE: Zenilda da Silva Marialva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: INGRID GODINHO DODÔ (OAB 9425/AM) - Processo 0644870-32.2019.8.04.0001 - Petição Cível - ICMS / Incidência Sobre o Ativo Fixo - REQUERENTE: Ruth da Costa Malafaia - Portanto, como a causa versa sobre declaração de inexistência de relação tributária, declino a competência desta vara especializada para processar e julgar o feito, devendo os autos serem encaminhados à Vara Especializada da Dívida Ativa Estadual, na forma do art. 153, I, "b", da Lei Complementar n. 17/97 Dê-se baixa nos registros. Redistribua-se à Vara competente. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646343-53.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Moreira da Silva - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646344-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Raimundo Soares Ferreira - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646348-75.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Rosilda Celia Silva Flores - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo, de acordo com o art. 319, inciso II do CPC, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0646349-60.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Admissão / Permanência / Despedida - REQUERENTE: Suraia Araújo Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Suraia Araújo Costa em face do Secretaria de Estado de Saúde do Amazonas (susam). e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROSICLEIDE VIEIRA LIMA (OAB 10549/AM), ADV: EDENILSON HOSODA MONTEIRO DA SILVA (OAB 9932/AM) - Processo 0646396-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Leonice da Silva Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leonice da Silva Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GUILHERME NASCIMENTO ABIB (OAB 57873/RS) - Processo 0646444-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Michele do Canto Blanco - Portanto, como a causa versa sobre declaração de inexistência de relação tributária, declino a competência desta vara especializada para processar e julgar o feito, devendo os autos serem encaminhados à Vara Especializada da Dívida Ativa Municipal. Redistribuam-se os autos. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0646637-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência - REQUERENTE: Simarildo Fernandes Coelho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Simarildo Fernandes Coelho em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09,

que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0646647-86.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Luzivan Alfaia Dias - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0647182-15.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Imaculada Nunes - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ORLANDO PATRÍCIO DE SOUSA (OAB 7705/AM) - Processo 0648867-57.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Jose Ivan Veras do Nascimento - Recebo o presente recurso, nos termos do art. 43 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o(a) Recorrido(a) para, no prazo de 10 (dez) dias, oferecer contrarrazões. Após, com ou sem manifestação, remetam-se os autos à Turma Recursal para julgamento. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0649015-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Averbação/Cômputo do tempo de serviço militar - REQUERENTE: Wesllem de Araújo Nogueira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Wesllem de Araújo Nogueira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IGOR BRANDÃO BARBOSA (OAB 6598/AM) - Processo 0649133-10.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Elissandra Rubim de Carvalho e outros - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, requerendo a citação do ente público legítimo e retificando o valor da causa de acordo com o proveito econômico pretendido, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0649146-43.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Ézio Ramos da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM) - Processo 0649564-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcelo Saturnino Maricaua - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único, do art. 321 do CPC. Cumpra-se.

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0650149-96.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Invens Roberto de Souza Nunes - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM) - Processo 0650325-12.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade / Anulação - REQUERENTE: Domingas da Cruz Diniz - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: DIEGO AMÉRICO COSTA SILVA (OAB 5819/AM) - Processo 0651665-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimundo Nonato Monteiro Machado - Assim, determino a intimação do advogado da parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do Código de Processo Civil, nos termos da fundamentação supra, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0651893-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Juarez Nascimento de Mattos - Em consequência, determino a intimação da parte autora, para realizar a emenda do valor da causa, nos termos acima descritos, no prazo de 15 dias. Cumpra-se.

ADV: CINTHYA CALDAS TORRES (OAB 13867/AM) - Processo 0652124-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cleberson Morais Caetano - Outrossim, verifico que a parte demanda PGE é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do ESTADO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, a fim de que proceda a correção do valor da causa e do polo passivo da demanda, indicando o ente público legítimo, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: ALAN JOHNNY FEITOSA DA FONSECA (OAB 7799/AM) - Processo 0652475-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Classificação e/ou Preterição - REQUERENTE: Rellington Cavalcante Mesquita - Assim, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a petição inicial, nos termos do art. 321, caput, do CPC, a fim de que proceda a correção do valor da causa, de acordo com o art. 319, inciso V, do CPC, adequando a exordial ao rito da Lei n.º 9.099/95, sob pena de indeferimento da inicial, com fulcro no parágrafo único do art. 321, do mesmo Código. Após, voltem-me os autos conclusos.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0652623-74.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Emerson Orlandi - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: RAQUEL ISADORA LEITE VIEIRA (OAB 7586/AM) - Processo 0652634-69.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Rossana Morena de Araujo e outros - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rossana Morena de Araujo, Antonio Lopes Braga Neto, Raimundo Evaldo de Andrade Agostinho e Odineia Maquine Nogueira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0652746-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Aristoteles Gaio de Moraes - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores

do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0652756-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Antônio de Souza Nogueira - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0652760-22.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Leomar Souza da Gama - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM) - Processo 0652812-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Auxiliadora Alencar da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Auxiliadora Alencar da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: FÁBIO DE ASSUNÇÃO ACOSTA (OAB 8415/AM) - Processo 0652845-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Edimar Machado Monteiro - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edimar Machado Monteiro em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de

produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0652874-92.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Luiz Alexandre Aguiar Martins - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0652968-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Telma Vieira Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Telma Vieira Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0652983-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jerry Dener da Cunha Camilo - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0653011-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Deusdete Pires de Oliveira - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0653068-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Walder Ferreira Ramos - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0653081-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Luiz do Nascimento Torres - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: GRAZIELLI PEREIRA DOS SANTOS (OAB 290434/SP) - Processo 0653150-89.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Wellington Lifsitch Catão - Considerando a matéria abordada nos autos, a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, bem como os preceitos estabelecidos pela Lei 9.099/95 e CPC/2015 quanto à busca pela solução consensual de conflitos, fica designada audiência de conciliação, a ser pautada pela Secretaria da Vara, da qual as partes deverão ser devidamente intimadas. Frustrada a conciliação e presentes os requeridos, considerar-se-á(ão), desde logo, citado(s) o(s) mesmo(s) para apresentação de defesa, no prazo de quinze dias. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0653201-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Giandro Kildary Ferreira de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Giandro Kildary Ferreira de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LIGIER MARTINS MOREIRA JÚNIOR (OAB 6660/AM) - Processo 0653335-30.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Vasconcelos Manutencao e Reparacao Ltda Me - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Vasconcelos Manutencao e Reparacao Ltda

Me em face do Secretaria de Estado da Saúde - Susam e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0653379-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adicional por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Marcos Augusto Vieira Pereira - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0653411-54.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Suziany Santos Duarte - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Suziany Santos Duarte em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0653413-24.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jonatan Henrique de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jonatan Henrique de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0653440-07.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Sergilan de Souza Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sergilan de Souza Oliveira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0653467-87.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Francisco Rodrigues dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Rodrigues dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0653469-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Francisco Rodrigues dos Santos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Rodrigues dos Santos em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0653474-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Leida Correa Coutinho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leida Correa Coutinho em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0653481-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Maria Orieta Freire Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Orieta Freire Mendonça em face do Fundação de Vigilância Em Saúde - FVS e Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0653492-03.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Debora Cristiany Pinto Barros de Farias - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Debora Cristiany Pinto Barros de Farias em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653494-70.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Nilson da Silva Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nilson da Silva Rocha em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653496-40.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: José de Castro Tundis - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por José de Castro Tundis em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALMINO LIMA SANTOS (OAB 8642/AM) - Processo 0653499-92.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Enquadramento - REQUERENTE: Mike de Souza Moraes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mike de Souza Moraes em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0653500-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jair Lucio Correa de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jair Lucio Correa de Souza em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: INGRID JULIANA DA SILVA BALBI (OAB 12798/AM) - Processo 0653502-47.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio Cordovil Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcio Cordovil Costa em face do Prefeitura Municipal de Manaus e Semed - Secretaria Municipal de Educação. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de extinção do feito, nos termos do artigo 76, §1º, inciso I combinado com artigo 485, inciso IV, todos do Código de Processo Civil. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653512-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Nora Nei Fernandes Lira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nora Nei Fernandes Lira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo

qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653514-61.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Marcia Martins Michiles - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcia Martins Michiles em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653530-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Dina Maria Albuquerque Azedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dina Maria Albuquerque Azedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0653532-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Dina Maria Albuquerque Azedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Dina Maria Albuquerque Azedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0653542-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Abono de Permanência em Serviço (Art. 87) - REQUERENTE: Angela da Conceição Guedes de Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Angela da Conceição Guedes de Carvalho em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art.

8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANNA CRISTHINA BARBOSA MASSULO (OAB 14363/AM) - Processo 0653561-35.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Libna Barbosa de Carvalho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Libna Barbosa de Carvalho em face do Secretaria Municipal de Finanças, Tecnologia da Informação e Controle Interno - SEMEF. Primeiramente, analisando os requisitos do juízo de admissibilidade da ação proposta, verifico que a parte demandada, é órgão despersonalizado, integrante da estrutura do MUNICÍPIO, não possuindo capacidade processual para atuar em juízo em nome próprio, sendo necessária retificação do polo passivo da demanda. Deste modo, intimo a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, indicando ente legítimo para figurar no polo passivo da demanda, sob pena de extinção do feito, nos termos do artigo 76, §1º, inciso I combinado com artigo 485, inciso IV, todos do Código de Processo Civil. Cumprida a diligência acima determinada, passo a decidir: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0653610-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Solanger Conceição Camelo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Solanger Conceição Camelo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0653658-35.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Gonzaga da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Auxiliadora Maria Gonzaga da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0653691-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Jairo Gama Palheta - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jairo Gama Palheta em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0653788-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Antônio Dimas Silva Alves - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antônio Dimas Silva Alves em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0653797-84.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Wianey Ribeiro Melo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Wianey Ribeiro Melo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0653808-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Maria Izete Queiroz de Vasconcelos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Izete Queiroz de Vasconcelos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JESSICA SANTOS DE OLIVEIRA ATHAN (OAB 14225/AM) - Processo 0653809-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Francisco Eraldo Sena Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco Eraldo Sena Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0653854-05.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Ailson Silva de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ailson Silva de Lima em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0653861-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Fernando Peron Gomes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fernando Peron Gomes em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0653874-30.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Jose Lima de Assunção - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado,

poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0653895-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Davi de Souza da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Davi de Souza da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0653901-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Noême Cavalcante Costa Passos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Noême Cavalcante Costa Passos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0653904-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Normax Luiz da Silva Batista - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Normax Luiz da Silva Batista em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0653908-68.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Beethowen Souza de Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Beethowen Souza de Lima em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre

a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AGENOR CORRÊA GRAÇA JÚNIOR (OAB 10375/AM), ADV: TAMILE DE PAULA FREITAS RODRIGUES AMANAJÁS (OAB 8185/AM) - Processo 0653910-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ronnilso Rego da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Ronnilso Rego da Costa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0653911-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Joãozinho Cordeiro Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Joãozinho Cordeiro Filho em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0653912-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jose Raimundo Fernandes Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jose Raimundo Fernandes Soares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0653916-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Carlos Nilson Miranda Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Nilson Miranda Mendonça em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino

a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0653918-15.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcos Batista de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos Batista de Souza em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROSEMARY LIMA RODRIGUES (OAB 2351/AM) - Processo 0653929-44.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Restituição / Indenização de Despesa - REQUERENTE: Arlene Neri de Oliveira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Arlene Neri de Oliveira em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0653990-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Fernando Hélio Barrozo Frazão Baruk - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fernando Hélio Barrozo Frazão Baruk em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0654003-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Márcia Marques Pires - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Márcia Marques Pires em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação

de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BRENDO DE CASTRO MARTINS (OAB 13009/AM) - Processo 0654024-74.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Leandro de Lima Brito - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Leandro de Lima Brito em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM) - Processo 0654036-88.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Mauricio Carneiro Braga - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mauricio Carneiro Braga em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: EDILLAINNY RODRIGUES DE ARAÚJO (OAB 14531/AM) - Processo 0654059-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Hiram Jephson Gabriel da Costa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Hiram Jephson Gabriel da Costa em face do Município de Manaus. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654094-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Sebastião Cardoso Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sebastião Cardoso Pereira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência

do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0654110-45.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Celson Carlos Duarte Marques - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Celson Carlos Duarte Marques em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0654141-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: George Willton dos Santos Pereira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por George Willton dos Santos Pereira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654148-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Edwalter Basilio da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edwalter Basilio da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0654150-27.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Edinelza Ferreira de Souza - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edinelza Ferreira de Souza em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual,

inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0654156-34.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio Evandro Ferreira da Cruz - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Antonio Evandro Ferreira da Cruz em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0654160-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Klengeis Willians Lima Alecrim - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Klengeis Willians Lima Alecrim em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0654176-25.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Izamar Lopes Serrao - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Izamar Lopes Serrao em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0654179-77.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Izamar Lopes Serrao - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Izamar Lopes Serrao em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0654198-83.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Deborah Brito de Almeida - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Deborah Brito de Almeida em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0654211-82.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Lediomar Carvalho Rocha - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Lediomar Carvalho Rocha em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0654214-37.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Nildelene Santana Soares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Nildelene Santana Soares em face do Município de Manaus. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: BLENDA DA SILVA BARROS (OAB 13147/AM) - Processo 0654349-49.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Manoel Altemar Pinho Gondim - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Manoel Altemar Pinho Gondim em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654352-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Edwalter Basilio da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Edwalter Basilio da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654372-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Fabio Andrade da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Fabio Andrade da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0654389-31.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Rejane das Chagas Goes - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Rejane das Chagas Goes em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0654395-38.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Pedro Izidio Ferreira de Mendonça - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Pedro Izidio Ferreira de Mendonça em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0654397-08.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Jocely Coelho Campos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Jocely Coelho Campos em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: MÁRCIO ROCHA BENTES (OAB 10704/AM) - Processo 0654414-44.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - RECLAMANTE: Vilma Pereira de Araújo da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Vilma Pereira de Araújo da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CATHARINA DE SOUZA CRUZ ESTRELLA (OAB 7006/AM) - Processo 0654432-65.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Equivalência salarial - REQUERENTE: Maria Cristina Cavalcante Ballut - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Cristina Cavalcante Ballut em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: PAULO VICTOR PEREIRA BARROS (OAB 13050/AM) - Processo 0654443-94.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Wanderley Barros de Souza - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: IEDA KATIANE TAVARES PINTO (OAB 14999/AM) - Processo 0654444-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Mauricio Sena de Azevedo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Mauricio Sena de Azevedo em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: JONATHAS ALVES MAIA (OAB 12187/AM) - Processo 0654449-04.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento - REQUERENTE: Eudenei Medeiros Barbosa - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eudenei Medeiros Barbosa em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM) - Processo 0654461-18.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Raimundo Jose de Melo - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimundo Jose de Melo em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANA CAROLINA AMARAL DE MESSIAS (OAB 9171/AM) - Processo 0654504-52.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Cláudio Pereira da Silva Filho - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cláudio Pereira da Silva Filho em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0654646-56.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Valqueznor da Silva Teixeira - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Valqueznor da Silva Teixeira em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0654665-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Emilson Bonet de Oliveira - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: CHRISTIAN ARAUJO DE SOUZA (OAB 13291/AM) - Processo 0654670-84.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Remuneração - REQUERENTE: Francisco de Assis Silva Junior - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Francisco de Assis Silva Junior em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora

para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0654676-91.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - FGTS/Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço - REQUERENTE: Maria Deuza Melo da Silva - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Maria Deuza Melo da Silva em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0654712-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sofia Costa Tenorio - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sofia Costa Tenorio em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM) - Processo 0654713-21.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcos Williams Matos de Vasconcelos - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Marcos Williams Matos de Vasconcelos em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: RAFAEL YAN DE SOUZA SILVA (OAB 13427/AM) - Processo 0654719-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Alan Costa Maia - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Alan Costa Maia em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0655034-56.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Eliel Nogueira do Nascimento - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Eliel Nogueira do Nascimento em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0655042-33.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenizações Regulares - REQUERENTE: Otavio Lúcio Dias Magalhães - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Otavio Lúcio Dias Magalhães em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0655044-03.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenizações Regulares - REQUERENTE: Arnaldo Costa Gama - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Arnaldo Costa Gama em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na

inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0655047-55.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Indenizações Regulares - REQUERENTE: James da Silva Tavares - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por James da Silva Tavares em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0655051-92.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Evandro Rodrigues Lima - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Evandro Rodrigues Lima em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0655069-16.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Gilmar Silva de Moura - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Gilmar Silva de Moura em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655077-27.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Frandolfo Santos de Oliveira - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: PALOMA CHAVES CAVALCANTE (OAB 14518/AM) - Processo 0655077-90.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: C.C.S.V. - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Cleber Catarino da Silva Vieira em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada dos valores requestados e holerites do período, sob pena de indeferimento da inicial. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: WANESSA BELTRÃO DA SILVA (OAB 12623/AM) - Processo 0655114-20.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raimunda Júnior da Rocha Paula - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Raimunda Júnior da Rocha Paula em face do Estado do Amazonas. Primeiramente, verifico que o pleito do demandante possui reflexos econômicos vinculados, razão pela qual determino a intimação da parte autora para, no prazo de quinze dias, apresentar planilha de cálculo atualizada e discriminada do proveito econômico que se busca, e a consequente correção do valor da causa, sob pena de indeferimento da inicial. Compete esclarecer que este Juizado possui competência funcional para execução dos seus próprios julgados, nos termos dos arts. 3º, § 1º, II e 52 da Lei n.º 9.099/95, portanto, o reflexo econômico de um direito a ser reconhecido necessita, também, estar compreendido no limite do seu valor de alçada. Caso cumprida a diligência supra, passo a exarar as seguintes determinações relativas ao trâmite processual: Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, tais entes necessitam para conciliar, transigir ou desistir do processo de previsão em lei respectiva, diploma legal ainda não elaborado pelo Estado do Amazonas e pelo Município de Manaus. Assim sendo, ante a ausência de legislação estadual ou municipal autorizadora, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (Ato 691/2017 - PTJ). Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0655123-79.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Carlos Etiene Fernandes Lages - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Etiene Fernandes Lages em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação

de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALAN HERGERTON FAÇANHA (OAB 9353/AM) - Processo 0655124-64.2019.8.04.0001 - Petição Cível - Adicional de Horas Extras - REQUERENTE: Carlos Etiene Fernandes Lages - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Carlos Etiene Fernandes Lages em face do Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, oportunizo ao Requerido a possibilidade de ofertar proposta conciliatória, nos autos do processo, de acordo com a inteligência do art. 8º da Lei n. 12.153/09, no prazo de 10 dias, devendo ser devidamente intimado para tanto. Caso haja proposta de acordo, intime-se o Requerente para responder no prazo de 10 dias. Caso não haja formulação de proposta de acordo, pelo ente Público, fica este, após o transcurso dos dez dias iniciais, citado, para contestar, no prazo de 15 dias, independentemente da expedição de ato específico para tal finalidade. Existindo proposta e esta não sendo aceita pelo autor, determino a citação do Requerido, por ato ordinatório para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Na referida peça de defesa, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Se, na contestação, houver reconhecimento parcial do pedido, com apresentação de valor diverso do pleiteado na inicial, intime-se a parte autora para manifestação, no prazo de 15 (quinze) dias, oportunidade em que deverá, ainda, ser for o caso de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, opor as considerações que, justificadamente, entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0655390-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Amesio Ferreira Cruz - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM), ADV: THIAGO TEIXEIRA DA COSTA (OAB 12263/AM) - Processo 0655634-14.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Antonio Soares da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: ALEXANDRE MAGNO ARANHA RODRIGUES (OAB 6821/AM) - Processo 0655875-85.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - RECLAMANTE: Jandira Andrade Aranha - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0657013-87.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Everaldo de Souza Batalha - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo

supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0657955-22.2018.8.04.0001 - Petição Cível - Gratificações Estaduais Específicas - REQUERENTE: Roberto Rodrigues de Jesus - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

ADV: CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM) - Processo 0661031-54.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Marcio Junior Silva de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIMEM-SE as partes para se manifestarem sobre os cálculos apresentados, no prazo de 15 dias, nos termos da sentença de folhas antecedentes.

ADV: ANDREI FARIAS DE BARROS (OAB 6074/AM) - Processo 0661549-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Sistema Remuneratório e Benefícios - REQUERENTE: Cleverton José França da Silva - Vieram-me os autos conclusos, em razão de elaboração pelo requerido de pedido de suspensão do processo, tendo por finalidade a viabilização de solução conciliatória extrajudicial entre os litigantes. Sobre o tema, cumpre salientar que o novo Código de Processo Civil, ao longo de seu texto, reforça e privilegia a busca pela conciliação e mediação pelas partes, inovando ao prever possibilidade expressa de os litigantes apresentarem convenções processuais ao Juízo, de modo que se possa estipular inclusive calendário processual com o escopo de se atingir a melhor resolução do conflito. Os institutos de solução consensual, portanto, não mais se apresentam como uma mera faculdade ao julgador. Trata-se, em verdade, de poder-dever do magistrado impondo-lhe a obrigação de renovar e possibilitar às partes em qualquer tempo e grau de jurisdição a elaboração de novas propostas conciliatórias. Não é outra a redação do art. 190 do CPC/2015: Art. 190. Versando o processo sobre direitos que admitam autocomposição, é lícito às partes plenamente capazes estipular mudanças no procedimento para ajustá-lo às especificidades da causa e convencionar sobre os seus ônus, poderes, faculdades e deveres processuais, antes ou durante o processo. Conforme se depreende da leitura do dispositivo supra transcrito, verifica-se que o acordo, porventura entabulado, poderá, sem quaisquer embargos de ordem processual, dispor até mesmo sobre pagamento de honorários advocatícios de natureza contratual, de modo que se garanta aos causídicos o recebimento dos mesmos. Ademais, o cerne da legislação dos juizados especiais é a promoção da conciliação. Assim, determino a intimação da parte autora para que, no prazo de quinze dias, manifeste-se sobre o pedido de suspensão formulado às folhas antecedentes. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Adriana Monteiro de Souza (OAB 14269/AM)
Agenor Corrêa Graça Júnior (OAB 10375/AM)
Alan Hergerton Façanha (OAB 9353/AM)
Alan Johnny Feitosa da Fonseca (OAB 7799/AM)
Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Alexandre Magno Aranha Rodrigues (OAB 6821/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Almino Lima Santos (OAB 8642/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Ana Carolina Amaral de Messias (OAB 9171/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
Andrei Farias de Barros (OAB 6074/AM)
Andrews Hipy Silva (OAB 14102/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Andrey Farache Barroso (OAB 12705/AM)
Anna Cristhina Barbosa Massulo (OAB 14363/AM)
Antônio Carlos Gama Alves (OAB 16215/PA)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Augusto Gonçalves Guimaraes Neto (OAB 9830/AM)
Blenda da Silva Barros (OAB 13147/AM)
Brendo de Castro Martins (OAB 13009/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Bruno Gomes Alves (OAB 10718/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM)
Catharina de Souza Cruz Estrella (OAB 7006/AM)
Christian Araujo de Souza (OAB 13291/AM)
Cinthya Caldas Torres (OAB 13867/AM)
Ciro Gonçalves Botelho (OAB 39395/BA)
Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
CONCEIÇÃO GAMA DE MATOS (OAB 11015/AM)
Cyntia Costa de Lima (OAB 7345/AM)
Daisy Feitosa Coutinho (OAB 6989/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Débora Araújo de Queiroz (OAB 10157/AM)
Diego Américo Costa Silva (OAB 5819/AM)
Dioclemar Santos Nogueira Júnior (OAB 12013/AM)
Diogo Travessa Serrão (OAB 13534/AM)
Douglas Herculano Barbosa (OAB 6407/AM)
Edenilson Hosoda Monteiro da Silva (OAB 9932/AM)
Edillainny Rodrigues de Araújo (OAB 14531/AM)
Edmilson Lucena dos Santos Júnior (OAB 6030/AM)
Elbe Renan de Oliveira da Silva (OAB 9883/AM)
Elcinete Cardoso de Almeida (OAB 6946/AM)
Eneias de Paula Bezerra (OAB 2354/AM)
Évila Maria Souza Vela (OAB 12005/AM)
Fábio de Assunção Acosta (OAB 8415/AM)
Fabio Pontes Garcia (OAB 14234/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Georgete de Castro Duarte (OAB 9249/AM)
Giuliana Pinheiro Bastos Neves (OAB 10386/AM)
Grazielli Pereira dos Santos (OAB 290434/SP)
Guilherme Nascimento Abib (OAB 57873/RS)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Ieda Katiane Tavares Pinto (OAB 14999/AM)
Igor Brandão Barbosa (OAB 6598/AM)

Ingrid Godinho Dodô (OAB 9425/AM)
Ingrid Juliana da Silva Balbi (OAB 12798/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Janiete da Silva Monteiro (OAB 10084/AM)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
Jeanne Correa de Oliveira (OAB 7327/AM)
Jessica Santos de Oliveira Athan (OAB 14225/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)
Johan da Costa Araújo (OAB 12234/AM)
Jonathas Alves Maia (OAB 12187/AM)
José Gomes de Amorim (OAB 10881/AM)
José Júlio César Corrêa (OAB 7810/AM)
Juarez Camelo Rosa (OAB 2695/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Leonardo Alvarenga Viana (OAB 6956/AM)
Leudyano Adeodato Venâncio (OAB 11234/AM)
Ligier Martins Moreira Júnior (OAB 6660/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Felipe da Luz de Queiroz (OAB 7271/AM)
Manoel Augusto do Nascimento (OAB 12936/AM)
Marcelo Augusto Andrade de Oliveira (OAB 3632/AM)
Márcio Rocha Bentes (OAB 10704/AM)
Marcos Paulo do Carmo Oliveira (OAB 11771/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Maria Eliana da Silva Horohiaque (OAB 9095/AM)
Mario Angelo Serra Cutrim (OAB 14242/AM)
Mário Jorge Oliveira de Paula Filho (OAB 2908/AM)
Mário Jose Chagas Paulain Júnior (OAB 7405/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Nayanne Pires César (OAB 7782/AM)
Orlando Patrício de Sousa (OAB 7705/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paloma Chaves Cavalcante (OAB 14518/AM)
Paulo Roberto Arce Nicolau (OAB 8226/AM)
Paulo Victor Pereira Barros (OAB 13050/AM)
Penélope Aryadne Antony Lira (OAB 7357/AM)
Priscila Inocêncio dos Santos (OAB 10445/AM)
Rafael Yan de Souza Silva (OAB 13427/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Raquel da Costa Subirana Pena (OAB 12304/AM)
RAQUEL DA SILVA BENIGNO (OAB 12295/AM)
Raquel Isadora Leite Vieira (OAB 7586/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robson Carvalho Ferreira (OAB 12268/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Rosemary Lima Rodrigues (OAB 2351/AM)
Rosicleide Vieira Lima (OAB 10549/AM)
Rylene Álvares Bastos Rodrigues (OAB 10145/AM)
Sarah Porto Lima Anijar (OAB 4098/AM)
Sérgio Paulo Mesquita Júnior (OAB 10823/AM)
Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB 11681/AM)
Tamile de Paula Freitas Rodrigues Amanajás (OAB 8185/AM)
Tatiane Salvatierra da Costa (OAB 5752/AM)
Thiago Teixeira da Costa (OAB 12263/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Tony Félix Tomé (OAB 7688/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wanessa Beltrão da Silva (OAB 12623/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0454/2019

ADV: ALDACY RÉGIS DE SOUSA MELO (OAB 4752/AM) - Processo 0611192-26.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reinaldo Carvalho de Oliveira - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente/exequente para tomar ciência do ato jurisdicional de folhas antecedentes, de modo que o prazo para manifestação começará a fluir a partir da intimação do presente ato ordinatório.

Aldacy Régis de Sousa Melo (OAB 4752/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0456/2019

ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0628522-36.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Diárias e Outras Indenizações - REQUERENTE: Michel de Souza Bahiense - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente/exequente para tomar ciência do ato jurisdicional de folhas antecedentes, de modo que o prazo para manifestação começará a fluir a partir da intimação do presente ato ordinatório.

CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0457/2019

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0609135-69.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Militar - REQUERENTE: Arnaldo Costa Gama - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente/exequente para tomar ciência do ato jurisdicional de folhas antecedentes, de modo que o prazo para manifestação começará a fluir a partir da intimação do presente ato ordinatório.

Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0452/2019

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0635578-23.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Edinilson Almeida da Silva - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos

que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636118-71.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção - REQUERENTE: Hitler Gray Farias Ribeiro - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636829-76.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Andre Guimaraes Colares - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636834-98.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Mário Lima dos Santos - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0636858-29.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Clovis Menezes de Oliveira Filho - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de

ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0637081-79.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Gervandro Rodrigues Campos - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0637108-62.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Liporacy Socorro Feleol Nogueira - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM) - Processo 0637347-66.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promoção / Ascensão - REQUERENTE: Sebastiao da Silva Costa - Deste modo, deixo de apreciar o pedido de tutela de evidência para examiná-lo após a manifestação do requerido. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO BRAGA (OAB 7953/AM) - Processo 0641848-63.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Sônia da Silva de Morais - Vistos. Trata-se de ação ajuizada por Sônia da Silva de Morais em face do O Estado do Amazonas. Nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. Por outro giro, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. À Secretaria para as providências cabíveis. Intime-se. Cite-se. Cumpra-se

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642786-58.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Pedro Giilmar Silva dos Santos - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642788-28.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Pedro Giilmar Silva dos Santos - Deste modo, o pedido de tutela provisória formulado pela Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários para tanto. Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642798-72.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Luiz Eduardo Rodrigues dos Santos - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642799-57.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Luiz Eduardo Rodrigues dos Santos - Deste modo, o pedido de tutela provisória formulado pela Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários para tanto. Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do

Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0642912-11.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Mario Jorge Gaia da Silva - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642932-02.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Piso Salarial - REQUERENTE: Mário José Comapa Adrião - Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente público não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

ADV: ALEX MENDES DOS SANTOS (OAB 7308/AM) - Processo 0642934-69.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Auxílio-transporte - REQUERENTE: Mário José Comapa Adrião - Deste modo, o pedido de tutela provisória formulado pela Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários para tanto. Assim, forte nesses motivos, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Por conseguinte, no que tange à marcha processual, inobstante a Lei n. 12.153/09, que regulamenta os juizados especiais da fazenda pública, em seu art. 8º, permita a realização de conciliação pelas pessoas jurídicas de direito público, empiricamente, constatamos que o ente Estatal não vem formulando propostas em demandas que envolvem a matéria abordada no presente feito. Assim sendo, em razão da reduzida possibilidade de acordo, visando proporcionar celeridade ao feito, deixo de designar data para realização da audiência de conciliação, motivo pelo qual, desde já, determino a citação do Requerido para, querendo, apresentar contestação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis. Caso haja proposta de acordo, esta deve ser formulada mediante peticionamento nos próprios autos. Na contestação, deverá a reclamada se manifestar sobre a necessidade da produção de prova testemunhal em audiência, sob pena de preclusão. Ressalte-se que as pessoas jurídicas de direito público não gozam de prazo diferenciado para a prática dos atos processuais, nos termos do art. 7º da Lei n.º 12.153/09. Posteriormente à contestação, faça a Secretaria da Vara a intimação da parte autora, para que se manifeste nos casos de ocorrência das hipóteses dos artigos 337, 338 e 350 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, nos termos do art. 351 do CPC, para opor as considerações que justificadamente entender pertinentes, devendo, no mesmo ato, se manifestar sobre a necessidade de produção de provas em audiência. Caso não existam manifestações contrárias e, em se tratando de matéria unicamente de direito, haverá o julgamento antecipado de mérito, na forma do artigo 355, I do Código de Processo Civil, em atenção aos princípios norteadores do sistema dos juizados especiais. Outrossim, registra-se que, nos termos do art. 54 da Lei n. 9.099/95, o acesso ao Juizado Especial independerá, em primeiro grau de jurisdição, do pagamento de custas, taxas ou despesas. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cite-se. Cumpra-se.

Alex Mendes dos Santos (OAB 7308/AM)
Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
João Ricardo Braga (OAB 7953/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0459/2019

ADV: HENRIQUE ELOI BARBOSA (OAB 7528/AM) - Processo 0614939-81.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Remuneração, Soldo, Proventos ou Pensão - REQUERENTE: Hudson Roberto Lobo - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente/exequente para tomar ciência do ato jurisdicional de folhas antecedentes, de modo que o prazo para manifestação começará a fluir a partir da intimação do presente ato ordinatório.

Henrique Eloi Barbosa (OAB 7528/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0460/2019

ADV: AMAURI VIEIRA DOS SANTOS (OAB 11881/AM), ADV: VITOR BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 8285-A/TO) - Processo 0646975-16.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Gratificações e Adicionais - REQUERENTE: Marcos Ferreira de Carvalho - REQUERIDO: Estado do Amazonas - Considerando o teor da contestação apresentada em fls. 75/84, em que o Requerido manifesta interesse em acordo, intime-se o Requerente para manifestação no prazo de cinco dias. Após, voltem-me os autos conclusos. Cumpra-se.

Amauri Vieira dos Santos (OAB 11881/AM)
Vitor Barbosa de Oliveira (OAB 8285-A/TO)

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO ESPECIAL DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL
JUIZ(A) DE DIREITO MARCO A P COSTA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RENAN PINHEIRO COSTA LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0461/2019

ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0660191-44.2018.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pagamento Atrasado / Correção Monetária - REQUERENTE: Kleber Marques de Paula - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Marco A P Costa, INTIME-SE o requerente/exequente para tomar ciência do ato jurisdicional de folhas antecedentes, de modo que o prazo para manifestação começará a fluir a partir da intimação do presente ato ordinatório.

Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)

VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE

JUÍZO DE DIREITO DA JUIZADO DA INFÂNCIA E JUVENTUDE - INFRACIONAL
JUIZ(A) DE DIREITO ELIEZER FERNANDES JÚNIOR
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL RODRIGO DE ASSIS SOARES
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0151/2019

ADV: EDMILSON FREITAS MESQUITA (OAB 10115/AM) - Processo 0642462-68.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - De Trânsito - ADOLESCENTE: M.M.J.S. - Intime-se o patrono do representado para apresentar a defesa prévia no prazo legal.
ADV: DANIEL FELIX DA SILVA (OAB 11037/AM) - Processo 0647644-35.2019.8.04.0001 - Processo de Apuração de Ato Infracional - Estupro - AUTOR: A.A.M. - ADOLESCENTE: J.A.P.S. - Intime-se o patrono do representado para apresentar a defesa prévia no prazo legal.

Daniel Felix da Silva (OAB 11037/AM)
Edmilson Freitas Mesquita (OAB 10115/AM)

SEÇÃO VIII

TURMA RECURSAL

DECISÃO MONOCRÁTICA

Nº 0605303-83.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos - Recorrido: Sildomar Souza da Costa - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Saulo Grana de Menezes, Alcides Ney José Gomes (8659/MS), advogado(a) de Sildomar Souza da Costa, Crefisa S.a. - Crédito Finaciamento e Investimentos intimado(a,s), do ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Soares de Souza, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605303-83.2018.8.04.0015. Manaus, 16 de outubro de 2019. - Advs: Alcides Ney José Gomes (OAB: 8659/MS) - Saulo Grana de Menezes - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612754-62.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: José Geraldo Frerreira - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Adriano de Oliveira Leite (4609/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Gustavo H. W. Tostes (1065/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), advogado(a) de José Geraldo Frerreira, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) intimado(a,s), do ACÓRDÃO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Soares de Souza, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612754-62.2018.8.04.0015. Manaus, 16 de outubro de 2019. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE CONTRADIÇÃO NA EMENTA E NO ACÓRDÃO. OCORRÊNCIA. NECESSIDADE DE CORREÇÃO. EMENTA E ACÓRDÃO CORRIGIDOS PARA CONSTAR A CONDENAÇÃO EM CUSTAS E HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS EM 20% SOBRE O VALOR DA CONDENAÇÃO. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Gustavo H. W. Tostes (OAB: 1065/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Adriano de Oliveira Leite (OAB: 4609/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0618749-56.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda - Recorrido: Alfredo Seffair - 1ª Turma Recursal Fica o(a) Dr.(a) Farid Mendonça Júnior (6969/AM), Elisa Gomes Valente Bulboo (9767/AM), Isabelle Benlolo de Azevedo, e Pedro Camara Junior (2834/AM), advogado(a) de Alfredo Seffair, Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda intimado(a,s), da DECISÃO proferido(a) pelo(a) Exmo(a). Sr(a). Juiz(a) Francisco Soares de Souza, Relator destes autos, cujo o mesmo pode ser visualizado na íntegra no site www.tjam.jus.Br - consulta processual 2º Grau Digital, nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0618749-56.2018.8.04.0015. Manaus, 16 de outubro de 2019. - Advs: Elisa Gomes Valente Bulboo (OAB: 9767/AM) - Pedro Camara Junior (OAB: 2834/AM) - Isabelle Benlolo de Azevedo, - Farid Mendonça Júnior (OAB: 6969/AM) - Fórum Mário Verçosa

DESPACHO DE INTIMAÇÃO

Nº 0000317-04.2017.8.04.2301 - Recurso Inominado Cível - Apui - Recorrente: CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A - Recorrido: SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Feliciano Lyra Moura (21714/PE), Samuel Santos de Sauza (11950/AM) , advogado de CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A, SEBASTIÃO PEREIRA DA SILVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000317-04.2017.8.04.2301 , interposto CNOVA COMÉRCIO ELETRÔNICO S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Feliciano Lyra Moura (OAB: 21714/PE) - Samuel Santos de Sauza (OAB: 11950/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000723-66.2018.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: ANTONIA PAIVA LIMA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alan Sampaio Campos (37.491/BA), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489/BA) e Nicole Carvalho da Silva Andrade (205650/RJ), Lauri Dario Bock (12074/AM) , advogado de Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A, ANTONIA PAIVA LIMA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000723-66.2018.8.04.4701 , interposto Banco Olé Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489/BA) - Alan Sampaio Campos (OAB: 37491/BA) - Nicole Carvalho da Silva Andrade (OAB: 205650/RJ) - Lauri Dario Bock (OAB: 12074/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000725-70.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Bom Sucesso S/A - Recorrido: ORIETE SOUZA DA SILVA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Willian dos Santos Silva (10232/AM) , advogado de Banco Bom Sucesso S/A, ORIETE SOUZA DA SILVA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000725-70.2017.8.04.4701 , interposto Banco Bom Sucesso S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0000728-25.2017.8.04.4701 - Recurso Inominado Cível - Itacoatiara - Recorrente: Banco Bom Sucesso S/A - Recorrido: LAURO DA SILVA OLIVEIRA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Willian dos Santos Silva (10232/AM) , advogado de Banco Bom Sucesso S/A, LAURO DA SILVA OLIVEIRA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0000728-25.2017.8.04.4701 , interposto Banco Bom Sucesso S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Willian dos Santos Silva (OAB: 10232/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0001122-32.2018.8.04.5401 - Recurso Inominado Cível - Manacapuru - Recorrente: MARIA DACILENE SANTOS DE OLIVEIRA - Recorrente: PAULO SERGIO DE SOUZA SILVA - Recorrido: Yamaha Motor da Amazônia Ltda. - Recorrido: IMPORTADORA TVLAR LTDA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Danielle Araujo da Silva (10544/AM) e Danielle Araujo da Silva (10544/AM), José Alberto Maciel Dantas (3311/AM) e Márcio Alexandre Malfatti (967A/AM) , advogado de MARIA DACILENE SANTOS DE OLIVEIRA e PAULO SERGIO DE SOUZA SILVA, IMPORTADORA TVLAR LTDA e Yamaha Motor da Amazônia Ltda., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0001122-32.2018.8.04.5401 , interposto MARIA DACILENE SANTOS DE OLIVEIRA e PAULO SERGIO DE SOUZA SILVA. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Danielle Araujo da Silva (OAB: 10544/AM) - Márcio Alexandre Malfatti (OAB: 967A/AM) - José Alberto Maciel Dantas (OAB: 3311/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0201053-69.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Simone de Brito Lins - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Joel Cuesta Telles (3584/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) , advogado de Simone de Brito Lins, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0201053-69.2017.8.04.0092 , interposto Simone de Brito Lins. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Joel Cuesta Telles (OAB: 3584/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0201230-70.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edilson Ritta Honorato - Recorrida: Ivanete Ferreira Calderaro - Recorrida: Caroline Ferreira Calderaro - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marta Maria Vale Oyama (7146/AM), Mircelene Neves Souza (13603/AM) , advogado de Edilson Ritta Honorato, Caroline Ferreira Calderaro e Ivanete Ferreira Calderaro, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0201230-70.2017.8.04.0015 , interposto Edilson Ritta Honorato. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Marta Maria Vale Oyama (OAB: 7146/AM) - Mircelene Neves Souza (OAB: 13603/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0209608-83.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Companhia Mutual de Serviços - Recorrido: Benjamim Veloso da Silva - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruno Silva Navega (118948/RJ), Bruno Silva Navega (83522/PR) e Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (843A/AM), Christiano Pinheiro da Costa (3542/AM) , advogado de Companhia Mutual de Serviços, Benjamim Veloso da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0209608-83.2015.8.04.0015 , interposto Companhia Mutual de Serviços. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Bruno Silva Navega (OAB: 83522/PR) - Bruno Silva Navega (OAB: 118948/RJ) - Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB: 843A/AM) - Christiano Pinheiro da Costa (OAB: 3542/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600049-92.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Gloraci Ferreira Pantoja - Recorrido: Port Urbanização e Construção da Amazonia Ltda - Recorrido: A. Ferreira Tupinambá - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cláudia de Fátima Mattos de Souza (6651/AM), Joab Hardman Fagundes (8812/AM) e Joab Hardman Fagundes (8812/AM) , advogado de Gloraci Ferreira Pantoja, A. Ferreira Tupinambá e Port Urbanização e Construção da Amazonia Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600049-92.2018.8.04.0092 , interposto Gloraci Ferreira Pantoja. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB: 6651/AM) - Joab Hardman Fagundes (OAB: 8812/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600307-15.2013.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM ITAPOÃ - Recorrido: Matheus Costa Azevedo - Recorrido: Oficial do 2° Registro de Imóveis e Protestos de Letras de Manaus-Am - Recorrida: ANA MARIA COSTA AZEVEDO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Mary Marumy Bastos Takeda (4107/AM) e Nayane Maria da Silva Rodrigues (10962/AM), Vanessa Benayon de Carvalho (5977/AM) e Vanessa Benayon de Carvalho (5977/AM) , advogado de CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM ITAPOÃ, ANA MARIA COSTA AZEVEDO, Matheus Costa Azevedo e Oficial do 2° Registro de Imóveis e Protestos de Letras de Manaus-Am, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/ RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600307-15.2013.8.04.0016 , interposto CONDOMÍNIO RESIDENCIAL JARDIM ITAPOÃ. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Mary Marumy Bastos Takeda (OAB: 4107/AM) - Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB: 10962/AM) - Vanessa Benayon de Carvalho (OAB: 5977/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600708-04.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Christianne Porto Galvão - Me - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Gustavo H. W. Tostes (1065/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), Peter Mateus de Farias Ribeiro (11063/AM) e Ribeiro Farias Advogados Associados (597/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Christianne Porto Galvão - Me, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600708-04.2018.8.04.0092 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Gustavo H. W. Tostes (OAB: 1065/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB: 597/AM) - Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB: 11063/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0600795-96.2014.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Raimundo Claudio Souza Gomes - Recorrido: Banco Santander S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Jorge Anderson Pereira Borges (6400/AM), Jucelino dos Santos Nobre (6166/AM) e Manoel Ferreira Borges (3315/AM), Alyne Coelho Oliveira (844A/AM), Carlos Maximiano Mafra de Laet (104061A/SP), Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (843A/AM) e Marco André Honda Flores (6171/MS) , advogado de Raimundo Claudio Souza Gomes, Banco Santander S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0600795-96.2014.8.04.0092 , interposto Raimundo Claudio Souza Gomes. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601036-53.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Canopus Administradora de Consórcios Ltda. - Recorrido: Manoel Rodrigues Correa Filho - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leandro Cesar Jorge (200651/SP), Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM) , advogado de Canopus Administradora de Consórcios Ltda., Manoel Rodrigues Correa Filho, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601036-53.2018.8.04.0020 , interposto Canopus Administradora de Consórcios Ltda.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Leandro Cesar Jorge (OAB: 200651/SP) - Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601055-59.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Joselene Nunes da Silva - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Marcelo da Silva Carlos (7366/AM) , advogado de Joselene Nunes da Silva, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601055-59.2018.8.04.0020 , interposto Joselene Nunes da Silva. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601268-46.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Reinaldo Gomes de Miranda - Recorrido: Net Serviços de Comunicação S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fernanda Prestes de Lima (8776/AM), Jose Henrique Cancado Goncalves (855A/SE) , advogado de Reinaldo Gomes de Miranda, Net Serviços de Comunicação S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601268-46.2019.8.04.0015 , interposto Reinaldo Gomes de Miranda. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Fernanda Prestes de Lima (OAB: 8776/AM) - Jose Henrique Cancado Goncalves (OAB: 855A/SE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601277-10.2016.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Danielle Kohashi da Costa - Recorrido: Claro S/A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Danielle Kohashi da Costa (10059/AM) e Eder Antonio Bello Costa (6921/AM), José Henrique Cançado Gonçalves (57680/MG) , advogado de Danielle Kohashi da Costa, Claro S/A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601277-10.2016.8.04.0016 , interposto Danielle Kohashi da Costa. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Eder Antonio Bello Costa (OAB: 6921/AM) - Danielle Kohashi da Costa (OAB: 10059/AM) - José Henrique Cançado Gonçalves (OAB: 57680/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601530-15.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Valcelina Cardoso Pinto - Recorrido: MOTOROLA INDUSTRIAL - CHEDID JAFET - Recorrido: Benchimol, Irmão & Cia Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Natasja Deschoolmeester (2140/AM), Alexandre Fonseca de Mello (222219/SP), Leonardo Andrade Aragão (7729/AM), Patricia Felippe Russi Moreno (247324/SP) e Vilma Oliveira dos Santos (542/AM) , advogado de Valcelina Cardoso Pinto, Benchimol, Irmão Cia Ltda e MOTOROLA INDUSTRIAL - CHEDID JAFET, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601530-15.2018.8.04.0020 , interposto Valcelina Cardoso Pinto. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Natasja Deschoolmeester (OAB: 2140/AM) - Vilma Oliveira dos Santos (OAB: 542/AM) - Patricia Felippe Russi Moreno (OAB: 247324/SP) - Alexandre Fonseca de Mello (OAB: 222219/SP) - Leonardo Andrade Aragão (OAB: 7729/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601612-58.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrente: Kleper Evanovick Leitao - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Kleper Evanovick Leitão Junior (10322/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Banco Bmg S/A e Kleper Evanovick Leitao, Todas as Partes Passivas Não informado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601612-58.2017.8.04.0092 , interposto Banco Bmg S/A e Kleper Evanovick Leitao. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601881-29.2019.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Elias Silva de Oliveira - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Katia Oliveira Santos da Costa (8260/AM) e Maria Siglid S. dos Santos (8115/AM), Alan Sampaio Campos (341543/SP) e Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) , advogado de Elias Silva de Oliveira, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601881-29.2019.8.04.0092 , interposto Elias Silva de Oliveira. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Katia Oliveira Santos da Costa (OAB: 8260/AM) - Maria Siglid S. dos Santos (OAB: 8115/AM) - Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0601882-48.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Eliel Nunes Batista - Recorrido: Banco Bonsucesso S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (37489A/BA) e Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) , advogado de Eliel Nunes Batista, Banco Bonsucesso S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0601882-48.2018.8.04.0092 , interposto Eliel Nunes Batista. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 37489A/BA) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602050-21.2017.8.04.0016 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Montanna Veículos Ltda - Recorrido: Rafael Venancio Vasconcelos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio Cláudio Pinto Flores (8700/PA) e Júlio César Franco de Souza (6415/AM), Dinah Nascimento Teixeira (7204/AM) , advogado de Montanna Veículos Ltda, Rafael Venancio Vasconcelos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602050-21.2017.8.04.0016 , interposto Montanna Veículos Ltda. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antônio Cláudio Pinto Flores (OAB: 8700/PA) - Júlio César Franco de Souza (OAB: 6415/AM) - Dinah Nascimento Teixeira (OAB: 7204/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602444-31.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Marcia Sueli Oliveira da Costa - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM), Henrique Lima Marinheiro (9324/AM), Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Marina Bastos da Porciuncula Benghi (933A/PE), Joelmir Ricardo Gonçalves (509/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Marcia Sueli Oliveira da Costa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602444-31.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Henrique Lima Marinheiro (OAB: 9324/AM) - Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 933A/PE) - Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB: 509/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602529-31.2019.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: José Antonio Martins Faustino - Recorrido: Banco Bonsucesso Consignado S.A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Bruna das Chagas de Mendonca (10474/AM), Eder Machado Araujo (14085/AM), Marcela da Silva Paulo (10325/AM) e Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (10325/AM), Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (53182/DF) e Luiz Gustavo Fernandes da Costa (156721/RJ) , advogado de José Antonio Martins Faustino, Banco Bonsucesso Consignado S.A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602529-31.2019.8.04.0020 , interposto José Antonio Martins Faustino. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB: 10325/AM) - Bruna das Chagas de Mendonca (OAB: 10474/AM) - Marcela da Silva Paulo (OAB: 10325/AM) - Eder Machado Araujo (OAB: 14085/AM) - Luiz Gustavo Fernandes da Costa (OAB: 156721/RJ) - Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 53182/DF) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0602983-79.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Luiz Carlos Rodrigues de Souza - Recorrido: Banco Citicard S/A - Recorrido: Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rosane Romero Ravazi (711A/AM), Fernando Campos Varnieri (997A/AM), José Almir da R. Mendes Júnior (392A/RN), José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM), Letícia Dias Ponce de Leão (9099/AM) e Warney Mauro Prestes da Costa Val (2837/AM) , advogado de Luiz Carlos Rodrigues de Souza, Banco Citicard S/A e Mastercard Adminstradora de Cartoes de Credito, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0602983-79.2017.8.04.0020 , interposto Luiz Carlos Rodrigues de Souza. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Rosane Romero Ravazi (OAB: 711A/AM) - José Almir da R. Mendes Júnior (OAB: 392A/RN) - José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) - Warney Mauro Prestes da Costa Val (OAB: 2837/AM) - Letícia Dias Ponce de Leão (OAB: 9099/AM) - Fernando Campos Varnieri (OAB: 997A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603078-61.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Nelson Shigefumi Hashioka - Recorrente: Aki Cecília Takatani Hashioka - Recorrido: Agra Bergen Incorporadora Ltda - Recorrido: Alianca Incorporadora Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rodrigo Durães Fugii (8763/AM) e Rodrigo Durães Fugii (8763/AM), Bruno Bianchi Filho (4912/AM), Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (4473/AM), Fábio Rivelli (1119A/AM) e José Mario de Carvalho Neto (4861/AM) , advogado de Aki Cecília Takatani Hashioka e Nelson Shigefumi Hashioka, Agra Bergen Incorporadora Ltda e Alianca Incorporadora Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603078-61.2016.8.04.0015 , interposto Aki Cecília Takatani Hashioka e Nelson Shigefumi Hashioka. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Fábio Rivelli (OAB: 1119A/AM) - José Mario de Carvalho Neto (OAB: 4861/AM) - Bruno Bianchi Filho (OAB: 4912/AM) - Fabrizio de Souza Barbosa Grosso (OAB: 4473/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0603690-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: Luciana Oliveira Pimentel - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Verônica da Silva e Silva (12757/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Luciana Oliveira Pimentel, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0603690-28.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Verônica da Silva e Silva (OAB: 12757/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604116-59.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Marcilene Cavalcante Carneiro - Recorrido: Uninorte - Centro Universitário do Norte - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Erika Paiva Ponce e Silva (10795/AM), Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE) , advogado de Marcilene Cavalcante Carneiro, Uninorte - Centro Universitário do Norte, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604116-59.2017.8.04.0020 , interposto Marcilene Cavalcante Carneiro. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Erika Paiva Ponce e Silva (OAB: 10795/AM) - Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604212-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Helio Carlos Martins Cruz - Recorrido: Banco J. Safra S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gabriela Gomes Soares (12504/AM) e Luana Adriana Cruz da Silva (8184/AM), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO) , advogado de Helio Carlos Martins Cruz, Banco J. Safra S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604212-

55.2018.8.04.0015 , interposto Helio Carlos Martins Cruz. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Gabriela Gomes Soares (OAB: 12504/AM) - Luana Adriana Cruz da Silva (OAB: 8184/AM) - Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604526-95.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrido: Luiz Carlos Dias Mendonca - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Alan Kelson de Lima Fonseca (10160/AM), Maria do Socorro S. Menezes (10156/AM) e Yohanna Jaamel Sousa Menezes (9342/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Luiz Carlos Dias Mendonca, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604526-95.2017.8.04.0092 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Yohanna Jaamel Sousa Menezes (OAB: 9342/AM) - Alan Kelson de Lima Fonseca (OAB: 10160/AM) - Maria do Socorro S. Menezes (OAB: 10156/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604779-52.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Direcional Engenharia S/A - Recorrido: Velber de Souza Araujo - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrade GC Advogados (57/AM) e Luma Vieira Marquez (10959/AM), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Direcional Engenharia S/A, Velber de Souza Araujo, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604779-52.2019.8.04.0015 , interposto Direcional Engenharia S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM) - Andrade GC Advogados (OAB: 57/AM) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604820-16.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Apelante: Bradesco Vida e Previdência S/A - Apelado: Alfredo Rodrigues Simões Neto - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (10978/AM), Eloi Pinto de Andrade Filhos-advogados, Eloy Pinto de Andrade (819/AM) e Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (6566/AM), Hader da Fonseca Almeida (10118/AM) , advogado de Bradesco Vida e Previdência S/A, Alfredo Rodrigues Simões Neto, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604820-16.2018.8.04.0092 , interposto Bradesco Vida e Previdência S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Eloy Pinto de Andrade (OAB: 819/AM) - Eloi Pinto de Andrade & Filhos-advogados - Maria Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB: 6566/AM) - Andre Rodrigo Pedrosa Amorim (OAB: 10978/AM) - Hader da Fonseca Almeida (OAB: 10118/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0604900-14.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrida: Sheila Mara Pereira Franco - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Elciney Corrêa de Souza Júnior (6443/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, Sheila Mara Pereira Franco, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0604900-14.2017.8.04.0092 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Elciney Corrêa de Souza Júnior (OAB: 6443/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605074-26.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrido: Gilberto Areosa de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM), Cassio Chaves Cunha (12268/PA) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Maicon de Oliveira Branches (11141/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Gilberto Areosa de Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605074-26.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Maicon de Oliveira Branches (OAB: 11141/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605404-83.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrente: Raimunda Fernandes da Silva - Recorrida: Raimunda Fernandes da Silva - Recorrido: Banco Bmg S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) e Leonardo Barreto Rocha Junior (8315/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Banco Bmg S/A e Raimunda Fernandes da Silva, Banco Bmg S/A e Raimunda Fernandes da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605404-83.2018.8.04.0092 , interposto Banco Bmg S/A e Raimunda Fernandes da Silva. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) - Leonardo Barreto Rocha Junior (OAB: 8315/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605725-55.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrente: Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio) - Recorrido: MARLON PINHEIRO DE MENDONÇA - Recorrida: VÂNIA CARVALHO SILVA DE MENDONÇA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrade Gc Advogados (5797/AM), Andrade Gc Advogados (5797/AM), Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (12209/AM), Ingryd dos Santos Mousse (8304/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM), Keyth Yara Pontes Pina (3467/AM) e Luma Vieira Marquez (10959/AM), Eliana de Oliveira Resende (12168/AM) e Eliana de Oliveira Resende (12168/AM) , advogado de Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio) e Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda, MARLON PINHEIRO DE MENDONÇA e VÂNIA CARVALHO SILVA DE MENDONÇA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605725-55.2017.8.04.0092 , interposto Patri Urbis 02 Empreendimentos Imobiliários Ltda. (patrimonio) e Patrimonio Construções e Empreendimentos Imobiliários Ltda. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Keyth Yara Pontes Pina (OAB: 3467/AM) - Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Luma Vieira Marquez (OAB: 10959/AM) - Ingrid Crstine de Sá Ribeiro Pacheco (OAB: 12209/AM) - Ingryd dos Santos Mousse (OAB: 8304/AM) - Eliana de Oliveira Resende (OAB: 12168/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605869-66.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Luana Artil Guimarães de Carvalho - Recorrido: Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (8850/AM), Paula Augusta Carvalho de Lima (6313/AM) , advogado de Luana Artil Guimarães de Carvalho, Civilcorp Empreendimentos Imobiliários Tarumã Ltda, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605869-66.2017.8.04.0015 , interposto Luana Artil Guimarães de Carvalho. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB: 8850/AM) - Paula Augusta Carvalho de Lima (OAB: 6313/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0605962-34.2014.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: ROSSI Consultoria Imobiliária - Recorrente: Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda - Recorrida: Maria da Conceição Carneiro Barbosa - 3ª Turma Recursal Fica o(a)

Dr(a). Nelson Willians F. Rodrigues (128341/SP), Raphaela Batista de Oliveira (9169/AM) e Rennalt Lessa de Freitas (1722E/AM), Rodrigo Barbosa Vilhena (7396/AM) , advogado de ROSSI Consultoria Imobiliária e Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda, Maria da Conceição Carneiro Barbosa, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0605962-34.2014.8.04.0015 , interposto ROSSI Consultoria Imobiliária e Simois Empreendimentos Imobiliários Ltda. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Nelson Willians F. Rodrigues (OAB: 128341/SP) - Rennalt Lessa de Freitas (OAB: 1722E/AM) - Raphaela Batista de Oliveira (OAB: 9169/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606199-26.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Gladys Oliveira Lima - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Suelem Pena Bento da Silva (9796/AM), Bruno Henrique Soré (1010/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Gustavo Henrique Wykrota Tostes (A1065/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) , advogado de Gladys Oliveira Lima, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606199-26.2017.8.04.0092 , interposto Gladys Oliveira Lima. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Suelem Pena Bento da Silva (OAB: 9796/AM) - Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB: A1065/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Bruno Henrique Soré (OAB: 1010/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606394-96.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Silvio Francisco Eloi de Moraes - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Adilce Pereira do Amaral (6513/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Guilherme Vilela de Paula (69306/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011/AM) , advogado de Silvio Francisco Eloi de Moraes, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606394-96.2018.8.04.0020 , interposto Silvio Francisco Eloi de Moraes. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Adilce Pereira do Amaral (OAB: 6513/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606425-19.2018.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lucio Martins de Carvalho - Recorrido: Banco Bradesco Financiamentos S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fabiana dos Santos Cevalho (12783/AM), Fabiana dos Santos Cevalho (12783/AM), Marcondes Fonseca Luniere Junior (2897/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) , advogado de Lucio Martins de Carvalho, Banco Bradesco Financiamentos S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606425-19.2018.8.04.0020 , interposto Lucio Martins de Carvalho. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Fabiana dos Santos Cevalho (OAB: 12783/AM) - Marcondes Fonseca Luniere Junior (OAB: 2897/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606447-29.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido: Alfredo Jose Ferraz Rodrigues - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Cintia Martins de Souza (4399/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, Alfredo Jose Ferraz Rodrigues, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606447-29.2017.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606539-33.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Cosme Haroldo Libânio Ayres - Recorrido: Banco Daycoval S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Haroldo Alves Pimenta Filho (9502/AM), Urbano Vitalino Advogados (23255/PE) , advogado de Cosme Haroldo Libânio Ayres, Banco Daycoval S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606539-33.2018.8.04.0092 , interposto Cosme Haroldo Libânio Ayres. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB: 9502/AM) - Urbano Vitalino Advogados (OAB: 23255/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606880-96.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Melina Gabriela Neves da França - Recorrida: Rebeca Vitória Bruno Machado - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Eduardo Alvarenga Viana (6032/AM), Anne Caroline Castro Silva (11421/AM) , advogado de Melina Gabriela Neves da França, Rebeca Vitória Bruno Machado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606880-96.2018.8.04.0015 , interposto Melina Gabriela Neves da França. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Eduardo Alvarenga Viana (OAB: 6032/AM) - Anne Caroline Castro Silva (OAB: 11421/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606891-28.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Perla Araujo de Oliveira - Recorrido: Banco Bradesco S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Dinah Amazonas de Oliveira (4667/AM) e José Almir da Rocha Mendes Júnior (1235A/AM) , advogado de Perla Araujo de Oliveira, Banco Bradesco S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606891-28.2018.8.04.0015 , interposto Perla Araujo de Oliveira. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB: 1235A/AM) - Dinah Amazonas de Oliveira (OAB: 4667/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606941-17.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Reinaldo Luzeiro Muller - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Collyer Ferreira (10012/AM), José Arnaldo Janseen Nogueira (1047A/AM) e Sérvio Túlio de Barcelos (1048A/AM) , advogado de Reinaldo Luzeiro Muller, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606941-17.2018.8.04.0092 , interposto Reinaldo Luzeiro Muller. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Carlos Collyer Ferreira (OAB: 10012/AM) - Sérvio Túlio de Barcelos (OAB: 1048A/AM) - José Arnaldo Janseen Nogueira (OAB: 1047A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0606983-69.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Clarencio Magaldi Filho - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leandro Kazuyuki Takahashi e Rodrigo Otávio Borges Melo (6488/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Isabela Montuori Bougleux de Araújo (1069A/AM) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM) , advogado de Clarencio Magaldi Filho, Amazonas Distribuidora de Energia

S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0606983-69.2019.8.04.0015 , interposto Clarencio Magaldi Filho. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB: 6488/AM) - Leandro Kazuyuki Takahashi - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB: 1069A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607320-89.2017.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Francinara dos Santos Batista - Recorrido: Banco Santander S.a. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Molina Porto (805A/AM), Marco André Honda Flores (6171/MS) , advogado de Francinara dos Santos Batista, Banco Santander S.a., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607320-89.2017.8.04.0092 , interposto Francinara dos Santos Batista. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Molina Porto (OAB: 805A/AM) - Marco André Honda Flores (OAB: 6171/MS) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607599-15.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso S/A - Recorrida: Melita Ruiz dos Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (A671/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM), Ana Hellen Brandão Furtado (8509/AM) e Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM) , advogado de Banco Bonsucesso S/A, Melita Ruiz dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607599-15.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: A671/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Ana Hellen Brandão Furtado (OAB: 8509/AM) - Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0607743-52.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Consórcio Nacional Volkswagen S/A - Recorrente: MAVEL Manaus Veiculos Ltda. - Recorrida: Giselia Olavo Veras - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Jamila Marinho Chehad Barbosa (2950/AM) e João Rosa (17023/BA), Adriana Silva Gomes (12901/AM) , advogado de Consórcio Nacional Volkswagen S/A e MAVEL Manaus Veiculos Ltda., Giselia Olavo Veras, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0607743-52.2018.8.04.0015 , interposto Consórcio Nacional Volkswagen S/A e MAVEL Manaus Veiculos Ltda.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: João Rosa (OAB: 17023/BA) - Jamila Marinho Chehad Barbosa (OAB: 2950/AM) - Adriana Silva Gomes (OAB: 12901/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608014-24.2018.8.04.0092 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Recorrida: Zenila Frade da Silva Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Diogo Henrique Vieira Barreto (9487/AM) e Wilson Filipe de Souza Matos (14254/AM), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Zenila Frade da Silva Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608014-24.2018.8.04.0092 , interposto Carrefour Comércio e Indústria Ltda.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Wilson Filipe de Souza Matos (OAB: 14254/AM) - Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB: 9487/AM) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608027-36.2013.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: DIRECIONAL ENGENHARIA S/A - Recorrido: JOSÉ LUCIANO MAIA LEMOS - Recorrido: JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Andrade Gc Advogados (5797/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (128341/SP) e Weber dos Santos Rêgo (4951/AM) , advogado de DIRECIONAL ENGENHARIA S/A, JONASA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA e JOSÉ LUCIANO MAIA LEMOS, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608027-36.2013.8.04.0015 , interposto DIRECIONAL ENGENHARIA S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Andrade Gc Advogados (OAB: 5797/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608226-38.2016.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Charles Hudson Bastos Brito - Recorrido: Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Giovanny Michael Vieira Navarro (12479/PA) , advogado de Charles Hudson Bastos Brito, Bv Financeira S/A Crédito, Financiamento e Investimento, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608226-38.2016.8.04.0020 , interposto Charles Hudson Bastos Brito. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Giovanny Michael Vieira Navarro (OAB: 12479/PA) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608503-06.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido: José Mauro do Amaral Ramos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Nelson Clay Fernandes Tavares (8453/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, José Mauro do Amaral Ramos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608503-06.2015.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB: 8453/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608623-52.2019.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Aderival Nunes da Silva - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leonardo Barroso Monteiro (12619/AM), Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM) , advogado de Aderival Nunes da Silva, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608623-52.2019.8.04.0001 , interposto Aderival Nunes da Silva. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Leonardo Barroso Monteiro (OAB: 12619/AM) - Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0608853-08.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Shirlei de Castro Dourado - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cassio Chaves Cunha (12268/PA) e Marcelo da Silva Carlos (7366/AM), Janaína Lopes Cavalcante (5872/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Shirlei de Castro Dourado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0608853-08.2017.8.04.0020 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cassio Chaves Cunha (OAB: 12268/PA) - Marcelo da Silva Carlos (OAB: 7366/AM) - Janaína Lopes Cavalcante (OAB: 5872/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0609261-77.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Raimundo Nonato Castelo de Oliveira - Recorrido: Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM), Carlos Eduardo Maciel Pereira (11677/CE) , advogado de Raimundo Nonato Castelo de Oliveira, Aspbras - Associação dos Servidores Publicos Brasileiros, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0609261-77.2018.8.04.0015 , interposto Raimundo Nonato Castelo de Oliveira. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM) - Carlos Eduardo Maciel Pereira (OAB: 11677/CE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610239-88.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Tiana Rodrigues Lopes - Recorrido: F e F Comercio de Artigos de Colchoaria Ltda - Colchões Ortobom - Recorrido: Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). DENNIS BARBOSA MAQUINÉ (10245/AM) e Jeane Fernandes de Almeida (12508/AM), Carlos José Veiga Crespo (5177/AM), Enysson Alcantara Barroso (5097/AM), Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (5211/AM) e Walter Siqueira Brito (4186/AM) , advogado de Tiana Rodrigues Lopes, Amazonas Industria e Comercio de Colchões e Espuma Ltda e F e F Comercio de Artigos de Colchoaria Ltda - Colchões Ortobom, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610239-88.2017.8.04.0015 , interposto Tiana Rodrigues Lopes. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Jeane Fernandes de Almeida (OAB: 12508/AM) - DENNIS BARBOSA MAQUINÉ (OAB: 10245/AM) - Loren Gisele de Lima Nicácio Pazos (OAB: 5211/AM) - Enysson Alcantara Barroso (OAB: 5097/AM) - Carlos José Veiga Crespo (OAB: 5177/AM) - Walter Siqueira Brito (OAB: 4186/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610385-17.2017.8.04.0020 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Pan S/A - Recorrida: Maria Cleide de Sousa Cruz - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Suelem Pena Bento da Silva (9796/AM) , advogado de Banco Pan S/A, Maria Cleide de Sousa Cruz, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610385-17.2017.8.04.0020 , interposto Banco Pan S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Suelem Pena Bento da Silva (OAB: 9796/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0610870-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bonsucesso Consignado S.A - Recorrida: Cleonice Araujo Nogueira - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alan Sampaio Campos (341543/SP) e Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (53182/DF), José de Andrade Azedo Netto (10394/AM) , advogado de Banco Bonsucesso Consignado S.A, Cleonice Araujo Nogueira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0610870-95.2018.8.04.0015 , interposto Banco Bonsucesso Consignado S.A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB: 53182/DF) - Alan Sampaio Campos (OAB: 341543/SP) - José de Andrade Azedo Netto (OAB: 10394/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611095-23.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido: FRANCISCO ALMEIDA FERREIRA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Jonilson Maia Pereira (7871/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, FRANCISCO ALMEIDA FERREIRA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611095-23.2015.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611135-63.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Wendel Viana Clementino - Recorrido: Águas do Amazonas S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Eduardo Marques da Silva (9114/AM), Emmilly Karen Apolônio da Silva (9716/AM) e Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (9125/AM), Carlos Roberto Siqueira Castro (671A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM) , advogado de Wendel Viana Clementino, Águas do Amazonas S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611135-63.2019.8.04.0015 , interposto Wendel Viana Clementino. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Evellyn Kelryen Apolonio da Silva (OAB: 9125/AM) - Eduardo Marques da Silva (OAB: 9114/AM) - Emmilly Karen Apolônio da Silva (OAB: 9716/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611585-11.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrido: Sandro Ronaldo dos Santos Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Marcos Fabio Oliveira de Lima (11070/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, SANDRO RONALDO DOS SANTOS LIMA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611585-11.2016.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Marcos Fabio Oliveira de Lima (OAB: 11070/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0611866-30.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Antonio Moises Cunha de Queiroz - Recorrido: Jose Carlos Siqueira do Nascimento - Recorrida: Mirelle Lins de Amorim Nascimento - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Adriana Almeida Lima (4577/AM) e Átila de Medeiros Affonso (1819/AM), Alice da Silva Welgert (12614/AM), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM), Bairon Antônio do Nascimento Júnior (3795/AM) e Cristiane Mendes Furlin (6970/AM) , advogado de Antonio Moises Cunha de Queiroz, Jose Carlos Siqueira do Nascimento e Mirelle Lins de Amorim Nascimento, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0611866-30.2017.8.04.0015 , interposto Antonio Moises Cunha de Queiroz. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Átila de Medeiros Affonso (OAB: 1819/AM) - Adriana Almeida Lima (OAB: 4577/AM) - Alice da Silva Welgert (OAB: 12614/AM) - Cristiane Mendes Furlin (OAB: 6970/AM) - Bairon Antônio do Nascimento Júnior (OAB: 3795/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612571-91.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rubem Nascimento da Rocha - Recorrido: Banco Safra S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (115224/RO) , advogado de Rubem Nascimento da Rocha, Banco Safra S.A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612571-91.2018.8.04.0015 , interposto Rubem Nascimento da Rocha. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB: 115224/RO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612925-87.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Industrial do Brasil S/A - Recorrida: JUCILANDE MONTEIRO DE CARVALHO - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Wilson Sales Belchior (1037A/AM), Cristiana Jorge de Oliveira (12536/AM) , advogado de Banco Industrial do Brasil S/A, JUCILANDE MONTEIRO DE CARVALHO, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/

AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612925-87.2016.8.04.0015 , interposto Banco Industrial do Brasil S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Cristiana Jorge de Oliveira (OAB: 12536/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0612976-30.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: Adelaide Soares da Silva - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Juliette Lopes Corrêa (8346/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Adelaide Soares da Silva, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0612976-30.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Juliette Lopes Corrêa (OAB: 8346/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613205-58.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: NILCELENE BENTES VIDEO - Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Philippe Nunes de Oliveira Dantas (8872/AM), Wilson Sales Belchior (1037A/AM) , advogado de NILCELENE BENTES VIDEO, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613205-58.2016.8.04.0015 , interposto NILCELENE BENTES VIDEO. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613403-90.2019.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bradesco S.a. - Recorrido: Sheila Maria Frayha - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). André de Souza Oliveira (5219/AM) e Wilson Sales Belchior (17314/CE), Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM) , advogado de Banco Bradesco S.a., Sheila Maria Frayha, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613403-90.2019.8.04.0015 , interposto Banco Bradesco S.a.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Wilson Sales Belchior (OAB: 17314/CE) - André de Souza Oliveira (OAB: 5219/AM) - Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613448-36.2015.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Francisco Patronio da Cruz e Souza - Recorrente: Banco Bmg S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Calixto Hagge Neto (8788/AM), Diego Andrade de Oliveira (8792/AM) e Wagner Jackson Santana (8789/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de Banco Bmg S/A e Francisco Patronio da Cruz e Souza, Todas as Partes Passivas Não informado, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613448-36.2015.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A e Francisco Patronio da Cruz e Souza. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613483-59.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Itaú Bmg Consignado S.a. - Recorrido: Cosme Costa Mariano - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (4732/AM) e Marina Bastos da Porciuncula Benghi (983A/PE), Marcio Clebson da Silva Costa (10116/AM) , advogado de Banco Itaú Bmg Consignado S.a., Cosme Costa Mariano, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613483-59.2016.8.04.0015 , interposto Banco Itaú Bmg Consignado S.a.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB: 4732/AM) - Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB: 983A/PE) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0613968-88.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Jéssica Silva Ramos - Recorrido: LOJAS MARISA S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Anneson Frank Paulino de Souza (11981/AM), Thiago Mahfuz Vezzi (11937A/AL) , advogado de Jéssica Silva Ramos, LOJAS MARISA S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0613968-88.2018.8.04.0015 , interposto Jéssica Silva Ramos. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Anneson Frank Paulino de Souza (OAB: 11981/AM) - Thiago Mahfuz Vezzi (OAB: 11937A/AL) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614016-18.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO - Recorrida: Anabel Dias Campos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniel Cidrão Frota (19976/CE), Marcio Rafael Gazzineo (23495/CE) e Nelson Bruno Valença (15783/CE), Andreza Mesquita Bastos Pontes (8511/AM) e Karine Casara Batista (10522/AM) , advogado de Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO, Anabel Dias Campos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614016-18.2016.8.04.0015 , interposto Associação Unificada Paulista de Ensino Renovado Objetivo - ASSUPERO. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Nelson Bruno Valença (OAB: 15783/CE) - Daniel Cidrão Frota (OAB: 19976/CE) - Marcio Rafael Gazzineo (OAB: 23495/CE) - Andreza Mesquita Bastos Pontes (OAB: 8511/AM) - Karine Casara Batista (OAB: 10522/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614285-86.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Gilmar Marques dos Santos - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alexandro Magno Ferreira de Araújo (7983/AM) e Renato de Souza Pinto (8794/AM), Rafael Sganzerla Durand (737/AM) , advogado de Gilmar Marques dos Santos, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614285-86.2018.8.04.0015 , interposto Gilmar Marques dos Santos. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB: 7983/AM) - Renato de Souza Pinto (OAB: 8794/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0614528-98.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edmundo Almeida Sobrinho - Recorrido: Banco Industrial do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM), Wilson Sales Belchior (1037A/AM) , advogado de Edmundo Almeida Sobrinho, Banco Industrial do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0614528-98.2016.8.04.0015 , interposto Edmundo Almeida Sobrinho. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Wilson Sales Belchior (OAB: 1037A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615274-92.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Rita Evangelina Guedes de Lemos - Recorrido: Banco IBI S/A - Banco Multiplo - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Ana Cristina Lemos Frota (2416/AM), Felipe Gazola Vieira Marques (995A/AM) , advogado de Rita Evangelina Guedes de Lemos, Banco IBI S/A - Banco Multiplo, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS

DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615274-92.2018.8.04.0015 , interposto Rita Evangelina Guedes de Lemos. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Ana Cristina Lemos Frota (OAB: 2416/AM) - Felipe Gazola Vieira Marques (OAB: 995A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0615719-13.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Uninorte - Centro Universitário do Norte - Recorrida: Inae Herculano Daquino - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antônio de Moraes Dourado Neto (23255/PE), Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (6502/AM) , advogado de Uninorte - Centro Universitário do Norte, Inae Herculano Daquino, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0615719-13.2018.8.04.0015 , interposto Uninorte - Centro Universitário do Norte. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB: 23255/PE) - Vitor Vilhena Gonçalo da Silva (OAB: 6502/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616763-38.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Hapvida Assitência Médica Ltda - Recorrido: Waldir Silva de Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Fabianne Ribeiro Halinski (7059/AM) e Igor Macedo Facó (16470/CE), Pablo de Paula Lima (9482/AM) , advogado de Hapvida Assitência Médica Ltda, Waldir Silva de Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616763-38.2016.8.04.0015 , interposto Hapvida Assitência Médica Ltda. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Igor Macedo Facó (OAB: 16470/CE) - Fabianne Ribeiro Halinski (OAB: 7059/AM) - Pablo de Paula Lima (OAB: 9482/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0616962-60.2016.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Maria do Socorro Vitalina da Costa - Recorrido: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Cris Rodrigues Florêncio (5316/AM), Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG) , advogado de Maria do Socorro Vitalina da Costa, Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0616962-60.2016.8.04.0015 , interposto Maria do Socorro Vitalina da Costa. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Cris Rodrigues Florêncio (OAB: 5316/AM) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0619926-55.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Tap Transportes Aéreos Portugueses - Recorrido: Aderaldo Nunes Matos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Julia Vieira de Castro Lins Botelho (A1210/AM), Cleone Maria Santos Carvalho Grana (3507/AM) , advogado de Tap Transportes Aéreos Portugueses, Aderaldo Nunes Matos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0619926-55.2018.8.04.0015 , interposto Tap Transportes Aéreos Portugueses. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Julia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB: A1210/AM) - Cleone Maria Santos Carvalho Grana (OAB: 3507/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0620528-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Águas do Amazonas S.A. - Recorrido: Charles Johnson Barros Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Carlos Roberto Siqueira Castro (671/AM), Gustavo Gonçalves Gomes (1058A/AM) e Gustavo Gonçalves Gomes (A1058AM), Alexandre Attyla Filgueira da Fonseca (1990/AM) , advogado de Águas do Amazonas S.A., Charles Johnson Barros Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0620528-46.2018.8.04.0015 , interposto Águas do Amazonas S.A.. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: 1058A/AM) - Gustavo Gonçalves Gomes (OAB: A1058/AM) - Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB: 671/AM) - Alexandre Attyla Filgueira da Fonseca (OAB: 1990/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0620929-45.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: Ma. das Gracas R. dos Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Hendrya Karnopp Albuquerque (4018/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Ma. das Gracas R. dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0620929-45.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB: 4018/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0621297-54.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Esteny da Silva Paulino - Recorrido: Banco Bradesco S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Matheus Nunes de Oliveira Dantas (7197/AM), Karina de Almeida Batistuci (9558/AL) , advogado de Esteny da Silva Paulino, Banco Bradesco S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0621297-54.2018.8.04.0015 , interposto Esteny da Silva Paulino. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB: 7197/AM) - Karina de Almeida Batistuci (OAB: 9558/AL) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0622326-42.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Joel da Costa Auzier - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Luis Albert dos Santos Oliveira (8251/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Joel da Costa Auzier, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0622326-42.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Luis Albert dos Santos Oliveira (OAB: 8251/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0622326-76.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Patrícia Kelly Rodrigues Ferreira - Recorrido: Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Odely Costa dos Santos (10324/AM), Karen Esther de Queiroz Noronha (9293/AM) e Serafim P. D. Meirelles Neto (1694/AM) , advogado de Patrícia Kelly Rodrigues Ferreira, Caixa de Assitência dos Funcionários do Banco do Brasil - Cassi, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0622326-76.2017.8.04.0015 , interposto Patrícia Kelly Rodrigues Ferreira. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Odely Costa dos Santos (OAB: 10324/AM) - Serafim P. D. Meirelles Neto (OAB: 1694/AM) - Karen Esther de Queiroz Noronha (OAB: 9293/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623189-95.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: J. A. C. R. - Recorrido: B. B. S.A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Daniel de Lima Albuquerque (6548/AM), Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (598A/AM) e Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (A598/AM) , advogado de J. A. C. R. , B. B. S.A. , e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623189-95.2018.8.04.0015 , interposto J. A. C. R. . Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Daniel de Lima Albuquerque (OAB: 6548/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: A598/AM) - Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB: 598A/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623468-81.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Uninorte - Centro Universitário do Norte - Recorrida: Karina Gabriel Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE) e Roberto Trigueiro Fontes (692/AM), Paulo César de Sousa Araújo (12216/AM) e Paulo César de Sousa Araújo (12216/AM) , advogado de Uninorte - Centro Universitário do Norte, Karina Gabriel Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623468-81.2018.8.04.0015 , interposto Uninorte - Centro Universitário do Norte. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Roberto Trigueiro Fontes (OAB: 692/AM) - Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - Paulo César de Sousa Araújo (OAB: 12216/AM) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0623812-96.2017.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Banco Bmg S/A - Recorrida: Maria Leny Tavares de Lima - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio de Moraes Dourado Neto (30142A/CE), Antonia Tavares Correa Gonçalves (4244/AM), Cintia Martins de Souza (4399/AM) e QUÉZIA MARTINS DE PAULA (8885/AM) , advogado de Banco Bmg S/A, Maria Leny Tavares de Lima, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0623812-96.2017.8.04.0015 , interposto Banco Bmg S/A. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antonio de Moraes Dourado Neto (OAB: 30142A/CE) - QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB: 8885/AM) - Antonia Tavares Correa Gonçalves (OAB: 4244/AM) - Cintia Martins de Souza (OAB: 4399/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0624395-89.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Suzete Beckman dos Santos - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM) e Thiago Oliveira Costa (83060/PR), Silvano Cesar Lorido Barreto (11681/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Suzete Beckman dos Santos, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0624395-89.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Thiago Oliveira Costa (OAB: 83060/PR) - Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Silvano Cesar Lorido Barreto (OAB: 11681/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0625051-04.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Marcos Antonio Vasconcelos - Recorrido: Banco do Brasil S/A - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Marcos Antonio Vasconcelos (5794/AM), Amanda Moreira Barros (13113/AM) e Rafael Sganzerla Durand (737/AM) , advogado de Marcos Antonio Vasconcelos, Banco do Brasil S/A, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0625051-04.2018.8.04.0015 , interposto Marcos Antonio Vasconcelos. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Marcos Antonio Vasconcelos (OAB: 5794/AM) - Rafael Sganzerla Durand (OAB: 737/AM) - Amanda Moreira Barros (OAB: 13113/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0625475-46.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrida: REJEANE D'AZEVEDO VIANA - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (1010A/AM), Isabela Montuori Bougleux de Araujo (118303/MG), Lisbet de Souza Cardoso (12359/AM) e Roberto Venesia (103541/MG), Lisbet de Souza Cardoso (12359/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), REJEANE DAZEVEDO VIANA, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0625475-46.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Lisbet de Souza Cardoso (OAB: 12359/AM) - Roberto Venesia (OAB: 103541/MG) - Guilherme Vilela de Paula (OAB: 1010A/AM) - Isabela Montuori Bougleux de Araujo (OAB: 118303/MG) - - Fórum Mário Verçosa

Nº 0626569-29.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a) - Recorrido: Claudio dos Santos Souza - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Guilherme Vilela de Paula (69306/MG) e Luis Phillip de Lana Foureaux (1011A/AM), Nayra Hesthefany de Souza Dias (12873/AM) , advogado de Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a), Claudio dos Santos Souza, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0626569-29.2018.8.04.0015 , interposto Amazonas Distribuidora de Energia S/A (Atual Denominação de Manaus Energia S/a). Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Guilherme Vilela de Paula (OAB: 69306/MG) - Luis Phillip de Lana Foureaux (OAB: 1011A/AM) - Nayra Hesthefany de Souza Dias (OAB: 12873/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0627457-40.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Aldemir Gurgel de Sousa Neto - Recorrente: Fatima Machado Pereira Cabral - Recorrente: Ana Claudia Cordovil Guimarães - Recorrente: Marcio Américo Figueiredo da Silva - Recorrente: Cleber Gonzaga de Oliveira de Lima - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM) e Paulo Victor Pereira Barros (13050/AM), Lorena Silva de Albuquerque (6023/AM) e Vitor Barbosa de Oliveira (8285/TO) , advogado de Aldemir Gurgel de Sousa Neto, Ana Claudia Cordovil Guimarães, Cleber Gonzaga de Oliveira de Lima, Fatima Machado Pereira Cabral e Marcio Américo Figueiredo da Silva, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0627457-40.2018.8.04.0001 , interposto Aldemir Gurgel de Sousa Neto, Ana Claudia Cordovil Guimarães, Cleber Gonzaga de Oliveira de Lima, Fatima Machado Pereira Cabral e Marcio Américo Figueiredo da Silva. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Paulo Victor Pereira Barros (OAB: 13050/AM) - Lorena Silva de Albuquerque (OAB: 6023/AM) - Vitor Barbosa de Oliveira (OAB: 8285/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0628514-51.2018.8.04.0015 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: José Ferreira Garcia - Requerido: Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A. - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Moises Cavalcante G. de Oliveira (5912/AM), Angélica Ortiz Ribeiro (2847/AM), Gustavo Antonio Feres Paixao (7675-A/TO) e Gustavo Antônio Feres Paixão (1324A/AM) , advogado de José Ferreira Garcia, Gol Linhas Aéreas INteligentes S/A., e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0628514-51.2018.8.04.0015

, interposto José Ferreira Garcia. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Moises Cavalcante G. de Oliveira (OAB: 5912/AM) - Angélica Ortiz Ribeiro (OAB: 2847/AM) - Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB: 1324A/AM) - Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB: 7675A/TO) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0637898-80.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Requerente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrida: Zilpa Jaqueline de Oliveira - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Luís Carlos de Paula e Sousa (1667/AM), Marizete de Souza Caldas (6405/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Zilpa Jaqueline de Oliveira, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0637898-80.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Luís Carlos de Paula e Sousa (OAB: 1667/AM) - Marizete de Souza Caldas (OAB: 6405/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0645965-34.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Raul Góes Neto - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Rosquild Azêdo Omena (A605/AM), Janilson da Costa Barros (13152/AM) , advogado de Raul Góes Neto, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0645965-34.2018.8.04.0001 , interposto Raul Góes Neto. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Rosquild Azêdo Omena (OAB: A605/AM) - Janilson da Costa Barros (OAB: 13152/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0646503-15.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Manuel Gomes Teixeira - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Matheus Lobato Beltrão (13287/AM), Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM) , advogado de Manuel Gomes Teixeira, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0646503-15.2018.8.04.0001 , interposto Manuel Gomes Teixeira. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Matheus Lobato Beltrão (OAB: 13287/AM) - Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0653930-63.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Governador do Estado do Amazonas - Recorrido: Luiz Vieira Rodrigues - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Leila Maria Raposo Xavier Leite (3726/AM), Antonio Praia Caldas (9546/AM) , advogado de Governador do Estado do Amazonas, Luiz Vieira Rodrigues, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0653930-63.2018.8.04.0001 , interposto Governador do Estado do Amazonas. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Leila Maria Raposo Xavier Leite (OAB: 3726/AM) - Antonio Praia Caldas (OAB: 9546/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0654730-91.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Lincoln da Silva Beleza - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Raquel da Costa Subirana Pena (12304/AM), Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos , advogado de Lincoln da Silva Beleza, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0654730-91.2018.8.04.0001 , interposto Lincoln da Silva Beleza. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Raquel da Costa Subirana Pena (OAB: 12304/AM) - Carlos Alexandre Moreira de Carvalho Martins de Matos - Fórum Mário Verçosa

Nº 0658397-85.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: JAMERSON MARQUES DE CASTRO - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Alexandre Toscano de Brito Filho (8913/AM) e Jesualdo Ferreira Monteiro (7935/AM), Todos os representantes das partes passivas Não informado , advogado de JAMERSON MARQUES DE CASTRO, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0658397-85.2018.8.04.0001 , interposto JAMERSON MARQUES DE CASTRO. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB: 8913/AM) - Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB: 7935/AM) - Fórum Mário Verçosa

Nº 0661929-67.2018.8.04.0001 - Recurso Inominado Cível - Manaus - Recorrente: Edson de Sousa Barreto - Recorrido: Governador do Estado do Amazonas - 3ª Turma Recursal Fica o(a) Dr(a). Antonio Praia Caldas (9546/AM), Élida de Lima Reis (7458/AM) , advogado de Edson de Sousa Barreto, Governador do Estado do Amazonas, e intimado(a,s), no prazo legal, para apresentar(em) CONTRARRAZÕES AOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO/RECURSO EXTRAORDINÁRIO/AGRAVO nos autos de Recurso Inominado Cível nº 0661929-67.2018.8.04.0001 , interposto Edson de Sousa Barreto. Manaus, 15 de outubro de 2019. - Advs: Antonio Praia Caldas (OAB: 9546/AM) - Élida de Lima Reis (OAB: 7458/AM) - Fórum Mário Verçosa

JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL

1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0302/2019

ADV: CAIO TASSO SILVA QUEIROZ DOS SANTOS (OAB 7556/AM) - Processo 0200750-34.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: GILDEMAR MARTINS GIRÃO - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que de direito, sob pena de extinção.

ADV: MAURÍCIO MARQUES DOMINGUES (OAB 175513/SP) - Processo 0200844-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Franklin Ramos da Silva - Luciane Andrade Matos - REQUERIDO: Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201561-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Ana Paula Simonete Castelo Branco Bremgartner - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0201577-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Naicio Cesario -

REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: BRUNO CLIMACO CAMPOS (OAB 11031/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0600280-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atos Unilaterais - REQUERENTE: Magno Henrique Mousinho Castro - REQUERIDO: Amazonas Distribuição de Energia - Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: CAIO LEON NORATO DE LIMA (OAB 80875/PR), ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0600420-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Bragas Comércio de Mármores e Granitos Eireli Epp - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM), ADV: AGUIBERTO CAMILO REDI (OAB 202A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0600813-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ana Lúcia Silva D'araújo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: DÉBORA DE CAMPOS FROTA (OAB 10140/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO) - Processo 0600918-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tec Maxi Comercio e Serviços Ltda Me (P G Comercio) - REQUERIDO: Serasa Experian - Ante o exposto, DECLARO EXTINTO o processo na forma do art. 485, V, do CPC, consoante fundamentação supra. Deixo de condenar a requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM), ADV: LUANA PEREIRA RÉGIS (OAB 9340/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: ALEXANDRE FRAGA COSTA (OAB 66393/RS) - Processo 0601141-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Contratual - REQUERENTE: Luana Pereira Régis - REQUERIDO: Sol Comercio de Piscinas Ltda (Igui Piscinas) - LITSPASSIV: Igui Worldwide Piscinas Epp - Ante o exposto,JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida SOL COMERCIO DE PISCINAS LTDA a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento, respondendo o réu IGUI WORLDWIDE PISCINAS LTDA. subsidiariamente por esta condenação em caso de não cumprimento pelo primeiro réu; 2) REJEITO os demais pedidos. Deixo de condenar as requeridas ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: CARLOS HENRIQUE SOARES SANTOS (OAB 10996/AM), ADV: JAMMES BEZERRA DE OLIVEIRA (OAB 10038/AM), ADV: NIELI NASCIMENTO ARAÚJO FERNANDES (OAB 1089A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ANTÔNIO CLETO GOMES (OAB 5864/CE), ADV: OTÁVIO ARAÚJO NETO (OAB 10189/AM) - Processo 0601167-77.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano da Silva Campos - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Cia Energética do Ceará- Coelce - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: WILLIAN DO NASCIMENTO TELLES (OAB 9688/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0601482-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Arney Vinhone Izel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do pedido de julgamento antecipado formulado pelas partes, os autos ficarão conclusos para sentença e será retirado de pauta.

ADV: ALESSANDRO PICCOLO ACAYABA DE TOLEDO (OAB 167922/SP), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0601599-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Stephanie Goldszal - REQUERIDO: Gama Saúde Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito

ADV: JANDER ROOSEVELT ROMANO TAVARES JUNIOR (OAB 9483/AM), ADV: WICTOR FLÁVIO DE SÃO PAULO AGUIAR (OAB 8907/AM) - Processo 0601612-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Erro Médico - REQUERENTE: Nanci de Jesus Dias Bentes - REQUERIDO: Clinica Veterinaria Pronto Vet - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0601619-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Antonio Jorge Loureiro - REQUERIDO: Claro S/A - Claro S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do pedido de julgamento antecipado formulado pelas partes, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar contestação. Após, voltem-me conclusos para sentença.

ADV: LEANDRO ANDRADE COELHO RODRIGUES (OAB 237733/SP), ADV: CAROLINE BASILIO KLENKE (OAB 12081/AM) - Processo 0601630-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Consórcio - REQUERENTE: Luan Rogério dos Reis Glins - REQUERIDO: Govesa Administradora de Consórcio Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do pedido de julgamento antecipado formulado pelas partes, ficam os autos conclusos para sentença.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0601697-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sanelmo Peixoto Siqueira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: FÁBIO LUÍS SANCHES DE PAULA (OAB 8879/AM), ADV: LARISSA LADISLAU DA SILVA (OAB 8276/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0601702-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Audineia Macedo Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0601725-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Leandro Rebelo de Paula - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0601735-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jorge Lucas Alves Moreira - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma "em espécie", para recebimento na boca do caixa.

ADV: ANA PAULA BATISTA GARCIA (OAB 8032/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: CAROLINA NEVES DO PATROCINIO NUNES (OAB 249937/SP) - Processo 0601774-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Stella Amanda Frota da Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco S A - Visa do Brasil Empreendimentos Ltda (VISA) - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes quanto ao julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR as partes que os autos ficarão conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0602011-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria Edna Cunha Ferreira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: EVERTON GANDOLFI JARDIM (OAB 26943/SC) - Processo 0602119-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Fiscal ou Fatura - REQUERENTE: Travel Corp Viagens e Turismo Ltda - Epp - REQUERIDO: Itaiguara Transportes Ltda - Itaiguara Transporte Ltda - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0602144-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Karlen Fabíola Morais Guimarães - REQUERIDO: Localiza Rent A Car - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0602214-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marly Gomes Capote - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: SARAH LYS DA SILVA MAR (OAB 11906/AM), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0602385-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wanda Eossy Ribeiro Ferreira - REQUERIDO: Mario Jorge Guedes de Melo - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0602443-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Alberto de Albuquerque Pinto Filho - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: CARLOS HENRIQUE DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 8263/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: NAYANDRA PRISCILA DA SILVA CÉSAR PIRES (OAB 10884/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603854-90.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Augusto Cardoso dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE) - Processo 0603906-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Maria das Dores Menezes - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$12.573,44, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOo réu a pagar R$12.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0603911-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Maria das Dores Menezes - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$3.571,50, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOo réu a pagar R$12.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0604046-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Talmo dos Santos Santos - REQUERIDO: BradesCard S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606685-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Joelma Seixas Diniz Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: ARIANE ANDRADE DA SILVA (OAB 10809/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: RUY MIRAGLIA DA SILVEIRA (OAB 723A/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE) - Processo 0607668-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bruno D Adriny Vieira Costa - REQUERIDO: Marinho Comércio e Serviços Ltda - Me - Banco Safra S/A - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do Pagamento equivocado constante nos autos em fls. 157 nos autos, intima-se a parte Requerida para que apresente o pagamento correto, direcionado ao juízo e processo certos, dentro do prazo em curso, uma vez em que a guia apresentada não corresponde aos requisitos necessários.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0609235-16.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: PEDRO ANTONIO DE OLIVEIRA JUNIOR (OAB 11130/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0609944-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tarcinara do Rosario de Souza Tavares - REQUERIDO: Zurich Minas Brasil Seguros S.a - Banco Bradesco S.a - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento do Exequente, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerida para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento do valor Remanescente.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM) - Processo 0610762-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Jardim de Flores - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que de direito, sob pena de extinção.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0610784-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Arthur de Brito Alencar Cavalcante - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM), ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM) - Processo 0611467-98.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: H.r Serviços Educacionais Ltda - Crij - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0612428-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcos Antonio de Melo Ferreira - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - De ordem da Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0612696-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Marivaldo Pantoja Cantel - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Tendo em vista que o próprio banco executado apresentou pagamento e informou que o valor ali depositado era o devido e que a execução deveria ser extinta, somando ao fato de que houve prolatação de sentença com base no art. 924 que transitou em julgado, infiro que não há falar em devolução de valores, motivo pelo qual determino o arquivamento do feito com a consequente baixa na distribuição. Cumpra-se.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0613628-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Ricardo Pereira de Mello - EXECUTADO: Banco Pan S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$31.037,76, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data da compra; e 2)CONDENOo réu a pagar R$5.000,00 ao autor a título de indenização por danos morais, conforme pedido na inicial, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM) - Processo 0613693-08.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE:

Condomínio Ione Barra - REQUERIDA: Maria de Fatima Cunha Vieira dos Santos - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM), ADV: PRISCILA DUARTE OZÓRIO (OAB 10902/AM) - Processo 0613863-82.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Imissão na Posse - REQUERENTE: Miguel Vilene de Araújo - REQUERIDA: Deliene do Socorro do Nascimento Garcia - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RIBEIRO & FARIAS ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 597/AM), ADV: PETER MATEUS DE FARIAS RIBEIRO (OAB 11063/AM) - Processo 0613892-98.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: H.r Serviços Educacionais Ltda - Crij - De ordem do MM Juiz de Direito, Dr. Cássio André Borges dos Santos, proceda-se à penhora de eventual imóvel em nome da parte executa que esteja cadastrado nos cartórios do estado através do sistema eRIDFT. Após, havendo imóvel a ser penhorado, expeça-se mandado de avaliação do bem, ficando desde logo, do ato da avaliação, o executado intimado para oferecer embargos à execução no prazo de 15 dias. Em caso de penhora negativa, intime-se a parte exequente para requerer, em 10 dias, o que de direito, sob pena de extinção da execução.

ADV: LEONARDO VELLOSO HENRIQUES (OAB 99855 /MG) - Processo 0614517-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Hileia do Perpetuo Socorro Moraes de Souza - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que CONDENOo réu a pagar R$10.000,00 à autora, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0614670-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Paulo Fernando da Rocha - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ante o exposto,JULGO PROCEDENTEo pedido formulado na inicial, termos em que: 1) CONDENO a requerida a restituir ao autor o valor de R$9,00, com juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde 15.05.2019 (fl. 18); e 2)CONDENOo réu a pagar R$5.000,00 ao autor, a título de indenização por danos morais, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde a data do arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0614745-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Fabricio dos Santos de Souza - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Julgo, em consequência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0617927-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Layana Enoy Brito Alves, - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0618344-54.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Jorge Luiz Joseph - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0619470-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem do Exmo(a). Dr(a).Cássio André Borges dos Santos ,Juiz (a) de Direito, intime-se a parte requerida, para no prazo de 15 dias, querendo, apresentar Embargos à execução. Havendo inércia, a penhora será considerada em definitivo, razão pela qual haverá a transferência do valor bloqueado, e, por conseguinte, a expedição do Alvará Judicial.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM) - Processo 0619746-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiza Carvalho de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: SÉRVIO TÚLIO DE BARCELOS (OAB 44698/MG), ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM) - Processo 0621038-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - RECLAMANTE: Adelton Ferreira da Silva - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0621522-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Me - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM) - Processo 0622247-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jonilson Costa de Souza - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622693-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Artur Leao - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623023-63.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0623147-46.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite - Me (Vip Formatura) - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de extinção.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: CLAUDEVAN DE SOUZA PEREIRA (OAB 7800/AM) - Processo 0623184-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Izoney Silva Nascimento - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor para: 1) DETERMINAR a revisão da fatura com vencimento em fevereiro de 2019 para o valor de R$95,00, sem ônus de impontualidade, cuja fatura deve ser reenviada ao demandante para pagamento; 2) TORNO DEFINITIVA a decisão interlocutória de fls. 37/39; e 3) CONDENO a ré a indenizar os danos morais experimentados pelo requerente no valor de R$15.000,00, conforme pedido na inicial, com acréscimo de juros de 1% ao mês e correção monetária INPC desde o arbitramento. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM) - Processo 0624501-09.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Eli Gama Santos - REQUERIDO: Itapeva VII Multicarteira Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados - De ordem, dou ciência à parte interessada do pagamento efetuado nos autos, e a intimo para, no prazo 2 (dois) dias, informar Banco, Agência e conta bancária para imediata transferência. Transcorrido o prazo sem a manifestação, o alvará será expedido na forma “em espécie”, para recebimento na boca do caixa.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM) - Processo 0625012-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Nezia Silva da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0625930-11.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0626518-18.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora ou requerer o que entender de direito, sob pena de extinção.

ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO FIGUEIREDO DE ANDRADE (OAB 6566/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE & FILHOS - ADVOGADOS (OAB 46/AM), ADV: ANDREZZA CALDAS VITAL (OAB 10723/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM) - Processo 0626792-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Clovis Marinho - REQUERIDO: Bradesco Saúde S/A - Isto posto, julgo extinto o feito nos termos do art. 924, II, do CPC. Expedido o alvará, antes ou depois da assinatura desta decisão, uma vez que a Vara observa os princípios da celeridade e da informalidade, arquivem-se os autos e dê-se baixa na distribuição. Sem custas. P.R.I.

ADV: RODRIGO DA FROTA MENDONÇA (OAB 10031/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0628290-16.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Pedrina Bayma Dutra - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do Exm.º Sr.º Dr.º Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito respondendo exclusivamente por este Juizado, e diante do requerimento das partes pugnando pelo julgamento antecipado, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, determinar que os autos sejam retirados de pauta e portanto ficarão conclusos para sentença.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0630195-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Monteiro da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Julgo, em conseqüência, extinto o processo, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC.

ADV: JUSSARA DA SILVA PONTES (OAB 7062/AM) - Processo 0630617-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: A.K.L.B. - REQUERIDO: S.S. - Ante o exposto,DECLARO EXTINTOo feito na forma do art. 51, IV, da Lei 9.099/95. Deixo de condenar o requerente ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se.

ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0705856-51.2012.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabio Galucio Dias Costa - De ordem do Exmº. Sr. Dr. Cássio André Borges dos Santos, Juiz de Direito titular do 1º Juizado Especial Cível, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, com fundamento no art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95, INTIMAR a parte exequente para, em 30 dias, indicar bens passíveis de penhora, sob pena de extinção.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Aguiberto Camilo Redi (OAB 202A/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandro Piccolo Acayaba de Toledo (OAB 167922/SP)
Alexandre Fraga Costa (OAB 66393/RS)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Paula Batista Garcia (OAB 8032/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrezza Caldas Vital (OAB 10723/AM)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio Cleto Gomes (OAB 5864/CE)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Ariane Andrade da Silva (OAB 10809/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)

Bruno Climaco Campos (OAB 11031/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Caio Leon Norato de Lima (OAB 80875/PR)
Caio Tasso Silva Queiroz dos Santos (OAB 7556/AM)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Henrique da Silva César Pires (OAB 8263/AM)
Carlos Henrique Soares Santos (OAB 10996/AM)
Carolina Neves do Patrocinio Nunes (OAB 249937/SP)
Caroline Basilio Klenke (OAB 12081/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
Claudevan de Souza Pereira (OAB 7800/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Débora de Campos Frota (OAB 10140/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eloi Pinto de Andrade & Filhos - Advogados (OAB 46/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Everton Gandolfi Jardim (OAB 26943/SC)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Luís Sanches de Paula (OAB 8879/AM)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
GISELA DA SILVA DINIZ (OAB 10569/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Jammes Bezerra de Oliveira (OAB 10038/AM)
Jander Roosevelt Romano Tavares junior (OAB 9483/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Jussara da Silva Pontes (OAB 7062/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Larissa Ladislau da Silva (OAB 8276/AM)
Leandro Andrade Coelho Rodrigues (OAB 237733/SP)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Leonardo Velloso Henriques (OAB 99855 /MG)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luana Pereira Régis (OAB 9340/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria do Perpétuo Socorro Figueiredo de Andrade (OAB 6566/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Marques Domingues (OAB 175513/SP)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayandra Priscila da Silva César Pires (OAB 10884/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nieli Nascimento Araújo Fernandes (OAB 1089A/AM)
Otávio Araújo Neto (OAB 10189/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Pedro Antonio de Oliveira Junior (OAB 11130/AM)
Peter Mateus de Farias Ribeiro (OAB 11063/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Duarte Ozório (OAB 10902/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ribeiro & Farias Advogados Associados (OAB 597/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo da Frota Mendonça (OAB 10031/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Ruy Miraglia da Silveira (OAB 723A/AM)
Sarah Lys da Silva Mar (OAB 11906/AM)
Sérvio Túlio de Barcelos (OAB 44698/MG)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wictor Flávio de São Paulo Aguiar (OAB 8907/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Willian do Nascimento Telles (OAB 9688/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL - PROCON
JUIZ(A) DE DIREITO ALESSANDRA C. R. C. GONDIM MARTINS DE MATOS
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL KAROL LIMA MORENO
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0065/2019

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0204516-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Revogo a decisão liminar de fls. 44/50. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603224-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A ausência injustificada do autor, estando regularmente intimado a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Revogo a decisão liminar de fls. 24/31. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0614179-90.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o cumprimento do acordo/sentença, bem como o pagamento, nos termos do art. 523, do CPC, sob pena de multa de 10% calculada sobre o valor atualizado do débito.

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0615273-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE o pedido para condenar a Reclamada AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A a: 1. PROCEDER, no prazo de trinta dias, o cancelamento de quaisquer débitos oriundos do processo administrativo de n. 2016/64584, em nome da Requerente, sob pena de multa a ser fixada em eventual processo de execução, dada a natureza do pedido (Lei 9.099/95, art. 52, V), tornando definitiva a tutela de urgência concedida às fls. 43/46. 2. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de indenização por danos morais. Relativamente ao pedido contraposto apresentado pela Requerida em sede de contestação, tenho por ilegítima a referida empresa para demandar em sede de Juizado Especial, porquanto não enquadrada no art. 8º da Lei 9.099/95, nos termos do Enunciado 05 do Fórum Permanente do Amazonas de Juizados Especiais - FOAMJE, aprovado em reunião do dia 19 de agosto de 2016, in verbis: "É admissível pedido contraposto no caso de ser a parte pessoa jurídica, desde que enquadrada como microempresa ou empresa de pequeno porte". Nesse sentido, ainda, a doutrina de Cândido Rangel Dinamarco, em sua consagrada obra "Instituições de Direito Processual Civil", Volume III, ed. Malheiros, 6ª edição, p. 822 e o Enunciado 4.2.1 da CEJCA, segundo o qual "Não cabe pedido contraposto no caso de ser o réu pessoa jurídica ou formal; salvo a microempresa ou a empresa de pequeno porte". Com efeito, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO no tocante ao pedido contraposto, o que faço escudado nos arts. 8º e 51, II, da Lei 9.099/95. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei n. 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se os autos, independentemente de outro despacho. Publique-se, intime-se e cumpra-se.

ADV: PRISCILA SOARES FEITOZA (OAB 4656/AM) - Processo 0625642-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - A autora tenta justificar sua ausência alegando que constantemente viaja para o Município de Benjamin Constant/AM, onde possui residência e que na data da audiência não conseguira se deslocar até esta capital. Contudo a documentação anexada aos autos, às fls. 153/154 data do ano de 2017, razão pela qual a ausência injustificada da autora, estando regularmente intimada a comparecer, acarreta a extinção da relação processual e o consequente arquivamento dos autos, dada a obrigatoriedade do comparecimento pessoal das partes às audiências aprazadas no sistema dos JECS, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95. A respeito do tema, cumpre destacar a edição dos enunciados 20 e 28 do FONAJE: ENUNCIADO 20 - O comparecimento pessoal da parte às audiências é obrigatório. A pessoa jurídica poderá ser representada por preposto. ENUNCIADO 28 - Havendo extinção do processo com base no inciso I, do art. 51, da Lei 9.099/1995, é necessária a condenação em custas. Assim, JULGO EXTINTO O PROCESSO, SEM ANÁLISE DE MÉRITO, consoante fundamentação supra. Custas pelo autor para o caso de novo ajuizamento com o mesmo objeto. Revogo a decisão liminar de fls.46/53. Após, movimente-se o processo para a fila de encerrados, com as cautelas de praxe e dê-se a respectiva baixa no Sistema de Automação Judiciária (SAJ). Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MARCONI MOREIRA FILHO (OAB 9552/AM) - Processo 0630604-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: J. R. N. S. Comercio de Produtos Alimentícios Ltda - Dispensado relatório na forma do art.38 da Lei 9.099/95. Compulsando os autos, verifico que o valor da causa excede o valor de 40 salários mínimos estabelecido como limite para demandar junto aos Juizados Especiais Cíveis e Criminais previstos no art. 3º da Lei 9.099/1995. Assim, em sede de juizados é indispensável a extinção do processo seguindo a inteligência do artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95, conforme entendimento firmado na legislação atinente à matéria. Deste modo, a norma legal é reiterada e confirmada em Encontro Nacional de Coordenadores Juizados Especiais, como uma forma de se padronizar um entendimento a respeito da legislação que deve ser observado pelos juízes dirigentes de Juizados Especiais. Pelo exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, Julgo Extinto o processo sem análise do mérito, nos termos do artigo 3º c/c o artigo 51, inciso II, da Lei 9.099/95. P. R. I. Arquive-se.

Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
José Marconi Moreira Filho (OAB 9552/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Priscila Soares Feitoza (OAB 4656/AM)

3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0208/2019

ADV: CHEINE ARAÚJO PEREIRA (OAB 10609/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: GUSTAVO VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0604291-68.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ajupirá Araújo Pereira - REQUERIDO: Editora Globo S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 146 e 147, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95.

ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0604612-74.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Mourão Vieira - Pelo exposto e por tudo o mais que dos autos consta, com fundamento no art. 53, §4° da Lei n° 9.099/95 e no art. 485 inc. III do CPC, Julgo Extinto o feito e

determino o arquivamento dos autos. Por fim, autorizo, desde já, a expedição de certidão de crédito, na forma dos Enunciados 75 e 76 XXV FONAJE, caso requerido pelo exequente. P.R.I.C. Arquive-se.

ADV: ANA TEREZA DE AGUIAR VALENÇA (OAB 33980/PE), ADV: FABRICIO JACOB ACRIS DE CARVALHO (OAB 9145/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0609293-87.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: RAIMUNDA ASSUNÇÃO SOUZA DE MENEZES - REQUERIDO: Banco BMG S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 336 a 338, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95.

ADV: ANDREIA FARIAS DE BARROS (OAB 10773/AM), ADV: JEAN CLEUTER SIMÕES MENDONÇA (OAB 3808/AM), ADV: LARYSSA ARAÚJO MÜLLER (OAB 13197/AM) - Processo 0610603-94.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: OFFICEMANAUS MOVEIS E SISTEMAS LTDA - REQUERIDO: Claro S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 349 a 351, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM) - Processo 0615974-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Raimunda Pantoja Bezerra - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Diante disto, julgo extinto o processo sem julgamento de mérito, nos termos do art. 485,VIII, do Código de Processo Civil.

ADV: MÁRCIO VINÍCIUS COSTA PEREIRA (OAB 84367/RJ), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0618292-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Igor de Carvalho Leal Campagnolli - REQUERIDO: Delta Air Lines Inc - Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo de fls. 471 e 472, para que produza seus efeitos legais e jurídicos, nos termos do parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95.

Ana Tereza de Aguiar Valença (OAB 33980/PE)
Andreia Farias de Barros (OAB 10773/AM)
Cheine Araújo Pereira (OAB 10609/AM)
Fabricio Jacob Acris de Carvalho (OAB 9145/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Gustavo Viseu (OAB 117417/SP)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Jean Cleuter Simões Mendonça (OAB 3808/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
JOAQUIM LIBÓRIO DOS SANTOS (OAB 8860/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Laryssa Araújo Müller (OAB 13197/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Márcio Vinícius Costa Pereira (OAB 84367/RJ)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)

JUÍZO DE DIREITO DA 3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO

ESCRIVÃ(O) JUDICIAL FRANCISCO DAS CHAGAS DE SOUZA M. FILHO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0132/2019

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0201384-59.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: SIQUEIRA CASTRO ADVOGADOS (OAB 672/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0202940-33.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0600103-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Ednelza Campos de Azevedo - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM), ADV: SOLON ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3338/AM), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FABRÍZIO DE SOUSA BARBOSA GROSSO (OAB 4473/AM), ADV: EDGAR ANGELIM DE ALENCAR FERREIRA (OAB 3995/AM), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM), ADV: CARLOS FERNANDO SIQUEIRA CASTRO (OAB 672A/AM) - Processo 0600785-55.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Corretagem - REQUERIDO: API SPE 10 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS (PDG E ALIANÇA) - Aliança Incorporadora Ltda - Isto posto, defiro o pedido de justiça gratuita. Dê prosseguimento ao feito. Intime-se, o Recorrido para querendo apresentar contrarrazões. Após, determino o processamento e a remessa do Recurso Inominado a uma das Turmas Recursais para julgamento. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO LINDOSO E LIMA (OAB 7417/AM) - Processo 0601317-24.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto Brasileiro de Educação Ester - IBEE - "Diante da insuficiência de saldo do Executado, conforme consulta do BacenJud juntada aos autos, intimo V.Sa. a indicar bens penhoráveis, no prazo de 15(quinze) dias. "

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0601343-27.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Antecipação de Tutela / Tutela Específica - REQUERENTE: HELLEN FERREIRA DA SILVA - Assim, determino a parte exequente informe a este juízo endereço atualizados dos sócios a fim de se efetuar a citação dos mesmo, no prazo de 30 dias sob pena de abandono, nos termos do artigo 485, inc. III DO CPC. P.R.IC.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0601691-59.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a contrarrazoar os embargos à execução nos presentes autos, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG) - Processo 0601896-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Intimo V.Sa. a efetuar o pagamento do saldo remanescente, no prazo de 15 (quinze) dias sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0602485-66.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Intimo V.Sa. a contrarrazoar os embargos à execução nos presentes autos, no prazo de 15(quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0602599-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: David Matalon Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0603073-05.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: NATHALIA PEREIRA LEITE VILELA TEIXEIRA (OAB 167006/RJ) - Processo 0603093-59.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Olavo Luiz Farias Paixão - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica designado o dia 18/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: CARLOS ROBERTO DENESZCZUK ANTÔNIO (OAB 146360/SP), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0603163-18.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: DALVAIR B. DE SOUZA & CIA LTDA. - STOK CASA - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar de fls. 238/248 dos autos. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: MARIA ELIRIANY MARTINS GOMES BISSOLI (OAB 7432/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MAURÍCIO BENEDITO GOMES BISSOLI (OAB 13845/AM) - Processo 0603444-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adalberto Martins Beriba - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Instrução e Julgamento Data: 20/02/2020 Hora 09:30 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: FABRÍCIO HILARICKI FERREIRA (OAB 10398/AM) - Processo 0603988-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Jackson Moreira Goncalves - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda e outro - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANDERSON ROBERTO MIRANDA DE SOUZA (OAB 161457/RJ), ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: INGRID NEDEL SPOHR SCHMITT (OAB 68625/RS), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM) - Processo 0604052-06.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERIDO: GLOBAL BRASIL BROKERS PARTICIPAÇÕES S.A - Ônix Empreendimentos Imobiliários Ltda - LITSPASSIV: Direcional Engenharia - Diante do exposto, JULGO DESERTO O ALUDIDO RECURSO INOMINADO e determino que a Secretaria certifique o trânsito em julgado da respectiva Sentença.

ADV: FÁBIO MORAES CASTELLO BRANCO (OAB 4603/AM) - Processo 0604127-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Entregar - REQUERENTE: Wilson Nogueira Mariho Filho - Instrução e Julgamento Data: 11/05/2020 Hora 10:00 Local: Sala 3 do 3º JECC (Instrução e Julgamento Cível) Situacão: Pendente

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE) - Processo 0604864-43.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Eliete Brito Fernandes de Souza - Verifico que o presente processo já foi sentenciado pelo arquivamento, porquanto a obrigação exequenda foi integralmente satisfeita (fls. 655). E a parte Exequente pretende às fls. 656/660 e 661/684 nova execução de quantia que não tem amparo no título executivo judicial que serviu de base a presente execução, o que evidentemente é juridicamente inviável. Assim não conheço de aludido pedido, dado a impossibilidade jurídica da pretensão. Intimem-se. Certifique-se o trânsito em julgado. Arquivem-se os autos.

ADV: ROBERTO JEFERSON BRASIL ROMANO (OAB 13076/AM), ADV: GERALDO CORRÊA DANTAS DE ARAÚJO (OAB 1370/AM) - Processo 0604943-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Valor da Execução / Cálculo / Atualização - EXEQUENTE: Sanderley de Souza Rodrigues - EXECUTADO: Geraldo Correa de Araujo Dantas - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM), ADV: BRENO BARBOSA FERREIRA (OAB A451/AM), ADV: PAULO LINDEMBECK BELCHIOR (OAB 10617/AM) - Processo 0606374-28.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: NV Industria Comércio e Construção Ltda e outro - Assim, verifico a necessidade da suspensão da ação e a parte Exequente poderá habilitar/executar seu crédito junto ao Juízo Falimentar no qual tramita o respectivo processo em face do devedor, na forma dos arts. 7º, 9º e 10 da LRE. Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar de fls. 207/212 dos autos. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: WILLIAM DA SILVA SIMONETTI (OAB 7441/AM), ADV: KAREN BEZERRA ROSA BRAGA (OAB 6617/AM) - Processo 0606481-04.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Manuel Nazareno Milhomes Ventura - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM) - Processo 0606726-20.2014.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - "Intimo V.Sa a impugnar no prazo de 15 dias a penhora realizada nos presentes autos, sob pena de transferência dos valores ao exequente."

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: LEYLA VIGA YURTSEVER (OAB 3737/AM) - Processo 0608184-38.2015.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: Oi S/A - Pelo exposto, Confirmo a suspensão dessa ação, na forma da deliberação do Juízo Falimentar. Expeça-se certidão de crédito ao devedor, anexando cópia da sentença/acórdão e certidão de trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: ADRIANE CRISTINE CABRAL MAGALHÃES (OAB 5373/AM) - Processo 0609803-66.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERIDA: MARCIA ALVES MARQUES - Intimo V.Sa. a contrarrazoar os embargos de declaração nos presentes autos, no prazo de 05(cinco) dias.

ADV: RAYSSA LOPES DA SILVA TAVARES (OAB 13955/AM), ADV: RONALDO LÁZARO TIRADENTES (OAB 4113/AM) - Processo 0610376-44.2019.8.04.0001 - Procedimento Comum Cível - Dano - REQUERENTE: Dmp - Design, Marketing e Propaganda Ltda - Via Direta Telecomunicações Por Satelite e Internet Ltda - REQUERIDO: Valmir Rodrigues Lima e outro - Assim sendo, Julgo improcedentes os pedidos.

ADV: LAÍS CRISTIANE LIRA PEREIRA (OAB 5376/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0611389-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rafael Seabra Gabrig - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Cabaret Night Club e outros - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0611682-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simone Campos Lopes - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 08/04/2020 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0611693-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Paulo Afonso Saraiva da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 07/05/2020 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0615287-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Icaro Consentine Gaspar - REQUERIDO: Claro S/A - Diante do exposto, indefiro os pleitos constantes na petição de fls. 63/68. Siga a marcha processual nos termos da decisão de fls. 45 dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ABELARDO ARAÚJO PINTO (OAB 6076/AM), ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM), ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0615517-70.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vaga de garagem - REQUERENTE: Jose Dacy de Lima - REQUERIDO: Condomínio do Edifício Equatorial - Desta forma, Indefiro a gratuidade justiça requerida. Intime-se a parte Requerente para que promova e comprove o recolhimento das custas e do preparo, no prazo de 48 horas de sua intimação, nos termos do art. 42, § 1º da Lei 9.099/95, sob pena de ser considerado deserto o recurso. Intime-se, Cumpra-se.

ADV: IAGO OLIVEIRA PASCARELLI (OAB 13854/AM) - Processo 0615929-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rivanda de Lima Oliveira - De ordem, fica designado o dia 13/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0617132-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Fabio Arruda Bindá - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: DANIEL AUGUSTO MAUÉS CARVALHO (OAB 5629/AM) - Processo 0617585-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - EXEQUENTE: Leonardo da Costa Lima - De ordem, fica designado o dia 13/04/2020 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ OLIVA VELOSO (OAB 6339/AM), ADV: BRUNO ALECRIM DE LIMA (OAB 6440/AM) - Processo 0619464-98.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andrea Gomes Ribeiro - REQUERIDO: Centro Educacional Pingo de Gente Ltda - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM) - Processo 0619915-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Jorge Rolim Leal - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 08/04/2020 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0620175-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Jacques de Amorim - De ordem, fica designado o dia 13/09/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM), ADV: FRANCISCO JACQUES DE AMORIM (OAB 5257/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0620175-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisco Jacques de Amorim - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Diante do exposto, Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar o Requerido a pagar a quantia de R$ 4.990,00 (quatro mil, novecentos e noventa reais), a títulos de danos morais, incidindo-se correção monetária a contar da data desta decisão e juros mensais de 1% a partir da citação. No mesmo ato de intimação da sentença, deverá(ão) a(s) parte(s) vencida(s) ser(em) instada(s) a cumprir a sentença tão logo ocorra seu trânsito em julgado, e advertida(s) de que, acaso não cumpra(m) no prazo de quinze dias, o montante da condenação será acrescido de multa no percentual de dez por cento da condenação na fase de execução (art. 52, da LJE, art. 523, § 1º, do CPC).

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0620613-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Zeyna Gorayeb Sucupira - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - Julgamento antecipado da lide

ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0620613-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Zeyna Gorayeb Sucupira - REQUERIDO: Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A e outro - Posto isto, defiro o pleito constante na petição de fls. 157/158, e encaminho os autos para julgamento antecipado da lide, conforme pugnado pelas partes nos termos de audiência de fls. 150 dos autos. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: DIEGO DA SILVA SOARES CRUZ (OAB 21519/MT) - Processo 0621908-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Sandro Silva de Souza - "Intimo V.Sa. a juntar cálculo atualizado do valor da condenação (inclusive com multa de 10%), no prazo de 15(quinze) dias, sob pena de arquivamento dos autos."

ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM) - Processo 0622463-87.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO LEITE MENEZES (OAB 10110/AM) - Processo 0622502-84.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Cynthia Lira Paiva - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0622534-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucicleide Barbosa Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANA CAROLINE SILVA PICANÇO (OAB 14459/AM) - Processo 0622547-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Carlos Roberto Gadelha Freire - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM) - Processo 0622555-36.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Eduardo de Andrade Guedes - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: CAROLINA AUGUSTA MARTINS (OAB 9989/AM) - Processo 0622694-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE:

Leonardo da Silva de Paula - REQUERIDO: Condomínio Singolare - Intimo V.Sa. a apresentar, caso queira, no prazo de 5(cinco) dias, contrarrazões aos Embargos nos presentes autos.

ADV: LÍDIA MAURA LOPES DA COSTA (OAB 6399/AM) - Processo 0623006-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Carlos de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 16/04/2020 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CHARLES BRITO PORTO (OAB 9468/AM) - Processo 0623167-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Adjames Martins de Moura - De ordem, fica designado o dia 08/04/2020 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO HÜBNER (OAB 9398/AM), ADV: ALOIZIO PAES DE LIMA (OAB 1814/AC) - Processo 0623179-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Otacilio Silva Moreira - De ordem, fica designado o dia 13/04/2020 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0623289-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Moreira de Farias - De ordem, fica designado o dia 13/04/2020 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCOS HENRIQUE LINS BENTES (OAB 10260/AM), ADV: KISSIA JERUSA NUNES LOPES (OAB 11724/AM) - Processo 0623294-09.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Thiago dos Reis Ferreira - Andreza Bitar de Souza - Intimo V.Sa. a efetuar pagamento espontâneo, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de prosseguimento da execução via penhora.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0623436-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Oberlan Andrade Silva de Oliveira. - De ordem, fica designado o dia 13/04/2020 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624020-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Vilma Dias da Silva Guimarães - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica designado o dia 07/04/2020 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO CEZAR KRICHANÃ DA SILVA (OAB 8494/AM) - Processo 0624150-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: V.R.Q. - De ordem, fica designado o dia 13/04/2020 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0624160-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriano Pereira de Souza - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0624183-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Thiago Almeida Demazi - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS ALBERTO VALENTE GONZALES (OAB 7344/AM) - Processo 0624232-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - RECLAMANTE: Condomínio do Parque Residencial Juliana Ii - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM), ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM) - Processo 0624276-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Eurideia Cascais dos Santos - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0624285-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Karen Negreiros Costa - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0624401-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliete Brito Fernandes de Souza - De ordem, fica designado o dia 08/04/2020 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624448-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosemary Pacheco de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 08/04/2020 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EMMANUEL MICHAEL HARAQUIAN FILHO (OAB 3342/AM) - Processo 0624554-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: L. L. Harraquian - Me - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JADILSON JOSÉ CHAVES DA COSTA (OAB 10490/AM) - Processo 0624568-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Altenize Brasil - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO SÁVIO BRASIL DE LIMA (OAB 11255/AM) - Processo 0624580-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Hps Telecomunicações e Automação Ltda - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0624595-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elson Rodrigues de Melo - De ordem, fica designado o dia 11/02/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AQUILA REISSY ANDRADE DA GAMA (OAB 13463/AM) - Processo 0624637-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Gabriela Rossi Araujo - De ordem, fica designado o dia 10/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0624780-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Roger Cavalcante de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/04/2020 às 11:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLEVER GLÓRIA DE LIMA (OAB 13866/AM) - Processo 0624800-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edimo Bento da Silva - Epp - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DÉBORA CRISTINA NASCIMENTO DA COSTA (OAB 9226/AM) - Processo 0624998-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Josiane Lima da Silva - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625040-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Helena Roberta Marques - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 14/04/2020 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0625049-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Vera Lucia Costa da Silva - De ordem, fica designado o dia 14/04/2020 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0625087-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcia Maria Augusta da Silva Souza - De ordem, fica designado o dia 14/04/2020 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULA LIMA DE CARVALHO (OAB 14009/AM) - Processo 0625198-93.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Verdes Mares - À vista do exposto, com fundamento nas razões acima colacionadas, Julgo extinto o processo sem apreciação do mérito, nos termos dos arts. 330, II e 783, do CPC.

ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MARCIA SUELLEN PIERRE DOS SANTOS (OAB 13459/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: MARIA DO PERPÉTUO SOCORRO DE QUEIROZ PIERRE DOS SANTOS (OAB 10970/AM) - Processo 0625244-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Moisés Araújo da Silva - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Marcel Saraiva Monteiro - Vistos. Trata-se de pedido de reconsideração, contra decisão proferida nos autos de fls. 281. Na oportunidade, esclareço que o pedido da parte as fls. 283/284 não tem previsão legal vez que não é recurso conhecido na lei do JEC; e afora isso existe a impossibilidade da concessão de referida tutela, ante a irreversibilidade do provimento pleiteado. Ademais, não padece a referida decisão de nenhum vício, sendo a matéria já exaustivamente analisada. Nada tenho mais o que dizer acerca do pleito e desta forma determino o prosseguimento do feito nos termos da decisão de fls. 281. P.R.I.C.

ADV: MIRNA CRISTINA GEBER DA SILVA (OAB 9097/AM) - Processo 0625309-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Edgar Chota Martins - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0625324-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosimeire de Morães de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0625506-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Conciliação Data: 13/12/2019 Hora 09:00 Local: Sala 1 do 3º JECC (Conciliação Cível) Situacão: Pendente

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0626253-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Juremir de Almeida - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: AGNALDO ALVES MONTEIRO (OAB 6437/AM) - Processo 0626300-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Jose Aurelio Seixas Aguiar - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM), ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0626398-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jordams Rodrigues de Souza - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0626561-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriana Souza Martins - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO ROBERTO DA SILVEIRA TAPAJÓS (OAB 1915/AM) - Processo 0626595-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: André Luiz Clark Pontes e Silva - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0626603-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Claudionora Carvalho Balbino - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALDEMAR CASTELO BRANCO DO RÊGO NETO (OAB 10816/AM) - Processo 0626623-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Valcilene Souza Mendes da Silva - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM) - Processo 0626631-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimunda Bernardo da Silva - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0626677-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jeane Gomes do Nascimento - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LUAN DAMASCENO DA CUNHA (OAB 11922/AM) - Processo 0626715-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Massahiro Watanabe - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0626728-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Antonio Carlos da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626774-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Rubenisia Santos Pereira - De ordem, fica designado o dia 07/05/2020 às 10:00h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0626801-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rozeneide dos Santos Mussa - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626804-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Rubenisia Santos Pereira - De ordem, fica designado o dia 07/05/2020 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0626811-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Rubenisia Santos Pereira - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626900-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Carlos Alberto Sevalho Figueiredo - De ordem, fica designado o dia 07/05/2020 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0626934-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paloma Picanço da Rocha - De ordem, fica designado o dia 17/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM) - Processo 0626989-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adailson Soares dos Santos - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CLÁUDIA DE FÁTIMA MATTOS DE SOUZA (OAB 6651/AM) - Processo 0627027-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco Camelo de Souza - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANO BURIOL (OAB 7657/AM) - Processo 0627038-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Fabiano Buriol - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL BRAGA DOS SANTOS (OAB 14782/AM) - Processo 0627052-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Glória Moraes Marques - Raissa Fernanda Marques Nogueira - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ESTHER MARIA ARAÚJO DE SOUSA (OAB 5639/AM) - Processo 0627062-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: José Clébio Siqueira Nery - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0627070-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jacy da Penha Luna - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDA LAYZE COSTA VIANA (OAB 14338/AM) - Processo 0627081-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Deilson Souza de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0627082-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Jacy da Penha Luna - De ordem, fica designado o dia 18/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0627108-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Felipe Matias Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0627129-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: José Maria Gomes Simas - De ordem, fica designado o dia 27/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0627141-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Stefane Rodrigues Farias - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0627151-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jefferson Lira Barbosa - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0627160-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Anne Katherine de Souza Pinho - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARIA ROCHA FERNANDES (OAB 13713/AM) - Processo 0627169-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Leopoldo Alves Carneiro - De ordem, fica designado o dia 20/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627183-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Oberlan Andrade Silva de Oliveira. - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO GEBER DA FROTA (OAB 9485/AM) - Processo 0627201-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: José Régis Pinto Júnior - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MOYSÉS ROBERTO GEBER CORRÊA (OAB 5678/AM) - Processo 0627215-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Adria de Matos Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JORGE GUEDES LOBO JUNIOR (OAB 14097/AM) - Processo 0627218-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - LITSATIVO: Jose Nasser - Maria do Perpetuo Socorro Viana Ramos Nasser - De ordem, fica designado o dia 19/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627241-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Walcimar dos Santos Almeid - De ordem, fica designado o dia 11/05/2020 às 09:30h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0627280-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - EXEQUENTE: Maria das Graças Amaral Lago - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0627309-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Terezinha Neves da Silva Printes - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0627320-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0627337-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0627354-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Geane Miranda Gadelha - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627377-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Julio Cesar da Silva Lima - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM) - Processo 0627396-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Valdeane Freire de Souza - De ordem, fica designado o dia 23/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: YASMINE BORGES SARRAFF DE REZENDE (OAB 14546/AM) - Processo 0627411-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ana Paula Bulcão de Aguiar - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: HELENA MARIA VITAL DE MELO (OAB 14031/AM) - Processo 0627451-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Joaquim Rodrigues D Melo - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0627475-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Raimundo Góes da Silva Filho - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0627543-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Ilzoneide Teixeira Prata - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0627553-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luciano da Silva Cabral - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: LEANDRO KAZUYUKI TAKAHASHI (OAB 12343/AM) - Processo 0627562-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anita Rebelo da Silva - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSEKELLY DA ROCHA LOPES (OAB 14815/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0627572-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Idervan de Souza Queiroz - RECLAMADO: Carrefour Comercio e Industria - De ordem, fica designado o dia 27/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0627581-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: STHEFANO MALHEIROS SANTANA DE ALMEIDA (OAB 18501/MT) - Processo 0627582-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rubens Sanatana da Silva Filho - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0627801-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Lucio Marques Natali - REQUERIDO: Novo Mundo Móveis e Utilidades Ltda. - De ordem, fica designado o dia 06/04/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0627813-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: W.S.C. - De ordem, fica designado o dia 06/04/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0628424-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Philipe José Lima de Lima - De ordem, fica designado o dia 11/05/2020 às 11:00h para a realização de audiência Una (Conciliação, Instrução e Julgamento). O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL JOSE SAMPAIO DE BRITO (OAB 12178/AM) - Processo 0629385-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ricardo Lincoln Nascimento de Carvalho - De ordem, fica designado o dia 24/01/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÁBIO RODRIGO DE OLIVEIRA MENEZES (OAB 13392/AM) - Processo 0629877-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Perpetuo Socorro Marinho da Silva - De ordem, fica designado o dia 11/05/2020 às 10:30h para a realização de audiência Una (Conciliação,

ADV: RAFAEL GONÇALVES MADURO (OAB 3409/AM) - Processo 0630223-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - RECLAMANTE: Luciana Patrick Amato - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: comprovante de residência em nome da Autora, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que a autora reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante.

Adriane Cristine Cabral Magalhães (OAB 5373/AM)
Agnaldo Alves Monteiro (OAB 6437/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Aloizio Paes de Lima (OAB 1814/AC)
Ana Caroline Silva Picanço (OAB 14459/AM)
Anderson Roberto Miranda de Souza (OAB 161457/RJ)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Oliva Veloso (OAB 6339/AM)
Aquila Reissy Andrade da Gama (OAB 13463/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Breno Barbosa Ferreira (OAB A451/AM)
Bruno Alecrim de Lima (OAB 6440/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Alberto Valente Gonzales (OAB 7344/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Carlos Fernando Siqueira Castro (OAB 672A/AM)

Carlos Roberto Deneszczuk Antônio (OAB 146360/SP)
Carolina Augusta Martins (OAB 9989/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Charles Brito Porto (OAB 9468/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cláudia de Fátima Mattos de Souza (OAB 6651/AM)
Clever Glória de Lima (OAB 13866/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Augusto Maués Carvalho (OAB 5629/AM)
Daniel Braga dos Santos (OAB 14782/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel Jose Sampaio de Brito (OAB 12178/AM)
Débora Cristina Nascimento da Costa (OAB 9226/AM)
Diego da Silva Soares Cruz (OAB 21519/MT)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Edgar Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3995/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Emmanuel Michael Haraquian Filho (OAB 3342/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Esther Maria Araújo de Sousa (OAB 5639/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fabiano Buriol (OAB 7657/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Lindoso e Lima (OAB 7417/AM)
Fábio Moraes Castello Branco (OAB 4603/AM)
Fábio Rodrigo de Oliveira Menezes (OAB 13392/AM)
Fabrício Hilaricki Ferreira (OAB 10398/AM)
Fabrízio de Sousa Barbosa Grosso (OAB 4473/AM)
Fernanda Layze Costa Viana (OAB 14338/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Francisco Jacques de Amorim (OAB 5257/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Geraldo Corrêa Dantas de Araújo (OAB 1370/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Helena Maria Vital de Melo (OAB 14031/AM)
HUGO NEVES DE MORAES ANDRADE (OAB 23798/PE)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
Iago Oliveira Pascarelli (OAB 13854/AM)
Ingrid Nedel Spohr Schmitt (OAB 68625/RS)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Jadilson José Chaves da Costa (OAB 10490/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
João Roberto da Silveira Tapajós (OAB 1915/AM)
Jorge Guedes Lobo Junior (OAB 14097/AM)
José Abelardo Araújo Pinto (OAB 6076/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josekelly da Rocha Lopes (OAB 14815/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Karen Bezerra Rosa Braga (OAB 6617/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kissia Jerusa Nunes Lopes (OAB 11724/AM)
Laís Cristiane Lira Pereira (OAB 5376/AM)
Leandro Kazuyuki Takahashi (OAB 12343/AM)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leyla Viga Yurtsever (OAB 3737/AM)
Lídia Maura Lopes da Costa (OAB 6399/AM)
Luan Damasceno da Cunha (OAB 11922/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcia Suellen Pierre dos Santos (OAB 13459/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Henrique Lins Bentes (OAB 10260/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria do Perpétuo Socorro de Queiroz Pierre dos Santos (OAB 10970/AM)
Maria Eliriany Martins Gomes Bissoli (OAB 7432/AM)
Maria Rocha Fernandes (OAB 13713/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurício Benedito Gomes Bissoli (OAB 13845/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Mirna Cristina Geber da Silva (OAB 9097/AM)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Moysés Roberto Geber Corrêa (OAB 5678/AM)
Nathalia Pereira Leite Vilela Teixeira (OAB 167006/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paula Lima de Carvalho (OAB 14009/AM)
Paulo Cezar Krichanã da Silva (OAB 8494/AM)
Paulo Geber da Frota (OAB 9485/AM)
Paulo Lindembeck Belchior (OAB 10617/AM)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Gonçalves Maduro (OAB 3409/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayssa Lopes da Silva Tavares (OAB 13955/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Ricardo Hübner (OAB 9398/AM)
Ricardo Leite Menezes (OAB 10110/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Roberto Jeferson Brasil Romano (OAB 13076/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rodrigo Sávio Brasil de Lima (OAB 11255/AM)
Ronaldo Lázaro Tiradentes (OAB 4113/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Siqueira Castro Advogados (OAB 672/AM)
Solon Angelim de Alencar Ferreira (OAB 3338/AM)
Sthefano Malheiros Santana de Almeida (OAB 18501/MT)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
WALDEMAR CASTELO BRANCO DO RÊGO NETO (OAB 10816/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
William da Silva Simonetti (OAB 7441/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)
Yasmine Borges Sarraff de Rezende (OAB 14546/AM)

4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONÇALVES PIRES (OAB 1266A/AM), ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM) - Processo 0601697-73.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ducleia Izidoro dos Santos - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - WHIRLPOOL S/A (FABRICANTE DA MARCA CONSUL) - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0610884-08.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Caio Soares de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 18/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 14 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Ellen Cristina Gonçalves Pires (OAB 1266A/AM)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0279/2019

ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM) - Processo 0603084-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Antônio Marcelo Araújo de Lima, - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604867-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elizete Lopes Correa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0609707-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Lucio Carlos Paiva Gonzaga Junior - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0609718-38.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Luiz Marcio Dias de Castro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0610600-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking - REQUERENTE: Marineuza de Oliveira Limeira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: HERMES MAFRA OTTO (OAB 10542/AM) - Processo 0610694-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - LITSATIVA: Karla Andreia de Souza Sales e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0610703-07.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Sidney Arantes dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0610707-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Diego Oliveira Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0610709-14.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Alessandro Carvavalho Leal - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0610712-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Érika Akemi Tomioka Goda e outro - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RODRIGO SILVA DE LACERDA (OAB 10964/AM) - Processo 0610726-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Edna Costa da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FRANCIANE MONTEIRO CAVALCANTE (OAB 6934/AM) - Processo 0610729-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE:

Luciana Cristina de Jesus Pereira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RICARDO SOUZA GUIMARÃES (OAB 8675/AM) - Processo 0610746-41.2019.8.04.0092 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Allegro Mall - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610758-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimundo Nunes dos Santos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0610771-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Paulo Duarte Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0610794-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Darlison Sarrazim da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610797-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldenor Silva Siqueir - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610801-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldenor Silva Siqueir - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MÁRIO ALBERTO DA FONSECA MONTEIRO JÚNIOR (OAB 1431/AM) - Processo 0610827-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dilmara Rodrigues de Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel

33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PATRÍCIA LIMA TEIXEIRA (OAB 8482/AM) - Processo 0610830-42.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inexequibilidade do Título / Inexigibilidade da Obrigação - REQUERENTE: Maria Lucia de Paula Souza Benfica - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0610836-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcelio Fonseca de Souza - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 02/12/2019 às 10:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FÁBIO RENAM DE MELLO FREITAS (OAB 2298/AM) - Processo 0610876-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marilene de Oliveira Cabral - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem

estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0610886-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Facundes Menezes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0610890-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Francisca Edicleuma Farias Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0610891-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Facundes Menezes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: CARLOS AUGUSTO GORDINHO BINDÁ (OAB 12972/AM) - Processo 0610892-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fernando Facundes Menezes - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por

cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0610898-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Luzia Pauxy Domingos - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0610899-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Antonio Leite de Oliveira - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 11:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0610909-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Suzana Pontes Pantoja - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de

mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0610911-88.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cid Santos Almeida - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: MOISÉS SILVA DOS SANTOS (OAB 7940/AM) - Processo 0610917-95.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Alessandro Marques Martins - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0610921-35.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0610924-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0610926-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0610930-94.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0610932-64.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0610955-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Luiz Marcos da Costa - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 03/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0610963-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Viviane Monteiro Torres - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o

dia 03/12/2019 às 09:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 16 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Carlos Augusto Gordinho Bindá (OAB 12972/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fábio Renam de Mello Freitas (OAB 2298/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Franciane Monteiro Cavalcante (OAB 6934/AM)
Hermes Mafra Otto (OAB 10542/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Mário Alberto da Fonseca Monteiro Júnior (OAB 1431/AM)
Moisés Silva dos Santos (OAB 7940/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia Lima Teixeira (OAB 8482/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Ricardo Souza Guimarães (OAB 8675/AM)
Rodrigo Silva de Lacerda (OAB 10964/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JAIME ARTUR SANTORO LOUREIRO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL AKÁSSIO SEBASTIÃO MEDEIROS CAVALCANTE
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0282/2019

ADV: VANESSA CARNEIRO DE SOUZA (OAB 12084/AM) - Processo 0200604-77.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADA: Ellem Soares Correa - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: PEDRO CELESTINO DA SILVA (OAB 9758/AM) - Processo 0200932-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: ALEXSANDER BARRETO MORENO - ME (COMERCIAL ALEX) - D E C I S Ã O Vistos e etc. Defiro o pedido postulado pelo(a) Requerente às fls. 13, bem como por tratar-se de matéria fática, razão pela qual designo audiência de instrução e julgamento para o dia 21/11/2019 às 11:00h a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0200983-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Diante do exposto, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reclamação para DECLARAR quitada a dívida objeto deste feito, no valor de R$ 52,98 (cinquenta e dois reais e noventa e oito centavos), nos termos da fundamentação supra. Julgo improcedentes os demais pedidos, conforme acima exposto. Mantenho a decisão de fls. 10 apenas com relação à dívida objeto desta demanda. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG) - Processo 0201428-36.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Universidade Anhanguera Centro de Cursos do Norte EIRELI - De ordem, intimem-se a parte Executada para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: LEONARDO SOARES VASCONCELOS (OAB 9859/AM), ADV: KASSER JORGE CHAMY DIB (OAB 5551/AM) - Processo 0600418-52.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Cinthia Takatani Aguiar - DECISÃO Vistos etc. Considerando a ausência da Requerida em audiência de conciliação em decorrência de sua citação ter sido infrutífera, determino a intimação do Requerente para que, no prazo de 5 dias, indique novo endereço da Demandada, sob pena de arquivamento. À Secretaria para as providências cabíveis. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0600882-47.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade do Fornecedor - EXEQUENTE: Daniel de Souza Soares - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0601238-71.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Rita de Cassia da Silva Fontes Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Vistos etc. Recebo o(s) recurso(s) no efeito

suspensivo, na forma do art. 43, da Lei 9.099/95. Intime-se o(s) Recorrido(s) para, querendo, oferecer resposta escrita no prazo de 10 (dez) dias (art. 42, § 2º, Lei nº 9.099/95). Decorrido o prazo, remetam-se os autos à Turma Recursal. Cumpra-se. Manaus, 11 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB 1235A/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0601277-39.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 2.245,48, nos termos da Decisão de fl. 279. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10% sobre o valor do debito remanescente, prevista no diploma legal, totalizando R$ 2.403,67, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM), ADV: MARIA GRACIETE DA SILVA RIBEIRO (OAB 5512/AM) - Processo 0601342-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Messias Fernandes dos Santos - Ex positis, julgo procedente a presente ação para CONDENAR o requerido a ressarcir os danos materiais experimentados pelo requerente, na quantia de R$12.697,00 (doze mil, seiscentos e noventa e sete reais) acrescidos de correção monetária pelo índice INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso e a indenizar pelos danos morais a que deu causa na quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais), corrigidos monetariamente pelo índice INPC desde o arbitramento e com juros legais desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos da Lei nº 1.060/1950. Sem custas ou honorários advocatícios, salvo em caso de recurso, nos termos do art. 55, caput, da Lei n° 9.099/95. Certificado o trânsito, arquivem-se os autos. Publique-se, registre-se e intime-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0601571-23.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria José Arruda Ferreira dos Santos - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0602072-74.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Maria Madalena Pereira Soares - EXECUTADO: Manaus Ambiental S/A - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM), ADV: ANA SELMA RODRIGUES PINHEIRO (OAB 4958/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0602188-17.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: José Hailton Silva de Holanda - REQUERIDO: Morauto Comercio e Locacao de Veiculos Eireli - Me - E.da Silva Feitosa (Samuel Veiculos) - Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0603084-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Antônio Marcelo Araújo de Lima, - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM), ADV: MARIA DE JESUS P. PINHEIRO (OAB 10968/AM) - Processo 0603194-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Analisa Brittes Ferreira Biasuz - REQUERIDO: Luiz Carlos Carmo Marialves e outro - D E C I S Ã O Vistos etc. A despeito de os autos estarem conclusos para sentença, entendo que a matéria tratada nos autos é fática, revelando-se imprescindível a instrução do feito. Não havendo laudo conclusivo juntado com a inicial ou com a contestação, baseando-se estas unicamente na palavra dos respectivos interessados, designo o dia 07/11/2019 às 05:00 hs para a reconstituição do acidente. Nomeio o servidor José Francisco da Silva Bindá para realizar a referida reconstituição do acidente, devendo entregar o laudo no prazo máximo de 20 dias, constando quem, de fato, deu causa ao acidente. As partes e o servidor ora designado deverão comparecer na portaria do condomínio onde ocorreu o fato (conforme endereço descrito na inicial) na data e hora acima designadas para então se dirigirem ao local do ocorrido, a fim de evitar desencontros. Os envolvidos deverão ainda levar os veículos envolvidos no acidente ou, na impossibilidade, veículos similares, bem como testemunhas do fato, até o máximo de 03 (três) para cada parte. Desde já, fica designado o dia 11/12/2019 às 11:00h para realização de audiência de instrução e julgamento, que ocorrerá na Secretaria deste Juizado. Cada parte poderá trazer até 03 (três) testemunhas, que deverão comparecer independentemente de intimação. À Secretaria para as providências necessárias. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0603260-05.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Tallita Culto de Araujo - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a Reclamação formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: A) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do indébito de R$ 650,00 (seiscentos e cinquenta reais), totalizando a quantia de R$ 1.300,00 (mil e trezentos reais), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% ao mês desde o desembolso; B) CONDENAR o Reclamado ao pagamento da quantia de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção pelo INPC a partir desta data e juros de 1% ao mês desde a citação, tudo nos termos da fundamentação supra. Julgo improcedentes os demais pedidos, conforme acima exposto. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603376-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Emilia Oliveira da Rocha - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 119/130, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603439-36.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Manoel Carlos das Chagas - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 118/128, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603447-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Valdir da Rocha de Souza - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A

(Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 163/174, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0603486-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Rosineide Alves Marques - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 126/137, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0603612-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Jacira Gomes da Gama e Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 247/258, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603826-51.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Anterio Perdigao Reboucas - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 132/143, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603839-50.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Doralice Batista Cardoso - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 131/141, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0603966-56.2017.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Floriano Peixoto de Lima - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: ALMINO LIMA SANTOS (OAB 8642/AM), ADV: THIAGO MARCHIONI (OAB 289058/SP) - Processo 0604055-45.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERENTE: Fabricio Azevedo da Silva - REQUERIDO: Cervejaria Heineker Ltda - Schincariol - Brasil Kirin Industria de Bebidas Ltda - D E C I S Ã O Vistos etc. Ao compulsar os autos, verifico que a matéria tratada nos autos é fática, revelando-se imprescindível a instrução do feito. Ademais, tendo em vista não haver laudo conclusivo do acidente de trânsito nos presentes autos, designo o dia 08/11/2019 às 05:00 hs (cinco horas da manhã), para realização da reconstituição do acidente de trânsito, devendo as partes se encontrarem no local do acidente ou no ponto de referência para em seguida se dirigirem ao local do acidente. Nomeio o senhor José Francisco da Silva Bindá quem procederá na referida reconstituição, devendo entregar o laudo no prazo máximo de 20 dias, no intuito de verificar, de fato, quem deu causa ao acidente. As partes deverão levar os veículos envolvidos no acidente ou, na impossibilidade, veículos similares, bem como testemunhas do fato, até o máximo de 03 (três) para cada parte. Desde já, fica designado o dia

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUSTAVO HENRIQUE WYKROTA TOSTES (OAB A1065/AM) - Processo 0604119-55.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Rozineide Viana Lopes - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito, fica AMAZONAS DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A intimada para indicar a titularidade da conta apresentada à fl. 203, a fim de possibilitar a confecção de alvará eletrônico e consequentemente receber os valores depositados. Manaus, 15 de outubro de 2019. Gabriel Martins Assistente Judiciário

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604410-21.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Joceane da Silva dos Santos - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604460-47.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Maria Clarisbel Costa do Nascimento - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604466-54.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Terezinha Alves da Silva - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604473-46.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Teresinha Rosa Vieira da Silva - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604483-90.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Caio Melo de Lima - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0604513-28.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Elizeuma da Silva Carvalho - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM) - Processo 0604851-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Joane Mesquita Martins - REQUERIDO: B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, consoante fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0604867-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elizete Lopes Correa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605005-20.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Helena Maria de Freitas Lima de Lima - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 136/147, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605008-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Terezinha Raimunda da Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 139/150, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0605009-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Paulo Roberto Gomes da Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 135/146, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605222-63.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Francisco da Chagas Ribeiro Lima - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: ANDREZA BIANCA BRITO DE OLIVEIRA (OAB 11960/AM), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0605709-33.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Genival dos Santos Dias - EXECUTADO: Bradescard Elo Participações S.a. - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os pedidos, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ADSON MARQUES E SOUZA (OAB 14798/AM) - Processo 0606173-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Alexandre Pereira de Souza - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO IMPROCEDENTES os pedidos formulados na exordial, consoante fundamentação supra. Defiro o pedido de justiça gratuita. P. R. I. C. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz(a) de Direito

ADV: CLÁUDIA DE SANTANA (OAB 8369/AM), ADV: SARA ALMEIDA AGUIAR (OAB 13442/AM), ADV: MARCOS MAURÍCIO COSTA DA SILVA (OAB 4272/AM), ADV: GUILHERME GUSTAVO VASQUES MOTA (OAB 5663/AM), ADV: WINSTON DE ARAÚJO TEIXEIRA (OAB 11584/RN) - Processo 0606277-42.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria da Silva Carvalho - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. Para a requerida será enviado Mandado de Citação no endereço localizado via Infojud (fl. 148).

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606631-74.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: Nita de Oliveira Guedes - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir voluntariamente o julgado, nos termos do art. 523 do CPC.

ADV: MARCIO RICARDO DE SOUZA GOMES (OAB 10408/AM), ADV: CARLOS EUGÊNIO VERAS DE MENEZES (OAB 4693/AM), ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM), ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0606965-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcos Roberto de Souza Gomes - Elivane da Silva Matos - DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: KEMAL ALMEIDA MUNEYMNE FILHO (OAB 3889/AM), ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0606986-84.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mikaele Lopes de Sousa - Maria das Graças Correa Lopes - REQUERIDO: Cristiano Caetano da Silva - Epp (Óticas Americanas) - Vistos etc. Considerando as razões apresentadas pelo(a) Requerido, DEFIRO o pedido formulado às fls. 92/93. Redesigno audiência de conciliação para o dia 13/12/2019 às 10:45h, a ser realizada na sala de audiência desta 4a Vara do Juizado Especial Cível. À Secretaria para as intimações necessárias. Manaus, 13/12/2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: MARIA EUNI TAVEIRA DE ALMEIDA COSTA (OAB 9670/AM) - Processo 0606998-98.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Antonia de Andrade - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide, tendo a parte Requerida inclusive apresentado sua contestação. Concedo o prazo de 05 (cinco) dias para as partes, querendo, apresentem manifestação. Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: GISCARD CRUZ TINOCO (OAB 12857/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607275-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Marli Pereira Mendes - REQUERIDO: Banco Pan S/A - Ante o exposto e por tudo mais que dos autos consta, JULGO IMPROCEDENTE a demanda formulada na inicial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Por fim, defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos do artigo 98 do Código de Processo Civil. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0607299-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Roseny de Oliveira Rolim da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. 120/127, antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT) - Processo 0607954-17.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Odilson Santos de Macedo - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - DECISÃO Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: JOÃO PAULO RAMOS JACOB (OAB 9921/AM), ADV: ISALTINO JOSÉ BARBOSA NETO (OAB 9055/AM) - Processo 0607989-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Victor Hugo de Lima Bacelar - REQUERIDO: Fábrica de Eventos Ltda - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTE a Reclamação, nos termos da fundamentação supra. P. R. I. Certificado o trânsito em julgado, arquive-se. Manaus, 15 de outubro de 2019 Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0608441-21.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ezanira Braga Tavares - REQUERIDO: Sul América Companhia Nacional de Seguros - Ante o exposto, e por tudo mais que dos autos constam JULGO PROCEDENTE a demanda formulada na exordial, consoante fundamentação supra e, por conseguinte, resolvo o mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC, para: I) DECLARAR a inexistência de débito referente ao contrato objeto desta lide, determinando que o Requerido se abstenha de proceder aos descontos no contracheque da Autora referente a rubrica “SULAMERICA SEGURO”, objeto desta lide, sob pena de multa de R$ 200,00 (duzentos reais) por desconto, em caso de descumprimento; II) CONDENAR o Requerido à repetição em dobro do valor de R$ 626,40 (seiscentos e vinte seis reais, quarenta centavos), que totaliza R$ 1.252,80 (um mil, duzentos e cinquenta e dois reais, oitenta centavos), acrescidos de correção pelo INPC e juros de 1% ao mês a partir de cada desconto; III) CONDENAR o Requerido ao pagamento de R$ 2.000,00 (dois mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescidos de correção pelo INPC a partir desta data e juros de 1% a partir da citação. Defiro o pedido de justiça gratuita, nos termos da Lei n° 1.060/1950. P. R. I. Manaus, 15 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: HELDER CINTRA BASTOS (OAB 12929/AM) - Processo 0608621-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Joaquim Barbosa de Oliveira - D E C I S Ã O Vistos etc. Indefiro o pedido do Requerente (fls. 25/26), tendo em vista que o prazo concedido na decisão de fls. 18 revela-se razoável para comprovar a obrigação imposta, até porque o Requerido teve ciência da decisão em 19 de Agosto de 2019, ou seja, teve prazo suficiente, inclusive acima de 30 (trinta) dias, para cumprir a determinação deste Juízo. Pelo exposto, sem maiores considerações, mantenho a sentença de fls. 22, julgando EXTINTO o processo sem resolução do mérito. Publique-se. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610192-09.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Nailson Ferreira Lima - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/12/2019 às 10:00h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, tel 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019 Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Art. 334 do Código de Processo Civil: § 8º O não comparecimento injustificado do autor ou do réu à audiência de conciliação é considerado ato atentatório à dignidade da justiça e será sancionado com multa de até dois por cento da vantagem econômica pretendida ou do valor da causa, revertida em favor da União ou do Estado. § 9º As partes devem estar acompanhadas por seus advogados ou defensores públicos. Art. 335 do Código de Processo Civil: O réu poderá oferecer contestação, por petição, no prazo de 15 (quinze) dias, cujo termo inicial será a data: I - da audiência de conciliação ou de mediação, ou da última sessão de conciliação, quando qualquer parte não comparecer ou, comparecendo, não houver autocomposição; II - do protocolo do pedido de cancelamento da audiência de conciliação ou de mediação apresentado pelo réu, quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso I; III - prevista no art. 231, de acordo com o modo como foi feita a citação, nos demais casos. § 1º No caso de litisconsórcio passivo, ocorrendo a hipótese do art. 334, § 6º, o termo inicial previsto no inciso II será, para cada um dos réus, a data de apresentação de seu respectivo pedido de cancelamento da audiência. § 2º Quando ocorrer a hipótese do art. 334, § 4º, inciso II, havendo litisconsórcio passivo e o autor desistir da ação em relação a réu ainda não citado, o prazo para resposta correrá da data de intimação da decisão que homologar a desistência. Caso V. S.ª não apresente contestação no prazo legal, serão aplicadas as penas de confissão e de revelia, ou seja, serão presumidos aceitos como verdadeiros, todos os fatos articulados pela parte requerente na petição inicial CPC, art. 344); OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: RUBINALDO CRUZ RODRIGUES (OAB 9787/AM) - Processo 0610906-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Karolina dos Santos Travessa - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Cite-se e intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0610939-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Auxiliadora de Almeida Pires - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Cite-se e intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0610946-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jose Valdinei Barreto - Vistos etc. Conforme o art. 300 do Código de Processo Civil, a tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. No caso que se apresenta, após análise preliminar, não restei convencido dos requisitos acima indicados, razão pela qual, indefiro a tutela postulada. Após, remetam-se os autos ao CEJUSCON-CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Rua Paraíba, s/n - Aleixo, para realização de audiência de conciliação. Cite-se e intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: RAFAEL BASÍLIO DE SOUZA (OAB 8892/AM) - Processo 0611207-13.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Aline Lopes de Sales - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no(a) Bairro Colônia Santo Antônio, conforme descrito na inicial. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: LUÍS FELIPE MOTA MENDONÇA (OAB 2505/AM) - Processo 0611220-12.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Carlos Alberto Queiroz Souza - Vistos etc. Relatório desnecessário, nos termos do artigo 38, caput, da Lei n. 9.099/95. Fundamento e decido. A ação proposta pela parte Requerente não observa a competência territorial estabelecida na Resolução nº 12/2017-TJAM, uma vez que o(a) Autor(a) não reside em nenhum dos bairros abrangidos por este Fórum, residindo no(a) Bairro Morro da Liberdade, conforme descrito na inicial. Tendo em vista que, neste microssistema, conforme dispõe a Lei nº. 9.099/95, em havendo reconhecimento da incompetência territorial, há que se determinar a EXTINÇÃO do presente processo, sem apreciação do meritum causae, nos termos do inciso III, do artigo 51, da Lei Especial. Desnecessária inclusive a intimação da parte Autora, conforme dispõe o art. 51, §1º, da Lei nº 9.099/95, "a extinção do processo independerá, em qualquer hipótese, de prévia intimação pessoal das partes". Pelo exposto, reconheço a incompetência deste juízo, para fins de julgar extinta a presente ação, com fulcro no art. 51, inciso III, da Lei nº 9.099/95. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Publique-se. Registre-se. Intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: ALEXANDRE CHICRE ALCANTARA (OAB 14063/AM) - Processo 0645208-06.2019.8.04.0001 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXEQUENTE: Hannah de Oliveira Magalhães - EXECUTADO: Claro S/A - Vistos etc. Compulsando os autos, verifico que a matéria discutida dispensa a produção de provas em audiência. Dessa forma, com fundamento no art. 355, I, do CPC, proferirei julgamento antecipado da lide. Concedo o prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da contestação caso o(a) Requerido(a) ainda não tenha carreado aos autos, sob pena de revelia (art. 20, da lei n. 9.099/95). Intimem-se e cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Jaime Artur Santoro Loureiro Juiz de Direito

Adson Marques e Souza (OAB 14798/AM)
Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandre Chicre Alcantara (OAB 14063/AM)
Almino Lima Santos (OAB 8642/AM)
Ana Selma Rodrigues Pinheiro (OAB 4958/AM)
Andreza Bianca Brito de Oliveira (OAB 11960/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eugênio Veras de Menezes (OAB 4693/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cláudia de Santana (OAB 8369/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Giscard Cruz Tinoco (OAB 12857/AM)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Guilherme Gustavo Vasques Mota (OAB 5663/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique Wykrota Tostes (OAB A1065/AM)
Helder Cintra Bastos (OAB 12929/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Isaltino José Barbosa Neto (OAB 9055/AM)
João Paulo Ramos Jacob (OAB 9921/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB 1235A/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kasser Jorge Chamy Dib (OAB 5551/AM)
Kemal Almeida Muneymne Filho (OAB 3889/AM)
Leonardo Soares Vasconcelos (OAB 9859/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Mota Mendonça (OAB 2505/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
LUIZ HAROLDO MONTEIRO (OAB 11365/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcio Ricardo de Souza Gomes (OAB 10408/AM)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcos Maurício Costa da Silva (OAB 4272/AM)
Maria de Jesus P. Pinheiro (OAB 10968/AM)
Maria Euni Taveira de Almeida Costa (OAB 9670/AM)
Maria Graciete da Silva Ribeiro (OAB 5512/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Pedro Celestino da Silva (OAB 9758/AM)
Rafael Basílio de Souza (OAB 8892/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rubinaldo Cruz Rodrigues (OAB 9787/AM)
Sara Almeida Aguiar (OAB 13442/AM)
Thiago Marchioni (OAB 289058/SP)
Vanessa Carneiro de Souza (OAB 12084/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Winston de Araújo Teixeira (OAB 11584/RN)

5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0201/2019

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0600960-44.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Geap Fundação de Seguridade Social - Autogestão Em Saúde - Diante do requerimento do Exequente às fls. 248/249, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: VERA LUCIA MATOS FALCÃO (OAB 3758/AM) - Processo 0605322-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Supermercados DB Ltda. - Diante do requerimento do Exequente às fls. 140 á 148, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 5.263,83 (Cinco mil duzentos e sessenta e três reais, e oitenta e três centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: ADRIANA ALMEIDA LIMA (OAB 4577/AM), ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0608801-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ridla das Graças Souza Falcão - REQUERIDO: Drogarias Santo Remédio Ltda - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0608921-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Virgílio Ramos Oliveira Barros - De ordem, fica designado o dia 05/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610280-21.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ivaneide da Silva Rosalino - REQUERIDO: Banco Bradesco S.A. - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM) - Processo 0611679-85.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rafaello Di Ponzio - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 211648/SP) - Processo 0611874-75.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: BANCO DO BRASIL - PRAÇA 15 DE NOVEMBRO - De ordem, intimo a parte requerida para que informe a conta judicial, para que a secretaria possa expedir o alvará. Prazo de dez dias.

ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: DIEGO MONTEIRO LUCENA (OAB 7427/AM) - Processo 0612065-18.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Maria das Graças da Silva - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0613995-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Nilzemar Goes Lima - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida Nilzemar Goes Lima para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0614047-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joelma da Silva Pereira - REQUERIDO: Bradesco Auto/RE Companhia de Seguros - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0614419-84.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. XX, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 9.933,02 (Nove mil novecentos e trinta e três reais, e dois centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ARNOLDO NOGUEIRA DE SOUZA (OAB 7497/AM), ADV: CAMILA LEAL DE SOUZA (OAB 7498/AM) - Processo 0614448-66.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Joaquim Mendonca Pereira - REQUERIDO: BradesCard S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0615591-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valdirene Nascimento Ishiba - De ordem, fica designado o dia 10/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 3499/AC), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: KÁTIA ASSIS RODRIGUES ROCHA (OAB 10320/AM), ADV: NAYANNA EVELLYN PESSOA MENDONÇA (OAB 12723/AM) - Processo 0615648-11.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Alceane Brandão França - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: REBECA BRAGA ALBUQUERQUE MARINHO LOPES (OAB 13063/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: FERNANDO DIEGO GÓES LIMA (OAB 5742/AM) - Processo 0615692-30.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Nilzemar Goes Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM), ADV: FRED FIGUEIREDO CÉSAR (OAB 9508/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM) - Processo 0616060-39.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível -

Revisão do Saldo Devedor - REQUERENTE: Alberlânio Malveira de Souza - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0616633-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Alison Sena de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM) - Processo 0616759-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria das Graças de Medeiros França - De ordem, fica designado o dia 29/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIEL CASTILHO DOS SANTOS (OAB 10277/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0616834-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jaime Nogueira de Araújo - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: NAUDAL RODRIGUES DE ALMEIDA (OAB 4068/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0616912-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Tatiana Santos da Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0617607-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Donatilia Lenos Rabelo - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KELLY OLIVEIRA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 9330/AM), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM) - Processo 0618048-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Livia Gamboa Tapajos de Jesus - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, indicando: (X) o número de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica;

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0618241-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: José Luiz Medeiros dos Santos - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONARDO MARQUES TORRES (OAB 14579/AM), ADV: KAL-EL BESSA NASCIMENTO SALEM (OAB 6389/AM), ADV: YURI EVANOVICK LEITÃO FURTADO (OAB 10225/AM) - Processo 0618563-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marcio de Vasconcelos Paiva - REQUERIDO: Condominio Unique - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0618793-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria das Mercês Duarte Pontes - De ordem, fica designado o dia 30/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0619580-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: João Bosco Lissandro Reis Botelho - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620087-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, fica designado o dia 29/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620089-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, fica designado o dia 28/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0620098-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Josue de Oliveira Melo - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELMISON ROSA BEZERRA (OAB 10499/AM) - Processo 0620387-27.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marta Leandro de Oliveira Rodrigues - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: LAMEGO & WAUGHAN - ESCRITÓRIO JURÍDICO (OAB 8475/AM), ADV: ISRAEL LAMEGO DE LIMA JÚNIOR (OAB 8475/AM) - Processo 0621533-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Pedro Sena Filho - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 558AM) - Processo 0621932-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Amanda de Souza Boadana - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM), ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0622120-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Cley Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a obrigação de fazer, atinente à realização do exame de tomografia computadorizada., sob pena de incidir nas astreintes estabelecidas na sentença, fls. 122/123. Ante o pagamento voluntário de 30% da obrigação de pagar, remeto os autos à fila de expedição de alvará.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0622825-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sandra Maria Picanço Ferreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S.a. - Verifico que fora registrada Reclamação neste Juizado entre as partes nos autos do processo em epígrafe. Em detida análise da liminar, resolvo acautelar-me, por ora, sobre o pedido. Concedo a inversão do ônus da prova, nos termos do art. 6º , VIII, do CDC. Por fim DESIGNO a audiência de Conciliação para o dia 31/01/2020 às 10:15h na Sala de conciliação. A referida audiência ocorrerá na 5ª Vara do Juizado Especial Cível, sito à Rua Alexandre Amorim, Nº 285, 2º Andar, Aparecida - CEP 69010-300, Fone: 3212-6240, Manaus-AM - E-mail: 5je.civel@tjam.jus.br

ADV: LEONARDO MARQUES BENTES DA CUNHA (OAB 12565/AM) - Processo 0623050-80.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ricardo Alexandre de Vasconcelos Felix - Certifico que procedi a atualização do endereço do réu, em conformidade com as informações constantes no sistema INFOJUD. De ordem, fica designado o dia 21/02/2020 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0623213-60.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Nazareno - Certifico que procedia a atualização do endereço do réu, em conformidade com o endereço constante no sistema INFOJUD. De ordem, fica designado o dia 21/02/2020 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM), ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM) - Processo 0623849-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hudson Rodrigo Carvalho Guedes - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ÉRICA CAROLINA DE OLIVEIRA CASTRO (OAB 11174/AM), ADV: JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS (OAB 8951/AM) - Processo 0623849-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Hudson Rodrigo Carvalho Guedes - REQUERIDO: Hospital Santa Júlia Ltda - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624835-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas Pereira Tinoco - De ordem, fica designado o dia 23/01/2020 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ÉRICO VIDAL ROTONDANO (OAB 10709/AM), ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM), ADV: MARCELO NEUMANN MOREIRAS PESSOA (OAB 110501/RJ), ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM) - Processo 0625531-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José Edson Lima da Silva - REQUERIDO: Lg Electronics do Brasil Ltda - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0625697-14.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RODRIGO DA SILVA PINHEIRO (OAB 8987/AM) - Processo 0628444-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Rodrigo da Silva Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO ANDERSON MENDES AMÔEDO FERREIRA (OAB 11025/AM) - Processo 0628982-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ana Paula da Silva Godinho - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: LAURA AGRIFOGLIO VIANNA (OAB 18668/RS), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0629458-53.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Maria das Graças da Silva Martins - REQUERIDO: Companhia de Seguros Previdência do Sul - Previsul - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0629586-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Ketiane Araujo dos Santos - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AUGUSTO CELESTINO DE OLIVEIRA GOMES (OAB 3597/AM) - Processo 0630002-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Vicente Martins Ribeiro - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0630173-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Rhany Torres Castro - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RENATA BAIMA RABELO CAVALCANTE DE SOUZA (OAB 10882/AM) - Processo 0630403-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cassio Balduino Sendao - De ordem, fica designado o dia 24/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0630525-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jonathas da Silva Resende - De ordem, fica designado o dia 25/03/2020 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Adriana Almeida Lima (OAB 4577/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arnoldo Nogueira de Souza (OAB 7497/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Anderson Mendes Amôedo Ferreira (OAB 11025/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Leal de Souza (OAB 7498/AM)
Carvalho Advocacia (OAB 558AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Monteiro Lucena (OAB 7427/AM)
Elmison Rosa Bezerra (OAB 10499/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Érica Carolina de Oliveira Castro (OAB 11174/AM)
Érico Vidal Rotondano (OAB 10709/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Diego Góes Lima (OAB 5742/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Fred Figueiredo César (OAB 9508/AM)
Gabriel Castilho dos Santos (OAB 10277/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Israel Lamego de Lima Júnior (OAB 8475/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
José Augusto Celestino de Oliveira Gomes (OAB 3597/AM)

José Francisco de Assis (OAB 8951/AM)
Kal-El Bessa Nascimento Salem (OAB 6389/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kátia Assis Rodrigues Rocha (OAB 10320/AM)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kelly Oliveira - Sociedade Individual de Advocacia (OAB 9330/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Lamego & Waughan - Escritório Jurídico (OAB 8475/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Laura Agrifoglio Vianna (OAB 18668/RS)
Leonardo Marques Bentes da Cunha (OAB 12565/AM)
Leonardo Marques Torres (OAB 14579/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Neumann Moreiras Pessoa (OAB 110501/RJ)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Naudal Rodrigues de Almeida (OAB 4068/AM)
Nayanna Evellyn Pessoa Mendonça (OAB 12723/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 211648/SP)
Rebeca Braga Albuquerque Marinho Lopes (OAB 13063/AM)
Renata Baima Rabelo Cavalcante de Souza (OAB 10882/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Rodrigo da Silva Pinheiro (OAB 8987/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 3499/AC)
Vera Lucia Matos Falcão (OAB 3758/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yuri Evanovick Leitão Furtado (OAB 10225/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0204/2019

ADV: ADRIANO DE OLIVEIRA LEITE (OAB 4609/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0602477-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Danielle Simões Mesquita - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: LOUISE CAROLINE MIQUILES GUIMARÃES (OAB 9251/AM), ADV: LUMA VIEIRA MARQUEZ (OAB 10959/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 57/AM) - Processo 0602742-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - RECLAMANTE: Peterson Gomes Soares - REQUERIDO: Direcional Engenharia S/A e outro - De ordem, diante da possibilidade de efeitos modificativos, intime-se o embargado para apresentar defesa no prazo legal.

ADV: ALINNE SILVA DE SOUZA (OAB 11714/AM), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0603770-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria Amélia de Castro Lopes - REQUERIDO: Hotel Villamaris Eireli - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 16 de outubro de 2019.

ADV: DAVID FARIAS BORGES (OAB 13162/AM), ADV: RAIMUNDO TEIXEIRA CARDOSO NETO (OAB 8828/AM) - Processo 0605091-62.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucia Maria Cera Cardoso Campos - De ordem, fica designado o dia 28/11/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0605306-72.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 251, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 18.819,91(Dezoito mil oitocentos e dezenove reais, e noventa e um centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0605376-26.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Izabel Gomes Leão - REQUERIDO: BANCO INDUSTRIAL DO BRASIL - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0606200-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Arminda Brito Leal - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 16 de outubro de 2019.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0611006-29.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0615490-24.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mariluce Gomes Coelho - De ordem, fica intimada a parte exequente para manifestar-se sobre os depósitos penhorados ou realizados, advertindo-a de que o silêncio será interpretado como concordância com o valor e a execução será extinta pelo pagamento. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM) - Processo 0617216-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ivonete Moraiz de Lima - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0617863-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Mayara Maia Zambrano - Diante da justificativa apresentada, de ordem, fica designado o dia 21/02/2020 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0619426-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria do Socorro Amazonas Calheiros - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0619708-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Gerson Caldeira Batista - De ordem, fica designado o dia 31/01/2020 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0619760-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: João Bosco Lissandro Reis Botelho - De ordem, fica designado o dia 26/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0620001-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: M.J.S.B. - De ordem, fica designado o dia 27/03/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: NELSON DOS SANTOS ALE JÚNIOR (OAB 8507/AM) - Processo 0620867-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cecilia Maria Gomes de Oliveira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 15 de outubro de 2019.

ADV: NORMA SOCORRO MOTA LOPES FERNANDES (OAB 12052/AM) - Processo 0621787-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Erivan Albuquerque de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 27/01/2020 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0623348-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRISTIANA DA COSTA RODRIGUES (OAB 607/AM) - Processo 0623986-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - RECLAMANTE: Condomínio Edifício Palácio do Comércio - De ordem, fica designado o dia 14/02/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0624037-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Francisca Ferreira Moreira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 03/02/2020 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0626823-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Eliane Freitas Herculano - De ordem, fica designado o dia 27/03/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0629732-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Carolina Chã da Silva - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 16 de outubro de 2019.

Adriano de Oliveira Leite (OAB 4609/AM)
Alinne Silva de Souza (OAB 11714/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 57/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiana da Costa Rodrigues (OAB 607/AM)
DAVID FARIAS BORGES (OAB 13162/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
Louise Caroline Miquiles Guimarães (OAB 9251/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luma Vieira Marquez (OAB 10959/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Nelson dos Santos Ale Júnior (OAB 8507/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Norma Socorro Mota Lopes Fernandes (OAB 12052/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Raimundo Teixeira Cardoso Neto (OAB 8828/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0198/2019

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ) - Processo 0201077-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Sabemi Seguradora S/A - Isto posto, JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 3.º, e 51, inciso II, da Lei n.º 9099/95. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquive-se o processo. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0208345-79.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: OI MÓVEL S.A - O stutus das empresas em recuperação judicial impossibilita a realização de atos expropriatórios, quer se trate de crédito concursal ou extraconcursal, justamente por que afetarão o patrimônio que constitui a massa falida, e por ser ato de competência do Juízo universal da falência/recuperação judicial. Com relação à empresa Ré, oportuno colacionar trecho da decisão proferida pela 7ª Vara empresarial do TJRJ (Ofício 594/2018), nos autos do processo 0203711-65.2016, conforme quadro de aviso aos credores disponível em site da empresa: Informamos que o Juízo da 7ª Vara Empresarial, após a homologação do PRJ e a concessão da Recuperação Judicial, determinou a expedição dos seguintes AVISOSaos demais Juízos: Decisão de fls. 282.576/282.583: “Com a realização da Assembleia Geral de Credores realizada em 19.12.2017os processos ajuizados em face do Grupo OI/TELEMAR que se encontravam suspensos podem retomar seu curso,sendo certo que aqueles que cuidam de créditos concursais (constituídos antes de 20.06.2016) deverão ser pagos na forma do plano aprovado, extinguindo-se, então, os processos em curso. Com relação aos créditos extraconcursais, as ações seguem seu curso natural, mas, na esteira do posicionamento da doutrina e da jurisprudência, os atos de constrição devem ser determinados pelo Juízo da Recuperação”. Decisão de fls. 289.277/289.284: “Com a aprovação do plano de recuperação judicial do Grupo OI, permanece inalterada a decisão deste Juízo, confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro nos autos do AI0034576-58.2016.8.19.0000, quepermitiu a expedição de alvarás para liberação de valores espontaneamente depositados pelas Recuperandas antes de 21/06/2016, com a expressa finalidade de pagamento dos credores, bem como os valores depositados antes

da referida data em execuções nas quais tenha havido preclusão ou trânsito em julgado de sentença de embargos à execução ou da decisão final de impugnação ao cumprimento de sentença". Decisão de fls. 288.169/288.172: "Diante dos inúmeros requerimentos com vistaa proceder habilitação de créditosingressados diretamente nos autos da R.J., em total dissonância com odespacho procedimento de fls. 199.000/199.001, determino seja publicado AVISO por meio de EDITAL no D.O, informando aos credores nesta condição, que as petições assim protocoladas não serão aceitas e recebidas em hipótese alguma, diante das razões contidas na decisão declinada, cujo teor deverá constar do referido edital." Disponível em: http://www.recuperacaojudicialoi.com.br/ Portanto, expeça-se a certidão de dívida, em favor do Autor/Credor para que providencie a habilitação de seu crédito. Cumprida as diligências apontadas, e após, dê-se baixa e arquivem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ANA PAULA IVO FERNANDES (OAB 4288/AM) - Processo 0600421-44.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - EXEQUENTE: Talvani Franco Leite Brito - Diante do requerimento do Exequente às fls. 37, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0605987-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Dissica Tomaz Calderaro - Diante do exposto, Julgo extinto o processo sem Resolução do mérito, por ilegitimidade passiva, nos moldes do art. 485, VI do CPC. P.R.Intimem-se. Em caso de recurso verificada a tempestividade e o preparo remetam-se os autos a Turma recursal. Após o trânsito em julgado arquive-se. À Secretaria para às providências.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0606668-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Ocean Park - Diante do exposto, Julgo extinto o processo sem Resolução do mérito, por ilegitimidade passiva e por complexidade, nos moldes do art. 485, VI do CPC e 51, II da Lei 9.099/95. P.R.Intimem-se. Em caso de recurso verificada a tempestividade e o preparo remetam-se os autos a Turma recursal. Após o trânsito em julgado arquive-se. À Secretaria para às providências.

ADV: JOÃO ALBERTO RIBEIRO PONCE DE LEÃO JÚNIOR (OAB 5813/AM) - Processo 0607748-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Parque Residencial São Judas Tadeu Iii Etapa - Diante do exposto, Julgo extinto o processo sem Resolução do mérito, por ilegitimidade passiva, nos moldes do art. 485, VI do CPC. P.R.Intimem-se. Em caso de recurso verificada a tempestividade e o preparo remetam-se os autos a Turma recursal. Após o trânsito em julgado arquive-se. À Secretaria para às providências.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM) - Processo 0608801-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Drogarias Santo Remédio Ltda - ATO ORDINATÓRIO Processo n.0608801-56.2019.8.04.0015 Classe: Procedimento do Juizado Especial Cível/PROC Requerente:Ridla das Graças Souza Falcão Requerido:Drogarias Santo Remédio Ltda De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0608833-32.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Cebach - Centro Educacional Batista da Chapada - De ordem da MMa. Juíza de Direito, intimo a parte exequente para se manifestar acerca do documento de fls. 61/63, no prazo de 5 dias. É o que me cumpre certificar.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: KETLEM LOPES DE JESUS (OAB 10651/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0608954-89.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Flaviane Pinheiro de Souza - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Diante do requerimento do Exequente às fls.226/227 , de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$2.060,00 (dois mil e sessenta reais), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: DYOGO RODRIGUES DE OLIVEIRA (OAB 11920/AM) - Processo 0609527-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Sulamita Vieira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Bradesco Capitalizacao S/A - Ante ao exposto, julgo IMPROCEDENTES os pedidos da inicial para julgar o processo com resolução de mérito, nos termos do art. 487, I, do CPC. Declaro a ilegitimidade passiva do Requerido Bradesco Capitalização S/A, excluindo-o do pólo passivo da lide. Deixo de conceder os benefícios da Justiça Gratuita por não reconhecer prejuízos à subsistência do autor. Em caso de recurso, verificada a tempestividade e o preparo, remetam-no à Turma Recursal. Sem custas. P. R. I. C. Manaus, 03 de outubro de 2019.

ADV: PRESTES SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 8776/AM), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0616796-28.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Kátia Nazaré Costa Santos - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Compulsando-se os autos verifica-se que foi satisfeita a obrigação, consoante comprovante de depósito apresentado pelo embargante às fls. 224, motivo pelo qual não conheço os embargos à execução por ele interposto às fls. 266, em razão da preclusão lógica. Dispõe o art. 924, inc. II, do CPC, aplicado subsidiariamente à hipótese (LJE, art. 52, caput): Art. 924. Extingue-se a execução quando: I - a obrigação for satisfeita; ISTO POSTO, julgo extinta a presente execução. Arquivem-se os autos. Sem custas.

ADV: JOSÉ CARLOS SOUZA ALVES (OAB 8719/AM) - Processo 0617289-34.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Fabiano Gomes Valente - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 02 de outubro de 2019.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0618250-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: Valmira Gomes da Silva - R.H. Verifico que na presente demanda não há necessidade de produção de outras provas, versando sobre questão de mérito unicamente sobre direito, encontrando-se ordenado o processo de maneira a comportar o julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I do Código de Processo Civil. Dessa forma, intime-se a requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, apresentar Contestação. Após, abro igual prazo para a parte Requerente se manifestar nos autos. Decorrido todos os prazo supra, conclusos para sentença.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: ANDRÉ DE OLIVEIRA BARBOSA (OAB 211216/RJ) - Processo 0622578-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ludmila Costa Moraes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ante ao exposto, JULGO PROCEDENTE o pedido da inicial, na forma do art. 487, I, do CPC, para condenar a Requerida a indenizar a parte Requerente por danos morais no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), com juros e correção monetária a contar desta data. Defiro o pedido de justiça gratuita a autora.

ADV: CAIO KANAWATI SOARES (OAB 10104/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622752-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Cid da Veiga Soares - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - Vistos etc. Relatório dispensado. (Lei 9.099/95, art. 38, caput). Compulsando aos autos, observa-se que trata de ação de consignação que Cid da Veiga Soares move em face de Banco Carrefour (Banco CSF S/A) No caso, importa destacar o Enunciado 8 do FONAJE: ENUNCIADO 8 - As ações cíveis sujeitas aos procedimentos especiais não são admissíveis nos Juizados Especiais. ISTO POSTO, julgo extinto o processo, nos termos do art 51, inc. II, ambos da Lei 9.099/95 c.c. art. 485, IV, do CPC. Exclua-se da pauta. Sem custas e honorários advocatícios (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se os autos.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623409-30.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Leandro Nunes de Souza - De ordem, fica designado o dia 17/02/2020 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAGALY MOREIRA DE VASCONCELOS (OAB 8014/AM) - Processo 0624935-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Alexandre Santos Figueiredo - De ordem,da MM.Juíza de Direito desta Vara, tendo em vista a parte Requerente não localizar o Requerido, pois já tentou de todas as formas localizar o endereço do mesmo, por meio de seu CPF, pesquisas cíveis, criminais, trabalhistas, em redes sociais, e outras mais, porém,não logrou êxito de seu possível paradeiro,então, encontra-se em local incerto e não sabido. Diante da impossibilidade de citação do requerido para compor a lide,determino que fiquem os autos SUSPENSO POR 30 (TRINTA) DIAS,retirando-se da pauta. E por fim, localizando endereço do mesmo providencie esta Secretaria a REMARCAÇÃO DE AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO.

Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Ana Paula Ivo Fernandes (OAB 4288/AM)
André de Oliveira Barbosa (OAB 211216/RJ)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Caio Kanawati Soares (OAB 10104/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Dyogo Rodrigues de Oliveira (OAB 11920/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
João Alberto Ribeiro Ponce de Leão Júnior (OAB 5813/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Carlos Souza Alves (OAB 8719/AM)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Ketlem Lopes de Jesus (OAB 10651/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Magaly Moreira de Vasconcelos (OAB 8014/AM)
Prestes Sociedade Individual de Advocacia (OAB 8776/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: EMERSON ABINEÃ DA SILVA (OAB 6393/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG) - Processo 0605490-62.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Enriquecimento sem Causa - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM), ADV: DAVI FONTENELE DE ALMEIDA (OAB 13125/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606405-43.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jeferson Emídio de Sousa Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: TÁBATTA LORENA COELHO GUIMARÃES (OAB 7789/AM), ADV: WALTER SIQUEIRA BRITO (OAB 4186/AM), ADV: ROBERTA NINA ALCÂNTARA BARROSO (OAB 12189/AM) - Processo 0609005-13.2013.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERIDO: REDE TV MANAUS e outro - De ordem, intime-se a parte embargada para que apresente impugnação aos embargos à execução, no prazo de 15 (dez) dias. Manaus, 11 de outubro de 2019.

ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM) - Processo 0613877-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Laiana Lopes Moreira - REQUERIDO: Renova Companhia Securitizadora de Créditos Financeiros - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 07 de outubro de 2019.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: FRANCISCO IVAN PALHETA CAMURÇA (OAB 9596/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0614093-56.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Joédima Diniz Queiroz - REQUERIDO: Tim Celular S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616092-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silvio Cardoso Mendonça - REQUERIDO: Banco Pan S/A - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 07 de outubro de 2019.

ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: ANDRÉA SANTOS DA SILVA (OAB 13093/AM), ADV: VICTÓRIA GUIMARÃES DE MELO CARDOSO (OAB 14813/AM) - Processo 0622120-62.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Ana Cley Pereira de Oliveira - REQUERIDO: Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - De ordem, intimo a parte Requerida para que se manifeste a acerca da petição de f.363 à 365 dos autos, com prazo de 10 dias.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0622330-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Waldenise da Silva Pacheco - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, intime-se a parte Recorrida para que apresente contrarrazões ao Recurso Inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 07 de outubro de 2019.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0624817-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Dilene Alves M. - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624808-26.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto

causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625380-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Alcirene Maria de Moraes Pinheiro - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0625375-57.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625896-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas P. Tinoco - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624198-58.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0625939-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria da Conceição Nunes Guilherme - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0624249-69.2019.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem mesmas partes, no entanto causa de pedir e pedidos distintos, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626299-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - RECLAMANTE: Maria Audenizia Silva e Silva - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0617512-84.2018.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0626302-57.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro de Educação Integral Christ Master - Diante do requerimento do Exequente às fls. 36/38, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$3.540,10 (três mi quinhentos e quarenta reais e dez centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal, prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0626308-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - RECLAMANTE: Maria Audenizia Silva e Silva - Verifica-se que a ação acima epigrafada foi distribuída de forma vinculada ao processo nº 0617512-84.2018.8.04.0015 em andamento nesta vara, não operando a distribuição automática por sorteio. Vejo que as ações possuem partes distintas, logo a suspeita de repetição de ação indicada pelo SAJ/PG5 é verdadeira inconsistência do referido sistema. Em homenagem ao princípio do juiz natural (art. 5.º, XXXVII, da CF/1988), não existe razão para a distribuição do feito por dependência a este Juízo. Isto posto, remetam-se os presentes autos à Coordenadoria, a fim de que promova a sua distribuição por sorteio e sem vinculação. Libere-se a pauta de audiência. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0627532-37.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERENTE: Oberdan Barros Batista - Maria Telma Pires Batista - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: AFONSO DAVID FROTA MACIEL (OAB 10422/AM) - Processo 0628603-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: A C Rodriges da Silva - De ordem, fica designado o dia 12/12/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0629586-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Gilson Vieira Monteiro - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

Afonso David Frota Maciel (OAB 10422/AM)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Andréa Santos da Silva (OAB 13093/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Davi Fontenele de Almeida (OAB 13125/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Emerson Abineã da Silva (OAB 6393/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Ivan Palheta Camurça (OAB 9596/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Roberta Nina Alcântara Barroso (OAB 12189/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Tábatta Lorena Coelho Guimarães (OAB 7789/AM)
Victória Guimarães de Melo Cardoso (OAB 14813/AM)
Walter Siqueira Brito (OAB 4186/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO ONILDO SANTANA DE BRITO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ANDRÉ LUÍS NEVES HAYDEN
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0202/2019

ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM) - Processo 0602999-48.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Francinete Souza de Freitas - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Diante do requerimento do Exequente às fls. 383 á 393, de ordem, INTIME-SE o Executado para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada, no valor de R$ 7.580,26 (Sete mil quinhentos e oitenta reais, e vinte e seis centavos), nos termos do art. 523 do CPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo assinalado, será acrescida a multa de 10%, prevista no diploma legal.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0605511-67.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Cleidiney Tapajós de Aguiar - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM), ADV: LUCAS RODRIGUES LUCAS (OAB 9493/AM), ADV: ARY SÉRGIO DA MOTTA (OAB 82A/AM) - Processo 0607040-92.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Raquel Figueiredo da Motta - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RONILDO APOLIANO DE OLIVEIRA (OAB 8490/AM) - Processo -

ADV: MARIA AMÁLIA CASTELO BRANCO AFFONSO (OAB 3783/AM) - Processo 0613844-71.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Ione Barra - Ante a manifestação das partes, expeça-se alvará, arquivem-se os autos. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM) - Processo 0617406-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: José Clélio Bélem da Cruz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM) - Processo 0617453-62.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antônia Félix da Silva - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0618071-41.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Sérgio Roberto Barros de Lima - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: OLAVO ARAÚJO OLIVER CRUZ (OAB 39412/PE), ADV: LUCIANA MORAIS AVELAR (OAB 633A/AM), ADV: ÂNGELA MARIA DANTAS DE ALENCAR (OAB 8924/AM), ADV: JAQUELINE MONTENEGRO DA CRUZ (OAB 7763/AM), ADV: DIOGO DANTAS DE MORAES FURTADO (OAB 33668/PE) - Processo 0619489-14.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Ilhas Gregas 1 - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Michael Batista de Souza e outro - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: HUMBERTO ROSSETTI PORTELA (OAB 91263/MG), ADV: CLEBER DE OLIVEIRA LIMA (OAB 13770/AM), ADV: VANESSA MARTINS GOMES (OAB 12243/AM) - Processo 0619539-74.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleber de Oliveira Lima - Nayane Marques de Araújo - De ordem,tendo em vista o BACENJUD E RENAJUD negativos proceda esta Secretaria com a expedição de mandado de penhora,caso negativo prosseguir com o SERASAJUD/e ou expedição de Certidão de Dívida em favor da Requerida.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0619726-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Marleide de Castro Liborio - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0621915-96.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Romero Vale de Aquino - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: ANDRÉA CALDEIRA DO COUTO (OAB 3601/AM) - Processo 0627035-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jose Aldai Gomes da Silva - REQUERIDO: CASEBRAS - Caixa Assistencial do Servidor Brasileiro - De ordem, intime-se a parte recorrida para que apresente contrarrazões ao recurso inominado, no prazo de 10 (dez) dias. Manaus, 14 de outubro de 2019.

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andréa Caldeira do Couto (OAB 3601/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Ângela Maria Dantas de Alencar (OAB 8924/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Ary Sérgio da Motta (OAB 82A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cleber de Oliveira Lima (OAB 13770/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Dantas de Moraes Furtado (OAB 33668/PE)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Humberto Rossetti Portela (OAB 91263/MG)
Jaqueline Montenegro da Cruz (OAB 7763/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Lucas Rodrigues Lucas (OAB 9493/AM)
Luciana Morais Avelar (OAB 633A/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
LUIS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 10011A/AM)
Maria Amália Castelo Branco Affonso (OAB 3783/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)

Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Olavo Araújo Oliver Cruz (OAB 39412/PE)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Ronildo Apoliano de Oliveira (OAB 8490/AM)
Vanessa Martins Gomes (OAB 12243/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0248/2019

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM) - Processo 0603495-77.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Mateus Nascimento dos Reis - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0605891-56.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: CARLOS ANTÔNIO NOGUEIRA DA SILVA (OAB 6943/AM), ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0606041-71.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDA: Isabela Conceição Alves Persilva - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606245-81.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Seguro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM) - Processo 0606278-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jenifer Morais de Melo - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ELISÂNGELA DA SILVA SANTOS (OAB 6707/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM) - Processo 0609977-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Roberto Henrique da Silva Santos - RECLAMADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0611103-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Romilson Vieira Barbosa - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0611313-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maristela Alves Magalhães - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0611317-20.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: M G Silva Monteiro & Cia Ltda (Três Z Móveis Planejados) - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ELSON MOUZINHO DE ALMEIDA (OAB 6294/AM) - Processo 0612640-89.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Honorários Advocatícios - REQUERENTE: Roberto Wallace Souza Rodrigues - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: JANAÍNA MENDONÇA DE MORAES (OAB 8070/AM), ADV: MAURIANE BEZERRA TEIXEIRA (OAB 10009/AM) - Processo 0613845-56.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Colinho da Mamãe Ltda-me - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/04/2020 às 09:30h.

ADV: HENRIQUE MOURA ROCHA (OAB 234429/SP), ADV: EDSON ROSAS JÚNIOR (OAB 1910/AM) - Processo 0613924-69.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tapiri Turismo Ltda - Global Village Viagens e Turismo LTDA e outro - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: GUILHERME MATOS CARDOSO (OAB 249787/SP) - Processo 0615241-05.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Johson Controls Ps do Brasil Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANTÔNIA TAVARES CORRÊA GONZAGA (OAB 4244/AM) - Processo 0616087-22.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andreia Souza de Medeiros - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se esta para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: PEDRO ANTÔNIO DE OLIVEIRA (OAB 9678/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0616368-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Maria dos Anjos Barcelar Magalhães - REQUERIDO: Claro S/A - INTIMEM-SE as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor)

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0616880-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA LIMA (OAB 6306/AM), ADV: DANIEL GUEDES DE CARVALHO (OAB 7533/AM) - Processo 0617244-98.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Milady Maria

Costa Lima - encaminho os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal. Concomitantemente, intime-se a parte exequente para postular o que entender de direito, relativamente a eventual saldo remanescente/prosseguimento da execução. Prazo de 15 dias.

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0617432-23.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Maria das Graças Caldeira - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/04/2020 às 11:00h.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0620365-32.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: SIMONE ALVES DA SILVA (OAB 29016/PE), ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM) - Processo 0621209-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Leoncio Ribeiro Tavares - REQUERIDO: Banco Safra S/A e outro - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/04/2020 às 10:30h.

ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0621825-88.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Samea Maria Almeida de Freitas - intimo a parte autora/exequente a fim de que forneça seus dados bancários (banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF), necessários à efetivação do pagamento por meio de transferência eletrônica, excetuando-se contas poupança criadas em agências lotéricas, tendo em vista a incompatibilidade do sistema de transferência eletrônica. Ao cumprimento, encaminhem-se os autos à fila de trabalho pertinente a fim de que seja efetuada a transferência eletrônica, cujo prazo para cumprimento pela CEF é de até 72h. Ressalto que o custo da operação é regulado em tabela de valores própria da Caixa Econômica Federal.

ADV: LANA KELLY DE ANDRADE SAMPAIO (OAB 4008/AM), ADV: LUCE ELAINE BENTO DE ANDRADE (OAB 3477/AM), ADV: BERGSON MENDONÇA LACERDA (OAB 8963/AM), ADV: ANA CAROLINA BEZERRA DE FREITAS (OAB 7698/AM) - Processo 0623033-10.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigações - REQUERENTE: Adalberto Ferreira de Oliiveira - REQUERIDO: Abner Jorge Martiniano Barbosa - Luiz Rogerio de Andrade Mello - Me - INTIME-SE a parte executada para que, caso queira, apresente Embargos à Execução no prazo legal.

ADV: ROBERTA SOUZA SILVA (OAB 11429/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: MARILI DALUZ RIBEIRO TABORDA (OAB 727/AM) - Processo 0624996-53.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Banco Losango S/A - Center Credit - Recuperadora de Crédito e Cobrança S/s Ltda. - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ANDRÉ RICARDO DA COSTA INÁCIO (OAB 975A/AM) - Processo 0626099-95.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Duplicata - EXEQUENTE: Maria Rita Silvino Pessoa 87259320206 (Soluções Contabilidade) - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/04/2020 às 09:00h.

ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0626388-28.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Residencial Verona Premium - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: LOUISE SAMPAIO SALDANHA (OAB 9237/AM) - Processo 0626609-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Idoso - REQUERENTE: Raimunda Moraes da Silva - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/12/2019 às 09:00h.

ADV: IVENS DE OLIVEIRA PINTO (OAB 13398/AM) - Processo 0627453-58.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio do Conjunto Residencial Jardim Brasil - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

Ana Carolina Bezerra de Freitas (OAB 7698/AM)
André Ricardo da Costa Inácio (OAB 975A/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Antônia Tavares Corrêa Gonzaga (OAB 4244/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
Bergson Mendonça Lacerda (OAB 8963/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Antônio Nogueira da Silva (OAB 6943/AM)
Daniel Guedes de Carvalho (OAB 7533/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Edson Rosas Júnior (OAB 1910/AM)
Elisângela da Silva Santos (OAB 6707/AM)
Elson Mouzinho de Almeida (OAB 6294/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Guilherme Matos Cardoso (OAB 249787/SP)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Henrique Moura Rocha (OAB 234429/SP)
Ivens de Oliveira Pinto (OAB 13398/AM)
Janaína Mendonça de Moraes (OAB 8070/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
LAIANE LOYOLA ARNALDO (OAB 11302/AM)
Lana Kelly de Andrade Sampaio (OAB 4008/AM)
Louise Sampaio Saldanha (OAB 9237/AM)
Luce Elaine Bento de Andrade (OAB 3477/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marili Daluz Ribeiro Taborda (OAB 727/AM)
Mauriane Bezerra Teixeira (OAB 10009/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Pedro Antônio de Oliveira (OAB 9678/AM)
Ricardo de Oliveira Lima (OAB 6306/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Roberta Souza Silva (OAB 11429/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Simone Alves da Silva (OAB 29016/PE)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 6º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0250/2019

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: JULIE STEPHANE LIMA BRUCE (OAB 8096/AM), ADV: MARCO ANDRÉ HONDA FLORES (OAB 6171/MS) - Processo 0200286-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Luciana Maria Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco Santander Brasil S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: NILSON GOMES OLIVEIRA MEIRELES - Processo 0200591-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: José Flávio da Silva - REQUERIDO: Manaus Ambiental S/A - Por isso, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO, CONDENANDO A PARTE RÉ A revisar a fatura de consumo correspondente ao mês de fevereiro de 2019, decotando os valores incluídos a título de multa, no montante de R$ 355,04. Condeno ainda a parte ré a se abster de cobrar o referido valor nas faturas vincendas, desde que tenham como fato gerador os fatos narrados nos autos. Multa de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento. Confirmo a liminar de fl. 28. Determino ainda sua imediata aplicação, em relação ao teor da petição de fls. 95/96. Prazo de 3 dias para a parte ré promover a religação de água autoral. Multa de R$ 5.000,00 em caso de descumprimento. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. P.R.I.

ADV: SCHEILA MARIA ALMEIDA DO CARMO RAMOS (OAB 4776/AM), ADV: ELIZA PAES ARAÚJO (OAB 5162/AM) - Processo 0204920-73.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Ingles e Companhia - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: HAYNE SANDRINE LIMA ASSEM IDE (OAB 14262/AM) - Processo 0205058-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Accioly de Souza Gonçalves - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: FABÍOLA DA SILVA GUIMARÃES (OAB 8422/AM) - Processo 0205445-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Thyciane Bezerra de Oliveira Ataide - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: PAULO TAVARES DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4547/AM) - Processo 0600859-41.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jorge Andres Uribe Rojas - REQUERIDO: Dk Comércio e Assessoria de Informática Ltda. e outro - Dispensado o relatório, nos termos do art. 38, da Lei 9.099/95. Inexistindo bens penhoráveis e indicação de bem apto a sofrer constrição, conforme certidão do Sr. Oficial de Justiça e ausência de indicação eficaz pela parte autora, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, nos termos do art. 53, § 4º, da Lei 9.099/95. Desde já, caso requerido, defiro expedição de certidão de dívida e expedição de ordem para inscrição em cadastro de maus pagadores (Enunciado 76, FONAJE) P.R.I. Baixem-se e arquivem-se os autos. Transitada em julgado, arquivem-se os autos com as cautelas legais. Reativação somente se houver indicação de bem penhorável dentro do prazo de prescrição da execução. P. R. I

ADV: LUCIANO ARAÚJO TAVARES (OAB 12512/AM), ADV: ANA LÚCIA DE SOUZA NOGUEIRA (OAB 5054/AM), ADV: LUCAS ALBERTO DE ALENCAR BRANDÃO (OAB 12555/AM) - Processo 0602435-98.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Transporte Aéreo - REQUERENTE: João Victor de Alencar Brandão - REQUERIDO: Copa Airlines - Compañia Panameña de Aviacion S.a. - Bloqueie-se a quantia via BACENJUD. Sendo positiva a penhora eletrônica, intime-se o Executado para oferecer Embargos, querendo, no prazo de 15 dias.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANDREY AUGUSTO BENTES RAMOS (OAB 7526/AM), ADV: GUSTAVO DA SILVA GRILLO (OAB 7883/AM), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: MARCELO TOSTES DE CASTRO MAIA (OAB 63440/MG), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603092-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Lidia de Freitas Bezerra - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: CATHARINA RIBEIRO BOTELHO (OAB 6484/AM), ADV: DIAS DOS SANTOS ADVOGADOS (OAB 311/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB A598/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0603294-85.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Vivendas do Rio Negro Praças - REQUERIDO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliários Ltda. - Spe - LITSPASSIV: Baceiro Empreendimentos Imobiliários Ltda. - REQUERIDO: Rossi Residencial S/A - Verifico que satisfeitas as obrigações determinadas no título executivo, razão pela qual JULGO EXTINTO o processo, nos termos do art. 924, II, CPC/15. Baixar e arquivar, reativando, caso necessário, conforme avaliação do Ilmo. Sr. Diretor de Secretaria.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603329-74.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Responsabilidade Civil - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: FABRÍCIO DANIEL CORREIA DO NASCIMENTO (OAB 7320/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM) - Processo 0603332-63.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos de Consumo - REQUERENTE: Diangelys dos Santos Conceição - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito

somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0603979-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM) - Processo 0604541-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Jardim Itapoã - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0604547-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonia Patricia Medeiros Cunha - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: TAINAH OLÍMPIO GALAXE (OAB 7927/AM) - Processo 0605182-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Fernando Mario de Oliveira Coelho - REQUERIDO: Capemi - Caixa de Pecúlios, Pensões e Montepios-beneficente - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM), ADV: LÁZARO JOSÉ GOMES JÚNIOR (OAB 8125/MS), ADV: ALCIDES NEY JOSÉ GOMES (OAB 8659/MS) - Processo 0605540-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Alegria Seffair de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Crefisa S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ROBERTA PINTO DOS SANTOS (OAB 4025/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0606113-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Monica Gomes da Silva - REQUERIDO: ACE SEGURADORA S/A - INTIME-SE a parte embargada para, querendo, apresentar contrarrazões aos Embargos de Declaração, no prazo de 5 dias, na forma preconizada pelo artigo 1.023, § 2º, do CPC.

ADV: RAQUEL DOS SANTOS PORTO (OAB 17929/PA) - Processo 0606812-15.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Salinas Premium Resort Empreendimentos Imobiliários Spe Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0606908-30.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Auxiliadora Maria Almeida Nasserala - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ELVISLAN DO NASCIMENTO SILVA (OAB 8970/AM), ADV: ADJAILSON SILVA FIGUEIRA DE SOUZA (OAB 8620/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0606998-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Mariana Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0607620-20.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Nascimeto da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0608111-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jony da Fonseca Silva - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM) - Processo 0608578-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Gilcilene Araujo da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0609732-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lorene Camargo Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Fábio César Olintho de Souza, INTIME-SE a parte recorrida para, querendo, apresentar contrarrazões ao Recurso Inominado no prazo legal, na forma preconizada pelo artigo 42, § 2º, da Lei 9.099/95.

ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0610539-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Andrew Cazemiro Rodrigues de Lima - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: ROBERTA SILVA DE SENA (OAB 8956/AM), ADV: ROZANA RIBEIRO PRAIA (OAB 10234/AM), ADV: LUIS FELIPE KOBAYASHI VECCHIATTI (OAB 419773/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0610805-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Raimundo Jorge Mendonça de Carvalho e outro - REQUERIDO: Sistema Brasileiro de Televisão - Sbt - Banco Losango S.a. Banco Multiplo e outros - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação, instrução e julgamento designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 11/02/2020 às 10:00h.

ADV: RICARDO NUNES LOPES (OAB 13034/AM) - Processo 0610856-77.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Hbm Assessoria de Crédito Ltda - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0613877-17.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Viviane Silva Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037/AM) - Processo 0614704-43.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - REQUERIDO: Agiplan Financeira S/A - Cfi - INTIME-SE a parte executada para adimplir voluntariamente o valor apresentado no prazo legal, comprovando-o nestes autos.

ADV: RAIMUNDO SIMÃO JERÔNIMO FILHO (OAB 13056/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM) - Processo 0615539-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Revisão - REQUERENTE: Glair Batista Xavier - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: LUIZ PAULO FERNANDES (OAB 10080/AM) - Processo 0616217-75.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: Marcante Moda Import e Comercio Ltda - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE), ADV: MATHEUS LOBATO BELTRÃO (OAB 13287/AM) - Processo 0616557-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Carla Kissia Damascena de Pinho - REQUERIDO: Banco Bonsucesso S.a. - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Concedo-lhe, contudo, gratuidade. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: RICARDO PINHEIRO DA COSTA (OAB 7952/AM) - Processo 0616880-24.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Life Parque 10 - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação REDESIGNADA Nos autos do processo em epígrafe para o dia 17/04/2020 às 09:30h.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0617103-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Thalita Korinthmak Cardoso - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: LIDIANE DA COSTA BATISTA (OAB 7492/AM) - Processo 0617600-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Condomínio Manauara Shopping - intimo a parte ré para, no prazo de 10 dias, apresentar resposta e documentos.

ADV: IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM) - Processo 0617895-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Micaelle Tamara Sá Ribeiro Schawab - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: EULER BARRETO CARNEIRO (OAB 4762/AM) - Processo 0618029-55.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Tabernaculo - INTIME-SE a parte interessada para se manifestar sobre a diligência/constrição negativa de fl. antecedente, requerendo o que de direito, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0619155-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cláudia Chagas da Rocha Santos - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/04/2020 às 11:00h.

ADV: RONAN BOTELHO (OAB 17641/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0619161-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Norma dos Santos Silva - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: LARISSA TICIANY BASTOS GARCIA (OAB 8806/AM) - Processo 0619396-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Luiz Ricardo Afonso Garcia - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/04/2020 às 11:30h.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: ADRESSE NUANCE OLIVEIRA DE ARAÚJO (OAB 9158/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0619943-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ozeias Pereira da Mota - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Por isso, ou seja, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, I, da Lei 9.099/95 c/c enunciado 20, do FONAJE. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Condeno a parte ausente em custas, a serem cobradas caso renovada a ação, nos termos do disposto no art. 51, § 2º da Lei 9.099/95 c/c com base no enunciado 28, do FONAJE c/c art. 2º, II do Prov. 256/2015, da CGJ/AM. Sem honorários. Custas recursais de lei (preparo), atentando-se para necessidade de pagamento de custas, nos termos do Prov 256/2015, da CGJ-AM. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0619991-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Clewerton da Rocha Sou. - REQUERIDO: Bradesco Seguros S/A - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 06/04/2020 às 10:30h.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0620077-55.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Sidneya Gadelha Diran - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Defiro a gratuidade processual em prol da parte recorrente, eis que comprovados os requisitos necessários para tanto. Atendendo aos requisitos de tempestividade e preparo impostos pela L. 9.099/95, o que se extrai da certidão lavrada por esta Secretaria, recebo o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.099/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, esta deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95 e dos efeitos acima dispostos. Preclusos os atos pertinentes, certifique-se e remetam-se os autos ao MM Juiz Distribuidor das Turmas Recursais, com as nossas homenagens. Intimem-se.

ADV: ADRIANE NOBRE DINIZ (OAB 14720/AM) - Processo 0620234-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Laryssa Estevão da Silva - Certifico, para os devidos fins de direito, que REDESIGNEI Audiência de Conciliação, para o dia 19/11/2019 às 08:30h, neste Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania Cível - CEJUSC CÍVEL, localizado no Fórum Henoch Reis, situado na Av Umberto Calderaro Filho, s/n, 4º andar, setor 1, telefone: 33035246. Manaus, 15 de outubro de 2019. Geórgia Vasconcelos Corrêa Mafra Negreiros Diretora do CEJUSC CÍVEL

ADV: DANIELLA KARINA KANDA REBELLO (OAB 6576/AM) - Processo 0620330-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luciano João de Freitas - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0621102-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Alda de Sá Mendes - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - A parte autora apresentou pedido de desistência na fls. 129, pelo que, sem maiores delongas, sendo mera consequência de expresso texto legal, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VIII, do CPC. Revogo eventual liminar deferida nestes autos. Sem condeno em custas ou honorários. P.R.I. Arquivem-se os autos com baixa na distribuição.

ADV: TATIANA CORREA DE QUEIROZ (OAB 7215/AM), ADV: FABÍOLA MARIA VASQUES PAREJA LOBO (OAB 4167/AM) - Processo 0621263-45.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Open Minds Comunicação - Eireli - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: VERA LÚCIA JOHNSON DE ASSIS (OAB 2904/AM) - Processo 0621821-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Injúria - RECLAMANTE: Elcy Fernandes dos Santos - INTIME-SE a parte interessada para comparecimento a audiência de conciliação REDESIGNADA nos autos do processo em epígrafe para o dia 24/03/2020 às 11:30h.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 95502/RJ), ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0622584-52.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Beatriz da Costa Gomes - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas S/A - Deste modo, estando presente nos autos prova da ciência das partes da decisão prolatada, bem como por verificar não versar a transação sobre direito irrenunciável, vejo por bem HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC. Sem custas. Em caso de descumprimento, ficam desde já, autorizadas as diligências executivas eventualmente requeridas. P. R. I.

ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0622758-95.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: David Santana da Silva - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, do MM Juiz de Direito titular, Dr. Fábio César Olintho de Souza, intimo a parte ré para, no prazo de 15 dias, na forma do § 1º do artigo 437 CPC, manifestar-se sobre a alegação de que a obrigação de fazer determinada nos autos se deu de forma extemporânea.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0624837-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Niceas Pereira Tinoco - INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/04/2020 às 10:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM) - Processo 0624976-28.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Brisas do Parque Residencial Clube - HOMOLOGO, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes, com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do artigo 487, III do CPC. Sem custas, de acordo com o artigo 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM), ADV: EDER MACHADO ARAUJO (OAB 14085/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0625157-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Cliver Pontes Azevedo - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorarios. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: EDILSON LIMA DA SILVA (OAB 5707/AM) - Processo 0625207-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Francislene Soares de Souza - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, INDEFIRO o pedido de tutela de urgência, eis que o documento de fl. 9 trata-se de uma quitação de débito. Inexistente o lastro probatório suficiente para caracterizar verossimilhança das alegações, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02 de março de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0625582-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Adriane Paranatinga Bricio - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0626446-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Mazarelo Lima Barros - Por isso, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, IV e art. 330, IV c/c 321, CPC/15. Sem custas pretéritas. Sem honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei. P.R.I. Transitada em julgado, certifique-se e baixem-se e arquivem-se os autos sem prévia conclusão.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0627298-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Jocimara Alves Souza - INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/04/2020 às 11:00h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0627791-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: André Wodson Almeida Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 29/04/2020 às 11:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SALIN RIBEIRO ALVES (OAB 8135/AM) - Processo 0628290-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extinção - REQUERENTE: Salin Ribeiro Alves - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de abril de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 799A/AM), ADV: ALEXANDRE VIANA FREIRE (OAB 9947/AM), ADV: RODRIGO FERNANDO DE ALMEIDA OLIVEIRA (OAB 189340/SP) - Processo 0628385-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Pinheiro e Pinheiro Com. Mat. Pint. Ltda - Isso posto, RESOLVO SEM ANÁLISE DO MÉRITO a presente demanda, ante o vício de representação, com fulcro no art. 485, IV e §3º do NCPC, bem como art. 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Condeno em custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 51, inciso I e §2º, da lei 9.099/95. P.R.I.C.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM) - Processo 0628393-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Janaina do Nascimento Barroso - Por isso, reconhecendo a ilegitimidade ativa da parte autora, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 485, VI, do NCPC.

P.R.I. Sem condenação em custas pretéritas ou honorários (art. 55 da Lei 9.099/95). Preparo de lei, atentando-se para o Prov. 256/2015, da CGJ, que determina adiantamento das custas já dispensadas, nos termos do art. 54, § u da Lei 9.099/95. Baixem-se e arquivem-se os autos oportunamente.

ADV: KAMILA SOMBRA PORTELA MAGALHÃES (OAB 14502/AM) - Processo 0628610-32.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kamila Sombra Portela Magalhães - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de abril de 2020, às 9 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CRISTIANO VALENTE MAIA (OAB 10138/AM) - Processo 0628793-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Francisco José Sarubi de Lyra - INDEFIRO o pedido de tutela provisória, eis que não caracterizada situação de urgência apta a suscitar antecipação de provimento judicial, sem prejuízo de posterior reanálise em momento oportuno. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 04/05/2020 às 08:30h a ser realizada na sala de audiências deste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da parte autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO RODRIGO VALE PALHETA (OAB 7932/AM) - Processo 0629092-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Luiz Sallati e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 02 de dezembro de 2019, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência dos Autores em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0629281-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Simone de Souza Haddad-epp - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de abril de 2020, às 9 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0629488-54.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Residencial Laranjeiras Village - Isto posto, homologo a desistência e, por conseqüência, JULGO EXTINTO o Processo sem a Apreciação do Mérito, nos termos do art. 51, caput, c/c o art. 485, inciso VIII do CPC. Oficie-se requisitando o recolhimento do Mandado de fl. 25, em razão da perda do objeto. Sem custas e honorários advocatícios, de acordo com o art. 55, caput da Lei 9099/95. Preparo de lei. Após, ARQUIVEM-SE os presentes autos, com as cautelas de praxe.

ADV: SAMANTA FIRMO DA ROCHA (OAB 12904/AM), ADV: MARCOS DOS SANTOS BELTRÃO (OAB 7295/AM) - Processo 0630051-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: Instituto de Saude do Amazonas Ltda - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27 de fevereiro de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: ANNE CAROLINE CASTRO SILVA (OAB 11421/AM) - Processo 0630075-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Brendow Monteiro dos Santos e outro - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06 de abril de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0630079-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Ed Wilson Vasconcelos Melo e outro - Por isso, falecendo competência ao presente Juizado para apreciar a causa, manejada que foi por incapaz, RESOLVO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO em relação a Rafael Wilson Lima Melo, nos termos dos arts. 8º c/c 51, II da Lei 9.099/95 c/c 485, IV e 337, § 5º, ambos do CPC/15, devendo a parte, querendo, litigar junto a uma das varas cíveis comuns. Prossiga o feito em relação ao autor Ed Wilson Vasconcelos Melo. P.R.I. Transitada em julgado, baixem-se e arquivem-se. Preparo de lei.

ADV: ADRIANA DA COSTA SOUSA (OAB 14461/AM) - Processo 0630095-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Adriano de Oliveira Sousa e outros - Por isso, falecendo competência ao presente Juizado para apreciar a causa, manejada que foi por incapaz, RESOLVO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO em relação as autoras Ana Luíza da Costa Sousa, Ana Elisa da Costa Sousa e Ana Clara da Costa Sousa, nos termos dos arts. 8º c/c 51, II da Lei 9.099/95 c/c 485, IV e 337, § 5º, ambos do CPC/15, devendo a parte, querendo, litigar junto a uma das varas cíveis comuns. Prossiga o feito em relação aos autores Adriano de Oliveira Sousa e Adriana da Costa Sousa. Preparo de lei.

ADV: ERIVELTON FERREIRA BARRETO (OAB 5568/AM) - Processo 0630202-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Denise Almeida da Silva - Retifique-se o valor da causa para R$ 20.475, nos termos do art. 292, II e art. 292, § 3º do CPC. Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada (fls. 22/23) pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05 de maio de 2020, às 8 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as

alegações autorais e a hipossuficiência da Autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0630235-04.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alexandre Fragoso Torr - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de abril de 2020, às 10 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do Autor em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM), ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM) - Processo 0630271-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Francisca Silvana de Sousa - De ordem, intime-se a parte autora para emende o pedido “d”, de modo a incluir o valor litigioso, ou seja, o valor que pretende cancelar, bem com o valor da causa, de modo a refletir o somatório dos pedidos, conforme art. 292, II e VI, CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0630279-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Mario Oscar Serrao Ferreira Filho - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de abril de 2020, às 11 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: LEANDRO REBELO DE PAULA (OAB 11851/AM) - Processo 0630291-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jonismar Facanha Barbosa - De ordem, intime-se a parte autora para indicar no pedido “e” o somatório das prestações referentes ao contrato que pretende cancelar e, por consectário, proceda à retificação do valor da causa, nos termos do art. 292, II e VI, do CPC. Prazo de 15 dias.

ADV: EDUARDO BIANCHI RAMALHO DE CASTRO (OAB 10788/AM) - Processo 0630431-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Socorro Monteiro - Diante dos argumentos expostos, e dos documentos acostados nos autos, considero verossímeis os argumentos do requerente, e visando a evitar dano de difícil reparação, nos termos do art. 300, NCPC, DEFIRO o pedido de tutela de urgência requerido pela parte autora, DETERMINANDO que se oficie ao órgão responsável pela negativação comprovada pela parte autora para que proceda à completa suspensão de sua publicidade no prazo de 5 dias, nos termos do que dispõe o art 77, CPC, bem como para que a parte ré se abstenha de efetuar o corte no fornecimento do serviço declinado na petição inicial, apenas e tão somente em virtude dos débitos discutidos nos autos, no prazo de 5 dias, nos termos do art. 77, do CPC. Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 19 de fevereiro de 2020, às 10 horas e 30 minutos, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: RAYSSA CRISTINA DA SILVA VALENTIM (OAB 10784/AM) - Processo 0630472-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Extravio de bagagem - REQUERENTE: Emilly Aguiar Parente do Nascimento - Cite-se a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 30 de abril de 2020, às 11 horas, a ser realizada neste JEC. Acolho o pedido de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência da Autora em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Junto com a citação, notifique-se a parte ré para que, caso frustrada a conciliação, apresente, 10 dias após, resposta, eventuais documentos e mídias que contenham áudio/vídeo, eis que o caso é de julgamento antecipado da lide, nos termos dos artigos 355 do CPC/2015 c/c artigo 5º da Lei 9.099/95. Havendo interesse de produção de prova oral, deverá o postulante justificar sua necessidade. P.C.I.

ADV: MARCOS ANDRÉ PALHETA DA SILVA (OAB 3987/AM) - Processo 0630562-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Katia Regina Prestes Gonçalves Sabben - INTIME-SE a parte autora para emendar a petição inicial, no sentido de emendar o pedido c) da petição inicial, especificando o valor que pretende impugnar. Deve ainda no mesmo diapasão apresentar comprovação de residência atualizada em seu nome, a ser prestada por documento idôneo. Prazo de 15 dias.

Adjailson Silva Figueira de Souza (OAB 8620/AM)
Adresse Nuance Oliveira de Araújo (OAB 9158/AM)
Adriana da Costa Sousa (OAB 14461/AM)
Adriane Nobre Diniz (OAB 14720/AM)
Alcides Ney José Gomes (OAB 8659/MS)
Alexandre Viana Freire (OAB 9947/AM)
Ana Lúcia de Souza Nogueira (OAB 5054/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrey Augusto Bentes Ramos (OAB 7526/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anne Caroline Castro Silva (OAB 11421/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Bruno Rodrigo Vale Palheta (OAB 7932/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Catharina Ribeiro Botelho (OAB 6484/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiano Valente Maia (OAB 10138/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniella Karina Kanda Rebello (OAB 6576/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Dias dos Santos Advogados (OAB 311/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eder Machado Araujo (OAB 14085/AM)
Edilson Lima da Silva (OAB 5707/AM)
EDUARDO BIANCHI RAMALHO DE CASTRO (OAB 10788/AM)
Eliza Paes Araújo (OAB 5162/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Elvislan do Nascimento Silva (OAB 8970/AM)
Erivelton Ferreira Barreto (OAB 5568/AM)
Euler Barreto Carneiro (OAB 4762/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabíola da Silva Guimarães (OAB 8422/AM)
Fabíola Maria Vasques Pareja Lobo (OAB 4167/AM)
Fabrício Daniel Correia do Nascimento (OAB 7320/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)

Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 95502/RJ)
Gustavo da Silva Grillo (OAB 7883/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hayne Sandrine Lima Assem Ide (OAB 14262/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
IAGO DA SILVA RODRIGUES (OAB 13954/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Julie Stephane Lima Bruce (OAB 8096/AM)
Kamila Sombra Portela Magalhães (OAB 14502/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Larissa Ticiany Bastos Garcia (OAB 8806/AM)
Lázaro José Gomes Júnior (OAB 8125/MS)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leandro Rebelo de Paula (OAB 11851/AM)
Lidiane da Costa Batista (OAB 7492/AM)
Lucas Alberto de Alencar Brandão (OAB 12555/AM)
Luciano Araújo Tavares (OAB 12512/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luis Felipe Kobayashi Vecchiatti (OAB 419773/SP)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Paulo Fernandes (OAB 10080/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcelo Tostes de Castro Maia (OAB 63440/MG)
Marco André Honda Flores (OAB 6171/MS)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marcos André Palheta da Silva (OAB 3987/AM)
Marcos dos Santos Beltrão (OAB 7295/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Lobato Beltrão (OAB 13287/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB A598/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Nilson Gomes Oliveira Meireles
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paulo Tavares de Souza Júnior (OAB 4547/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Raimundo Simão Jerônimo Filho (OAB 13056/AM)
Raquel dos Santos Porto (OAB 17929/PA)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Rayssa Cristina da Silva Valentim (OAB 10784/AM)
Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)
Ricardo Nunes Lopes (OAB 13034/AM)
Ricardo Pinheiro da Costa (OAB 7952/AM)
Roberta Pinto dos Santos (OAB 4025/AM)
Roberta Silva de Sena (OAB 8956/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 189340/SP)
Rodrigo Fernando de Almeida Oliveira (OAB 799A/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Ronan Botelho (OAB 17641/MT)
Rozana Ribeiro Praia (OAB 10234/AM)
Salin Ribeiro Alves (OAB 8135/AM)
Samanta Firmo da Rocha (OAB 12904/AM)
Scheila Maria Almeida do Carmo Ramos (OAB 4776/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Tainah Olímpio Galaxe (OAB 7927/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Correa de Queiroz (OAB 7215/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Vera Lúcia Johnson de Assis (OAB 2904/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0239/2019

ADV: ANA LÚCIA SALAZAR DE SOUSA (OAB 7173/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 69306/MG) - Processo 0601975-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Georgeth Lima Figueiredo - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: HILMA ELIZ LOPES MAGALHÃES (OAB 8108/AM), ADV: IGOR MACEDO FACÓ (OAB 16470/CE), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: LUÍS ROBERTO PAIVA FILHO (OAB 8628/AM) - Processo 0602552-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luís Roberto Paiva Filho - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamentos, caso não haja qualquer requerimento de cumprimento de sentença. P.R.I.C.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0604716-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - Considerando que a parte ré reside em outra comarca e que a tentativa de citação por carta postal não foi frutífera, além da mesma não possui cadastro para citação eletrônica, EXPEÇA-SE a competente CARTA PRECATÓRIA para que o Sr. Oficial de Justiça Avaliador do Juízo Deprecado se dirija ao endereço da parte ré e proceda com a sua citação para comparecer em audiência datada para o dia 11/02/2020 às 09:30h. Junte-se à carta os seguintes documentos: Petição Inicial, Procuração ao patrono da parte autora e A presente decisão. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM) - Processo 0604716-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio View Club Home - Chamo o feito a ordem para tornar

sem efeito a decisão anterior, mantendo somente a audiência designada para o dia 11/02/2020, às 09:30h. Por conseguinte, PROCEDA-SE com expedição de Carta de Citação para parte ré comparecer em audiência de conciliação, somente se não for frutífera tal carta postal que será expedida carta precatória, como reza o art. 249 do CPC. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DAVID MATALON NETO (OAB 3934/AM) - Processo 0604950-69.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: David Matalon Neto - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Isso posto, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para DAR-LHES PARCIAL PROVIMENTO, corrigindo o erro material acima descrito, mantendo incólumes os demais termos da referida sentença. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: ADRIANA SILVA GOMES (OAB 12901/AM), ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM) - Processo 0606795-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eliana Clayre Nascimento Mendes - REQUERIDO: Motorola Mobility Coimercio de Produtos Eletronicos Ltda e outro - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: ANDRÉ OLIVEIRA DA SOLEDADE (OAB 8013/AM), ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0607146-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Emanuel Araujo dos Santos - REQUERIDO: Forest Games - DECISÃO A parte exequente, credora do crédito em desfavor da parte executada, requereu adjudicação do bem penhorados e avaliados às fls. 67/68. O valor atualizado do débito é de R$ 13.697,84, como os bens penhoras foram avaliados no montante total de 13.640,00 não há se falar em depósito do valor da diferença em favor do executado, não incidindo o inciso I do §4º do art. 876 do CPC. Por conseguinte, DEFIRO o pedido de adjudicação requerido pela parte exequente, nos moldes do art. 876 do CPC. Intime-se a parte executada para, querendo, manifestar-se acerca da adjudicação, no prazo de 05 (cinco) dias, nos termos do arts. 877 do CPC. Após, em não havendo manifestação ou decididas eventuais questões, EXPEÇA-SE o respectivo Mandado de Ordem de Entrega dos bens penhorados ao Adjudicatário, nos termos do art. 877, §1º, II, do CPC. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0607654-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Visa Administradora de Cartões de Crédito - INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online BACENJUD retro, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as devidas impugnações.

ADV: MARILENE BALBI DE ALBUQUERQUE (OAB 12492/AM), ADV: ROBERTO AMARAL ARRUDA FILHO (OAB 10034/AM) - Processo 0608923-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sara Jhuly Fonseca da Silva Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0609152-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fredson Melo Bruce - REQUERIDO: Mercado Livre (Ibazar.com Atividades de Internet Ltda) - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$65.466,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0609170-50.2019.8.04.0015.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM), ADV: DANIELLE DE AZEVEDO CARDOSO (OAB 56347/BA) - Processo 0609170-50.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0609152-29.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Fredson Melo Bruce - REQUERIDO: Mercado Livre (Ibazar.com Atividades de Internet Ltda) - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$65.466,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0609170-50.2019.8.04.0015.

ADV: MARILEIDE MOTA DA SILVA FALCÃO (OAB 13472/AM) - Processo 0609705-76.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Neisimar Borges Mota - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, por se tratar de dever da parte exequente, conforme art. 798, I, b, do CPC, INTIMO a parte autora a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, EMENDE seu pedido de cumprimento de sentença com o seu respectivo cálculo, incluindo, sendo o caso, eventuais honorários sucumbenciais estipulados em Acórdão de Turma Recursal, sob pena de indeferimento, tudo com base no art. 801 do CPC.

ADV: AMILCAR DOS SANTOS PINHEIRO FILHO (OAB 538A/AM), ADV: MYLENE COSTA MACIEL FAÇANHA (OAB 4835/AM) - Processo 0610096-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - RECLAMANTE: Mylene Costa Maciel Façanha - REQUERIDO: Medeiros Comércio de Alimentos Ltda - Me (Supermercado Vitória) - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0610691-98.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a parte executada acerca da penhora online BACENJUD retro, para, querendo, no prazo de 15 (quinze) dias, apresentar as devidas impugnações.

ADV: JOSEMBERGUE CAVALCANTE FIGUEIREDO (OAB 7298/AM) - Processo 0611618-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Nadia Carla Machado - Por isso, falecendo competência do Juízo para apreciar a presente demanda, que se enquadra como pressuposto processual de validade, com lastro no art. 485, IV, c/c seu § 3º, do CPC/15, RESOLVO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO. Sem custas e honorários sucumbenciais em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95.

ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: KELLY ANNE CORRÊA DE OLIVEIRA (OAB 9330/AM), ADV: JOSÉ CARLOS CALIL MOURÃO (OAB 4035/AM), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF) - Processo 0611687-96.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Edson da Silva Roque - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: JOCILEY GUIMARAES PANTOJA (OAB 12360/AM), ADV: FRANCISCO BARBOSA DE SOUZA (OAB 11041/AM), ADV: JULYANA LYA SILVA DOS SANTOS (OAB 6257/AM), ADV: SILVYANE PARENTE DE ARAÚJO CASTRO (OAB 7237/AM), ADV: IGOR DE MENDONÇA CAMPOS (OAB 766A/AM), ADV: RAPHAEL HEINRICH BARBOSA DE OLIVEIRA (OAB 5885/AM), ADV: PRISCILA LIMA MONTEIRO (OAB 5901/AM) - Processo 0612281-76.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: F.R.S. - REQUERIDO: R.S.B. - Por fim, ressalto que houve manifestação de um empresário antes da sentença que não guarda nenhuma relação processual com a demanda, motivo pelo qual não foi considerado como presente a parte ré, sendo revel. Diante do exposto, DENEGO seguimento ao recurso inominado, ante a sua intempestividade. Certifique-se o Trânsito em Julgado. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: ARTHUR CÉSAR ZAHLUTH LINS (OAB 5238/AM), ADV: LUIZ FERNANDO ALMENDROS DE OLIVEIRA (OAB 14483/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP) - Processo 0613070-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Seilani Nogueira Almendros de Oliveira - REQUERIDO: American Airlines Brasil - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: JULIANA CYPRESTE FERRARI (OAB 25230/ES), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM), ADV: LUCIANA GOULART PENTEADO (OAB 167884/SP) - Processo 0613230-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Anderson Carneiro dos Santos - REQUERIDO: Azul Linhas Aéreas Brasileiras S/A - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MARIA CLARA CORREA PINTO (OAB 14187/AM) - Processo 0614103-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Adrienne Oliveira do Nascimento - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: LUCAS ANASTASIA MACIEL (OAB 104006/MG), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0614929-29.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - RECLAMANTE: Camilla Felix Barbosa de Oliveira - RECLAMADO: American Airlines Brasil - HOMOLOGAR, por sentença, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, o acordo judicial celebrado entre as partes com fulcro no parágrafo único do artigo 22 da Lei 9.099/95, devendo a Secretaria, após cumprimento, arquivar estes autos, independentemente de novo Despacho, por força do art. 487, III, CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616039-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Joel Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$44.340,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação, deverá ser realizada no processo sob número 0616039-29.2019.8.04.0015.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0616042-81.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0616039-29.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joel Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$44.340,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação, deverá ser realizada no processo sob número 0616039-29.2019.8.04.0015.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616044-51.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0616039-29.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joel Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$44.340,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0616039-29.2019.8.04.0015.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0616045-36.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0616039-29.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Joel Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$44.340,00, concluo que este juízo não é competente para

processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação, deverá ser realizada no processo sob número 0616039-29.2019.8.04.0015.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0616319-05.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Rita Maria Mattos Pereira - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617461-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0617462-24.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617464-91.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617466-61.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617468-31.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0617473-53.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0617475-23.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0617461-39.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Ronaldo Gonçalves Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$279.440,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0617461-39.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: JOYCE HELEN HOLANDA MARINHEIRO (OAB 7519/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0617497-86.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Maria Girlane Barbosa de Vasconcelos - REQUERIDO: Banco Bmg S/A - A parte autora, após sua intimação para pagar ou apresentar Embargos à Execução com a garantia do Juízo, vem se manifestando em alegações simples que o valor requerido é incorreto e requer, por isso, o afastamento de imposição dos valores apresentados pela parte autora. Primeiro, a referida manifestação (fls. 321/322) não tem qualquer guarida no procedimento, motivo pelo qual as suas alegações não serão analisadas no mérito, por ora. Segundo, qualquer impugnação de valor de execução deve obedecer o procedimento do art. 917, §3º do CPC. Terceiro, quando transcreve a sentença, esquece ou omite que no parágrafo seguinte ao transcrito consta que devem ser incluídos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento. Vejamos: Na conta de cumprimento da sentença, deverão serem acrescidos o dobro dos descontos subsequentes ao ajuizamento até a cessação dos mesmos, conforme art. 493 do CPC/2015. Portanto, se opõe maliciosamente à execução empregando meio artificioso ou ardil ao omitir o que disse a sentença para pagar valor a menor do que o requerido pela parte autora. Na verdade, sequer apresenta pagamento do que

entende devido, como se quisesse inovar ilegalmente no direito litigioso. Por conseguinte, por considerar tais condutas como atos atentatórios à dignidade da justiça, nos termos do art. 774, II e art. 77, VI, todos do CPC, ALERTO à parte ré a não promover tais atos atentatórios à dignidade da justiça, sob pena de aplicação de multa. Enfim, NÃO ACOLHO o pleito da parte RÉ e DETERMINO o prosseguimento da execução, aguardando o prazo legal, de acordo com a decisão de fl. 319. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: MARCELO CARVALHO DA SILVA MAYO (OAB 14300/AM) - Processo 0618235-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Serviços Profissionais - REQUERENTE: Japan Engenharia e Refrigeração Ltda - Me - REQUERIDO: Aços da Amazônia Ltda. - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0618992-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618995-18.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618996-03.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0618999-55.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0619002-10.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619027-23.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: ALYSON THIAGO DE OLIVEIRA (OAB 4471/AC), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0619028-08.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0619029-90.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0618992-63.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Antonio Carlos Gomes da Cost - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$319.360,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0618992-63.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: EDUARDO SIMÕES PASSOS (OAB 4906/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619331-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wanderson Roberto Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada

em um proveito econômico de R$45.537,60, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619331-22.2019.8.04.0015.

ADV: LUIZA HELENA RIBEIRO SIMONETTI CABRAL (OAB 3502/AM), ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0619698-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Christian Alberto Rodrigues da Silva - REQUERIDO: American Airlines Brasil - HOMOLOGO, por sentença, o acordo entabulado entre as partes para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o parágrafo único, do art. 22, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que ultime o arquivamento dos autos e dê-se baixa em eventual RENAJUD ou BACENJUD realizado nos autos, independentemente de outro despacho. Isso posto, JULGO O PROCESSO COM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fulcro no art. 487, III, CPC. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619807-60.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619331-22.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wanderson Roberto Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$45.537,60, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619331-22.2019.8.04.0015.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0619809-30.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619331-22.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Wanderson Roberto Rodrigues de Freitas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$45.537,60, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619331-22.2019.8.04.0015.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619975-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619976-47.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619975-62.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619977-32.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619975-62.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619983-39.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619975-62.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0619984-24.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619975-62.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0619986-91.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0619975-62.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Tatiana Souz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$239.520,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0619975-62.2019.8.04.0015. CANCELEM-SE eventuais audiências designadas.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG) - Processo 0620463-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Daniel de Lima Albuquerque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Diante do exposto, JULGO IMPROCEDENTES os presentes Embargos à Execução e OBSERVO que a continuidade da execução das astreintes se perfaz em razão da parte ré ter sido intimada em 19/11/2018 para que não negativasse a parte autora (fl. 43), mas mesmo assim negativou em 11/06/2019 (fl. 119), mesmo tendo sentença julgando

inexistentes e inexigíveis os débitos. CERTIFICADO o trânsito em julgado dessa sentença de Embargos à Execução, EXPEÇA-SE alvará ao Embargado Alline Gama no valor de R$ 10.941,79 (fl.162), bem como alvará em favor do Embargante Tim Celular no valor de R$ 10.219,24 (fl.177). Após, ARQUIVEM-SE os autos se o exequente nada mais requerer. Havendo interposição do recurso, obste tais atos do parágrafo anterior e façam-me conclusos os autos.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM) - Processo 0620463-51.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Daniel de Lima Albuquerque - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Trata-se de mera correção de ofício de inexatidão material ou erro de cálculo ocorrida na sentença em sentença de fl. 138, nos termos do CPC/2015: Art. 494. Publicada a sentença, o juiz só poderá alterá-la: I - para corrigir-lhe, de ofício ou a requerimento da parte, inexatidões materiais ou erros de cálculo; Assim, onde lê-se: CERTIFICADO o trânsito em julgado dessa sentença de Embargos à Execução, EXPEÇA-SE alvará ao Embargado Alline Gama no valor de R$ 10.941,79 (fl.162), bem como alvará em favor do Embargante Tim Celular no valor de R$ 10.219,24 (fl.177). Após, ARQUIVEM-SE os autos se o exequente nada mais requerer. Leia-se: CERTIFICADO o trânsito em julgado dessa sentença de Embargos à Execução, EXPEÇA-SE alvará ao Embargado. Após, ARQUIVEM-SE os autos se o exequente nada mais requerer. Isso posto, CORRIJO, de ofício, o erro material acima descrito, mantendo incólumes os demais termos da referida sentença. P.R.I.C.

ADV: GUILHERME SCHERAKMAN SIQUEIRA (OAB 10385/AM) - Processo 0621309-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jeferson Durante - Diante do exposto, com fulcro no artigo 321 do CPC, DETERMINO à parte requerente a EMENDA À INICIAL para ESCLARECER seus pedidos e correlacionar com sua causa de pedir. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0621309-68.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rozalina Castro de Souza - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INDEFIRO o pleito de cumprimento de sentença e TORNO SEM EFEITO qualquer decisão em contrário já prolatada nos presentes autos. Ainda, EXPEÇA-SE certidão de dívida para o exequente e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: ANTÔNIO LÚCIO PANTOJA JÚNIOR (OAB 8111/AM) - Processo 0621458-98.2017.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - Desta forma, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, com fulcro no art. 53, § 4º, da lei nº. 9.099/95. Intime-se o Exequente. Arquivem-se os autos.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0621760-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Antonio Jose da Silva Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 10/02/2020 às 11:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: VICTOR CEOLIN FROTA (OAB 7994/AM), ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM) - Processo 0624276-86.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Jm de S. Cazemiro Transportes Me - REQUERIDO: Líder Representante de Plano de Saúde e Previdência Ltda. - CONCEDO a isenção em custas e preparo à parte recorrente em virtude de ser presumida sua alegação de insuficiência de recursos, não encontrando inclusive elementos nos autos que evidenciem a falta dos pressupostos legais, tudo de acordo com os §§1º e 2º do art. 99 do CPC. Portanto, INTIME-SE a recorrida para, querendo, oferecer contrarrazões no prazo de 10 dias (art. 42, §2º, da Lei 9.099/95). Decorrido o referido prazo, com ou sem as contrarrazões, REMETAM-SE estes autos à Turma Recursal, RECEBENDO o recurso no duplo efeito somente em relação à eventual obrigação de pagar, nos termos do arts. 42 e 43 da Lei 9.09/95. Havendo condenação em obrigação de fazer, a mesma deverá ser cumprida pelo devedor, por força do art. 43 da Lei 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: KLEPER EVANOVICK LEITÃO JÚNIOR (OAB 10322/AM), ADV: ROMMEL JÚNIOR QUEIROZ RODRIGUES (OAB 8279/AM) - Processo 0624492-13.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condominio Palm Village - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0624651-53.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, IV, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: JOHNNY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 8430/AM), ADV: FRANCISLEY DE OLIVEIRA SALLES (OAB 5526/AM) - Processo 0625170-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Centro Educacional Recanto Interativo - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 07/02/2020 às 09:30h.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM), ADV: BRUNO OLIVEIRA MEDEIROS (OAB 7203/AM) - Processo 0625558-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Anulação de Débito Fiscal - REQUERENTE: Albasu Comercio e Representaçao de Produtos - Homologo a desistência do presente feito, para fins do artigo 200, parágrafo único, do Código de Processo Civil. Desta forma, julgo extinto o processo sem resolução do mérito, com fundamento no artigo 485, VIII, do CPC. P.R.I. Arquivem-se e dê-se baixa.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0625986-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$54.847,06 concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0625986-10.2019.8.04.0015.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625987-92.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0625986-10.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$54.847,06 concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0625986-10.2019.8.04.0015.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0625991-32.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0625986-10.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Maria do Socorro dos Santos - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$54.847,06 concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Eventual manifestação posterior, deverá ser realizado no processo sob número 0625986-10.2019.8.04.0015.

ADV: LUIZ RENATO NASCIMENTO DE ALMEIDA (OAB 14772/AM), ADV: CAMILA MEDEIROS DOS SANTOS (OAB 12025/AM), ADV: ELON ATALIBA DE ALMEIDA (OAB 6746/AM), ADV: LEYLANE EDIENE SILVA LARA (OAB 9461/AM) - Processo 0626434-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERENTE: Idanizio Garcia Lima - Diante do exposto, sem maiores considerações a respeito da lide, JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do artigo 51, inciso I, da Lei 9.099/95. Concedo ao Requerente a isenção das custas processuais para o ajuizamento de nova reclamação sobre o mesmo objeto da presente lide, tendo em vista a presunção de sua insuficiência para o pagamento das custas, nos termos do art. 99, §3º, do CPC.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0626460-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dirismalha Maria B. - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, APRESENTAR EMENDA À INICIAL, INFORMANDO qual a devida qualificação da parte requerente, devido esta, ter sido qualificada na exordial como autônoma, conforme fl.01. Contudo, ao narrar os fatos, alega que a parte requerente é policial militar, conforme fl.02.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626671-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Americo de Jesus Laborda Iz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$159.680,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0626671-17.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626673-84.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0626671-17.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Americo de Jesus Laborda Iz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$159.680,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0626671-17.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626674-69.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0626671-17.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Americo de Jesus Laborda Iz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$159.680,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0626671-17.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0626729-20.2019.8.04.0015 (apensado ao processo 0626671-17.2019.8.04.0015) - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Americo de Jesus Laborda Iz - Diante do exposto, por entender que a relação jurídica substancial posta a apreciação deste juízo está fundada em um proveito econômico de R$159.680,00, concluo que este juízo não é competente para processar a julgar o presente feito, motivo pelo qual JULGO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO A PRESENTE DEMANDA, nos termos do art. 51, II da Lei n. 9.099/95. Posteriores manifestações deverão ser protocoladas no processo sob número 0626671-17.2019.8.04.0015. Cancelem-se eventuais audiências designadas.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0627769-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Norma Gomes de Sa - Por isso, JULGO O PROCESSO SEM JULGAMENTO DO MÉRITO, nos termos do art. 51, III da Lei 9.099/95. Sem custas ou honorários. Preparo de lei. Transitada em julgado, baixar e arquivar. Prejudicada, cancelo a audiência, revogando eventual liminar deferida. P.R.I.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0628137-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Johny Jefferson Lopes Nunes de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 05/02/2020 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: LUIZ GONZAGA PINHEIRO JÚNIOR (OAB 12021/AM) - Processo 0628162-59.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Multa - REQUERENTE: Humberto Ribeiro Gonçalves - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 07/02/2020 às 08:30h.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0628169-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jaqueline Morais Soeiro - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 07/02/2020 às 09:15h.

ADV: MAURÍLIO SÉRGIO FERREIRA DA COSTA FILHO (OAB 9967/AM) - Processo 0628214-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Fernando Hélio Barrozo Frazão Baruk - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/02/2020 às 10:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0628237-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Promessa de Compra e Venda - REQUERENTE:

Ana Silva de Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 10/02/2020 às 11:00h.

ADV: JEAN CARLOS PINTO DA SILVA (OAB 5328/AM) - Processo 0628271-73.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene Lima de Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 11/02/2020 às 08:30h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0628277-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lukedson da Costa Souza - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 11/02/2020 às 08:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ALDERLAN CASTRO LEAL (OAB 13828/AM) - Processo 0628359-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - EXEQUENTE: Ana Maria Pires dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/02/2020 às 10:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0628379-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Antonia Marinho da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/02/2020 às 08:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0628389-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Geane Farias de Matos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 28/01/2020 às 11:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0628396-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Marcelo Farias dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/02/2020 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0628559-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Alfredo Pinto Sampaio - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 24/02/2020 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: VICTOR NEGRÃO REIS (OAB 12545/AM) - Processo 0628606-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rafael Gonzaga Pinheiro - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 06/02/2020 às 11:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ELLEN CRISTINA GONCALVES PIRES (OAB A1266/AM), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: DAYANA DE MENEZES AZEVEDO (OAB 10500/AM), ADV: ANGÉLICA MARIA MONTEIRO DUARTE (OAB 2659/AM) - Processo 0628650-48.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Wanda de Oliveira Abreu - REQUERIDO: CVC BRASIL OPERADORA E AGÊNCIAS DE VIAGENS S.A. e outro - Dito isso, CONHEÇO DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO para NEGAR-LHES PROVIMENTO. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da Lei 9.099/95. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e dê-se baixa e arquivamento. P.R.I.C.

ADV: MÔNICA VIEIRA GALATE MATTOS (OAB 5123/AM) - Processo 0628711-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Jucicleide da Silva - PROCEDO com a designação da audiência de conciliação e com a CITAÇÃO da parte ré ou INTIMAÇÃO das partes interessadas para comparecimento a audiência de conciliação designada nos autos do processo em epígrafe para o dia 30/01/2020 às 11:15h.

ADV: ALMERON CAMINHA (OAB 12270/AM) - Processo 0628730-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Cláudio Martins da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, e de forma LEGÍVEL, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: CHRISTHIAN NARANJO DE OLIVEIRA (OAB 4188/AM) - Processo 0629274-63.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Residencial Plaza Del Rey - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARCELE DE ALMEIDA MONTEIRO (OAB 11190/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: PAULA D'AVILLA CAVALCANTE (OAB 8750/AM) - Processo 0629727-

92.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Nara Suely D'avilla Cavalcante - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - INDEFIRO o pleito de cumprimento de sentença e TORNO SEM EFEITO qualquer decisão em contrário já prolatada nos presentes autos. Ainda, EXPEÇA-SE certidão de dívida para o exequente e arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CÁRITA DOS ANJOS NASCIMENTO (OAB 8082/AM) - Processo 0629921-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Leonardo Lima Toledano - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 04/02/2020 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0630028-05.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0630029-87.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0630033-27.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0630034-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I.

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0630160-62.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Condomínio - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - Imperioso reconhecer ex officio a incompetência absoluta deste Juízo em razão da matéria, conforme preceitua o art. 64, §1º do CPC. Posto isto, JULGO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO, com fundamento no art. 485, IV, do NCPC. Sem custas em primeiro grau de jurisdição, ex vi do art. 55 da lei 9.099/95. Na interposição de recurso, observa-se o preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado e arquivem-se os autos. P.R.I.

Adriana Silva Gomes (OAB 12901/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alderlan Castro Leal (OAB 13828/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Almeron Caminha (OAB 12270/AM)
Alyson Thiago de Oliveira (OAB 4471/AC)
Amilcar dos Santos Pinheiro Filho (OAB 538A/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Ana Lúcia Salazar de Sousa (OAB 7173/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
André Oliveira da Soledade (OAB 8013/AM)
Angélica Maria Monteiro Duarte (OAB 2659/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Lúcio Pantoja Júnior (OAB 8111/AM)
Arthur César Zahluth Lins (OAB 5238/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Oliveira Medeiros (OAB 7203/AM)
Camila Medeiros dos Santos (OAB 12025/AM)
Cárita dos Anjos Nascimento (OAB 8082/AM)
Christhian Naranjo de Oliveira (OAB 4188/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Danielle de Azevedo Cardoso (OAB 56347/BA)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
David Matalon Neto (OAB 3934/AM)
Dayana de Menezes Azevedo (OAB 10500/AM)
Eduardo Simões Passos (OAB 4906/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Ellen Cristina Goncalves Pires (OAB A1266/AM)
Elon Ataliba de Almeida (OAB 6746/AM)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Francisco Barbosa de Souza (OAB 11041/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Francisley de Oliveira Salles (OAB 5526/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme Scherakman Siqueira (OAB 10385/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 69306/MG)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Hilma Eliz Lopes Magalhães (OAB 8108/AM)
Igor de Mendonça Campos (OAB 766A/AM)
Igor Macedo Facó (OAB 16470/CE)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Jean Carlos Pinto da Silva (OAB 5328/AM)
Jociley Guimaraes Pantoja (OAB 12360/AM)
Johnny de Oliveira Salles (OAB 8430/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)

José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Carlos Calil Mourão (OAB 4035/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Josembergue Cavalcante Figueiredo (OAB 7298/AM)
Joyce Helen Holanda Marinheiro (OAB 7519/AM)
Juliana Cypreste Ferrari (OAB 25230/ES)
Julyana Lya Silva dos Santos (OAB 6257/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelly Anne Corrêa de Oliveira (OAB 9330/AM)
Kleper Evanovick Leitão Júnior (OAB 10322/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leylane Ediene Silva Lara (OAB 9461/AM)
Lucas Anastasia Maciel (OAB 104006/MG)
Luciana Goulart Penteado (OAB 167884/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Luís Roberto Paiva Filho (OAB 8628/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Fernando Almendros de Oliveira (OAB 14483/AM)
Luiz Gonzaga Pinheiro Júnior (OAB 12021/AM)
Luiz Renato Nascimento de Almeida (OAB 14772/AM)
Luiza Helena Ribeiro Simonetti Cabral (OAB 3502/AM)
Marcele de Almeida Monteiro (OAB 11190/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Marcelo Carvalho da Silva Mayo (OAB 14300/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Clara Correa Pinto (OAB 14187/AM)
Marileide Mota da Silva Falcão (OAB 13472/AM)
Marilene Balbi de Albuquerque (OAB 12492/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Maurílio Sérgio Ferreira da Costa Filho (OAB 9967/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mônica Vieira Galate Mattos (OAB 5123/AM)
Mylene Costa Maciel Façanha (OAB 4835/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Paula D'Avilla Cavalcante (OAB 8750/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Priscila Lima Monteiro (OAB 5901/AM)
Raphael Heinrich Barbosa de Oliveira (OAB 5885/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Roberto Amaral Arruda Filho (OAB 10034/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rommel Júnior Queiroz Rodrigues (OAB 8279/AM)
Silvyane Parente de Araújo Castro (OAB 7237/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Victor Ceolin Frota (OAB 7994/AM)
Victor Negrão Reis (OAB 12545/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0240/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0201052-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0201065-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Claro S/A - Por isso, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES OS PEDIDOS e o faço da seguinte forma: a) CONDENO a parte ré a pagar R$ 15,00 a título de danos materiais pelo chip que a autora teve que comprar, comprovado na fl. 42; b) CONDENO a pagar R$ 5.000,00 em prol da parte autora, a título de indenização por danos morais. Correção monetária pelo INPC, aplicando-se no que pertinente: desde a data do(s) desembolso (danos materiais) e da presente data (danos morais, S. 364 STJ). Juros de 1% a.m desde a citação. Sem condenações em custas pretéritas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.099/95. Preparo de lei. Da interposição de recurso, observar a parte recorrente o recolhimento do preparo e as custas recursais de lei (art. 54, parágrafo único e 55, ambos da Lei 9.099/95, combinado com a Lei Estadual 2.429/96 e Provimento 256/2015-CGJ/AM). Interposto o mesmo, faça-se os autos conclusos para análise do juízo de admissibilidade do recurso. Por outro lado, transcorrido o prazo legal, sem a interposição de recurso, determino à Secretaria que certifique o trânsito em julgado. P.R.I.C.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0201490-79.2019.8.04.0015 (processo principal 0603972-03.2017.8.04.0015) - Cumprimento Provisório de Sentença - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Francidalva da Rocha Barreto e outro - Os presentes autos se encontram baixados e arquivados em virtude de sentença de fl. 76. Na referida sentença, foi dito que qualquer peticionamento nestes seria desconsiderado, já que a demanda tramita sobre o número 0603972-03.2017.8.04.0015. Portanto, MANTENHAM-SE OS AUTOS ARQUIVADOS, querendo a parte peticionante poderá peticionar nos autos indicado. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUIS CARLOS MONTEIRO LAURENÇO (OAB 664A/AM), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: RICARDO DA COSTA ALVES (OAB 102800/RJ) - Processo 0205508-80.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: NOVA CEDAE -Companhia Estadual de Águas e Esgotos - A parte autora junta Embargos de Declaração contra sentença que foi proferida igualmente nos autos de n.° 0205509-65.2018.8.04.0015 em virtude de conexão entre a presente demanda e aquela. ORIENTE-SE a parte autora a somente peticionar naqueles autos, devendo seguir a demanda somente naquele, já que é nele onde se seguirá eventual cumprimento de sentença, inclusive interpondo Recurso Inominado naqueles autos. JUNTE-SE a petição de fls. 58/61 aos autos de n.° 0205509-65.2018.8.04.0015. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: AMANDA KATHERINE RIBEIRO DE OLIVEIRA (OAB 9978/AM), ADV: VICENTE EMANUEL ALMEIDA DE PAULA (OAB 8569/AM) - Processo 0600009-84.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo de Oliveira Cordeiro - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0600281-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0600296-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Erica Ellen de Souza Maciel - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Haja vista o julgamento em sede de repetitivo do processo 0000199-73.2018.8.04.9000, foram fixadas as seguintes teses: 1 - São inválidos os contratos de cartão de crédito consignado quando inexistir prova inequívoca de que tenha o consumidor sido informado, prévia e adequadamente, sobre a integralidade dos termos ajustados no instrumento contratual; 2 - O uso do cartão de crédito consignado, por si só, não afasta a incidência de dano moral, tampouco supre a falta do fornecedor pelo cumprimento do dever de informação no ato de contratação, estando a sua legalidade relacionada diretamente com a validade do contrato; 3 - Em regra, é cabível a restituição simples, a cada parte, nos casos em que for reconhecida a ilegalidade dos contratos de cartão de crédito consignado. A repetição de indébito é devida, tão somente, quando houver comprovada má-fé, que deve ser apreciada a luz do caso concreto. Diante disto, REATIVE-SE o processo e PROCEDA-SE com as devidas citações/intimações das partes interessadas para comparecer à audiência de conciliação designada para o dia 04/11/2019 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de inversão do ônus da prova, uma vez vislumbrada a verossimilhança das alegações e hipossuficiência da parte autora em relação à ré. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO ARY FRANCO CÉSAR (OAB 123514/SP), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB 737A/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ALYNE COELHO OLIVEIRA (OAB 844A/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA FERREIRA PIGNANELI (OAB 5546/RO), ADV: PATRICIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB 8014/MT), ADV: RAFAEL SGANZERLA DURAND (OAB A737/AM), ADV: PATRÍCIA JORGE DA CUNHA VIANA DANTAS (OAB 1059/AM) - Processo 0600746-87.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Cometa Manaus Comércio de Motos Ltda - B. V. Financeira S/A - Crédito, Financiamento e Investimento - Banco Votorantim (Bv Financeira S/a) - Banco do Brasil S/A - Cardif do Brasil - Seguros e Previdência S.a - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do saldo remanescente no valor de R$ 4.356,00, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: SÍLVIA ROBERTA PADILHA DE OLIVEIRA (OAB 6664/AM) - Processo 0600780-59.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raphael Nascimento de Souza - Expeça-se o competente Mandado para adjudicação em favor da parte autora do veículo penhorado, procedendo-se com a apreensão e a entrega do bem à parte autora. Após, certificada a entrega, de imediato, OFICIE-SE ao Detran-Am a fim de que proceda com a transferência do veículo de imediato para o seu nome. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0602121-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0603048-55.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Cilene Coelho do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DETERMINO a expedição de alvará à parte autora no valor apurado pela parte ré, qual seja R$ 34.086,15. Após, DETERMINO a expedição de alvará do saldo remanescente em conta judicial à parte ré. Cumpridas as obrigações impostas por este juízo, BAIXEM-SE e ARQUIVEM-SE os presente autos.

ADV: MAURÍCIO DOS SANTOS PEREIRA JÚNIOR (OAB 7768/AM) - Processo 0604325-77.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: LUCAS SENNA DE LUNA - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: KARLA PATRÍCIA BRASIL LUZZI (OAB 4714/AM) - Processo 0605204-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Jessica Siqueira Barroso - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: MOZARTH RIBEIRO BESSA NETO (OAB 4390/AM) - Processo 0606030-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Avior Airlines Brasil C.a. - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 1119A/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: GILSON JOAO GOULART JUNIOR (OAB 36950/PR) - Processo 0606731-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Expedia do Brasil Agência de Viagens e Turismo Ltda. - Bourbon Batel Express Hotel - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: ANDRADE GC ADVOGADOS (OAB 5797/AM), ADV: INGRYD DOS SANTOS MOUSSE (OAB 8304/AM) - Processo 0607189-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Patriurbis 03 Empreendimento Imobiliário LTDA - Condomínio Concept - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0607194-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco Carrefour (Banco CSF S/A) - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no

prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: BIANCA ALESSANDRA BATISTA LIMA (OAB 7516/AM) - Processo 0607482-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Silvana de Melo Monteiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - DETERMINO a expedição de alvará à parte autora no valor apurado pela parte ré, qual seja R$ 14.055,44. Após, DETERMINO a expedição de alvará do saldo remanescente em conta judicial à parte ré. Cumpridas as obrigações impostas por este juízo, BAIXEM-SE e ARQUIVEM-SE os presente autos.

ADV: CAIO PATRICK COELHO SILVA ANDADE (OAB 13408/AM), ADV: ISABELLE BENLOLO DE AZEVEDO (OAB 11737/AM), ADV: ÉRICO CABOCLO DE MACEDO (OAB 7685/AM), ADV: PEDRO CÂMARA JÚNIOR (OAB 2834/AM), ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: PEDRO CÂMARA - SOCIEDADE DE ADVOGADOS (OAB 613/AM) - Processo 0608015-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERIDO: Plural Gestao Em Planos de Saude Ltda - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - EXPEÇA-SE o competente alvará eletrônico. Vale ressaltar que a condenação é solidária, devendo incidir o pagamento em face de ambos réus solidários. INTIME-SE as PARTES RÉS, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor remanescente de R$ 8.451,42, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: FRANCISCO RICARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 12493/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0608281-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ester de Oliveira Almeida - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB) - Processo 0609529-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Tim Celular S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MAURÍCIO DA GAMA MONTEIRO (OAB 4931/AM) - Processo 0610811-78.2016.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Escola Internacional do Amazonas Ltda - A sentença de fl. 50 determinou o desbloqueio dos valores penhorados e o arquivamento do feito, motivo pelo qual INDEFIRO o pedido da parte autora. Inclusive, foi intimada a parte autora para dar continuidade à demanda antes de ser exarada a sentença, mas permaneceu inerte. Mantenham-se os autos arquivados. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0610976-28.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor remanescente indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: FILIPE REIS FAIA (OAB 14524/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0612668-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Adriana Cassia dos Santos Venâncio - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de recurso inominado em que não foram recolhidas as custas processuais nem o preparo recursal, apresentando pedido de justiça gratuita. Nos autos, a recorrente apenas requer a assistência gratuita, mas sequer junta declaração de hipossuficiência acompanhada de documentos que comprovem o alegado. Por isso, entendo que a parte autora não faz jus ao benefício da justiça gratuita. Com efeito, é imprescindível a aplicação dos princípios da equidade e razoabilidade quando da análise do aludido benefício, sob pena de inviabilizar a própria atuação do Poder Judiciário. Outrossim, não há qualquer óbice quanto a análise do caso concreto pelo Magistrado, que firma seu convencimento com base nas provas e afirmações constantes nos autos. Dito isto, verifico que a recorrente não logrou êxito em trazer elementos que constatem a condição de hipossuficiência, razão pela qual INDEFIRO o pedido de assistência judiciária gratuita em sede de recurso. INTIME-SE a Recorrente, para que no prazo de 48 horas comprovar o recolhimento do preparo recursal, em atendimento do disposto no enunciado 115 FONAJE, sob pena de deserção. Após, voltam-me concluso. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0612820-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 6.763,57, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0613436-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 5.344,19, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: KEMIO DA SILVA FERREIRA (OAB 7891/AM) - Processo 0614074-50.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Jander Pereira de Souza - REQUERIDO: Vivo S/A - Portanto, embora devidamente intimada para pagamento voluntário, a parte ré deixou de comprovar o efetivo cumprimento da obrigação de pagar. Tendo já transitado tal prazo, DETERMINO a continuidade da execução nos termos da decisão de fl. 239. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0614247-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 7.223,18, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0614945-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0616157-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Maria do Rosario Marques dos Anjos - INTIME-SE a parte interessada para, no prazo de 05 (cinco) dias, indicar uma única conta bancária apta, em nome de um dos autorizados para levantamento dos valores, além de nome completo e CPF/CNPJ do autorizado, a fim de que se faça a transferência eletrônica de valores via Alvará Eletrônico.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0616361-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Fundo Itapeva Vii Multicarteira Fundo de Investimento Em Direitos Credit[orios Não Padronizados - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0619310-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Rogério Barbosa da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, Código de Processo Civil, INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL E JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO.

ADV: ELIZETH SERRÃO RODRIGUES (OAB 2610/AM), ADV: JOÃO BOSCO DA SILVA VIEIRA FILHO (OAB 8342/AM) - Processo 0621525-63.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Mútuo - REQUERENTE: Cezar Gaioso Chaves - REQUERIDO: Manaus Box Ind. e Com. de Embalagens da Amazônia Ltda. e outros - Houve nos autos bloqueio de uma L200 Tríton nos autos e a parte autora requer a penhora e avaliação dela, indicando o local onde ela será encontrada. Porém, a parte ré veio aos autos informando que esse veículo está em poder da própria parte autora, sendo inclusive alvo de discussão judicial em outra demanda. Ocorre que quando a parte autora vem aos autos omitindo o fato de estar com o veículo e pedindo a penhora de veículo que está consigo, o qual pode ser inclusive já de sua propriedade com reserva de domínio, está inovando ilegalmente no estado de fato de bem ou direito litigioso, razão pela qual, desde já, ALERTO a parte autora que está cometendo ato atentatório à dignidade da justiça, voltando a ocorrer tal ato, ser-lhe-á aplicada a sanção cabível. DETERMINO que se proceda a exclusão do bloqueio do RENAJUD e PROSSIGA-SE com a execução. Pois bem, para a efetivação da penhora do crédito, havendo indicação de terceiro, DETERMINO a EXPEDIÇÃO de Mandado de Intimação, Penhora e Avaliação a fim de que o Sr. Meirinho se dirija aos endereços dos terceiros ELETROLUX, KEIHIN TECNOLOGIA DO BRASIL e 3M MANAUS (fl. 119) e, lá estando, PROCEDA com as INTIMAÇÕES destes terceiros PARA QUE NÃO PAGUEM ao executado eventual crédito que tenham com ele (art. 855, I, CPC). Em ato contínuo, PENHORE-SE e AVALIE-SE a existência de tais créditos, certificando a existência desses valores e suas naturezas, ainda observando ao terceiro que será ele o depositário do eventual crédito existente e que se exonerará da obrigação se depositar o crédito em juízo, em conformidade com o art. 856, II, do CPC. Nesta oportunidade, INTIME-SE o executado desta decisão por meio de correspondência postal a fim de que não pratique qualquer ato de disposição do crédito (art. 855, II, do CPC). Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: NEY BASTOS SOARES JÚNIOR (OAB 4336/AM) - Processo 0621897-75.2018.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Nilio Braga Portella - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: WILSON MOLINA PORTO (OAB 12790A/MT) - Processo 0622939-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: José Erasmo Alves de Melo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 11:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM), ADV: TAQUER JUNIO QUEIROZ RIBEIRO (OAB 13226/AM) - Processo 0623652-03.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Lucas Henrique Coelho de Oliveira - DECISÃO O pedido “d” da fl.06 não especifica a que valores/mês se referem o pedido de restituição em dobro, propiciando sentença extra, ultra ou citra petita, bem como dificulta o direito ao contraditório da parte ré. Art. 322. O pedido deve ser certo. Art. 324. O pedido deve ser determinado. Dessa forma, INTIME-SE a parte autora, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para EMENDAR sua inicial informando/especificando a que valores/mês se referem as cobranças/dívidas do pedido “d” da fl.06, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença. Realizada a diligência supra, voltem-me conclusos para apreciação do pedido de tutela provisória.

ADV: OSMAR FORESTO RODRIGUES (OAB 4026/AM) - Processo 0623950-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: José Carlos Muniz de Oliveira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 09:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0624679-21.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 2.788,35. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: MELQUISEDEC FREITAS PANTOJA (OAB 10412/AM) - Processo 0624870-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Jucineide de Castro dos Santos - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - É cediço que o Juiz pode alterar sua decisão interlocutória, porém somente se forem modificados os fatos ou sua percepção a respeito dos fatos. Não é o que ocorre

nos autos Os Professores Nelson Nery e Rosa Maria Andrade Nery na sua obra conjunta Código de Processo Civil Comentado, verbis: "Pedido de reconsideração. No caso de não haver preclusão pelo fato de a matéria objeto da decisão ser de ordem publica ou de direito indisponível, a decisão poderá ser revista pelo mesmo juiz ou tribunal superior, ex officio ou a requerimento da parte. Este requerimento poderá ser feito por petitio simplex ou por intermédio de recurso de agravo, se apresentado no primeiro grau de jurisdição. A petitio simplex poderá receber o nome de pedido de reconsideração. Somente nesta hipótese entendemos aceitável a utilização desse meio recursal para provocar o reexame da questão já decidida pelo juiz, sem que seja preciso interpor o recurso de agravo." (p. 809, edição de 2003). Portanto, MANTENHO O INDEFERIMENTO. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0624963-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raquel Viana de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 24/02/2020 às 11:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MATIAS AZEVEDO RODRIGUES (OAB 14378/AM) - Processo 0625451-81.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Execução Contratual - REQUERENTE: M.a.rodrigues Educação Eireli-me (Centro Educacional Excelente) - DEFIRO a execução forçada requerida pelo exequente do valor de R$ 1.790,52. De acordo com o art. 53 da Lei 9.099/95 e o art. 829, caput, do CPC, PROCEDA-SE com as providências da CITAÇÃO da parte executada para, no prazo de 03 (três) dias, efetuar o pagamento do valor indicado pela parte Exequente, na forma do art. 829, CPC.

ADV: FRANCISCO ALVES DE OLIVEIRA (OAB 9936/AM) - Processo 0625537-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jose Carlos Reis de Melo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: ROQUE LANE WILKENS MARINHO (OAB 10486/AM) - Processo 0625684-78.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Bianca Alves Alexandre - Ante, inclusive, ao leilão ter decorrido pela alienação de bens apreendidos nas operações de Trânsito da MANAUSTRANS e não recuperados pelos seus proprietários nos termos da lei, é possível que tal responsabilidade não recaia sobre a ora requerida. Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0626858-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Maria do Socorro Batista da Silva - Diante do exposto, a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do CPC, DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para JUNTAR comprovante de residência atualizado dos últimos 3 meses (conta de água, luz, telefone) em seu nome. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ALFA MARIANNE ALMEIDA CRUZ SAUTCHUK (OAB 12875/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0626875-95.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Agra Bergen Incorporadora Ltda. - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor de R$ 14.367,83, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627429-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio Vieira - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 09:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627604-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Queli Mara Chaves Lopes. - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 11:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM) - Processo 0627694-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nulidade - Ausência de Citação do Executado - REQUERENTE: Neilane Nayara Mota Vinhote - Pois bem, ao analisar detidamente os presentes autos, verifico que a pretensão da Requerente cinge-se no fato de que a sentença atacada foi exarada por outro Juízo. Sem maiores dificuldades, este Juízo de Primeiro Grau não pode anular a sentença de outro Juízo de Primeiro Grau, por não ser este Juízo um Juízo de revisão de sentenças de Primeiro Grau, exceto das suas próprias sentenças, em razão de que este Juízo não pode ser o competente para receber a presente demanda. Diante disto, declino a competência desta demanda para o Juízo da 5ª Vara do Juizado Especial Cível, Juízo sentenciante do processo 0607225-67.2015.8.04.0015. À redistribuição com as cautelas de praxe. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: AYRIENE FRORES DE SOUSA (OAB 12105/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0627707-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - INTIME-SE a PARTE RÉ, em uma das formas do art. 513, §2º, do CPC/2015, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o pagamento do valor indicado pela parte autora, com a devida comprovação e juntada de guia de pagamento, a qual contém o número da conta judicial gerada quando de sua emissão, sob pena do acréscimo de multa de 10% (dez por cento), nos termos do art. 523, caput e §1°, do CPC.

ADV: LUANA ADRIANA CRUZ DA SILVA (OAB 8184/AM) - Processo 0627871-59.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marcus Vinicius Bonfim Brito - Diante do exposto, a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do CPC, DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR o correto endereço onde a parte autora reside, JUNTANDO o devido comprovante atualizado em seu nome. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0627904-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Clovis de Souza Assis - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 10:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0627965-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Wangela Fernanda Souza Lacerda - Diante do exposto, a petição inicial não preenche o requisito do art. 320 do CPC, DETERMINO, então, nos termos do art. 321 do CPC, à parte requerente a EMENDA À INICIAL para INFORMAR o correto endereço onde a parte autora reside, JUNTANDO o devido comprovante (conta de água, luz, telefone ou internet) devidamente ATUALIZADO (últimos 6 meses) em seu nome. DETERMINO, também, à parte autora para JUNTAR documento de identidade de identidade legível para identificar a parte pessoalmente, atendendo ao art. 9º da Lei 9.099/95. Intime-se a parte requerente, por meio de publicação em diário dirigida ao seu patrono, para cumprir a presente ordem judicial, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção da ação sem julgamento do mérito, nos termos do art. 321, parágrafo único, c/c art. 485, III, do CPC, na oportunidade em que se deverá fazer conclusos para exarar tal sentença.

ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM), ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM) - Processo 0627997-46.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcelo Salum da Costa - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento das custas que foram inicialmente dispensadas e que são devidas, assim como o preparo, nas 48h subsequentes à interposição do recurso. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0628041-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Amarildo Ferreira da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 03/02/2020 às 10:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MARCO CESAR SOUZA PIMENTEL (OAB 13160/AM) - Processo 0628083-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Armando Garcia Queiroz Filho - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 10:00h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: MOZART LUÍS NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 5436/AM) - Processo 0628097-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: João Dias Neto - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. INDEFIRO, por ora, a abstenção de POSSÍVEL negativação. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10 de fevereiro de 2020, às 10 horas, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0628124-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antenor da Silva Almeida - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM) - Processo 0628300-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ana Cristina Rodrigues de Souza - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 11:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0628302-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Conceicao Diogo da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/02/2020 às 10:45h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0628302-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria da Conceicao Diogo da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA.

ADV: BEATRIZ ARAÚJO LIMA DE CASTRO (OAB 7706/AM) - Processo 0628408-89.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Eder Costa de Castro - Diante do exposto, DENEGO seguimento, POR DESERÇÃO, ao recurso inominado, ante a ausência de recolhimento das custas que foram inicialmente dispensadas e que são devidas, assim como o preparo, nas 48h subsequentes à interposição do recurso. Aguarde-se pleito de cumprimento de sentença, sendo o caso, ou arquive-se, caso tenha sido sentença de improcedência ou não haja o requerimento de cumprimento de sentença no prazo de 15 (quinze) dias. Intimem-se as partes. Cumpra-se.

ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: MÁRIO ROBUSTELLI FILHO (OAB 9380/AM) - Processo 0628500-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcio Jose Viana Silva - INDEFIRO O PEDIDO. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 11:30h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0628506-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Bruno da Silva Lima - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 08:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0628564-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vila Gaia - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré por carta postal para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 11/02/2020 às 10:30h.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0628587-86.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Regis Ferreira de Araujo - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 27/01/2020 às 09:45h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: JULIANA FERREIRA CORRÊA (OAB 7589/AM) - Processo 0628657-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - EXEQUENTE: Taiana Burlamaqui Vale - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência ATUALIZADO em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM, que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0628672-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Themis Souza da Silva - Por isso, INDEFIRO O PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA. INTIME-SE a parte autora e CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 09:15h. ADVIRTO a parte ré acerca da possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628678-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Maria de Lourdes Simões da Silva - DEFIRO PARCIALMENTE A TUTELA PROVISÓRIA para que a parte ré, após sua intimação, imediatamente, via carta postal, ou via portal eletrônico ou via oficial de justiça, juntamente com sua citação, ABSTENHA-SE de suspender o serviço de fornecimento de serviço público para parte autora em razão da fatura aqui discutida, sob pena de multa única no valor de R$ 5.000,00 pelo descumprimento da presente obrigação; caso o serviço já esteja suspenso determino que o requerido religue-o no prazo de 24 horas sob pena da mesma multa. CITE-SE a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para o dia 12 de fevereiro de 2020, às 8 horas e 15 minutos, bem como do teor da presente decisão. Ainda, mediante publicação ou carta postal, INTIME-SE a parte autora da audiência ora designada. ADVIRTO a parte ré sobre a possibilidade de Inversão do Ônus da Prova por considerar verossímeis as alegações autorais e a hipossuficiência do(a) Autor(a) em provar o alegado, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor. Cumpra-se.

ADV: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR (OAB 20812/MT) - Processo 0628701-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Dayse Araujo da Silva - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 12/02/2020 às 09:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: REBECA BEATRIZ SILVA SOUSA (OAB 12219/AM) - Processo 0628705-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Y. C. F. Assayag - Me - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, em conformidade com o art. 321 do CPC, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR certidão simplificada da Junta Comercial ou outro documento idôneo e atual que prove o seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do Enunciado 135 do FONAJE.

ADV: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR (OAB 20812/MT) - Processo 0628789-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Julia Garcia dos Santos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante (e não declaração) de residência (conta de água, luz, telefone ou internet) devidamente ATUALIZADO (últimos 6 meses) em seu nome OU JUSTIFICAR vínculo de parentesco ou jurídico com a declarante, bem como apresente documento oficial com foto oficial da declarante, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: UBIRATAN MAXIMO PEREIRA DE SOUZA JUNIOR (OAB 20812/MT) - Processo 0628816-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Lucinara Silva de Lima - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, JUNTAR comprovante de residência (conta de água, luz, telefone ou internet) devidamente ATUALIZADO (últimos 6 meses) em seu nome, atendendo à Resolução N.º 12/2017 do TJ/AM que ordena a distribuição dos processos nos Juizados Especiais de acordo com o endereço da parte autora.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628874-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Raimundo Nonato Nascimento Tavares - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 12/02/2020 às 09:15h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628894-40.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ademir de Oliveira Lemos - De ordem do MM. Juiz de Direito deste Juizado, Dr. Moacir Pereira Batista e de acordo com a Ordem de Serviço n.º 001/2018/7ºJEC, INTIMO a parte autora e CITO a parte ré para comparecimento à audiência de conciliação designada para do dia 07/02/2020 às 11:00h. ADVIRTO à parte ré acerca da possibilidade de deferimento de Inversão do Ônus da prova pelo magistrado no momento do julgamento, na forma do art. 6º, inciso VIII, do Código de Defesa do Consumidor.

Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Alfa Marianne Almeida Cruz Sautchuk (OAB 12875/AM)
Alyne Coelho Oliveira (OAB 844A/AM)
Amanda Katherine Ribeiro de Oliveira (OAB 9978/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Andrade GC Advogados (OAB 5797/AM)

André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio Ary Franco César (OAB 123514/SP)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Ayriene Frores de Sousa (OAB 12105/AM)
Beatriz Araújo Lima de Castro (OAB 7706/AM)
Bianca Alessandra Batista Lima (OAB 7516/AM)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Caio Patrick Coelho Silva Andade (OAB 13408/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Elizeth Serrão Rodrigues (OAB 2610/AM)
Érico Caboclo de Macedo (OAB 7685/AM)
Fábio Rivelli (OAB 1119A/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Filipe Reis Faia (OAB 14524/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Alves de Oliveira (OAB 9936/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Ricardo dos Santos Assis (OAB 12493/AM)
Gilson Joao Goulart Junior (OAB 36950/PR)
Guilherme da Costa Ferreira Pignaneli (OAB 5546/RO)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Ingryd dos Santos Mousse (OAB 8304/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabelle Benlolo de Azevedo (OAB 11737/AM)
João Bosco da Silva Vieira Filho (OAB 8342/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Juliana Ferreira Corrêa (OAB 7589/AM)
KARINA DE ALMEIDA BATISTTUCI (OAB 685/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Karla Patrícia Brasil Luzzi (OAB 4714/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Kemio da Silva Ferreira (OAB 7891/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Luana Adriana Cruz da Silva (OAB 8184/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luis Carlos Monteiro Laurenço (OAB 664A/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marco Cesar Souza Pimentel (OAB 13160/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mário Robustelli Filho (OAB 9380/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Matias Azevedo Rodrigues (OAB 14378/AM)
Maurício da Gama Monteiro (OAB 4931/AM)
Maurício dos Santos Pereira Júnior (OAB 7768/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Melquisedec Freitas Pantoja (OAB 10412/AM)
MIRIAN DA MOTA VINHOTE (OAB A923/AM)
Mozart Luís Nascimento dos Santos (OAB 5436/AM)
Mozarth Ribeiro Bessa Neto (OAB 4390/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Ney Bastos Soares Júnior (OAB 4336/AM)
Osmar Foresto Rodrigues (OAB 4026/AM)
Patrícia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB 1059/AM)
Patricia Jorge da Cunha Viana Dantas (OAB 8014/MT)
Pedro Câmara - Sociedade de Advogados (OAB 613/AM)
Pedro Câmara Júnior (OAB 2834/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
PIERRE MANOEL EUGENE TELES CHOTTARD (OAB 13239/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB 737A/AM)
Rafael Sganzerla Durand (OAB A737/AM)
Rebeca Beatriz Silva Sousa (OAB 12219/AM)
Ricardo da Costa Alves (OAB 102800/RJ)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Roque Lane Wilkens Marinho (OAB 10486/AM)
Sílvia Roberta Padilha de Oliveira (OAB 6664/AM)
Taquer Junio Queiroz Ribeiro (OAB 13226/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Ubiratan Maximo Pereira de Souza Junior (OAB 20812/MT)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vicente Emanuel Almeida de Paula (OAB 8569/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Molina Porto (OAB 12790A/MT)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0275/2019

ADV: DANIEL CARDOSO DE ALBUQUERQUE (OAB 6086/AM) - Processo 0201653-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERIDO: E. Cavalcante Soares Sampaio Me - Ante o que, denego os embargos de declaração opostos por E. Cavalcante Sores Sampaio - Me, em todos os seus termos. Intime-se. Manaus, 14 de outubro de 2019

ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM) - Processo 0201801-70.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 3.092,15 (Três mil, noventa e dois reais e quinze centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 3.401,36 (Três mil, quatrocentos e um reais e trinta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MAURO EDUARDO LIMA DE CASTRO (OAB 146791/SP), ADV: ALDEMIRO REZENDE DANTAS JUNIOR (OAB 2174/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0600065-17.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Leandro Silva Dantas - EXECUTADO: Bom Negocio Atividades de Internet Ltda e outro - Intime-se o embargado para se manifestar dos embargos a execução interposto, em 15 dias. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: LARA REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 10686/AM) - Processo 0600702-97.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ceproeducar Ltda - Me - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: FELIPE PEREIRA JUCÁ (OAB 7532/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0601857-72.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: MARCELO MOREL GIRALDES (OAB 184152/SP), ADV: FABIO RIVELLI (OAB 1119/AM) - Processo 0602125-31.2015.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Residencial Vista do Sol - REQUERIDO: API SPE 22 - PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA. e outro - Como já dito na sentença anterior (fls. 401/402), a decisão que autorizou o prosseguimento da execução, considerando a natureza do crédito, na qualidade extraconcursal, foi objeto de conflito de competência e teve seu andamento suspenso pelo STJ (vide processo n. 0602189-49.2015). Assim, obedecendo esse entendimento e expandido-o para os demais processos, determinou-se a suspensão da presente execução. Mantenho o entendimento. Cumpra-se. Manaus, 08 de outubro de 2019.

ADV: MARIA CAROLINA PORDEUS E SILVA CARDOSO (OAB 8083/AM), ADV: JOSÉ DELFIN BUITRAGO ACOSTA (OAB 5546/AM), ADV: LAINA REGINA FERNANDES DE ALENCAR (OAB 10949/AM), ADV: EDYRANNE NASCIMENTO DOS SANTOS (OAB 11157/AM) - Processo 0602761-58.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Saint Martin Cd - De ordem, intime-se a parte requerente/requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0602823-66.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM) - Processo 0603017-98.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM) - Processo 0603090-38.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anderson Hipy Siqueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, REJEITO os embargos, oportunidade em que determino a expedição de alvará judicial em favor do embargado, por meio do advogado constituído, após o trânsito em julgado desta sentença.

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: FRANCISCO GILBERT MELO DA SILVA (OAB 10983/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0603090-38.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anderson Hipy Siqueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o exposto determino a expedição de alvará judicial em favor do exequente, através do advogado constituído. Considerando que não há mais pendências no processo, após a expedição do alvará judicial, arquivem-se os autos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: NAYANE MARIA DA SILVA RODRIGUES (OAB 10962/AM), ADV: ROBERTO MARQUES DA COSTA (OAB 4135/AM), ADV: AUTON FRANCISCO FURTADO MAIA (OAB 5821/AM) - Processo 0603380-53.2017.8.04.0016 - Cumprimento de sentença - Condomínio - EXEQUENTE: Cond. do Ed. Milano (Res. La Bela Itália) - R. Hoje. Indefiro o pedido, eis que evidente que a executada não se encontra no imóvel. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603627-66.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Repetição de indébito - EXECUTADO: Tim Celular S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.874,88 (Oito mil, oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta e oito centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 9.762,36 (Nove mil, setecentos e sessenta e dois reais e trinta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: ESTEFANI CAROLINI RIBEIRO DE SA (OAB 89287/PR) - Processo 0605277-85.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ek Formaturas Eireli ME - declaro extinta a presente execução de titulo extrajudicial. Expeça-se certidão de dívida. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do § 10 do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.Arquivem-se. Manaus, 08 de outubro de 2019.

ADV: KON TSIH WANG (OAB 4646/AM) - Processo 0606347-40.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Cesar Haydar Monroy - R. Hoje. Intime-se o exequente para, em dez dias, apresentar bens à penhora pertencentes ao executado, sob pena de imediato arquivamento do feito. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ANDRE ALENCAR ASSUMPÇÃO (OAB 10654/AM), ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM) - Processo 0606576-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Mauro Melo da Silva - O autor foi condenado ao pagamento de custas, em face da sua inércia quanto ao comparecimento em audiência. Trata-se, portanto, de penalidade, que não se confunde com o benefício da gratuidade da justiça. Deveria, assim, o autor demonstrar o motivo que o impediu a comparecer ao ato designado, o que não fez. Nestes termos, indefiro o pedido. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0606612-42.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Intime-se o executado para se manifestar quanto ao cumprimento da obrigação de fazer determinada na sentença e a execução solicitada, em 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 10 de outubro de 2019.

ADV: JOSÉ ANTÔNIO DO NASCIMENTO PINHEIRO (OAB 6353/AM), ADV: CARLOS ANDRE ALENCAR ASSUMPÇÃO (OAB 10654/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM) - Processo 0606616-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Marileny Goncalves Nogueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado Marileny Goncalves Nogueira em face de Banco BMG S/A, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 3.000,00 (três mil reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos morais sofridos, com juros (1%) e correção monetária desta data; - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças relativas ao empréstimo reclamado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança indevida, até o limite de 10 (dez); - declarar nulo o contrato efetivado. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Manaus, 10 de outubro de 2019. Marcelo Manuel da Costa Vieira

ADV: ADALBERTO PEREIRA NOBRE FILHO (OAB 9140/AM) - Processo 0608018-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERIDA: Maria Inês da Motta - Intime-se a parte embargada para se manifestar, em 05 dias. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ALLAN CARLOS DE AZEVEDO VIANA LIMA (OAB 8850/AM) - Processo 0608603-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Igor Barroso de Andrade - Intime-se o exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, impulsionar os autos, sob pena de arquivamento.

ADV: ELSON RODRIGUES DE ANDRADE FILHO (OAB 5753/AM) - Processo 0609406-02.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Água - EXEQUENTE: Raimunda da Conceição de Souza Castro - Intime-se a exequente para se manifestar, em 10 dias, acerca da petição da executada.

ADV: BENEDITO GOMES FILHO (OAB 3352/AM) - Processo 0610518-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Quitação - REQUERENTE: Linete da Rocha Dantas Aiub - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Linete da Rocha Dantas Aiub em face de Jorgenaldo Cabral Bastos, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 5.270,81 (cinco mil, duzentos e setenta reais e oitenta e um centavos) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 10 de outubro de 2019

ADV: TATIANA MUNIZ SABBÁ GUIMARÃES (OAB 6104/AM) - Processo 0611482-96.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Condomínio Residencial Saint Laurent - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da CERTIDÃO DO OFICIAL DE JUSTIÇA juntada aos autos. Manaus, 09 de outubro de 2019.

ADV: CARLOS EDUARDO CAVALCANTE RAMOS (OAB 1676O/PE), ADV: ALAN SAMPAIO CAMPOS (OAB 341543/SP) - Processo 0614915-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0615503-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0617051-78.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: Claro S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0617391-90.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Edberta Maria Lopes Martins - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Ante o exposto, com fundamento no art. 52, da Lei 9.099/1995, REJEITO os embargos, oportunidade em que determino a liberação do valor bloqueado em favor do embargado, ora autor, e do valor depositado em favor do embargante, ora, réu, por meio dos advogados constituídos, tudo por meio de alvará judicial, após o trânsito em julgado desta sentença. Intimem-se as partes. Cumpra-se. Manaus,10 de outubro de 2019.

ADV: ALFREDO ZUCCA NETO (OAB 154694/SP), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0617591-29.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXECUTADO: American Airlines Brasil e outro - Intime-se os réus para pagamento da diferença que ainda resta da condenação. Cumpra-se. Manaus, 11 de outubro de 2019.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0618087-58.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Vistos etc. O exequente ingressou perante este juízo com um processo de Execução de Título Executivo Extrajudicial para exigir do executado a cobrança de seu crédito. Após quatro tentativas de citação direcionadas ao executado, todas com base em endereços apresentados pelo exequente, não se obteve sucesso nas mesmas. Ante o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do artigo 53, §4º, da Lei 9.099/95, que aduz: "Não encontrado o devedor ou inexistindo bens penhoráveis, o processo será imediatamente extinto, devolvendo-se os documentos ao autor", ressalvando-se o direito de o exequente reabrir os autos, caso encontre bens penhoráveis em nome do devedor. Intimem-se.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0618922-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de Protesto - EXECUTADO: Condomínio Ponta Negra Clube do Campo - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.703,97 (Cinco mil, setecentos e três reais e noventa e sete centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.274,36 (Seis mil, duzentos e setenta e quatro reais e trinta e seis centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0618922-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de Protesto - EXECUTADO: Condomínio Ponta Negra Clube do Campo - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir com o despacho constante nos autos para o pagamento da quantia devida no valor de R$ 15.000,00 (Quinze mil reais).

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0619105-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.591,40 (Oito mil, quinhentos e noventa e um reais e quarenta centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 9.450,54 (Nove mil, quatrocentos e cinquenta reais e cinquenta e quatro centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: REBECCA ATHAN CASTANHO (OAB 8262/AM), ADV: LETÍCIA ALENCAR CAVALCANTE (OAB 6346/AM) - Processo 0619267-46.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Amplomed Ltda Epp - De ordem, vem esta Secretaria, através do presente Ato Ordinatório, INTIMAR a parte Requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se acerca da BOLETIM DE CADASTRO IMOBILIÁRIO juntado aos autos, especificando nesta o numero das referidas paginas. Manaus, 09 de outubro de 2019.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0619413-53.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.167,05 (Sete mil, cento e sessenta e sete reais e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7.883,75 (Sete mil, oitocentos e oitenta e três reais e setenta e cinco centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CAROLINA DOS SANTOS VIANA (OAB 8361/AM), ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM) - Processo 0619531-29.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Amadeu Moraes Lopes - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Deixo de apreciar o pedido de fls. 183, eis que o processo já encontra-se com alvará devidamente confeccionado às fls. 181/182, não havendo mais o que questionar quanto ao cumprimento da obrigação. Intime-se. Após, arquive-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: HAMILTON NOVO LUCENA JÚNIOR (OAB 5488/AM) - Processo 0619693-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Hamilton Novo Lucena Júnior - Não pode o Juízo ficar a mercê da disponibilidade do autor. Mantenho a audiência pautada. Intime-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: ANDREW DA SILVA SOUZA (OAB 8127/AM) - Processo 0619951-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: William Estrela Sobrinho - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE, em parte, o pedido formulado por William Estrela Sobrinho em face de Francisco de Assis Medeiros Nogueira, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Improcedente o dano moral. Excluída da lide a ré ELENIZA MEDEIROS DE ARAÚJO. Sem condenação em custas e honorários. P.R.I.C. Manaus, 10 de outubro de 2019

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0620017-48.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Obrigações - REQUERENTE: Celso Antônio da Silveira - Considerando o exposto, declaro a extinção da execução, nos termos do supra citado artigo da Lei 9.099/95. Intimem-se.

ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0620418-81.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - EXEQUENTE: Nancy Santiago de Lima - De ordem, intime-se a parte requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, fornecer os dados bancários (Nome do banco, número da agência e conta, CNPJ/CPF, Nome do patrono ou sociedade de advogados, Nº da OAB) para transferência dos valores que lhe cabe.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620665-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 5.632,01 (Cinco mil, seiscentos e trinta e dois reais e um centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 6.195,21 (Seis mil, cento e noventa e cinco reais e vinte e um centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM) - Processo 0621429-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Centrais Elétricas do Pará S.a. - Celpa - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 7.070,00 (Sete mil e setenta reais), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 7.777,00 (Sete mil, setecentos e setenta e sete reais) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: MÁRCIA MONTEIRO ALVES VAILANTE (OAB 10333/AM) - Processo 0622049-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Mary Hellen Castro da Silva Salvo - DESPACHO

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0622248-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Davy Campos da Silva - DESPACHO

ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: IÊDA SANTOS CARDOSO (OAB 5714/AM), ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010/AM) - Processo 0622485-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana Paula Alves da Silva - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Ante o exposto. Acolho os embargos e revogo a medida liminar anteriormente concedido, devendo tal determinação fazer parte do dispositivo da r. Sentença de fls. 76/77, mantendo, na íntegra, os demais termos da r. Sentença. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus,10 de outubro de 2019.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0622613-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Marcelo Souza e Silva - DESPACHO

ADV: STEPHANIE BASILIO NAVECA (OAB 14279/AM) - Processo 0622830-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eduarda Barboza Lima - Intime-se a parte embargada para se manifestar, em 05 dias. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0623356-15.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 21.685,55(vinte e um mil seiscentos e oitenta e cinco reais e cinquenta e cinco centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 23.854,10(vinte e três mil oitocentos e cinquenta e quatro reais e dez centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: HELDER SABELI MATOS (OAB 13869/AM) - Processo 0624031-41.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Cheque - REQUERENTE: Glayse Ann Cruz Obando - Ante o que, por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido formulado por Glayse Ann Cruz Obando em face de Bela Vista Empreendimentos Imobiliários Ltda, para: - condenar o réu ao pagamento da quantia de R$ 16.385,00 (dezesseis mil, trezentos e oitenta e cinco reais) a parte autora, a título indenizatório pelos danos materiais sofridos, com juros (1%) e correção monetária da citação válida. Sem condenação em custas e honorários de primeiro grau. Reservo-me para apreciar o eventual pedido de gratuidade de custas por ocasião do recurso possível desta, diante das provas apresentadas que legitimem o benefício. P.R.I.C. Manaus, 08 de outubro de 2019

ADV: RAIANE QUEIROZ PIMENTEL (OAB 14699/AM) - Processo 0626287-54.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elis Regina Cavalcante Barros - Na presente demanda, fora determinado no despacho de fls. 23, o recolhimento das custas para que haja prosseguimento do feito, considerando que o autor já fora condenado, anteriormente, ao pagamento de custas no processo n.º 062065377-2019. Contudo, não houve manifestação de qualquer interesse, nem cumprimento do despacho. Considerando o exposto, presume-se a desistência do autor em prosseguir com a ação, por não promover as diligências determinadas por este Juízo, no caso o recolhimento das custas. Pelo exposto, extingo o processo sem julgamento do mérito, com base no mencionado artigo combinado com Art. 267, inciso III, do CPC. P.R.I Após o trânsito em julgado, arquive-se.

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM) - Processo 0627125-31.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Indenizaçao por Dano Moral - EXECUTADO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: FARID MENDONÇA JÚNIOR (OAB 6969/AM) - Processo 0628595-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carmen Martins Cabral e outro - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LEONOR REGINA FIGUEIREDO PINTO DE ANDRADE (OAB 11932/AM), ADV: ARI BADARANE NICOLAU JÚNIOR (OAB 11935/AM), ADV: GUILHERME DA COSTA LINS (OAB 10685/AM) - Processo 0629605-45.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Anderson Calheiros Lima - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0630373-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Geisa Satelo Sabóia - De ordem, devido a documentação apresentar irregularidades, como a declaração estar em com um endereço diveergente do comprovante apresentado, além de assinado por outra pessoa que não é a declarante, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC. apresentando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante;

Adalberto Pereira Nobre Filho (OAB 9140/AM)
Alan Sampaio Campos (OAB 341543/SP)
Aldemiro Rezende Dantas Junior (OAB 2174/AM)
Alfredo Zucca Neto (OAB 154694/SP)
Allan Carlos de Azevedo Viana Lima (OAB 8850/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andrew da Silva Souza (OAB 8127/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Ari Badarane Nicolau Júnior (OAB 11935/AM)
Auton Francisco Furtado Maia (OAB 5821/AM)
BENEDITO GOMES FILHO (OAB 3352/AM)
Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Carlos Andre Alencar Assumpção (OAB 10654/AM)
Carlos Eduardo Cavalcante Ramos (OAB 1676O/PE)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Carolina dos Santos Viana (OAB 8361/AM)
CARVALHO ADVOCACIA (OAB 10652/AM)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Daniel Cardoso de Albuquerque (OAB 6086/AM)
Edyranne Nascimento dos Santos (OAB 11157/AM)
Elson Rodrigues de Andrade Filho (OAB 5753/AM)
Estefani Carolini Ribeiro de Sa (OAB 89287/PR)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabio Rivelli (OAB 1119/AM)
Farid Mendonça Júnior (OAB 6969/AM)
Felipe Pereira Jucá (OAB 7532/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Francisco Gilbert Melo da Silva (OAB 10983/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
Guilherme da Costa Lins (OAB 10685/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hamilton Novo Lucena Júnior (OAB 5488/AM)
Helder Sabeli Matos (OAB 13869/AM)
Iêda Santos Cardoso (OAB 5714/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
José Antônio do Nascimento Pinheiro (OAB 6353/AM)
José Delfin Buitrago Acosta (OAB 5546/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Kon Tsih Wang (OAB 4646/AM)
Laina Regina Fernandes de Alencar (OAB 10949/AM)
Lara Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 10686/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Leonor Regina Figueiredo Pinto de Andrade (OAB 11932/AM)
Letícia Alencar Cavalcante (OAB 6346/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Marcelo Morel Giraldes (OAB 184152/SP)
Márcia Monteiro Alves Vailante (OAB 10333/AM)
Maria Carolina Pordeus e Silva Cardoso (OAB 8083/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Mauro Eduardo Lima de Castro (OAB 146791/SP)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nayane Maria da Silva Rodrigues (OAB 10962/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)
Raiane Queiroz Pimentel (OAB 14699/AM)
Rebecca Athan Castanho (OAB 8262/AM)
Roberto Marques da Costa (OAB 4135/AM)
Stephanie Basilio Naveca (OAB 14279/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Tatiana Muniz Sabbá Guimarães (OAB 6104/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0277/2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604438-26.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 8.060,46 (Oito mil, sessenta reais e quarenta e seis centavos), nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre o montante apurado, totalizando assim o valor de R$ 8.866,50 (Oito mil, oitocentos e sessenta e seis reais e cinquenta centavos) prosseguindo-se automaticamente os atos de expropriação.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: REJANE ROCHA MARINHO (OAB 13016/AM), ADV: PRISCILA DE SOUZA MACEDO NEVES (OAB 13017/AM), ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM) - Processo 0613102-46.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Daniel Carvalho da Silva - EXECUTADO: Tim Celular S/A - Cuida-se de embargos a execução apresentados por Tim Celular alegando excesso no bloqueio, eis que já tinha efetuado pagamento anterior. Informa o embargante que procedeu ao pagamento anterior do valor de R$ 3.736,50. Ocorre que o embargante não procedeu a devida comprovação do que diz, deixando de juntar o comprovante de pagamento. Ademais, em consulta ao site da Caixa Econômica não foi possível localizar tal pagamento. Ante o exposto, julgo improcedente os embargos a execução apresentados por Tim Celular, oportunidade em que determino a expedição de alvará judicial em favor do embargado, por meio do advogado constituído, após o trânsito em julgado desta sentença. Intimem-se as partes. Publique-se. Cumpra-se.

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0615289-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Centro Educacional Belvedere Eireli - ME - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELA MONTOURI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 118303/MG), ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0618978-79.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Fornecimento de Energia Elétrica - EXECUTADO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Intime-se a requeridapara que se manifeste quanto ao cumprimento da obrigação de fazer e a ordem declaratória estipuladas na sentença, em 10 dias. Cumpra-se. Manaus, 09 de outubro de 2019.

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0625645-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Angelita da Silva Paulo - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0626788-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Karlos Samuel Laredo da Silva - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0627109-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria Alves de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: GABRIELA GOMES SOARES (OAB 12504/AM) - Processo 0628289-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ademilde da Silva Fernandes - De ordem, fica designado o dia 22/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0628580-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Pedro Penalber Pereira de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: PAULO SAID HADDAD NETO (OAB 8736/AM) - Processo 0628915-16.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Paulo Said Haddad Neto - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SÍLVIO BENEDICTO ABIBE ARANHA FILHO (OAB 11956/AM) - Processo 0629097-02.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Interface Serviços Contabeis - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RANIELE ALVES RIBEIRO (OAB 13342/AM) - Processo 0629101-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Lucas de Oliveira Barbosa - De ordem, fica designado o dia 13/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0629222-67.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - EXEQUENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: REGINALDO SOUZA DE OLIVEIRA (OAB 8310/AM) - Processo 0629258-12.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Execução Contratual - REQUERENTE: Reginaldo Souza de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ERIC PIRES BENIGNO (OAB 9944/AM) - Processo 0629318-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Sergipe Quarta Etapa Residencial Eliza Miranda - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDY KARLA DIAS CONCEIÇÃO (OAB 10008/AM) - Processo 0629338-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Heberson Picanço da Paz - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0629345-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Antonio P. da S. - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0629354-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Thiago da Silva Silveira - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ AIRTON GARCIA JÚNIOR (OAB 8386/AM) - Processo 0629371-63.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Vila Gaia - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOSÉ EDUARDO SILVA DE SALES (OAB 7700/AM) - Processo 0629415-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Pulsos Excedentes - REQUERENTE: Oberdan Barros Batista - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RAFAEL FERNANDO TIESCA MACIEL (OAB 7187/AM) - Processo 0629448-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Rafael Fernando Tiesca Maciel - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WENDEL ALMEIDA DE SOUZA (OAB 11172/AM) - Processo 0629478-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - RECLAMANTE: Wendel Almeida de Souza - De ordem, fica designado o dia 14/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ANTÔNIO LÚCIO DE OLIVEIRA MAIA (OAB 10052/AM) - Processo 0629485-02.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Oferta e Publicidade - REQUERENTE: Paulo Gabriel Maia de Magalhães - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0629574-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: William Farias Pinto - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0629844-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sergio Lima Nogueira - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0630092-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Mirlem Taiane da Silva Farias - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM), ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM) - Processo 0630196-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Marilza de Carvalho Bernardes - De ordem, fica designado o dia 19/11/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

Antônio Lúcio de Oliveira Maia (OAB 10052/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Edy Karla Dias Conceição (OAB 10008/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Eric Pires Benigno (OAB 9944/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gabriela Gomes Soares (OAB 12504/AM)
Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Isabela Montouri Bougleux de Araújo (OAB 118303/MG)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
José Airton Garcia Júnior (OAB 8386/AM)
José Eduardo Silva de Sales (OAB 7700/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Paulo Said Haddad Neto (OAB 8736/AM)
Priscila de Souza Macedo Neves (OAB 13017/AM)
Rafael Fernando Tiesca Maciel (OAB 7187/AM)
Raniele Alves Ribeiro (OAB 13342/AM)
Reginaldo Souza de Oliveira (OAB 8310/AM)
Rejane Rocha Marinho (OAB 13016/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Sílvio Benedicto Abibe Aranha Filho (OAB 11956/AM)
Wendel Almeida de Souza (OAB 11172/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0271/2019

ADV: LUCIANA NAZIMA (OAB 169451/SP) - Processo 0600785-52.2015.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Protesto Indevido de Título - REQUERIDO: Alphaville Manaus Empreendimentos Imobiliários LTDA - De ordem, INTIME-SE a(s) parte(s) Executada(s) para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada por servidor judicial no valor de R$ 6.000,00 (Seis mil reais), nos termos do art. 523, NCPC.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0603399-59.2017.8.04.0016 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 44/45 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - declarar a inexistência do contrato imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: PAULO BERNARDO LINDOSO E LIMA (OAB 11333/AM) - Processo 0618922-80.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cancelamento de Protesto - EXECUTADO: Condomínio Ponta Negra Clube do Campo - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 141/145 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo dos dos 4 (quatro) protestos realizados no nome do Autor, junto ao 1º Ofício (protocolo n. 1292798), 3º Ofício (protocolo n. 2021286), e 5º Ofício (protocolos ns. 621226 e 5860084), confirmando a tutela concedida em antecipação, tornando-a definitiva. -determinar que o réu/condomínio se abstenha de protestar qualquer taxa de condomínio sem que haja a ciência inequívoca de recebimento pelo condômino, sob pena de multa que arbitro em R$ 3.000,00 (três mil reais) por cada título levado a protesto.".

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0619105-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de XX (xxxx) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. xx prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - declarar nulo o contrato, para todos os efeitos."

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620665-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 220/221 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: - determinar o cancelamento em definitivo da cobrança de anuidade de cartão de crédito não utilizado, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0620828-71.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 99/100 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar a suspensão das cobranças denominadas "PSERV", no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança indevida, até o limite de 10 (dez)."

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM) - Processo 0620836-48.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Cobrança indevida de ligações - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (EZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 126/128, prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças reclamadas, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

ADV: BIANCA MEDRADO DE CARVALHO (OAB 8775/AM) - Processo 0621429-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Centrais Elétricas do Pará S.a. - Celpa - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 128/129 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo da inscrição procedida nos cadastros de inadimplentes apontados por ordem da parte requerida, no prazo de 5 (cinco) dias a contar do trânsito em julgado desta decisão, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - declarar a inexistência do débito imputado sob responsabilidade da parte autora, para todos os efeitos."

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0623356-15.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 194/195 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar o cancelamento em definitivo das cobranças intituladas "ASSOC. ASSIST. FAP/MS", no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10.".

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0629455-98.2018.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Desconto em folha de pagamento - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

Bianca Medrado de Carvalho (OAB 8775/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Luciana Nazima (OAB 169451/SP)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Paulo Bernardo Lindoso e Lima (OAB 11333/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL (NILTON LINS)
JUIZ(A) DE DIREITO MARCELO MANUEL DA COSTA VIEIRA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL ROBERTA CIARLINI RABELO DE LIMA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0276/2019

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: ROSEANE TORRES LIMA (OAB 10525/AM) - Processo 0604201-89.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - EXECUTADO: Cartaxo Empreendimentos Imobiliarios Ltda (Capital Rossi) - Capital Rossi Empreendimentos S/A e outro - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de 10 (DEZ) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. 148/149 prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar que as requeridas providenciem o pagamento do ITBI e registro atrelado ao imóvel adquirido pelo autor, bem como realizem todas as providências necessárias à baixa do gravame hipotecário, no prazo de 30 (trinta) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa diária que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais), até o limite de 10 (dez) dias; - em caso de não cumprimento da baixa, autorizo desde já que se oficie ao Cartório do Registro de Imóveis e Protesto de Letras, para que proceda com o cancelamento da hipoteca exclusivamente em relação à matrícula do imóvel nº 802, 3º Torre Camila 06, empreendimento Vivendas do Rio Negro, suprindo a declaração de vontade do credor hipotecário pela sentença prolatada, viabilizando, outrossim, o registro da escritura lavrada, após emissão da certidão negativa, bem como que se oficie ao Cartório do Oficio de Notas da Capital, para que seja lavrada a escritura pública definitiva, fazendo constar que a manifestação da vontade das requeridas resta substituída pela presente decisão e sentença prolatada nestes autos, nos termos do Art. 501 do NCPC."

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE) - Processo 0604438-26.2019.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - DIREITO DO CONSUMIDOR - EXECUTADO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, informo que o EXECUTADO, deverá efetuar, no prazo de XX (xxxx) dias contados da publicação/recebimento da presente intimação, o total cumprimento da OBRIGAÇÃO DE FAZER, constante na SENTENÇA de fls. xx prolatada por este Juízo, sob pena de incidência de multa, conforme teor descrito.: " ... - determinar que a ré mantenha a cobrança mensal no patamar de R$ 74,99 (setenta e quatro reais e noventa e nove centavos), enquanto não subsistir motivos para aumento, no prazo de 10 (dez) dias a contar de intimação para cumprimento, sob pena de multa que arbitro em R$ 500,00 (quinhentos reais) por cobrança, até o limite de 10 (dez)."

José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Roseane Torres Lima (OAB 10525/AM)

9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0200/2019

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0608991-04.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Raimunda Barreto dos Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Vistos permanente em correição. Cuida-se de ação de conhecimento, com pedido de concessão de tutela provisória de urgência. A tutela provisória pode fundar-se na urgência (periculum in mora) ou na evidência (alto grau de probabilidade do direito alegado) e encontra-se regulada a partir do art. 294 do CPC. Ao cuidar da tutela de urgência, o NCPC adotou regime jurídico único, de modo que a tutela cautelar (utilidade do processo) e a tutela antecipada (satisfação da pretensão) passaram a ser consideradas espécies do mesmo gênero. Ambas envolvem cognição sumária, conservam sua eficácia na pendência do processo, mas podem ser revogadas ou modificadas, a qualquer tempo, ex vi do art. 296 do citado diploma legal. Com o fito de garantir a efetivação da tutela provisória, o juiz poderá determinar todas as medidas que considerar adequadas ao alcance do cumprimento da ordem judicial, sem perder de vista o caráter provisório do pronunciamento, a natureza da obrigação perseguida e possibilidade do uso de meios atípicos de coerção estatal (art. 139, IV do CPC). Reza, pois, o art. 300 do CPC que: Art. 300. A tutela de urgência será concedida quando houver elementos que evidenciem a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo. § 1º. Para a concessão da tutela de urgência, o juiz pode, conforme o caso, exigir caução real ou fidejussória idônea para ressarcir os danos que a outra parte possa vir a sofrer, podendo a caução ser dispensada se a parte economicamente hipossuficiente não puder oferecê-la. § 2º. A tutela de urgência pode ser concedida liminarmente ou após justificação prévia. § 3º. A tutela de urgência de natureza antecipada não será concedida quando houver perigo de irreversibilidade dos efeitos da decisão. O elemento característico da tutela de urgência é a existência de uma situação de risco ou perigo que, de per si, reclama a atuação imediata do Estado-Juiz, destinada a evitar a concretização de dano irreparável ou de difícil reparação ao interessado. Tereza Arruda Alvim Wambier ensina, com a propriedade que lhe é peculiar que: "Em palavras simples, pode-se afirmar, como ponto de partida, que só é possível cogitar tutela de urgência se houver uma situação crítica, de emergência. Dessa forma, a técnica processual empregada para impedir a consumação ou o agravamento do dano - que pode consistir no agravamento do prejuízo ou no risco de que a decisão final seja ineficaz no plano dos fatos, que geram a necessidade de uma solução imediata - é que pode ser classificada como tutela de urgência. É, pois, a resposta do processo a uma situação de emergência, de perigo, de urgência. (...) O caput do art. 300 traz

os requisitos para a concessão da tutela de urgência (cautelar ou satisfativa), quais sejam, evidência da probabilidade do direito o e o perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo. Noutras palavras, para a concessão da tutela de urgência cautelar e da tutela de urgência satisfativa (antecipação de tutela) exigem-se os mesmos e idênticos requisitos: fumus boni iuris e periculum in mora. (...) O que queremos dizer, com "regra da gangorra", é que quanto maior o "periculum" demonstrado, menos "fumus" se exige para a concessão da tutela pretendida, pois a menos que se anteveja a completa inconsistência do direito alegado, o que importa para a sua concessão é a própria urgência, ou seja, a necessidade considerada em confronto com o perigo da demora da prestação jurisdicional. O juízo da plausibilidade ou de probabilidade - que envolve significativa dose de subjetividade - ficam, a nosso ver, num segundo plano, dependendo do periculum evidenciado. Mesmo em situações que o magistrado não vislumbre uma maior probabilidade do direito invocado, dependendo do bem em jogo e da urgência demonstrada (princípio da proporcionalidade), deverá ser deferida a tutela de urgência, mesmo que satisfativa." O pedido de tutela provisória formulado pela Requerente não pode ser deferido, porquanto não se faz presente um dos requisitos necessários, qual seja, perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo. Pela análise dos autos, CONSTATO que trata-se de matéria de mérito. Nesse juízo de cognição sumária, entendo que os elementos de convicção que aparelham a petição inicial não evidenciam suficientemente o perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo e a probabilidade do direito alegado aptos a ensejar o deferimento da tutela provisória pleiteada decorrente do exercício da cognição sumária de urgência. Diante de tais fundamentos, neste átimo processual, INDEFIRO a tutela de urgência pleiteada, nos termos do art. 300, caput, do NCPC. Cuidando-se, pois, de ação fundada em relação de consumo, em que reconheço a hipossuficiência técnica da Autora, inverto o ônus da prova a seu favor, cabendo ao Réu a efetiva demonstração da regularidade de sua conduta, na esteira do art. 6°, VIII, do CDC. A Secretaria deverá adotar todas as providências necessárias à regulação da tramitação inicial do feito. Designo a Audiência de Conciliação para o dia 18/11/2019, às 08h15, na sede deste Juízo. Cite-se o Réu. Intimem-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0609233-60.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sebastiao Ariston - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0609236-15.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - REQUERENTE: Sebastiao Ariston - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609257-88.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valber Soares Batista - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0203/2019

ADV: GREYSA MORES FRAGOSO (OAB 12765/AM) - Processo 0603732-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Emmellyn Christine de Souza Alves - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - Vistos e examinado os autos do processo. Considerando o trânsito em julgado da SENTENÇA, bem como o pedido da parte autora, declaro encerrada a fase cognitiva e instaurada a fase de cumprimento de sentença, determinando a evolução da classe para cumprimento de sentença. Intime-se o(a) Executado(a), na pessoa de seu advogado, se constituído nos autos; por carta com aviso de recebimento, se acompanhado da Defensoria Pública; ou por publicação oficial, no caso de réu revel (artigo 513, § 2º, c/c 346 do CPC/2015), a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, promova o cumprimento voluntário da obrigação encartada no título judicial transitado em julgado, na quantia de R$ XX.XXX.XX (fls. XXX) sob pena de incidência de multa de 10% do art. 523, §1°, CPC e execução forçada do julgado. Para o réu REVEL que não constituiu patrono nos autos os prazos fluirão em cartório, conforme enunciado 167 do FONAJE. Ressalto que o pagamento deve estar acrescido de atualização, juros e honorários, se houver, e ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal, com a especificação do órgão de justiça: 9ª Vara do Juizado Especial Cível, no link:https://deposito judicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/.
Após a fluência do prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se os débitos, proceda-se à penhora Bacenjud. Efetivado o bloqueio, intime-se a parte executado(a) para se manifestar, na forma do artigo 854, § 2º e § 3°, do NCPC, para, querendo, oferecer defesa no prazo de 5 dias. Em caso negativo ou na insuficiência da penhora, efetue-se pesquisa de bens da parte executada, através do INFOJUD e do RENAJUD. Havendo bens, autorizo desde já, a constrição judicial dos veículos mediante o sistema RENAJUD. Restando positivas, expeça-se mandado de penhora do(s) bem(ns) constrito(s). Restando negativas, expeça-se mandado de penhora de bens suficientes para assegurar a totalidade do débito. Finalmente, esgotados os meios de expropriação de bens, intime-se o Exequente para fornecer bens penhoráveis e/ou endereço correto em nome do devedor, no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de extinção da Execução nos termos do Art. 53, § 4º da Lei nº 9.099/95. Cumpra-se.

ADV: ROBERTO DA SILVA TAVARES (OAB 3160/AM) - Processo 0609132-23.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - RECLAMANTE: Jennifher de Carvalho Silva, - De ordem, fica designado o dia 21/11/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609258-73.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valber Soares Batista - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609261-28.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valber Soares Batista - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0609263-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Valber Soares Batista - De ordem, fica designado o dia 18/11/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Greysa Mores Fragoso (OAB 12765/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Roberto da Silva Tavares (OAB 3160/AM)

10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0307/2019

ADV: PABLO DE PAULA LIMA (OAB 9482/AM), ADV: JULIANO MARTINS MANSUR (OAB 113786/RJ), ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: FABRÍCIO DOS REIS BRANDÃO (OAB A726/AM) - Processo 0605807-40.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ivanete Moura Cruz - De ordem, intimo a parte autora para que apresente cópia da sua última declaração de imposto de renda (art. 99, § 2.º do CPC), no prazo de 05 (cinco) dias.

Fabrício dos Reis Brandão (OAB A726/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Juliano Martins Mansur (OAB 113786/RJ)
Pablo de Paula Lima (OAB 9482/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO IGOR DE CARVALHO LEAL CAMPAGNOLLI
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL VANESSA OLIVEIRA DOS SANTOS
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0308/2019

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: PAULO ALBERTO RODRIGUES DE OLIVEIRA ARRUDA (OAB 8766/AM) - Processo 0201177-06.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - Forte nesses fundamentos e com fulcro no art. 487, inciso I do Código de Processo Civil, julgo procedente a presente demanda, para declarar inexígivel o débito apontado na exordial. Improcedente o pedido de indenização por danos morais. Deixo de condenar a parte requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, escudando-me na primeira parte do art. 55 da Lei 9.099/95.

ADV: MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM), ADV: JOÃO BOSCO DE ALBUQUERQUE TOLEDANO (OAB 1456/AM), ADV: CINTHYA FEITOSA DE SOUZA (OAB 6978/AM), ADV: JAIR AGOSTINHO PEREIRA PINTO (OAB 7846/AM) - Processo 0600563-43.2013.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: MARCIA SANTANA DA SILVA ALMEIDA - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: GEYZA DIANY LIMA DAS CHAGAS (OAB 11855/AM) - Processo 0600608-37.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Adalberto Jeronimo da Silva - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM), ADV: RODRIGO RODRIGUES DIAS DE ALMEIDA (OAB 2518/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: JOSÉ DE JESUS GOUVÊA OLIVEIRA JÚNIOR (OAB 10793/AM) - Processo 0601148-56.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Olga do Nascimento Marques Cavalcante - REQUERIDO: Vivo S/A - De ordem, intimo o executado para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária, considerando o valor depositado em excesso (fl. 255), bem como o de fl. 250. Intimo ainda o exequente para, querendo, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se, sob pena de satisfação das obrigações.

ADV: MARCELO DA SILVA CARLOS (OAB 7366/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: ADSON PINHO PINTO (OAB 5850/AM), ADV: ADRIANA CALDAS VITAL VALERUZ (OAB 11672/AM) - Processo 0601928-59.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Manoel Jorge de Souza Viana - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0603503-68.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Rego Freire - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0604136-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jailson Silva Sobral - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0604624-34.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Reajuste de Prestações - REQUERENTE: Paulo Cezar Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n° 9.099/95. Às fls. 201-202 as partes apresentam ao juízo acordo extrajudicial, o qual trazem para a devida homologação. Assim sendo, compulsando os autos, verifico que as partes são maiores e capazes, bem como lícito é o objeto do acordo por elas celebrado. Diante do exposto, homologo, por sentença, o acordo extrajudicial firmado pelos demandantes, às fls. 201-202, para que surta os seus jurídicos e legais efeitos, em conformidade com o art. 57, da Lei n° 9.099/95. Por conseguinte, julgo extinto o processo com resolução do mérito, sob o esteio do art. 487, inciso III, alínea “b”, do Código de Processo Civil. Sem condenação em custas, na forma do art. 55 da Lei n° 9.099/95. Arquivem-se os autos.

ADV: JOÃO PEDRO DO NASCIMENTO MELO (OAB 14250/AM) - Processo 0605129-25.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Expropriação de Bens - REQUERENTE: J W A Comercio de Calçados Ltda-me (Rebeka Distribuidora) - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0606380-78.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Antonio Marcio Mendes de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Ante o exposto,

fundamentado no art. 51, I da Lei n.º 9.099/95, julgo extinto o processo, sem julgamento do mérito, e determino o consequente arquivamento dos autos. Deixo de condenar, ainda, a parte autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital, por estarem presentes os requisitos autorizadores do deferimento da Justiça Gratuita no presente caso.

ADV: LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM) - Processo 0608448-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dívida Ativa - REQUERENTE: LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES - Conciliação Data: 29/01/2020 Hora 10:45 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0609130-24.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ana Lucia Gomes Moreira - De ordem, intime-se o requerente para, no prazo de 10 (dez) dias, informar os dados bancários (Banco, agência, conta corrente, com dígito, CPF ou CNPJ) necessários à expedição de alvará eletrônico para fins de transferência bancária ou para que manifeste interesse pela expedição de alvará eletrônico para levantamento em espécie, bem como para que manifeste-se acerca da satisfação das obrigações.

ADV: HARIANE ROSARI LEAL SCHROETER (OAB 12127/AM), ADV: ALESSANDRA ALVES DE CARVALHO (OAB 988A/AM) - Processo 0609177-27.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Nilce Nunes Vidal - Conciliação Data: 29/01/2020 Hora 10:15 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: MANOEL PEDRO DE CARVALHO (OAB 4890/AM) - Processo 0609277-79.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização do Prejuízo - REQUERENTE: Jorge Nazareno Ribeiro do Carmo - UNA - Conciliação, Instrução e Julgamento Data: 27/01/2020 Hora 09:30 Local: Conciliação 1 Situacão: Pendente

ADV: KÊNIA MÔNIKA ARCANJO DE SOUZA (OAB 6427/AM) - Processo 0609888-03.2017.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Benedito de Souza Martins - De ordem, intimo o requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, manifestar-se acerca dos embargos de terceiro apresentados às fls. 68-73, bem como acerca dos documentos de fls. 74-157. Após o transcurso do prazo, retornem os autos conclusos para apreciação pelo magistrado.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB 925A/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: ROSANE ROMERO RAVAZI (OAB 8063/AM) - Processo 0613767-18.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Araújo Penha - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A e outro - Satisfeita a obrigação pela parte executada, conforme comprovação no rosto dos autos, julgo extinta a presente execução, com espeque no art. 924, inciso II, do Código de Processo Civil. Arquivem-se os presentes autos, mediante as cautelas de estilo. Sem custas. P.R.I.C.

Adriana Caldas Vital Valeruz (OAB 11672/AM)
Adson Pinho Pinto (OAB 5850/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alessandra Alves de Carvalho (OAB 988A/AM)
Carlos Alberto Baião (OAB 925A/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Cinthya Feitosa de Souza (OAB 6978/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Geyza Diany Lima das Chagas (OAB 11855/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hariane Rosari Leal Schroeter (OAB 12127/AM)
Jair Agostinho Pereira Pinto (OAB 7846/AM)
João Bosco de Albuquerque Toledano (OAB 1456/AM)
João Pedro do Nascimento Melo (OAB 14250/AM)
José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior (OAB 10793/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)
Kênia Mônika Arcanjo de Souza (OAB 6427/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
LEONARDO DE OLIVEIRA GUEDES (OAB 7731/AM)
Manoel Pedro de Carvalho (OAB 4890/AM)
Marcelo da Silva Carlos (OAB 7366/AM)
MARCOS ANTÔNIO BRAGA DE OLIVEIRA (OAB 3464/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Paulo Alberto Rodrigues de Oliveira Arruda (OAB 8766/AM)
Rodrigo Rodrigues Dias de Almeida (OAB 2518/AM)
Rosane Romero Ravazi (OAB 8063/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO FRANCISCO SOARES DE SOUZA
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL CÍNTIA MARIA STONE DE MESQUITA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0104/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0200019-25.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Marcina dos Santos Souza - EXECUTADO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Assim, por tudo que se apresenta, não conheço dos Embargos à Execução apresentados, mas achei por bem tecer estas breves considerações, até para coarctar os argumentos do executado. Assim, decido pela REJEIÇÃO dos presentes Embargos. POSTO ISTO, prossiga-se com a execução e expeça-se alvará em favor da exequente. P.R.I.

ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM), ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM) - Processo 0200043-19.2019.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Universidade Nilton Lins - Intime-se a parte executada para se manifestar, em 05 dias, sobre a petição de f. 66/68, tendo em vista que o comprovante de pagamento é de processo diverso. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: RAMON MICHAEL CHAVES PESQUEIRA (OAB 10594/AM) - Processo 0200438-16.2016.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Diante do exposto, DEFIRO o pedido de f. 409, devendo ser expedido alvará em favor da exequente, por fazer jus ao valor bloqueado via penhora on line. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0200578-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM) - Processo 0200772-45.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0200785-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0200793-21.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Converto o julgamento em diligência, por entender necessária a realização de Inspeção Judicial no endereço, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, em 29/10/2019 às 10:00h, realizar a inspeção judicial para verificar a numeração dos medidores instalados na residência da autora e respectivos kitnets (C1/C2/C3). Dê-se ciência às partes. Após a juntada do relatório, v. conclusos. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0200803-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: LAÍS MONIQUE DA SILVA SANTOS (OAB 10340/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0200842-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM) - Processo 0200843-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JÚLIO CÉSAR DE ALMEIDA LORENZONI (OAB 5545/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0201075-35.2014.8.04.0092 (apensado ao processo 0702105-19.2012.8.04.0092) (processo principal 0702105-19.2012.8.04.0092) - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXEQUENTE: Keila da Silva - EXECUTADO: Banco Cruzeiro do Sul S/A - À guisa do exposto, o processo deve ser remetido ao Juízo competente, devendo o exequente habilitar o seu crédito frente à massa. Expeça-se a certidão de dívida em favor do credor. À Secretaria para as providências cabíveis. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 190060/RJ) - Processo 0602069-56.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco BMG S/A - Intime-se a parte executado para se manifestar, em 05 dias, sobre o petição de f. 437/438. Expirado tal prazo, v. conclusos.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0602554-56.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Itaú Unibanco S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 7.151,32 (sete mil, cento e cinquenta e um reais e trinta e dois centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603166-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Silviane Pereira Lopes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0603247-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Inobstante, consigno à parte demandante 05 (dias) dias para juntar aos autos as provas documentais que ainda pretenda produzir e dizer o que mais entenda de direito. Após, fixo igual prazo à empresa ré para manifestar-se. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Fluídos os prazos, v. Conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: MAYARA LOPES HORTA (OAB 14867/AM), ADV: MARIA ROSIANE DE BRITO ANDRADE (OAB 7628/AM) - Processo 0603538-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flávio da Silva Souza - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: BRUNA DAS CHAGAS DE MENDONCA (OAB 10474/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0603616-97.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro -

REQUERENTE: Mario Lucio Goncalves Guerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos dapessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 1304A/AM), ADV: CAIO MELLI ARISI (OAB 21848O/MT) - Processo 0603727-81.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Yasmine Priscila Rodrigues Monteiro - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Examina-se de pedido de reconsideração da decisão de f. 234, que determinou o julgamento antecipado da lide, formulado pela empresa ré, em que pretende seja pautada audiência de instrução e julgamento para esclarecimento de pontos específicos sobre o plano telefônico que deu causa à este feito. Decido. Mantenho a decisão supra, pelos seus próprios fundamentos. Inobstante, em atenção aos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa, consigo à parte requerida 05 (cinco) dias para fazer os esclarecimentos alegados e dizer o que mais entenda de direto. Concedo igual prazo para a autora manifestar-se, querendo. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após a fluência dos prazos, v. Conclusos.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT) - Processo 0603747-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Monica Sampaio de Castro - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Defiro o pedido da patrona da parte requerente, de prazo para juntada de substabelecimento, o qual estipulo em 05 dias. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603834-28.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Dilcineide Maria Pontes Farias - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito e inspeção judicial, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603844-72.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Anete Maria Coelho Santana - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603856-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria do Rosario Lira de Oliveira - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603864-63.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maria Nildes da Silva Araujo - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0603867-18.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Aparecida Maria Fernandes Nunes - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM) - Processo 0603975-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Raquel Kelly Moreira Campos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604012-74.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Maria do Perpétuo Socorro Guimarães do Nascimento Barbosa de Alcantara - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604055-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Rozimar Menandes dos Santos - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604075-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisca Gomes Ajuricaba, - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1321A/AM) - Processo 0604134-87.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Paulo da Silva Maia - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: HUMBERTO LESSA DE FARIAS FILHO (OAB 10655/AM), ADV: EDUARDO REZENDE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 10517/AM) - Processo 0604172-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josene Trindade de Carvalho - REQUERIDO: Asa Leste Comércio Ltda-me (Lojas Bokiné) - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0604264-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Defiro o pedido de gratuidade judiciária. Recebo o recurso no efeito devolutivo, nos termos do artigo 43 da Lei 9.099/95. Intime-se a parte recorrida para apresentar contrarrazões ao recurso no prazo de dez dias, querendo. Expirado o aludido prazo, com ou sem apresentação de resposta, remetam-se os autos à Turma Recursal. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: CRISTIANE DE SOUSA SILVA (OAB 14431/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE) - Processo 0604314-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - RECLAMANTE: Marcia Luiza Macedo Rabelo - RECLAMADO: Banco BMG S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se. Após, v. Conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0604354-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Cassia Janny Queiroz de Araujo - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA) - Processo 0604444-93.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Elias Salvador de Araujo - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FERNANDO SAM DO NASCIMENTO NUNES (OAB 10736/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604539-26.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Wallace Pesqueira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se. Após, v. Conclusos.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: EVALDO LÚCIO DA SILVA (OAB 1302A/AM) - Processo 0604557-47.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Fabiana Ruas dos Santos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se. Após, v. Conclusos.

ADV: HAROLDO ALVES PIMENTA FILHO (OAB 9502/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANA MARIA DE ANDRADE FONTES (OAB 12644/AM) - Processo 0604560-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Francisca Liliane Nunes Ferreira - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se. Após, v. Conclusos.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604584-30.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lorismar dos Santos Araujo - REQUERIDO: Vivo S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: CLAUDINO ALEIXO JUNIOR (OAB 16527/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604641-48.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: João Ricardo Avelino de Araújo - REQUERIDO: Vivo S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0604647-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado

Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Margarete Rodrigues Ramos - RECLAMADO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: DAVI MAFRA DOS ANJOS (OAB 9694/AM), ADV: CARLOS AUGUSTO MONTEZUMA FIRMINO (OAB 12151/DF) - Processo 0604832-98.2016.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rosinete Cunha da Silva - REQUERIDO: Banco GMAC S.A - Deixo de receber o recurso por ter sido serôdio em sua interposição, consoante certidão exarada pela secretaria às f. retro. Intime-se.

ADV: RUBENS GASPAR SERRA (OAB 119859/SP), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 76696/MG) - Processo 0605283-55.2018.8.04.0092 - Cumprimento de sentença - Penhora / Depósito/ Avaliação - EXECUTADO: Banco Bradesco S/A - Bradesco Vida e Previdência S/A - Intime(m)-se a(s) parte(s) executada(s), na(s) pessoa(s) de seu(s) advogado(s), ou pessoalmente para, em 15 (quinze) dias, promover(em) o cumprimento voluntário da obrigação encartada ao título judicial transitado em julgado no valor de R$ 6.154,03 (seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e três centavos), sob pena de ver acrescida a multa de 10% (dez por cento) a que alude o art. 523, § 1º., (primeira parte) do CPC. Expirado o aludido prazo sem o pagamento voluntário, atualize-se o valor do débito incluindo os consectários legais e prossiga-se a execução com a penhora on-line diretamente nas contas da(s) parte(s) executada(s), nos termos do art. 854, caput, do CPC. Em caso de inexistência de saldo positivo, expeça-se mandado de penhora e avaliação, bem como seja realizada consulta e bloqueio de veículos através do RENAJUD. Por fim, com fulcro no art. 525 do CPC e em observância aos princípios da celeridade e da economia processual regentes do procedimento dos Juizados Especiais, fica(m) o(s) executado(s) intimado(s) de que, exaurido o prazo para pagamento espontâneo inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que apresente(m), caso queira(m), Embargos à Execução. Intime(m)-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0605524-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Julio dos Santos Cunha - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Decido. Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Intimem-se as. Após, v. Conclusos.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM), ADV: JADYLSON GUEISON OLIVEIRA CAVALCANTE (OAB 5567/AM) - Processo 0605619-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Rosimary Romão Mendes - REQUERIDO: Óticas Americanas - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: GUILHERME VILELA DE PAULA (OAB 1010A/AM), ADV: ISABELA MONTUORI BOUGLEUX DE ARAÚJO (OAB 1069A/AM), ADV: LUÍS PHILLIP DE LANA FOUREAUX (OAB 1011A/AM), ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0605699-86.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Sebastiao Teixeira Carneiro - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que por, força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao seu interesse. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ELAINE VITÓRIA DA SILVA GUEDES (OAB 10583/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0605729-24.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Aime Medeiros Martiniano - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S/A - Banco Bradesco S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ROBERGES JUNIOR DE LIMA (OAB 27856-A/PA), ADV: FÁBIO NOGUEIRA CORRÊA (OAB 5674/AM), ADV: LUCIANO DA SILVA BURATTO (OAB 179235/SP) - Processo 0605843-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Katia Luiza dos Santos Braga - RECLAMADO: Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados NPL I - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0605890-34.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Ana Lúcia Costa Nascimento Machado - Nestes moldes, identificando presentes os pressupostos do art. 300 do CPC, concedo a tutela de urgência antecipada por que pugna a parte autora para ordenar à parte requerida que abstenha-se de interromper o fornecimento de água tratada da unidade de consumo de matrícula indicada nos autos, sob pena de multa diária de R$100,00 (cem reais), até o limite de 20 dias multa. Defiro a inversão do “onus probandi”, e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 26/11/2019 às 12:00h. Cite-se. Intime-se. Cumpra-se.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605905-03.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Francisco das Chagas Silva Matos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606008-10.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Nascimento de Souza - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: ESDRA SILVA DOS SANTOS (OAB 15916/O/MT), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0606042-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Haguimar Barros Cardosos - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: DIEGO OLIVEIRA REIS (OAB 6823/AM), ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM) - Processo 0606050-59.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Luzanira Rebouças Rodrigues - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos dapessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0606166-65.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Lucilene dos Santos Bandeira - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - Examina-se pedido de designação de audiência de Instrução e Julgamento formulado pela parte requerida, para oitiva da demandante e reprodução de áudio juntado em audiência. Decido. Indefiro o pleito, por entender desnecessária a designação de audiência instrutória para a finalidade alegada, tendo em vista que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Sobremais, aguarde-se findar o prazo de manifestação da autora acerca do teor da mídia jungida pelo banco demandado. Intime-se.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0606230-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Leandro Jose Souza Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM) - Processo 0606277-49.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Elcineia de Souza Jorge - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Consigno à parte demandante 05 (dias) dias para juntar aos autos as provas documentais que ainda pretenda produzir e dizer o que mais entenda de direito. Após, fixo igual prazo à empresa ré para manifestar-se. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Fluídos os prazos, v. Conclusos.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: SALIM DAVID GUIMARÃES FELIPE (OAB 13138/AM) - Processo 0606288-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Salim David Guimarães Felipe - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Cuida-se de pedido de designação de audiência de Instrução e Julgamento formulado pela parte requerida, para a oitiva das partes. Decido. Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Ademais, infiro que o depoimento das partes, não interferirá no entendimento deste julgador, já que por força de invencível lógica seu teor não será contrário à perspectiva de seus respectivos interesses. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Após, v. Conclusos.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM), ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0606302-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Geraldo Siqueira de Souza - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 57680/MG), ADV: CINTHYA ELIZA MAGALHAES DE SOUZA (OAB 12635/AM) - Processo 0606331-15.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Rodrigo Cunha da Costa - REQUERIDO: Claro S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606566-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Isabel Ferreira de Amorim - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Consigno à parte demandante 05 (dias) dias para juntar aos autos as provas documentais que ainda pretenda produzir e dizer o que mais entenda de direito. Após, fixo igual prazo à empresa ré para manifestar-se. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Fluídos os prazos, v. Conclusos.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0606579-78.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosangela Lopes Cruz - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Consigno à parte demandante 05 (dias) dias para juntar aos autos as provas documentais que ainda pretenda produzir e dizer o que mais entenda de direito. Após, fixo igual prazo à empresa ré para manifestar-se. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Fluídos os prazos, v. Conclusos.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0607115-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Antonia Alves da Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Consigno à parte demandante 05 (dias) dias para juntar aos autos as provas documentais que ainda pretenda produzir e dizer o que mais entenda de direito. Após, fixo igual prazo à empresa ré para manifestar-se. Intimem-se as partes sobre a presente deliberação. Fluídos os prazos, v. Conclusos.

ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM), ADV: PAULA REGINA DA SILVA MELO (OAB 7490/AM) - Processo 0607287-31.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Terezinha Osaki Lopes da Cunha - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A

- DECISÃO Converto o julgamento em diligência, por entender necessária a realização de Inspeção Judicial no endereço, em razão do problema relatado suscitar dúvidas e obstar um seguro julgamento, pelo que designo servidor de confiança deste juízo para, em 22/10/2019 às 11:00h, realizar a inspeção judicial na residência da autora, precisamente para averiguar se os equipamentos ali utilizados seriam suficientes para impor consumo no patamar imposto pela requerida. Dê-se ciência às partes. Após a juntada do relatório, v. conclusos. Intimem-se. Cumpra-se. Manaus, 14 de outubro de 2019. Francisco Soares de Souza Juiz de Direito

ADV: PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM), ADV: DÉCIO FLÁVIO GONÇALVES TORRES FREIRE (OAB 697A/AM), ADV: ÍKARO PEREIRA AMORE (OAB 6350/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 23748/PE) - Processo 0607350-90.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Lady Ana da Silva Mesquita - REQUERIDO: Posto Rio XXXVII (Naverio Navegação do Rio Amazonas Ltda) - LITSPASSIV: MASTERCARD BRASIL SOLUÇÕES DE PAGAMENTO LTDA - Cielo S/A - Indefiro o pleito de instrução do feito, por entender cabível o julgamento do processo no estado em que se encontra, eis que os elementos de prova residentes nos autos viabilizam seu seguro desate, o que faço em harmonia com o art. 355, I, do Código de Processo Civil. Quanto ao pedido da requerida Mastercard em reconhecer sua ilegitimidade passiva, será apreciado em momento oportuno. Intimem-se. Após, v. conclusos.

ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0607567-02.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Antonio Marques Pereira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos dapessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: VANESSA DA SILVA MATIAS RIBEIRO (OAB 14061/AM), ADV: NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 128341/SP) - Processo 0607703-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - RECLAMANTE: Nancyonor Portugal Pinheiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Decido . A matéria ventilada na presente ação é objeto do Incidente de Uniformização de Jurisprudência nº 0000511-49.2018.8.04.9000, admitido pela Coordenadora dos Juizados Especiais do TJ/AM, no qual a mesma ordenou a todos os Juizados Especiais Cíveis e aos membros das Turmas Recursais a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de Uniformização: 1. se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium); 2. a ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos dapessoa do correntista; e 3. ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Neste diapasão, SUSPENDO os presentes Autos até o pronunciamento definitivo sobre a matéria, o que deverá ser certificado oportunamente, bem como, após, ser feita nova conclusão.

ADV: NATASJA DESCHOOLMEESTER (OAB 2140/AM) - Processo 0608029-90.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria do Carmo Roque Macambira - De ordem, fica designado o dia 16/12/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0608854-34.2018.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Helanice de Souza - REQUERIDO: Bradesco Vida e Previdência S/A - Mantenho a decisão de f. 195, pelos seus próprios fundamentos. Ademais, tenho que o depoimento pessoal de parte no processo, não é causa suficiente para designação de audiência instrutória, porquanto é cediço que, por força de invencível lógica, o depoimento da parte não irá apontar em direção contrária ao interesse da mesma. Nessa esteira, indefiro o pedido de reconsideração e ratifico a decisão combatida. Intime-se.

ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM) - Processo 0609232-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Marly Costa dos Santos - Posto isto, intime-se a parte autora para se manifestar, em 05 dias, sobre a pretensão das referidas fatura permanecer como objeto de apreciação nesta lide. Expirado tal prazo, v. Conclusos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610796-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldenor Silva Siqueira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/02/2020 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610799-22.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Aldenor Silva Siquei - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/02/2020 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RAMYDE WASHINGTON ABEL CALDEIRA DOCE CARDOZO (OAB 12029/AM) - Processo 0610838-19.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Leandro Rodrigues da Mercês - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 05/02/2020 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0610842-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mariomar Ferreira dos Santos - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/02/2020 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0610845-11.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Mariomar Ferreira dos Santos - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/02/2020 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610857-25.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosemiste Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 03/02/2020 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM) - Processo 0610860-77.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Erick Anderson do Vale Tavares - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 04/02/2020 às 12:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610861-62.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Rosemiste Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 04/02/2020 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0610881-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco Gonçalves Costa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/01/2020 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0610887-60.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Rosemiste Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 04/02/2020 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: JONILSON MAIA PEREIRA (OAB 7871/AM) - Processo 0610980-23.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Expurgos Inflacionários / Planos Econômicos - REQUERENTE: Francisco Gonçalves Costa - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/02/2020 às 12:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM) - Processo 0610982-90.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Interpretação / Revisão de Contrato - REQUERENTE: Jarina do Nascimento Simão - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/02/2020 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0610983-75.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Adalton Antonino Vieira da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 06/02/2020 às 13:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: EDGAR PORTELA DA SILVA AGUIAR (OAB 9941/AM) - Processo 0611062-54.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: A.S.M.A. - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/02/2020 às 10:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0611071-16.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Elizangela Silva de Oliveira - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/02/2020 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0611075-53.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Francisco Leoncio Carvalho de Jesus - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado.. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 07/02/2020 às 11:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0611095-44.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ruth Brandao de Vasconcelos Leão de Souza - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/02/2020 às 08:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ANTÔNIO JARLISON PIRES DA SILVA (OAB 12261/AM) - Processo 0611125-79.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Pedro Monteiro da Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 10/02/2020 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: IVAN GLEIDSON TRINDADE DE SOUZA FARIAS (OAB 11908/AM) - Processo 0611150-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Mario Jorge Cavalcante de Carvalho - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado.

Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/02/2020 às 09:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE NETO (OAB 14403/AM) - Processo 0611183-82.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Girlenilce Ferreira da Silva Aguiar - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/02/2020 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0611197-66.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Miguel Augusto Gomes Andrade - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/02/2020 às 11:00h. Cite-se. Intime-se.

ADV: ÍTALO EDUARDO PINA PRADO (OAB 13261/AM) - Processo 0611209-80.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Rycson Nonato Coimbra da Gama - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço em razão da natureza satisfativa do pedido. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 12/02/2020 às 09:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE NETO (OAB 14403/AM) - Processo 0611241-85.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiza de Oliveira Miquiles - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 10/02/2020 às 13:15h. Cite-se. Intime-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM) - Processo 0611244-40.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Rosiane de Sousa Oliveira - Diante do exposto, presentes os requisitos do art. 300, caput, do Código de Processo Civil, concedo a tutela de urgência antecipada na forma pleiteada, para ordenar à parte requerida que proceda a exclusão do nome da parte demandante do cadastro do SPC/SERASA, em 05 (cinco) dias, sob pena de multa diária de R$ 300,00 (trezentos reais). Defiro a inversão do "onus probandi", e o faço pela verossimilhança das alegações da parte autora, bem como porquanto esta, na condição de consumidora, é parte hipossuficiente na relação jurídica entelada. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 11/02/2020 às 12:45h. Cite-se. Intime-se.Cumpra-se.

ADV: RAFAEL SAID E SILVA (OAB 8443/AM) - Processo 0611286-89.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direitos / Deveres do Condômino - REQUERENTE: Condomínio Bem Viver Total Ville - Felicidade - De ordem, fica designado o dia 13/02/2020 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM) - Processo 0611292-96.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Isabella Evelyn Rodrigues Amaral - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 13/02/2020 às 11:00h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: RENATO FERREIRA GONZALES (OAB 11029/AM) - Processo 0611298-06.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Raulino Mendes do Nascimento e Outros - De ordem, fica designado o dia 13/02/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0611314-57.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Raimundo Pedrosa Bernardes Filho - De ordem, certifico para os devidos fins que fica designado o dia 11/02/2020 às 13:30h para a realização da audiência de Conciliação/Instrução e Julgamento. No entanto, cabe registrar que a matéria ventilada no pedido de urgência, é objeto de IRDR (Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas) n° 0000511-49.2018.8.04.9000 - Cesta Básica, já conhecido pelos desembargadores do TJ/AM, porém, ainda pendente de julgamento. O referido é verdade e dou fé. É o que me cumpre certificar.

ADV: PHILIPE JOSÉ LIMA DE LIMA (OAB 9039/AM) - Processo 0624564-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Raimunda Nonata da Silva e Silva - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 27/11/2019 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

ADV: LUCICLÉA RAMOS DE CARVALHO (OAB 11269/AM) - Processo 0624764-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Marcia de Lorena Serra Maia - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado, tendo em vista no exame dos documentos de f. 20/23, não existem documentos que comprovem os períodos de descontos a que se refere o autor. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 26/11/2019 às 13:45h. Cite-se. Intime-se.

ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE) - Processo 0626314-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Gilmara Castro Tokuta - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Acautelo-me quanto à concessão da tutela de urgência antecipada, e o faço pela ausência de elementos que indiquem a plausibilidade do direito pleiteado. Inobstante, defiro a inversão do ônus da prova em favor da parte requerente, na forma do artigo 6º, VIII do Código de Defesa do Consumidor. Designo audiência de conciliação/instrução e julgamento para o dia 31/01/2020 às 13:30h. Cite-se. Intime-se.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Ana Maria de Andrade Fontes (OAB 12644/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 190060/RJ)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio Jarlison Pires da Silva (OAB 12261/AM)
Bruna das Chagas de Mendonca (OAB 10474/AM)
Caio Melli Arisi (OAB 21848O/MT)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Augusto Montezuma Firmino (OAB 12151/DF)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cinthya Eliza Magalhaes de Souza (OAB 12635/AM)
Claudino Aleixo Junior (OAB 16527/MT)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Cristiane de Sousa Silva (OAB 14431/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Davi Mafra dos Anjos (OAB 9694/AM)

Décio Flávio Gonçalves Torres Freire (OAB 697A/AM)
Diego Oliveira Reis (OAB 6823/AM)
Edgar Portela da Silva Aguiar (OAB 9941/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eduardo Rezende de Souza Júnior (OAB 10517/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elaine Vitória da Silva Guedes (OAB 10583/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Esdra Silva dos Santos (OAB 15916/O/MT)
Evaldo Lúcio da SIlva (OAB 1302A/AM)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fábio Nogueira Corrêa (OAB 5674/AM)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 76696/MG)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando Sam do Nascimento Nunes (OAB 10736/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Guilherme Vilela de Paula (OAB 1010A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Alves Pimenta Filho (OAB 9502/AM)
Humberto Lessa de Farias Filho (OAB 10655/AM)
Íkaro Pereira Amore (OAB 6350/AM)
Isabela Montuori Bougleux de Araújo (OAB 1069A/AM)
Ítalo Eduardo Pina Prado (OAB 13261/AM)
Ivan Gleidson Trindade de Souza Farias (OAB 11908/AM)
Jadylson Gueison Oliveira Cavalcante (OAB 5567/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
Jonilson Maia Pereira (OAB 7871/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 57680/MG)
Júlio César de Almeida Lorenzoni (OAB 5545/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Laís Monique da Silva Santos (OAB 10340/AM)
Luciano da Silva Buratto (OAB 179235/SP)
Lucicléa Ramos de Carvalho (OAB 11269/AM)
Luís Phillip de Lana Foureaux (OAB 1011A/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Neto (OAB 14403/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 23748/PE)
Maria Rosiane de Brito Andrade (OAB 7628/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Mayara Lopes Horta (OAB 14867/AM)
Natasja Deschoolmeester (OAB 2140/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Nelson Wilians Fratoni Rodrigues (OAB 128341/SP)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Neyla Grance Martins (OAB 1304A/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1321A/AM)
Paula Regina da Silva Melo (OAB 7490/AM)
Philipe José Lima de Lima (OAB 9039/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
PUALLO PORTO PEREIRA (OAB 10278/AM)
Rafael Said e Silva (OAB 8443/AM)
Ramon Michael Chaves Pesqueira (OAB 10594/AM)
Ramyde Washington Abel Caldeira Doce Cardozo (OAB 12029/AM)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Ferreira Gonzales (OAB 11029/AM)
Roberges Junior de Lima (OAB 27856-A/PA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Rubens Gaspar Serra (OAB 119859/SP)
Salim David Guimarães Felipe (OAB 13138/AM)
Vanessa da Silva Matias Ribeiro (OAB 14061/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)

13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 13º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0196/2019

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0204248-65.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 137, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: AFRÂNIO AZEVEDO PEREIRA (OAB 4434/AM), ADV: HENRIQUE FRANÇA RIBEIRO (OAB 7080/AM), ADV: RENATA MARQUES DE JESUS (OAB 9737/AM) - Processo 0205035-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Supermercado Atack (Cdl Centro de Distribuição e Logística Ltda) - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: JULLIE ANNE RODRIGUES DA CUNHA (OAB 9243/AM) - Processo 0601997-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Nirvana Ellen Miller de Moraes - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de dano moral a pagar o valor de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Retifico as faturas de matrícula n. 1071335-2, referente aos meses de Maio e Junho de 2018, para o valor de R$ 32,00 (trinta e dois reais). Devendo o valor referente a retificação ser descontado do dano moral acima arbitrado com plena quitação das mesmas, perfazendo o valor devido pela parte autora à parte ré de R$ 64,00 (sessenta e quatro reais), restando a parte autora receber a título de dano moral o valor de R$ 14.936,00 (catorze mil, novecentos e tritna e seis reais), a ser corrigido conforme acima determinado. Por derradeiro, declaro inexistente os débitos referente as faturas mencionadas anteriormente vinculadas a matricula n. 1071335-2. Oficie-se o Órgão de restrição ao crédito indicado à fl. 15, para que em até 03 (três) dias, a contar do recebimento desta decisão, exclua dos seus cadastros a dívida no valor informado no documento mencionado, anotada em nome da parte autora pela parte ré, sob pena de crime de desobediência. Ratifico a tutela de fl. 27. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem

custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, inciso IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: RODRIGO VASCONCELOS PIRES DE CARVALHO (OAB 6669/AM) - Processo 0602008-38.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Andvagner Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 183, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: FERNANDA CABRAL MARQUES (OAB 6755/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0603819-33.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ueslei Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 112, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0604157-07.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Aurineia Etelvina Nascimento Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 157, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0604580-64.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Maria da Conceição Barbosa de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 159, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0604935-74.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Aurineia Etelvina Nascimento Maia - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 124, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: ANDERSON SANTOS SILVA (OAB 12015/AM) - Processo 0604985-03.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Célio Machado da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 145, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: WALFRAN SIQUEIRA CALDAS (OAB 8915/AM) - Processo 0605388-06.2017.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ingrid Yara do Nascimento Bentes da Silva - De ordem, INTIMO a parte exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0605526-36.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Marcio José Pereira Campos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 64, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: ROBSON LOPES CARIOCA (OAB 9364/AM), ADV: WILSON FILIPE DE SOUZA MATOS (OAB 14254/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: THIAGO MAHFUZ VEZZI (OAB 228213/SP) - Processo 0605937-79.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Deize Lima Rocha e outro - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Posto isso, julgo improcedente os pedidos formulados. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: CECILIA MARIA VACCARO BRAMBILLA (OAB 44467/PR) - Processo 0607371-06.2018.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - EXEQUENTE: M. L. Leite Me (Vip Formatura) - Em atenção a petição de fls. 55/57, verifico que não existe acordo homologado por este Juízo, haja vista que as partes não chegaram a um consenso, conforme consta no despacho de fl.47, razão pela qual indefiro o pedido de execução. Aguarde-se a audiência aprazada.

ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: PEDRO DE SÁ MASCARENHAS (OAB 3196/AM) - Processo 0607459-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Liana Ferreira Magalhães - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 171, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: ANDRÉ LUIZ DUARTE DA CRUZ (OAB 7694/AM), ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI

(OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0607728-83.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Anselmo Jorge Pereira da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 115, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: WAGNER JACKSON SANTANA (OAB 8789/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0608333-97.2016.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Perdas e Danos - REQUERENTE: Luiza Bastos Sena - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: BRENO DE ALMEIDA RODRIGUES (OAB 8121/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609214-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Ieda Lopes de Souza Possidonio - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Compulsando os autos, verifico não haver necessidade de oitivas das partes em audiência, vez que a matéria versada nos autos comporta o julgamento antecipado da lide. Intimem-se as partes para que no prazo de 15 (Quinze) dias, apresentem todas as provas que pretendem produzir nos autos, nos termos do art. 10 do CPC, inclusive juntar contestação, caso não tenha sido apresentada. Transcorrido o referido o prazo, voltem-me os autos conclusos para sentença.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0609428-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Akna Kelya Silva da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 134, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: THAISE ABREU DA SILVA (OAB 5734/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0609986-32.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Sefora de Vasconcelos Merlo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 32, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 110.166-8 F, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: NATIELEN SOUZA DE CARVALHO SIMÕES (OAB 12940/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0610393-72.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Juliana Alves Paixao - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 135, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: ELISÉLY NARIJA MATUTI ARAÚJO (OAB 4685/AM) - Processo 0616206-51.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Sidronio Vidal de Souza Sobrinho - De ordem, INTIMO a parte autora/exequente para, no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre o valor depositado pela parte ré/executada. Caso queira, no mesmo prazo, poderá indicar os dados bancários completos para confecção do respectivo Alvará Judicial, quando este for autorizado.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0617314-81.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Joaquim Humberto Cerqueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 248, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 005.259-0 B, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: KELSON GIRÃO DE SOUZA (OAB 7670/AM) - Processo 0618322-93.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marineia Silva do Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Face o exposto, JULGO EXTINTO o processo sem análise do meritum causae, com lastro no art.485, inciso V, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0618359-23.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Leandro Holanda Ladislau - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor

de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 423, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 109.423-8 C, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0618377-73.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriele Matos Mota - REQUERIDO: BradesCard S/A - Posto isso, julgo improcedente o pedido formulado pela parte autora face a parte ré, condenada a parte autora na qualidade de litigante de má-fé a pagar multa de 9% sobre o valor da causa, nos termos do art. 81 do CPC. Fixo honorários advocatícios em 10% sobre o valor da causa. E condeno ainda, ao recolhimento das custas conforme determina o Enunciado 136 do FONAJE. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Indefiro o pedido quanto a exclusividade de intimação, nos termos do Enunciado n. 169 do FONAJE. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.C. Após o trânsito em julgado, arquivem-se.

ADV: RENATA DE SÁ E LEME (OAB 10231/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: VANDILENE PEREIRA FERREIRA (OAB 11690/AM), ADV: MARIANA MARQUES DOS SANTOS (OAB 10339/AM) - Processo 0619084-12.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Amaziles de Nazaré Andrade Pena - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano material a pagar o valor de R$5.604,16 (cinco mil, seiscentos e quatro e dezesseis centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 35, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 004.212-9 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619158-66.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Rondineli Matos Evangelista - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 101, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 200.008-3 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619171-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Vanildo Barbosa Onofre - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 67, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 205.704-2 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0619287-71.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Raimundo Soares Nogueira - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG

Cartão", COD 5887, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 41, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 008.582-0 D, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0619408-02.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Elizabeth Miranda Cantisani Pinto - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 124, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 004.662-0 B, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0619631-52.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Carmina Lemos da Costa Vale - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão", COD 6073, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 38, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 093.186-1 D, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão", COD 6073. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0619775-26.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Carlos Alberto Sevalho Figueiredo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 121, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: FLÁVIO QUEIROZ DE SOUZA PAULA (OAB 10036/AM) - Processo 0620108-75.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Marcos da Silva Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano material a pagar o valor de R$5.993,83 (cinco mil, novecentos e noventa e três e oitenta e três centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 91, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 199.952-4 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão", COD 5887. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: LUIZ EDUARDO HAYDEN DOS SANTOS (OAB 12051/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0620190-09.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Graziela Batista Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 271, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 204.695-4 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-

se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ROGÉRIO PENA BENTO DA SILVA (OAB 9960/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0620214-37.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERENTE: Inês Simona Lopes Cordeiro Calmont - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão", COD 5887, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 71, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 135.707-7 A, o desconto pertinente a sigla"BMG Cartão", COD 5887. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0620332-13.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Maria Clara Mendes Emiliano - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 93, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 162.971-9 A, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0620580-76.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ivone Moreira Nonato - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir do arbitramento (Súmula 362 STJ). Julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano material a pagar o valor de R$2.329,43 (dois mil, trezentos e vinte e nove reais e quarenta e três centavos), incidindo juros e correção monetária a partir da citação. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à f. 41, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 002.430-9 B, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: MARGIDE AMARO DE SOUZA (OAB 10380/AM), ADV: GAMAL SWAMI DE ABREU (OAB 9106/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0621042-33.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Joaquim de Oliveira Barbosa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 95, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 111.313-5 B, o desconto pertinente a sigla "BMG Cartão 10", COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: RISONALDO DE MELO LIMA JÚNIOR (OAB 6997/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0621104-73.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Manoel Jesus de Lima - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 141, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: WISTON FEITOSA DE SOUSA (OAB 6596/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP

ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: JUREMA DIAS DE LIMA MISSIONEIRO DOS SANTOS (OAB 70558/SP) - Processo 0621573-22.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Felix da Silva Filho - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Em atenção a Decisão de fl. 94, verifico que por determinação da MMª Juíza, as partes tomaram ciência do julgamento antecipado da lide, motivo pelo qual faço os autos conclusos.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: LETÍCIA MASCARENHAS DIAS (OAB 9099/AM) - Processo 0621992-42.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Maria de Lourdes Pantoja de Sá - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 87, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 129.676-0 C, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM) - Processo 0622516-39.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Roner Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 87, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 129.676-0 C, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM) - Processo 0622575-27.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Roner Santos da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão”, COD 6073, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 32, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 115.136-3 B, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão”, COD 6073. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: ADONIS MACIEL PAES (OAB 8865/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENRIQUE LIMA MARINHEIRO (OAB 9324/AM) - Processo 0622643-74.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Diego Magalhaes Medeiros - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 353, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 186.393-2 B, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido. Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: ODELY COSTA DOS SANTOS (OAB 10324/AM), ADV: GIÁCOMO DINELLY LIMA (OAB 9753/AM), ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0622878-41.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tatiane de Souza Melo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Posto isso, julgo parcialmente procedente o pedido para condenar a parte ré a título de compensação por dano moral a pagar o valor de R$8.000,00(oito mil reais), incidindo juros e correção monetária a partir desta data. Declaro quitado o contrato com a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306, indicados no contracheque da parte autora nos autos, a partir desta data. Expeça-se Ofício à Secretaria de Administração indicada à fl. 89, para que exclua do contracheque da parte autora, matrícula n. 160.139-3 B, o desconto pertinente a sigla “BMG Cartão 10”, COD 6306. Fixo o prazo de 30 (trinta) dias, a contar do recebimento desta, sob pena de crime de desobediência. Quanto ao pedido de justiça gratuita, a lei assegura o acesso aos Juizados Especiais em primeira instância sem qualquer ônus, não havendo necessidade de provimento jurisdicional, devendo este pedido ser requerido em momento oportuno, razão pela qual indefiro o pedido.

Julgo os demais pedidos improcedentes. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Eg. Turma Recursal. P.R.I.C Após o trânsito em julgado, fica a parte autora ciente que deverá se manifestar sobre o disposto no art. 52, IV, da Lei n. 9.099/95, no prazo de 05 (cinco) dias. Transcorrido o referido prazo sem manifestação, arquivem-se.

ADV: SÂMEA PICANÇO OLIVEIRA (OAB 10852/AM), ADV: FELICIANO LYRA MOURA (OAB 21714/PE), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP) - Processo 0623838-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Carlos Roberto Sousa Picanco Filho - REQUERIDO: Cnova Comércio Eletronico S/A - Apple Computer Brasil Ltda. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Aguarde-se audiência aprazada. intime-se.

ADV: PAULO CEZAR KRICHANÃ DA SILVA (OAB 8494/AM) - Processo 0625518-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: P.C.K.S. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 31/01/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0626448-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Elaine Eudes de Lima Rodrigues - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0626459-93.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Dirismalha M. Bezerra - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: OSVALDO LUIZ DA MATA JÚNIOR (OAB 1320-A/RN) - Processo 0626720-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Reinaldo da Silva Pinheiro - Posto isso, julgo extinto o processo sem análise do mérito, com fundamento no art. 485, inciso I, do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: FRANCISCO EDUARDO RIBEIRO JÚNIOR (OAB 5788/AM) - Processo 0626851-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Maria do Socorro Batista da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como não vislumbro a necessidade de tal pleito ser deferido liminarmente, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 31/01/2020 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RICARDO SOUZA GUIMARÃES (OAB 8675/AM) - Processo 0627121-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: João Magahães da Costa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0627522-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Victoria Caroline Freitas de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 31/01/2020 às 12:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: RUBERVAL NERY DE OLIVEIRA (OAB 10821/AM) - Processo 0627598-80.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: E.A.S.F. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: SÉRGIO PHILIPPE PINHEIRO EGUCHI (OAB 14468/AM) - Processo 0627619-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Gabriel Silva de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/02/2020 às 08:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: CRISTIANE YAMADA DA SILVA (OAB 3955/AM) - Processo 0627718-26.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Iunara Barbosa dos Santos e outro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que o pedido foi genérico e portanto impossibilitando determinar qualquer medida em caráter liminar, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/02/2020 às 11:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627903-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Pythagoras Marques Veras Filho - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/02/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: REGINALDO DA SILVA CONRADO (OAB 11267/AM) - Processo 0627919-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Eulo Moraes Seixas - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como a sua urgência e a ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/02/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0627979-88.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito Autoral - REQUERENTE: Rosilene Arnolfo da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto bem como a ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 03/02/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: DAYSEVANDA DAS GRAÇAS BRITO DANTAS (OAB 7003/AM) - Processo 0628074-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jonilson Castro dos Santos - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 04/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628098-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Jhone Torres de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata

ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 09:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: OBERDAN MUSSA TORRES (OAB 14386/AM) - Processo 0628208-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Miraneide dos Santos Mussa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 10:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: LUÍS MAGNUM BARROS SANTOS (OAB 8512/AM) - Processo 0628254-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Matheus Morais Brasil - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0628293-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Petronílio Inácio V. - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: ALEXANDRE GOMES RIBEIRO (OAB 6199/AM) - Processo 0628310-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jose Carlos de Figueiredo Reis - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: CIDINEY RODRIGUES FERREIRA (OAB 46521/BA) - Processo 0628331-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maria Ednilza da Fonseca - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 09:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: BRUNO GIMACK SALGADO (OAB 6610/AM), ADV: ANTÔNIO JOSÉ PINTO BARROS (OAB 6587/AM) - Processo 0628394-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Eliana Paixão de Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito bem como os documentos apresentados estão ilegíveis para a constatação do mesmo, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 05/02/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0628560-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria Valda Ferreira Rebouças - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade no corte do serviço bem como o direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: HADER DA FONSECA ALMEIDA (OAB 10118/AM) - Processo 0628652-81.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alcione Cruz da Silva - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito

alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 06/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DIEGO VALENTE DE LIMA (OAB 10999/AM) - Processo 0628765-35.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Irregularidade no atendimento - REQUERENTE: Clailson Oliveira de Almeida - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM) - Processo 0628823-38.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: José Augusto da Silva Albuquerque Epp - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/02/2020 às 11:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0628835-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Fagner Coelho Ribeiro - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/02/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: MARCOS PEREIRA DA SILVA (OAB 11150/AM) - Processo 0628895-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Iolene de Souza Malo - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/02/2020 às 09:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM) - Processo 0628929-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Júlio Cezar Sotero Lopes - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, podendo a parte aguardar até o momento da fase instrutória, vez que cabe a cada parte juntar aos autos provas que pretendem produzir. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 07/02/2020 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0628958-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ismael Araujo Miranda - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: LUAN CARLOS BRASIL BARBOSA (OAB 14197/AM) - Processo 0629004-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Daniel Marques Dias - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 09:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: FLÁVIO RAFAEL PERDIGÃO GUERRA (OAB 8500/AM) - Processo 0629006-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Maria de Nazaré Ribeiro - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0629015-68.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Cláudio Lima de Souza - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0629252-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: William Farias Pinto - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: IAGO HENRIQUE DE ALMEIDA LIRA (OAB 14727/AM), ADV: MELO E DESIDERI ADVOGADOS ASSOCIADOS (OAB 337/AM) - Processo 0629269-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: Ana Natalia Barros de Lima - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 10:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0629297-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Florêncio Rocha Neto - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: ANDERSON JUNQUEIRA GUMINIAK (OAB 9761/AM) - Processo 0629304-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: José Florêncio Rocha Neto - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: CAMILA JATAHY ARAUJO (OAB 12602/AM) - Processo 0629383-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Silene de Souza Medeiros - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 10:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: RENATO ANDRÉ DA COSTA MONTE (OAB 4435/AM) - Processo 0629417-52.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Erick de Oliveira Brissow - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, a ilegalidade da cobrança, bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 10/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0629437-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Francisco de Assis da Silva Rocha - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0629479-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Tereza Raulino Aires - Posto isso, JULGO LIMINARMENTE IMPROCEDENTE o pedido formulado pela parte autora, nos termos do art. 487, inciso II, do CPC. Sem custas e honorários, ex vi legis. Havendo apresentação de recurso no prazo legal e realizados os recolhimentos legais previstos no art. 54, parágrafo único da Lei 9.099/95, recebo o recurso em ambos os efeitos, proceda a intimação da parte recorrida para contrarrazoar, no prazo de 10 (dez) dias. Transcorrido o referido prazo, remetam-se os autos à Egrégia Turma Recursal. P.R.I. Após o trânsito em julgado, arquivem-se os autos.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0629558-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jorge Rabelo da Rocha - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: CÉSAR AUGUSTO GOMES MONTEIRO (OAB 9696/AM) - Processo 0629668-70.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ramon Guimarães de Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 12/02/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: EWERTON CARNEIRO DA SILVA (OAB 11062/AM) - Processo 0629965-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Assinatura Básica Mensal - REQUERENTE: Luiz Gonzaga Oliveira de Moraes - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 11:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: GUILHERME MARTINS SIMÕES DA SILVA (OAB 14560/AM) - Processo 0630012-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Rodrigo da Silva Nascimento - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado bem como a ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 11:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: ABRAÃO LUCAS FERREIRA GUIMARÃES (OAB 14788/AM) - Processo 0630035-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Abraão Lucas Ferreira Guimarães - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano o suposto direito alegado, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: EUGÊNIO DOS SANTOS GOMES (OAB 8930/AM) - Processo 0630080-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Eneida Beleza de Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 10:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: DINAH NASCIMENTO TEIXEIRA (OAB 7204/AM) - Processo 0630093-97.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Vendas casadas - RECLAMANTE: Dinah Nascimento Teixeira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 11/02/2020 às 10:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: AGUINALDO PEREIRA DIAS (OAB 7667/AM) - Processo 0630154-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - REQUERENTE: Elinalda Trindade da Costa - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, podendo a parte aguardar até o momento da fase instrutória, vez que cabe a cada parte juntar aos autos provas que pretendem produzir. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 08:45h. Cite-se e intime-se.

ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0630156-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Tarifas - REQUERENTE: Silvio Cardoso Mendonça - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade do desconto, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 11:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: CLEUTO COSTA DE OLIVEIRA (OAB 12238/AM) - Processo 0630174-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cleuto Costa de Oliveira - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta inscrição indevida nos cadastros de Órgãos de restrição ao crédito, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 08:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM) - Processo 0630256-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jaidson William de Souza - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposto direito alegado bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: FERNANDO CÉSAR LIMA FERREIRA DE OLIVEIRA (OAB 843A/AM) - Processo 0630383-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Ingrid Silva de São Bernardo - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança bem como não foi acostado nenhuma ameaça de inclusão nos cadastros de negativação, sendo necessária aguardar a analise do mérito com maior dilação probatória nos autos. No tocante ao pedido de juntada da segunda via do suposto contrato fraudulento, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, podendo a parte aguardar até o momento da fase instrutória, vez que cabe a cada parte juntar aos autos provas que pretendem produzir. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 13/02/2020 às 11:00h. Cite-se e intime-se.

ADV: SUELEN CRISTINA MAIA DE ALMEIDA ALBUQUERQUE (OAB 4345/AM) - Processo 0630397-96.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Real Comércio de Materiais de Construção Ltda-me, - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Aguarde-se audiência apraza. Intime-se.

ADV: NÁRDIA LIMA DE ARAÚJO DA FONTOURA AUGUSTO (OAB 4423/AM) - Processo 0630412-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Jayme Benchaya Marinho - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade da cobrança, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não

comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 12/02/2020 às 11:30h. Cite-se e intime-se.

ADV: ANANIAS GOMES DE SOUZA (OAB 9772/AM) - Processo 0630451-62.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Iolanda Tapajós Rego - Da narrativa dos fatos e dos documentos que instruem o pedido, a princípio, não vislumbro a probabilidade do direito alegado pela parte autora, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, ressalto ainda que em confronto com as alegações da parte autora na exordial, os documentos apresentados não são suficientes para o deferimento da medida pleiteada, vez que não é possível verificar de plano a suposta ilegalidade dos descontos, sendo necessário aguardar análise do mérito com maior dilação probatória nos autos. Ademais, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, INDEFIRO o pedido de tutela provisória. Audiência de conciliação designada para o dia 18/12/2019 às 13:15h. Cite-se e intime-se.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0630768-60.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Nota Promissória - REQUERENTE: Ferreira & Pelegrini Ltda - Mee - Cuida-se de execução de título extrajudicial, sendo atendidos os requisitos dispostos no art. 783 e 784, ambos do CPC. Desse modo, priorizando a recomendação da Meta 03 do CNJ - Conselho Nacional de Justiça, que reforça a necessidade de estimular a conciliação entre as partes em audiência, suspendo por ora os atos executórios, até porque, como bem dispõe o Enunciado n. 145 do FONAJE: “A penhora não é requisito para a designação de audiência de conciliação na execução fundada em título extrajudicial (XXIX Encontro - Bonito/MS)”. CITE-SE a parte executada para realizar o pagamento voluntário do débito no prazo de 03 (três) dias, nos termos do art. 829 do CPC, ficando desde logo, ciente as partes que a audiência de conciliação está designada para o dia 14/02/2020 às 08:00h, sendo obrigatório o comparecimento, sob pena de prosseguirem os atos executórios ou de extinção por ausência, no caso da parte exequente. Acrescento que, em audiência de conciliação a parte executada poderá apresentar proposta de pagamento do seu débito ou, conforme o caso, manifestar-se sobre o disposto no art. 53, §§ 1º e 2º, da Lei 9.099/95, inclusive, querendo, apresentar embargos à execução, devendo garantir o Juízo para conhecimento do recurso, nos termos do Enunciado n. 117 do FONAJE. Após a referida audiência, voltem-me os autos conclusos. CITE-SE. INTIME-SE.

ADV: SIMONE BATISTA DA SILVA (OAB 5778/AM) - Processo 0630820-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jefas Macedo Rocha da Silva - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: FERNANDO OLIVEIRA DE ALMEIDA (OAB 9481/AM) - Processo 0630827-48.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Jonathan Cruz da Silva - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: PAULO JAQSON FREIRE PINTO (OAB 7967/AM) - Processo 0630835-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Direito de Imagem - REQUERENTE: Maria Luiza Andrade de Lima - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

ADV: JOÃO BATISTA ANDRADE DE QUEIROZ (OAB 2372/AM) - Processo 0630937-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Jean Carlos Froes de Oliveira - De ordem, verifico que não foi juntado comprovante de residência adequado (ilegível, boleto bancário ou declaração própria de residência) ou o mesmo encontra-se em desconformidade com a Portaria n. 001/2012-CGJECC, in vebis: Art. 1º - DETERMINAR que as petições ajuizadas no sistema dos Juizados Especiais, venham de logo, acompanhada com os documentos indispensáveis a sua propositura, tais como: a) Identidade, CPF e comprovante de residência, com data recente (no máximo 06 meses), da parte requerente; b) Na hipótese de comprovante de residência ser de terceiro, deverá ser apresentado declaração deste, afirmando ser também o domicílio do requerente, bem como a cópia da identidade do declarante. Desse modo, INTIMO A PARTE AUTORA para, no prazo de 15 (quinze) dias, corrigir a irregularidade apontada, apresentando o documento de residência, em conformidade com referida Portaria, sob pena de indeferimento da inicial.

Abraão Lucas Ferreira Guimarães (OAB 14788/AM)
Adonis Maciel Paes (OAB 8865/AM)
Afrânio Azevedo Pereira (OAB 4434/AM)
Aguinaldo Pereira Dias (OAB 7667/AM)
Alexandre Gomes Ribeiro (OAB 6199/AM)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ananias Gomes de Souza (OAB 9772/AM)
Anderson Junqueira Guminiak (OAB 9761/AM)
Anderson Santos Silva (OAB 12015/AM)
André Luiz Duarte da Cruz (OAB 7694/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Antônio José Pinto Barros (OAB 6587/AM)
Breno de Almeida Rodrigues (OAB 8121/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Gimack Salgado (OAB 6610/AM)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
Camila Jatahy Araujo (OAB 12602/AM)
Cecilia Maria Vaccaro Brambilla (OAB 44467/PR)
César Augusto Gomes Monteiro (OAB 9696/AM)
Cidiney Rodrigues Ferreira (OAB 46521/BA)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)

Cleuto Costa de Oliveira (OAB 12238/AM)
Cristiane Yamada da Silva (OAB 3955/AM)
Daysevanda das Graças Brito Dantas (OAB 7003/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego Valente de Lima (OAB 10999/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Dinah Nascimento Teixeira (OAB 7204/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Elisély Narija Matuti Araújo (OAB 4685/AM)
Eugênio dos Santos Gomes (OAB 8930/AM)
Ewerton Carneiro da Silva (OAB 11062/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Feliciano Lyra Moura (OAB 21714/PE)
Fernanda Cabral Marques (OAB 6755/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando César Lima Ferreira de Oliveira (OAB 843A/AM)
Fernando Oliveira de Almeida (OAB 9481/AM)
Flávio Queiroz de Souza Paula (OAB 10036/AM)
Flávio Rafael Perdigão Guerra (OAB 8500/AM)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Francisco Eduardo Ribeiro Júnior (OAB 5788/AM)
Gamal Swami de Abreu (OAB 9106/AM)
Giácomo Dinelly Lima (OAB 9753/AM)
GRAZIELA ALBUQUERQUE DA SILVA (OAB 11097/AM)
Guilherme Martins Simões da Silva (OAB 14560/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Hader da Fonseca Almeida (OAB 10118/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique França Ribeiro (OAB 7080/AM)
Henrique Lima Marinheiro (OAB 9324/AM)
Iago Henrique de Almeida Lira (OAB 14727/AM)
João Batista Andrade de Queiroz (OAB 2372/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
Jullie Anne Rodrigues da Cunha (OAB 9243/AM)
Jurema Dias de Lima Missioneiro dos Santos (OAB 70558/SP)
Kelson Girão de Souza (OAB 7670/AM)
Letícia Mascarenhas Dias (OAB 9099/AM)
Luan Carlos Brasil Barbosa (OAB 14197/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Luís Magnum Barros Santos (OAB 8512/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luiz Eduardo Hayden dos Santos (OAB 12051/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcos Pereira da Silva (OAB 11150/AM)
Margide Amaro de Souza (OAB 10380/AM)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Mariana Marques dos Santos (OAB 10339/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Melo e Desideri Advogados Associados (OAB 337/AM)
Nárdia Lima de Araújo da Fontoura Augusto (OAB 4423/AM)
Natielen Souza de Carvalho Simões (OAB 12940/AM)
Oberdan Mussa Torres (OAB 14386/AM)
Odely Costa dos Santos (OAB 10324/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Osvaldo Luiz da Mata Júnior (OAB 1320-A/RN)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Paulo Cezar Krichanã da Silva (OAB 8494/AM)
Paulo Jaqson Freire Pinto (OAB 7967/AM)
Pedro de Sá Mascarenhas (OAB 3196/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
QUÉZIA MARTINS DE PAULA (OAB 8885/AM)
Reginaldo da Silva Conrado (OAB 11267/AM)
Renata de Sá e Leme (OAB 10231/AM)
Renata Marques de Jesus (OAB 9737/AM)
Renato André da Costa Monte (OAB 4435/AM)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Ricardo Souza Guimarães (OAB 8675/AM)
Risonaldo de Melo Lima Júnior (OAB 6997/AM)
Robson Lopes Carioca (OAB 9364/AM)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Vasconcelos Pires de Carvalho (OAB 6669/AM)
Rogério Pena Bento da Silva (OAB 9960/AM)
Ruberval Nery de Oliveira (OAB 10821/AM)
Sâmea Picanço Oliveira (OAB 10852/AM)
Sérgio Philippe Pinheiro Eguchi (OAB 14468/AM)
Simone Batista da Silva (OAB 5778/AM)
Suelen Cristina Maia de Almeida Albuquerque (OAB 4345/AM)
Thaise Abreu da Silva (OAB 5734/AM)
Thiago Mahfuz Vezzi (OAB 228213/SP)
VANDILENE PEREIRA FERREIRA (OAB 11690/AM)
Wagner Jackson Santana (OAB 8789/AM)
Walfran Siqueira Caldas (OAB 8915/AM)
Wilson Filipe de Souza Matos (OAB 14254/AM)
Wiston Feitosa de Sousa (OAB 6596/AM)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0167/2019

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610660-70.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rosiane Romão do Nascimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 04/11/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610661-55.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rosiane Romão do Nasciment - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 05/11/2019 às 09:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da

convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0610665-92.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Maria Rosiane Romão do Nascimento - Certifico, para os devidos fins de direito, que PAUTEI AUDIÊNCIA de Conciliação, para o dia 06/11/2019 às 08:30h, nesta vara, localizado no Fórum Des. Lúcio Fonte de Rezende, situado na Av Noel Nutels, s/n, em frente ao posto do INSS, Cidade Nova I, CEP 69095-000. Fone: 2127-7348, e-mail: 14je.civel@tjam.jus.br. Manaus, 14 de outubro de 2019. Cristiane Padilha Cairo Escrivã(o)/Secretária(o) CITAÇÃO ELETRÔNICA: Citá-lo(a) para os termos do processo em epigrafe - ADVERTÊNCIAS: Lei 9099/95 - Lei dos Juizados Especiais Art. 20. Não comparecendo o demandado à sessão de conciliação ou à audiência de instrução e julgamento, reputar-se-ão verdadeiros os fatos alegados no pedido inicial, salvo se o contrário resultar da convicção do Juiz. Art. 51. Extingue-se o processo, além dos casos previstos em lei: I - quando o autor deixar de comparecer a qualquer das audiências do processo; FONAJE - Fórum Nacional de Juízes Estaduais ENUNCIADO 11 - Nas causas de valor superior a vinte salários mínimos, a ausência de contestação, escrita ou oral, ainda que presente o réu, implica revelia. OBSERVAÇÃO: A visualização das peças processuais, bem como as especificações da petição inicial, dos documentos que a acompanham e do despacho judicial que determinou a citação (artigo 250, incisos II e V, do Código de Processo Civil), poderá ocorrer mediante acesso ao sítio do Tribunal de Justiça na internet, no endereço http://www.tjam.jus.br sendo considerada vista pessoal (artigo 9º, § 1º, da Lei Federal n. 11.419/2006) que desobriga sua anexação. A Secretaria estará à disposição de V. S.ª para quaisquer esclarecimentos.

Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)

15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO MARIA DO PERPETUO SOCORRO DA SILVA MENEZES
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IVÂNIA PITTALUGA MORENO DA COSTA
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0223/2019

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM) - Processo 0201437-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andre Gabriel Lopes de Freitas - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Tim S.a - De ordem, intime-se o Réu para que, no prazo de 05 (cinco) dias, deposite o saldo remanescente da condenação, no importe de R$ 388,11 (Trezentos e oitenta e oito reais e onze centavos), sob pena de penhora.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB 1058A/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201437-98.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Andre Gabriel Lopes de Freitas - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Tim S.a - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para impugnação, no prazo de 15 dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0202322-15.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Josué Kim - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. Faça-se conclusão para sentença. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP), ADV: KLAUS GIACOBBO RIFFEL (OAB 75938/RS), ADV: PAULO CÉSAR LABORDA VALENTE (OAB 1403/AM), ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM) - Processo 0602305-45.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - REQUERIDO: Alphaville Urbanismo S.A - Cleymar Medeiros Ramos - Trata-se de embargos de declaração interpostos pelo Requerido em face da decisão interlocutória de fls. 803. Rejeito liminarmente os embargos em comento, uma vez que diante da lei especial estes só tem cabimento em face de sentença ou acórdão, nos termos do art. 48 da Lei nº 9.099/95: Art. 48. Caberão embargos de declaração contra sentença ou acórdão nos casos previstos no Código de Processo Civil. Esclareço ao requerido que a deserção decorreu devido à ausência de recolhimento das custas processuais, consoante determinação contida no art 3º, §1°, do Prov. 256 - CGJAM, cuja guia sequer gerou junto ao sistema. Art. 3º, O preparo deve ocorrer, independentemente de intimação, as 48 horas seguintes à interposição do recurso, nos seguintes valores: (...) §1° No mesmo prazo assinalado no caput, o recorrente deverá também , recolher o valor das custas processuais, no termo do art. 55, da Lei 9.099/95, de acordo com a tabela de custas atualmente em vigor, divulgada na página oficial do Tribunal de Justiça do Amazonas. Insta salientar, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, indefiro o pedido e mantenho a deserção do recurso inominado interposto pelo réu às fls. 794/801, nos termos do § 1º do art. 42 da Lei nº 9.099/95. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se.

ADV: MARCOS FÁBIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 11070/AM) - Processo 0605204-50.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Abelardo dos Santos Magalhães - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 323/333, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM) - Processo 0606306-39.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Gleide de Jesus Belém (inventariante) - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOSÉ HENRIQUE CANÇADO GONÇALVES (OAB 855A/SE), ADV: CARLOS EVALDO SOUZA JÚNIOR (OAB 7548/AM) - Processo 0606570-56.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Yara Rubia da Silva Oliveira - REQUERIDO: Net Serviços de Comunicação S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: RODOLFO PAULO CABRAL (OAB 3548/AM), ADV: LUÍS FELIPE AVELINO MEDINA (OAB 6100/AM), ADV: ANA CAROLINA DE MENEZES CARVALHO (OAB 13583/AM) - Processo 0607252-50.2015.8.04.0015 - Cumprimento de sentença - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condomínio Vista Del Rio - REQUERIDO: Carlos Silverio dos Santos - Requereu o Réu o parcelamento da execução, efetivando o depósito do valor equivalente a 30% da dívida (fls. 135/138), pugnando seja admitido pagar o restante - 70% - em seis parcelas mensais e consecutivas, tendo o autor manifestado sua concordância, conforme fls. 142/143. Por conseguinte defiro o pedido de parcelamento do débito em até 6 (seis) parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e de juros de um por cento ao mês, advertindo o executado que o não pagamento de qualquer das prestações acarretará cumulativamente, nos termos do art. 916 do CPC: I - o vencimento das prestações subsequentes e o prosseguimento do processo, com o imediato reinício dos atos executivos; II - a imposição ao executado de multa de dez por cento sobre o valor das prestações não pagas. Quanto à diferença solicitada pelo autor de R$ 252,93 (duzentos e cinquenta e dois reais e noventa e três centavos), defiro para que seja acrescido da 2ª parcela para quitação da dívida, a fim de que seja mantido o parcelamento e considerando a ausência de prejuízo ao Exequente. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JORGE HENRIQUE SILVA DE MELO (OAB 7999/AM), ADV: MAYKA SALOMÃO CORDEIRO VIANA (OAB 6321/AM) - Processo 0608985-12.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Prime Desenvolvimento Profissional Eireli - Me - REQUERIDA: Cristiane Katlen Gomes Mitozo - Demonstra a executada através dos documentos de fls. 58/65, que efetivamente os valores bloqueados em suas contas bancárias mantidas junto ao Banco Bradesco, ag. 0320, c/c 0420741-6 é proveniente de recebimento de salário/auxílio doença, não podendo sobre eles recair penhora. Firme em tais razões, entendo por desconstituir a penhora recaída sobre proventos da executada, no exato valore de R$ 1.326,78, conforme extrato bancário de fls. 50, determinando seu imediato desbloqueio. Finalmente, intime-se o exequente para indicar bens penhoráveis em nome da devedora, no prazo de 10 dias, sob pena de extinção da execução. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MÁRCIO ROCHA DE CARVALHO (OAB 5274/AM) - Processo 0610246-12.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Abeúde dos Santos Oliveira - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre a petição/documento juntado às fls. 131/134, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO MENDES LASMAR (OAB 12480/AM), ADV: PATRÍCIA PEREIRA DA SILVA (OAB 3689/AM) - Processo 0610829-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Jn Evens Prosper - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: MARCELO ALBUQUERQUE CHAVES (OAB 9607/AM), ADV: GUSTAVO HENRIQUE DOS SANTOS VISEU (OAB 117417/SP) - Processo 0611910-78.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Condomínio - EXEQUENTE: Condomínio Alphaville Manaus 4 - EXECUTADO: Alphaville Urbanismo S.a. - CONCLUSÃO: Ante o exposto, nos termos do art. 487, III, b, c/c art. 924, II, e art. 925 do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei n. 9.099/95.

ADV: PÉRICLES DUARTE DE SOUZA JÚNIOR (OAB 4808/AM), ADV: JÚLIA VIEIRA DE CASTRO LINS BOTELHO (OAB A1210/AM) - Processo 0612238-08.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Péricles Duarte de Souza Júnior - Denise D'albuquerque Veiga Lima - REQUERIDO: TAP - Transportes Aéreos Portugueses S/A - Por estes fundamentos, inocorrentes as matérias legalmente delimitadas, REJEITO ambos os EMBARGOS DE DECLARAÇÃO referidos, consoante fundamentação supra, mantendo a sentença em seus integrais termos

ADV: SALVADOR CLARINDO CAMPELO (OAB 1712/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0612273-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marcos Mello Lima - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 07/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0613586-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM), ADV: MÔNICA SANTA RITA BONFIM (OAB 3384/AM) - Processo 0613973-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Josue do Nascimento de Souza - REQUERIDO: C.da Silva Rocha Eireli - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se alvará em favor do Autor quanto ao valor bloqueado às fls. 141/142 e do depósito de fls. 158. Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 38699/DF), ADV: FLAIDA BEATRIZ NUNES DE CARVALHO (OAB 96864/MG), ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM) - Processo 0614897-58.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Ana Maria Garcia da Silva - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Ante o exposto, nos termos do art. 924, II, do CPC, JULGO EXTINTA A EXECUÇÃO, para que produza seus jurídicos e legais efeitos. Expeça-se alvará em favor do Autor, no importe pleiteado de R$ 7.580,65 (Sete mil, quinhentos e oitenta reais e sessenta e cinco centavos). Após, devolva-se ao Réu o saldo remanescente, conforme conta indicada às fls. 688. Arquivem-se e dê-se baixa na distribuição. Isento de custas e honorários, nos termos do art. 55 da Lei 9.009/95.

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: ANTONIO JORGE LOUREIRO (OAB 12470/AM) - Processo 0615136-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janyne Luana Nato da Silva - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 05/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: DAIANE APARECIDA KLAUS (OAB 12860/AM) - Processo 0617031-87.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Helen Cristina Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0618977-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Mariluce Nunes de Oliveira Dantas - REQUERIDO: Lojas Riachuelo S/A - Relatório dispensado, nos termos do art. 38, caput, da Lei n°9.099/95. Vistos, etc. Julgo Antecipadamente a lide, eis que o processo encontra-se maduro para julgamento. Cuida-se de pedido de indenização por danos morais acerca da venda casada de produtos com pedido de repetição de indébito. Rejeito a preliminar de complexidade, na medida em que os fatos postos nos autos,conjuntamente com as provas coligidas, possibilitam a análise da matéria. Sem mais preliminares. Passo ao exame do mérito. A responsabilidade do fornecedor de serviço financeiro, incluídas aí as instituições bancárias, é objetiva e somente pode ser afastada quando restar demonstrada a inocorrência de falha ou que eventual fato do serviço decorreu de culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro, à luz do que preceituam os arts. 6°, VI e 14 do CDC. Debruçando-me acerca do cerne da demanda, observo que a autora pretendia a contratação de cartão de crédito, cuja forma de contratação se deu por adesão na oportunidade de vários seguros junto ao requerido. Nesse cerne, fica evidente que ao autor não foi facultada a discussão das cláusulas contratuais

de modo a lhe modificar a substância, tendo, pois, de aceitar as condições impostas pelo requerido cedente do cartão de crédito. Com efeito, tendo o requerente contratado cartão de crédito que impôs obrigação monetária ao demandante concernente à aquisição de seguros, evidente a ocorrência da venda casada de produtos atrelados a emissão de cartão de crédito, que impôs onerosidade a autora em contrato por adesão, valendo-se o requerido da única linha de crédito que a autora dispunha. O art. 39, I, do Código de Defesa do Consumidor prevê como prática abusiva o condicionamento da aquisição de um produto ou serviço mediante a contratação compulsória de outro, constituindo-se, quando presente em contrato negocial, de cláusula abusiva, que pode ser declarada judicialmente na forma do art.51, IV, do CDC. Assim que a imposição dos seguros " acidentes pessoais individual / seguro bolsa protegido / assistência residência 24h" no valor de R$21,89 (fls. 13) cobrado à requerente é nulo de pleno direito, por configurar prática abusiva do banco requerido, qual seja a venda casada deste produto como condição para o deferimento de contrato de cartão de crédito. Cabível, pois, a condenação do requerido ao pagamento de indenização por transtorno de ordem moral imposto à demandante, na medida em que teve contratar produtos desnecessários, prevalecendo-se o requerido da delicada situação financeira em que a autora se encontrava quando da contratação do cartão de crédito. Outrossim, reconhecida a ilegalidade da venda casada, devem ser restituídos em dobro ao autor os valores dos produtos impostos ao demandante R$43,78, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC. Por derradeiro, o pedido de indenização por dano moral dá-se in re ipsa, não exigindo maiores delongas sobre o tema. Cumpre destacar, apenas, ser inegável que a realização de venda casada de produtos é uma realidade que abala o psiquismo do homem médio, ao ver seus recursos serem tomados de forma irregular, de modo a obrigá-lo a recorrer ao abrigo do Poder Judiciário para sustar a prática abusiva. Na fixação do montante devido, o prudente arbítrio do julgador deve considerar os fins pedagógico e punitivo da reparação moral, sem embargo de sopesar as circunstâncias próprias do agravo causado ao consumidor. Ante o exposto, com fulcro no art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTES os pedidos do autor, termos em que: 1) CONDENO SOLIDARIAMENTE os réus a restituírem ao autor R$43,78 por repetição de indébito, na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC, acrescido de juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC), desde a contratação; e 2) CONDENO o requerido a pagar R$10.000,00 (dez mil reais) a autora a título de danos morais, com juros de 1% ao mês e correção monetária (INPC) desde a data do arbitramento. Como consectário lógico, DETERMINO a parte ré se abster de efetuar cobranças intituladas "ACIDENTES PESSOAIS INDIVIDUAL / SEGURO BOLSA PROTEGIDO / ASSISTÊNCIA RESIDÊNCIA 24H", no prazo de 10 dias, sob pena de multa de R$1.000,00 por cada desconto efetuado, sem prejuízo da repetição do indébito que por ventura venha ser debitado no decorrer do processo, eis que eventual recurso será recebido somente no efeito devolutivo, em relação à obrigação de fazer, nos termos do art. 43 da L. 9.099/95. Deixo de condenar a requerida ao pagamento das custas processuais e dos honorários advocatícios, amparando-me na primeira parte do art. 55 da Lei n.° 9.099/95. Publique-se, registre-se e intimem-se. Manaus, 10 de outubro de 2019. Maria do Perpetuo Socorro da Silva Menezes Juíza de Direito

ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM) - Processo 0620428-57.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Monik de Kássia Caminha Bartholo - REQUERIDO: Bradesco Saúde - De ordem, fica intimada a parte ré para se manifestar sobre a petição juntada às fls. 68/69, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: IKARO BASTOS PEDROSA (OAB 11465/AM) - Processo 0621420-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cristiane Batista Cabral - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0621467-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marlene Rosas de Negreiros - REQUERIDO: SKY Serviços de Banda Larga Ltda. - De ordem, fica designado o dia 06/11/2019 às 12:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DANIEL DOS SANTOS COSTA (OAB 12962/AM) - Processo 0621663-59.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cancelamento de vôo - REQUERENTE: Andrezza da Silva Nasser - De ordem, intime-se a parte autora para, no prazo de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor).

ADV: CLEITON DA SILVA CARVALHO (OAB 10652/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 983A/PE), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0621802-11.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Ramenson Lima Mendonça - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MARJORIE GARANTIZADO PARENTE LUNA (OAB 14236/AM), ADV: RENAN DE MELO ROSAS LUNA (OAB 14253/AM) - Processo 0622388-48.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Direitos da Personalidade - REQUERENTE: Antônio Carlos de Castro Paiva Filho - De ordem, INTIMO a parte Requerente para indicar/corrigir o endereço que deverá constar no mandado/carta, no prazo legal de 15 (quinze) dias, sob pena de extinção.

ADV: LUZIANE DE FIGUEIREDO SIMAO LEAL (OAB 8044/AM), ADV: FÁBIO CÉSAR OLIVEIRA CABRAL (OAB 3224/AM) - Processo 0622548-73.2019.8.04.0015 - Execução de Título Extrajudicial - Cobrança de Aluguéis - Sem despejo - REQUERENTE: Condomínio Residencial Monte Líbano - REQUERIDO: Ely Freitas Paixão e Silva - Ante o acordo pactuado às fls. 25/26 e 32/33, suspendo a execução, nos termos do art. 922 do CPC, durante o prazo concedido pelo credor para o cumprimento da obrigação. Expeça-se alvará em favor do exequente para levantamento do valor depositado ás fls. 27. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM) - Processo 0622760-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se o Réu para que, no prazo de 05 (cinco) dias, deposite o saldo remanescente da condenação, no importe de R$ 2.657,80 (Dois mil, seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos), sob pena de penhora.

ADV: HENRIQUE CABOCLO DE MACEDO (OAB 8816/AM), ADV: MARCUS VÍCTOR TÔRRES DE LIMA (OAB 9563/AM) - Processo 0623069-18.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Cond. Residencial Juliana Iii, Etapa 2 - REQUERIDO: Espólio de Anderson Pereira Dutra - Ana Lúcia Dutra Braga - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, proposto e aceito às fls. 116/117, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. Intimem-se. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: JOICY COSTA CORRÊA DA CUNHA ARGENT THOMPSO (OAB 146976/RJ), ADV: DAVID CUNHA NOVOA (OAB 10777/AM), ADV: JENNIFER GUIMARÃES DA SILVA (OAB 13314/AM), ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: MARIA ISABEL ORLATO SELEM (OAB 115997/SP), ADV: MARINA REZENDE LOPES (OAB 12153/AM), ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM) - Processo 0623091-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marco Antônio Pinto Fabris - REQUERIDO: Bevicred Informações Cadastrais Ltda. e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0623521-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Frank Rodrigues - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DANIEL DE LIMA ALBUQUERQUE (OAB 6548/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0623588-90.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Eduardo Hayek Ribeiro - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Não vislumbro a necessidade de produção de prova em audiência. A oitiva pessoal do autor é desnecessária, diante dos fatos já articulados na exordial e do conteúdo da prova produzida pelo réu, em contestação. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: ADRIANO SILVEIRA DE SOUZA (OAB 12312/AM) - Processo 0623892-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Kenny Gomes da Silva Cunha - REQUERIDO: Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais S/A - Parvi Corretora de Seguros Ltda - Porto Veículos Ltda. - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0625186-79.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Vuzimar Conapa Cavalcante - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: RICARDO DE OLIVEIRA CABRAL (OAB 7130/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0626628-17.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Raimundo Rogério de Oliveira - REQUERIDO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, intimem-se as partes para, no prazo comum de 15 (quinze) dias, iniciar a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0626745-71.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Wiliane Silva de Oliveira - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM) - Processo 0627183-34.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Djalma Meirelles Monteiro - REQUERIDO: Energisa Mato Grosso-distribuidora de Energia S.a - De ordem, INTIME-SE a parte Embargada para apresentar contrarrazões aos Embargos à Execução/Impugnação ao cumprimento de sentença, juntado às fls. 114/117, no prazo de 15 (quinze) dias.

ADV: FABIANE RODRIGUES DE CASTRO (OAB 6031/AM) - Processo 0627608-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Competência dos Juizados Especiais - REQUERENTE: S. A. Pharmacos e Cosméticos Ltda. - REQUERIDO: Diego Rassan Freitas de Barros Dr Distribuidora - Vistos e examinados. O autor S. A. Pharmacos e Cosméticos Ltda., objetivando receber valor concernentes à título prescrito, ajuizou a presente AÇÃO MONITÓRIA. Relatório dispensado segundo dicção extraída do artigo 38, da Lei 9.099/95. Cabe ao Autor a escolha no procedimento utilizado para reconhecimento de seus direitos, entrementes, ao fazer isso, deverá também seguir com a ação atentando-se para os ritos compatíveis, o que não foi o presente caso, tendo em vista que a ação monitória requer procedimento especial o qual conflita com o rito utilizado nos juizados especiais. Ademais, no caso dos autos, o Autor preferiu ingressar com ação monitória e não uma ação de cobrança, o que com certeza atenderia os procedimentos adotados pela L.9.099/95, mas, como não o fez, deixando clara sua intenção postulatória, não resta outra alternativa a esta Julgadora senão a extinção do feito, em razão da incompetência do Juízo. Ex positis, JULGO extinto o processo, sem julgamento do mérito nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95.

ADV: VILMA OLIVEIRA DOS SANTOS (OAB 542A/AM), ADV: JOELMIR RICARDO GONÇALVES (OAB 509/AM), ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0628323-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José da Silva Freitas - REQUERIDO: Motorola do Brasil Ltda - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida Motorola Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda a pagar ao Requerente José da Silva Freitas a importância de R$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE, e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, além de procederem a restituição da quantia de R$ 1.799,00 (um mil, setecentos e noventa e nove reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, de conformidade com o que dispõe o art. 18, II, do CDC, mediante a devolução do produto e seus acessórios à assistência técnica que negou a realização do serviço, no prazo de dez dias, caso o aparelho já tenha sido retirado pelo consumidor. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei nº 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. P.R.C.I.

ADV: MANOEL MARQUES DE OLIVEIRA FILHO (OAB 5587/AM) - Processo 0628675-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Vilmar de Castro Bezerra - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 12:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

Adriano Silveira de Souza (OAB 12312/AM)
Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Ana Carolina de Menezes Carvalho (OAB 13583/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
Antonio Jorge Loureiro (OAB 12470/AM)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
Carlos Evaldo Souza Júnior (OAB 7548/AM)
Cleiton da Silva Carvalho (OAB 10652/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daiane Aparecida Klaus (OAB 12860/AM)
Daniel de Lima Albuquerque (OAB 6548/AM)
Daniel dos Santos Costa (OAB 12962/AM)
David Cunha Novoa (OAB 10777/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Fabiane Rodrigues de Castro (OAB 6031/AM)
Fábio César Oliveira Cabral (OAB 3224/AM)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 38699/DF)
Flaida Beatriz Nunes de Carvalho (OAB 96864/MG)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB 1058A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Gustavo Henrique dos Santos Viseu (OAB 117417/SP)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
Henrique Caboclo de Macedo (OAB 8816/AM)
Ikaro Bastos Pedrosa (OAB 11465/AM)
Jennifer Guimarães da Silva (OAB 13314/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
Joelmir Ricardo Gonçalves (OAB 509/AM)
Joicy Costa Corrêa da Cunha Argent Thompso (OAB 146976/RJ)
Jorge Henrique Silva de Melo (OAB 7999/AM)
José Henrique Cançado Gonçalves (OAB 855A/SE)

Júlia Vieira de Castro Lins Botelho (OAB A1210/AM)
Klaus Giacobbo Riffel (OAB 75938/RS)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luís Felipe Avelino Medina (OAB 6100/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Luziane de Figueiredo Simao Leal (OAB 8044/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Manoel Marques de Oliveira Filho (OAB 5587/AM)
Marcelo Albuquerque Chaves (OAB 9607/AM)
Márcio Rocha de Carvalho (OAB 5274/AM)
Marcos Fábio Oliveira de Lima (OAB 11070/AM)
Marcus Víctor Tôrres de Lima (OAB 9563/AM)
Maria Isabel Orlato Selem (OAB 115997/SP)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 983A/PE)
Marina Rezende Lopes (OAB 12153/AM)
Marjorie Garantizado Parente Luna (OAB 14236/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mayka Salomão Cordeiro Viana (OAB 6321/AM)
Mônica Santa Rita Bonfim (OAB 3384/AM)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Patrícia Pereira da Silva (OAB 3689/AM)
Paulo César Laborda Valente (OAB 1403/AM)
Péricles Duarte de Souza Júnior (OAB 4808/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Renan de Melo Rosas Luna (OAB 14253/AM)
Ricardo de Oliveira Cabral (OAB 7130/AM)
Rodolfo Paulo Cabral (OAB 3548/AM)
Rodrigo Mendes Lasmar (OAB 12480/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Salvador Clarindo Campelo (OAB 1712/AM)
VALDEMIRO BRASILIANO DE MORAIS FILHO (OAB 11274/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vilma Oliveira dos Santos (OAB 542A/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0225/2019

ADV: THOMÁS SILVA CORDEIRO (OAB 10455/AM), ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM) - Processo 0201144-31.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 20335/PE) - Processo 0202243-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Eliege Pereira Daniel - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOSÉ MÁRIO DE CARVALHO NETO (OAB 4861/AM), ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: SEBASTIÃO GONÇALVES GUIMARÃES FILHO (OAB 2488/AM) - Processo 0600562-97.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Despesas Condominiais - REQUERENTE: Condominio Coral Gables Residencial - REQUERIDO: Gonder Incorporadora Ltda. - Aliança Incorporadora Ltda. - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0601530-56.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Amanda Rodrigues da Silva - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANGÉLICA ORTIZ RIBEIRO (OAB 2847/AM), ADV: GUSTAVO ANTONIO FERES PAIXAO (OAB 7675-A/TO), ADV: RAPHAEL QUINTILIANO PAZUELLO (OAB 8881/AM) - Processo 0602589-19.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Sergio Tsuyoshi Kawati e outro - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ALEXANDRE FONSECA DE MELLO (OAB 222219/SP) - Processo 0603014-46.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: LEONARDO DE JESUS BRAGA DA COSTA - REQUERIDO: Motorola do Brasil Ltda - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida Motorola Mobility Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda a pagar ao Requerente Leonardo de Jesus Braga da Costa a importância de R$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE, e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, além de proceder a restituição da quantia de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, de conformidade com o que dispõe o art. 18, II, do CDC, mediante a devolução do produto e seus acessórios à assistência técnica que negou a realização do serviço, no prazo de dez dias, caso o aparelho já tenha sido retirado pelo consumidor. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei nº 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. P.R.C.I.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0604159-11.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Wellington Ferreira da Costa - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM) - Processo 0605131-78.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Evaldo Neves Izel - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: FERNANDA PRESTES DE LIMA (OAB 8776/AM) - Processo 0605860-36.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Kleudo Braga Dias - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, dou ciência às

partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: VIVIAN MEIRA AVILA MORAES (OAB 81751 /MG), ADV: DIEGO JOSÉ ALBINO SOUZA (OAB 11438/AM), ADV: JORGE VICENTE BORGES LIRA JÚNIOR (OAB 11820/AM) - Processo 0606013-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Adriney da Silva Ramos - REQUERIDO: M. de Oliveira Confecções - Me (Chora Pra Vender Fiado) - Serviço Nacional de Proteção Ao Crédito - Spc Brasil - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda em relação ao comerciante Réu para: a) DECLARAR inexigível o débito de fls. ; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais), incidindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 12.

ADV: CÁSSIA LUCIANA DA CONCEIÇÃO ROCHA (OAB 7819/AM) - Processo 0606933-43.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Atraso de vôo - REQUERENTE: Jorge Henrique da Silva Melgueiro - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: CHRISTIANO PINHEIRO DA COSTA (OAB 3542/AM), ADV: SUERDA CARLA CAMPOS MORAIS DE ARAÚJO (OAB 4083/AM), ADV: TALVANI FRANCO LEITE BRITO (OAB 680A/AM) - Processo 0607759-06.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Adriana Farias do Amaral - REQUERIDO: Rondonia Transportes Ltda - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: DANIELLE AMORIM BATISTA DOS SANTOS (OAB 7109/AM), ADV: LEONARDO ANDRADE ARAGÃO (OAB 7729/AM), ADV: MARLY GOMES CAPOTE (OAB 7067/AM) - Processo 0608310-49.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Nilson Gomes de Souza - REQUERIDO: Motorola Mobility Coimercio de Produtos Eletronicos Ltda - Amazon Cell - Bemol - Benchimol Irmão e Cia. Ltda - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar solidariamente as Requeridas BENCHIMOL IRMÃO CIA LTDA e MOTOROLA MOBILITY COIMERCIO DE PRODUTOS ELETRONICOS LTDA a pagarem ao Requerente Nilson Gomes de Souza a importância de R$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE, e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, além de procederem a restituição da quantia de R$ 1.299,00 (mil, duzentos e noventa e nove reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, de conformidade com o que dispõe o art. 18, II, do CDC, mediante a devolução do produto e seus acessórios à loja que o comercializou, no prazo de dez dias. Nos termos do que dispõe o art. 475-J do CPC, considerando que a condenação está fixada em quantias certas, caso os devedores não efetuem o pagamento no prazo de 15 (quinze) dias, contados da intimação para tal, acrescente-se ao montante da condenação multa no percentual de 10% (dez por cento) e, a requerimento do credor, e observado o disposto no art. 614, inciso II, do mesmo diploma legal, expeça-se mandado de penhora e avaliação. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei nº 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. Publique-se e cumpra-se.

ADV: RAFAEL FURTADO AYRES (OAB 17380/DF), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0609502-17.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Flávio Rodrigues do Nascimento - REQUERIDO: Ativos S.a. Securitizadora de Créditos Financeiros - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PROCEDENTE o pedido declaratório, declarando inexigível o débito imposto pelo Réu às fls. 18, determinando à Secretário o envio de ofício ao SPC Brasil para baixa da restrição objeto desta demanda. JULGO IMPROCEDENTE o pedidos de indenização por dano moral, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0611474-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Maciel Costa Dias - REQUERIDO: Banco Itaucard S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ANDREZA INGRID LIMA DOS SANTOS (OAB 11443/AM) - Processo 0613586-61.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FREDERICO OLIVEIRA ALBUQUERQUE (OAB 9146/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM) - Processo 0615264-14.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Marcelo Augusto dos Santos Barros - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FÁBIO RIVELLI (OAB 297608/SP), ADV: IANA FARIAS GUIMARÃES (OAB 12099/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0615670-06.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Maria da Conceição Castro Lopes - REQUERIDO: Agra Singolare Incorporadora Ltda - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 245/262, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM), ADV: HENDRYA KARNOPP ALBUQUERQUE (OAB 4018/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: CÍNTIA MARTINS DE SOUZA (OAB 4399/AM) - Processo 0616263-35.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Gleicimar Fernandes Correa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: VANESSA OLIVEIRA ALMEIDA (OAB 9558/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM) - Processo 0616877-69.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Telefonia - REQUERENTE: Mário Robustelli Filho

- REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE a demanda e o faço nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu a restituir em favor do Autor o valor de R$ 657,80 (seiscentos e cinquenta e sete reais e oitenta centavos) , no que diz respeito à repetição do indébito, já considerado o dobro dos valores que foram pagos indevidamente, conforme se infere dos documentos de fls. 37/44 dos autos, incidindo-se sobre estes correção monetária oficial e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, a contar do evento danoso; b) CONDENAR o Réu ao pagamento de verba indenizatória em favor do Autor que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), quantia essa que deverá ser corrigida monetariamente, acrescida de juros legais na base de 1% ao mês, a contar do arbitramento, conforme apregoa a Súmula 362, do STJ.

ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 1037A/AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0617425-65.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Bancários - REQUERENTE: Jucyara Melo Machado - REQUERIDO: Banco Industrial do Brasil S/A - De ordem, dou ciência às partes do retorno dos autos da turma recursal, com trânsito em julgado, e as intimo para, no prazo comum de (15) quinze dias, promover a execução (credor) ou cumprir voluntariamente o julgado (devedor).

ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA), ADV: MARIA MOTA ACIOLY (OAB 175A/AM) - Processo 0617741-44.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Mozarina de Oliveira Lima - REQUERIDO: Banco Itaú Bmg Consignado S.a - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO EXTINTO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: ELOI PINTO DE ANDRADE (OAB 819/AM), ADV: HAROLDO MALIZIA JÚNIOR (OAB 13447/AM) - Processo 0617746-32.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Kleider Pereira Neri - REQUERIDO: BMD Brasil Medicina Diagnostica Saúde e Assistencia Social - Ultrason Serviços Medicos Ltda Hospital Rio Negro - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM), ADV: AMÉRICO VALENTE CAVALCANTE JÚNIOR (OAB 8540/AM), ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM) - Processo 0617930-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Nilza da Cunha Araújo - REQUERIDO: Banco Bradesco Financiamentos S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: ANTONELA MARTINS DOS SANTOS (OAB 9781/AM), ADV: JOÃO THOMAZ PRAZERES GONDIM (OAB 162337/MG), ADV: LARA BETSE PARÁ NUNES (OAB 12034/AM) - Processo 0617979-29.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Aparecida Manco da Costa - REQUERIDO: Lojas Americanas S.A. - Bd de Sá Equipamentos - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: CALIXTO HAGGE NETO (OAB 8788/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 685A/AM), ADV: DIEGO ANDRADE DE OLIVEIRA (OAB 8792/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0618351-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Jess do Nascimento Santos - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JOSÉ ALMIR DA ROCHA MENDES JÚNIOR (OAB A1235/AM), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM), ADV: DINAH AMAZONAS DE OLIVEIRA (OAB 4667/AM) - Processo 0618626-24.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Giza Waleria Rosas - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0619053-21.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Cristovão Manuel Ramos Ribeiro - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: TIAGO BRITO MENDES (OAB 7814/AM), ADV: FERNANDO DE ALBUQUERQUE ROCCO (OAB 325850/SP), ADV: REGIS COPPINI MEIRELES DE LIMA (OAB 191774/SP) - Processo 0619306-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Tiago Brito Mendes - Maysa Lara Aguiar Caldas - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Edreams do Brasil Viagens e Turismo Ltda - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 4.921,64 (quatro mil, novecentos e vinte e um reais e sessenta e quatro centavos), referentes ao custo da passagem e despesas não programadas devido ao cancelamento, incindindo-se juros oficial e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do ajuizamento da ação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) para cada Autor, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) a contar do evento danoso e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento.

ADV: TATIANA FERREIRA DA SILVA (OAB 10168/AM), ADV: RENATO FERNANDES MARIANO (OAB 8246/AM), ADV: IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0619527-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Maria Santana Costa da Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RONALDO THALES UCHÔA BRANDÃO (OAB 12738/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: VALERIA SABRINA DE SOUZA DINIZ (OAB 13807/AM) - Processo 0619903-75.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - RECLAMANTE: Francisca de Assis Pereira - RECLAMADO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: THALES SILVESTRE JÚNIOR (OAB 2406/AM), ADV: RUBELI DA SILVA NASCIMENTO (OAB 7824/AM), ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0620009-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Ruberval da Silva Nascimento - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE), ADV: TIAGO ALBUQUERQUE LAZARINI DOS SANTOS (OAB 9946/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM) - Processo 0620047-20.2017.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Jeracina Gondim de Oliveira - REQUERIDO: Banco BMG - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. Torno sem efeito a Decisão de fls. 22. Determino a retificação da nomenclatura do polo passivo para Banco Itaú BMG Consignados.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: NELSON CLAY FERNANDES TAVARES (OAB 8453/AM), ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0620360-10.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos Indevidos - REQUERENTE: Miria de Oliveira Matos - REQUERIDO: Banco Olé Bonsucesso Consignado S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KÊNIA BASTOS ANDRADE (OAB 4037/AM), ADV: FRANCISCO CARLOS NUNES DE OLIVEIRA (OAB 10057/AM) - Processo 0621878-69.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Irlanda da Silva Rocha - REQUERIDO: BradesCard S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FELIPE GAZOLA VIEIRA MARQUES (OAB 995A/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 877A/AM), ADV: LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM) - Processo 0622847-50.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Antonio da Silva Mendes - REQUERIDO: C&A Modas Ltda. - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0623091-13.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO CIVIL - REQUERENTE: Marco Antônio Pinto Fabris - REQUERIDO: Bevicred Informações Cadastrais Ltda. e outro - De ordem, intimo o embargado para, querendo, manifestar-se, no prazo de 5 (cinco) dias, sobre os embargos opostos, nos termos do art. 1.023, § 2º do NCPC.

ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0623502-22.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Marileide Oliveira Lima - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada “CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS” ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada “cesta básica de serviços”, “cesta fácil” ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANTHONY FERREIRA ALMEIDA (OAB 8016/SE), ADV: NEILDES ARAÚJO AGUIAR DI GESU (OAB 217897/SP), ADV: ROBERVAL EMERSON OLIVEIRA DE PAULA FILHO (OAB 6721/AM) - Processo 0624305-05.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - RECLAMANTE: Maria de Fátima Pereira Batista - RECLAMADO: Stillo Imob Serviços Imobiliários Eireli - Banco Santander Brasil S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: MARIA AUXILIADORA CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 6102/AM), ADV: MOISÉS CAVALCANTI GOUVÊA DE OLIVEIRA (OAB 5912/AM) - Processo 0624392-58.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: José de Jesus Gouvêa Oliveira Júnior - Naiara da Silva Praxedes - REQUERIDO: Tam Linhas Aéreas S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 1.490,56 (mil, quatrocentos e noventa reais e cinquenta e seis centavos), incindindo-se juros oficial e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do ajuizamento da ação; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 5.000,00 (cinco mil reais), sendo R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos) para cada Autor, incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) a contar do evento danoso e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento.

ADV: ALEXANDRO MAGNO FERREIRA DE ARAÚJO (OAB 7983/AM), ADV: RENATO DE SOUZA PINTO (OAB 8794/AM), ADV: JOAAB MELO BARBOSA (OAB 8348/AM) - Processo 0629376-85.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial

Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Christian Antonio Lopes Silva - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM), ADV: ORANDLE REDMAN AMBROSIO (OAB 10646/AM) - Processo 0629410-94.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Rodrigo Duarte de Oliveira - REQUERIDO: Itaú Unibanco S/A - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher o preparo judicial exigidos à admissibilidade do recurso inominado de fls. 218/230, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: JANESSA FARIAS SANTA LUZIA (OAB 13509/AM) - Processo 0630391-89.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Caroline Ramos de Oliveira - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Trata-se de ação que tem por objeto questionamento acerca de tarifa bancária denominada "CESTA BÁSICA DE SERVIÇOS" ou rubricas similares, ajuizada pela parte autora em face do Banco Réu. Pois bem. Em decisão proferida nos autos do Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei n.º 0000511-49.2018.8.04.9000, foi determinada a suspensão de todos os feitos que versem sobre as seguintes questões jurídicas, que serão objeto de uniformização: 1. Se é legal a cobrança da tarifa bancária denominada "cesta básica de serviços", "cesta fácil" ou similares, quando não demonstrada a contratação de tais serviços, mediante contrato específico, ou se tal panorama configura a ocorrência de ato contraditório por parte do usuário do serviço, que, sabendo dos descontos efetivados em sua conta-corrente, se mantém inerte (venire contra factum proprium) ; 2. A ocorrência ou não de danos morais em razão de tais descontos da pessoa do correntista; e 3. Ocorrência ou não do dever de repetição simples ou dobrada dos valores descontados, acaso constatado, no caso concreto, que estes são indevidos. Diante do que restou relatado e atendendo à referida determinação, considerando, ainda, que a causa de pedir encontra-se inserida nas matérias enumeradas no Pedido de Uniformização, determino a suspensão da presente ação até que se ultime o julgamento do incidente acima transcrito. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: JOÃO RICARDO GOMES DA SILVA (OAB 14002/AM) - Processo 0630399-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Sara Oliveira da Silva Pessoa - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0630408-28.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Edilson Cantisani dos Santos - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: IZABEL COSTA FERREIRA (OAB 6537/AM) - Processo 0630421-27.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniel da Costa Ferreira - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

Alexandre Fonseca de Mello (OAB 222219/SP)
Alexandro Magno Ferreira de Araújo (OAB 7983/AM)
Américo Valente Cavalcante Júnior (OAB 8540/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Andreza Ingrid Lima dos Santos (OAB 11443/AM)
Angélica Ortiz Ribeiro (OAB 2847/AM)
Anthony Ferreira Almeida (OAB 8016/SE)
Antonela Martins dos Santos (OAB 9781/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Calixto Hagge Neto (OAB 8788/AM)
CARLOS ALBERTO BAIÃO (OAB A925AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássia Luciana da Conceição Rocha (OAB 7819/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 20335/PE)
Christiano Pinheiro da Costa (OAB 3542/AM)
Cíntia Martins de Souza (OAB 4399/AM)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Danielle Amorim Batista dos Santos (OAB 7109/AM)
Diego Andrade de Oliveira (OAB 8792/AM)
Diego José Albino Souza (OAB 11438/AM)
Dinah Amazonas de Oliveira (OAB 4667/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Eloi Pinto de Andrade (OAB 819/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Rivelli (OAB 297608/SP)
Felipe Gazola Vieira Marques (OAB 995A/AM)
Fernanda Prestes de Lima (OAB 8776/AM)
Fernando de Albuquerque Rocco (OAB 325850/SP)
Francisco Carlos Nunes de Oliveira (OAB 10057/AM)
Frederico Oliveira Albuquerque (OAB 9146/AM)
Gustavo Antonio Feres Paixao (OAB 7675-A/TO)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Haroldo Malizia Júnior (OAB 13447/AM)
Hendrya Karnopp Albuquerque (OAB 4018/AM)
IAN CARLOS TOLEDANO TEIXEIRA (OAB 13330/AM)
Iana Farias Guimarães (OAB 12099/AM)
Izabel Costa Ferreira (OAB 6537/AM)
Janessa Farias Santa Luzia (OAB 13509/AM)
Joaab Melo Barbosa (OAB 8348/AM)
João Ricardo Gomes da Silva (OAB 14002/AM)
João Thomaz Prazeres Gondim (OAB 162337/MG)
Jorge Vicente Borges Lira Júnior (OAB 11820/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
José Almir da Rocha Mendes Júnior (OAB A1235/AM)
José Mário de Carvalho Neto (OAB 4861/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 685A/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kênia Bastos Andrade (OAB 4037/AM)
Lara Betse Pará Nunes (OAB 12034/AM)
LEANDRO DE MELO OLIVEIRA (OAB 8977/AM)
Leonardo Andrade Aragão (OAB 7729/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)

Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Maria Auxiliadora Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 6102/AM)
Maria Mota Acioly (OAB 175A/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Marly Gomes Capote (OAB 7067/AM)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 877A/AM)
Moisés Cavalcanti Gouvêa de Oliveira (OAB 5912/AM)
Neildes Araújo Aguiar Di Gesu (OAB 217897/SP)
Nelson Clay Fernandes Tavares (OAB 8453/AM)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Orandle Redman Ambrosio (OAB 10646/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rafael Furtado Ayres (OAB 17380/DF)
Raphael Quintiliano Pazuello (OAB 8881/AM)
Regis Coppini Meireles de Lima (OAB 191774/SP)
Renato de Souza Pinto (OAB 8794/AM)
Renato Fernandes Mariano (OAB 8246/AM)
Roberval Emerson Oliveira de Paula Filho (OAB 6721/AM)
Ronaldo Thales Uchôa Brandão (OAB 12738/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Rubeli da Silva Nascimento (OAB 7824/AM)
Sebastião Gonçalves Guimarães Filho (OAB 2488/AM)
Suerda Carla Campos Morais de Araújo (OAB 4083/AM)
Talvani Franco Leite Brito (OAB 680A/AM)
Tatiana Ferreira da Silva (OAB 10168/AM)
Thales Silvestre Júnior (OAB 2406/AM)
Thomás Silva Cordeiro (OAB 10455/AM)
Tiago Albuquerque Lazarini dos Santos (OAB 9946/AM)
Tiago Brito Mendes (OAB 7814/AM)
Valeria Sabrina de Souza Diniz (OAB 13807/AM)
Vanessa Oliveira Almeida (OAB 9558/AM)
Vivian Meira Avila Moraes (OAB 81751 /MG)
Wilson Sales Belchior (OAB 1037A/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

JUÍZO DE DIREITO DA 15º VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0226/2019

ADV: ELISA PINTO GOMES (OAB 9767/AM), ADV: MAURO DA GAMA MONTEIRO (OAB 9734/AM), ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM) - Processo 0601527-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rosemary Aparecida Roque - REQUERIDO: GREEN VALET PARKING - Unimed de Manaus Cooperativa de Trabalho Médico Ltda. - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE a presente demanda, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: MANOEL EDUARDO DOS SANTOS ASSIS (OAB 9613/AM), ADV: LUIZ ALBERTO DE AGUIAR ALBUQUERQUE (OAB 876/AM), ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE), ADV: LUCIANO MAURO NASCIMENTO ALBUQUERQUE (OAB 4732/AM) - Processo 0606466-64.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Desconto em folha de pagamento - REQUERENTE: Raymunda dos Santos Uchoa - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR) - Processo 0607703-70.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Nota Promissória - EXEQUENTE: Ferreira & Bombarda Ltda - Me - De ordem, fica intimada a parte autora para se manifestar sobre o documento Infojud juntado às fls. 53, no prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM), ADV: DIOGO HENRIQUE VIEIRA BARRETO (OAB 9487/AM), ADV: ANTÔNIO DE MORAES DOURADO NETO (OAB 23255/PE) - Processo 0608000-43.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Raimunda Nascimeto da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MARIA HELENA AGUIAR COIMBRA (OAB 12931/AM), ADV: FRANCISCA NÚBIA DE OLIVEIRA DE LIMA (OAB 4376/AM), ADV: CINTIA MARSIGLI AFONSO COSTA (OAB 127688/SP), ADV: JOÃO BOSCO SÁVIO OLIVEIRA DE LIMA (OAB 8622/AM), ADV: HELVIO SANTOS SANTANA (OAB 353041/SP) - Processo 0609230-23.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Deise Aparecida dos Santos Ribeiro - REQUERIDO: Alcatel - Lucent Brasil S/A - Amazon Cell - À vista do exposto, e por tudo mais quanto dos autos consta, JULGO PROCEDENTE o pedido para condenar a Requerida SEMP TCL MOBILIDADE LTDA a pagar à Requerente DEISE APARECIDA DOS SANTOS RIBEIRO a importância de R$ 1.500,00 (Mil e Quinhentos Reais), a título de danos morais, devidamente atualizada pelo INPC/IBGE, e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data do presente decisum, além de proceder a restituição da quantia de R$ 499,00 (quatrocentos e noventa e nove reais), devidamente corrigida pelo INPC/IBGE, a partir do respectivo desembolso e acrescida de juros de 1% (um por cento) ao mês, a partir da data da citação, de conformidade com o que dispõe o art. 18, II, do CDC, mediante a devolução do produto e seus acessórios à assistência técnica que negou a realização do serviço, no prazo de dez dias, caso o aparelho já tenha sido retirado pelo consumidor. Nos termos do que dispõe o art. 52, inciso III, da Lei 9.099/95, fica a parte demandada ciente de que deverá cumprir os termos desta sentença tão logo ocorra o seu trânsito em julgado, sob pena de instauração, a requerimento do credor, do competente cumprimento de sentença, nos termos dos arts. 52, inciso IV, da Lei 9.099/95 e 523 do NCPC. Sem ônus sucumbenciais, face ao disposto no art. 55, da Lei nº 9.099/95. Cumprida voluntariamente a sentença, arquivem-se, independentemente de outro despacho. P.R.C.I.

ADV: CHRISTIANNE GOMES DA ROCHA (OAB 18305A/PB), ADV: EDIANA TORRES PAULO (OAB 12610/AM) - Processo 0609719-60.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Jaqueline Montenegro da Cruz - REQUERIDO: Tim Celular S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial para: a) CONDENAR o Réu ao pagamento da repetição de indébito no valor de R$ 79,96 (setenta e nove reais e noventa e seis centavos), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do pagamento 15/04/19; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo no valor de R$ 10.000,00 (dez mil reais), incindindo-se juros oficial de 1% (um por cento) ao mês a contar da citação e correção monetária oficial a contar do arbitramento. Torno definitiva a Decisão de fls. 25, determinando ao Réu que no prazo de 5 dias compareça ao imóvel da Autora e providencie o conserto da linha telefone fixa sob pena de multa de R$ 5.000,00 (cinco mil reais).

ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0609738-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Willame Bezerra dos Santos - REQUERIDO: Localiza Rent A Car S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ADRIANA VIEIRA FERREIRA (OAB 11924/AM) - Processo 0611494-13.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Anderson da Silva Vasconcelos - REQUERIDO: Odonto Excellence - Faria Stertz - Me - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC. Torno sem efeito a Decisão de fls. 46.

ADV: JONATHAS MARCELINO ANDRADE DOS SANTOS (OAB 7607/AM), ADV: EDUARDO CHALFIN (OAB A1140/AM), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: ENY BITTENCOURT (OAB 29442/BA) - Processo 0614828-55.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Contratos Bancários - REQUERENTE: Salatiel Marques da Costa - REQUERIDO: Banco BMG S/A e outro - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MICHELLY BARROSO DA ROCHA (OAB 13109/AM), ADV: CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG), ADV: FLÁVIA ALMEIDA MOURA DI LATELLA (OAB 109730/MG), ADV: LUCAS HARLES DO NASCIMENTO RIBEIRO (OAB 13350/AM) - Processo 0616084-33.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Giovane Teles Belchior Filho - REQUERIDO: Localiza Rent A Car - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: RODRIGO OTÁVIO BORGES MELO (OAB 6488/AM), ADV: MILENA PINHEIRO DE LIMA (OAB 11678/AM), ADV: ANNESON FRANK PAULINO DE SOUZA (OAB 11981/AM) - Processo 0616161-42.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Andressa Mota de Oliveira - REQUERIDO: Idaam Educação Superior Ltda - Me - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL), ADV: ALEXANDRE PAES BARRETO SARAIVA (OAB 8838/AM) - Processo 0616940-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Defeito, nulidade ou anulação - REQUERENTE: Maria Rocineide Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: JÉSSICA SANTANA MAGNANI (OAB 10343/AM), ADV: TARCÍSIO RAMOS DO VALE (OAB 8534/AM), ADV: THIAGO XAVIER ALVES (OAB 331632/SP) - Processo 0617212-25.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Juliana Leal Santana - REQUERIDO: DECOLAR. COM LTDA - Tam Linhas Aéreas S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos da inicial e o faço nos seguintes termos: a) CONDENAR o Réu ao pagamento do valor de R$ 670,59 (seiscentos e setenta reais e cinquenta e nove centavos), a título da dano material, incindindo-se juros e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do efetivo pagamento; b) CONDENAR o Réu ao pagamento da verba indenizatória pelo dano moral que fixo em R$ 2.000,00 (dois mil reais), incindindo-se juros e correção monetária de 1% (um por cento) ao mês a contar do arbitramento.

ADV: YAGO LIRA DE LIMA MABELINI (OAB 13650/AM), ADV: PATRÍCIA DE CASTRO LOPES (OAB 7971/AM), ADV: MARIA EMÍLIA GONÇALVES DE RUEDA (OAB 13788A/AL) - Processo 0617681-37.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Glacyrene de Araújo Sousa Lucas - REQUERIDO: Sociedade de Ensino Superior Estácio de Sá Ltda - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA CRISTINA DE LIMA LOUREIRO (OAB 3427/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM) - Processo 0617956-20.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Ana Cândida de Lima Loureiro - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM), ADV: WILSON SALES BELCHIOR (OAB 17314/CE), ADV: MATHEUS NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 7197/AM) - Processo 0617996-65.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Devanilda Alves - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - Ex positis, e por tudo mais que dos autos constam, JULGO TOTALMENTE IMPROCEDENTE os pedidos da inicial, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: EDIANAVE MENDONÇA LIMA (OAB 8469/AM), ADV: FABIANNE RIBEIRO HALINSKI (OAB 7059/AM), ADV: RENATA SOUSA DE CASTRO VITA (OAB 24308/BA) - Processo 0622032-87.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Planos de Saúde - REQUERENTE: Raphaela Vitoria Albuquerque de Oliveira - REQUERIDO: Hapvida Assistência Médica Ltda. - Clube de Saúde Administradora de Benefícios Ltda - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: KÁTHYA REGINA BARBOSA DE SENA (OAB 1051A/AM), ADV: PEDRO ROBERTO ROMÃO (OAB 209551/SP) - Processo 0622140-19.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Espécies de Contratos - REQUERENTE: Marleide de Souza Ferreira - REQUERIDO: Itaú Administradora de Consórcios Ltda. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM), ADV: ANA CRISTINA DA SILVEIRA GOMES DE FREITAS (OAB 5763/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ) - Processo 0622417-98.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Telefonia - REQUERENTE: Gilson Alves da Silva - REQUERIDO: Oi Móvel S/A - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: TATIANA MENDES BARBOSA (OAB 12586/AM), ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM), ADV: ELÁDIO MIRANDA LIMA (OAB 86235/RJ), ADV: WILNA ELIZABETH SANTIAGO CAVALCANTE (OAB 4339/AM) - Processo 0622498-81.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edú Goya Dornelles Junior - REQUERIDO: Oi S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: CELSO ANTÔNIO DA SILVEIRA (OAB 5807/AM) - Processo 0623195-68.2019.8.04.0015 - Despejo - Despejo para Uso Próprio - REQUERENTE: Dione Teixeira da Costa - REQUERIDO: Castro, Serra Pinto e Assis Ind e Comercio de Alimentos Ltda - Epp (brigadore) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0623371-47.2019.8.04.0015 - Procedimento Comum Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Lúcio Moura dos Santos - REQUERIDO: DENTAL SAÚDE ATIVIDADE MÉDICA E ODONTOLÓGICA EPP - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: RAYANE CRISTINA CARVALHO LINS (OAB 4544/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: FÁBIO CARVALHO DE ARRUDA (OAB 8076/AM), ADV: ARRUDA ADVOCACIA E CONSULTORIA JURIDICA (OAB 449/AM) - Processo 0623934-41.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Roberto de Souza Gonçalves - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Em análise aos presentes autos verifico que, realizada a audiência conciliatória, as partes não transigiram, tendo naquela oportunidade requerido o julgamento antecipado da lide. Tratando-se de matéria de direito e não havendo mais provas a produzir, defiro o pedido nos termos do art. 355, I, do CPC/15. Intimem-se as partes, facultando eventuais manifestações e contestação, caso não conste nos autos, no prazo de 15 (quinze) dias. Após o decurso do prazo, faça-se conclusão para sentença. Intimem-se. Cumpra-se.

ADV: ANA HELLEN BRANDÃO FURTADO (OAB 8509/AM) - Processo 0625320-09.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Descontos dos benefícios - REQUERENTE: Josino Bernardo Michiles - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: RODRIGO BARBOSA VILHENA (OAB 7396/AM) - Processo 0625379-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Alcirene Maria de Moraes Pinheiro - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: BRUNO HENRIQUE DE OLIVEIRA VANDERLEI (OAB 21678/PE), ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0627319-31.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Aurelio Carneiro Pinto - REQUERIDO: Sul América Seguros de Pessoas e Previdência S.a. - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Concedo os benefícios da justiça gratuita, ex vi do art. 98, VIII, CPC. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: FERNANDO FRANCISCO MARQUES PEREIRA CUNHA (OAB 13429/AM) - Processo 0627343-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Sônia Maria Brito de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 11/12/2019 às 08:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0627905-34.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Pythagoras Marques Veras Filho - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: AGASSIZ RUBIM DA SILVA REIS FILHO (OAB 6552/AM) - Processo 0628415-47.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Agassiz Rubim da Silva Reis Filho - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CESARE ANGELINI NETO (OAB 13382/AM) - Processo 0628560-40.2018.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cesare Angelini Neto - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ex positis, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM LHE ADENTRAR NO EXAME DE MÉRITO, no que se refere aos pedidos de obrigação de fazer e dano moral, reverberando a incompetência desse Juízo para o processo e julgamento deste feito por verter matéria complexa, conforme tratei anteriormente. Faço-o segundo o preceituado no artigo 51, II da Lei 9.099/1995. JULGO IMPROCEDENTE o pedido de cancelamento dos débitos de fls. 18, proferindo sentença com base no art. 487, I do CPC.

ADV: SIMONE PATRÍCIA WANDERLEY DA SILVA (OAB 5353/AM) - Processo 0628736-82.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: Danielle Monteiro Teles - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro parcialmente os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Danielle Monteiro Teles, CPF nº 64745619200 nos Órgãos de restrição ao crédito e que se abstenha de suspender o serviço de abastecimento de água em sua residência, matrícula n.5042925-6 e, caso esteja suspenso, que restabeleça-o no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: KLEIBIANNO TELES DE SOUZA (OAB 7098/AM) - Processo 0629239-06.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Dever de Informação - RECLAMANTE: Marta Soares de Lima - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: HIAGO DOS SANTOS BUÁS (OAB 11741/AM) - Processo 0629305-83.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Tania Ribeiro Moco - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: WESLLEY SILVA DE ARAUJO (OAB 1375-A/RN) - Processo 0629351-72.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Glauber Guimaraes da Silva - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CRIS RODRIGUES FLORÊNCIO PEREIRA (OAB 5316/AM) - Processo 0629614-07.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Seguro - REQUERENTE: Ivan Porto de Araújo - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JOÃO RICARDO DE SOUZA DIXO JÚNIOR (OAB 3236/AM) - Processo 0629783-91.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - RECLAMANTE: Victor da Cruz Pinto - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 09:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Da narrativa dos fatos pela parte autora, a princípio, não vislumbro o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo, requisito essencial para a concessão da medida em caráter antecipatório, em conformidade com o disposto no art. 300 do CPC. Outrossim, em sede de cognição sumária, pondero que a espera pelo provimento jurisdicional não comprometerá a realização imediata ou futura do direito, sendo o suposto dano alegado reparável ou podendo ser reparado no futuro. Ante o exposto, indefiro o pedido de tutela provisória.

ADV: TAYANE CAROLYNE GONÇALVES BORGES (OAB 115084A/RS) - Processo 0629962-25.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Luiz Fernando Costa de Andrade - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ROSQUILD AZÊDO OMENA (OAB A605/AM) - Processo 0630101-74.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Ana de Fatima Tavares Martins - Averbo-me impedida de atuar no presente feito, nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

ADV: GINA MORAES DE ALMEIDA (OAB 7036/AM) - Processo 0630158-92.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERENTE: Maísa Siqueira de Moraes - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: SABRINA BERNADETE CAVALCANTE DA SILVA (OAB 12593/AM) - Processo 0630206-51.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Reiner Sabino Castelo Branco - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: LAYLA KELLY LOPES DE SOUZA NARANJO (OAB 14793/AM) - Processo 0630216-95.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Práticas Abusivas - REQUERENTE: Ana Maria Nogueira de Oliveira - De ordem, fica designado o dia 06/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé. No mesmo ato, fica V. Sa. intimada da decisão interlocutória proferida nos autos do referido processo: Ante o exposto, com fulcro no §2º, do art. 300, do CPC, defiro os pedidos de tutela provisória. Por conseguinte, determino que seja expedido Ofício à parteré para que se abstenha de incluir o nome da parte autora Ana Maria Nogueira de Oliveira, CPF nº 348.226.902-53, nos Órgãos de restrição ao crédito e para que restabeleça o serviço de abastecimento de água na residência da mesma, matrícula n.1696823-9, no prazo de 2 (dois) dias a contar do recebimento desta decisão, sob pena de multa diária de R$ 500,00 (quinhentos reais), limitada a 15 (quinze) dias-multa, a ser revertida em favor da parte autora.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0630229-94.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Alexandre Fragoso Torres. - De ordem, fica designado o dia 09/12/2019 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ELIAS BINDÁ DE CARVALHO JÚNIOR (OAB 8571/AM) - Processo 0630297-44.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Energia Elétrica - REQUERENTE: Jovina Machado de Souza Rocha - Averbo-me impedida de atuar no presente feito,

nos nos termos do art. 144, IX do CPC/15, o qual transcrevo: Art. 144. Há impedimento do juiz, sendo-lhe vedado exercer suas funções no processo: IX - quando promover ação contra a parte ou seu advogado. Destarte, considerando que essa julgadora ajuizou ação em face do réu, exsurge impedimento para atuar no presente processo, razão pela qual ordeno sua redistribuição ao meu substituto legal, dando-se baixa na distribuição. Demais providências pela Secretaria. Cumpra-se.

Adriana Vieira Ferreira (OAB 11924/AM)
Agassiz Rubim da Silva Reis Filho (OAB 6552/AM)
Alexandre Paes Barreto Saraiva (OAB 8838/AM)
Ana Cristina da Silveira Gomes de Freitas (OAB 5763/AM)
Ana Cristina de Lima Loureiro (OAB 3427/AM)
Ana Hellen Brandão Furtado (OAB 8509/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Anneson Frank Paulino de Souza (OAB 11981/AM)
Antônio de Moraes Dourado Neto (OAB 23255/PE)
Arruda Advocacia e Consultoria Juridica (OAB 449/AM)
BRUNO FRANCISCO FERREIRA (OAB 58131/PR)
Bruno Henrique de Oliveira Vanderlei (OAB 21678/PE)
CAMILA CEOLIN LIMA (OAB 152308/MG)
Celso Antônio da Silveira (OAB 5807/AM)
Cesare Angelini Neto (OAB 13382/AM)
Christianne Gomes da Rocha (OAB 18305A/PB)
Cintia Marsigli Afonso Costa (OAB 127688/SP)
Cris Rodrigues Florêncio Pereira (OAB 5316/AM)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Diogo Henrique Vieira Barreto (OAB 9487/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Ediana Torres Paulo (OAB 12610/AM)
Edianave Mendonça Lima (OAB 8469/AM)
Eduardo Chalfin (OAB A1140/AM)
Eládio Miranda Lima (OAB 86235/RJ)
Elias Bindá de Carvalho Júnior (OAB 8571/AM)
Elisa Pinto Gomes (OAB 9767/AM)
Eny Bittencourt (OAB 29442/BA)
Fabianne Ribeiro Halinski (OAB 7059/AM)
Fábio Carvalho de Arruda (OAB 8076/AM)
Fernando Francisco Marques Pereira Cunha (OAB 13429/AM)
Flávia Almeida Moura Di Latella (OAB 109730/MG)
Francisca Núbia de Oliveira de Lima (OAB 4376/AM)
Gina Moraes de Almeida (OAB 7036/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Helvio Santos Santana (OAB 353041/SP)
Hiago dos Santos Buás (OAB 11741/AM)
Jéssica Santana Magnani (OAB 10343/AM)
João Bosco Sávio Oliveira de Lima (OAB 8622/AM)
João Ricardo de Souza Dixo Júnior (OAB 3236/AM)
Jonathas Marcelino Andrade dos Santos (OAB 7607/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Káthya Regina Barbosa de Sena (OAB 1051A/AM)
Kleibianno Teles de Souza (OAB 7098/AM)
Layla Kelly Lopes de Souza Naranjo (OAB 14793/AM)
Lucas Harles do Nascimento Ribeiro (OAB 13350/AM)
Luciano Mauro Nascimento Albuquerque (OAB 4732/AM)
Luiz Alberto de Aguiar Albuquerque (OAB 876/AM)
Manoel Eduardo dos Santos Assis (OAB 9613/AM)
Maria Emília Gonçalves de Rueda (OAB 13788A/AL)
Maria Helena Aguiar Coimbra (OAB 12931/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Nunes de Oliveira Dantas (OAB 7197/AM)
Mauro da Gama Monteiro (OAB 9734/AM)
Michelly Barroso da Rocha (OAB 13109/AM)
Milena Pinheiro de Lima (OAB 11678/AM)
Patrícia de Castro Lopes (OAB 7971/AM)
Pedro Roberto Romão (OAB 209551/SP)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Rayane Cristina Carvalho Lins (OAB 4544/AM)
Renata Sousa de Castro Vita (OAB 24308/BA)
Rodrigo Barbosa Vilhena (OAB 7396/AM)
Rodrigo Otávio Borges Melo (OAB 6488/AM)
Rosquild Azêdo Omena (OAB A605/AM)
Sabrina Bernadete Cavalcante da Silva (OAB 12593/AM)
Simone Patrícia Wanderley da Silva (OAB 5353/AM)
Tarcísio Ramos do Vale (OAB 8534/AM)
Tatiana Mendes Barbosa (OAB 12586/AM)
Tayane Carolyne Gonçalves Borges (OAB 115084A/RS)
Thiago Xavier Alves (OAB 331632/SP)
Weslley Silva de Araujo (OAB 1375-A/RN)
Wilna Elizabeth Santiago Cavalcante (OAB 4339/AM)
Wilson Sales Belchior (OAB 17314/CE)
Yago Lira de Lima Mabelini (OAB 13650/AM)

16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0246/2019

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0200547-47.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigações - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PROCEDENTE o pedido para: DECLARAR INEXISTENTE os faturamentos de consumo de água a partir de maio/2007. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida que se abstenha de emitir cobranças no prazo de 15 dias. Em caso de desobediência, será aplicado multa astreintes de R$300,00 (trezentos reais) até o limite de R$6.000,00, por faturamento encaminhado para o autor indevidamente. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos aguardando manifestação da parte interessada nos termos do artigo 523 e 524 e seus incisos, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0200777-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERENTE: CATIA SUELI DA CONCEIÇÃO MOREIRA - REQUERIDO: ÓTICAS AMERICANAS - De ordem, fica designado o dia 17/06/2019 às 11:30h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FABIANA AMORIM BARROS (OAB 10647/AM) - Processo 0200777-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de Fazer / Não Fazer - REQUERIDO: ÓTICAS AMERICANAS - Portanto, nos termos do art. 51, II, da Lei 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO SEM APRECIAÇÃO DO MÉRITO, em virtude da complexidade da matéria. Transitado em julgado arquivem-se os autos. P.R.I.C.

ADV: DANIEL COUTINHO DA SILVA (OAB 9122/AM) - Processo 0201107-86.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Telemar Norte Leste S/A - Oi - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls. 101-102, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, “b”, do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0600202-84.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu

consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: ANTONIO AUGUSTO DE CARVALHO E SILVA (OAB 25639/SP), ADV: JOÃO VÍTOR CHAVES MARQUES (OAB 30348/CE), ADV: JARSON ARIDAY DA SILVA COSTA (OAB 741A/AM) - Processo 0600700-83.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Anedina Miguel Soares - REQUERIDO: Panamericana de Seguros S/A - Banco Pan S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.222/224, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM), ADV: NELSON WILLIANS FRATONI RODRIGUES (OAB 598A/AM) - Processo 0603396-24.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Edson de Lima Brandão - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A e outro - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial nos termos do artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR nulo os contratos de seguros entre a Requerida e a parte Requerente e, ainda; CONDENAR a Requerida pagar à parte Requerente a quantia de R$ 270,60 a titulo de dano material, acrescido de correção monetária pelo INPC a contar do ajuizamento da demanda e juros legais a partir da citação e; CONDENAR a Requerida pagar à Requerente a quantia de R$ 1.000,00 (mil reais) a titulo de danos morais, acrescido de correção monetária pelo INPC e juros legais a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: GLAUCY ARAÚJO LIMA DE OLIVEIRA (OAB 5802/AM), ADV: SALES MARTINS LEAL (OAB 13560/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM), ADV: CARLA JOSEFINA LIMA DE LIMA (OAB 9783/AM) - Processo 0603517-52.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Rony de Goes da Costa - REQUERIDO: Centro Universitário Nilton Lins - Ex positis, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE os pedidos formulados na inicial, com fulcro no artigo 487, I, do CPC, para: DECLARAR INEXIGÍVEL o débito entre Requerida e a parte Requerente, referente o contrato que se encontra em programa estudantil de bolsa integral. Como consectário lógico, DETERMINAR à Requerida se abstenha de encaminhar cobranças, no prazo de 15 (quinze) dias, sob pena de multa astreintes por cada cobrança indevida no valor de R$100,00 (cem reais), até o limite de R$2.000,00 (dois mil reais). JULGAR IMPROCEDENTE O pleito de indenização por dano moral e material. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), transcorrido o prazo de 05 dias, arquivem-se os autos. Havendo pretensão nos termos do artigo 523 e 524, do Código de Processo Civil, desarquivem-se os autos e pratiquem os demais atos de intimação para posterior deliberação. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: SAMARA GUERRA ALMEIDA (OAB 7194/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0604262-03.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em conseqüência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 11 de outubro de 2019

ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM), ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0605163-97.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Keven Rayan Alves Souza - REQUERIDO: Vivo S/A - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 08 de outubro de 2019

ADV: DANIEL LUCAS BARBOSA OLIVEIRA (OAB 59557/BA) - Processo 0605415-03.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Carolina da Silva Montenegro - Considerando, como à saciedade demonstrado, a falta de comparecimento do Autor à audiência de conciliação/instrução e julgamento e o preceituado no inciso I, do artigo 51, da Lei de Regência dos Juizados Especiais, JULGO EXTINTA A PRESENTE DEMANDA sem aprofundamento do mérito, em consequência CONDENO o Autor ao pagamento de custas, ex vi do parágrafo 2o daquele Diploma. Arquive-se os autos. Manaus, 10 de outubro de 2019

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: ALEIR CARDOSO DE OLIVEIRA (OAB A1253/AM) - Processo 0605480-95.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Jonathas de Souza Costa - REQUERIDO: Vivo S/A - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0605781-13.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: RUAN CARDOSO CAROLINO (OAB 13281/AM), ADV: MAURO PAULO GALERA MARI (OAB 3056/MT) - Processo 0606314-98.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Brenda Batista dos Santos - REQUERIDO: BradesCard S/A e outro - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo extrajudicial entabulado entre as partes, às fls.58/59, para que produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 57 da Lei 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Determino à Secretaria que dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do NCPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0606973-78.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino

o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: EVALDO LUCIO DA SILVA (OAB 10462/MT) - Processo 0607310-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Jean dos Santos Lima - Diante do exposto, com arrimo no art. 321, parágrafo único, do Código de Processo Civil c/c artigo 14, da Lei 9.099/95, indefiro a petição inicial e JULGO EXTINTO o processo sem resolução do mérito (art. 485, do CPC). Sem custas e honorários advocatícios, SALVO RECURSO (Lei 9.099/95, art. 55, caput). Demais providências pela Secretaria.

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: DRIELLE CARVALHO DE ARRUDA (OAB 9121/AM) - Processo 0607940-26.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Água - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 78 pelo requerente, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do § 10 do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.Arquivem-se

ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM), ADV: MARIA CLÁUDIA SOUSA DA SILVA (OAB 1082A/AM) - Processo 0608493-73.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: AMANDA BRENDA FLORÊNCIO BRASIL (OAB 14015/AM) - Processo 0608910-55.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Janaína Santos Fernandes - Diante do exposto, por reconhecer de ofício a incompetência territorial do presente feito, Extingo o processo sem resolução do mérito, na forma do art. 51, III da lei 9.099/95 e 485,IV do Código de Processo Civil, c/c resolução 12/2017, do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas, devendo a demanda ser proposta pela autora no fórum que abrange a residência da parte requerida, Sem custas e honorários na forma do artigo 55, da Lei dos Juizados Especiais. Arquive-se. Cumpra-se

ADV: LÍDIA ROBERTO DA SILVA (OAB 9135/AM) - Processo 0609245-11.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Prestação de Serviços - REQUERENTE: Instituto de Educação Leão de Judá Ltda - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: GUSTAVO ANTÔNIO FERES PAIXÃO (OAB 1324A/AM), ADV: KEYTH YARA PONTES PINA (OAB 3467/AM), ADV: SIGRID DE LIMA PINHEIRO (OAB 9594/AM) - Processo 0609835-66.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Ana Marcia Lima da Silva - REQUERIDO: Gol Linhas Aéreas Inteligentes S/A - Ex positis, na forma do art. 487, I, do Código de Processo Civil, JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTES os pedidos para: CONDENAR a Requerida a pagar, nos termos dos artigos 6º, VI, 14, e 42, caput, todos do CDC, a quantia de R$6.000,00 (seis mil reais), a título de indenização por danos morais, acrescido de juros e correção monetária a partir desta data. Após o trânsito em julgado (LJE, art. 52, inc. III), arquivem-se os autos, aguardando manifestação da parte interessada, nos termos do artigo 523 e 524, ambos do Código de Processo Civil. Sem custas e honorários advocatícios, salvo recurso. (Lei 9.099/95, art. 55, caput). P.R.I.C.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0609860-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Jose Roberto Bezerra Pedrosa - Em deferimento ao pedido juntado aos autos em fls. 102 pelo requerente, julgo extinto o presente processo, sem julgamento do mérito, com fulcro no art. 485, VIII, do CPC. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe e independente de intimação das partes, inteligência do § 10 do art. 51 da lei de regência dos Juizados Especiais. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. P.R.Arquivem-se

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0609923-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Edilson Cantisani dos Santos - Desta forma, restando evidenciada a incompetência territorial, determino o retorno dos autos ao Setor de Distribuição, a fim de que seja encaminhado ao juizado competente. Cumpra-se.

ADV: RONEISE MARKLANE DOS ANJOS SOUSA (OAB 10806/AM) - Processo 0609923-67.2019.8.04.0092 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cláusulas Abusivas - REQUERENTE: Edilson Cantisani dos Santos - Desta feita, HOMOLOGO o pedido de desistência da actio e JULGO EXTINTO o PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, com supedâneo no que dita o artigo 485, VIII, do Código Processual Civil. Arquivem-se os autos com as cautelas de praxe, independentemente de intimação das partes, inteligência do § 1º, do art. 51, da Lei 9.099/95. Sem custas no primeiro grau de jurisdição. Cumpra-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: DIEGO MARINHO MORAES (OAB 14664/AM) - Processo 0610568-85.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610570-55.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Edmilson Duarte de Almeida - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intime-se.

ADV: ALINE MIKAELA GARCIA GOMES (OAB 9626/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0610571-40.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Ante o exposto, fundamentado no art. 51, I da Lei Federal n.º 9.099/95, JULGO EXTINTO O PROCESSO, sem julgamento do mérito, e determino o seu consequente arquivamento. Condeno, ainda, a parte Autora ao pagamento de custas processuais, caso venha a ingressar com nova ação, versando sobre o mesmo objeto da lide, em qualquer um dos Juizados Especiais desta Capital. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

ADV: GUSTAVO GONÇALVES GOMES (OAB A1058/AM), ADV: CÁSSIO CHAVES CUNHA (OAB 12268/PA), ADV: CARLOS ROBERTO SIQUEIRA CASTRO (OAB 671A/AM), ADV: ANTÔNIO DO NASCIMENTO CORDEIRO FILHO (OAB 12225/AM) - Processo 0612576-35.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - DIREITO DO CONSUMIDOR - REQUERENTE: Neida da Rocha Cidade - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - Vistos, etc. HOMOLOGO, por sentença, o acordo judicial entabulado entre as partes, às fls.223/224, para que

produza seus jurídicos e legais efeitos, tudo de conformidade com o art. 22, parágrafo único, da Lei n.º 9.099/95. Isenção de custas processuais e honorários advocatícios, à inteligência do que dispõe o artigo 55, da Lei 9.099/95. Dê-se baixa e arquivem-se os autos, ex vi do art. 487, III, "b", do CPC, independentemente de nova determinação do juízo, permitida a reativação dos autos a pedido do interessado. Libere-se a pauta de audiência, caso tenha sido aprazada. À Secretaria para as providências cabíveis.

Aleir Cardoso de Oliveira (OAB A1253/AM)
Aline Mikaela Garcia Gomes (OAB 9626/AM)
Amanda Brenda Florêncio Brasil (OAB 14015/AM)
Antonio Augusto de Carvalho e Silva (OAB 25639/SP)
Antônio do Nascimento Cordeiro Filho (OAB 12225/AM)
Carla Josefina Lima de Lima (OAB 9783/AM)
Carlos Roberto Siqueira Castro (OAB 671A/AM)
Cássio Chaves Cunha (OAB 12268/PA)
Daniel Coutinho da Silva (OAB 9122/AM)
Daniel Lucas Barbosa Oliveira (OAB 59557/BA)
Diego Marinho Moraes (OAB 14664/AM)
Drielle Carvalho de Arruda (OAB 9121/AM)
Evaldo Lucio da Silva (OAB 10462/MT)
Fabiana Amorim Barros (OAB 10647/AM)
Glaucy Araújo Lima de Oliveira (OAB 5802/AM)
Gustavo Antônio Feres Paixão (OAB 1324A/AM)
Gustavo Gonçalves Gomes (OAB A1058/AM)
Jarson Ariday da Silva Costa (OAB 741A/AM)
João Vítor Chaves Marques (OAB 30348/CE)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Keyth Yara Pontes Pina (OAB 3467/AM)
Lídia Roberto da Silva (OAB 9135/AM)
Maria Cláudia Sousa da Silva (OAB 1082A/AM)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Mauro Paulo Galera Mari (OAB 3056/MT)
Nelson Willians Fratoni Rodrigues (OAB 598A/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roneise Marklane dos Anjos Sousa (OAB 10806/AM)
Ruan Cardoso Carolino (OAB 13281/AM)
Sales Martins Leal (OAB 13560/AM)
Samara Guerra Almeida (OAB 7194/AM)
Sigrid de Lima Pinheiro (OAB 9594/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

JUÍZO DE DIREITO DA 16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
JUIZ(A) DE DIREITO JACI CAVALCANTI GOMES ATANAZIO
ESCRIVÃ(O) JUDICIAL IRLÂNDIA MENDES QUEIROZ
EDITAL DE INTIMAÇÃO DE ADVOGADOS

RELAÇÃO Nº 0245/2019

ADV: MARCONDES FONSECA LUNIERE JÚNIOR (OAB 2897/AM), ADV: KARINA DE ALMEIDA BATISTUCI (OAB 9558/AL) - Processo 0200989-13.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco Bradesco S/A - De ordem, ante a excessiva demora na devolução do aviso de recebimento dos correios, redesigne-se a audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento para o dia 03/12/2019 às 09:45h, com intimação das partes.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0601497-25.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Ruth Maria de Melo e Melo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados à fl 192. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: ALEXSANDRA HELENA PEIXOTO DA SILVA ROSA (OAB A920/AM) - Processo 0601631-52.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Fornecimento de Energia Elétrica - REQUERENTE: Deuza do Nascimento Pereira - REQUERIDO: Amazonas Distribuidora de Energia S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls 146/147. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: PAULA FREITAS DE CARVALHO (OAB 13414/AM) - Processo 0602281-02.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Perdas e Danos - REQUERENTE: Jose Alberto Mendes de Castro - REQUERIDO: Joalheria Arca da Aliança - Aurum Joias - De ordem, INTIME-SE a parte requerente para, no prazo de 15 (quinze) dias, cumprir a sentença e efetuar o pagamento da quantia devida e atualizada no valor de R$ 6.560,03, nos termos do art. 523, NCPC. Advertência: na hipótese de não pagamento no prazo, será acrescida multa de 10% sobre montante da condenação, prosseguindo-se a execução automaticamente com os atos de expropriação (Bacenjud e Renajud). Ressalto que o pagamento deve ser feito através de guia de depósito judicial da Caixa Econômica Federal com a especificação do órgão de justiça: 16ª Vara do Juizado Especial Cível. Link: https://depositojudicial.caixa.gov.br/sigsj_internet/depositos-judiciais/justica-estadual/

ADV: LUÍS ALBERT DOS SANTOS OLIVEIRA (OAB 8251/AM) - Processo 0602504-86.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Indenização por Dano Moral - EXEQUENTE: José Mário Menezes de Carvalho - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls 284/286. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: FÉLIX DE MELO FERREIRA (OAB 3032/AM), ADV: DIOGO COELHO DE FREITAS (OAB 10733/AM) - Processo 0603494-29.2016.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERIDO: Banco do Brasil S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO) - Processo 0603626-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, INTIME-SE a parte Exequente para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens penhoráveis, sob pena de extinção da execução.

ADV: KELMA SOUZA LIMA (OAB 5470/AM) - Processo 0604050-79.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenizaçao por Dano Moral - REQUERENTE: Carlos Alberto Pereira Nascimento - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente para manifestar-se sobre os pagamentos realizados, bem como informar os dados bancários para posterior confecção do alvará. Prazo de 05 (cinco) dias.

ADV: RODRIGO SCOPEL (OAB 21899/SC), ADV: CARLOS EDUARDO PEREIRA TEIXEIRA (OAB 327026/SP), ADV: ERIK LORENZZO MARINHO DA SILVA (OAB 4944/AM) - Processo 0604159-25.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Cezar Paulo Albuquerque da Silva - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, intime-se a parte requerida para, no prazo de 10 (dez) dias, manifestar-se sobre os documentos apresentados pela parte autora às fls. 214/215, conforme determinação às fls. 211.

ADV: MATHEUS ARAÚJO MUNIZ (OAB 7626/AM), ADV: GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM) - Processo 0605586-28.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Repetição de indébito - REQUERENTE: Edinaldo Gomes de Souza - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga

Manaus Ambiental S/A) - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados à fl 168/170. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado, deve a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancária indicando os respectivos dados para a expedição do alvará. Após, arquive-se.

ADV: JACKELINE FERREIRA DA SILVA (OAB 9460/AM) - Processo 0605628-09.2019.8.04.0020 - Execução de Título Extrajudicial - Perdas e Danos - REQUERENTE: Pedro Portela Nunes Epp - De ordem, fica redesignada para o dia 17/12/2019 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JANAÍNA LOPES CAVALCANTE (OAB 5872/AM) - Processo 0605956-07.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cartão de Crédito - REQUERENTE: Ulisses de Souza Xavier - REQUERIDO: Banco Bonsucesso Consignado S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls. 231/233 . Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: ALYSSON ROBERTO ROCHA FERREIRA (OAB 11860/AM) - Processo 0606902-42.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Iranete Nunes de Melo - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls 202/204. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: MARINA BASTOS DA PORCIUNCULA BENGHI (OAB 911A/SE) - Processo 0607120-70.2018.8.04.0020 - Procedimento Comum Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERIDO: Banco BMG S/A - De ordem, à vista do bloqueio de fls. antecedentes, dê-se vista ao Executado para embargos, no prazo de 15 dias.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT) - Processo 0607883-71.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Katiane Rafaela Pereira Crecenco - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados à fl 228. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: WILKER BAUHER VIEIRA LOPES (OAB 29320/GO), ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA AVILA (OAB 10309/MT), ADV: ANDRÉ DE SOUZA OLIVEIRA (OAB 5219/AM) - Processo 0608086-33.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Izaneide Ramos Batalha - RECLAMADO: Vivo S/A (Telefônica do Brasil S/A) - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: PHILIPPE NUNES DE OLIVEIRA DANTAS (OAB 8872/AM) - Processo 0608922-69.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Cobrança indevida de ligações - REQUERENTE: Jose Juarez do Nascimento Barbo - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento.

ADV: ALEXANDRE TOSCANO DE BRITO FILHO (OAB 8913/AM), ADV: JESUALDO FERREIRA MONTEIRO (OAB 7935/AM) - Processo 0608927-91.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Empréstimo consignado - REQUERENTE: Adilon Ferreira de Jesus - De ordem, fica designado o dia 03/12/2019 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: FELIPE LUIZ ALENCAR VILAROUCA (OAB 19194/MT) - Processo 0608943-45.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Ronaldo Januario Padilha - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:45h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: ROBERTO CÉSAR DINIZ CABRERA (OAB 6071/AM) - Processo 0608944-30.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Daniele do Carmo Araujo Molde - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum.

ADV: EARLEN GUEDES DA SILVA (OAB 10720/AM) - Processo 0608947-82.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Obrigação de reparar o dano - REQUERENTE: M.B.L. - REQUERIDO: J.A.M. - De ordem, fica designado o dia 02/12/2019 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: DARIO DOS SANTOS MONTEIRO (OAB 10365/AM) - Processo 0608951-22.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Rodrigo Nascimento de Lima - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 11:00h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: JULIANA BRENA DOS SANTOS FONSECA (OAB 9331/AM) - Processo 0608953-89.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Brunison Ozival Santos Costa - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: EDGAR ROGERIO GRIPP DA SILVEIRA (OAB 21129/MT) - Processo 0608955-59.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - RECLAMANTE: Lorena Costa Mourão - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: ALAN CARLOS VASCONCELOS AGUIAR (OAB 13538/AM) - Processo 0608959-96.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Material - REQUERENTE: Elane Souza Ferreira - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:00h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608961-66.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Danielle de Oliveira Alho - De ordem, intimo o autor para, no prazo de 15 (quinze) dias, emendar a inicial, conforme artigo 319, do CPC, c/c Portaria Nº 001/2012, expedida pelo Tribunal de Justiça do Estado

Amazonas, indicando: (x) o comprovante de residência em nome do Autor, com data recente (no máximo 6 meses - conta de ÁGUA, LUZ ou TELEFONE FIXO), ou, na ausência deste, declaração subscrita pela pessoa indicada no comprovante de residência, de que o (a) autor (a) reside no imóvel, acompanhada de cópia de documento de identidade do declarante; (x) o comprovante de residência dentro da competência deste Fórum. (x) determina-se nos termos do artigo 320, do CPC, que a parte requerente

ADV: NEYLA GRANCE MARTINS (OAB 25087/MT) - Processo 0608968-58.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - REQUERENTE: Edson de Souza Silva - REQUERIDO: Telefônica Brasil S/A - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:30h para a realização de audiência de Conciliação, Instrução e Julgamento. Determina-se ainda, de ordem, nos termos do art. 320, do CPC, que a parte Requerente, até a data da supramencionada audiência, emende a inicial para juntar comprovante de negativação emitido por órgãos oficiais de proteção ao crédito (SPC/SERASA ou CDL).

ADV: MARCELA DA SILVA PAULO (OAB 10325/AM), ADV: MARCELA PAULO SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA (OAB 10325/AM) - Processo 0608976-35.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro - REQUERENTE: Francisco Neves da Mota - De ordem, fica designado o dia 21/01/2020 às 10:15h para a realização de audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: ISABELLA PEREIRA QUEIROZ (OAB 14552/AM) - Processo 0608982-42.2019.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Darlene Franco Rodrigues - De ordem, fica designado o dia 22/01/2020 às 08:45h para a realização de audiência de Conciliação-Instrução e Julgamento. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: CARLOS ROSSATO DA SILVA ÁVILA (OAB 1276A/AM), ADV: DENNER DE BARROS E MASCARENHAS BARBOSA (OAB 6835/MS) - Processo 0609109-14.2018.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Inclusão Indevida em Cadastro de Inadimplentes - EXEQUENTE: Moises da Silva Costa - EXECUTADO: Banco Santander Brasil S/A - Diga a parte autora através de seu representante legal, informar os dados bancários corretamente da conta para a transferência do valor depositado. À Secretaria para as providências cabíveis.

ADV: RUSTENE ROCHA MONTEIRO (OAB 11974/AM), ADV: NELSON MONTEIRO DE CARVALHO NETO (OAB 60359/RJ) - Processo 0609430-49.2018.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Luiz Aciole Barbosa do Amaral - REQUERIDO: Banco Itaú Consignado S/A - Banco Itaucard S/A - Satisfeitos os pressupostos recursais objetivos e subjetivos exigidos na espécie, RECEBO O RECURSO INOMINADO de fls. antecedentes, apenas no efeito devolutivo, ex vi do art. 42 da Lei n. 9.099/95. Intime-se o recorrido para apresentar contrarrazões, no prazo legal. Após, decorrido o prazo, com ou sem contrarrazões, remeta-se à Secretaria das Turmas para distribuição e julgamento.

ADV: MALBER MAGALHÃES SOUZA TAVARES (OAB 6455/AM) - Processo 0609634-30.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Responsabilidade do Fornecedor - REQUERENTE: Ana Célia Santos Macena - REQUERIDO: Telefonica Brasil S/A Vivo S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados à fl 198. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

ADV: ADRIANO ALVES DE LIMA (OAB 7398/AM), ADV: JOSÉ ALBERTO MACIEL DANTAS (OAB 3311/AM) - Processo 0611717-19.2017.8.04.0020 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral - REQUERENTE: Marlene Bezerra da Silva - REQUERIDO: Águas de Manaus S/A (Antiga Manaus Ambiental S/A) - Nos termos da certidão de fl. antecedente, verifico que o recorrente deixou de recolher as custas e preparo judiciais exigidas à admissibilidade do recurso inominado de fls. 79-85, conforme determina o art. 3° do Provimento CGJ n. 256/2015 c/c o art. 42, §1.º, da Lei 9.099/95,. Observo, por oportuno, que, em sede de JECCs, não há a previsão de intimação para recolhimento integral do preparo, consoante inovação trazida pelo Novo Código de Processo Civil, no art. 1.007, § 4.º, por falta de previsão legal no art. 42 da Lei n. 9.099/95. Ademais, tal norma não pode ser aplicada ao microssistema, ex vi do Enunciado 168, segundo o qual, "Não se aplica aos recursos dos Juizados Especiais o disposto no artigo 1.007 do CPC 2015". Isto posto, em juízo prévio de admissibilidade, denego seguimento, por deserção, ao recurso inominado. Certifique-se o trânsito em julgado. Intimem-se as partes.

ADV: CÉSAR AUGUSTO DO NASCIMENTO CARDOSO (OAB 12109/AM) - Processo 0612990-77.2019.8.04.0015 - Procedimento do Juizado Especial Cível - Acidente de Trânsito - REQUERENTE: Hélio Sá - De ordem, ante a excessiva demora na devolução do aviso de recebimento dos correios, redesigne-se a audiência de Conciliação - Instrução e Julgamento para o dia 03/12/2019 às 10:00h. Com a intimação das partes. O referido é verdade. Dou fé.

ADV: MIQUEIAS AMARO DOS SANTOS (OAB 9811/AM) - Processo 0613368-86.2017.8.04.0020 - Cumprimento de sentença - Contratos de Consumo - EXEQUENTE: Marta Cruz Pereira - EXECUTADO: Banco BMG S/A - De ordem, fica intimada a parte requerente, para no prazo de 05 (cinco) dias, manifestar-se sobre os pagamentos realizados às fls 185/187. Transcorrido o prazo sem manifestação, o silêncio será interpretado como concordância com o valor depositado pela parte contraria. Na oportunidade, caso haja concordância com o valor depositado deve, a parte dizer se quer o alvará em espécie ou via transferência bancaria indicando os dados bancários para a expedição do alvará. Caso não haja qualquer tipo de manifestação os autos será enviados para fila de processos encerados.

Adriano Alves de Lima (OAB 7398/AM)
Alan Carlos Vasconcelos Aguiar (OAB 13538/AM)
Alexandre Toscano de Brito Filho (OAB 8913/AM)
Alexsandra Helena Peixoto da Silva Rosa (OAB A920/AM)
Alysson Roberto Rocha Ferreira (OAB 11860/AM)
André de Souza Oliveira (OAB 5219/AM)
Carlos Eduardo Pereira Teixeira (OAB 327026/SP)
Carlos Rossato da Silva Avila (OAB 10309/MT)
Carlos Rossato da Silva Ávila (OAB 1276A/AM)
César Augusto do Nascimento Cardoso (OAB 12109/AM)
Dario dos Santos Monteiro (OAB 10365/AM)
Denner de Barros e Mascarenhas Barbosa (OAB 6835/MS)
Diogo Coelho de Freitas (OAB 10733/AM)
Earlen Guedes da Silva (OAB 10720/AM)
Edgar Rogerio Gripp da Silveira (OAB 21129/MT)
Erik Lorenzzo Marinho da Silva (OAB 4944/AM)
Felipe Luiz Alencar Vilarouca (OAB 19194/MT)
Félix de Melo Ferreira (OAB 3032/AM)
GÉSSYCA GRAZIELLY MAKLOUF RIBEIRO (OAB 8522/AM)
Isabella Pereira Queiroz (OAB 14552/AM)
Jackeline Ferreira da Silva (OAB 9460/AM)
Janaína Lopes Cavalcante (OAB 5872/AM)
Jesualdo Ferreira Monteiro (OAB 7935/AM)
José Alberto Maciel Dantas (OAB 3311/AM)
Juliana Brena dos Santos Fonseca (OAB 9331/AM)
Karina de Almeida Batistuci (OAB 9558/AL)
Kelma Souza Lima (OAB 5470/AM)
Luís Albert dos Santos Oliveira (OAB 8251/AM)
Malber Magalhães Souza Tavares (OAB 6455/AM)
Marcela da Silva Paulo (OAB 10325/AM)
Marcela Paulo Sociedade Individual de Advocacia (OAB 10325/AM)
Marcondes Fonseca Luniere Júnior (OAB 2897/AM)
Marina Bastos da Porciuncula Benghi (OAB 911A/SE)
Matheus Araújo Muniz (OAB 7626/AM)
Miqueias Amaro dos Santos (OAB 9811/AM)
Nelson Monteiro de Carvalho Neto (OAB 60359/RJ)
Neyla Grance Martins (OAB 25087/MT)
Paula Freitas de Carvalho (OAB 13414/AM)
Philippe Nunes de Oliveira Dantas (OAB 8872/AM)
Roberto César Diniz Cabrera (OAB 6071/AM)
Rodrigo Scopel (OAB 21899/SC)
Rustene Rocha Monteiro (OAB 11974/AM)
Wilker Bauher Vieira Lopes (OAB 29320/GO)

SUMÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Presidente **Desembargador Yedo Simões de Oliveira**
Endereço **Av. André Aráujo s/n - CEP:69060-000**
Telefone **(092) 2129-6666**
Internet **www.tjam.jus.br**

TRIBUNAL DE JUSTIÇA 1
SEÇÃO I 1
PRESIDÊNCIA 1
SECRETARIA JUDICIÁRIA 1
Decisões 1
SEÇÃO II 2
TRIBUNAL PLENO 2
Intimações 2
Decisões 2
Pauta de Julgamento Designado 2
CORREGEDORIA GERAL DA JUSTIÇA 3
Intimações 3
SEÇÃO III 3
CÂMARAS REUNIDAS 3
Intimações 3
SEÇÃO IV 4
CÂMARAS ISOLADAS 4
PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL 4
Conclusões de Acórdãos 7
Intimações 12
SEGUNDA CÂMARA CÍVEL 14
Intimações 14
Julgamento Virtual 18
TERCEIRA CÂMARA CÍVEL 21
Despachos 21
Intimações 22
Decisões 23
Pauta de Julgamento Designado 23
PRIMEIRA CÂMARA CRIMINAL 23
Conclusão de Acórdãos 23
Intimações 26
Decisões 26
Pauta de Julgamento Designado 27
SEGUNDA CÂMARA CRIMINAL 27
Conclusões de Acórdãos 27
Intimações 30
Decisões 30
Julgamento Virtual 31
SEÇÃO VI 31
VARAS - COMARCA DA CAPITAL 31
1ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 31
2ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 34
3ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 38
4ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 49
5ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 58
6ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 68
7ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 74
8ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 81
9ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 89
10ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 96
11ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DO TRABALHO 103
12ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 109
13ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 114
14ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 132
15ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 138
16ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 142
17ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 145
18ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 161
19ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 181
20ª VARA CÍVEL E DE ACIDENTES DE TRABALHO 187
1ª VARA DE FAZENDA PÚBLICA 191
2ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 193
4ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 195
5ª VARA DA FAZENDA PÚBLICA 196
2ª VARA CRIMINAL 200
4ª VARA CRIMINAL 202
5ª VARA CRIMINAL 203
8ª VARA CRIMINAL 205
10ª VARA CRIMINAL 205
11ª VARA CRIMINAL 206
1ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 207
2ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 209
3ª VARA DO TRIBUNAL DO JÚRI 211
VARA DE EXECUÇÃO PENAL 213
AUDITORIA MILITAR 215
1ª VARA DE FAMÍLIA 216
5ª VARA DE FAMÍLIA 216
7ª VARA DE FAMÍLIA 217
VARA ESPECIALIZADA DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL 218
2ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 218
3ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 218
4ª VARA ESPECIALIZADA EM CRIME DE USO E TRÁFICO DE ENTORPECENTES 220
1ª VARA DE CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES 221
2ª Vara de Crimes contra a Dignidade Sexual de Crianças e Adolescentes 221
VARA ESPECIALIZADA EM CRIMES DE TRÂNSITO 224
VARA ESPECIALIZADA DO MEIO AMBIENTE E QUESTÕES AGRÁRIAS 225
SEÇÃO VII 228
JUIZADO ESPECIALIZADO NO COMBATE A VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER 228
2º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 228
3º Juizado Especial de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher 229
VARA DO JUIZADO DA FAZENDA PÚBLICA ESTADUAL E MUNICIPAL 230
VARA INFRACIONAL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE 298
SEÇÃO VIII 298
TURMA RECURSAL 298
JUIZADOS ESPECIAIS CÍVEIS E CRIMINAIS - CAPITAL 309
1ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 309
2ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 315
3ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 316
4ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 325
5ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 339
6ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 348
7ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 357
8ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 374
9ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 381
10ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 383
11ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 384
13ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 393
14ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 408
15ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 409
16ª VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL 422